

Sociedade, Poder e Cultura no Tempo de Ovídio

**Maria Cristina de Sousa Pimentel
e Nuno Simões Rodrigues (Coords.)**

Sociedade, Poder e Cultura no Tempo de Ovídio

**Maria Cristina de Sousa Pimentel e
Nuno Simões Rodrigues (Coords.)**



Todos os volumes desta série são sujeitos a arbitragem científica independente.

COORDENADORES

Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues

TÍTULO

Sociedade, Poder e Cultura no Tempo de Ovídio

EDITOR

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

EDIÇÃO

1ª/ 2010

COORDENADOR CIENTÍFICO DO PLANO DE EDIÇÃO

Maria do Céu Fialho

CONSELHO EDITORIAL

José Ribeiro Ferreira, Maria de Fátima Silva, Francisco de Oliveira e Nair Castro Soares

DIRECTOR TÉCNICO DA COLECÇÃO

Delfim F. Leão

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Elisabete Cação, Nelson Ferreira, Rodolfo Lopes

Elaboração do *Index Nominum*: Nídia Catorze Santos

Elaboração do *Index Locorum*: Gabriel Silva

IMPRESSÃO: SIMÕES & LINHARES, LDA. AV. FERNANDO NAMORA, N.º 83 LOJA 4. 3000 COIMBRA

ISBN: 978-989-8281-46-3

ISBN DIGITAL: 978-989-8281-47-0

DEPÓSITO LEGAL: 314011/10

© CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS E HUMANÍSTICOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

© CLASSICA DIGITALIA VNIVERSITATIS CONIMBRIGENSIS

© CENTRO DE ESTUDOS CLÁSSICOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

© CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



Reservados todos os direitos. Nos termos legais fica expressamente proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em papel ou em edição electrónica, sem autorização expressa dos titulares dos direitos. É desde já excepcionada a utilização em circuitos académicos fechados para apoio a leccionação ou extensão cultural por via de e-learning.

ÍNDICE

<i>PARVE, SINE ME, LIBER, IBIS IN VRBEM</i> Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Universidade de Lisboa)	5
SOCIEDADE E CULTURA NA ÉPOCA AUGUSTANA FRANCISCO DE OLIVEIRA (Universidade de Coimbra)	11
OS AMIGOS DE GERMÂNICO RODRIGO FURTADO (Universidade de Lisboa)	37
O EXÍLIO DE JÚLIA MENOR NUNO SIMÕES RODRIGUES (Universidade de Lisboa)	57
CONJECTURAS EM TORNO DA <i>MEDEA</i> DE OVÍDIO Paulo Sérgio M. Ferreira (Universidade de Coimbra)	69
OVÍDIO EPIGRAMATISTA: CONVENÇÕES CALIMAQUIANAS E O <i>LVDVS</i> DAS EDIÇÕES NO EPIGRAMA PREFACIAL DOS <i>AMORES</i> Ana Maria Lóio (Universidade de Lisboa)	81
DA TERAPÊUTICA À SUBVERSÃO DO PROTOCOLO: UMA LEITURA DOS <i>REMEDIA AMORIS</i> Carlos Ascenso André (Universidade de Coimbra)	91
DIDO EM VIRGÍLIO E OVÍDIO: FIGURAÇÕES DO PODER NO FEMININO Cláudia Afonso Teixeira (Universidade de Évora)	101
AS <i>METAMORFOSES</i> E A <i>RELEGATIO</i> DE OVÍDIO Domingos Dias Lucas (Universidade Aberta)	111
ESPAÇO URBANO E POESIA: <i>TRISTIA</i> 3, 1 NA ROMA DE AUGUSTO Paulo F. Alberto (Universidade de Lisboa)	117
O POETA INDEFESO: SÍMBOLOS DE IMPOTÊNCIA NA POESIA OVIDIANA DO EXÍLIO Carlos de Miguel Mora (Universidade de Aveiro)	133
CÍCERO E OVÍDIO: O PODER DA <i>VXOR</i> EM CONTEXTO DE EXÍLIO Emília M. Rocha de Oliveira e João M. Nunes Torrão (Universidade de Aveiro)	145
<i>SVOS VTERO QVAE NECAT</i> (<i>AM.</i> 2. 14. 38): ABORTO, SEXUALIDADE E MEDICINA NO TEMPO DE OVÍDIO Cristina Santos Pinheiro (Universidade da Madeira)	173

O OFÍCIO SAGRADO DO POETA: A MÚSICA DE HORÁCIO NOS JOGOS DE AUGUSTO Pedro Braga Falcão (Universidade Católica Portuguesa)	187
A LUSITÂNIA NO TEMPO DE OVÍDIO: METAMORFOSES DE UMA PROVÍNCIA Amílcar Guerra (Universidade de Lisboa)	207
LEGIÕES EM MARCHA NO TEMPO DE OVÍDIO José Varandas (Universidade de Lisboa)	221
BIBLIOGRAFIA GERAL DO VOLUME	241
<i>INDEX NOMINVM</i>	267
<i>INDEX LOCORVM</i>	277
COORDENADORES E AUTORES	284

PARVE, SINE ME, LIBER, IBIS IN VRBEM...

Maria Cristina de Sousa Pimentel
Universidade de Lisboa

Nuno Simões Rodrigues
Universidade de Lisboa

Públio Ovídio Nasão nasceu em Sulmona, em 43 a.C., no seio de uma família equestre, e morreu em Tomos, nas margens do mar Negro, em 17 d.C. Foi em Roma, porém, que fez os seus estudos de retórica, sendo discípulo de Pórcio Latrão e de Arélio Fusco. Como qualquer jovem romano endinheirado e letrado, e depois de uma viagem formativa pela Grécia, pela Ásia Menor e pelo Egipto, Ovídio conheceu os meandros da política na Urbe, actividade a que estava também associada a advocacia, chegando mesmo a exercer algumas magistraturas menores. Mas foi a poesia que acabou por atrair definitivamente o *sulmonense*. Com efeito, já Séneca-o-Velho notava que Ovídio era mais inclinado às *suasoriae* do que às *controversiae*, mostrando que preferia as análises psicológicas aos tecnicismos jurídicos¹. Foi de facto como poeta arguto, atento e de talento inegável que Ovídio se afirmou na sociedade romana dos séculos I a.C. e I d.C., integrando-se em círculos literários, como o que era patrocinado por Messala Corvino, e convivendo com homens como Horácio, Tibulo e Propércio². E foi igualmente essa mesma condição de poeta que fez com que o percurso de Ovídio acabasse por ser irremediavelmente traçado pelas decisões políticas do *Princeps*.

Entre os anos 20 a.C. e 8 d.C., Ovídio Nasão conheceu os maiores elogios, sendo reconhecido pela sua dramaturgia, pelos seus poemas eróticos, pela epistolografia literária e pelas suas obras magistrais. Sabemos que o poeta terá composto uma tragédia, *Medea*, infelizmente hoje perdida³. Pertencem ao

¹ SEN. *Con.* 2, 2, 8-12; CITRONI (2006) 583.

² OV. *Tr.* 4, 10, 51.

³ Sobre esta obra e problemática, vide o texto de P. S. Ferreira, «Conjecturas em torno da *Medea* de Ovídio», incluído neste livro.

seu génio literário e à segunda categoria os *Amores*⁴, em três livros de elegias amorosas; a *Ars amatoria*⁵, manual prático do amor; e ainda os *Remedia Amoris*, manual de como pôr termo ao amor, e os *Medicamina faciei femineae*, um opúsculo poético que trata de cosmética e que chegou até nós incompleto. Na terceira categoria inserem-se as *Heroides*, que originalmente consistiam em quinze cartas fictícias escritas por heroínas da história e mitologia greco-romana aos seus amados⁶. As classificadas como «obras magistrais» são as *Metamorphoses*⁷ e os *Fasti*. A primeira é sobretudo uma epopeia em quinze livros, mais longa do que a própria *Eneida* de Vergílio, que consiste numa série de relatos lendário-mitológicos romanos, gregos e orientais, cujo elo comum é o tema da metamorfose, ainda que este seja por vezes o tópico menos importante na narrativa em causa. O poema segue num crescendo, eventualmente cronológico, até culminar na morte e apoteose de Júlio César, confirmando o seu carácter político. As *Metamorphoses* viriam a tornar-se um dos textos mais importantes na constituição da matriz cultural europeia, com ecos nas artes plásticas (pintura, escultura e azulejaria) e na literatura (teatro, epopeia, lírica, romance e consequentes adaptações ao cinema), do medievo à contemporaneidade. Bastará referir que grande parte da evocação mitológica clássica presente nas expressões culturais da Europa se baseia nesta obra ovidiana. Efectivamente, as *Metamorphoses* de Ovídio constituíram o grande manual de cultura clássica durante muitos séculos. Quanto aos *Fasti*, são sobretudo um calendário romano, organizado e descrito de forma poética, em versos elegíacos. Nele, assinalam-se as principais festas romanas que se celebravam entre os meses de Janeiro e Junho e as razões que as motivaram, descritas em tons ora sublimes ora burlescos, trágicos ou cómicos⁸. Augusto é o destinatário do poema.

No final do ano 8 d.C., ainda as *Metamorphoses* e os *Fasti* não estavam completos, Ovídio foi exilado em Tomos (actual Constança, na Roménia), por ordem do imperador Augusto. As razões para tal acontecimento são ainda hoje um mistério não esclarecido para filólogos e historiadores, como aliás se pode ler neste volume. Ovídio apenas confessa um *carmen et error* que teria desencadeado a ira do *princeps*⁹. Fosse por que razão fosse, o castigo imposto ao poeta foi de tal modo severo que ele jamais pôde regressar à sua tão amada Roma. Mas a veia do poeta não esmoreceu. A poesia revelou-se, aliás, uma

⁴ Tradução portuguesa de C. A. André, Lisboa, Livros Cotovia, 2006.

⁵ Tradução portuguesa de C. A. André, Lisboa, Livros Cotovia, 2006.

⁶ Às quinze epístolas originais, viriam acrescentar-se posteriormente outras seis. As «heroínas autoras» acabaram assim por ser Penélope, Fílis, Briseide, Fedra, Enone, Hipsípila, Dido, Hermíone, Dejanira, Ariadne, Cànace, Medeia, Laodamia, Hipermnestra, Safo, Helena, Hero e Cidipe. Nos últimos casos, existem cartas de resposta (cuja autoria ovidiana alguns põem em dúvida), o que faz com que não sejam tantas heroínas quanto as cartas. Todas as heroínas são mitológicas, à excepção de Safo.

⁷ Traduções portuguesas de Domingos Lucas Dias, Lisboa, Editorial Nova Vega, 2006-2008, e de Paulo Farmhouse Alberto, Lisboa, Cotovia, 2006.

⁸ O exílio do poeta terá impedido que os *Fasti* abrangessem todo o ano romano.

⁹ Ov. *Tr.* 2, 207.

arma de combate e uma voz de protesto contra a situação em que de súbito se viu envolvido. Ovídio tornava-se assim testemunha activa de um período rico em acontecimentos políticos e decisivo na formação e na história da Europa: o «Século de Augusto». É neste contexto que se inserem os *Tristia*, cinco livros elegíacos dominados pela lamentação, que assume várias formas. Entre elas, as cartas que dirige à mulher e aos amigos que haviam ficado na Urbe, e com as quais mostra o seu apego a Roma, ao mesmo tempo que anseia pela *clementia augusta* e pelo conseqüente alívio da pena a que foi sujeito, mas que nunca chegará. Na mesma linha, vêm as *Epistulae ex Ponto*, quatro livros de poemas elegíacos escritos nos últimos anos da vida do poeta e em que se descrevem os rigores do seu exílio, destino que partilhou com tantas outras personalidades da sociedade romana do seu tempo, conseqüência dos rumos políticos que então se viviam. Entre os destinatários destas cartas está Germânico, em quem o poeta baseava as suas esperanças, após a morte de Augusto em 14 d.C.

O poeta acabou por morrer no ano 17 d.C., sem ter voltado a ver Roma. Alguns investigadores consideram que ao período do exílio pertencem ainda *Ibis*, um pequeno poema inspirado em Calímaco e que funciona como invectiva contra um inimigo de Ovídio, cuja identidade desconhecemos, e os *Halieutica*, um opúsculo poético didáctico sobre a pesca e os peixes, de que subsiste um fragmento com 134 versos. A autoria ovidiana destas obras, todavia, é incerta.

Passados dois mil anos do exílio de Ovídio, decidiui um grupo de classicistas, que inclui filólogos – alguns deles tradutores do poeta –, historiadores e arqueólogos, de várias universidades portuguesas (Lisboa, Coimbra, Évora, Aveiro, Madeira, Católica, Aberta) reunir-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, precisamente no mês em que se assinalou o bimilenário do acontecimento (Dezembro de 2008), sob o patrocínio dos Centros de História e de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa e de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, para reflectir sobre Ovídio, o seu mundo e o seu tempo, bem como sobre a política e a sociedade que o poeta conheceu. Os estudos aqui apresentados resultam desses trabalhos, tendo originado a obra colectiva agora dada à estampa. A ordem dos textos obedece a um critério determinado pelos coordenadores do volume e que segue a seguinte orientação: contexto sociopolítico do tempo de Ovídio, exegeses ovidianas e problemáticas coevas.

Deste modo, no que diz respeito ao contexto sociopolítico da época ovidiana, coube a Francisco de Oliveira escrever sobre os eixos directores da sociedade e da cultura no período augustano, fazendo uma síntese diacrónica que permitirá ao leitor contextualizar de uma forma eficaz os assuntos aqui tratados, e em que se destacam aspectos como a crise institucional e cívica dos finais da República, as novas vias assumidas pela cultura romana no despertar do Principado, bem como as questões sócio-jurídicas emergentes e as opções políticas então assumidas. Rodrigo Furtado e Nuno Simões Rodrigues estudaram alguns aspectos da corte augustana, na qual Ovídio viveu. O primeiro centra-se na problemática da facção de Germânico, sobrinho-neto de Augusto, que protagonizou uma importante luta pelo poder no século I

d.C., enquanto o segundo estuda a hipotética relação do exílio de Júlia Menor, neta de Augusto, com o de Ovídio.

No âmbito das exegeses ovidianas, Paulo Sérgio Ferreira disserta sobre *Medea*, a tragédia perdida de Ovídio e as condições em que ela deverá ter sido composta. Ana Maria Lóio estuda as influências de Calímaco nos *Amores* e a arquitectura dos livros que encerram essas elegias. Carlos Ascenso André propõe-nos uma leitura estimulante dos *Remedia Amoris*, enquanto contraponto da *Ars Amatoria*. Cláudia Afonso Teixeira traz uma reflexão sobre o diálogo entre Ovídio e Vergílio, autores contemporâneos ainda que, aparentemente, não tenham sido íntimos (sobre o poeta maior da literatura latina, diz Ovídio: *Vergilium uidi tantum*)¹⁰. A autora recorre à figura de Dido para este estudo de literatura comparada. No que diz respeito ao período do exílio, Domingos Lucas Dias revisita o problema do *error* ovidiano, através da relação entre a composição das *Metamorphoses* e a *relegatio* do poeta. Paulo Farmhouse Alberto faz uma análise da poética do espaço em Ovídio, tendo como referencial a própria cidade de Roma e as formas como o poeta exprime a memória que dela tem em poemas do exílio. É ainda o tema da *relegatio* e a forma como esta acabou por determinar a poética ovidiana nos últimos anos da sua produção, que Carlos de Miguel Mora escolhe como assunto da sua contribuição.

No campo das problemáticas coevas de Ovídio, incluímos o estudo de Emília de Oliveira e de João Nunes Torrão, que, através de um método comparativo aplicado aos casos de Cícero e de Ovídio, investigam o papel da mulher-esposa, a *uxor*, em casos de exílio. Cristina Pinheiro, por seu lado, centra-se em tópicos como o aborto, a sexualidade e a medicina no século I d.C. O trabalho de C. Pinheiro parte precisamente de um passo de Ovídio. Pedro Braga Falcão opta por analisar o caso de um poeta contemporâneo de Ovídio, Horácio, estabelecendo a relação entre a música e os *ludi Augusti*. Por fim, os dois últimos estudos inserem-se em temáticas da história institucional e político-administrativa. Amílcar Guerra apresenta um trabalho sobre os processos administrativos, sociais e políticos a que esteve sujeita a Lusitânia, província romana que abrangia o território por nós hoje habitado. José Varandas escreve sobre o exército romano no tempo de Ovídio.

A bibliografia apresentada no final reúne todos os títulos citados ao longo do livro, bem como os estudos que estiveram na base da totalidade das investigações apresentadas.

Cumprida que está a nossa missão e obrigação de evocar um dos maiores poetas da cultura ocidental e um dos grandes da Roma Antiga, que se consubstancia neste livro que a colecção *Classica Digitalia* em boa hora acolheu, não são outras senão as palavras do próprio Ovídio que nos vêm à memória:

*Parue... sine me, liber, ibis in urbem: ei mihi, quod domino non licet ire tuo!*¹¹

¹⁰ Ov. *Tr.* 4, 10, 51.

¹¹ Ov. *Tr.* 1, 1-2: «irás para Roma sem mim, pequeno livro, pois a mim, que sou teu senhor, não me é permitido ir».

SOCIEDADE, PODER E CULTURA
NO TEMPO DE OVÍDIO

SOCIEDADE E CULTURA NA ÉPOCA AUGUSTANA

FRANCISCO DE OLIVEIRA
Universidade de Coimbra

1. Introdução¹

Mesmo quando juramos cautela, a compartimentação de épocas, tanto em literatura como em história, por vezes dificulta perceber que muito daquilo que consideramos próprio de uma época não é mais do que o ponto de chegada ou a síntese de tendências ou problemas que têm uma já longa elaboração.

Por isso, uma sùmula sobre a sociedade augustana não pode ignorar desenvolvimentos sociais e políticos cujas raízes seguramente se encontram na longínqua época das Guerras Pùnicas, trate-se da crise institucional e política, do alargamento da literacia em especial às mulheres, da evolução da moral sexual e das formas de relacionamento amoroso, visíveis tanto no teatro como nos elegíacos, dos problemas demográficos com os constrangimentos e tentativas para os resolver, da questão do regime e da sua legitimação, incluindo as formas de repressão e condicionamento da opinião, de que o célebre degredo de Ovídio seria um caso tão complexo quão exemplar.

Aliás, dois dos grandes lemas dessa época, o regresso ao passado e a ficção republicana², justificam metodologicamente uma atenção a essas mesmas raízes.

2. A crise institucional e cívica de fins da República

A sociedade augustana é o resultado imediato da crise de finais da República, que se estendia da política à literatura, da filosofia ao quotidiano. E os romanos não ignoraram essa crise, tentaram encontrar respostas várias, em todos os campos onde ela se mostrava.

Lucrécio, apoiado na filosofia epicurista, propôs uma verdadeira ruptura. Mas o ideal quietista da escola, mesmo condenando a ambição política, a guerra ofensiva e o expansionismo³, não vai impedir a intervenção cívica, cinge-a à defesa da pátria quando esta é ameaçada, o que, em política externa, logo afronta o belicismo e o imperialismo romanos; na política interna, a ser verdade que a invocação de Vénus Genitrix na abertura do *De rerum natura* de Lucrécio é um eco de simpatia cesarista, por oposição à Vénus *Victrix* cultuada

¹ Trabalho desenvolvido no Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, no âmbito do Projecto Quadrienal da UI&D-CECH/FCT POC 2010

² BRADLEY (1997) 364, sobre Pompeu: «he wanted his appointments to appear constitutional»; Tac. *Ann.* 1.3.7, sobre Augusto: *eadem magistratuum nomina*; 1.81.3: *quantoque maiore libertatis imagine tegebantur, tanto eruptura ad infensus seruitium*; 4.19.4: *Proprium id Tiberio fuit scelera nuper reperta prisicis uerbis obtegerere*.

³ Ver passos como Lucr. 2. 38 *gloria regni*, com reinterpretação racionalista do mito de Sísifo em 3. 995-1002; e, para o expansionismo, 1. 29-30 *fera moenera militiæ / per maria ac terras*, 2. 13 *rerumque potiri*.

pelos Pompeianos, e, apesar dos tratados epicuristas sobre a realeza, como o de Epicuro ou, mais provavelmente, o de Filodemo de Gádaros, o apregoado quietismo não impediu que um epicurista, Cássio, fosse um dos assassinos de Júlio César. Talvez pensasse que a pátria estava em perigo, o que legitimava tanto a intervenção política como o assassinio do tirano.

Também o poeta neotérico Catulo vai apresentar uma solução. Contra a severidade dos velhos que olham com desdém os novos costumes, contra os ideais de participação política tradicionais, representados por oradores como Cícero, contra as ligações políticas baseadas no conceito de *amicitia*, Catulo propõe um valor novo, o amor único e obsessivo, celebrado num pacto de amizade sensual. Com esta reformulação de conceitos, Catulo postula uma verdadeira revolução de valores e costumes, numa sociedade que não valorizava o amor-paixão como fundamento de uma ligação entre homem e mulher. Esta perspectiva vai ser continuada por elegíacos como Cornélio Galo, Tibulo e sobretudo Propércio, no contraponto da visão do amor em Lucrécio, Horácio e Ovídio⁴. Todavia, tanto nos neotéricos como em Horácio, por escolha estética, a mensagem seria destinada a um público intelectual restrito.

Outra proposta de solução da crise foi a apresentada por Cícero, numa perspectiva que posso considerar restauracionista. Esta expressão é metafórica, como se deprende do prólogo do livro V do *Tratado da República*, e na prática tem algumas confluências com as ideias de Salústio e de Tito Lívio sobre os inconvenientes das lutas entre facções, sobre a necessidade de regeneração moral e de uma *concordia ordinum* entre *equites* e aristocracia conservadora (*boni*). Na sua visão moralista, Cícero tem consciência muito aguda de que os tempos não iam a favor dos valores republicanos, subvertidos por tentativas de poder pessoal e abusivo, como no caso do poder tribúncio, por decadência de costumes, e em especial pelo desinteresse dos melhores em relação à participação política. O prólogo do livro I afronta exactamente as variadas controvérsias sobre a acção política como ciência-rainha e destino do sábio ou dos melhores cidadãos. E já não é somente o quietismo político implícito no ideal epicurista de *uoluptas*, o prazer como critério de felicidade⁵. Cícero tem de confrontar-se também com os estóicos que identificavam virtude e saber, sábio e filósofo, mas que, na verdade, com a sua teoria dos indiferentes, reduziam a política a participação virtual e hipotética em casos extremos que dificilmente identificavam, respaldando-se num ideal contemplativo e intelectual que, na verdade, os levava a desdenhar o vulgo, isto é, a fugirem de se relacionar, na acção política, com não sábios.

Mas Cícero, além de afrontar esses posicionamentos filosóficos que apelavam à inacção ou a uma intervenção meramente virtual, tem de esconjurar também a experiência prática daqueles que, afinal, na política só tinham encontrado ingratidão, um registo verdadeiramente inglório, por vezes traduzido no tema do exílio, sentido como verdadeira chaga, que nem o cosmopolitismo cínico nem a teoria estóica dos indiferentes fariam sarar

⁴ OLIVEIRA (2009).

⁵ Cf. Cic. *Rep.* 1. 1 e 3.

em almas tão arreigadas à urbe como a de Cícero⁶ e a de Ovídio⁷, ou mesmo a do Melibeu de Virgílio (*Ecl.*1). Nesse aspecto, todos caminhavam na senda dos neotéricos, urbanos e requintados, consagrando a grande característica da civilização romana, a cultura urbana⁸.

Por esse motivo, no célebre *Sonho de Cipião* que encerra o livro VI e o *Tratado da República*, numa verdadeira temática em anel, Cícero vê-se obrigado a reformular o conceito de glória para atrair os sábios e os melhores cidadãos à política activa, e fá-lo prometendo-lhes a verdadeira imortalidade, aquela que colheriam quando, no momento estabelecido, a alma se libertasse do corpo e fosse recolhida entre os astros.

Esta aposta final torna-se universalmente convincente, pois tanto satisfaz os políticos sem preocupações filosóficas como todos aqueles cujas doutrinas inquiriam sobre a justificação da acção política, com um registo sincrético que abrange as tonalidades órfico-pitagórica, platónica e aristotélica, com reminiscências de todas as filosofias helenísticas, incluindo cinismo, e de teorias científicas várias⁹, e que, afinal, quadrava muito bem com a mentalidade prática e não especulativa romana, onde retórica e diatribe funcionavam como cadinhos amalgamadores. De resto, mesmo sob o ponto de vista linguístico, epicurismo e evermerismo encontravam na heroização ou divinização do bom governante uma imagem e uma concepção que lhes não repugnava¹⁰.

Mas a proposta de Cícero também se focaliza na figura do governante supremo, cuja panóplia de designações varia conforme a perspectiva, moral, económica, metafórica, mas que, no plano da teoria política, provavelmente se reduzia a duas hipóteses, *princeps* e *rector*. Por razões que não vou aqui explicar, penso que, no plano meramente teórico, o registo seria preferentemente *rector*¹¹; no plano prático, admito que a hipótese *princeps*, que segundo alguns teria servido de matriz à titulatura dos imperadores romanos, também quadraria com os precedentes existentes (*princeps ciuitatis*, *princeps senatus*)¹².

⁶ *Tratado da República*, em especial 1. 5-6 e *Pro domo sua*.

⁷ E.g. *Tr.* 4. 10. 113-114: não tem ouvidos; 5. 12. estiola o engenho; e *Cartas do Ponto*.

⁸ CITRONI (2006) 362 para os neotéricos; a diatribe cínica não considerava o exílio um mal (cf. OLTRAMARE (1926) 47, tese 19); o exilado Musónio Rufo exemplificou no fr.9 que o sábio é feliz onde quer que esteja, porque todo o mundo é sua pátria, ideia nos antípodas de Ovídio, que parece utilizar clichés tradicionais na literatura do exílio (cf. NASCIMENTO (2008) 16-17 e n. 40, onde também refere a teoria do exílio meramente poético, questão delineada em HABINEK (1998) 218-219 n. 9). A primazia da cultura urbana não impede por vezes uma saudade nostálgica do refúgio campestre (cf. Hor. *S.* 2. 6 e em especial Tibulo, e.g. 2. 3).

⁹ Nesta questão, o eclectismo e o frouxo rigor científico justificam-se com o primado do objectivo ético: cf. OLIVEIRA (2008*) 280 n. 422; NICOLET (1988) 69-95, que acentua o carácter político da geografia entre os Romanos.

¹⁰ Cf. Lucr. 5. 1-21: elogio de Epicuro.

¹¹ Ov. *Tr.* 2. 37-40: *venitorque deum rectorque ... patriae rector ... paterque*, *Met.* 15. 858-860; Plin. *Nat.* 2. 18, sobre Vespasiano; Tac. *Ann.* 3. 59. 6: a Druso, sucessor de Tibério, chamam *rectorem generis humani*.

¹² Tac. *Ann.* 1. 9. 7, sobre Augusto: *Non regno tamen neque dictatura, sed principis nomine constitutam rem publicam*; 3. 53. 4: por comparação com edis, pretores ou cônsules, *Maius aliquid et excelsius a principe postulatur*. Nos *Anais*, Tácito reserva o termo *rector* para algo como «preceptor» de um jovem príncipe (1. 24: Sejano, de Druso; 3.48: Sulpício Quirino, de Gaio

Por outro lado, o regime que se adivinha, onde um único detentor concentra o poder supremo, uma monocracia que só partilha algumas tarefas com um co-regente quando tem em vista preparar um sucessor, ou hipotéticos sucessores, necessita de estabelecer a sua própria legitimação e vai fazê-lo através da força das armas, da legalização de magistraturas extraordinárias (II Triunvirato), assumindo poderes especiais ou magistraturas que garantem ascendente ou capacidades essenciais (*tribunicia potestas*, *cura annonae*, *praefectura morum*, consulado), onde a eventual manutenção da designação republicana não esconde a alteração das características, em especial da anuidade e da colegialidade, antes disfarça a modificação do conteúdo e até o esvaziamento. Mas tudo isso tinha precedentes, desde Sila (ditador entre 82 e 80) a Pompeu (poderes extraordinários e sem base legal, cônsul único em 52) e Júlio César (*praefectura morum* em 46, *tribunicia potestas* em 45 e ditadura perpétua em 44)¹³, sem que, durante um século, o Senado tivesse conseguido impor-se a todos os arrivistas e ambiciosos que se sucederam.

Nesse novo regime, a necessidade de legitimação leva a reforçar ou criar um sistema global de propaganda que utiliza todos os canais possíveis para reforçar a mensagem, da arquitectura à numismática, da literatura à religião, da arte ao espectáculo¹⁴, sem esquecer o culto imperial enquanto forma de lealdade entendida como exaltação de evergetas e benfeitores da humanidade, no sentido em que Lucrécio declarava Epicuro um deus e em que Cícero e Ovídio estabelecem um paralelo entre Júpiter e o governante máximo¹⁵.

Este sistema de propaganda, que de qualquer forma tem antecedentes, em especial em Júlio César¹⁶, vai assumir duas formas específicas: o histrionismo do poder e o mecenatismo literário.

Sobre o histrionismo do poder pretendo designar três realidades, e ambas implicam a consciência de que o poder tem necessidade de contacto directo com as grandes massas.

César); em 3. 56. 1-2 sobre a *tribunicia potestas* de Augusto, escreve: *Id summi fastigii uocabulum Augustus repperit, ne regis aut dictatoris nomen adsumeret.*

¹³ Suet. *Jul.* 76 desenvolve o caso dos poderes extraordinários de Júlio César.

¹⁴ Uma boa perspectiva geral sobre a arte como veículo da propaganda augustana pode encontrar-se em ZANKER (1992), mas até nesse capítulo é muito útil o livro de GALINSKY (1996).

¹⁵ Lucr. 5. 1-54; já o Salsicheiro de Aristófanes surge como numa teofania para salvar a pólis (*Eq.* 146-149 *soter ... phaneis*); o próprio Augusto, que tão bem soube aproveitar o aparecimento do *Sidus Iulium* (cf. Verg. *Ecl.* 9. 47-49) em favor da divinização do seu pai adoptivo, em privado faria uma interpretação muito mais racionalista (Plin. *Nat.* 2. 93-94, Suet. *Jul.* 88 *persuasione uulgi*; cf. OLIVEIRA (1992) 250-251, n. 417). Ver eventuais referências astrológicas e ideia de apoteose em Verg. *Ecl.* 4 e 5, Hor. *Ep.* 16.

¹⁶ Já nomeado ditador por 10 anos, César deixa-se eleger cônsul em 46 e 45, e, novidade absoluta no mundo romano para um líder em vida, em 44 permite que a sua efígie apareça em moedas (cf. GALINSKY (1996) 31). Octaviano foi mestre na utilização, como fez no aparecimento do *sidus Iulium*. A importância da religião para a organização do Estado foi bem entendida tanto por Júlio César, o reorganizador do calendário a quem Varrão dedica as *Antiquitates*, como por Augusto, que bem o testemunha nas *Res Gestae*, e.g. 19, 21 e 24; recorde-se a importância do seu sumo pontificado.

A primeira faceta é a da promoção de jogos, com o próprio imperador a aparecer como *editor*¹⁷, substituindo nessa função edis e pretores. Augusto recorda nos seus *Feitos* essa realidade, que mesmo o imperador Tibério, pela generalidade das fontes considerado severo e pouco sociável e afável, não deixou de incentivar¹⁸.

A segunda implica a construção de recintos e locais adequados. Na óptica da vida quotidiana, a inauguração do primeiro teatro permanente, logo seguido de outros, como o de Marcelo e o de Balbo, forneceu espaços vocacionados para pontos de encontro galantes que são dos lugares preferidos por Ovídio para conquistas amorosas¹⁹. E é essa mesma realidade que permite a Ovídio responder à objecção dos que acusam a sua *Ars* por convidar ao vício, com uma conclusão surpreendente: então Augusto teria que arrasar os lugares de encontro, a começar pelos teatros (*Tr. 2. 277: At uitia inuitat*, v. 280: *tolli tota theatra iube!*; v. 313 ss.)! E, respondendo a outra acusação, se a *Arte de Amar* promove o deletério ou *nimia lasciuiia* (2. 509 ss.), que dizer da política augustana, que consente jogos, inclusive com mimos a representar cenas de adultério, perante a passividade do imperador: *scaenica uidisti lentus adulteria* (v. 514)?!

A terceira refere-se tanto ao ambiente teatral e de simulação que regulava as relações na corte imperial, como ao facto de o imperador não desdenhar apresentar-se ele próprio como atleta, artista ou actor, sejam os casos de Calígula e de Nero²⁰. No aspecto sociológico, esta realidade permitiu a Paul Veyne defender que os jogos contribuía para a apolitização das massas²¹, parecendo esquecer que tais espectáculos suscitavam importantes movimentos de oposição ao poder ou, pelo menos, funcionaram como barómetro de popularidade, tanto no consulado de Júlio César em 59 a.C., como em 57 a.C., quando alusões ao exílio de Cícero se transformaram em manifestações a favor do seu regresso, contra a vontade de Clódio²², em 57 e 55 a.C. com manifestações relacionadas com Pompeu²³, como no final da ditadura de Júlio

¹⁷ Cf. *Res Gestae*, 20. 1 (restauro do Teatro de Pompeu), 21. 1 (Teatro de Marcelo), 22-23 (jogos vários, incluindo naumaquias).

¹⁸ Plin, *Nat.* 35. 28 *minime comis imperator*; 34. 62: Tibério pressionado no teatro pelo povo; Tac. *Ann.* 4. 2. 4: Tibério recebe o epíteto *facilis*, relacionado com teatro (cf. 3. 72, onde a *comitas* é atribuída a Germânico); em 1. 54 apresenta alguma condescendência perante dissensões entre actores, mas só o fazia por fingimento, para não romper uma tradição de tolerância herdada de Augusto, e mesmo neste caso por atenção aos gostos de Mecenas; 1. 76, Tibério não assiste a jogos de gladiadores presididos por Druso, fosse por desprazer por multidões, fosse para não suscitar manifestações do público ou dos actores e suas claquas, como as relatadas no § seguinte; Suet. *Tib.* 34 (regulamenta mas não proíbe).

¹⁹ Ov. *Ars* 1. 89-100; *Rem.* 751-756 (*non indulgere theatri*).

²⁰ Para Calígula, ver Suet. *Cal.* 32. 5 (treina-se com um mirmilão), 54 (suas exibições em espectáculos vários); para Nero, abone-se com Suet. *Nero* 10. 5, 11, 20-25, 49 (célebre exclamação *Qualis artifex pereo!*).

²¹ VEYNE (1976).

²² Cic. *Sest.* 115-132, um verdadeiro manual de agitação e propaganda.

²³ Segundo Cic. *Att.* 2. 19. 3, no ano de 59 a.C., apesar de manipular *contiones* e *comitia*, César, mal acolhido no teatro, reage com desagrado, escrevendo a Pompeu, também ele visado;

César (Suet. *Jul.* 80. 4), no reinado de Augusto, quando os manifestantes gritaram contra as leis sobre o casamento (Suet. *A.* 34. 3), ou no de Tibério, obrigado por constantes reclamações do povo no teatro a restituir uma estatueta que o imperador desviara para uso privado, exactamente o Apoxiómeno de Lisipo (Plin. *Nat.* 34. 62).

Quanto ao mecenatismo, fenómeno extremamente estudado e nem por isso menos controverso, trata-se de um movimento de protecção aos intelectuais que se afirma quando se pretende reenquadrar ou retomar a «tradição da literatura dirigida à comunidade política», cuja ligação fora subvertida pelos neotéricos, poetas no geral ricos e podendo descartar protectores²⁴. Torna-se evidente que os mecenas procuravam fomentar nos seus protegidos manifestações consentâneas com os seus gostos e ideais; mas também é certo que isso não impediu recusas ou concretizou-se em meros apontamentos ocasionais²⁵, e que, em última instância, o protegido tinha a faculdade de mudar de protector. É o caso de Virgílio e de Horácio, que transitam do círculo de Polião para o de Mecenas, tendo Asínio Polião e Messala uma sensibilidade menos empenhada em relação ao novo regime²⁶.

No caso de escritores sem desafio económico, a questão tem a ver com a inexistência de quadro legal que permitisse a um escritor receber direitos de autor, tornando-o dependente do apreço e boa vontade dos grandes²⁷.

Mas não se pode entender mecenatismo, e refiro-me directamente ao caso de Mecenas, como puro policiamento e condicionamento da arte, pois que, ao aceitar determinado mecenas, qualquer artista ou literato romano sabia que ia estabelecer relações de clientela, desde os mais remotos tempos republicanos reguladas por deveres e direitos mútuos, em especial a troca de serviços e apoios²⁸. Assim, ao integrar determinado círculo, o artista automaticamente fazia a sua oposição ideológica, uma opção consequentemente não imposta, mas consentida e consciente. O caso é tanto mais interessante quanto Virgílio, o cantor dos valores nacionais e da nova ordem nas *Geórgicas* — com

cf. Lucano, 7. 9-12: na noite anterior à batalha de Farsalo, Pompeu sonha com os aplausos recebidos no teatro; sobre as manifestações e sua eficácia, ver OLIVEIRA (1993).

²⁴ Citação de CITRONI (2006) 256-257. Sobre o estatuto social dos neotéricos, cf. GRIFFIN (1985) 116. A nível institucional, o precedente está na protecção do Estado romano a Lívio Andronico e à corporação dos escribas; a nível privado, na colocação da estátua de Ênio no túmulo dos Cipiões e no próprio Círculo dos Cipiões; ver entourage de letrados de grandes personagens como Sila e Quinto Lutácio Cátulo.

²⁵ Hor. *Epod.* 14; *Carm.* 1. 6 e 12, 4. 15 e *S.* 2. 1. 10-20; genericamente, a opção neotérica pela poesia menor implica a recusa dos géneros maiores; Propércio, e.g. 2. 1, 10, 36; 3. 1, 3; 4. 1, irá nobilitar a poesia erótica, em consonância com a valorização que faz do amor como opção vivencial. Tal não o impediu de ocasionalmente cantar Augusto e um tema tão significativo como a batalha de Áccio; cf. CAIRNS (1984) 129-168.

²⁶ Prop. 3. 9. 47: *Te duce uel Iouis arma canam caeloque minantem ... (recusatio da épica e exemplo de Mecenas)*; cf. GIL (1985) 133.

²⁷ HABINEK (1998) 106, recorda tanto o pouco dinheiro pela venda dos livros como as queixas de Juvenal em relação às benesses recebidas dos protectores.

²⁸ Para a inclusão do mecenatismo nas relações de clientela, ver SALLER (1982) 7-39 e, em geral, GALINSKY (1996) 225-287 e 245 («The poets had their own minds»).

homenagens a Octávio e a Mecenas estrategicamente colocadas ao longo da obra, desde a abertura ao fecho —, o cantor da gesta romana e da *gens Iulia* na *Eneida*, fora amigo de Asínio Polião e de Cornélio Galo²⁹; e Horácio, o poeta do *Carmen Saeculare*³⁰ expõe tanto a ideologia augustana (protecção de Febo Apolo, aproximação de Augusto à divindade, optimismo da nova idade do ouro, virtudes do bom governante) como especificamente a ideologia do principado (imagem do governante como *medicus*, com os registos linguísticos inerentes, como *fessus, salutaris*); e em composições como o *Epodo* 9, as *Odes Cívicas* e em especial as *Odes Romanas*³¹, esse mesmo Horácio lutara em Filipos em 42 a.C. do lado republicano³².

Por outro lado, o mecenatismo terá correspondido essencialmente a uma primeira fase do período augustano, aquela em que a memória das guerras civis era ainda muito viva e experienciada pelos intelectuais em causa — em especial Virgílio e Horácio. Num segundo momento, depois da consolidação desse processo e já sem a memória directa dessa fase conturbada e traumática, e particularmente após algum afastamento e a morte de Mecenas³³, o próprio regime poderá ter enveredado por uma atitude de censura e até de rigor em relação aos intelectuais que gravitavam em torno de Valério Messala Corvino, como o elegíaco Ovídio em 8 dC, o historiador Tito Labieno em 12 dC, o orador Cássio Severo entre 8 e 12 dC³⁴. Consolidado o regime, talvez os próprios literatos sentissem menos necessidade de o celebrarem ou entendessem que era tempo de dar voz a outras realidades sociais, o que justificaria atitudes como as de Horácio, o qual «só se tornou poeta lírico depois de Áccio»³⁵.

O próprio Ovídio, sendo de família equestre e por isso economicamente independente³⁶, mesmo na sua temática amorosa condena o amor-paixão e, de

²⁹ Recorde-se a hipótese de as *Geórgicas* terminarem com um elogio de Cornélio Galo, depois da sua queda política substituído pelo episódio de Aristeu e Orfeu; cf. GRIFFIN (1985) 180-182.

³⁰ Conforme observei durante a discussão das comunicações apresentadas, o *Carmen Saeculare* (veja-se a sua transcrição no presente volume, no capítulo da autoria de P. B. Falcão). Cf. GALINSKY (1996) 100-106.

³¹ *Hor. Carm.* 3.1-6 (em especial sobre a primeira, ver WOODMAN (1984) 83-94); cf. 4. 5 e 15.

³² *Hor. Carm.* 2.7. Veja-se DU QUESNAY (1984) 57: «... after Philippi, Horace changed sides. He joined Maecenas and that means that he committed himself to support of the Triumvirs and of Octavian».

³³ Refiro-me aos anos 23/22 e 8 a.C.; cf. Tac. *Ann.* 3. 30; Suet. *A.* 66. 6.

³⁴ Ver CIZEC (2008) 140-142, para quem Cremúcio Cordo foi vítima do ódio de Sejano; CITRONI (2006) 642-643. Em relação a Cássio Severo (ver infra n.114), diz Tac. *Ann.* 1. 72 que, por iniciativa de Augusto, ele foi a primeira vítima de uma interpretação abusiva da antiga *lex maiestatis*, condenado ao exílio, provavelmente em 8 d.C., por ter escrito libelos difamatórios contra particulares; quanto a Labieno, cujos escritos não seriam libelos, mas teriam dignidade literária, vendo os seus livros queimados, encerrou-se no túmulo, onde se deixou finar. Ver GIL (1985) 139-140.

³⁵ Citação de CITRONI (2006) 522; cf. 439-440.

³⁶ Para a independência de autores de origem equestre ou aristocrática, como o mimógrafo Labério, Varrão, Ático e os poetas neotéricos, cf. CITRONI (2006) 356-357. Parece que devemos enquadrar aqui figuras independentes como Messala, Asínio Polião, Salústio e Tito Lívio.

acordo com a moral tradicional, apresenta exemplos de harmonia conjugal³⁷. Neste aspecto, o relato da partida de Ovídio para o desterro, com a conseqüente despedida da esposa, na elegia *Tr.* 1. 3, é uma soberba proclamação de um exemplo do amor conjugal romano, o do próprio Ovídio e de Fábica, na qual se entrecruza a realidade romana com os motivos da amante elegiaca, das heroínas épicas e trágicas, numa linha de continuidade que liga a Aretusa de Propércio às protagonistas das *Heroides*, em especial Laodamia³⁸.

Para além de supor a ideia de um governante único para o corpo do império (cf. *Tr.* 2. 230-231), Ovídio também apresenta consonâncias frequentes com os lemas da política augustana³⁹, particularmente na primeira versão dos *Fastos*, anterior ao exílio e dedicada a César Augusto, conforme confessa o próprio autor (cf. *Tr.* 2. 549-553), onde a afirmação da religião como *instrumentum regni* contraria a mensagem lucreciana e se aproxima do movimento restauracionista religioso de Augusto⁴⁰, cuja divinização é referida no final de *Fastos*⁴¹ e cantada no fecho das *Metamorfoses* (15. 745-870), onde, sob a tutela de Vénus e em ligação com a lenda troiana (cf. *Fast.* 4. 120-124), o *sidus Iulium* assinala a divinização de Júlio César e a futura apoteose de Augusto, sem que se possa em qualquer desses momentos encontrar sinal de insinceridade⁴².

Note-se ainda que até no registo linguístico e conceptual Ovídio compreendeu a essência do regime augustano: assim, em *Fast.* 1. 282, o tema do encerramento das portas do Templo de Jano (*Caesareoque diu numine clausus ero*); em *Fast.* 1. 617-636, a exaltação e justificação do cognome de *Augustus*, partilhado com Júpiter⁴³; em *Fast.* 1. 709-724, o tema da paz simbolizado

³⁷ Catul. 61 e 68. 73-76 Protesilau e Laodamia; Cic. *Att.* 1. 18. 1 e *Fam.* 14. 1; Tib. 2. 2; Prop. 1. 15 e 2. 9 (exemplos mitológicos), 3. 12 e 4. 3. 49: *Omnis amor magnus, sed aperto in coniuge maior*; Ov. *Am.* 3. 13; *Ars.* 3. 1. 15ss.; *Tr.* 3. 3 à esposa, *optima coniunx*; *Met.* 8, e.g 631ss. (exemplo de Filémon e Báucis); Tac. *Ann.* 1. 33; Agripina caracterizada por *castitate et mariti amore*, 1. 41. 3: por *praeclara pudicitia*; 3. 33-34: discurso de Valério Messalino e de Druso contra a proposta de impedir os governadores de província de levarem as esposas no séquito. Para exemplos de amor conjugal e adultério em Ovídio, ver FRÉCAUT (1972) 232 e, no geral, GRIFFIN (1985) 112 ss., em esp. 141 n. 95.

³⁸ Prop. 4. 3; Ov. *Ep.* 13 (Laodamia e Protesilau), *Tr.* 4. 3 (Fábica como esposa fiel e amante elegiaca), 5. 14. 28 e 36 e *Pont.* 3. 1. 73 e 105 ss.: *socialis amor*; cf. FEDELI (2008) esp. 109-110 n. 78.

³⁹ Ov. *Tr.* 2. 61-64 afirma que os seus livros estão cheios de elogios de Augusto, tanto os que foram objecto de reprovação passada como os que se anunciam para as *Metamorfoses* (*Tr.* 2. 555-562), que receberam inspiração do mesmo Augusto, a quem dedicara os *Fastos* (*Tr.* 2. 547-552; em 14 dC, em nova edição, a dedicatória passa para Germânico). Independentemente da discussão sobre a natureza da *adulatio* ou até sobre alguma ironia, certo é que o mesmo Ovídio dirá que Augusto estaria pronto a perdoar (*Pont.* 4. 6. 13-16), como escreve LUISI (2008) 37 («Lo stesso Ovidio ebbe sentore del perdono di Augusto»), relacionando com a hipotética reaproximação de Augusto a Agripa Póstumo nos anos 7 e 8 dC, promovida por Q. Fábio Máximo (cf. Plin. *Nat.* 7. 150, Tac. *Ann.* 1. 5, D. C. 56. 30).

⁴⁰ *Fast.* 3. 415-428 sobre a importância do título de pontífice ou *titulis pontificalis honor*.

⁴¹ *Fast.* 4. 954, que associa Febo, Vesta e Augusto: *aeternos tres habet una deos*.

⁴² McKEOWN (1984) 187, referindo-se aos *Fastos*, fala em «inability to accommodate such passages to the general spirit of the poem»; GALINSKY (1996) 228: «It makes no sense to call him anti-Augustan or un-Augustan; in a way, he is the truest product of the Augustus age».

⁴³ *Fast.* 608: *hic socium summo cum Iove nomen habet*.

pelo Altar da Paz ou *Ara Pacis*; em *Fast.* 5. 545 ss., a referência ao Templo de Marte Vingador e à recuperação dos estandartes perdidos por Crasso frente aos Partos; em *Fast.* 2. 119-142, a analogia entre Júpiter e Augusto, explorada a favor deste, com ênfase no título de *pater patriae* e de *princeps*, por oposição a *dominus*⁴⁴. Gera-se mesmo a ideia de um vicariato de Júpiter⁴⁵ semelhante ao preceituado em Cícero para o governante ideal⁴⁶.

Em suma, como escreve J.-P. Martin, «Ovide a réalisé là le travail de compréhension le plus précis qui ait jamais été fait de la pensée et des désirs d'Auguste»⁴⁷.

De resto, os amores galantes e sem compromisso afectivo que Ovídio apresenta em *Amores*, *Arte de Amar* e *Remédios de Amor*⁴⁸, têm por objecto uma *amica*, *meretrix* ou *puella* cuja característica básica é a infidelidade ou a partilha do seu amor, características da *meretrix* já retratadas no teatro plautino. Desse modo, dificilmente podiam ser ofensivos da moral⁴⁹, tradicionalmente tolerante

⁴⁴ Cf. Cic. *Rep.* 1. 64; Ov. *Tr.* 2. 39 e 181.

⁴⁵ Em *Tr.* 2. 54-55 refere-se-lhe como *deus* e *vir maxime*, onde *deus* é, portanto, elogio exagerado, a exemplo de Verg. *Ecl.* 1. 6-8 (*deus*) vs 1. 42 (*illum ... iuvenem*), como observa RAMAGE (1987) 100 n. 243. Para a apoteose de Augusto, cf. Hor. *Ep.* 1. 17. 33-35 (alusão) e, para o vicariato de Júpiter, *Carm.* 1. 12; Plin. *Nat.* 27. 3 em relação ao império romano. Para uma leitura crítica ou até paródica dos motivos augustanos em Ovídio, vejam-se, no presente volume, os contributos de P. F. Alberto, em relação a *Tr.* 3.1 (só na superfície poderiam as referências condizer com a ideologia augustana; opinião contrária tem FEDELI (2008), e.g. 87-88, a propósito de *Tr.* 1. 3), de D. Lucas sobre as *Metamorfoses*; cf. McKEOWN (1984) 169-187 sobre os *Fastos*.

⁴⁶ Cic. *Rep.* 1. 50 e 56, em conjugação com a missão de governar a terra imposta por deus ao homem, tal como é exposta no Sonho de Cipião, e.g. 6. 13 (cf. OLIVEIRA (2008a) 254 n. 115; Hor. *Carm.* 1. 12 e 3. 5; Ov. *Tr.* 2. 33-40 e *Fast.* 2. 131-132.

⁴⁷ MARTIN (2006-2008) 88.

⁴⁸ FRÉCAUT (1972) 230: «Ovide annonce dès l'abord son dessein qui est d'étudier uniquement la technique des liaisons galantes, d'en dégager des règles qui serviront à l'édification des libertins; sans doute, il délimite clairement son champ d'observation d'où il veut bannir tout ce qui se rapporte au mariage, à la famille, à l'adultère». Posso interpretar como consciência de ausência de ilícito ou contrário à ideologia augustana o passo de Ov. *Ars* 1. 33: *Nos Venerem tutam concessaque furta canemus*, que o próprio cita em *Tr.* 2. 249, em resposta aos seus detractores, que pelos vistos eram antigos (Ov., *Rem.* 361-398). Opinião contrária tem BOYD (1997) 16: «Ovid uses the normally conservative role of didactic poet to challenge and subvert the moralizing legislation characteristics of Augustus' reign ... cause of eventual exile». Ora a condenação da poesia erótica em *Rem.* 757-766 é justamente feita no quadro da cura do amor-paixão, que em Verg. *Ecl.* 10 aparece sem remédio. Ver infra n. 81.

⁴⁹ Especificamente em relação à *Ars*, o próprio Ovídio abona com uma citação que nela não existe nada contrário à leis (*Tr.* 2. 239 ss.: *nullum legisses crimen in Arte mea ... non tamen idcirco legum contraria iussis ... Nil nisi legitimum concessaque furta canemus* (cf. Pont. 3. 3. 69); v. 305-306: *Et procul a scripta solis meretricibus Arte / summovet ingenuas pagina prima manus*. O problema era essencialmente ideológico: a *leuitas* e o *otium* neotéricos — e Ovídio insiste no carácter de devaneio e jogo, com frequência irónico, da sua poesia erótica — o seu epítáfio quadraria com a epigrafe TENEROVIVM LVSOR AMORVM, de acordo com *Tr.* 3. 3. 73-75, cf. 4. 10. 1 —, contradiziam a *gravitas*, a *seueritas* e o *onus* ou *pondus* tradicionais (Ov. *Tr.* 2. 213 ss.); todavia, mesmo na elegia por vezes ocorrem tonalidades épicas (cf. Tib. 1.7, a Messala) e os elegiacos ocasionalmente avançam para estilos mais elevados, como na narrativa das *Metamorfoses*, concebida como uma alternativa à *Eneida*, no dizer de GALINSKY (1996) 262.

com esses amores desde que não estivesse em causa o património familiar, a reputação ou o cumprimento dos deveres cívicos⁵⁰. E não me parece fácil contestar que, sob o ponto de vista da temática amorosa, Ovídio não diz nada que já não tivesse sido dito por neotéricos e elegíacos, herdeiros da poesia alexandrina e da Antologia Palatina, e de forma muito mais ofensiva para a ideologia augustana⁵¹, ou mesmo que não estivesse já delineado na comédia nova, na comédia latina⁵², na sátira de Lucílio, em Lucrécio e Horácio⁵³.

E até mais do que nos precedentes literários, o tema dos amores galantes fazia parte da vida quotidiana, que convivia com profusa iconografia de exemplos de amores ligeiros reminiscentes da mitologia, do drama, da épica, da pintura e da escultura⁵⁴.

3. Alargamento da cultura. Literacia feminina

Uma das grandes características do final da República e início do Principado é uma verdadeira explosão da divulgação da cultura e da literacia, que, sendo comprovada inclusive com a descoberta de bibliotecas em campos militares, do Eufrates à Britânia⁵⁵, se estende de modo especial ao público feminino e fornece uma explicação sociológica para o facto de a mulher se ter tornado fonte de inspiração na elegia amorosa⁵⁶.

No caso da cultura feminina, os precedentes explícitos não são muitos, mas existem, com registos em Lucílio, em Terêncio, no epitáfio de Cornélia mãe dos Gracos, do séc. II a.C. («aprazível a sua fala»)⁵⁷.

Sendo certo que a poesia neotérica supõe um círculo literário restrito onde a mulher era elemento activo, todavia, a obra de Ovídio é, nesse aspecto, a

⁵⁰ Cf. Ov. *Fast.* 4. 133-164, sobre Vénus *Verticordia*; Cic. *Cael.* 28, 42-43, 48 ss.

⁵¹ Ov. *Tr.* 370: *Denique composui teneros non solus amores*. Neste ponto, concordo com HABINEK (1998) 155-156: a auto-defesa de Ovídio oferece a Augusto uma oportunidade para alterar o castigo.

⁵² O próprio Ovídio o recorda em *Tr.* 2. 369: *Fabula iucundi nulla est sine amore Menandri, / et solet his pueris virginibusque legi* «Não há comédia do popular Menandro despojada de temática amorosa, / e ele é correntemente lido por rapazes e donzelas». A relação entre comédia, e mesmo tragédia, e elegia está bem documentada em GRIFFIN (1985) 203-210, e cito p. 207: «These resemblances between Comedy and Elegy are more than verbal echoes. They relate to central ideas and attitudes of the genre».

⁵³ Ver OLIVEIRA (2009).

⁵⁴ Cf. Pl., *As.* 174-175: figura da meretriz em escultura e pintura; Ter., *Eu.* 583-589: contemplação de pintura de Júpiter e Dánae prepara o estupro (cf. Prop. 2. 32. 59-60 e GRIFFIN (1985) 139: «a woman taking money»); carne 64 de Catulo (bodas de Peleu e Tétis, com éfrase de pintura do mito de Teseu e Ariadne a ilustrar os perigos do adultério; Prop. 2.6.27 ss., sobre pintura erótica de paredes; Ov. *Met.* 10. 242-297: estátua feita por Pigmalião («womanufacture», como escreve WYKE (2002) 161-163); *Tr.* 2. 420, 521-528, 523-524: pintura erótica exposta em público e em privado; cf. Plin. *Nat.* 35. 17-18, 70 e 72; 36. 22 e, para as artes decorativas, 14. 140: *uasa adulteris caelata* e 33. 04: *Auxere et artem uitiorum irritamenta; in poculis libidines caelare iuuit ac per obscenitates bibere*.

⁵⁵ HABINEK (1998) 118. A inscrição de Vîpasca é também elucidativa.

⁵⁶ Cf. Prop. 2. 1. 4: é a amada que dá inspiração; GRIFFIN (1985) 54-55.

⁵⁷ Sobre a cultura feminina, em especial da matrona de classe elevada, ver HEMELRIJK (1999).

mais clara afirmação da importância dos novos públicos, não pela inexistência de precedentes isolados de voz feminina⁵⁸, mas por um conjunto de factores explícitos que claramente lhe permitem definir um público-alvo feminino e generalizado: a dedicatória do livro III da *Arte de Amar*; o facto de o destinatário implícito de *Remédios de Amor* ser também feminino; o surgimento de uma literatura com voz e pontos de vista femininos nas *Heroides*⁵⁹. É extremamente sintomático que Ovídio tenha consciência desta realidade sociológica irreversível quando se defende dos detractores que, embora concedendo que o público de Ovídio não são as matronas, o acusam de permitir que estas aprendam as malas artes dos amores lascivos junto daquelas a quem o livro é destinado. Contrapõe ele que isso seria supor que uma matrona ficaria impedida de ler o que quer que fosse (v. 265: *crimen liber omnis habebit*), pois nos mais insuspeitos autores, como Ênio, irá encontrar histórias de devassidão⁶⁰.

Sendo este o exemplo sociologicamente mais relevante dos novos públicos, não é de menos importância a feitura das obras em função de um público de não especialistas, o que supõe uma vertente de divulgação que encontramos em Cícero, com a escolha do diálogo como forma de cativar público vasto em obras como *Tusculanae*, *De senectute*, *De amicitia*; no Horácio das *Sátiras*; em Varrão, no *De uita populi Romani* e nas *Sátiras Menipeias*; em Tito Lívio; em Higino; em Germânico e em Plínio o Antigo⁶¹. Tal alargamento torna possível a decisão de Ovídio de não dedicar a sua obra a um destinatário individualizado, mas ao público em geral, indeterminado e vasto.

⁵⁸ Sobre o círculo catuliano, cf. CITRONI (2006) 347. Recordem-se a poesia neotérica das filhas de Hortênsio e de Cornifício (CITRONI (2006) 356); a Semprónia de Sal. *Cat.* 25 (*posse uersus facere*); a *saphica puella* de Catul. 35; o epitáfio de Cornélia em Prop. 4. 11; a carta de Aretusa a Licotas em 4.3; a poesia de Sulpícia (Tib. 3. 8-18). Em relação à maioria destas vozes femininas, poesia de autoria masculina, HABINEK (1998) 122 ss., e.g. 130, usa a expressão «ventriloquism» para se referir à inexistência de expressão oral feminina e de falta de visibilidade social própria (casos das *Heroides* de Ovídio e da Élia Gala de Prop. 3. 12); uma perspectiva feminista encontra-se em WYKE (2002), esp. 155-191.

⁵⁹ Prop. 2. 13. 11-12: «Que o meu prazer seja recitar versos no regaço de uma jovem culta, / E ver os meus poemas aprovados pelos seus ouvidos sinceros»; 2. 24. 22; 3. 3. 19: *turba puellarum si mea uerba colit?*; cf. Ov. *Tr.* 2. 435-436 (referência a Perila, um caso bem destacado; HABINEK (1998) 134-136, na p. 124 observa que, no geral, «learned women are not in turn authors»; cf. 9. 209-210 para exemplos contrários).

⁶⁰ Ov. *Tr.* 2. 253-264; em *Pont.* 3. 3. 49-69: Amor atesta que não ensinou adultérios a matronas; cf. Tib. 3. 1. 7-8, atribuído a Lígdamo: *Carmine formosae, pretio capiuntur auarar: / gaudeat, ut digna est, versibus illa meis*. Todavia, o argumento é essencialmente formal; cf. HEMELRIJK (1999): «the type of the *docta puella* poetry adored in love poetry may have inspired some upper-class women to follow their example in certain respects». A meu ver, está aqui implícito o receio de confusão entre matrona e *meretrix*; cf. WYKE (2002) 35 para a conexão entre amante elegíaca e mulher augustana e 113-114, sobre a Cíntia e a Aretusa de Propércio; e OLIVEIRA (2009).

⁶¹ A procura de destinatários que não são «os mais doutos» liga sintomaticamente Lucílio a Cícero e Plínio o Antigo; ver Cic. *Rep.* 1. fr.1c = Plin. *Nat. praef.* 7: *praeterea est quaedam publica etiam eruditorum reiectio. Virtus illa et M. Tullius...: nec doctissimis. Manium Persium haec legere nolo, Iunium Congium uolo. Quod si hoc Lucilius.*

No final da República, o interesse pela cultura alarga-se extraordinariamente e abrange campos que vão da pintura à geografia e etnografia e se espelham em excursos astronômicos, geográficos e etnográficos de autores tão diversos como Cícero, Salústio, César, Ovídio, Séneca⁶² ou Tácito, e em domínios tão variados como os *exempla* retóricos, os *mirabilia*, a mitologia, a botânica, a astrologia e a zoologia, assumindo uma vertente unificadora no enciclopedismo de Varrão e de Plínio o Antigo.

O incremento da cultura era de tal modo forte que Roma se sente guindada à condição de centro cultural, ideia a que Cícero dá voz no *Discurso em Defesa do Poeta Arquias*, ao atribuir a Roma a capacidade de exercer um *ingenii iudicium*, isto é, decidir, premiar e consagrar a qualidade artística, destinando à imortalidade o poeta que, ao celebrar Roma, também a destinara à perenidade⁶³. É esta a essência do discurso, que sintomática e coerentemente desvaloriza o caso jurídico em apreço.

É também revelador que a própria anomia de algumas ordens sociais, incluindo a dos *equites*, que se virá a transformar numa elite funcional fortemente empenhada na produção intelectual e na promoção da cultura, gerará um desenvolvimento cultural de extrema amplitude, que vai da exposição pública e privada de obras de arte, mapas arquitectónicos, leituras públicas com respectivos auditórios, bibliotecas públicas, como a projectada por César e Varrão e depois aberta por Asínio Polião no templo de Apolo no Palatino, em 28 a.C., a suceder às bibliotecas privadas ou semi-públicas anteriormente existentes, como a de Luculo, cenário dos livros III e IV do *De finibus* de Cícero, até à movimentação editorial implícita tanto nos *paedagogia* de Ático como nas sucessivas reedições de Ovídio. Recordem-se ainda os livros ilustrados, as esferas e planisférios para estudar astronomia, as técnicas de restauração, o surgimento de museus e parques zoológicos⁶⁴.

Tão grande fermentação intelectual, que transforma a cultura em moda, com o inerente snobismo e exagero de alguns (cf. Cic. *Fin.* 1. 10), implicava porventura uma cultura livresca que por vezes seria mais superficial do que profunda, fornecida por cartilhas, colectâneas, pintura, prontuários de leitura rápida, catálogos de *exempla* retóricos tipificados e repetitivos. Seria este tipo de cultura, de que recordamos os *Erotika Pathemata* do poeta helenístico Partênio, que em parte tornava possível uma literatura como as *Metamorfoses* e *Fastos* de Ovídio, os *Facta ac dicta memorabilia* de Valério Máximo, dedicados a Tibério, e a sobredose de referências mitológicas nos elegíacos em geral, com excepção

⁶² Para citar um único exemplo, veja-se o catálogo das cidades gregas em Sen., *Tro.* 814-861, onde a curiosidade geográfica das troianas quase esconde as suas dores de cativas.

⁶³ A expressão *ingenii iudicium* é-me sugerida por Plin. *Nat. praef.* 6 e 7. 108.

⁶⁴ Depois da primeira em 39 a.C., a abertura de bibliotecas públicas teve seguimento imediato com as instaladas por Augusto no Templo de Apolo em 28 a.C. e no pórtico de Octávia em 23 a.C.; sobre a presença de temática amorosa em todos os géneros e autores, cf. Ov. *Tr.* 419-420,: *Suntque ea doctorum monumentis mixta uirorum, / muneribus ducum publica facta patent* «E esses temas, misturados com as obras de doutos varões, / foram postos à disposição do público graças à munificência dos chefes». HABINEK (1998) 103-121 procura demonstrar que a aristocracia curou de enquadrar tal movimento de modo a continuar a sua hegemonia.

de Tibulo, que haveria de provocar uma completa expurgação posterior de todo o aparato mitológico em Lucano.

Por outro lado, o interesse do grande público pela cultura tornava a própria cultura ainda mais apetecível como arma de condicionamento da opinião, através da propaganda e do mecenatismo cultural. Horácio revela consciência desse movimento, no qual todavia vê necessidade de acautelar a escolha criteriosa dos veículos da mensagem⁶⁵.

4. Demografia

No plano demográfico, o final da República e inícios do Principado é também um momento de crise, tanto na questão da natalidade como na taxa de mortalidade. O problema demográfico torna-se de importância acrescida por razões de recrutamento de tropas, sendo por isso mais agudo em momentos de guerras prolongadas e em especial durante as proscricções e guerras civis, mas também por necessidade de recrutamento de pessoal administrativo para gerir um império cada vez mais largo e em vias de centralização burocrática, e não apenas política.

Para resolver o problema da base de recrutamento militar, os Romanos, que não tinham a tradição de utilizar tropas mercenárias, encontraram várias soluções: a imposição de obrigações militares nos tratados celebrados aquando da *deditio* ou da integração no Estado Romano; o alargamento da base de recrutamento com a remuneração do serviço militar; a extensão da duração do serviço; e, sobretudo, o recrutamento de tropas auxiliares, que eram as primeiras a entrar em combate⁶⁶, com os legionários a só serem lançados na batalha em situações mais difíceis⁶⁷ — prática que os inimigos dos romanos viam como sinal de fraqueza⁶⁸.

Uma consequência lateral desta situação concretizou-se na devoção dos militares ao seu chefe, aquele que lhes garantia o pagamento do soldo e, sobretudo, de um montante significativo no termo do serviço, que significava de facto o pecúlio da reforma⁶⁹. Não podemos esquecer que a noção de segurança social ou estado providencial não existia e que a satisfação das expectativas das tropas era uma condição de segurança que, à falta de pagamento em espécie, era satisfeita com a distribuição de terras, muitas delas confiscadas ou expropriadas. Foi o que sucedeu na Campânia, em 59, para os veteranos

⁶⁵ Hor. *Ep.* 2. 1, 2. 2. 1-140, 2. 3 (Carta aos Pisões); cf. HABINEK (1998) 88-102.

⁶⁶ Cf. Tac. *Ann.* 3. 45, Sílio avança contra Sacrovir ... *cum legionibus duabus incedens praemissa auxiliari manu.*

⁶⁷ Tac. *Ag.* 18, 32, 35-36.

⁶⁸ Ver Tac. *Ann.* 3. 40. 5 (discurso de Sacrovir): *nihil ualidum in exercitibus nisi quod externum.* Para os problemas militares em geral, remeto para o contributo de J. Varandas, neste volume.

⁶⁹ Os *Commentarii* de Sila e de Júlio César, ao fixarem nomes de simples soldados, deixam perceber essa realidade; Sal. *Cat.* 11. 5-6 culpa Sila pela perversão do exército para assegurar a sua lealdade (cf. *Jug.* 96); Tac. *Ann.* 1. 17. 6-9 testemunha a rebelião de tropas por causa do soldo; cf. Suet. *Jul.* 25. 5 (César duplicou o soldo), *A.* 49 (importância da questão: *ad certam stipendiorum praemiorumque formulam adstrinxit*), Nero 32. 1 (*ut stipendia quoque militum et commoda ueteranorum portrabi ac differri necesse esset*).

de Pompeu, e depois da batalha de Filipos em 42, com desapossamentos que deixaram eco nos *Rerum rusticarum libri* de Varrão, atingiram a propriedade do poeta Virgílio (cf. *Ecl.* 1 e 9) e acaso também a de Horácio, e são referidas por Suet. *Jul.* 38. Foi o que também sucedeu quando Augusto desmobilizou 32 legiões após a batalha de Áccio⁷⁰.

Mas se para o recrutamento militar se encontravam várias soluções, já o fomento da natalidade de cidadãos e a sua preparação ou educação para tarefas de cidadania e de exercício de funções administrativas e dirigentes se revelava mais difícil. A situação já se colocara durante a II Guerra Púnica, por 131 a.C., certamente perante um quadro demográfico negativo relacionado com as inúmeras guerras e a necessidade de governar mais territórios, tendo Q. Cecílio Metelo Macedónico pronunciado um discurso em defesa da natalidade (*de prole augenda*), conhecido através de Aulo Gélio e com eco em Lucílio, fr. 678-9 M. Tal situação agravara-se posteriormente, a partir da época dos Gracos, com a violência política, as proscricções de Sila e posteriormente dos triúmviros, a Guerra Social, as revoltas do escravos e, finalmente, as Guerras Civis, a afirmação de Augusto e do seu regime, circunstâncias que provocaram dizimações por toda a Itália e em escala inaudita, com as proscricções do II Triunvirato a liquidarem, só por si, 300 senadores, entre eles Cícero, e 2000 *equites*. Mesmo quando essas guerras fratricidas, *plus quam ciuilia*, se passavam fora de Itália⁷¹, como Dirráquio, Farsalo, Filipos e Útica, os seus agentes eram cidadãos romanos e as chefias das camadas dirigentes.

A situação era agravada por dificuldades e obstáculos insuspeitos à procriação: pesadas restrições, inclusive de ordem económica, como a limitação da fortuna à propriedade fundiária, recaíam sobre os senadores; novas regras de higiene, como os banhos quentes, provocavam infertilidade masculina, e a água canalizada fazia grassar o saturnismo; hábitos alimentares prejudiciais, como as *cenae* recheadas de iguarias exóticas, causavam graves problemas de saúde⁷²; filosofias que apregoavam a misantropia, como o cinismo, ou que consentiam o casamento mas sem entusiasmo, como o epicurismo, ou que, no caso de alguns estóicos, celebravam ideais teóricos e contemplativos, constituíam obstáculos pouco consentâneos com apego à família ou preocupações com a procriação.

É também de admitir que a mesma consequência resultasse da nova ênfase no amor-paixão, que está presente em Virgílio, tanto na figura trágica de Dido na *Eneida* como nas *Bucólicas* e até com tonalidades homo-eróticas, como nas *Ecl.* 2. 8 e 10 ou em Catulo e Tibulo, inclusive na arte de amar pederástica

⁷⁰ Ver Hor. *S. 2.* 6. 55 ss.; *Res Gestae* 3 (instalação de 300.000 veteranos em colónias, que terão sido 28), 15. 3, 16 e 17 (BRADLEY (1997) 463). A devoção ao chefe era uma consequência tanto da reforma militar mariana, com recrutamento de *capite censi* e respectivo pagamento, como dos precedentes de recrutamento privado de legiões para intervenção em favor do Estado, sejam os casos de Pompeu durante a Guerra Social (Plin. *Nat.* 7.95-98) e de Júlio César nas campanhas da Gália (Suet. *Jul.* 24. 2).

⁷¹ Evoco a expressão *bella plus quam ciuilia* de Luc. 1. 1.

⁷² Cf. Catul. 44. 1-9; Hor. *S. 2.* 2. 70 ss.; Plin. *Nat.* 9. 104, sobre a moda de peixes e mariscos: *ex tota rerum natura damnosissimum uentri mare est tot modis*; 14. 137 ss.; 26. 43: *eoque mores uenere, ut homo maxime cibo pereat*.

da elegia 1. 4. Esse novo ideal viria a ser transposto para o interior da relação matrimonial e nesta buscaria os modelos de conjugalidade e fidelidade inerentes aos códigos do amor elegíaco, em especial com Propércio, o qual «procurou recuperar, na nova ética do amor livre, certos valores específicos do casamento e investi-los daquele calor passional que, no matrimônio, era normalmente desvirtuado»⁷³. Ora, para além de retardar o casamento, tal ênfase levaria à preferência por uniões em que a procriação era uma impossibilidade ou um inconveniente, sobretudo para a mulher, ou que, mesmo dando filhos, não produziam cidadãos⁷⁴.

Aduzo uma última razão para a dizimação da camada dirigente e o desaparecimento de famílias da aristocracia e da nobreza: a anomia decorrente, por um lado, dos novos papéis, mais activos, igualitários e masculinizados da mulher, que poderia provocar no masculino algum desconforto⁷⁵, e, por outro, a dificuldade de adaptação a um novo tipo de relacionamento com a comunidade cívica e com o regime, o que, mesmo descontando a *clementia* de César e em parte de Augusto, levou a oposições e, sobretudo, à banalização do suicídio, muitas vezes aceite em alternativa à execução, outras vezes adoptado como protesto, e em consequência exercido num ambiente encenado (cf. Tac. *Ag.* 42 *ambitiosa morte*); de qualquer forma, os processos movidos por delatores de classes elevadas contra os seus pares, que têm precedentes na época dos Gracos, anunciam uma verdadeira autofagia no ambiente da corte ou no Senado, que julgava as causas onde os senadores estavam implicados⁷⁶.

A *relegatio* de Ovídio pode ser exactamente relacionável com esta anomia, se o *crimen* praticado tem a ver com conhecimento ou implicação nalguma

⁷³ Veja-se Tib. 3. 3. 31-32: *Haec alii cupiant; liceat mihi paupere cultu / securo cara coniuge posse frui* (atribuído a Lígdamo); cf. CITRONI (2006) 567. Por outro lado, o modelo elegíaco vai colorir a relação conjugal, como quando Ovídio transforma a *uxor amans* Fábria em heroína elegíaca (cf. *Tr.* 1. 3; FEDELI (2008) 90-94 e 111).

⁷⁴ Cf. *Ov. Am.* 2. 13 e 14. Para uma abordagem do problema do aborto e contracepção, ver OLIVEIRA (2008b), em esp. p.73, 77 e 81-82 e notas correspondentes; e, neste volume, o capítulo de C. S. Pinheiro.

⁷⁵ Para o importante papel social e político desempenhado pelas mulheres dos exilados e para a imagem da mulher masculinizada e castradora em Ovídio, ver no presente volume, respectivamente, o contributo de J. N. Torrão — E. M. Oliveira (também FEDELI (2008) 103-104 observa que o argumento da *utilitas* justifica que Fábria não se suicide para poder prestar auxílio a Ovídio exilado) e os de C. André e de C. M. Mora. O igualitarismo sexual, por vezes sob a forma de primazia, iniciativa e violência da mulher, é um pressuposto em Lucrécio e na imagem da Lésbia de Catulo, e.g. 8, 107 e 109; Tib. 1. 6. 67-72, 2. 1. 75-78, 2. 3. 79 (*imperium dominae*; cf. Cic. *Cael.* 67, *imperatrix* para definir Clódia) e 2. 4; Prop. 2. 20. 27: *Cum te tam multi peterent, tu me una petisti*; diria mesmo que é a condição do *seruitium amoris* elegíaco e dos motivos do *exclusus amator* e do *paralausithyron*, «serenata diante de uma porta fechada». Ver GRIFFIN (1985) 54-55 (capacidade de a mulher dizer não ao amante); 206-207 (a sujeição do amante à mulher tem origem na comédia plautina).

⁷⁶ Tac. *Ann.* 3. 66. 1: *Paulatim dehinc ab indecoris ad infesta transgrediebantur*; CITRONI (2006) 239-240: delatores lançam ataques contra a aristocracia senatorial na época dos Gracos. A *Lex Paedia de interfectoibus Caesaris* de 43 a.C. punia com interdição de água e fogo e confiscação de bens dos cesaricidas, recompensando os delatores (crime tipificado como *parricidium publicum*); ROTONDI (1966) 435; SUERBAUM (1971) 61-99, esp. 69 n. 21.

conjura⁷⁷, ou mesmo se, como me parece mais provável, as opiniões de Ovídio se inclinaram para o elogio de uma linha política antoniana, hostil a Tibério e favorável a Germânico, ou foram consideradas *conuicium* «vitupério» contra a pessoa do príncipe e portanto sancionadas com base na *lex maiestatis* existente desde tempos republicanos⁷⁸.

Como procurou Augusto resolver estes problemas demográficos? Antes de mais, repita-se que o que preocupava Augusto era a carestia de cidadãos, e, antes de mais, de cidadãos da elite, conforme decorre do clausulado da legislação que promulgou em 18/17 a.C. (*lex Iulia de adulteriis coercendis* e *lex Iulia de maritandis ordinibus*), e que veio a reformular em 9 d.C. com a *lex Papia Poppaea*, com o objectivo de regular a moral sexual e incrementar a natalidade. Mas torna-se difícil imaginar Augusto ofendido por uma *Arte de Amar* publicada por Ovídio entre 1 a.C. e 1 d.C., pior ainda reagindo uns 7 anos depois da sua publicação e um quarto de século distante da primeira legislação moral⁷⁹.

Este raciocínio parece-me igualmente válido mesmo no caso de se admitir que o poeta finge quando insistentemente apregoa que o seu amor galante não é o amor procriativo e regulado pelo casamento, mas o amor multívago de Lucílio, de Lucrécio e de Horácio. E cabe recordar, a este propósito, que a ocorrência de termos como *matrona*, *uir*, *uxor* não se refere necessariamente a uma relação matrimonial, menos ainda quando Propércio, antecedido por Catulo, transfere a linguagem e os conceitos matrimoniais para o âmbito do amor-paixão⁸⁰.

Além disso, também como Lucrécio e Horácio, e de certo modo como Propércio, 1. 4, Ovídio vai oferecer, em *Remédios de Amor*, os meios para a cura do amor-paixão e medicar aqueles que, contra o objectivo explicitado no prólogo da sua *Ars*, 1. 1-34, se tinham desviado de um amor guiado pela razão. Este papel de mestre e de médico do amor é rastreado na recorrência dos termos *ars*, como em *arte regendus Amor*, ou *doctus*, *magister*, *praeceptor*, *peritus*, e em metáforas várias⁸¹. Poderíamos mesmo acrescentar que o amor

⁷⁷ O *error*, distinto de *scelus*, referido em *Trist.* 2. 109 e 208, 4. 10. 90.

⁷⁸ A suposição de um erro político real e enquadrável no crime de lesa-majestade (ver, entre outros passos, *Tr.* 1. 5. 84: *laesi ira dei*, 2. 108: *laeso numine*, 3. 6. 23: *laesi Caesaris ira*, 4. 10. 98: *laesi principis ira*) parece-me defendida com bastante lógica por LUISI (2008) esp. p. 23-25 (sobre o triângulo amoroso entre Helena, Menelau e Páris) e 31-45; no presente volume, relacionam-se com esta problemática as comunicações de N. S. Rodrigues e de R. Furtado, cujo levantamento prosopográfico desvaloriza a tradicional oposição entre Júlios e Cláudios.

⁷⁹ *Ov. Tr.* 2. 543-544: *Ergo quae iuueni mihi non nocitura putavi / scripta parum prudens, nunc nocuere seni* «Assim, escritos que julguei não me iriam prejudicar sendo um jovem pouco prudente, me prejudicam agora que sou velho»; cf. GIL (1985) 140-141; GALINSKY (1996) 268-269.

⁸⁰ Cf. GALINSKY (1996) 272 ss. Ver *Tib.* 1. 6. 15: *fallacis coniunx incaute puellae*; *Prop.* 2. 6. 42: *semper amica mihi, semper et uxor eris* «serás sempre a minha amada, e sempre também a minha esposa»; o amor é *fides* e *foedus* duradouros em *Prop.* 2. 20. 34: *ultima talis erit quae mea prima fides*; o uso do termo para uniões entre escravos é atestada em inscrições e já é causa de controvérsia em Pl., *Cas.* e.g. 69: *Seruim uxorem ducent aut poscent sibi?* «Uns escravos vão casar-se ou vão pedir alguém em casamento?» (trad. de A. Couto: *Plauto, Cásina*, Lisboa, 2006).

⁸¹ Este raciocínio arreda a hipótese de os *Remedia* serem uma palinódia ou *retractatio*

meretrício, tal como em numerosas comédias plautinas e terencianas, poderia implicitamente funcionar como uma espécie de iniciação erótica e sentimental pré-matrimonial dos adolescentes romanos⁸².

Também nesta questão demográfica o imperador soube recorrer ao passado, mas introduzindo algumas nuances e até inovações. É mesmo impressionante a arte com que Augusto inovou sem poder ser acusado de não ter precedente republicano. De facto, o novo poder vai perfilhar inicialmente a clemência de César para justificar o perdão concedido a muitos pompeianos e estava mesmo disposto a poupar Catão de Útica se este não se tivesse suicidado, assim preservando famílias à custa da expectativa de futura não oposição ao regime; nalguns casos, o imperador vai refazer a fortuna de membros da elite para garantir o censo necessário à manutenção do *status* senatorial⁸³; promover elites municipais e provinciais, num movimento iniciado por Júlio César⁸⁴ e apoiado por Salústio; estabelecer programas de enquadramento da juventude através do *lusus Troiae* e, posteriormente, da *iuuentus neroniana* e da criação de *alimenta*; e dar isenções fiscais e visibilidade social aos progenitores de famílias numerosas.

Que a preocupação de Augusto era essencialmente com a classe dirigente, ressalta com clareza da já referida legislação sobre moralidade e natalidade: por um lado, os privilégios concedidos são directamente proporcionais ao *status* social, e, quando não são contestados⁸⁵, tornam-se apetecidos simplesmente porque davam visibilidade social, como no caso do *ius trium liberorum*, ou implicavam vantagens políticas ao descerem a idade mínima de acesso a magistraturas⁸⁶; por outro, as leis sobre manumissão procuram evitar libertações em massa, em especial as testamentárias, dificultando o acesso de ex-escravos à cidadania. É o caso da *Lex Fufia Caninia de manumissionibus*, de 2 a.C., e da *Lex Aelia Sentia de manumissionibus*, de 4 d.C.⁸⁷

(FRÉCAUT (1972) 235). Referindo-se às suas obras eróticas, o próprio Ovídio proclama que a maior parte é *mendax e ficta* (*Tr.* 2. 355). Ver supra n. 48.

⁸² OLIVEIRA (2006) 333-355, onde se recorda *Ter. Eu.* 930-940 (amor meretrício é uma prevenção para o futuro) e *Ad.* 149-152 (rito de passagem).

⁸³ Ver Suet. *A.* 40; Tac. *Ann.* 2. 37, sobre Marco Hórtalo ... *inlectus a diuo Augusto liberalitate decies sestertii ducere uxorem, suscipere liberos, ne clarissima familia extingueretur*, 2. 48: Tibério por um lado ajuda financeiramente, por outro deixa sair livremente do Senado os que haviam perdido a qualificação do censo necessário. Esta auto-exclusão parece uma das facetas da anomia da classe senatorial.

⁸⁴ A promoção de elites provinciais é representada na Hispânia pelos *Bocchi* de *Salacia* e pelos *Balbi* de Gades; e, de origem turdetana, pelos *Senecae* de *Corduba*, os *Trabii* de *Italica*. No presente volume, o capítulo de A. Guerra dá conta das transformações sociais e políticas na Lusitânia no tempo de Augusto. Quanto à política de Júlio César, cf. Suet. *Jul.* 76. 5 e 80. 3-4.

⁸⁵ Cf. Prop. 2. 7: alegra-se com a abolição de uma lei que obrigaria os celibatários a casar e que, por isso, o liberta de dar filhos e soldados à pátria; tratar-se-ia de um projecto de 28 a.C., que enfrentou oposição; cf. Hor. *Carm.* 3. 24; Tac. *Ann.* 3. 28, Suet. *A.* 34. 1-4 (lei contornada); GRIFFIN (1985) 23-24; GALINSKY (1996) 128 ss.

⁸⁶ É o caso implícito em Tac. *Ag.* 6; Plin. *Ep.* 10. 94 pede tal distinção para Suetónio Paulino, que não tem filhos.

⁸⁷ Sobre a legislação referida e seu conteúdo, ver ROTONDI (1966); GALINSKY (1996) 128-140.

Um outro aspecto curioso é que, tendo por objectivo moralizar uma sociedade que caíra na lassidão de costumes, sendo limitativa da liberdade individual e defensora de ideais tradicionais, como a estabilidade e a fidelidade conjugal consagradas nos ideais da *uniuira* e do homem de um só matrimónio⁸⁸, afinal de contas essa mesma legislação dificulta a oposição do progenitor ao casamento; estabelece prazos curtos para que viúvos e viúvas tornem obrigatoriamente a casar, assim contrariando a imagem de fidelidade ao defunto marido prometida pela Dido virgiliana, sem a poder louvar pelos amores com Eneias⁸⁹; impede um senador e seu descendente até ao 3º grau de desposar uma liberta; afrouxa a tutela sobre a mulher e, no fim de contas, mitiga as sanções sobre o divórcio; legislação posterior virá mesmo a desvalorizar o casamento por *confarreatio*⁹⁰.

Nesta medida, a legislação augustana, na sua pouca eficácia demográfica, mais não fazia do que reconhecer a realidade também constante da literatura, a progressiva emancipação feminina⁹¹, a desenvoltura de costumes e o desaparecimento das formas de casamento mais tradicionais, como o casamento *in manum* e a sua forma mais solene e elitista, a *confarreatio*.

Tal desenvoltura aparece referida em autores insuspeitos, como Horácio, *Carm.* 3.5, onde o elogio da idade de ouro trazida por Augusto, com a sua regeneração de costumes, vem a par de uma preterição de realidades que se pretendem esconder — lassidão de costumes, adultérios, incestos, maridos complacentes, de tal modo que o fecho parece um grito interior que adivinha um futuro bem pior («uma progénie ainda mais viciosa») —, como que antecipando os comportamentos relatados por Juvenal (1. 55-57) ou por Tácito: mulheres casadas, e até da ordem equestre, a reivindicarem o direito de se prostituírem, e maridos a consentirem (*Tac. Ann.* 2. 85); mulheres voluntariosas e imperialistas, que, no séquito dos generais, até dão ordens às tropas ou que, se deixadas em casa, logo se dariam ao adultério (*Ann.* 3. 33-34).

Ora a verdade é que, na sua própria vida privada, a *domus Caesaris* dava exemplo claro tanto de lassidão de costumes como da importância política das

⁸⁸ Em *Tac. Ann.* 2. 73. 3, Germânico é elogiado *uno matrimonio, certis liberis*; o termo *certus* ocorre em *Ov. Med.* 45 (*Certus amor morum est*), ideia que tem continuidade nos v. 49-50.

⁸⁹ A coloração elegíaca de Dido refere-se naturalmente ao livro IV da *Eneida*; cf. WYKE (2002) 97-98.

⁹⁰ Refiro-me a uma *lex de flaminica diali* hipoteticamente de 24 d.C. *Tac. Ann.* 4. 16 dá a explicação sociológica para a decadência do casamento por *confarreatio*, adivinhando-se a resistência das mulheres a tal estatuto, que juridicamente as inferiorizava.

⁹¹ A emancipação feminina tanto está ligada a normativos jurídicos (a viuvez e o divórcio transformavam a mulher em *sui iuris*, ajudando a explicar mulheres emancipadas como a Lésbia de Catulo (provavelmente a Clódia que Cícero denigre no *Pro Caelio* com laivos de *exclusa amica*), como ao poderio económico feminino (*Cic. Rep.* 3. 17: controvérsia sobre as heranças femininas), já visível na comédia nova e na comédia plautina e terenciana, com a figura da *uxor dotata*. No final da República e início do Principado, a popularidade crescente do mimo atesta seguramente a temática da mulher, com actrizes, costumes soltos, homossexualidade, adultérios e maridos traídos (cf. *Ov. Tr.* 2. 497 ss.), pendente libidinoso do ardente serviço amoroso feminino cantado por Sulpícia (*Tib.* 3. 11-13).

mulheres da *familia Caesaris*, agentes efectivos de poder e da sua legitimação, a par com o exército, o Prefeito do Pretório e os libertos imperiais⁹².

Terá a *relegatio* de Ovídio sido causada por essa nova realidade⁹³? Pelo menos parece deduzir-se que os acontecimentos muito recentes (*Tr.* 2. 97-99: *si non extrema nocerent ... ultima me perdunt*) são bastante posteriores à data da publicação da *Ars* e haviam sido causados por um golpe da *fortuna* (*Tr.* 2. 85 e 107), por um *casus* (v. 108), por uma única tempestade⁹⁴, o que é claramente incompatível com a publicação de livros que, tratando-se de *Ars* ou *Amores*, haviam tido várias datas de saída a público e já teriam sido objecto de nota censória ou de exclusão de bibliotecas⁹⁵. Ovídio queixa-se, em consequência, de ter o destino que não tiveram Tibulo — e quem não pensará na arte de amar homo-erótica da elegia 1. 4. 7-72, ou nas elegias 1. 2 e 6. 9? —, nem Propércio (*Tr.* 2. 463-466), nem Virgílio (*Tr.* 2. 533-538).

Mas, até pela incompatibilidade com necessidades de curto prazo, as restrições legais ou a censura moral não conseguem resolver o déficite demográfico, menos ainda problemas tão importantes como o da sucessão imperial, vendo-se o imperador na necessidade de recorrer a mecanismos já existentes na tradição romana, como a adopção, a manumissão, a promoção de famílias equestres, de veteranos, de domésticos e sobretudo de libertos, e até de provinciais, como já visionara Júlio César.

Horácio, enquanto filho de um liberto, é um exemplo claro de alguém que, de ascendência itálica ou servil, chegou ao convívio com a nata da aristocracia, mas que, quando Augusto quis ir buscá-lo ao Círculo de Mecenas, viu ser-lhe oferecida uma função sem dúvida elevada, mas também marcada pela ligação a uma classe social inferior — situação tanto mais irónica quanto o próprio Horácio procura ignorar esse seu estigma pessoal (Hor. *S.* 1. 6. 89 ss.). O mesmo problema de aceitação plena terá Sejano: quando pede a Tibério para casar com Livila, a filha do falecido Germânico e então viúva de Druso, depara com uma recusa cortês mas bem justificada⁹⁶, certamente fundada numa realidade a que nem o próprio imperador conseguia evitar — o inconformismo

⁹² Ver Tac. *Ann.* 2. 43. 6-7: a corte está dividida entre dois possíveis herdeiros de Tibério (Germânico e Druso): ... *aemulatione muliebri ... Diuisa namque et discors aula erat tacitis in Drusum aut Germanicum studiis*; 2. 72: antes de morrer, Germânico recomenda a Agripina ... *neu regressa in urbem aemulatione potentiae ualidiores inritaret*; 3. 64: relações conflituosas entre Tibério e sua mãe Júlia Augusta; 4. 39-40: influência de Sejano; quanto à *impudicitia* reinante, cf. 3. 24. No campo de literatura, o contributo de C. Teixeira neste volume ilustra a importância política feminina através da imagem de Dido em Virgílio e Ovídio.

⁹³ Ov. *Tr.* 2. 137: *relegatus, non exul*; cf. 5. 11. 21; *Pont.* 4. 15. 2: *relegatus Naso*.

⁹⁴ *Tr.* 2. 100: *una procella*; 109: *illa namque die*; 121-122: *sub uno / sed non exiguo crimine*; 210: *semel*.

⁹⁵ *Tr.* 2. 7-8; 211-212: ... *turpi carmine factus / arguor obsceni doctor adulterii*; 3. 1. 65-68 e 5. 12. 67-68: exclusão das bibliotecas.

⁹⁶ Tac. *Ann.* 4. 39-40; cf. 3. 36: desdém por libertos e escravos; Tac. *Ann.* 3. 75: mobilidade social: Ateio Capitão chega ao Senado graças a Augusto, mas era descendente de centurião, gerando *odium ex inuidia*; Suet. *A.* 63. 3: Augusto procurou casar Júlia mesmo na ordem equestre; já Salústio propugna o alargamento e a regeneração moral da classe dirigente defendendo uma aristocracia da *uirtus*, cf. CITRONI (2006) 422-423.

social existente, exemplificado pela influência e pela promoção de libertos, em particular os libertos imperiais⁹⁷.

5. Delito de opinião (*lex maiestatis*)

A propósito da época de Augusto e início do Império, e tendo em vista tanto a *relegatio* de Ovídio como os julgamentos por lesa-majestade no tempo de Tibério, muito se tem discutido sobre a existência de delito de opinião nessa época. Cita-se amiúde o julgamento de Cremúcio Cordo como um apelo à liberdade de expressão⁹⁸. Ora, Cremúcio Cordo publicara ainda no tempo de Augusto e não fora então perseguido por ter elogiado Bruto e exaltado Cássio, elogio que estava longe de ser inusitado, para não dizer que era recorrente e se enquadrava bem na ficção republicana do regime. Por isso, Cordo defende-se dizendo que a *lex maiestatis* só o poderia visar se ele tivesse atacado o príncipe ou a sua progenitora, e por actos, não por escritos⁹⁹.

Efectivamente, na análise de factos como o delito de opinião e as acusações com base na *lex maiestatis*, não podemos esquecer que a condenação à morte por injúrias contra alguém em sua vida já estava prevista na Lei das Doze Tábuas e que essa medida é louvada por Cícero (*Rep.* 4. 12). O contexto parece ter na mira a *uituperatio* em ambiente de representação cénica, onde seria especificamente proibido o ataque a altos magistrados como os Cipiões ou Catão, entendimento que já está implícito nas tentativas de limitação do *onomasti komodein* na Atenas clássica, pois a confusão entre dirigentes e Estado é fácil de fazer¹⁰⁰.

De qualquer forma, o legalismo romano, e em especial no Principado, não permitiria condenações sob a *lex maiestatis* sem fundamento, pelo menos sem cumprir formalidades e tipificar o crime, cuja legalidade poderia advir somente da existência de precedente¹⁰¹.

Tácito acusa Tibério de ter, por instigação do cônsul Pompeu Macro, restaurado a ancestral *lex maiestatis*, mas dando-lhe um conteúdo diferente

⁹⁷ Plin. *Nat.* 33. 32-36 sobre os *equites* e o direito ao anel de ferro e sua perversão por libertos; 33. 134-135 e 35. 201.

⁹⁸ Sobre toda esta problemática, remeto para SUERBAUM (1971) 61-99, muito bem fundamentado, e para HAFFTER (1971) 104-110. O texto clássico base é Tac. *Ann.* 4. 34. 1: *Cremutius Cordus postulatur nouo ac tunc primum audito crimine, quod editis annalibus laudatoque M. Bruto C. Cassium Romanorum ultimum dixisset*; cf. 3. 76 (efigies de Cássio e Bruto consentidas por Tibério nos funerais de Júnia) e 16. 7 (Nero tem entendimento contrário). Cf. CIZEC (2008) 146-151.

⁹⁹ Veja-se CIZEC (2008) 208, n.146-151.

¹⁰⁰ Cic. *Rep.* 4. 11. Cf. SUERBAUM (1971) 81-82 e em esp. n. 60, a propósito da invocação das práticas gregas por Cremúcio Cordo em Tac. *Ann.* 4. 35. 1 (por conveniência de argumentação, Cordo silencia as tentativas de limitação do *onomasti komodein*). GIL (1985) 114 ss., relaciona a severidade da pena com eventual ligação a práticas mágicas.

¹⁰¹ Tac. *Ann.* 4. 69. 1: na época da primazia de Sejano, os delatores de Tício Sabino têm consciência de que seria improcedente qualquer acusação sem número adequado de testemunhas (*Consultant quos memorauit quonam modo ea plurimum auditu acciperentur*). Mas Tácito insiste nas inovações penais feitas por Tibério (*Ann.* 2. 27, sobre Libão Druso: *tum primum reperta sunt*; 2. 30. 5: *noui iuris repertor Tiberius*; 4. 34. 1, sobre C. Cordo: *nouo ac tunc primum audito crimine*).

do antigo, a exemplo de Augusto, que fizera condenar Cássio Severo por vituperar varões e mulheres ilustres com seus libelos difamadores e escritos provocadores (*de famosis libellis specie legis eius tractavit ... qua uiros feminasque inlustris proacibus scriptis diffamauerat*)¹⁰². É que também Tibério se sentia ofendido com versos anónimos que atacavam a sua crueldade, a sua soberba e as discordâncias com sua mãe (*carmina incertis auctoribus uulgata in saeuitiam superbiamque eius et discordem cum matre animum*)¹⁰³.

Para Tácito, estas parecem ser inovações, pois a prática anterior, de ascendência republicana, visaria somente traição militar, sedição popular ou má gestão. Parece tratar-se de pura parcialidade de Tácito, pois as leis republicanas sobre *maiestas*, como a *lex Cornelia de iniuriis*, de 81 a.C., já sancionavam *libelli famosi*, tal como eram punidas as ofensas a magistrados e particulares pela *lex Cornelia de maiestate*, do mesmo ano, que se aplicaria tanto ao domínio privado como ao público, usa o termo *declamari* e estabelece a pena de interdição de água e fogo, também prevista na *lex Iulia de maiestate*, de 46 a.C.

Estes e outros dados permitem a L. Gil afirmar que «el estado republicano contaba desde muy antiguo con las bases legales suficientes para una enérgica represión de estos excesos que el principado no tuvo más que repristinar para cortarlos de raíz» e considerar que a *lex Cornelia de iniuriis* constituía o instrumento legal para justificar libelos difamatórios¹⁰⁴. E, para além da história do encarceramento de Névio por ordem ofensa aos Metelos, existe ainda notícia de que Pompeu fizera condenar à morte Valério Sorano por ter revelado em escrito o nome secreto de Roma, o que obviamente se enquadra no conteúdo mais tradicional do conceito de crime de *maiestas*¹⁰⁵. Entre outros exemplos referidos por Cremúcio Cordo, César e Octaviano teriam perdoado os ataques políticos de Catulo e de Fúrio Bibáculo, parecendo implícita uma distinção entre literatura e puro denegrimiento vexatório e panfletário, do qual a historiografia partidária adversa se poderia aproximar¹⁰⁶.

Assim, nem Augusto, com a *lex Iulia maiestatis* de 8 a.C., que dá continuidade à referida lei cesariana de 46 a.C. e visa ofensas à pessoa ou nome do imperador, sancionando com exílio e confiscação de bens qualquer ataque e reservando a pena capital para crimes de *perduellio*, nem Tibério no ano 15 d.C., criaram, portanto, algo de novo. De resto, é o próprio Tácito a recordar que no julgamento de Apuleia Varila, Tibério não quis que fossem sancionados impróprios contra si ou sua mãe (*Ann. 2. 50: probrosis sermonibus*). Podendo este facto ser entendido como uma decisão pessoal de não utilizar todas as possibilidades e interpretações legais, também fica claro que a grande

¹⁰² Tac. *Ann.* 1. 72, como a citação seguinte.

¹⁰³ Sobre as formas e a terminologia da maledicência e da invectiva (*carmen, dictum, epigramma, factum, famosus, flagitium, flagitare, incantare, infamia, libellus, liber, occentatio, probrosus*, etc.), cf. HAFFTER (1971) 100-110; GIL (1985) 112-122.

¹⁰⁴ GIL (1985) 112, 118 e 137-138 (reforço da *lex Cornelia*; para a legislação citada, ver ROTONDI (1966), Pereira (2008) sobre *parrhesia* e censura na antiguidade..

¹⁰⁵ Ver GIL (1985) 109 e 115-116; CITRONI (2006) 234.

¹⁰⁶ Tac. *Ann.* 4. 34; Suet. *A.* 55-56. Cf. SUERBAUM (1971) 78-80; GIL (1985) 133-134 (tratar-se-ia de aparência externa a encobrir a política augustana de repressão literária).

novidade não era a existência de legislação nova contra quem atacasse um alto magistrado, mas o facto temível de «haber acaparado el príncipe en su persona toda la maiestas del estado», mesmo quando não intervinha pessoalmente na repressão para se proteger politicamente¹⁰⁷.

Deste modo, os testemunhos existentes parecem claramente indicar que o delito de opinião expressa em forma escrita não era passível de originar acusação, julgamento e condenação a não ser quando implicasse ofensa dirigida a alta personalidade e, tendo em conta os procedimentos legais, designando-a pelo nome, para fazer prova inequívoca em caso de citação em tribunal. Daí se compreender que Ovídio, quando insiste em atribuir a relegação a um *carmen*, não deixa de o mencionar para provar a falta de fundamento da acusação, como se, em pura tática, antes procurasse esconder o motivo real¹⁰⁸.

É evidente que os poderosos, como acontecera em Atenas, encontram forma de reinterpretar a lei ou tipificar a acusação de acordo com o seu propósito de penalizar os oponentes políticos. Parece ser essa a razão pela qual frequentemente a acusação é dupla, misturando, por exemplo, crime de adultério ou práticas mágicas com *maiestas* ou *perduellio*¹⁰⁹. Logicamente, também os acusados procuravam distinguir entre ditos e actos, subtilizar conceitos jurídicos, enfatizar precedentes, de modo a conseguir a ilibação ou, pelo menos, a condenação por um crime de moldura penal menos gravosa.

Estas razões explicam a narrativa de Tácito sobre o processo de Clutório Prisco: quando foi acusado de ter preparado um elogio fúnebre para o caso de o enfermo Druso morrer, encontrou um único oponente à condenação à morte proposta no senado, Mânio Lépidio, que argumentou serem as palavras coisa diferente de atentados¹¹⁰. Certamente por realismo, mas também sem êxito, Lépidio dispôs-se a votar a pena de exílio como se efectivamente tivesse havido crime de *maiestas*. A reacção de Tibério foi de censura contra os senadores, por entender que simples palavras não deviam merecer penas tão severas¹¹¹.

Também Cremúcio Cordo (Tac. *Ann.* 4. 35. 3-4), para cercear qualquer perseguição contra intelectuais, e em especial historiadores e poetas, argumentou que seria improcedente qualquer condenação: se o maledicente era de má qualidade, não se justificava o castigo, pois não teria eco ou eficácia; se era de boa qualidade, o castigo era ineficaz, pois o nome do eventual réu, pela sua qualidade artística, seria eternamente recordado; e apagar a memória

¹⁰⁷ GIL (1985) 129 e 138.

¹⁰⁸ Ov. *Tr.* 2. 2-4 (*ingenio perii qui miser ipse meo? / Cur modo damnatas repeto, mea crimina, Musas?*) e 207 (*duo crimina, carmen et error*); que se trata da *Ars*, é reiterado em *Tr.* 2. 7-8, 240, 345-346.

¹⁰⁹ Cf. SUERBAUM (1971) 98-99 (Appendix): GIL (1985) 118 ss. sobre os conceitos de *maiestas* e *perduellio*, e 130 sobre a elasticidade do conceito de magia.

¹¹⁰ Tac. *Ann.* 3. 50. 2: *dicta a maleficis differunt*.

¹¹¹ Tac. *Ann.* 3. 51. 2: *modicas principis iniurias acriter ulciscuntium, deprecaretur tam praecipitis uerborum poenas*. É o mesmo raciocínio de Cremúcio Cordo quando elogia a liberdade de falar em Atenas, onde a um dito se responde com outro dito (Tac. *Ann.* 4. 35. 1: *aut si quis aduertit, dictis dicta ultus est*).

de um talento era coisa que nem reis estrangeiros haviam tentado fazer¹¹². Parece ser também esse o raciocínio subjacente em Ovídio quando, para além de silenciar o *error*, quanto a mim a causa do degredo, e insistir num delito com pouca ou nenhuma substância, intenta reversão da pena ou, pelo menos, a sua mitigação¹¹³.

Teríamos que admitir, em consonância, que condenações de intelectuais como Cássio Severo¹¹⁴, Ovídio ou Cremúcio Cordo, mais do que censura literária, seriam motivados por participação em ofensas explícitas à figura dos governantes ou da *familia Caesaris*, com agravamento no caso de serem dirigidas contra Augusto divinizado, ou em conhecimento ou participação em círculos de oposição e conjura — o *error* que Ovídio silencia? —, tudo matérias que a lei sobre *maiestas* contemplava desde tempos republicanos.

De facto, a argumentação expendida arreda a hipótese de Ovídio ter sido condenado por motivos literários, se o motivo invocado fosse a sua temática amorosa. Se o motivo foi dissonância e até hostilização da política augustana, então, ironia das ironias, o degredo de Ovídio serviu fortemente essa mesma política: do seu exílio em Tomos, com *Tristezas* e *Cartas do Ponto*, o Sulmonense contribuiu fortemente para o projecto Romano de colonização, contra as tentativas locais de enfermar a estabilidade do regime imperial, pese embora o facto de poder ter sido vítima de acção directa do imperador, o que prenunciava um regime mais duro e personalizado¹¹⁵.

6. Do optimismo ao pessimismo

Da transição da República para o Principado, com a *Pax Augusta*, o fecho do Templo de Jano e a celebração do regresso da idade do ouro nos Jogos Seculares, a que Horácio forneceu a força do seu talento e que Virgílio anunciava na *Bucólica* IV, vai nascer um optimismo que se espelha na crença de que a produção da época augustana atingira o esplendor máximo¹¹⁶.

Penso que esse tema de uma sociedade primeva se concretizou na literatura em expressões tão diversas como os motivos da idade do ouro, o tema da *pax*, o elogio da vida campesina e correspondente autarcia, e em manifestações tão diferentes como o *De Senectute* de Cícero, o quadro idílico das *Bucólicas* e o tratado técnico *As Geórgicas*, em vários cenários campesinos de Horácio¹¹⁷, e mesmo em elegíacos como Propércio (2. 19: no campo não há

¹¹² Tac. *Ann.* 4. 35. 3-7: no fundo, a condenação funciona como um *ingenii iudicium*, para usarmos a expressão de Plin. *Nat. praef.* 6 e 7. 108.

¹¹³ Ov. *Tr.* 2. 118: *grande tamen toto nomen ab orbe fero*.

¹¹⁴ Cássio Severo RE 89, foi condenado ao exílio e seus livros queimados (Tac. *Ann.* 1. 72; sobre a sua personalidade, cf. Tac. *Dial.* 19. 1 e 26. 4; Sen. *Con.* 3 *praef.* 5, 10 *praef.* 8; Suet. *A.* 56. 6). O mesmo destino terão os livros de Cremúcio Cordo (Tac. *Ann.* 4. 35. 5: *Libros per aedilis cremandos censuere patres; set mansuerunt, occultati et editi*; cf. Suet. *Tib.* 61. 10). Sobre queima de livros, ver SUERBAUM (1971) 93 e n. 84.

¹¹⁵ Ver GIL (1985) 140-141 (represália pessoal de Augusto fosse qual fosse crime); HABINEK (1998) 13-14 e 151-169.

¹¹⁶ Sobre os temas da idade do ouro e conexos, ver GALINSKY (1996) 90-121.

¹¹⁷ Hor. *S.* 1. 6, esp. v. 100 ss., 1. 8, com oposição Tíbur/Roma, 2. 6, *Ep.* 1. 7 sobre a quinta da

corruptores), Tibulo (1. 1, 10, 2. 1, 3 e 5) ou o próprio Ovídio. Deste, recordeo *Amores*, 3. 13, uma viagem com a esposa para ver uma festa campesina em honra de Juno, a divindade do casamento. O reflexo da dualidade cidade/campo e o registo de uma imagem de supremacia poderão encontrar-se nos elogios da Itália e de Roma (*Romae/Italiae laudes*), que se distribuem por autores tão diversos como Cícero, Varrão, Virgílio, Tito Lívio, Manílio, Séneca, Plínio o Antigo¹¹⁸.

Um acto significativo dessa nova época de paz, consentida pela ausência de guerra, consistiu no já referido fecho simbólico do Templo de Jano, em 29 a.C. Com esse gesto gravado em *Res Gestae*¹¹⁹, Augusto criou uma situação irreversível que foi confirmada com a adopção de uma política de contenção imperialista, em favor da paz, do comércio e da diplomacia¹²⁰. Ora, a problemática do imperialismo, e consequentemente da guerra, era uma questão na ordem do dia, presente em Lucrécio, analisada no livro III do *Tratado da República* através dos discursos duplos de Carnéades, que num dia pôs a justiça na base do império, e no seguinte demonstrou exactamente o contrário, subjacente ao discurso de Mémio em Salústio (*Jug.* 31). Se Augusto propagandeava uma época de paz, como poderia ele ficar ofendido com a recusa da musa épica?

Este cúmulo de felicidade e bem-estar respondia à restauração postulada por Cícero e implicava, por isso, a crença no regresso de uma idade do ouro que assumia também a faceta de regresso ao passado enquanto modelo ético e político, o qual, por influência retórica e de acordo com tradição que já vinha dos Gregos¹²¹, simultaneamente funcionava como crítica contra os desmandos do presente. Não admira, por isso, que o elogio de uma fase primitiva da natureza, de uma vida de tipo *theriodes*, frugal, ascética, agradasse a pensadores e intelectuais tão diferentes como Lucrécio¹²²,

Sabina, *Epod.* 2, apesar do final paródico.

¹¹⁸ Ver OLIVEIRA (2005a).

¹¹⁹ *Res Gestae* 13; em Ovídio o tema da Paz, por vezes em ligação ao fechamento das portas do Templo de Jano, ocorre em *Fast.* 1. 277-282, 701-704, 709-724 (*Ara Pacis*), 3. 881-882 (com *Concordia e Salus*); cf. Suet. *A.* 22.

¹²⁰ Cf. *Res Gestae* 27.2 (política de diplomacia na região da Arménia), 31-33 (diplomacia e política de protectorados; cf. Suet. *A.* 60). Sobre abusos dos Romanos nas províncias, cf. Sal. *Hist.* 6, Carta de Mitridates; discurso de Carnéades em favor da injustiça em Cic. *Rep.* 3. 20-28; Tac. *Ag.* 19 e 30). Augusto teria deixado, em *Res Gestae* e outros documentos, orientações para o sucessor, incluindo a suspensão da política expansionista: cf. Tac. *Ag.* 13 e *Ann.* 1. 11; Vell. 2. 124. 3; Strab. 6. 4. 2 e 7. 1. 4; D. C. 56. 33. 3. Ver RAMAGE (1987) 115.

¹²¹ Veja-se o elogio aristofânico dos heróis de Maratona, época idealizada em passos como *Ach.* 181, 697-698 e *Nu.* 986; cf. Salústio, e.g. 5. 9 e 6-13; Cícero, para além do elogio geral do *mos maiorum* «costumes dos antepassados» (*Rep.* 3-41 e 5. 1-2), parece colocar também os costumes na origem do direito (*Rep.* 1. 2 e 2. 64; em *Leg.* 1. 43 ss., 2. 11 ss., enfatiza a necessidade de a natureza confirmar o direito, o que, segundo 2. 23, teria acontecido tanto na constituição como no edifício jurídico romano tradicional).

¹²² Lucr. 5. 783 ss., 925 ss., onde, todavia, a idealização retórico-filosófica do passado não impede a crença no progresso, tendo em conta a juventude da terra (5. 330-332: *uerum, ut opinor, habet nouitatem summa recensque / naturast mundi, neque pridem exordia cepit. / Quare etiam quaedam nunc artes expoliuntur, / nunc etiam aulescunt*; cf. 5. 780; a ideia de progresso acentua-se na fase civilizada, onde, como remédio para os erros, a *uera uoluptas* (5. 1433) não impede o

Tíbulo¹²³, Propércio, em particular 4.11 sobre as virtudes tradicionais romanas, e Ovídio¹²⁴, se traduzisse em manifestações tão diferentes como o interesse pela arqueologia de Roma, exemplificado no livro II do *Tratado da República*, nas *Antiquitates* de Varrão, nas lendas das origens de Roma em Tito Lívio, e em trechos tão diversos como o Canto VIII da *Eneida* (visita a Evandro), elegias várias do livro IV de Propércio, nas *Metamorfoses* e nos *Fastos* de Ovídio, e tornado visível na reconstituição, no cimo do Palatino, da *Casa Romuli*.

Mas, ao dar resposta a essa crise de valores tão bem ilustrada por Lucrécio ou por Catulo e mesmo entrevista em Ovídio¹²⁵, o optimismo augustano, que vai propagandar ter o regime de Augusto trazido a perfeição em todos os domínios, supõe a cura dos males existentes e com isso, paradoxalmente, funda os alicerces de um pessimismo que levará a correntes estéticas adversas. Trata-se de algo semelhante ao afirmado por Cícero a propósito da decadência expectável da oratória a partir do cesarismo, depois de a mesma ter atingido o seu zénite¹²⁶. Tal optimismo tem, no campo literário, afloramentos muito ricos, mesmo antagónicos, como se adivinha: assim, apesar do ideal de regresso ao passado, a época augustana vai substituir o *pater Ennius* por um astro literário coevo, Virgílio¹²⁷, e nisso dá seguimento às preferências estéticas neotéricas contra as quais Cícero se rebelara (*Tusc.* 3. 45)¹²⁸; vai fomentar a emulação dos literatos no sentido de reivindicarem a criação de novas espécies literárias, como no caso de Horácio quando se proclama o Arquiloco latino esquecendo Catulo, ou no de Ovídio a propósito das *Heroides*, mesmo quando a novidade não é absoluta¹²⁹. Ora, a crença no progresso alcançado irá esgotar a veia clássica e gerar um pessimismo que se virá a traduzir em anseios artísticos anti-clássicos, como no caso de Lucano, que arreda toda a maquinaria mitológica tão cara aos autores tardo-republicanos e augustanos, de Cícero a Virgílio e a Ovídio.

Será que esta reacção, consequência fatal da própria crença implícita no devir cíclico, já se adivinhava quando o regime augustano terá inflectido a sua

progresso contínuo (5. 1453), graças à descoberta da verdadeira moral por Epicuro, em Atenas (6. 1. 43: *solacia dulcia uitae, ueridicis dictis, recto cursu*, passo que remete para 3. 1-30: *commoda uitae, rerum inuentor, aurea dicta, diuina uoluptas*).

¹²³ Tib. 1. 3. 35-50, 1. 10. 1-12, 2. 1. 37-78, 2. 3, esp. v. 35-49 e 68-80; cf. GALINSKY (1996) 270 ss. (Tíbulo não rejeita os valores augustanos).

¹²⁴ Ov. *Ars* 2. 467-492, 621-624.

¹²⁵ Cf. CITRONI (2006) 363-363 para Catulo e 394-395 para Lucrécio; Ov. *Med.* 11-25 contrapõe a beleza rústica das Sabinas aos excessos de *toilette* das mulheres e até dos homens da sua época.

¹²⁶ Cic. *Brut.*, 1-6; CITRONI (2006) 288.

¹²⁷ Neste aspecto, Cecílio Epirota é um inovador, ao abrigar autores contemporâneos no currículo pedagógico; cf. Hor. *Ep.* 2.1, uma espécie de querela entre antigos e modernos, HABINEK (1998) 106-107.

¹²⁸ Também Tac. *Ann.* 3. 55, elogia Vespasiano e mostra que a sua época forneceu exemplos que não ficam atrás dos do passado (*nec omnia apud priores meliora*); Plínio, no geral elogiando o passado, ocasionalmente também o censura (*Nat.* 36. 4), acabando por fazer uma síntese na figura de Vespasiano (*Nat.* 2. 18: *proceres Romani ... nunc Vespasianus*; cf. OLIVEIRA (1992) 129 n. 231, 288-289); cf. Lucr. 3. 1024 ss.: desprezo pelas grandes figuras da antiguidade.

¹²⁹ Para Horácio, cf. *Ep.* 1. 19, CITRONI (2006) 518; para Ovídio, ver *Ars*, 3. 341-346; cf. Prop. 4. 3: carta de Aretusa a seu marido.

política de mecenatismo prazenteiro para uma veia mais autoritária, após o afastamento de Mecenas por 23 a.C. e a sua morte em 8 a.C.? Pelo menos, não se pode negar que tanto as *Geórgicas* como a *Eneida* têm suscitado leituras que vão nesse sentido¹³⁰.

¹³⁰ Tac. *Ann.* 3. 30, a propósito de Mecenas: *...aetate proeucta speciem magis in amicitia principis quam uim tenuit.*

OS AMIGOS DE GERMÂNICO

RODRIGO FURTADO
Universidade de Lisboa

Devo começar por admitir que não sei porque aconteceu a *relegatio* de Ovídio. Nem sequer sei se ele foi mesmo desterrado ou se tudo não passou de extraordinária ficção de uma nascente literatura de exílio. Para o historiador, esse pode ser um problema, pelo perigo de vir a extrair conclusões de textos que pretendem apresentar como autobiográfico o que pode ser apenas fantasia. Ainda assim, Ovídio não nasceu fora do tempo. Na sua literatura de exílio constantemente se referem personagens «históricas», que podem funcionar como garante de uma eventual ilusão de realidade.

Entre elas, encontra-se Germânico. Ora, apesar de muitos aceitarem a anterior amizade entre ambos, foi apenas durante esta *relegatio*, «real» ou ficcionada, que Ovídio começou a referir-se a Germânico: pela primeira vez em *Tristia* 2. 167 (9 d.C.), ainda anónimo entre os *nepotes* de Augusto; dois anos depois, apenas suposto em *Tristia* 4. 2. 9, entre os *iuuenes* que cresciam sob o *nomen* de Tibério; depois, incluído entre a «boa descendência» de Druso (*Tr.* 4. 2. 40). Nada mais; nem o nome. Na poesia de Ovídio, Germânico aparece tarde e anonimamente, nada fazendo adivinhar proximidade antiga. Ovídio começou a interessar-se por ele apenas em *Ex Ponto* 2. 1 (13 d.C.): vaticina-lhe então grandioso futuro e promete vir a cantá-lo se as condições do «exílio» o permitirem (vv. 49-68). É facto que Germânico é então ainda um *iuuenis*, cujos feitos afinal se projectam ainda no futuro. Contudo, continuará depois a ser referido em composições destinadas a amigos do poeta, que surgem como intermediários num eventual pedido que faça regressar Ovídio a Roma¹. Sobretudo a epístola a Suílio (15/16 d.C.) é notável pela aproximação poética de Germânico aos deuses e pela promessa de Ovídio de vir a dedicar o seu talento ao general (*Ex P.* 4. 8. 65-66).

Cumprirá a promessa². Depois de uma versão dedicada a Augusto e talvez nunca acabada, Ovídio resolveu voltar aos *Fastos* (ca. 15-16), para compor nova dedicatória, desta vez a Germânico (*fast.* 1. 3-26). Após a promessa feita na epístola a Suílio, esta dedicatória representava o cumprimento do *do ut des* clientelar. Fosse o desejado regresso a Roma real ou metafórico, há obviamente no Ovídio dos últimos anos uma atenção para com Germânico. E não creio que tenha sido por mérito poético – o autor dos *Aratea* não é grande poeta; e traduzir Arato era claramente exercício juvenil³.

Há portanto, repito, no Ovídio posterior ao ano 13 uma atenção para com Germânico. Mas não uma outra atenção; a atenção. Antes de 13, na poesia de

¹ *Ex P.* 2. 5 (Cássio Salano), *Ex. P.* 4. 5 (Sexto Pompeio), *Ex. P.* 4. 8 (P. Suílio Rufo), *Ex P.* 4. 13 (Caro).

² HERBERT-BROWN (1994) 175-176, 204; FANTHAM (2007) 386-387.

³ Cf. Lact. 2. 5. 24, Jer. *in Tit.* 1. 12. Varrão Atacino, Cícero e Ovídio traduziram os *Phaenomena* de Arato.

Ovídio, Germânico é apenas mais um dos filhos de Tibério e nada faz adivinhar proximidade. Tudo muda em 13. Basta observar a biografia de Germânico: em Janeiro de 12 assumiu o consulado com apenas 25 anos, sem passar pela pretura; em Outubro recebeu *νικητήρια τιμαί* e Augusto escreveu ao senado a recomendá-lo (D.C 56. 17. 2; 56. 26. 1-2). Desde 7 d.C., Germânico esteve ocupado com assuntos militares. O seu regresso à Urbe colocara-o, pois, no centro do mundo político. Tudo o mais o recomendava: era neto de Lívía e filho do muito popular Druso (Tac. 1. 33⁴); era também neto de Marco António e da ilustre Octávia, a irmã de Augusto; desde 4 d.C., e por imposição do príncipe (Tac. 1. 3. 5, Suet. *Tib.* 15. 2), tornara-se filho adoptivo de Tibério. Era, assim, irmão adoptivo e cunhado de Druso, o filho de Tibério, que casara com sua irmã, Lívía. Ele próprio casara em 5 d.C. com Agripina, neta de Augusto, e em 12 tinha já três filhos. Por fim, em 13, fora enviado para a Germânia para comandar as legiões do Reno.

Não são precisas mais razões para que Ovídio procurasse a aproximação (real ou ficcionada) a Germânico. Seria acaso notável que Ovídio se dirigisse directamente pela primeira vez ao general em 13, na sequência de um biénio admirável na sua carreira.

Se Ovídio tiver mesmo frequentado o «círculo» de Júlia Menor⁵, concedo que se tivesse aí cruzado com Germânico, cunhado desta; Ovídio era autor conhecido e admito que os gostos literários de ambos pudessem ter propiciado uma aproximação. Contudo, não há indicações seguras de que o mais famoso dos amigos de Germânico o tenha sido de facto. Sem provas, não creio que se possa fazer recuar uma amizade para antes de 13⁶: não temos indicação de que Ovídio tenha frequentado a casa de Lívía e de Antónia Menor, onde Germânico deve ter sido educado; este tinha 21 anos quando foi enviado em 7 d.C. para a Dalmácia (D.C. 55. 31-32. 2); regressou no ano seguinte a Roma e, talvez por essa altura, organizou jogos de gladiadores em memória de seu pai (D.C. 55. 27. 1); depois, andou quase três anos pelo *limes*; regressou a Roma no final de 11 d.C. para assumir o consulado, quando Ovídio já estaria há muito no exílio. Além disso, o poeta apenas «investiu» em Germânico em 13, *após* a consagração político-militar do general. E mesmo assim debalde: ou o seu *error* fora tão grave que nem Germânico foi capaz de algo; ou este não se sentiu obrigado a uma resposta, porque não havia uma relação entre ambos; ou não havia qualquer exílio a resolver, e a poesia de Ovídio é pura fantasia.

No entanto, algo Ovídio e Germânico têm em comum: amigos. De facto, entre 13 e 16, a principal estratégia de aproximação de Ovídio a Germânico foi através de amigos comuns. Apenas esta constatação não prova a proximidade entre ambos, mas pode ter sido essa a razão pela qual Germânico tenha sido escolhido depois de 13 – tendo amigos comuns, seria mais fácil o patrocínio de um eventual regresso a Roma.

⁴ Excepto indicação em contrário, são os *Anais* o texto de Tácito citado.

⁵ Cf. Sid. Apoll. *carm.* 23. 158-161. Veja-se o contributo de N. S. Rodrigues neste volume.

⁶ Contra esta interpretação, LUISI (2008) 37-38.

*

Não existe qualquer lista dos amigos de Germânico, organizada pelas fontes. No entanto, mesmo sem se referir propriamente a facção ou partido, é evidente que pelo menos Tácito considera haver um *grupo* ou *grupos* em torno de Germânico. Por vezes, e de forma anónima, Tácito chama-lhes *amici*, vocábulo que deve denotar a particular proximidade ao príncipe e que pode talvez marcar uma adesão política⁷. No entanto, esta última conotação é a maior parte das vezes demasiado ténue para que tenhamos necessariamente de a admitir. De qualquer modo, existe um grupo (ou grupos) de *amici* ou pelo menos de *comites* de Germânico. Compulsando Ovídio, Veleio Patérculo, Tácito, Suetónio e Cássio Dión (com algumas referências mais esparsas de Plínio-o-Velho e de Josefo), é possível fazer uma lista. Elenco abaixo todos os que aparecem explicitamente referidos como *amici* ou *comites* de Germânico e ainda todos os que se encontram explicitamente relacionados de forma próxima com Germânico e a sua actuação, desde que não sejam apresentados como seus adversários (como o caso de Pisão). É evidente que nem todos os nomes que aparecem associados a Germânico têm de ter sido necessariamente de «amigos» seus; por isso, a lista que se segue é sobretudo um elenco dos indivíduos que mantiveram algum tipo de relação com Germânico.

Próximos de Germânico, estão assim homens ligados à cultura e ao ensino:

(i) Cássio Salano⁸, referido por Ovídio em epístola provavelmente ainda de 13 (Ov. *ex P.* 2. 5), foi preceptor de Germânico (Plin. *NH* 34. 47), seu *comes antiquus*, *primis iunctus ab annis* (*ex P.* 2. 5. 43-4) e *particeps studii* (2. 5. 42). Ovídio não convivera muito com ele (2. 5. 7), o que de novo pode constituir indício de que também não convivera muito com Germânico. Pouco mais se sabe sobre ele⁹;

(ii) Caro¹⁰, a quem no Inverno de 14/15 Ovídio destinou uma epístola (Ov. *ex P.* 4. 13; cf. *Trist.* 3. 5. 17), foi poeta¹¹ e preceptor dos filhos de Germânico (*ex P.* 4. 13. 48);

(iii) Albinovano Pedão¹², também referido por Ovídio (*ex P.* 4. 10), foi poeta de créditos firmados (Ov. *ex P.* 4. 10, 4. 16. 6, Sen. *contr.* 2. 2. 12, Quint. 6. 3. 61, 10. 1. 90, Mart. *praef.*, 2. 77. 6, 5. 5. 6, 10. 19). Ele próprio (ou um familiar?) deve ser o Pedão que foi prefeito de Germânico no Reno (Tac. 1. 60) e que escreveu um poema sobre a campanha do mar do Norte em 16 (Sen. *suas.* 1. 15);

(iv) M'. Emílio Lépidio¹³ (*cos.* 11) foi preceptor de Nero, o filho mais velho

⁷ Cf. *OLD* s.u. *amicus*, -a, -um 2a.

⁸ *PIR*² C 520.

⁹ Foi *auunculus* de um escultor chamado Zenodoro: Plin. *NH* 34. 47.

¹⁰ *PIR*² C 455.

¹¹ Autor de um poema sobre Hércules: Ov. *ex. P.* 4. 13. 11, 4. 16. 7.

¹² *PIR*² A 479.

¹³ *PIR*² A 363, Laet 14.

de Germânico, nascido em 6 (Sen. *suas.* 2. 3. 23). A escolha de Lépido deve ter dependido de Germânico. A irmã fora noiva de Lúcio César († 2), irmão de Agripina (Tac. 3. 23).

Já entre os *amici/comites* de Germânico no Reno¹⁴, começo por aqueles acerca dos quais não temos indícios de outras relações com Germânico ou com a família, antes ou depois das campanhas renanas:

Além provavelmente de Albinovano Pedão, já referido, contem-se (v) Emílio, um centurião (Tac. 2. 11; cf. 4. 42); (vi) L. Estertínio, *dux equitum* entre 15-16; (vii) C. Cetrônio¹⁵, legado durante a revolta das legiões (Tac. 1. 44); (viii) C. Âncio¹⁶, legado em 16 (Tac. 2. 6); (ix) Anceio¹⁷, também legado em 16 (Tac. 2. 6). Laet considera os três últimos senadores.

Além destas personagens menores, considerem-se também entre os possíveis *comites* de Germânico outros indivíduos, mais importantes, mas que também não parecem manter com ele outras relações além das que foram estabelecidas no Reno:

(x) A. Cecina Severo (*suff.* 1 a.C.)¹⁸, *homo nouus* de Volterra, foi legado na Mésia, procônsul em África e um dos generais de Germânico no Reno (Tac. 1. 31-2, 37, 48, 50, 56, 60-61, 63-6, 2. 6). Conquistou *insignia triumphalia* em 16 (Tac. 1. 72) e regressou depois a Roma (Tac. 3. 18, 33-34). Não acompanhou Germânico ao Oriente;

(xi) Lúcio Aprônio¹⁹ (*suff.* 8), talvez *homo nouus*, foi legado na Germânia entre 15-16 (Tac. 1. 56) e recebeu insígnias triunfais em 16 (Tac. 1. 72). Era sogro de um M. Pláucio Silvano (Tac. 4. 22) e de Cn. Cornélio Lêntulo Getúlico, um amigo de Sejano (Tac. 6. 30). Foi procônsul da África entre 18-21, onde ganhou insígnias triunfais (Tac. 3. 21, 4. 13), e propretor da Germânia Inferior *ca.* 28 (Tac. 4. 73, 6. 30, 11. 19).

Já entre os indivíduos que estiveram no Reno e que, com segurança, mantiveram depois relações com Germânico, contam-se:

(xii) C. Sílio A. Cecina Largo²⁰ (*cos.* 13), certamente descendente da nobreza do século I a.C.²¹, etrusco de Volterra, foi general de Germânico no

¹⁴ Tac. 1. 37, 1. 40, 2. 12, 2. 24. Neste cenário, os seus *amici* são os comandantes militares que combatiam sob as suas ordens, eventualmente os homens mais próximos ou escolhidos pelo próprio Germânico. Tácito não lhes atribui atitude mais política ou negocial no contexto da revolta das legiões do Reno. A única referência menos lisonjeira de Tácito para com estes *amici* indica que Germânico não confiava nos seus juízos militares devido à *adulatio* que os caracterizaria.

¹⁵ *PIR*² C 216, Laet 79.

¹⁶ *PIR*² A 780 sugere que ele descenderia de Âncio Rescião, proscrito pelo segundo triunvirato. Laet 33.

¹⁷ *PIR*² A 727, Laet 28.

¹⁸ *PIR*² C 106, Laet 73. Tácito dá-lhe grande protagonismo na narrativa das campanhas da Germânia. Fora legado na Mésia, já em 6 d.C. Vell. 2. 112. 4-6, 2. 113. 2, 2. 113. 3, D.C. 55. 29. 3, 55. 30. 3, 55. 30. 4, 55. 32. 3.

¹⁹ *PIR*² A 971, Laet 39. Aprônio foi também *triunvir monetalis* em 9 a.C. e legado na Dalmácia em 9 d.C. (Vell. 2. 116. 3).

²⁰ *PIR*² S 718, *RE* IIIA, *Silius* 12, Laet 353, BRUNT (1961) 79-80; SYME (1966) e SHOTTER (1967).

²¹ Era filho ou filho adoptivo de P. Sílio Nerva (*cos.* 20 a.C.). Deve ser descendente também dos Cecinas (a mãe pode ter sido uma Cecina casada com Sílio Nerva; outra hipótese é C. Sílio

Reno (Tac. 1. 31, 2. 6, 2. 7, 2. 25) e também recebeu em 16 insígnias triunfais (Tac. 1. 72). Depois do regresso de Germânico a Roma, C. Sílio manteve-se na Germânia, pelo menos até 21 (Tac. 3. 41-46, 4. 18). Suicidou-se em 24, perseguido por Sejano (Vell. 2. 130. 3, Tac. 4. 18-19);

(xiii) Sósia Gala²² era mulher de C. Sílio. Também exilada em 24;

(xiv) P. Suílio Rufo²³ foi um *homo nouus* que casou com a enteada de Ovídio (Ov. *ex P.* 4. 8. 11) e a quem o poeta pediu que intercedesse por si junto de Germânico (Ov. *ex P.* 4. 8)²⁴. Efectivamente, foi questor possivelmente no Reno (Tac. 4. 31, 13. 42) e talvez depois na Síria, onde permaneceu como legado de Tibério²⁵. Foi exilado em 24 (Tac. 4. 31). Era meio-irmão de Cesónia, a última mulher de Calígula. Favorito de Cláudio (Tac. 4. 31), foi cônsul sufecto (*suff.* 41 ou 44 ou 45) e procônsul da Ásia (Tac. 13. 43). Foi exilado por Nero nas Baleares (Tac. 13. 43. 5);

(xv) P. Vitélio²⁶, *homo nouus* de Lucéria, acompanhou Germânico no Reno (Tac. 1. 70 2.6, Suet. *Vit.* 2) e depois até ao Oriente, quando se tornou procônsul da Bitínia. Estava em Antioquia quando Germânico morreu (Tac. 2. 74). Foi depois um dos acusadores de Pisão (Plin. *nat.* 11. 187, Tac. 2. 74, 3. 10, 3. 13, 3. 17, Suet. *Vit.* 2), razão pela qual recebeu de Tibério um sacerdócio (Tac. 3. 19). Prefeito do erário militar em 31 (Tac. 5. 8), foi acusado de cumplicidade com Sejano, tentou suicidar-se e morreu pouco depois (Tac. 5. 8, Suet. *Vit.* 2). A mulher, Acúcia, foi condenada em 37 (Tac. 6. 47);

(xvi) L. Seio Tuberão²⁷ (*suff.* 18), também *homo nouus*, foi legado no Reno (Tac. 2. 20) e colega de Germânico no consulado. Era irmão adoptivo de Sejano, talvez por ter sido adoptado pelo pai deste, L. Seio Estrabão²⁸. Foi também amigo de Tibério (Tac. 4. 29). Contudo, chegou a ser acusado de conspiração contra o imperador em 24, mas foi ilibado (Tac. 4. 29), *defecto corpore*. Deve ter morrido pouco depois.

Entre os participantes na viagem ao Oriente, além de Suílio e Vitélio, contem-se:

(xvii) Q. Serveu²⁹, que Germânico colocou à frente de Comagene (Tac. 2. 56) e que se tornou depois um dos acusadores de Pisão (Tac. 3. 13). Tibério atribuiu-lhe, por isso, um sacerdócio (Tac. 3. 19). Depois, tornou-se amigo de Sejano, razão pela qual foi perseguido após a queda do prefeito do pretório (Tac. 6. 7);

ser filho de um Cecina, e ter sido depois adoptado por Sílio Nerva).

²² *PIR*² S 781; *RE* S XIV, *Sosius* 13a, *FOS* 720.

²³ *PIR*² S 970, *RE* IVA, *Suilius* 4, 5, *Laet* 794, 1125. A mãe dele era a célebre Vistília (Plin. *nat.* 7. 39).

²⁴ Cf. SYME (1978) 89.

²⁵ SYME (1978) 89.

²⁶ *PIR* V 502, *RE* IXA, *Vitellius* 51, *Laet* 425. Deve ter estado na Trácia, ca. 6-8 d.C. (Ov. *ex P.* 4. 7. 27).

²⁷ *PIR*² S 324, *RE* IIA, *Seius* 17, *Laet* 331.

²⁸ SUMNER, 1965. Cf. Vell. 2.127.3.

²⁹ *PIR*² S 557, *Laet* 342.

(xviii) Q. Verânio³⁰ foi nomeado por Germânico legado na Capadócia (Tac. 2. 56). Tal como o anterior e P. Vitélio, também Verânio participou na acusação a Pisão (Tac. 2. 74, 3. 10, 3. 13, 3) e foi por isso agraciado com um sacerdócio por Tibério (Tac. 3. 19). Ele (ou mais provavelmente o filho) foi homem forte de Cláudio, tornando-se tribuno da plebe em 41 (J. ant. 19. 3. 4), legado na Lícia, depois cônsul em 49 e legado na Britânia, onde morreu em 58-59 (Tac. 14. 29, Agr. 14).

(xix) C. Víbio Marso³¹ (suff. 17), talvez também escritor³², foi legado de Germânico no Oriente e, depois da morte deste, reivindicou de balde o governo da Síria (Tac. 2. 74). Regressou a Roma com Agripina (Tac. 2. 79). Foi procônsul da África entre 27-30, talvez por influência de Sejano. Em 37, apenas a morte de Tibério impediu a sua condenação por traição (Tac. 6. 47-48). Voltou a ser legado na Síria sob Cláudio (Tac. 11. 10, J. ant. 19. 6. 4, 19. 7. 2, 19. 8. 1, 19. 9. 2, 20. 1. 1);

(xx) Cn. Sêncio Saturnino (suff. 4)³³ descendia da nova aristocracia romana do século I a.C. e uma sua tia-avó teria sido cunhada ou mãe de Escribônia, a ex-mulher de Augusto³⁴. Era, pois, primo afastado de Agripina. Esteve com Germânico na Síria. Após a morte deste, disputou com êxito o governo da província contra Víbio Marso (Tac. 2. 74). É o único dos que estiveram no Oriente acerca de quem não se conhece outra ligação a Germânico ou à família;

Por fim, sem relação nem com o Reno nem com o Oriente, contem-se também:

(xxi) Sexto Pompeio³⁵ (cos. 14), neto de um primo de Pompeio Magno, foi, segundo Ovídio, próximo de Germânico (Ov. ex P. 4. 1, 4. 4, 4. 5, 4. 15). Nada mais se conhece sobre esta relação. Foi procônsul na Macedônia em 8/9, e talvez procônsul da Acaia ou da Ásia 24-25. Recusou defender Pisão (Tac. 3. 11), mas opôs-se ao proconsulado de M. Emílio Lépidio na Ásia (Tac. 3. 32). Morreu antes de 29³⁶;

(xxii) Tício Sabino³⁷, cavaleiro conhecido pela *amicitia* com Germânico (Tac. 4. 18, 4. 68), foi perseguido por Sejano (Plin. nat. 8. 145) e executado em 28 (Tac. 4. 68-70, D.C. 58. 1-3).

(xxiii) Q. Cecílio Metelo Crético Silano³⁸ (cos. 7), cuja filha esteve prometida a Nero, filho primogénito de Germânico (Tac. 2. 43), foi governador

³⁰ PIR¹ V 265, 266, RE VIII A, Veranius 2, 3, Laet 405, 826. Cf. SYME (1957).

³¹ PIR¹ V 388, RE VIII A, Vibius 39, Laet 410. É possível que Víbio Marso seja descendente ou familiar de C. Víbio Póstumo (suff. 5) ou de A. Víbio Hábito (suff. 8).

³² Tac. 6. 47.

³³ PIR² S 395, RE II A, Sentius 11, Laet 338.

³⁴ Ele era filho de C. Sêncio Saturnino, *homo nouus*, cônsul em 19 a.C. e legado na Síria e na Germânia, sob Tibério (cf. PIR² S 393). A tia-avó seria Sêncica, irmã de C. Sêncio Saturnino Vetulo, casada com Lúcio Escribônio Libão (cos. 34 a.C.). SCHEID (1975), 363 considera esta Sêncica como mãe de Escribônia.

³⁵ PIR² P 584, Laet 296. SYME (1978) 156-168.

³⁶ SYME (1978) 162.

³⁷ PIR T 202.

³⁸ PIR² C 64, Laet 71.

da Síria entre 14-17 (J. *ant.* 18. 52, Tac. 2. 4). Segundo Tácito, a proximidade a Germânico motivou a sua saída da Síria em 17 (Tac. 2. 43). Scheid propôs que o seu pai adoptivo, Q. Cecílio Metelo [Crético?], fosse casado com uma Escribónia, sobrinha ou sobrinha-neta da ex-mulher de Augusto e irmã de M. Escribónio Libão, o revoltoso de 16³⁹. Raepsaet-Charlier sugere que esta Escribónia fosse antes a própria mulher de Crético Silano⁴⁰;

(xxiv) D. Hatério Agripa⁴¹ (*cos.* 22), talvez neto de M. Agripa e de Marcela Maior⁴², foi tribuno da plebe em 15 (Tac. 1. 77) e pretor em 17 com o apoio de Germânico e de Druso (Tac. 2. 51). Defendeu a condenação do poeta Clutório Prisco (Tac. 3. 49). Morreu já depois de 32;

Excluí da listagem:

- os Pláucios Silvanos, de cuja família sai Urgulanila, primeira mulher de Cláudio. Porém, este casamento (*ca.* 15) está relacionado com a amizade entre as avós dos noivos, Lívía e Urgulânia⁴³. É facto que Cláudio estimava os Pláucios (Suet. *Claud.* 24. 3) e que A. Pláucio (*cos.* 1 a.C.) casou com uma Vitélia⁴⁴, irmã ou prima de P. Vitélio. Contudo, não há indícios de contacto directo entre Germânico e os Pláucios;

- Clutório Prisco⁴⁵ foi um cavaleiro que escreveu uma *conquestio de morte Germanici Caesaris*⁴⁶, pela qual recebeu uma recompensa de Tibério, a quem certamente dedicara o poema. Esta composição pode ter sido encomendada devido à proximidade de Prisco a Germânico, mas nada confirma esta possibilidade. Mais tarde, em casa de P. Petrónio, Prisco recitou um poema sobre a morte de Druso, filho de Tibério, estando ele ainda vivo. Por isso, foi supliciado (Tac. 3. 49-51, D.C. 57. 20. 3-4). Se esta condenação poderia talvez situar Prisco no contexto da oposição a Tibério (o que não é certo⁴⁷), não significa de todo proximidade efectiva a Germânico.

- P. Petrónio⁴⁸ (*suff.* 19) era genro de Aulo Pláucio e de Vitélia, irmã ou prima de P. Vitélio. Foi na sua casa que Clutório Prisco recitou a *conquestio Drusi* que acabaria por o levar à morte (Tac. 3. 49). Foi procônsul da Ásia, provavelmente entre 29-35 (certamente com apoio de Sejano) e prefeito da Síria entre 37/38-41/42. Era amigo de Cláudio, o que pode constituir indício de proximidade a Germânico (Sen. *apocol.* 14). Contudo, em nenhuma ocasião surgem ambos declaradamente associados;

³⁹ SCHEID (1975) 368.

⁴⁰ FOS 688.

⁴¹ PIR² H 25, Laet 188.

⁴² Possibilidade defendida por SYME (1986) 133, 145, 162-163.

⁴³ M. Pláucio Silvano (*cos.* 2 a.C.; PIR² P 478, RE 21, *Plautius* 43, Laet 291), pai de Urgulanila, parece ter sido próximo de Lívía. Foi procônsul da Ásia e governador da Galácia.

⁴⁴ Sobre A. Pláucio: RE 21, *Plautius* 39, Laet 289. Sobre Vitélia: PIR V 513, FOS 816.

⁴⁵ PIR² C 1199. Veja-se PETRINI (2008). Talvez o *Priscus* referido em Ov. *ex P.* 4.16.10.

⁴⁶ PETRINI (2008) 80.

⁴⁷ Cf. PETRINI (2008), que não defende esta oposição.

⁴⁸ PIR² P 269, RE 19, *Petronius* 24, Laet 283.

- Paulo Fábio Máximo⁴⁹ (*cos.* 11 a.C.) foi considerado por M. Pani como amigo de Germânico devido à sua suposta proximidade a P. Vitélio, sugerida pelo facto de ambos terem sido atacados por Cássio Severo (cf. *Sen. contr.* 2. 4. 11-12, *Suet. Vit.* 2. 11). No entanto, o ataque de Severo a Fábio Máximo foi motivado pela sua facúndia, enquanto o ataque a Vitélio criticava a origem social deste. De resto, este não era o Vitélio amigo de Germânico, mas o seu pai (*Suet. Vit.* 2). M. Pani também defende que Fábio Máximo era «rappresentante [...] di una concezione «monarchica» innovatrice del principato»⁵⁰. Esta conclusão baseia-se no famoso edicto de Fábio Máximo de 9 a.C., na Ásia, onde no entanto a divinização do príncipe obedecia, creio, a códigos retórico-culturais tradicionais⁵¹. De facto, julgo que a proximidade entre os edictos de Fábio Máximo na Ásia e os de Germânico no Egipto, que segundo Pani mostrariam ideias políticas comuns, se explica sobretudo pelo contexto da sua produção, em pleno Mediterrâneo helenístico (cf. abaixo). Pani recorda também que Fábio Máximo era *fautor* de Ovídio (*Ov. ex P.* 1. 2), cuja terceira esposa pertencia à *domus Fabia* (*Ov. ex P.* 1. 2. 138)⁵². Contudo, a proximidade Ovídio-Germânico é, como procurei mostrar, questionável. Além disso, Fábio Máximo parece ter tentado em 14 a reconciliação entre Augusto e Agripa Póstumo (*Tac.* 1. 5, *Plin. NH.* 7. 150). Ora, a relação próxima entre Póstumo e Germânico também não é segura (cf. abaixo), e não seria suficiente para garantir a proximidade a Fábio Máximo. Este era também patrono da literatura (*Hor. odes* 4. 1, *Juv.* 7. 95), outro elemento não suficiente para o associar a Germânico;

- M. Júlio «Herodes» Agripa, neto de Herodes-o-Grande, talvez desde antes de 4 a.C., viveu em casa de Lívia e Antónia Menor, tendo certamente contactado aí com Germânico. Herodes Agripa tornar-se-á amigo de Druso, filho de Tibério, o que pode também tê-lo aproximado de Germânico. No entanto, nenhuma fonte no-lo garante. No principado de Calígula, Agripa tornou-se rei na Judeia⁵³. Não foi ele o único oriental a passar por casa de Antónia: contem-se Tigranes V da Arménia, Antíoco IV de Comagene e Dario da Pártia e ainda Ptolemeu da Mauritânia e a rainha trácia Pitódoris II (estes dois eram descendentes de M. António e, por isso, primos de Germânico)⁵⁴. Se Germânico tiver contactado com todos, tinha então bom currículo quando da sua viagem ao Oriente.

- Cn. Domício Aenobarbo⁵⁵ (*cos.* 32), primo direito de Germânico, filho de L. Domício Aenobarbo (*cos.* 16 a.C.) e de Antónia Maior. Segundo Suetónio, Domício acompanhou Gaio César ao Oriente (*Suet. Nero* 5. 1). Contudo, Dessau considerou que Domício seria demasiado novo para tal empresa, pelo

⁴⁹ *PIR*² F 47, Laet 171.

⁵⁰ PANI (1979) 79 (cf. 79-83).

⁵¹ Veja-se a interpretação mais moderada e, creio, mais verosímil de SYME (1978) 138.

⁵² PANI (1979) 82.

⁵³ Cf. RODRIGUES (2007) 468-470, 475-489, 510-521.

⁵⁴ RODRIGUES (2007) 475.

⁵⁵ *PIR*² D 127, Laet 609.

que propôs que ele tivesse antes acompanhado Germânico até à Síria, hipótese recusada por Syme⁵⁶. Em 28, Domício casou com Agripina, filha de Germânico, mas por vontade de Tibério (J. *ant.* 20. 148, Tac. 4. 75, Plut. *Ant.* 87, Suet. *Nero* 5. 2, *Galba* 5, D.C. 58. 20. 1, 61. 2. 3). Foi cônsul certamente com a conivência de Sejano. Foi pai do imperador Nero. Morreu *ca.* 40.

Mais duvidosos ainda na relação com Germânico são os seguintes indivíduos:

- Fulcínio Trião⁵⁷ (*suff.* 31), *homo nouus*, participou em processos judiciais como acusador (Tac. 2. 28, 5. 11, D.C. 58. 25. 2), inclusive no de Pisão, embora contra a vontade dos amigos de Germânico (Tac. 3. 10). Foi amigo de Sejano (D.C. 58. 25. 2). Depois da morte deste, suicidou-se (Tac. 6. 38, D.C. 58. 25. 2-4);

- o patrício M. Emílio Lépidio⁵⁸ (*cos.* 6), cuja filha casou com Druso, segundo filho de Germânico (Tac. 6. 40), por certo já depois de este ter morrido. As fontes mostram-no próximo de Tibério (Vell. 2. 114. 5, 2. 115. 2, Tac. 2. 48; D.C. 56. 12. 2)⁵⁹;

- M. Aurélio Cota Máximo Messalino⁶⁰ (*cos.* 20), filho de M. Valério Messala Corvino (*cos.* 31) e adoptado por Aurélio Cota, foi um importante correspondente de Ovídio (Ov. *ex P.* 1. 5. 9, 1. 7. 33, 1. 7. 60, 2. 2. 101, 2. 3. 3, 2. 3. 5, 3. 8), mas opôs-se a Agripina e a Nero (Tac. 5. 3) e a Calígula (Tac. 6. 5). Era amigo de Tibério (Tac. 6. 5). Desconheço qualquer relação sua com Germânico.

Excluindo os últimos, conto pelo menos 24 indivíduos com alguma relação com Germânico. Anoto, desde já, quatro estranhezas: (i) antes de mais, a alta percentagem de *homines noui* entre estes *amici/comites* de Germânico – entre os dezassete senadores⁶¹, onze são *homines noui*⁶², e apenas dois de famílias da antiga *nobilitas* republicana⁶³; (ii) a ausência quase total de indivíduos relacionados com os círculos de Júlia Maior e de Júlia Menor; (iii) a ausência de muitos destes homens em torno de Agripina após a morte de Germânico; por fim, (iv) a existência de pelo menos três amigos de Germânico que se tornaram

⁵⁶ *PIR*¹ D 109. *PIR*² D 127 sugere que o Domício que acompanhou Gaio César tenha sido um irmão mais velho deste Domício Aenobarbo, de outro modo desconhecido. Veja-se SYME (1986) 155-156.

⁵⁷ *PIR*² F 517.

⁵⁸ *PIR*² A 369, Laet 16.

⁵⁹ Cf. SYME (1955), LEVICK (1976) 305, e SYME (1986) 128-140.

⁶⁰ *PIR*² A 1488, RE S. 15, *Aurelius* 27, Laet 60.

⁶¹ M. Emílio Lépidio, C. Cetrônio, C. Âncio, Anceio, A. Cécina Severo, L. Aprônio, C. Sílio A. Cecina Largo, P. Suílio Rufo, P. Vitélio, L. Seio Tuberão, Q. Serveu, Q. Verânio, C. Víbio Marso, Cn. Sêncio Saturnino, Sexto Pompeio, Q. Cecílio Metelo Crético Silano, D. Hatério Agripa. Cf. Laet, 1941.

⁶² Isto é, homens que não parecem contar com qualquer antepassado consular: C. Cetrônio, C. Âncio, Anceio, A. Cecina Severo, L. Aprônio, P. Suílio Rufo, P. Vitélio, L. Seio Tuberão, Q. Serveu, Q. Verânio, C. Víbio Marso. Quanto a este último, pelo menos, há algumas dúvidas importantes (cf. acima).

⁶³ Crético Silano e M. Emílio Lépidio.

próximos de Sejano⁶⁴, e de outros três⁶⁵ (além de Agripina e dos seus filhos mais velhos) que terão sido vítimas dele. Os dois últimos problemas não serão abordados neste artigo, por razões de espaço. Ficam, no entanto, apontados como problemas que merecem reflexão. Já os dois primeiros merecem aqui explicação.

*

Analisemos os amigos consulares de Germânico entre 7 (quando Germânico assumiu o seu primeiro cargo importante no *limes* danubiano) e 19 (ano da sua morte). Entre estes, e embora não saibamos quando começaram as suas relações com Germânico, encontramos Crético Silano como cônsul ordinário logo em 7 e, no ano seguinte, L. Aprônio como sufecto. Depois, entre 11 e 14, um dos cônsules de cada ano parece ter mantido alguma vez relações com Germânico (ele próprio será cônsul em 12)⁶⁶. É o período em que Germânico se notabiliza na política romana; o mesmo período em que Ovídio repara nele. Por fim, entre 17-18, encontram-se mais dois cônsules próximos do general⁶⁷: corresponde ao período do regresso de Germânico do Reno, do seu segundo consulado e da sua missão ao Oriente, quando Germânico surge como óbvio herdeiro de Tibério.

Estes resultados estão longe de comprovar que Germânico dominava a política em Roma: apenas sete companheiros seus conhecidos, num total de quarenta e um magistrados⁶⁸, foram cônsules entre 7-19. Não significa que não tenha havido mais; significa que não sei se há *amici* ou *comites* de Germânico entre os outros trinta e quatro cônsules ordinários e sufectos. Esta amostra pode afinal indicar que Germânico influenciou pouco o acesso ao consulado; ou que apenas o fez em momentos-chave da sua carreira. De facto, seria coincidência extraordinária que os consulados de indivíduos que devem ter mantido relações com Germânico correspondessem a anos centrais na carreira do general, sem que tal coincidência significasse algo. Mesmo que Germânico não fizesse *lobbying* (não sabemos), é certo que, nos anos em que o seu prestígio se afirmou na *Vrbs*, a proximidade ao general terá sido critério de valorização no acesso ao consulado.

⁶⁴ P. Vitélio, Seio Tuberão e Serveu (mais talvez Víbio Marso, Aprônio e P. Petrónio, Domício Aenobarbo e Fulcínio Trião). Seio Tuberão é um caso especial, porque era irmão adoptivo de Sejano.

⁶⁵ Sílio, Sósia Gala, Tício Sabino.

⁶⁶ M. Emílio Lépido (*cos.* 11 d.C.), C. Sílio A. Cecina Largo (*cos.* 13), Sexto Pompeio (*cos.* 14).

⁶⁷ C. Víbio Marso (*suff.* 17), L. Seio Tuberão (*suff.* 18). A estes, poder-se-ia acrescentar P. Petrónio (*suff.* 19), se o considerarmos também próximo de Germânico.

⁶⁸ Estou a excluir os 4 consulados exercidos por membros da família imperial: o próprio Germânico (*cos.* 12, 18), Druso (*cos.* 15) e Tibério (*cos.* 18).

Podemos ir mais longe na análise⁶⁹. Entre 7 e 19 d.C. houve vinte e seis cônsules ordinários. Destes, quatro foram membros da família imperial⁷⁰. De entre os restantes vinte e dois cônsules ordinários, vinte saíram das famílias republicanas consulares (tradicionalis ou mais recentes)⁷¹ e apenas dois foram *homines noui*⁷². Na mesma época, houve dezanove cônsules sufectos: três eram *nobiles*⁷³ e dezasseis, *homines noui*⁷⁴. Sendo assim, na época em que Germânico dominou a vida política na Urbe, apenas raramente se confiou o consulado ordinário a homens sem tradição; aconteceu o inverso entre os cônsules sufectos. De resto, isso representava já uma ligeira alteração ao padrão verificado nos treze anos anteriores, quando, entre 7 a.C.-6 d.C., três dos vinte e seis cônsules *ordinarii* e apenas nove dos dezanove *suffecti* tinham sido «homens novos»⁷⁵. De facto, entre 7 a.C.-6 d.C., apenas doze *homines noui* acederam ao consulado (ordinário ou sufecto); nos treze anos seguintes, foram dezoito. A partir de 7 d.C. parece haver, pois, uma maior presença de *homines noui* na vida política romana. Germânico não está, pois, fora de contexto quanto às suas amizades.

Os sete cônsules com alguma proximidade a Germânico entre 7 e 19 permitem ainda surpresa: os quatro *ordinarii* pertencem à *nobilitas* republicana; os três *suffecti* são *homines noui*. Os amigos de Germânico seguem o padrão da época: a *nobilitas* ocupa o consulado ordinário; os homens novos são sufectos. De resto, Germânico continua a cultivar relações com a *nobilitas* tradicional, como os Cecílios Metelos ou os Emílios ou os Pompeios: quando escolhe o preceptor de Nero, fá-lo na *gens* Emília, nada menos do que um neto do triúmviro; quando quer casar o seu primogénito, escolhe a descendente do último dos Cecílios Metelos, Crético Silano. Germânico e os amigos são bem homens do seu tempo – nada de revoluções ou de elementos inusitados.

⁶⁹ São vários os estudos sobre os consulados do início da era cristã. Veja-se sobretudo a discussão de MARSH (1926), SYME (1939) 434-438, JONES (1955), BRUNT (1961), SEALEY (1961), FERRILL (1970/1971), SYME (1981). Para as listagens de cônsules, veja-se ainda o já velho DEGRASSI (1947), complementados por Laet 1941 e pelo indispensável *PIR*².

⁷⁰ Germânico (em 12 e em 18), Druso (em 15) e Tibério (em 18).

⁷¹ Q. Cecílio Metelo Crético Silano e A. Licínio Nerva Siliano (7 d.C.), M. Fúrio Camilo e Sexto Nônio Quintiliano (8), Q. Sulpício Camerino (9), P. Cornélio Dolabela e C. Júnio Silano (10), M. Emílio Lépidio e T. Estatílio Tauro (11), G. Fonteio Capitão (12), C. Sílio A. Cécina Largo e L. Munácio Planco (13), Sexto Pompeio e Sexto Apuleio (14), C. Norbano Flaco (15), Sisena Estatílio Tauro e L. Escribónio Libão (16), G. Célio Rufo (17), e M. Júnio Silano Torquato e L. Norbano Balbo (19).

⁷² C. Popeu Sabino (9) e L. Pompónio Flaco (17).

⁷³ Ser. Cornélio Léntulo Maluginense (10), L. Cássio Longino (11) e M. Júnio Silano (15).

⁷⁴ Lucílio Longo (7), L. Aprónio e A. Víbio Hábito (8), Q. Popeu Segundo e M. Pápio Mútilo (9), Q. Júnio Bleso (10), C. Visélio Varrão (12), C. Víbio Rufo e C. Pompónio Grecino (16), C. Víbio Marso e L. Voluseio Próculo (17), L. Seio Tuberão, Livineio Régulo, C. Rubélio Blando e M. Vispiano Galo (18) e P. Petrónio (19).

⁷⁵ *Ordinarii*: L. Passieno Rufo (4 a.C.), L. Élio Lâmia (3 d.C.) e talvez M. Pláucio Silvano (2 a.C.); *suffecti*: Q. Hatério (5 a.C.), C. Célio (4 a.C.), C. Fúfio Gémino e Q. Fabrício (2 a.C.), A. Pláucio e A. Cecina Severo (1 a.C.), C. Clódio Lícino (4 d.C.) e C. Víbio Póstumo e C. Ateio Capitão (5 d.C.).

*

Uma das conclusões inesperadas nesta análise foi o da ausência de coincidência entre os *amici/comites* de Germânico e os de Júlia Maior e de Júlia Menor, filha e neta de Augusto. Há autores que supõem relações⁷⁶ e não seria de estranhar que existissem. Afinal, Júlia Maior⁷⁷, exilada em 2 a.C., era mãe de Agripina e sogra de Germânico. Este era assim cunhado de Agripa Póstumo⁷⁸ (exilado em 6/7) e de Júlia Menor⁷⁹ (exilada em 8). Sua irmã, Lívila, casara com Gaio († 4), irmão mais velho de Agripina. De resto, Agripina Maior⁸⁰ foi a única neta de Augusto que não morreu ou caiu em desgraça nos conturbados anos em torno da adoção de Tibério pelo imperador⁸¹.

Em 2 a.C., com Júlia Maior foram também *relegati* T. Quíncio Crispino, Tib. Semprônio Graco, Áp. Cláudio Pulcro e Cornélio Cipião⁸². Este último⁸³ era sobrinho de Júlia Maior, porque neto de Escribónia (a mãe de Júlia), e era primo de Emílio Paulo, o marido de Júlia Menor, exilado ou executado em 7, cuja mãe era uma Cornélia, também filha de Escribónia⁸⁴. Ápio Cláudio⁸⁵ era por certo tio materno de D. Júnio Silano⁸⁶, o amante de Júlia Menor, exilado em 8. Um M. Júnio Silano (*cos.* 25 a.C.)⁸⁷, talvez tio deste, era filho de uma Semprónia e por isso possível familiar do Semprônio Graco exilado com Júlia Maior; este mesmo M. Júnio Silano casou com Crispina⁸⁸, possivelmente familiar de Quíncio Crispino, outro dos exilados com Júlia Maior. Por fim, o neto deste mesmo Júnio Silano, chamado M. Júnio Silano Torquato (*cos.* 19 d.C.)⁸⁹, casou com Emília Lépidia⁹⁰, filha de Emílio Paulo e de Júlia Menor, prometida inicialmente a Cláudio, o irmão de Germânico. À volta das Júlias temos pois uma rede familiar onde pelo menos Escribónia, Semprônios Gracos, Júnios Silanos e Emílios Lépidos parecem cruzar-se⁹¹.

É óbvio que Germânico deve ter tido relações com algumas destas personagens. Agripina era neta de Escribónia, o que a fazia prima dos Cipiões,

⁷⁶ Veja-se FERRILL (1970/1971) 728-731, PANI (1979) 71-103 e, mais recentemente, LUISI (2008) 35-39.

⁷⁷ *PIR*² I 634, *RE* 10, *Iulius* 550, *FOS* 421.

⁷⁸ *PIR*² I 214.

⁷⁹ *PIR*² I 635, *RE* 10, *Iulius* 551, *FOS* 813.

⁸⁰ *PIR*² I 463, *FOS* 812.

⁸¹ Veja-se SYME (1939) 419-439, SATTLER (1969), SHOTTER (1971), LEVICK (1972), LEVICK (1975) e LEVICK (1976).

⁸² Veja-se a síntese de LEVICK (1976) 302-305.

⁸³ *PIR*² C 1435.

⁸⁴ Veja-se SYME (1986) 244-254.

⁸⁵ *PIR*² C 985. Cf. WISEMAN (1970).

⁸⁶ *PIR*² I 826, *Laet* 205.

⁸⁷ *PIR*² I 830, *Laet* 203.

⁸⁸ *PIR*² C 1581.

⁸⁹ *PIR*² A 839, *Laet* 206.

⁹⁰ *PIR*² A 419, *RE* 1, *Aemilius* 169, *FOS* 29.

⁹¹ Ver a sugestiva análise de FERRILL (1970/1971) 728-731.

de L. Emílio Paulo e dos Escribónios Libões⁹². A filha de Emílio Paulo e de Júlia Menor esteve prometida a Cláudio (Suet. *Claud.* 26. 1), o que pode indiciar proximidade entre os *Claudii Nerones* e Júlia. Contudo, o compromisso desfez-se com o exílio desta⁹³. Já antes, Cláudio tivera o casamento aprazado com Lívia Medulina⁹⁴ († 4), filha de uma Lívia Escriboniana, talvez sobrinha ou sobrinha-neta de Escribónia⁹⁵. E estas relações familiares podiam continuar⁹⁶. Mas estamos perante *amici* de Germânico? Os únicos indivíduos próximos de Germânico talvez relacionados com as Júlias eram Crético Silano (por certo familiar dos Silanos, talvez casado com uma Escribónia e por isso talvez cunhado do Libão revoltoso de 16), M. Emílio Lépidio (primo de L. Emílio Paulo, irmão da Emília, a noiva de Lúcio César, e neto de uma Júnia Silana) e talvez Sêncio Saturnino (se a mãe de Escribónia tiver mesmo sido uma Sência)⁹⁷. Uma Júnia Silana foi também mulher de C. Sílio⁹⁸, o filho de Sílio e de Sósia Gala, que depois foi amante de Messalina. No entanto, como adverte B. Levick, nem sempre a prosopografia é uma boa ajuda⁹⁹...

De facto, M. Emílio Lépidio aceitou o consulado, obviamente com o apoio imperial, logo em 11: se houvesse suspeitas sobre a sua lealdade, apesar das suas relações familiares, tê-lo-ia conseguido? Do mesmo modo, Crético Silano foi *rector Syriae* e senhor das legiões orientais logo em 14, o que, se pode estar relacionado com a amizade de Germânico, resulta certamente da confiança de Augusto/Tibério. E se M. Libão se revoltou em 16, não foi por isso que Crético Silano, talvez seu cunhado, foi afastado da Síria em 17¹⁰⁰. De resto, o irmão de L. Emílio Paulo, marido de Júlia Menor, era M. Emílio Lépidio, homem sempre próximo de Tibério¹⁰¹: em 8, no ano em que sua cunhada Júlia Menor foi exilada, foram-lhe confiadas as legiões da Panónia e em 14 estava na Tarraconense, à frente de três legiões. Por fim, se D. Júnio Silano

⁹² M. Escribónio Libão Druso (*PIR*² L 295, SYME (1986) 255-269) foi condenado à morte em 16, por conspiração contra Tibério. Era neto por via paterna de L. Escribónio Libão (*cos.* 34 a.C.), o pai ou o irmão de Escribónia, mulher de Augusto e mãe de Júlia. M. Escribónio Libão Druso era também, filho ou sobrinho de M. Lívio Druso Libão (*cos.* 15 a.C.), irmão adoptivo de Lívia, a mulher de Augusto. Por via materna, era sobrinho de Cn. Cornélio Cina Magno (*cos.* 5 d.C.) e bisneto de Cn. Pompeio Magno (*cos.* 70, 55, 52 a.C.). Escribónia esteve com este Libão, quando este foi acusado em 16 d.C. (*Sen. ep.* 70.10).

⁹³ Suet. *Claud.* 26. 1 *quod parentes eius Augustum offenderant, uirginem adhuc reouduiauit...*

⁹⁴ *PIR*² L 304, *RE* 13, *Livius* 40, *FOS* 500.

⁹⁵ *FOS* 503. Escriboniana não surge nas fontes. Seria filha de M. Lívio Druso Libão (*cos.* 15 a.C.), irmão ou sobrinho de Escribónia e irmão adoptivo de Lívia. O marido terá sido M. Fúrio Camilo (*cos.* 8).

⁹⁶ L. Domício Aenobarbo (*cos.* 16 a.C.) que casou com Antónia Maior, tia de Germânico, era filho de uma Emília Lépidia e, assim, parente próximo de L. Emílio Paulo, marido de Júlia Menor. Cf. CARLSEN (2006).

⁹⁷ Scheid, 1975, 363.

⁹⁸ *PIR*² S 714, *RE* 3A, *Silius* 4, Laet 1118. Sobre esta Júnia Silana, ver também *PIR*² I 864 e *FOS* 474.

⁹⁹ LEVICK (1976) 305: «prosopography is a dangerous tool».

¹⁰⁰ A revolta também não impediu o consulado de L. Libão, irmão de M. Libão, no próprio ano de 16.

¹⁰¹ Vejam-se as conclusões de SYME (1955) e SYME (1986) 128-140.

foi o adúltero exilado com Júlia Menor em 8, os seus irmãos Gaio e Marco foram cônsules logo em 10 e em 15 respectivamente, o último como colega do filho de Tibério, Druso. Tem razão Levick: nem sempre uma relação familiar significa proximidade política. De resto, estou convicto de que conseguiríamos estabelecer relações familiares entre muitos dos membros da aristocracia romana, pró e contra Augusto/Tibério¹⁰². Mas estamos longe de poder afirmar que «*tutti coloro che gravitarono nell'entourage di Giulia minore*» são «*tutti sodales del circolo di Germanico*» (sublinhados meus)¹⁰³.

Desde pelo menos Marsh¹⁰⁴, muitos quiseram partir destas relações para encontrar em Germânico um dos *amici* ou mesmo o líder dos *amici* das Júlias, no final do principado de Augusto. Germânico e os seus *amici* constituiriam assim uma facção política sobretudo anti-Tibério¹⁰⁵: de um lado, estariam os Júlios (Júlia Maior e Menor, Póstumo, Agripina e Germânico) e do outro os Cláudios (Lívia, Tibério e Druso). B. Levick veio, com razão, questionar esta interpretação. A começar pela denominação: Júlia Maior era, de facto, uma Júlia; Gaio, Lúcio e Póstumo eram Júlios por adopção, mas nasceram Vipsânios; Júlia Menor e Agripina nunca pertenceram à *gens* Júlia: eram Vipsânias. Já Tibério, adoptado por Augusto, tornara-se Júlio: era, pois, tão Júlio quanto Gaio, Lúcio ou Póstumo; assim também Druso, seu filho, e o próprio Germânico, seu filho adoptivo. Por isso, entre Germânico e Agripina, o Júlio era ele e não ela. Quem quer ver em Tibério o líder dos Cláudios, e, após 8, Germânico como líder dos Júlios, esquece-se de que ambos eram, antes de mais, *Claudii*; e que, desde 4, o *paterfamilias* dos *Claudii Neronis* não era nem Tibério nem Germânico, mas Cláudio. E Augusto, também Júlio apenas por adopção, estava de que lado? Dos Júlios, cujos supostos líderes ele foi exilando, ou dos Cláudios, cujo pretensão líder lhe sucedeu?

Creio que a apresentação do final do principado de Augusto como uma luta entre Júlios e Cláudios deve ser mais bem escrutinada, sob pena de se concluir que a adopção não tinha qualquer significado real em Roma. Naturalmente, o casamento de Júlia e Tibério e a adopção deste devem ter tido a oposição dos filhos de Júlia e Agripa. Porém, não uma oposição Cláudios *vs.* Júlios, mas eventualmente entre os descendentes de Augusto e aqueles que não o eram¹⁰⁶. Ora, Germânico não descendia de Augusto. Era, é certo, casado com uma neta do imperador e era ele próprio neto de Octávia e de Lívia, a irmã e a mulher de Augusto. Estas relações podem explicar uma preferência do primeiro príncipe. Contudo, não creio que permitam entender

¹⁰² Cf. FERRILL (1970/1971) 726-727.

¹⁰³ LUISI (2008) 36.

¹⁰⁴ MARSH (1926).

¹⁰⁵ Vejam-se por exemplo SHOTTER (1971), PANI (1979) 71-90, PANI (1993²) 244-255, LUISI (2008) 36-42.

¹⁰⁶ LEVICK (1975) 33-38 defende que o conflito se cristalizou entre os descendentes de Escribónia e os de Lívia, as duas mulheres de Augusto. Creio, no entanto, que não se deve exagerar o possível papel de Escribónia. De facto, será mais simples entender um possível conflito entre os descendentes directos de Augusto (Júlia Maior e os filhos) e os que não descendiam do primeiro príncipe (Tibério).

Germânico como líder dos *amici* das Júlias, sobretudo após 8, e/ou encostá-lo à oposição a Tibério.

É certo que Tácito quer lançar a suspeita sobre a rivalidade entre Tibério e Germânico. Mas a análise dos textos confirma-a? Tácito e Suetónio insistem nas simpatias republicanas de Druso, o pai de Germânico, próximas das de Tibério (Tac. 1. 33). Tácito reconhece que a esperança depositada em Germânico advinha das tendências «republicanas» do pai (Tac. 1. 33). Se Tibério pode ter sido forçado a adoptar Germânico¹⁰⁷, é facto que nenhum autor mostra animosidade (antes pelo contrário) entre Germânico e Druso, o filho de Tibério (Tac. 1. 76, 2. 43, 2. 53, D.C. 57. 18. 7). Se Germânico fosse um apoiante declarado das Júlias, certamente não teria sido enviado para a Dalmácia, à frente de forças militares, nos anos críticos de 7-8 (D.C. 55. 32. 1). Se Germânico tivesse apoiado as Júlias, dificilmente Augusto teria continuado a confiar nele, depois de ter exilado a filha e a neta. De resto, durante os motins do Reno, em 14, Tácito, Suetónio e Cássio Dión mostram o esforço de Germânico em garantir a lealdade das legiões a Tibério (Tac. 1. 34-37, Suet. *Tib.* 25. 2-3, *Cal.* 1, D.C. 57. 5, cf. D.C. 57. 18. 7). É ainda possível que uma das primeiras medidas de Tibério tenha sido a de conseguir que o Senado atribuisse o *imperium proconsulare* a Germânico, talvez não concedido por Augusto¹⁰⁸. Ainda ausente, Germânico foi louvado no Senado por Tibério (Tac. 1. 52 diz que o fez contrariado) e, em 15, recebeu uma segunda saudação imperial (Tac. 1. 58). Depois, foram-lhe concedidas novas insígnias triunfais (Tac. 1. 72), foram organizados jogos em seu nome (Tac. 1. 76) e foi-lhe erguido um arco triunfal, em Roma, *auspiciis Tiberii* (Tac. 2. 41). Por fim, o Senado concedeu-lhe o triunfo (Tac. 2. 41), o imperador distribuiu trezentos sestércios por cada Romano em seu nome (Tac. 2. 42) e foi-lhe atribuído um segundo consulado, tendo como colega o próprio Tibério (Tac. 2. 53). Para Shotter, o envio de Germânico ao Oriente, com *imperium maius* por cinco anos, pretendia afastá-lo do Reno¹⁰⁹. Mas, se assim fosse, teria Tibério mantido C. Sílio, *amicus* de Germânico, à frente das legiões renanas (Tac. 3. 42-46)? Ora, também Augusto enviara os seus herdeiros, Agripa (13 a.C.), Tibério (6 a.C.) e Gaio (1 d.C.), ao Oriente¹¹⁰. E ao enviar Pisão como *adiutor* de Germânico (Tac. 2. 43, 3. 12), Tibério estava a recuperar o modelo de Augusto, que enviara Gaio César à Síria e, a acompanhá-lo, o *senior* M. Lólio¹¹¹. É de abandonar a leitura

¹⁰⁷ Tac. 1. 3, Suet. *Tib.* 15. 2. GOODYEAR (1972) 114, defende que Tácito procura mostrar ao seu leitor que o próprio Augusto pretendia estabelecer Germânico como opositor declarado a Tibério.

¹⁰⁸ Tac. 1. 14. D.C. 56. 25. 2 faz recuar este *imperium proconsulare* ao ano 11. SYME (1978) 56-57 considera que a atribuição do *imperium proconsulare* deve antes situar-se no ano 13.

¹⁰⁹ SHOTTER (1974) 234.

¹¹⁰ A ida de Agripa ao Oriente deve ter tido fins administrativos locais (D.C. 54. 19. 6, 54. 24. 4-6). A de Tibério procurava resolver a sucessão na Arménia (D.C. 55. 9. 4-5). Gaio foi enviado para resolver o mesmo problema arménio e para fazer frente à ameaça dos Partos (Vell. 2. 101. 1, Tac. 2. 4, D.C. 55. 10. 18ss). Germânico iria resolver problemas de sucessão na Capadócia, de tributação fiscal em Palmira e do terramoto da Ásia em 17 (Tac. 2. 43).

¹¹¹ Vell. 2. 102. 1, Tac. 3. 48, Suet. *Tib.* 12. 2. Sobre o suicídio de Lólio, cf. Vell. 2. 102. 1, Plin. *nat.* 9.

literal de Tácito. Não encontro motivos suficientes para duvidar *realmente* das relações, talvez não demasiado próximas, mas suficientemente leais e cordiais entre Tibério e Germânico.

Germânico era também neto de Marco António. Ora, esta relação poderia constituir novo indício da sua *amicitia* por Júlia Maior, uma vez que a única execução (ou suicídio) do *affair* de 2 a.C. fora a de Júlio António, amante da filha de Augusto (Vell. 2. 100, Tac. 1. 10, D.C. 55. 10). Ele era filho de Marco António e, por isso, tio de Germânico. Ápio Cláudio, outro dos supostos amantes de Júlia, era também sobrinho de Júlio António. Para Rohr Vio, Júlia e António queriam estabelecer em Roma uma monarquia orientalizante inspirada no modelo de M. António¹¹². Mas se Germânico fosse próximo deste modelo antoniano e não do ambiente republicano, como começa por admitir Tácito, por que razão o apoiaria Augusto? Ou teria Germânico ocultado tal adesão? Ou teria esta sido tardia? Este é, creio, um percurso especulativo perigoso.

Relacionam-se com a sua viagem ao Oriente os principais argumentos para esta ideologia helenizante de Germânico¹¹³: foi aclamado à maneira dos monarcas helenísticos, em Lesbos e Alexandria¹¹⁴, com estátuas, títulos (θεὸς νέος; Agripina: θεὰ Αἴολις καρποφόρος), cunhagens, magistraturas honoríficas e jogos¹¹⁵; visitou Áccio, onde recordou M. António¹¹⁶, e Atenas, cidade aliada do mesmo António¹¹⁷; como Alexandre, passou por Tróia (Tac. 2. 54); visitou o oráculo de Apolo Cláudio (Tac. 2. 54); aceitou coroas oferecidas pelo rei dos Nabateus (Tac. 2. 57); entrou no Egipto, terra simbólica para os antonianos, sem autorização imperial (Tac. 2. 59-61); o discurso aos Alexandrinos, onde se referira a Lívia e Tibério como seres divinos (θειότης), desmentiria o seu «republicanismo» e comprovaria a filiação na ideologia de António¹¹⁸.

Contudo, as honras recebidas por Germânico na Jónia e em Alexandria foram semelhantes às que Tibério e Gaio haviam recebido e às de que Augusto

¹¹² ROHR VIO (1998) 232. O bacanal no *Forum* e nos *Rostra* (Plin. *nat.* 21. 9, Sen. *ben.* 6. 32. 1), apesar de não muito verosímil, pode indicar isso.

¹¹³ Veja-se QUESTA (1957) e PANI (1975).

¹¹⁴ Cf. IG 12.2, n. 212-213=IGR 4.74-75. Veja-se sobretudo o material recolhido por WILAMOWITZ-MOELLENDORF, ZUCHER (1911) 797, 812-821 e MAGIE (1950), vol. 2, 1356-1357.

¹¹⁵ Sobre a presença de António Menor na viagem e as honras recebidas, cf. RODRIGUES (2007) 466-468.

¹¹⁶ Tac. 2. 53. Para QUESTA (1957) 297, «nell'ambiente germaniciano i due antichi mortali rivali erano idealmente affiancati e coalizzati contro Tiberio». Não creio haver dados concretos para tal interpretação. SAVAGE (1938) 238 encontra aqui um paralelismo com a visita de Eneias ao local da futura batalha de Áccio (cf. Verg. *Aen.* 3. 278-288). Cf. a mesma identificação Germânico/Eneias em BEWS (1972-3) 39.

¹¹⁷ Tac. 2. 55. QUESTA (1957) 299 defende que, em Atenas, Germânico teria sido objecto de aclamações semelhantes às de que Demétrio Poliorceta tinha sido alvo, ou às que foram decretadas a M. António na Ásia Menor. Trata-se de mera hipótese, não confirmada pelas fontes.

¹¹⁸ WILAMOWITZ-MOELLENDORF, ZUCHER (1911) que primeiro notaram a filiação de Germânico na ideologia antoniana. Cf. POXY. 2435r em LOBEL, TURNER (1959) 102ss. Cf. PANI (1979) 84-86.

e Lívía eram alvo no Oriente¹¹⁹; foi em associação com Druso, filho de Tibério, que Germânico foi aclamado na Lídia como νέος θεός φιλάδελφος¹²⁰; em Áccio, homenageou António, mas também Augusto, e apenas porque a frota estava em reparação em Nicópolis (Tac. 2. 53); a viagem à Bitínia e Ponto, além de pretender conhecer os *ueteres locos fama celebratos*, procurou *pariter* a resolução de problemas internos (Tac. 2. 54); a passagem por Tróia ocorreu *porque* os ventos não permitiram a ida a Samotrácia (Tac. 2. 54); a admiração por Alexandre era comum em Roma¹²¹; a consulta do oráculo de Apolo Cláριο respondeu à devoção de Germânico¹²², mas Apolo era também deus protector de Augusto; se Tibério rejeitou, em Roma, os títulos e honras *atribuídas a Augusto* (Tac. 1. 14, D.C. 57. 8. 1, 57. 18. 2), não terá proibido que o título de *Augustus* em relação a si próprio fosse escrito ou dito e ele próprio usou-o em correspondência (D.C. 57. 8. 2); o discurso de Germânico aos Alexandrinos enquadrava-se bem na tradição egípcia¹²³. Afinal, não fora já Augusto objecto de culto no Oriente, em vida¹²⁴? A questão não reside no acordo de Germânico com as ideologias helenísticas, mas na *gerousia* à qual ele se dirigiu e na consequente adequação da linguagem a este público. Que a «divinização» retórica de Tibério-Lívía significasse em Alexandria necessariamente a defesa de modelos antonianos parece-me um passo que o texto não permite¹²⁵. É facto que Germânico se vestiu no Egipto como um grego (Tac. 2. 59), mas Tibério fizera o mesmo em Rodes (Suet. *Tib.* 11-13). E, se Tibério pode ter ficado agastado com a ida de Germânico ao Egipto, recorde que já Gaio havia feito o mesmo¹²⁶. Por fim, recorde que já Augusto patrocinara a divinização de Júlio

¹¹⁹ Cf. MAGIE (1950) vol. 2, 1343 (Gaio), 1357 (Druso, filho de Tibério), 1357-1361 (Tibério) e *PIR² I 216* (Gaio) e *PIR² I 219* (Druso), com títulos (ainda em vida) semelhantes aos atribuídos a Germânico.

¹²⁰ HEAD (1901) 110.

¹²¹ Cf. MICHEL (1967).

¹²² *Ov. fast.* 1.20 relaciona Germânico e o *Clarius deus*, antes de 18, data da visita ao santuário.

¹²³ MARRONE (1978) 214 e GALLOTTA (1987) 163 defendem o carácter tradicional, no Oriente, das honras prestadas a Germânico e à família. HABICHT (1973) 76-78 considera também as expressões usadas por Germânico em Alexandria como protocolares. Vejam-se reticências de F. Millar (HABICHT (1973) 94). Gallotta cita GREYHER (1946), que defende que as honras reservadas a Agripina (cf. QUESTA (1957) 300) são pálidas em comparação com as reservadas a Lívía, ainda em vida desta.

¹²⁴ Cf. GALINSKY (1996) 312-331.

¹²⁵ Contra, QUESTA (1957) 312-313. Quanto ao prólogo dos *Aratea*, se for mesmo da autoria de Germânico, creio que pode ser entendido no contexto da poesia augustana onde não era estranha a aproximação do príncipe aos deuses. Cf. e.g. *Hor. epist.* 2. 1. 15-16 e GALINSKY (1996) 312-322.

¹²⁶ *Or.* 3. 4-5. Não afasto a possibilidade de um desentendimento com Tibério por causa desta visita. Vejam-se Tac. 2. 59 e Suet. *Tib.* 52. 5. É facto que o *imperium maius* foi atribuído pelo senado sobre as *provinciae quae mari diuiduntur* (Tac. 2. 43). Ora o senado não tinha autoridade sobre o Egipto, pelo que, apesar de GALLOTTA (1987) 164-165, é possível que Germânico tenha entrado de forma ilegal no Egipto, mesmo se os maus anos agrícolas o pudessem ter exigido. Este é, contudo, o único momento de uma atitude menos «obediente» de Germânico. É possível que as relações entre Germânico e Tibério se tivessem tornado mais frias. Daí até criar um Germânico antoniano vai um passo demasiado largo.

César no *forum* e mandara construir um mausoléu que rivalizava com o do próprio Alexandre.

Ou seja: não encontro entre os *amici* de Germânico indivíduos *realmente* ligados ao(s) círculo(s) das Júlias (nenhuma fonte integra neles Agripina); não creio que haja indícios de uma rivalidade *efectiva* entre Tibério e Germânico, além da que Tácito quer literariamente construir; não encontro indícios suficientemente fortes de uma relação de Germânico com as ideologias helenísticas. É um facto que, no Reno, ele se inclui entre os descendentes dos «divinos Júlio e Augusto»; mas ele próprio *nondum* (Tac. 1. 42). E é Tácito que aproxima Germânico de Alexandre, na idade, no local da morte e na suspeita de envenenamento (Tac. 2. 73). De resto, mesmo se Augusto recusa ser chamado *dominus*, são do seu tempo óbvias aproximações do príncipe aos deuses, na insistência numa estirpe divina e na propaganda de um *ethos* divino. Germânico não parece ser assim tão diferente. Mas nem por isso esta atitude significa a proximidade/continuidade entre os amigos das Júlias e Germânico e os seus próprios *amici/comites*.

Naturalmente, mesmo sem sobreposição entre *amici*, é possível que Germânico fosse apreciado por amigos das Júlias: afinal, Júlia Maior e Póstumo só morrerão em 14 e Júlia Menor em 28 ou no início de 29; e a única filha de Júlia Maior ainda livre era precisamente a mulher de Germânico. Apesar de nenhuma fonte a relacionar com estas conspirações ou grupos, é possível que Agripina concitasse esperanças. É, por isso, também verosímil que Germânico sofresse pressão para se afirmar como líder de um grupo de *amici* que certamente entendia Tibério como adversário. É ainda verosímil que Tácito se faça eco de algum mau estar entre Tibério e Germânico, originado nesta pressão, e que esse mau estar tenha atingido um momento crítico com a inusitada visita ao Egipto. Tudo isso parece verosímil, mas convenhamos que nada mais que isso.

Há, contudo, duas tentativas de «golpes» que poderiam corroborar esta versão. Entre os conspiradores contra Augusto, Suetónio refere um L. Audásio e um Asínio Epicado, que teriam tentado resgatar Póstumo e Júlia (Maior ou Menor?) dos seus exílios, em algum momento entre 8 e 14¹²⁷, para serem levados até ao exército (Suet. *Aug.* 19. 2). Depois, logo após a morte de Augusto, Tácito refere que um tal Clemente, escravo de Póstumo, teria procurado libertá-lo, sem êxito (Tac. 2. 39): Póstumo acabará morto. Também aqui sabemos o objectivo de Clemente: conduzir Póstumo *ad exercitus Germanicos...* comandados, em 14, por Germânico.

As tentativas para libertar Póstumo procuravam, pois, em ambos os casos, levá-lo até às legiões. No último caso, se Tácito estiver certo, isso significaria expressamente levá-lo até às legiões do Reno, comandadas por Germânico. No primeiro, não é inverosímil pensar que o plano fosse semelhante, uma vez que, depois do ano 7, Germânico esteve quase sempre em campanha militar. É, pois, verosímil que o plano para libertar Póstumo implicasse levá-lo até Germânico.

¹²⁷ LEVICK (1976) 337-338 situa a conspiração no final de 7- início de 8. SORDI (1979) 488-489 prefere 13.

De facto, os conspiradores sabiam que precisariam de força militar para enfrentar Tibério e Germânico era cunhado de Póstumo e um dos principais líderes militares. É verosímil que tenha havido pressão sobre Germânico, para que ele assumisse uma posição em prol da mãe e irmãos da mulher, como um dos seus *amici*. E é óbvio que, ao querer levar Póstumo para a Germânia, Clemente esperava aí alguma ajuda. Ainda que não possamos prever o que teria acontecido se Clemente tivesse tido êxito, e mesmo sabendo que as legiões do Reno se revoltaram contra Tibério em 14 e ofereceram o poder a Germânico (Tac. 1. 35, Suet. *Tib.* 25. 2, D.C. 57. 5. 1-2), nenhuma fonte diz que o fizeram à espera da chegada de Póstumo¹²⁸ e, sobretudo, nenhuma acusa Germânico de ser responsável pela rebelião. Pelo contrário, mais tarde, a revolta de Libão, em 16, mostra a agonia do grupo de *amici* das Júlias (Tac. 2. 27-32, Suet. *Tib.* 25. 1, D.C. 57. 15. 4). Germânico não intervém. Não era líder nem membro desse grupo. É possível que Agripina tenha desempenhado algum papel. A análise do papel de Agripina, no entanto, já não cabe nesta comunicação.

Sendo assim, Germânico encontra-se no centro da família imperial, retalhado entre Júlios e Cláudios. Ovídio só se interessa por ele quando percebe que não era apenas mais um na família imperial. Germânico rodeia-se de *homines noui*, mas o preceptor e a noiva para o filho saem da velha *nobilitas*; no consulado, os seus amigos *nobiles* são *ordinarii*, os *homines noui*, *suffecti*. Apesar das relações familiares, Germânico não pertenceu aos círculos de Júlia Maior e Menor e não encontrei indivíduos que tivessem transitado destes para o seu próprio círculo de relações. Do mesmo modo, não há indícios suficientes que confirmem a oposição a Tibério nem a simpatia de Germânico pelas ideologias helenizantes, que o pudessem ter aproximado dos *amici* da sogra e dos cunhados. É possível que o casamento com Agripina possa ter suscitado esperanças por parte destes. Debalde. Falharam as duas tentativas para libertar os exilados e a revolta das legiões do Reno não procurou a entronização de Póstumo. É possível que Tibério tenha temido Germânico e que as relações entre os dois tenham esfriado no final da vida deste. Mas ir mais além entraria no domínio do romance.

¹²⁸ Segundo Tac. 1. 31ss, Suet. *Tib.* 25. 2 e D.C. 57. 5, a revolta das legiões teve a ver com reivindicações acerca do tempo de incorporação, do aumento do soldo e da licenciatura. Além disso, não foram apenas as legiões do Reno mas também as do Danúbio a revoltarem-se. Contudo, apenas as primeiras terão procurado rejeitar explicitamente o poder de Tibério. Esta diferença só não é sublinhada por Vell. 2. 125.

O EXÍLIO DE JÚLIA MENOR

NUNO SIMÕES RODRIGUES
Universidade de Lisboa

No Outono do ano 8 d.C., o imperador Augusto decretou o exílio¹ de uma das suas netas, Vipsânia Júlia, que foi banida para a ilha de Trímero, na costa da Apúlia². O principal testemunho deste acontecimento é de Tácito:

«Ao mesmo tempo que a Fortuna foi favorável ao divino Augusto, ao permitir-lhe que tomasse as rédeas da República, ela foi-lhe desfavorável na sua própria casa, devido à má conduta da sua filha e da sua neta, a quem ele expulsou (*depello*) da Cidade e cujos amantes ele puniu com a morte ou com o desterro. Pois ao atribuir a uma falta tão frequente entre homens e mulheres os nomes temíveis de “crime contra os deuses» e de “lesa-majestade”, ele mostrou-se infiel à clemência tradicional e às suas próprias leis.»³

Mas Suetónio também se refere ao mesmo episódio da seguinte forma:

«Mas a alegria e a confiança que lhe inspiravam os filhos e a boa ordem da sua casa não quis a Fortuna mantê-las. As duas Júlias, a sua filha e a sua neta, mancharam-se em toda a casta de opróbrios, e ele relegou-as (*relego*).»⁴

O que sabemos de facto acerca de Júlia Menor? Pouco, muito pouco. Nascida em 19 a.C., Júlia Menor era a terceira filha de Júlia *Augusti* e de Marco Vipsânio Agripa. Depois da morte deste, Júlia Menor, que contava então com apenas sete anos de idade, passou a estar sob a tutela do avô, tal como os seus irmãos, Gaio César, Lúcio César, Agripa Póstumo e Vipsânia Agripina⁵. No ano 4 a.C., com quinze anos, casou-se com Lúcio Emílio Paulo. Dois anos após o casamento da filha, porém, a mãe de Júlia viu-se envolvida num escândalo que acabou por resultar no seu exílio na ilha de Pandatária, sob a acusação de adultério e de conspiração⁶. Quatro anos depois, no ano 2 d.C., morreu o seu irmão Lúcio. E em 4 d.C., apenas dois anos passados, foi a vez de Gaio, outro dos seus irmãos, morrer também. O terceiro dos filhos de Júlia Maior,

¹ Usamos o termo «exílio» na sua acepção geral, dado que desconhecemos qual a forma jurídica que o banimento de Júlia Menor efectivamente assumiu.

² TAC. *Ann.* 4, 71. Sobre a datação ver SYME (1986) 412.

³ TAC. *Ann.* 3, 24: *ut ualida diuo Augusto in rem publicam fortuna ita domi improspera fuit ob impudicitiam filiae ac neptis quas urbe depulit, adulterosque earum morte aut fuga puniuit. nam culpam inter uiros ac feminas uulgatam graui nomine laesarum religionum ac violatae maiestatis appellando clementiam maiorum suasque ipse leges egrediebatur.*

⁴ SUET. *Aug.* 65: *sed laetum eum atque fidentem et subole et disciplina domus Fortuna destituit. Iulias, filiam et neptem, omnibus probris contaminatas relegauit.*

⁵ SUET. *Aug.* 64.

⁶ D.C. 55, 14-15. Segundo a mesma fonte, alguns dos homens envolvidos com Júlia Maior foram igualmente banidos para ilhas.

Agripa Póstumo, viria a ser acusado de rebelião contra o imperador e enviado para Surrento. Mais tarde, o senado votou o seu exílio na ilha de Planásia⁷.

No ano 8, exactamente dez anos depois de a sua mãe ter sido banida de Roma por intervenção do próprio pai, foi a vez de Júlia Menor cair em desgraça. A princesa estava grávida e deu à luz no exílio. O imperador, contudo, recusou que o pai da criança a reconhecesse e esta acabou por ser exposta, por ordens do Príncipe⁸. Júlia viveu ainda vinte anos no exílio, acabando por morrer no ano 28 d.C., aos 47 anos de idade. Passadas pouco mais de duas décadas do exílio de Júlia Menor, já sob o principado de Tibério, também Vipsânia Agripina, a outra das netas de Augusto, acabou por ser condenada ao exílio e enviada para a ilha de Pandatária, na costa da Campânia. O mesmo destino viriam a partilhar quase todos os filhos desta⁹.

Como assinalámos, são exíguas as notícias de que dispomos acerca desta princesa imperial. Além das já mencionadas referências de Tácito e Suetónio, temos também uma breve referência de Plínio-o-Velho, que afirma que Vipsânia Júlia se gabava de possuir como mascote o mais pequeno anão de Roma¹⁰. É, porém, ainda Suetónio quem conta que, depois da ordem de exílio, Augusto encontrou a casa da neta tão ostensiva e luxuosa que determinou que a arrasassem¹¹. Reconhecemo-la ainda como uma das figuras representadas na *Ara Pacis*¹².

Acerca do marido de Júlia Menor, Lúcio Emílio Paulo, sabemos que era seu primo, descendente da avó Escribónia¹³, e que pertencia a uma família aristocrática de Roma, que confirmara a sua importância política ainda nos tempos da República¹⁴. Apesar disso, e sintomaticamente, não exerceu qualquer cargo digno de ser assinalado, a não ser o consulado, em 1 d.C., juntamente com o cunhado, Gaio. Por outro lado, é pertinente que em 7 ou 8 d.C. tivesse sido considerado culpado de uma conspiração contra o *Princeps* e por isso relegado¹⁵. Se Emílio Paulo conspirou directamente contra Augusto ou contra o seu «novo filho» Tibério, arrogado pelo imperador em 4 d.C., não sabemos ao certo. De qualquer modo, conspirar contra um acto do imperador era em última análise conspirar contra o próprio imperador.

Esta breve síntese mostra como o exílio assombrou a maioria dos descendentes directos de Augusto, quase sempre sob o pretexto de uma acusação

⁷ TAC., *Ann.* 2, 39.

⁸ Suet., *Aug.* 65; SYME (1986) 152.

⁹ As excepções viriam a ser Gaio e Drusila. De resto, todos os filhos sobreviventes de Agripina Maior foram sujeitos ao exílio, ainda que tenham tido fins distintos.

¹⁰ PL., *HN* 7, 75.

¹¹ Suet., *Aug.* 19.

¹² Ver ZANKER (1987) 151-157, 191-195; FANTHAM (2006) fig. 3(a).

¹³ Lúcio Emílio Paulo era neto de Escribónia, que fora mulher de Augusto antes de Lívia, e filho de uma meia-irmã de Júlia, Cornélia. De Emílio Paulo, Júlia teve dois filhos: um rapaz que se casou com Júlia Drusila, uma das filhas de Germânico e Agripina; a filha, Emília Lépidia, esteve prometida àquele que viria a ser o imperador Cláudio, mas casou-se com M. Júnio Silano. Ver Suet., *Cl.* 26; MUDD (2005) 132; WEIGEL (1985) 180-191.

¹⁴ A mãe de L. Emílio Paulo, Cornélia, foi cantada pelo poeta Propércio (4, 11, 36, 61-72).

¹⁵ Suet., *Aug.* 19; FANTHAM (2006) 109; SYME (1986), 115-127; MEISE (1969) 35-48.

moral, mas muito certamente com um fundamento político. As causas que levaram ao exílio de Júlia Menor, contudo, são ainda hoje pouco claras. Tácito refere o adultério com Décimo Júnio Silano, um aristocrata que, na sequência do caso, se exilou voluntariamente. Mas nada mais é especificado.

O *exsilium* era uma das expressões da justiça romana que implicava o desterro do condenado, mas não era a única. Vários autores têm salientado que a pena a que Ovídio foi condenado no mesmo ano que Júlia Menor, por exemplo, foi a *relegatio* e não o *exsilium*, sendo que aquela se distinguiu deste pelo facto de o condenado conservar muitas vezes os seus bens, assim como os direitos de cidadania e de fazer testamento, e ainda pelo facto de o castigo ser na maioria dos casos por tempo limitado¹⁶.

Relativamente a Júlia Menor, Tácito utiliza o verbo *depello*, cujo significado aponta para «expulsar», «afastar» ou «desalojar». Suetónio, porém, refere-se ao episódio através do verbo *relego*, o que parece implicar a ideia de *relegatio*, na linha, portanto, da pena aplicada ao poeta da *Arte de Amar*. No entanto, não deixa de ser curioso que Tácito refira igualmente, num outro passo, a condenação de Júlia através da expressão *proiicio in insulam* e, mais à frente, que ela sobreviveu no *exsilium* durante vinte anos graças à solidariedade da imperatriz Lívia¹⁷. Tendo em conta esta nota, parece-nos legítimo concluir que a Júlia haviam sido confiscados todos os bens, ou caso contrário ela não teria dependido da imperatriz. Também o facto de Augusto não ter permitido o reconhecimento da criança que lhe nasceu no desterro parece confirmar essa ideia¹⁸. Pelo que, não é improvável que Júlia tenha de facto sido condenada ao *exsilium* e não à *relegatio*. Nesse caso, ter-se-ia tratado de uma pena mais pesada do que a do poeta Ovídio. Mas não podemos deixar de assinalar que, na aplicação da *relegatio*, nem sempre se mantinha a não confiscação de bens. Isso apenas acontecia na sua forma mais leve, pelo que as dúvidas persistem¹⁹.

O envolvimento de Lívia no afastamento dos descendentes directos de Augusto foi já salientado por diversos autores e tornado particularmente conhecido pela ficção de Robert Graves, bem como pelo desempenho notável de Sian Philipps na respectiva adaptação televisiva nos anos 70. Essa mesma tese foi acompanhada de um modelo de análise que conheceu algum êxito e que originou a designação «Júlio-Cláudios». Este modelo baseava-se na ideia de que a primeira dinastia imperial romana, embrião originado na *domus Augusta*²⁰, viveu uma oposição constante entre duas facções gentilícias, os *Iulii* e os *Claudii*, sendo os primeiros representados pelos descendentes directos de Augusto (Júlia e respectiva prole) e os segundos pelos de Lívia (Tibério, Druso

¹⁶ Ov. *Tr.* 4, 4, 46; 4, 9, 11-12; 5, 5, 15; 5, 2, 11-19; 5, 4, 21-22; 5, 11. Apesar de, c. 400 d.C., Aurélio Victor, *Epitome de Caesaribus*, afirmar: *nam poetam Ovidium, qui et Naso, pro eo quod tres libellos amatoriae artis conscripsit, exsilio damnauit*. Sobre a distinção das duas penas, ver ULP. *Dig.* 48, 22, 7, 3. Ver ainda THIBAUT (1964) 11; CURA (2005) e GARNSEY (1968).

¹⁷ Tac. *Ann.* 4, 71.

¹⁸ Suet. *Aug.* 65.

¹⁹ PINTO (2007) 80 e FERNANDES (2007) 173. A confiscação de bens fazia-se sobre quem fosse confessadamente adúltero.

²⁰ Ov. *Pon.* 2, 1, 67-74; CORBIER (1995) 178-193.

César e Gemelo). O modelo, porém, foi contestado por outros historiadores, como B. Levick, que consideraram que se tratava de uma leitura inquinada da realidade da família imperial²¹. Num artigo bem fundamentado e publicado há já mais de três décadas, Levick demonstrou que, longe de uma oposição simplista entre Júlios e Cláudios, a família de Augusto protagonizou lutas de poder bem mais complexas, definidas por interesses familiares que radicavam em acontecimentos em contínuo processamento com pelo menos um quarto de século de existência, esvaziando de sentido tamanho simplismo²². Em primeiro lugar, a *adrogatio* de Tibério por Augusto anulou os *sacra* dos Cláudios e aquele que antes era *paterfamilias* tornou-se *filiusfamilias*, transformando-o num *Iulius*, bem como toda a sua descendência, incluindo Germânico, o sobrinho que havia sido por ele adoptado²³. Em segundo lugar, os filhos de Júlia Maior começaram por ser não *Iulii*, mas *Vipsanii*. Só em 17 a.C. os rapazes mais velhos, Gaio e Lúcio, foram adoptados por Augusto. Agripa Póstumo foi arrogado ao mesmo tempo que Tibério, em 4 d.C.²⁴ Mas as filhas, Júlia Menor e Agripina Maior, nunca deixaram de ser *Vipsaniae*, por herança do pai. O próprio Germânico, que segundo este modelo alinhava com a *factio Iulia*, era originalmente um *Claudius*, visto que era filho de Druso, sobrinho de Tibério e neto de Lívia. Em síntese, o recurso à designação «Júlio-Cláudios» pode distorcer a análise em causa, uma vez que os nomes atribuídos podem não corresponder à realidade política que se pretende exprimir. A usar um rótulo, o que não é de todo metodologicamente certo, seria preferível o de *Scribonii* e *Liuii*, uma vez que esse atrito se fez não com base na herança júlio-cláudia mas sobretudo com os descendentes da *gens Liuvia* e os da *gens Scribonia*, a que se juntaram outras famílias importantes da aristocracia romana do fim da República, como os *Sempronii*, os *Quinctii*, os *Iunii Silani*, os *Domitii* e os *Aemilii Lepidi*²⁵. Mas o preferível será manter a consciência da complexidade do processo, para o qual convergiram vários interesses políticos e familiares, e não apenas os de duas grandes *gentes*. Por outro lado, isso não significa que as facções *Iulia* e *Claudia* não existissem. Apenas que os eventuais interesses de cada *gens* não se «arrumaram» de uma forma assim tão linear. *I.e.*, a divisão simplista em duas *gentes* anulou-se pela difusão da *adoptio* na família imperial, mas isso não obsta a que se tenha gerado uma facção simpatizante com o eixo

²¹ LEVICK (1975) 29-38; HIDALGO DE LA VEJA (1998) 135. O conceito é particularmente usado por MARSH (1931).

²² LEVICK (1975) 36.

²³ Sobre a *adrogatio*, ver KASER (1999) 344-345. Recordamos que o mesmo havia acontecido com o próprio Augusto, anos antes, aquando da sua adopção por Júlio César, ao tornar-se *G. Iulius Caesar Octavianus*. Apesar de Germânico ser um Cláudio, pelo lado do pai Nero Cláudio Druso, era todavia sobrinho directo de Augusto, por ser filho da filha de Octávia e de Marco António, Antónia Menor, tornou-se um Júlio através das adopções levadas a cabo em 4 d.C. Terá sido adoptado por Tibério antes da própria adopção deste. Ver LEVICK (1975) 29-38.

²⁴ LEVICK (1999) 49.

²⁵ VELL. PAT. *Hist.* 100, 4-5; KIENAST (1999) 173; WEIGEL (1985) 180-191; LEVICK (1975) 33; Levick conclui que a figura de Escribónia, primeira mulher de Augusto, terá sido axial neste processo, o que explica também o facto de ter acompanhado a filha, Júlia Maior, no seu exílio. Ver ainda CALHOON (1994) 79.

centrado em Escribónia, a primeira mulher de Augusto, a sua filha Júlia e respectivos descendentes, e uma outra que terão constituído os apoiantes de Lívia, a segunda mulher do imperador, e o seu filho Tibério. Augusto ter-se-ia mantido como o fiel da balança. Por conseguinte, perderá assim a importância que Lívia, ela própria uma Júlia por adopção testamentária de Augusto em 14 d.C.²⁶, dava ao exercício do poder, ainda que o seu exercício se expressasse através do filho Tibério? Ou, mais que Lívia, o próprio Tibério? Acreditamos que não. Neste sentido, é particularmente significativa a nota de Tácito, que afirma que «durante vinte anos, [Júlia] permaneceu no exílio, tendo a sua vida sido mantida graças à ajuda da Augusta que, depois de ter eliminado em segredo os filhos da sua enteada, quando estavam no seu auge, mostrava de forma ostensiva a piedade para com eles, quando estavam derrotados.»²⁷

O que parece ter acontecido entre 4 e 8 d.C. foi a reacção de alguns dos filhos de Júlia e Agripa à rápida ascensão de Tibério e dos próximos dele no cenário político. Eventualmente, do próprio Germânico (o que, a confirmar-se, seria um exemplo do erro metodológico em utilizar o modelo «Júlio-Cláudio»²⁸). O exílio de Júlia Maior em 2 a.C., as sucessivas mortes dos filhos desta, Lúcio e Gaio, em 2 e 4 d.C., respectivamente, e a *adrogatio* do filho de Lívia, Tibério, pelo imperador nesse mesmo ano de 4 d.C. parecem ter provocado em Agripa Póstumo e em Júlia Menor reacções hostis à evolução dos acontecimentos, visto que havia cada vez menos espaço para si mesmos na cena política familiar e imperial²⁹. Ao lado de Júlia Menor estava, naturalmente, o seu marido, que pertencia precisamente à casa dos *Aemilii*, aristocratas da velha ordem. Díon Cássio menciona agitações em Roma, no ano 6 d.C., que se teriam exprimido na forma de panfletos subversivos espalhados pela cidade³⁰. Tais movimentações terão tido origem nos acontecimentos acima referidos e suscitado as acusações e condenações destes netos de Augusto, nos anos seguintes. Primeiro, o exílio bietápico de Agripa Póstumo, em 6 e 7 d.C. (o qual acabou por ser assassinado na sequência da morte do avô, em 14 d.C.). Depois, o afastamento de L. Emílio Paulo, acusado de *maiestas*³¹, e o exílio de Júlia Menor em Trímero, sob acusação de *adulterium* com... um *Iunius Silanus*³². Augusto recorria a um instrumento

²⁶ Lívia foi adoptada por Augusto através do seu testamento. TAC. *Ann.* 1, 8; Suet. *Aug.* 101; HIDALGO DE LA VEJA (1998) 134.

²⁷ TAC. *Ann.* 4, 71. Outras visões de Lívia são as de CALHOON (1994), BARRETT (2002) e MUDD (2005).

²⁸ Sobre esta questão, ver também o artigo de R. Furtado neste volume.

²⁹ Sobre os papéis destas figuras na corte, ver HIDALGO DE LA VEJA (2003) 47-58.

³⁰ D.C. 55, 27.

³¹ Sobre a problemática e os argumentos que indiciam a condenação de Emílio Paulo a um provável exílio em 8 d.C. e morte em 13-14 d.C., ver SYME (1986) 123-125; SYME (1978) 208-211. MEISE (1969) 45, 233, considera que Emílio Paulo teria sido executado em 8 d.C.

³² Curiosamente, e a confirmar a tese de Levick, foi Germânico quem em grande medida veio a beneficiar destes afastamentos políticos. Ver D.C. 55, 25-27; LEVICK (1975) 32; LEVICK (1976) 301-339; KIENAST (1999) 143-146. Júnio Silano não foi formalmente acusado e, talvez sabendo o que significava o seu acto, auto-exilou-se de Roma, vindo mais tarde o seu irmão M. Júnio Silano a interceder por ele junto de Tibério que, todavia, manteve uma hostilidade sintomaticamente cínica para com o aristocrata. A ironia de TAC. *Ann.* 4, 71 lê-se assim: *illuc*

penal criado por ele próprio, a *lex Iulia de adulteriis coercendis*, publicada em 18 a.C., para punir a neta, como antes recorreu para castigar a filha. Mais tarde, um escoliasta de Juvenal escreveria um comentário sem sentido, segundo o qual Júlia Menor teria mantido uma relação incestuosa com Agripa Póstumo, o que não parece confirmar outra coisa senão o interesse em denegrir a imagem política dos príncipes³³.

É ainda provável que os acontecimentos do ano 8 se relacionem com o que Suetónio escreve acerca da tentativa de resgate de Júlia Maior e de Agripa Póstumo de onde estavam relegados³⁴. *I.e.*, talvez Júlia Menor e o marido tenham tentado resgatar a mãe e o irmão e reorganizar uma frente de oposição a Tibério. Esta possibilidade sai reforçada se recordarmos que Augusto ordenou a demolição da casa da neta, sob o pretexto do luxo que ali encontrou (ou pelo menos assim o afirma Plínio-o-Velho). Relembramos, porém, que a demolição das moradias era uma prática aplicada aos traidores da república romana, como forma de *damnatio memoriae*³⁵. Também a referência de Suetónio à ordem do imperador para que o bisneto fosse exposto mostra uma atitude que se coaduna com a ideia de conspiração³⁶.

Deste modo, o *adulterium* emerge equiparado a um crime de *maiestas*. Porquê fazê-lo? Talvez para que, dessa forma, o imperador pudesse mostrar clemência para com as mulheres prevaricadoras da sua família, e aparentemente para com alguns homens também, ao não executá-las mas «apenas» bani-las com base na acusação de adultério e não na de um crime de lesa-majestade³⁷. Talvez a intenção fosse precisamente demonstrar em público a *clementia* imperial.

uiginti annis exilium tolerauit Augustae ope sustentata, quae florentis priuignos cum per occultum subuertisset, misericordiam erga adflictos palam ostentabat. Mas este facto poderá sustentar também a tese de que o adultério de Júlia Menor foi algo forjado. Como é evidente, Emílio Paulo jamais poderia ter sido acusado de adultério com a própria mulher, SYME (1986) 115, 123; SYME (1978) 209; BAUMAN (1992) 120. Terá Ovídio assistido a essa maquinação? A este propósito, note-se ainda que, segundo BARNES (1981) 362-363, a gravidez de Júlia teria sido a causa imediata do seu exílio, uma vez que a criança não seria filha do marido da princesa imperial, confirmando a acusação de adultério. Para Barnes, eventualmente, Ovídio teria tomado conhecimento do adultério de Júlia Menor de uma forma bem simples, como através de um jantar, por exemplo.

³³ Ver o esc. Juv. 6, 158: *Iuliam neptem Augusti significat quae nupta Aemilio Paulo, cum in maiestatis crimine perisset, ab auo relegata est, post reuocata cum semet utiis addixisset perpetuo damnata est supplicio. Huius frater Agrippa propter morum feritatem in Siciliam ab Augusto relegatus est.* A ideia de que Júlia Menor foi relegada e perdoada e de novo exilada é hoje tida como absurda. O escoliasta de Juvenal parece ter confundido a neta de Augusto com a filha. Na verdade, o passo em causa refere-se aos príncipes judeus Herodes Agripa II e Berenice II da Judeia, ver RODRIGUES (2007) 781-782. Sobre o desenvolvimento desta tese, com relação a Ovídio, ver NORWOOD (1963) 150-163.

³⁴ Suet. *Aug.*, 19, apesar de os nomes aí referidos serem outros: Audásio e Epicado, provavelmente libertos que funcionaram como «testas-de-ferro». Tese igualmente defendida por LEVICK (1976) 337-338; MEISE (1969) 37, 47; RAAFLAUB, SAMMONS (1990) 430-431. Tac. *Ann.* 2, 39, conta uma história semelhante, em que Clemente, um escravo de Póstumo, tenta libertá-lo, sem êxito.

³⁵ Suet. *Aug.* 72. Sobre esta questão, ver FANTHAM (2006) 111; VARNER (2001) 61.

³⁶ Suet. *Aug.* 65.

³⁷ SYME (1986) 117.

Estaremos, portanto, no domínio da construção e divulgação da imagem política do Príncipe³⁸, de propaganda, o que traduz o aproveitamento político de um facto aparentemente negativo, mas inteligentemente transformado numa forma de exaltação de quem exerce o poder. Fazer morrer lentamente o inimigo, com o qual se mantêm laços de sangue, numa ilha afastada, causa um impacte menor na opinião pública, devido ao factor tempo, do que executá-lo de imediato pela espada ou outro meio, além de que evita uma conotação com a violação dos *mores*, quando o inimigo é um familiar de sangue directo. Ainda que o *paterfamilias/pater patriae* tivesse autoridade para o fazer. Por outro lado, talvez fosse a forma mais eficaz de neutralizar os conspiradores.

O conjunto destes dados leva-nos a supor que estamos perante uma acusação forjada ou construída, sustentada por leis de costumes, de modo a garantir o afastamento da princesa e dos que com ela estavam envolvidos em conspiração. Digamos que se eliminaram vários elementos incómodos de uma vez só. Na verdade, temos fortes razões para crer que o mesmo tipo de esquema havia já sido ensaiado com a própria Júlia Maior, sobre quem Plínio-o-Velho afirma explicitamente ter participado numa conspiração para matar o Príncipe³⁹. Além disso, a transgressão política no feminino é quase sempre camuflada pelos autores romanos com o *topos* retórico da conduta sexual descontrolada⁴⁰. Como refere Syme, «When public emphasis is put on moral transgressions, a political motive will be suspected.»⁴¹ Por outro lado, como foi já notado, conspiração e adultério são realidades muito próximas nos bastidores da política e não são mutuamente exclusivas⁴². Em última análise, o adultério é sinónimo de conspiração, pelo que o juízo oficial augustano não andaria longe dos factos que sustentavam a verdadeira acusação. A grande objecção a esta hipótese reside na diferença de tempo entre os vários castigos. Por outro lado, poderemos alegar que o tempo que dista entre os vários casos é relativamente curto: Agripa Póstumo em 6 e 7 e Emílio Paulo e Júlia Menor em 8⁴³.

O que levou Augusto a exercer tal «justiça» sobre os próprios familiares de sangue? É possível avançar com várias interpretações: o imperador poderá ter acreditado que estava a aplicar a pena justa a um crime real que lhe era

³⁸ Sobre a *clementia*, ver ROCHA PEREIRA (2002³) 368-373.

³⁹ PL. *HN* 7, 45, 149 (*adulterium et consilia parricidae palam facta*). Entre os vários amantes, afirmou-se que Júlia Maior se envolvera com um filho de Marco António e, desse modo, tinha evocado as ameaças de Áccio. Ver RADITSA (1980) 290-295. Como notam VARNER (2001) 57, 60; LEVICK (1976) 306; WILLIAMS (1996) 128, 133; SANTORO L'HOIR (1984) 5-25, o exílio de Júlia Maior revela que a sua causa deverá ter sido o envolvimento da princesa nas intrigas políticas contra Augusto e muito possivelmente contra Tibério, e não o adultério. Além disso, o facto de as confissões terem sido arrancadas aos escravos através de tortura sugere o mesmo, visto que a *lex Iulia* isentava os escravos de testemunho em casos de adultério (MACR. *Sat.* 1, 11, 17; *Dig.* 48, 18, 8), bem como o facto de Escribónia, descrita como mulher austera, ter decidido acompanhar a filha no exílio (VELL. *Hist.* 2, 100, 5). SYME (1978) 214.

⁴⁰ Ver RODRIGUES (2003) 513-534.

⁴¹ SYME (1978) 209-210.

⁴² WOOD (1999) 38-39.

⁴³ Esta é a conclusão a que chega SYME (1986) 121; SYME (1978) 206-208, 219-220, contrariando outros autores, e.g., BALSDON (1962) 88.

denunciado, talvez por intervenção de Tibério ou Lúvia⁴⁴; poderá ter-se visto na obrigação de agir perante provas irrefutáveis, ainda que forjadas; ou Augusto poderá simplesmente ter concordado com o afastamento dos próprios netos, a qualquer custo, perante a possibilidade efectiva de as famílias que os apoiavam e a todos os descendentes de Escríbónia ganharem terreno na corte. Seja como for, as referências de Suetónio ao facto de haver vários indivíduos nos elevados círculos do poder que se dispuseram a ajudar a filha e o neto do Príncipe exilados e aos pedidos da população para mostrar clemência para com os banidos mostram que havia gente descontente com as diferentes facções em jogo e disposta a apoiar várias alternativas para a chefia do Estado⁴⁵.

Estaria Ovídio envolvido neste processo? Desconhecemo-lo. Saber se a *relegatio* do poeta esteve ou não relacionada com o desterro daquela princesa imperial tornou-se uma tarefa inglória. Ainda que 44% das 111 teses propostas, só entre 1437 e 1964, para as causas do afastamento de Ovídio, o relacionem com Júlia Menor, essa argumentação não constitui de forma alguma uma garantia que valde a hipótese⁴⁶. O problema está no facto de desconhecermos o que levou Augusto a decretar o banimento do poeta. Apenas temos o seu próprio testemunho que, como é sabido, refere dois *crimina*: um *carmen* e um *error*⁴⁷. Sintomaticamente, as palavras do poeta nos *Tristia* não esclarecem que erro foi esse, mas as alusões aos conteúdos dos seus poemas sugerem que o «caso Ovídio» possa ter oficialmente dependido da publicação da *lex Iulia de maritandis ordinibus* e da *lex Iulia de adulteriis coercendis*, em 18 a.C.⁴⁸ Uma das penas previstas pela *lex Iulia de adulteriis coercendis* seria a *relegatio*, pelo que não será ilegítima a associação entre um facto e outro⁴⁹. Estabelecer uma

⁴⁴ Recordamos o passo de D.C. 55, 25-27. Opinião distinta têm MUDD (2005) 134-136, e BARRETT (2002) 60, que consideram que Lúvia não tinha razões para afastar Júlia Menor, além de que ela própria terá auxiliado a «neta» no exílio. De facto, diga-se que algumas fontes sugerem uma proximidade da imperatriz com a neta de Augusto, como o já referido passo de Tac. An. 4, 71, e a inscrição encontrada em Taso, que indica que Júlia era representada em escultura ao colo de Lúvia, *apud* FANTHAM (2006) 93. Mas consideramos que isso também não prova a «culpa» de Lúvia no caso. A ironia cínica de Tácito parece ser, aliás, significativa. Não excluimos a hipótese de Lúvia ter agido por motivos políticos e que isso a obrigasse a ser implacável para com a jovem Júlia. A este propósito, recordamos a relação de Júlia Maior com o pai, estudada por HALLETT (1984).

⁴⁵ Suet. *Aug.*, 19, 64-65.

⁴⁶ Isto significa que 44% das teses consideram que o afastamento do poeta se deveu a algo relacionado com a neta do imperador. 9% relacionam-no com Augusto, 6% com Lúvia, 15% com Agripa e 26% com outros motivos, da publicação das suas obras a questões meramente políticas. Estes são dados baseados nas informações de THIBAUT (1964) 125-129. Ver ainda FERNANDES (2007) 175-176; MIGUEL MORA (2002) 99-117. Todas estas hipóteses foram desvalorizadas por SYME (1978).

⁴⁷ *Ov. Tr.* 2, 207.

⁴⁸ *Ov. Tr.* 2, 210-215. Sobre esta legislação, ver TEIXEIRA (2009) 361-366; KASER (1999) 323; RADITSA (1980) 278-339. Aparentemente, o principal objectivo desta legislação era demográfico e político-social, pretendendo manter coeso e forte o núcleo itálico da população romana. Estas leis foram complementadas em 9 d.C., com a *lex Papia Poppaea*, que penalizava o celibato, SYME (1986) 115.

⁴⁹ PINTO (2007) 78-79.

ligação directa e concreta entre os poemas ovidianos e a pena, todavia, é menos simples, uma vez que ele não era o único poeta do seu tempo a tratar temas que exaltavam as práticas sexuais nem sempre ortodoxas, além de que as datas das várias publicações dispersam-se no tempo, ao longo da vida de Ovídio, criando dificuldades no estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre elas e a *relegatio* em si. O mais provável, portanto, é que esses conteúdos tivessem sido evocados como pretexto complementar de algo mais grave.

Por outro lado, como foi notado, tendo havido um decreto imperial no ano 8 d.C. que afastou Ovídio de Roma através de uma pena de *relegatio*, impõe-se a ideia de que algo terá efectivamente acontecido e talvez contra a *maiestas* do Príncipe⁵⁰. Terá Ovídio incorrido num crime de adultério com uma mulher de proeminência na corte? É nesta hipótese que tem cabido a referência a Júlia Menor, cujo banimento no mesmo ano do de Ovídio e a associação a práticas adúlteras levou à conclusão de que um caso estaria relacionado com o outro. Mas as incertezas permanecem, assim como as conjecturas. Na verdade, há que referir que a associação entre o poeta e aquela princesa imperial advém apenas da coincidência das datas das penas aplicadas a cada um deles, o que, se poderá ser significativo, não deixa de ser demasiado vago. Note-se, por exemplo, que Tácito nada diz acerca de Ovídio quando refere o castigo da neta imperial, o que poderá sugerir que o historiador não estabelecia qualquer relação entre os dois factos. Terá sido assim? Se por um lado podemos excluir definitivamente qualquer hipótese que proponha uma identificação de Júlia Menor com a Corina dos *Amores*⁵¹, por outro será de admitir a possibilidade de ter existido uma ligação do poeta aos netos de Augusto. Tanto mais que não está totalmente afastada a possibilidade de Ovídio ter mantido ligações à mãe de Agripa Póstumo e de Júlia Menor. Até à data, não há, porém, qualquer forma de comprová-lo⁵².

Ao partirmos do caso de Júlia Menor, há um outro dado a salientar: o facto de as mulheres da família imperial terem desempenhado um papel fundamental nos esquemas políticos daquela corte. Como assinalámos, a mãe de Júlia Menor foi banida da capital do Império por intervenção do próprio pai, que a denunciou ao senado, no ano 2 a.C.⁵³ Depois, foi a vez de Júlia Menor. Suetónio escreve que Augusto se referia à filha e à neta, bem como

⁵⁰ BAUMAN (1967) 241-245; PINTO (2007) 77.

⁵¹ Como foi já notado, apesar de Corina poder ter sido um nome poético para designar uma mulher da família imperial, ela não poderá ter sido Júlia Menor, uma vez que esta terá nascido depois da emergência poética daquela. Ver THIBAUT (1964) 51.

⁵² THIBAUT (1964) 75-88 discute o problema. Com outros autores, consideramos desprovida de sentido a já referida leitura feita com base num escólio a Juvenal e que propõe que Ovídio teria sido testemunha do incesto entre Agripa Póstumo e Júlia Menor, sugerido por *Am.* 2, 5, 13-28. Por outro lado, a tese que interpreta *Ov. Met.* 1, 146-148, como uma referência a Lívia e a Tibério sugere igualmente que isso teria despoletado a ira de mãe e filho contra o poeta. Mas também não é uma tese unanimemente aceite. Nenhuma leitura é, portanto, totalmente satisfatória. SYME (1986) 120; GREEN (1982) 202-220; BARNES (1981) 362-363.

⁵³ PL. *HN* 21, 9; FERRILL (1986) 332-346.

ao filho Agripa, como os seus *tris uomicas ac tria carcinomata*⁵⁴. Mas estes não foram casos únicos. Na História do Principado, foram apenas e eventualmente dos primeiros.

Já sob Tibério, em 17 d.C., Apuleia Varila, uma sobrinha-neta de Augusto, pelo lado da sua irmã Octávia, foi acusada de desrespeitar a *maiestas* imperial e de *adulterium*. Segundo Tácito, o imperador deixou cair a acusação estritamente política e manteve a de adultério, que implicava uma pena menor. O seu enquadramento familiar, porém, sugere que consideremos que em jogo estaria um processo político mais complexo. Apuleia Varila foi banida de Roma, ficando impedida de se instalar a menos de 300 km da cidade⁵⁵. Mais tarde, foi a vez de Agripina Maior, irmã de Júlia Menor, ser condenada ao exílio por oposição ao tio e imperador, Tibério. Como assinalámos, Vipsânia Agripina foi banida por ordem do senado em Pandatária, no ano de 29 d.C. Uma das acusações que motivou a sua condenação foi a de adultério com um aristocrata de nome Asínio Galo⁵⁶. E se a cunhada de Agripina Maior e nora de Tibério, Cláudia Livila, não foi relegada sob a acusação de adultério com Sejano, em 31 d.C. – o que não impediu, todavia, a sua «condenação»⁵⁷ –, já duas das suas sobrinhas, filhas de Germânico e de Vipsânia Agripina, foram vítimas do mesmo destino: Júlia Agripina Menor e Júlia Livila foram ambas acusadas e condenadas à *relegatio* ou *deportatio in insulam* por adultério, em 39 d.C., pelo próprio irmão, Gaio Calígula. A primeira foi submetida à acusação juntamente com o cunhado Marco Emílio Lépidio, a segunda com Léntulo Getúlico. Ambas as princesas foram relegadas em Pôncia. A acusação viria a ser revogada pelo imperador Cláudio, em 41 d.C. Mas Júlia Livila voltou a ser vítima de processo semelhante e banida, nesse mesmo ano, por influência de Valéria Messalina. Desta vez foi acusada de adultério com L. Aneu Séneca. O exílio foi então em Pandatária⁵⁸. Por detrás de todas estas formulações e processos estavam, naturalmente, questões de *maiestas*. Outra princesa da casa imperial vítima do mesmo tipo de acusação foi Cláudia Octávia, a filha de Cláudio e Messalina. Octávia foi dada em casamento a Nero, que se divorciou dela em 62 a.C., para se casar com Popeia Sabina. A forma eficaz encontrada pela máquina imperial para afastar uma princesa da dignidade de Octávia foi acusando-a de infertilidade e de adultério⁵⁹. Deste modo, não só se atentava contra a reputação da imperatriz, como se resolvia o problema da sua presença na corte. Octávia veio a ser banida também na ilha de Pandatária, onde acabou por ser executada.

Apesar de estas não terem sido as únicas mulheres ligadas à casa imperial que, no tempo de Ovídio, conheceram um destino violento, são sem dúvida as

⁵⁴ Suet. *Aug.* 65. Em Suet. *Aug.* 101, Augusto renova esta ideia proibindo que quer a filha quer a neta fossem sepultadas no seu túmulo.

⁵⁵ Tac. *Ann.* 2, 50. Sobre a provável questão política em jogo, ver Syme (1986) 126.

⁵⁶ Tac. *Ann.* 6, 25.

⁵⁷ Livila foi implicada na conspiração de Sejano e executada, em 31 d.C.; Suet. *Tib.* 62.

⁵⁸ Suet. *Cl.* 29.

⁵⁹ Tac. *Ann.* 14, 60–61; Ps.-Sen. *Oct.* 107; Suet. *Nero* 35. Sobre alguns destes caracteres, ver Hardy (1976). Ver ainda Syme (1981a) 40–52.

mais significativas, sendo ainda comum a todas elas as formas de *relegatio* ou *exsilium*. Não é de somenos, portanto, a ideia de que, nesta época, a *relegatio* era mais um acto político do que uma pena judicial⁶⁰. Nelas confirma-se o binómio etiológico de causa/efeito actividade política/exílio, havendo invariavelmente sempre uma acusação de adultério que garante a eficácia da pena a ser aplicada. Podemos pois concluir que o poder político instrumentalizou a lei de modo a retirar dela os dividendos que lhe interessavam⁶¹. Assim se demonstra, também, que a *lex Iulia de adulteriis coercendis* acabou por ter um percurso prolífico no âmbito da história romana, permitindo camuflar crimes ou conspirações mais delicados (porque nascidos no seio da própria família imperial) contra a *maiestas* com o *adulterium*. Este artifício parece ter sido particularmente usado com as mulheres da família imperial, quer com o objectivo de atenuar a pena, quer com o de mostrar a *clementia*, ou quer ainda como forma de minimizar os danos provocados pelo impacte dos acontecimentos na opinião pública⁶².

O que este conjunto de factos mostra ainda é que, em Roma, longe de uma hegemonia patriarcal absoluta, a política foi igualmente palco de actuação feminina, ainda que nem sempre evidente ou eficaz, dadas as limitações impostas pela própria ordem social. Este factor resultou, naturalmente, em processos mais ou menos sumários, mais ou menos complexos⁶³. Mas nem por isso o exercício do poder na vida pública e privada deixou de se manifestar e deixar o seu rasto na História. Deformado ou não, esse vestígio pode ser reencontrado. E começa por chamar a nossa atenção através da coragem destas mulheres que se recusaram a desempenhar o simples papel de meros agentes passivos na constituição do Império Romano. Suetónio conta que Gaio chamava à bisavó Lívia *Vlixes stolatus*⁶⁴. Aparentemente, a velha imperatriz esteve rodeada de uma tripulação à sua medida.

⁶⁰ PINTO (2007) 78; BAUMAN (1996).

⁶¹ Como nota PINTO (2007) 80, «No Principado, Augusto exercia com legitimidade e de forma incontestada o poder de punir.»

⁶² BAUMAN (1967).

⁶³ Ver MARSHALL (1989); MARSHALL (1990) 333-366.

⁶⁴ Suet. *Cal.* 23, 2.

CONJECTURAS EM TORNO DA *MEDEA* DE OvíDIO

PAULO SÉRGIO M. FERREIRA
Universidade de Coimbra

1. O método e as fontes

Ao considerar a importância, em cada tragédia, do nó e do desenlace, e as quatro espécies de tragédia (complexa, de sofrimento, de carácter e espectacular), chama Aristóteles, em *Po.* 18. 1456a, a atenção para o perigo de se transformar uma tragédia numa epopeia, isto é, num conjunto de histórias. Em contraste com os que dramatizaram a destruição de Tróia na totalidade ou com os que escreveram toda a história de Níobe, revelaram Eurípides e Ésquilo maior acerto, ao tratarem, respectivamente, de forma faseada e por partes, cada uma das referidas matérias. Estas considerações preparam as de 23, onde, a propósito da necessidade de se construírem enredos dramáticos em torno de uma única acção, com princípio, meio e fim, alude o Estagirita à possibilidade de cada um dos poemas homéricos (*Iliada* ou *Odisseia*) dar origem a uma ou, no máximo, duas tragédias. Dos *Cantos Cíprios* e da *Pequena Iliada*, em contrapartida, é possível fazer mais obras dramáticas – oito, pelo menos, no caso da última obra referida: *O julgamento das armas, Filoctetes, Neoptólemo, Eurípilo, O Mendigo, As Lacedemónias, A destruição de Tróia, Partida das naus, Sínon e As Troianas*.

Depois de chamar a atenção para as dificuldades inerentes ao tratamento de temas que não pertencem à tradição, recomenda Horácio, em *Ars* 128-30:

..... tuque
rectius Iliacum carmen deducis in actus
quam si proferres ignota indictaque primus.

.....melhor farás se o carne de Ílion em actos trasladares
em vez de proferires, pela primeira vez, factos inéditos e desconhecidos.¹

Se, à luz do exposto, se poderia admitir a viabilidade da criação, a partir das *Metamorphoses* ovidianas, de várias tragédias, o que esta reflexão se propõe fazer é o percurso inverso, isto é, com base numa intertextualidade ovidiana, procurar, nas novidades presentes no tratamento, na referida obra, do mito de Medeia, eventuais ecos da tragédia ovidiana que nos permitam ter uma ideia de como seria esta *Medea*.

De *Am.* 2. 18. 11 ss., 3. 1 e 3. 15, conclui Arcellaschi que «Ovide menait de front trois oeuvres au moins, les *Amours*, les *Héroïdes* et la tragédie, sans cesse abandonnée, puis reprise, enfin élaborée après les *Amours*.»² Fundada nos

¹ Trad. FERNANDES (1984) 75.

² ARCELLASCHI (1990) 256.

mesmos testemunhos, em contraste com o que sustenta Knox³ e na esteira de Citroni, Kraus, Jakobson e Mckeown, situa Bessone «il componimento della *Medea* prima delle *Eroidi*».⁴

Ao confrontar a *Medea* senequiana, outro texto de que nos socorreremos para a reconstituição possível da peça homónima ovidiana, com a *Ep.* 12 das *Heroïdes*, observa Cecchin que enquanto, na primeira obra referida, a protagonista se encontra dominada pelo *dolor* e pela *ira*, já, na segunda, é ainda o *amor* não correspondido que a mantém refém.⁵ Apesar disso, se, nas afinidades entre a *Ep.* 6 (Hipsípila a Jasão) e a 12 das *Heroïdes*, entre esta e a *Medea* ovidiana, e entre a *Ep.* 12 e as *Metamorphoses*, vê Knox o trabalho de um desajeitado imitador, que seria o autor da *Ep.* 12,⁶ já, com Barchiesi, sustenta Bessone que, ao explorar «successivamente, nella sua tragedia *Medea*, il personaggio tragico di Euripide; nell'*Eroide*, una *Medea* quasi-euripidea, memore del passato apolloniano; nella prima parte dell'episodio delle *Metamorfosi*, la *Medea* di Apollonio,»⁷ cria Ovídio, ao longo da sua produção literária, uma estreita rede de irónicos indícios, prefigurações, prenúncios e projecções de um futuro que as suas obras anteriores já haviam tratado.

As palavras de Bessone justificam finalmente o pontual recurso, para se ter uma noção das novidades ovidianas, aos tratamentos que Eurípides e Apolónio de Rodas deram ao mito de Medeia.

2. A retórica, as personagens e o entrecho

De Ovídio conta Séneca Retórico, em *Contr.* 2.2.8, que, ao passar pela escola de retórica, tivera por mestre Arélio Fusco, que prezava, mais do que os planos laboriosamente traçados, a elegância e a propriedade das ideias. Ao asianista haveria, no entanto, o jovem, que não teria mais de dezassete anos, de preferir Pórcio Latrão, que, acima de tudo, colocava a ordem e a verosimilhança.

Avesso à argumentação jurídica e adepto das *suasoriae*, pela liberdade que lhe proporcionavam, e das *controuersiae*, apenas por se prestarem a profundas análises psicológicas, proferiu Ovídio um discurso sobre um marido que, depois de ter estabelecido com a mulher o pacto de que nenhum haveria de sobreviver ao desaparecimento do outro, fizera uma viagem e, no propósito de testar a fidelidade da sua esposa, lhe enviara uma mensagem que anunciava a sua morte. Lança-se a mulher do alto de um local não especificado e, enquanto se restabelece, é instada pelo pai a deixar o marido. Perante a obstinada recusa da filha, o pai expulsa-a.

³ KNOX (1986) 214 ss. Ao propor uma data possível para a elaboração de *Ep.* 12, escreve, em 223, o investigador: «The poem might well belong to the period immediately following Ovid's death.»

⁴ BESSONE (1997) 34 n. 64.

⁵ CECCHIN (1997) 77.

⁶ KNOX (1986) *passim*.

⁷ BESSONE (1997) 15; cf., no âmbito da refutação dos argumentos de Knox, BESSONE (1997) 18-19 n. 17, 101-3 ad 31, 105-7 ad 34, 157 ad 92, 181-2 ad 121-6, 218-19 ad 161, 224 ad 163, 268-9 ad 201, e 278-80 ad 209-10. BARCHIESI (1993) 343 ss.

Nos seus contornos gerais tem esta história, em comum com a de Medeia, o facto de tratar uma incondicional paixão de certa mulher por um homem, que a leva a desobedecer ao próprio pai, para se manter fiel ao amado. Uma vez que o abandono do pai ocorrera num momento anterior àquele em que a Medeia da *Ep.* 12 escreve a Jasão e àquele em que se desenrolaria a acção da *Medea* ovidiana, vale a pena começarmos por reflectir sobre os propósitos que, em ambos os textos, presidiriam à recordação do passado.

Como sucedera em Eurípides e em contraste com o que haveria de se verificar na *Medea* senequiana, onde, conforme notou Hine, se torna impossível precisar, na acção, quando se dá o casamento de Jasão com Glauce ou Creúsa,⁸ situa-se a *Ep.* 12 das *Heroides* no rescaldo do casamento entre o argonauta e a filha de Creonte (cf. *noua nupta* 25^o). Se, por conseguinte, a Medeia da *Ep.* 12 ainda se mantivesse, como pretende Cecchin, apaixonada por Jasão e, por conseguinte, num estado anterior ao do *dolor* e da *ira*, e se a cronologia mítica de Bessone estiver correcta, o mais natural seria que, na *Medea* ovidiana, o casamento de Jasão com Creúsa fosse anterior ao início da peça, mas não há dados que, de forma objectiva, confirmem esta hipótese.¹⁰ Em todo o caso, uma vez que a recordação do passado é comum à *Medea* de Eurípides, à de Énio e à de Séneca, e à *Ep.* 12 das *Heroides* de Ovídio, é possível que o primeiro acto do drama ovidiano incidisse sobre os *antefacta*. O problema reside em saber se, como em Eurípides e em Énio, essa recordação do passado caberia à Ama, que, deste modo e pelo menos no primeiro trágico, procuraria conquistar, para a sua senhora, a simpatia do público;¹¹ ou se, como sucede na referida *Epistula*

⁸ HINE (2000) 121. Cf. 130 ad 116.

⁹ Cito a partir de BORNECQUE e PRÉVOST (2005) 71.

¹⁰ LEO (1878) 163 ss. foi quem, pela primeira vez, chamou a atenção para a proximidade entre alguns passos ovidianos e outros senequianos, em particular entre Ovídio, *Ep.* 12.137 ss., e Séneca, *Med.* 116 s. Em ambos os passos reage Medeia a um canto nupcial, mas se, no ovidiano, a personagem recorda o sucedido há algum tempo, já, no senequiano, o referido canto acabara de ser entoado. De qualquer modo, de hipótese não passará a ideia, sugerida por Leo, de a acção da *Medea* ovidiana decorrer no dia do casamento de Jasão e compreender um himeneu, que seria uma novidade relativamente a Eurípides.

¹¹ No propósito de desvalorizar os crimes anteriormente cometidos pela heroína, a Τροφός menciona, ainda na parte inicial da sua intervenção e de passagem, apenas um, cuja gravidade a Ama faz esquecer com a imediata alusão ao contributo da maga para se pôr termo à fome em Corinto (10^o-12, cf. *O.* 13.74, onde Píndaro dá conta do feito de Medeia). Outra estratégia para relegar para segundo plano o crime em si, consiste em o justificar com uma relação amorosa e um nexo de causalidade entre os dois tempos antes referidos, que o beneficiado desse delito quebrou. Depois de recorrer à forma algo vaga προδοῦσα (32: «que traiu»), para descrever o anterior comportamento da sua senhora em relação ao pai, à terra e à pátria, torna a Ama a dizer que a mesma assim procedera a bem do homem ὃς σφε νῦν ἀτιμίσας ἔχει (33: «que agora a desprezou»). Cito a partir de D. Kovacs, *Euripides. Cyclops, Alcestis, Medea*, 2nd ed., Cambridge (Mass.), London, Loeb, 2001 (1st ed. 1994), 286. A tradução é de ROCHA PEREIRA (2005) 45. É Cícero, em *N.D.* 3.75, quem nos dá conta de que é *illa anus* quem profere os oito versos iniciais da *Medea exul* de Énio: *Vtinam ne in nemore Pelio securibus / caesa accedisset abiegna ad terram trabes, / neue inde nauis inchoandi exordium / coepisset, quae nunc nominatur nomine / Argo, quia Argiui in ea delecti uiri / uecti petebant pellem inauratam arietis / Colchis imperio regis Peliae*

ovidiana, seria proferido por uma Medeia apaixonada, que, enquanto *puella simplex* (89-90), lamentaria o facto de se ter deixado enganar por Jasão;¹² ou ainda se, como haveria de suceder na *Medea* senequiana, seria uma ressentida Medeia quem, para exasperar o *dolor*, recordaria tudo quanto fizera por Jasão e, depois de convocar as divindades que tinham presidido àquela união, faria promessas de vingança e amaldiçoaria Jasão, Creúsa e Creonte.

Uma vez que, ao considerar a *Ep.* 6, de Hipsípila a Jasão, e a 12, sustenta Bloch que «these letters function as a pair»¹³ – vale, por conseguinte, a pena tentarmos perceber se o diálogo à distância entre Hipsípila e Medeia nos não poderá ajudar a reconstituir a protagonista, conforme se apresentaria ou seria descrita no primeiro episódio da *Medea* ovidiana; se o referido diálogo não poderá funcionar como um paralelo relativamente ao que, em Eurípidés e em Séneca, envolve Medeia e Creonte; e se as palavras de Hipsípila não encontrarão eco nas do Coro senequiano favorável a Creúsa.

Depois de ter procedido ao confronto de *Ep.* 6. 9-14 com *Ep.* 12. 9-12 e de ter notado, no segundo passo e nas palavras de Lachmann, uma estranha *molestam quandam et exuberantem orationis abundantiam*,¹⁴ concluiu Knox que, dada a ausência, na primeira carta, da toada revoltosa de 12. 15-20, ganha consistência a possibilidade de estas linhas resultarem da influência da *Medea* ovidiana. Além de o primeiro argumento já ter sido refutado por Palmer¹⁵, a tradição dramática conferia a Medeia uma exuberância na exteriorização de sentimentos que pouco teria que ver com o carácter mais contido de Hipsípila. Estas palavras de Medeia devem ainda, como bem observou Cecchin, ser encaradas como uma manifestação, por parte de Medeia, de arrependimento por se ter deixado seduzir por Jasão.¹⁶

Na *Medea* de Eurípidés, diz Creonte que a filha de Eetes é sabedora de muitos artificios (285), mas precisamos de esperar por 395-7, para, pela primeira

per dolum. / Nam numquam era errans mea domo afferret pedem / Medea animo aegro amore saevo saucia. Cito a partir do frg. I, vv. 246-54, de *Ennianae poesis reliquiae*. Iteratis curis, recensuit Iohannes Vahlen. Amsterdam, Hakkert, 1967 (repr. Lipsiae, in Aedibus B.G. Teubneri, 1928), 162-4. Em JOCELYN (1967) 113, encontramos, em vez de *accedisset*, a forma *accidisset*, e, em vez de *coepisset, cepisset*. Em Cícero, *Fin.* 1.5, toda a peça aparece designada pelo primeiro verso.

¹² Sobre as afinidades entre a toada da *Ep.* 12. 5-20 (*Ei mihi! Cur umquam iuuenalibus acta lacertis / Phrixeam petiit Pelias arbor ouem?* Etc.) e as de Ariadne, em *Catulo* 64. 171-4, e de Dido, em *A.* 4. 657-8, v. CECCHIN (1995) 72-3, que conclui: «L'inalterabilità degli eventi mitici, l'impostazione esasperatamente soggettiva, la scelta della cronologia e della conseguente tipologia spingono inevitabilmente la *Medea* ovidiana a rivolgersi verso se stessa e il proprio passato.»

¹³ BLOCH (2000) 198.

¹⁴ Apud KNOX (1986) 209.

¹⁵ Apud BESSONE (1997) 18-19 n. 17.

¹⁶ Depois de chamar a atenção para o facto de, segundo Apolónio (3. 241-8) e em divergência de Ovídio (*germanus*, 12. 113), Absirto ser apenas meio-irmão de Medeia; e de, em contraste com o que sucede em Ovídio (*Ep.* 12. 15), a Medeia de Apolónio não matar o irmão; de a Medeia ovidiana se não poupar aos pormenores mais horríveis (cf. *Ep.* 12. 129-30, 180-2 e 109-12); de Ovídio suprimir o conflito interior de Medeia e de esta apenas sentir *timor*, conclui Moreau (1994) 209 que a Medeia da *Ep.* 12: «n'est plus qu'un bloc de haine.» Apesar disso, convém não esquecer a toada lamentosa e apaixonada do início da carta.

vez, vemos a protagonista reencarnar na servidora da deusa da magia e planejar a vingança sobre Jasão, Créusa e Creonte. Enquanto, em Apolónio de Rodas, a magia aparecia ao serviço do amor, e, na *Ep.* 12. 161-72, se lamentava Medeia da impotência da magia nos confrontos da paixão, já Hipsípile contrapõe o verdadeiro amor que a une a Jasão à falta de humanidade de Medeia, que da magia se serve para manter cativo Jasão (81-4 e 93b-8):

*Argolidas timui; nocuit mihi barbara paelex.
Non expectata uulnus ab hoste tuli.
Nec facie meritisque placet, sed carmina nouit
diraque cantata pabula falce metit.*

.....
.... *Male quaeritur herbis
moribus et forma conciliandus amor.
Hanc potes amplecti thalamoque relictus in uno
impavidus somno nocte silenti frui?
Scilicet ut tauros, ita te iuga ferre coegit,
quaque feros anguis, te quoque mulcet ope.*

Temia as mulheres argivas e arruinou-me uma rival bárbara!
Recebi o golpe de uma inimiga inesperada.
E não é pela beleza e pelos méritos que te agrada: conhece as fórmulas mágicas
e com a foíce encantada colhe ervas nefastas.

.....
.... É mau buscar o amor com filtros:
com a beleza e os méritos se deve conquistar o amor.
E podes tu abraçá-la e, deitado sozinho no leito com ela,
sem medo, do sono gozar na noite silenciosa?

O facto de Medeia não aparecer referida pelo nome é um dos indícios de que do passo se pode ter lembrado Séneca, quando o Coro da sua *Medea*, a determinada altura do canto nupcial, entoa (102-6):

*Ereptus thalamis Phasidis horridi,
effrenae solitus pectora coniugis
inuita trepidus prendere dextera,
felix Aeoliam corripe uirginem
nunc primum soceris sponse uolentibus.*¹⁷

Arrancado ao tálamo do hórrido Fásis,
habitado a apertar, tremente e de contrariada
mão, o peito de uma desvairada esposa,
toma, feliz e sem hesitação, a eólia virgem,
agora pela primeira vez esposo com o consentimento dos sogros.

¹⁷ Cito de Otto Zwierlein, *L. Annaei Senecae tragoediae*, Oxonii, e Typographeo Clarendoniano, 1986, 128.

À luz dos passos citados, seria, por conseguinte, possível que a *Medea* ovidiana comportasse um Coro favorável a Creúsa, que, com argumentos do teor dos referidos, justificasse a anterior ligação de Jasão a Medeia.¹⁸

Ao referir, em *Am.* 2.18.18-26, as *Epistulae* que já escrevera, menciona Ovídio, em 23, *quod male gratus Iason* leia. Ora se a maior parte dos investigadores cuida tratar-se de uma referência à ingratidão de Jasão para com Hipsípile, tanto mais que, em *Am.* 2.18.33, aludirá Ovídio à triste carta que esta recebe do primeiro, outros há que não deixam de ver Medeia como a mais paradigmática vítima daquele vício do argonauta. Mas a crítica à ingratidão de Jasão assume, na *Ep.* 12 ovidiana, um requintado refinamento que passa por censurar e retirar a Jasão qualquer mérito que possa ter tido na conquista do velo de ouro (21-22): *Est aliqua ingrato meritum exprobrare uoluptas; / hac fruar, haec de te gaudia sola feram*. Assim se entendem a recordação do antigo poder da heroína, a anáfora de *tunc* em 31, o uso da primeira pessoa para descrever o envolvimento amoroso com Jasão (*uidi* 31; *uidi et perii... arsi*, 33), a alusão à dependência de Jasão das suas ordens (*iusso* 94), e, na esteira da Medeia eurípidiana e dos frgs. 274-5 Vahlen da *Medea Exul* de Ênio, novo recurso à primeira pessoa, agora para indicar a autoria última dos feitos: *quae dederam medicamina* (97); *flammea subduxi medicato lumina somno / et tibi, quae raperes, uellera tuta dedi* (107-8). Importa, no entanto, salvaguardar que, no tocante à triste sorte do irmão (113 ss.), procura Medeia, como já notou Huskey, «to direct attention away from her brother's murder by not mentioning his name and by speaking elliptically about the fratricide.»¹⁹

Se tivermos em conta que, Em *Ep.* 6.99-104, diz Hipsípile que Medeia se vangloria de estar ligada aos feitos de Jasão e de seus companheiros, e que certos partidários de Pélias atribuem a Medeia o roubo do velo de ouro; em *Ep.* 6.53-5, já a primeira das heroínas referidas tinha reclamado para si o mérito de ter protegido Jasão das mulheres de Lemnos;²⁰ e, em Séneca, *Med.* 225-8^a e 276-80, afirma Medeia que, por si mesma, conseguira salvar (*extuli* 225, *et prolem deum / seruasse memet* 227^b-8^a) aquela ínclita flor da Grécia; que fora quem devolvera, aos Gregos, de presente, Orfeu, Castor e Pólux (*munus est Orpheus meum*, 28^b; *geminumque munus Castor et Pollux meum est* 230), e os filhos de Bóreas e de Linceu; que o único crime que admite ter cometido é o do regresso da nau Argo (*obici crimen hoc solum potest, / Argo reuersa*. 237-8^a); que cometera todos os crimes em proveito de Jasão (*totiens nocens sum facta, sed numquam mihi*. 280); e, em *Med.* 458, que quantos caminhos abrira a Jasão, tantos fechara a si própria (*quascumque aperui tibi uias, clausi mihi* – 458). Se se tiverem em conta todas estas ocorrências do tópico, talvez se possa admitir a hipótese de o referido motivo ter funcionado como denominador comum a

¹⁸ Em sentido contrário à interpretação proposta, escreve NIKOLAIDIS (1985) 386: «In any case the openly pro-Iason chorus in the Senecan play cannot have been modelled on Ovid.» O problema é que o investigador se limita a considerar a *Ep.* 12 e não tem em conta o diálogo que a referida carta mantém com a *Ep.* 6.

¹⁹ HUSKEY (2004) 279.

²⁰ Sobre este assunto, BLOCH (2000) 199-201.

todos os tratamentos trágicos e elegíacos do mito e, por conseguinte, também à *Medea* ovidiana, mais concretamente a um eventual diálogo com Creonte e/ou a um com Jasão.

É em referência a Jasão que a Medeia da peça homónima ovidiana faz esta ameaça (Quint., *Inst.* 8. 5. 6): *Seruare potui; perdere an possim rogas.*²¹ O passo parece efectivamente relacionado com *Ep.* 12. 75-76, onde Medeia recorda as palavras de Jasão: *Perdere posse sat est, siquem iuuet ista potestas: / sed tibi seruatus gloria maior ero.* Se, para Knox, mais não é o segundo passo do que mera imitação do primeiro,²² já Bessone, escudada no cotexto onde aparece a citação e onde Quintiliano procura uma forma mais eficaz de dizer: *nocere facile est, prodesse difficile*, conclui: «Questa è tutt'altro che una maldestra imitazione della *Medea* ovidiana: l'eco dei versi tragici di Ovídio, pronunciati nel dramma da una Medea che medita vendetta, crea un contrappunto sinistro a questa supplica di Giasone e rende leggibile in trasparenza la conclusione tragica (quasi una ritorsione di Medea).»²³

Em *Rem.* 375, recomendava Ovídio: *Grande sonent tragici; tragicos decet ira cothurnos.* E a protagonista da *Medea* obedeceu à referida recomendação.

Apresentada pela Ama como uma mulher impetuosa, a Medeia euripidiana começa por revelar um completo domínio da razão, no modo como conquista a simpatia do Coro de mulheres gregas e, ao cabo, do público, e na «frieza calculista»²⁴ que presidirá ao diálogo com Egeu e ao segundo diálogo com Jasão. Na esteira de Reckford, observa Rocha Pereira «que não há um momento preciso a partir do qual Medeia se torne fria e inumana.»²⁵ É o sentimento maternal que, na segunda cena em que interage com Jasão, lhe mareja, por duas vezes, de lágrimas os olhos. Como só o Coro conhece os planos da heroína, é a esta que cabe, no segundo diálogo com Jasão e ao contrário do que sucede em outros tratamentos do mito, apelar à razão. A propósito dos vv. 1021-1080, fala Rocha Pereira de «epílogo do grande conflito moral que acaba de se desenrolar na nossa frente.»

Em contraste com o dilema real que anima a Medeia euripidiana e a impossibilidade de determinar com precisão o início da loucura, expõe a madrasta do segundo *Hippolytus* uma lúcida reflexão sobre as causas do vício (373-87):

Τροζήνιαι γυναῖκες, αἱ τὸδ' ἔσχατον
οἰκεῖτε χώρας Πελοπίας προνώπιον,
ἤδη ποτ' ἄλλως νυκτὸς ἐν μακρῶι χρόνῳι
θνητῶν ἐφρόντισ' ἢι διέφθαρται βίος.
Καί μοι δοκοῦσιν οὐ κατὰ γνώμης φύσιν
πράσσειν κακίον'· ἔστι γὰρ τό γ' εὐφρονεῖν
πολλοῖσιν· ἀλλὰ τῆιδ' ἀθρητέον τόδε·

²¹ J. Cousin, *Quintilien. Institution oratoire*, t. V, l. VIII et IX, Paris, Les Belles Lettres, 1978, 96.

²² KNOX (1986) 211.

²³ BESSONE (1997) 16.

²⁴ ROCHA PEREIRA (2005) 21.

²⁵ ROCHA PEREIRA (2005) 22.

τὰ χρῆστ' ἐπιστάμεσθα καὶ γινώσκομεν,
οὐκ ἐκπονοῦμεν δ', οἱ μὲν ἀργίας ὕπο,
οἱ δ' ἡδονὴν προθέντες ἀντὶ τοῦ καλοῦ
ἄλλην τιν'· εἰσὶ δ' ἡδοναὶ πολλαὶ βίου,
μακρὰί τε λέσχαι καὶ σχολή, τερπνὸν κακόν,
αἰδῶς τε· δισσαὶ δ' εἰσὶν, ἡ μὲν οὐ κακῆ,
ἡ δ' ἄχθος οἴκων· εἰ δ' ὁ καιρὸς ἦν σαφής,
οὐκ ἂν δύο ἦσθην ταῦτ' ἔχοντε γράμματα.

Mulheres de Trezena, que habitais este derradeiro promontório do país de Pélops, já tenho reflectido, na duração arrastada da noite, sobre aquilo que destrói a vida dos mortais. E o que me parece é que não é devido à natureza da sua compreensão que praticam o mal: muitos até pensam muitíssimo bem. Mas devemos considerar o seguinte: nós reconhecemos o que está certo e compreendemo-lo, só que o não pomos em prática; uns, por inércia; outros, porque colocam à frente do bem outra coisa, um prazer qualquer. Há muitos prazeres na vida: grandes conversas, o lazer (um mal delicioso) e o pudor, de que há duas espécies. Um não é mau; o outro é a ruína das casas. Se o momento oportuno para cada um deles fosse evidente, embora se trate de duas coisas diferentes, não teriam ambos as mesmas letras.²⁶

Esta perspectiva não dista substancialmente da veiculada por Medeia, em *Met.* 7. 19-21:

*Sed trahit inuitam noua uis, aliudque cupido,
mens aliud suadet: uideo meliora proboque,
deteriora sequor.*

Mas arrasta-me, contra minha vontade, uma força desconhecida.
Aconselha-me o desejo uma coisa, a razão aconselha-me outra.
Sei onde está o bem e como tal o reconheço, mas prefiro fazer o mal.²⁷

Este modo de encarar o vício, como algo que decorre de um mau uso da razão, parece subjacente à concepção trágica senequiana. Apesar da referida afinidade entre Eurípides, Séneca e Ovídio, procuraram Nussbaum, Inwood e Schiesaro justificar a opção senequiana à luz do estoicismo do Filósofo que, na esteira de Crisipo e de Zenão, teria aderido à teoria cognitiva e monística da alma, que, por sua vez, haveria de encontrar, em Epicteto, outro adepto.

Para aferir da racionalidade de reacções afectivas insusceptíveis de serem eliminadas e, por conseguinte, moralmente avaliadas; e admitida a possibilidade de se terem em conta outros critérios ou sentidos de racionalidade, considera Inwood cinco tipos de relações que se podem estabelecer entre os movimentos afectivos e a razão: os primeiros decorrem de uma *approbatio mentis* de um animal racional com maturidade. Produzidos pela razão humana, os

²⁶ Seguimos a lição de J. Diggle, *Euripidis Fabulae*, t. I, Oxford, University Press, 1984, 224. Trad. de F. Lourenço, *Eurípides. Hipólito*, 2ª ed., Lisboa, Colibri, 1996, 39-40.

²⁷ Sigo D. Lucas, *Ovídio. Metamorphoses*, vol. I, Lisboa, Nova Vega, 2006, 304-5.

movimentos afectivos podem, de acordo com o segundo tipo, ir ao encontro da divina. O terceiro tem que ver com a utilização da linguagem para traduzir convenientemente, em λεκτά, os propósitos das emoções e das reacções. Na medida em que são fruto de consciente deliberação, as pessoas tomadas por um afecto estão, na quarta forma de relacionamento, em perfeitas condições de descrever as suas motivações. Independentemente do grau de racionalidade que preside às acções e sentimentos, o indivíduo, consumado o acto ou o movimento afectivo, consegue sempre apresentar boas justificações para ter agido como agiu ou ter sentido o que sentiu.²⁸

No caso de Séneca, vê-se o público lançado *in medios affectus* das personagens que, em conformidade com os tipos de racionalidade discriminados por Inwood e os *motus* da evolução da ira considerados em *Dial.* 4. 2. 1. 3-5 e 4. 2. 4. 1, ora recordam, em enunciados perfeitamente organizados e na esperança de exasperarem o seu *dolor*, a *iniuria oblata*; ora buscam, no âmbito da *approbatio mentis*, outras razões que maior lógica e legitimidade confirmam à vingança; ora, negligenciadas as justificações, manifestam, em discurso perfeitamente organizado, um desejo incontrolável de vingança; ora, a qualquer momento do drama, se entregam a doentias e vãs *spes* de solução para o seu *affectus*.

Se, conforme se verificou, a Medeia ovidiana revela uma concepção monística do vício, importa perceber se, nela, se podem discriminar as diversas formas de racionalidade ou os *motus* considerados.

Embora seja em *Met.* 7 que Medeia apresenta uma concepção monística da alma, e a razão presida à organização discursiva dos monólogos interiores que conduzem ao abandono do pai e ao assassinio do irmão; ou à enunciação de promessas de juventude com que induz as filhas de Pélias a trespassarem o pai – a verdade é que, devido ao facto de o livro só de passagem aludir ao episódio coríntio da saga, a heroína mais não faz do que manifestar algum receio de que os crimes que por amor vier a cometer acabem por lhe render apenas a ingratidão e o abandono de Jasão. É, por conseguinte, óbvia a prefiguração irónica do que Ovídio já havia tratado em outras obras.

Se a caracterização de Jasão como *inmemor* e *perfidus* se poderia perfeitamente enquadrar no âmbito da alusão inicial à *iniuria oblata*, já a recordação do que a heroína pelo argonauta fizera poderia corresponder à *approbatio mentis*. Quanto à desvalorização dos feitos de Jasão, poderia funcionar como transição para a terceira fase: aquela em que a *irata* Medeia não precisaria de quaisquer justificações para cometer os crimes que pretendesse. Apesar dos indícios em favor de uma *Medea* como a senequiana, não podemos deixar de ter em conta as já mencionadas afinidades entre a *Medea* euripídiana e a *Ep.* 12 das *Heroides* de Ovídio.

O tema do carácter inefável e incurável do *dolor* parece ocorrer em *Ep.* 12. 132: *Iusto desunt sua uerba dolori*. A audição do canto nupcial começa por despertar em Medeia um sentimento de impotência que, depois das lágrimas e da laceração do peito

²⁸ INWOOD (1993) 166-7.

(137 ss.), dá lugar à revolta contra Creúsa e à ameaçadora e terrível reacção (180-2):

*Flebit et ardores uincet adusta meos.
Dum ferrum flammaeque aderunt sucusque uenenis,
hostis Medae nullus inultus erit.*

Ela chorará e será consumida por fogos superiores aos meus.
Enquanto existirem ferro, chamas e sucos venenosos,
inimigo algum de Medeia escapará à sua vingança.

No que geralmente se considera um resumo da parte final da tragédia perdida de Ovídio, escreve o Sulmonense em *Met.* 7. 394-7:

*Sed postquam Colchis arsit noua nupta uenenis
flagrantemque domum regis mare uidit utrumque,
sanguine natorum perfunditur impius ensis,
ultraque se male mater Iasonis affugit arma.*

Mas, depois de a nova esposa de Jasão ser consumida pelos venenos da Cólquida e de ambos os mares contemplarem o palácio real a arder, a sua ímpia espada banhou-se no sangue dos filhos e, depois de os vingar, esta horrenda mãe escapou às armas de Jasão.²⁹

Importa, no entanto, notar que, em *Ep.* 12. 183-98, entre as ameaças a Creúsa e o completo abandono à cólera, se verifica um momento de acalmia, onde se retrata o tópico das semelhanças entre os filhos e o pai, e que, ao retardar com falsas esperanças o desenlace, poderia funcionar como uma digna representação dos efeitos da perniciosa *spes*, a que se costumam entregar algumas das personagens senequianas.

Ao analisar a Medeia de *Met.* 7 e ao tentar, na esteira de Segal, demonstrar que a obra retrata o contraste entre a magia negra da filha de Eetes e a «branca» de Canente, e a oposição entre o *carmen* que se encontra ao serviço da primeira forma de magia e o benéfico e estruturante do poeta, conclui Suárez de la Torre que, depois de longamente se deter no uso da magia, por parte de Medeia, para subtrair muitos anos à idade de Éson, e após, de forma mais breve, se descrever o uso da magia e do logro associado à palavra mágica para destruir Pélias, a brevidade do relato do episódio coríntio e a rápida deslocação para Atenas contribuem «para sublinhar o acelerado processo de monstruosa degeneração que se observou», que culmina com a frustrada tentativa de envenenar Teseu.³⁰

Momento importante desse processo de «monstruosa degeneração» fora aquele em que Medeia, em claro prenúncio da morte dos filhos, dissera (*Ep.* 209^a e 212): *Quo feret ira sequar.... / / ... / Nescio quid certe mens mea maius*

²⁹ D. Lucas, *op. cit.* 326-7.

³⁰ SUÁREZ DE LA TORRE (2006) 124-130.

agit. A Leo remonta o estabelecimento de paralelos entre passos senequianos onde se revela o menadismo de Medeia (123 s., 382 ss., 675, 738, 806 s., 849 ss. e 862 ss.) e o segundo fragmento subsistente da *Medea* ovidiana (Sen., *Suas.* 3. 7): *Feror huc, illuc, ut plena deo*.³¹ E esta é a fase da cólera em que a protagonista, completamente tomada pelo *affectus*, se substitui aos deuses e, por conseguinte, se deixa vencer por uma profunda sede de vingança que ignora por completo quaisquer argumentos da razão.

3. Conclusão: a actualização visada e a concretizada da *Medea* ovidiana; o teatro de Ovídio e o de Séneca

Em *Tr.* 5. 7. 25-8, pode ler-se:

*Carmina quod pleno saltari nostra theatro
uersibus et plaudi scribis, amice, meis:
nil equidem feci – tu scis hoc ipse – theatri,
Musa nec in plausus ambitiosa mea est.*

Quando me escreves, amigo, que se dançam os meus poemas
diante de um teatro cheio e que se aplaudem os meus versos,
em boa verdade eu não escrevi nada – como tu próprio sabes – para o teatro,
e a minha Musa não ambiciona aplausos.

Baseado neste passo, sugere Kelly que «the dactylic hexameters of Ovid's *Metamorphoses* could have been fittingly excerpted for danced and acted tragedies; and the distich monologues of the *Heroides* seem ready-made as citharedies (and also adaptable for ballet or concert tragedy);»³² e sustenta Arcellaschi que a *Medea* ovidiana, na esteira do drama de Asínio Polião e em contraste com o *Thyestes* de Vário, seria uma peça de um novo tipo, destinada à *recitatio* em espaços relativamente pequenos, como o teatro de Balbo (7000 lugares).³³ O problema é que, ao considerar atentamente o cenário ovidiano, apropriado ao *diuerbium*, de *Inst.* 8.5.6, e o que lhe parece ser um tetrâmetro, adequado ao *canticum*, de *Suas.* 3. 7, o segundo investigador acaba por admitir: «Cela laisse naturellement supposer que la pièce était conçue pour être jouable.» Além disso, se a *Medea* de Ovídio for, como pretende Arcellaschi, do ano 12 a.C., e se a *Epistula ad Pisones* de Horácio for de c. 10,³⁴ não será de estranhar que a recomendação horaciana de 185, *ne pueros coram populo Medea trucidet*, tenha efectivamente por alvo a peça do Sulmonense. No caso de a recomendação de Horácio se dirigir a Ovídio, então a *Medea* deste teria, em comum com a de Séneca, a morte no *pulpitum* dos filhos de Medeia.

Embora muitos críticos sustentem a proximidade entre a *Medea*

³¹ LEO (1878) 167.

³² KELLY (1979) 33.

³³ ARCELLASCHI (1998) 97-8.

³⁴ ARCELLASCHI (1990) 253 e 255; RUDD (1989) 19-21 e 37.

euripidiana e a *Ep.* 12 das *Heroides*, o que, com base em muitos pontos de contacto, se procurou fazer neste estudo foi desenvolver um pouco mais o trabalho esboçado por Leo no séc. XIX, e mostrar que Ovídio não teria de procurar fora da sua produção literária aspectos trágicos que Séneca parece retomar e amplificar.

**OVÍDIO EPIGRAMATISTA:
CONVENÇÕES CALIMAQUIANAS E O *LVIVS* DAS EDIÇÕES NO
EPIGRAMA PREFACIAL DOS *AMORES***

ANA MARIA LÓIO
Universidade de Lisboa

A. «The purpose [...] will be to come to grips with the charge of excessive literariness often levelled against Ovid's writing. Is Ovid more "literary" than other poets? What is the role in Ovid, and in Latin poetry at large, of self-reference and of poetic programme?»¹
B. «The *Amores* as we have them are little if anything more than a shortened version of the first edition.»²

1. Um manuscrito do século XII que preserva parte dos *Amores* de Ovídio exhibe interessantes glosas ao seu famoso epigrama prefacial³. Reconhecendo-lhe exactamente esta qualidade, certa mão escreveu, à margem, um pouco acima da primeira linha: *hoc dicitur quantum ad propositum ovidii*. E o «propósito de Ovídio» manifesta-se nestas palavras:

Nós, que há pouco éramos cinco livrinhos de Nasão,
três somos agora; àqueles preferiu o autor esta obra.
Apesar de não teres já qualquer prazer em ler-nos,
ao menos mais leve, suprimidos dois, te será o castigo⁴.

A função prefacial deste epigrama, que preserva a autoria de Ovídio e a unidade editorial da colecção⁵, nunca foi negada. Ora, os livrinhos dos *Amores* ganham voz, contando a sua história: outrora cinco, restam apenas três, que agradam mais a Nasão e maçam menos o leitor. Para o glosador, a explicação é clara: por cima de *praetulit auctor*, duas glosas interlineares especificam que a empresa poética preterida foi uma obra sobre os Gigantes; e à margem, no mesmo sentido, insiste-se: *nam uoluit facere quinque libros de bello gigantum*. O poeta trocou uma Gigantomaquia em cinco livros pelos *Amores*, em três: o glosador é coerente e lógico. Nada mais distante do que podemos afirmar dos últimos séculos de trabalho filológico sobre o epigrama prefacial dos *Amores*.

¹ HINDS (1988) 12.

² CAMERON (1968) 328.

³ Oberösterreichische Landesbibliothek (*olim* Bundesstaatliche Studienbibliothek Linz) 329, f. 101r. (*Amores*: ff. 101r-131v). Para a datação ver SCHIFFMANN (1935) 98-99 e MUNK OLSEN (1985) 143.

⁴ Sigo a edição de KENNEY (1961).

⁵ FEDELI (1999-2000) 990.

2. Antes de mais, é preciso defendê-lo, pois a sua autenticidade foi já questionada⁶. O humor típico da veia ovidiana⁷, no entanto, associado à qualidade literária que um estudo detalhado revela e à sua atestação em três dos quatro manuscritos mais antigos dos *Amores*⁸ tornam difícil sustentar essa hipótese. Nos manuscritos mais importantes para o estabelecimento do texto, o epigrama forma um bloco com *Am. 1.1.*; mas a sua auto-suficiência, bem como a estratégia programática de Ovídio, começando a primeira elegia dos *Amores* com o vergiliano *arma....*⁹, justificam que não se questione sequer a autonomia de um texto em relação ao outro¹⁰.

O grande debate, todavia, não se centra na autenticidade, mas na bombástica informação dada pelos livrinhos. A conclusão parece tão óbvia como a proposição por eles enunciada: houve duas edições dos *Amores*¹¹. Esta leitura alimenta um dos mais férteis filões dos estudos ovidianos: se Ovídio reeditou a sua obra, quer-se saber quando, como e porquê.

A teoria menos apoiada actualmente sustenta que Ovídio removeu de uma primeira edição os poemas mais lascivos¹² e provocadores em relação à política augustana de «remoralização» de Roma; já a que mais adeptos reúne encara a segunda edição como uma depuração da primeira, com base no critério da qualidade: produto da juventude, ela não agradaria a um Ovídio mais maduro¹³. Na mais sedutora proposta, Della Corte justifica a reedição com a necessidade de acompanhar a evolução da poesia amorosa romana: no período decorrido entre a juventude do poeta e a idade adulta, assistiu-se à evolução do livro de poesia como miscelânea de epigramas e elegias, à maneira de Catulo, para a exclusividade da elegia, como atestam Propércio e Tibulo¹⁴. Proposta aliciante; mas não existe qualquer dado em que a apoiar.

Nem todos os filólogos o reconhecem, porém; e se o epigrama não fornece qualquer pista sobre a cronologia dos *Amores* – estas propostas presumem, note-se, que uma edição pertence à juventude do poeta e a outra a anos mais tarde –,

⁶ Ver GOOLD (1970) 128, a propósito do falso início da *Eneida*: «of course the lines [...] were never written by Virgil. Like the four verses of *Catalepton* 15 and the quatrain introducing our texts of Ovid's *Amores*, they belong to that small genre of verse which may be styled editorial.»

⁷ BOYD (1997) 145-146, SABOT (1976) 56.

⁸ BOYD (2002) 111.

⁹ O presente estudo não vai ocupar-se do subtexto vergiliano, amplamente reconhecido e comentado: ver KEITH (1992), Mc KEOWN (1989) 7ss, CONTE (1986) 84-88, LENZ (1965) 165.

¹⁰ Aliás, o epigrama em causa parece ser o único concebido, à partida, como um poema autónomo; os outros, maioritariamente epitáfios dispersos por quase todas as obras de Ovídio, incluem-se em composições mais extensas (ver Faetonte, *Met.* 2.327-328; Caieta, *Met.* 14.443-444; Ov., *Tr.* 3.3.73-76, o mais famoso de todos); sobre o tema, ver RAMSBY (2005). Ocorrem ainda inscrições votivas (ver a dedicatória da prenda de Ífis a Ísis, *Met.* 9.794) e os epigramas prefaciais de que o presente estudo tratará (*Amores, Tr.* 1.7.35-40 para as *Metamorfoses*).

¹¹ E a primeira terá necessariamente desaparecido sem deixar rasto. Ver McKEOWN (1987) 76, n. 6 (justificando o facto com uma circulação limitada), DELLA CORTE (1986) 70, LENZ (1965) 164 (não excluindo a hipótese de o poeta a ter feito desaparecer).

¹² MARTINI (1970) 14, MÜLLER (1856) “De Ovidi Amorum libris”, *Philologus* 11, 81.

¹³ MURGIA (1986) 208 n. 18.

¹⁴ DELLA CORTE (1986) 75-76.

procuram-na nas referências à composição desta e de outras obras. Assim, dois ou três textos são cuidadosamente esquadrihados em busca de todo o tipo de respostas. O caso mais polémico é o de *Am.* 2.18: a identificação do referente de *artes... amoris* (v. 19) com os *Amores* ou a *Arte de Amar* é determinante para o estabelecimento da cronologia, e por isso também o é a situação temporal da própria elegia¹⁵. Quanto aos poemas supostamente datáveis pela alusão a acontecimentos históricos, acabam por demonstrar-se fracos pilares, pois nem mesmo as poucas datas consideradas mais ou menos seguras estão a salvo; veja-se como Syme desconstrói convincentemente a datação de *Am.* 1.14¹⁶. De diferentes conjecturas derivam várias propostas de sucessão cronológica das obras *Ars Amatoria*, *Amores*, *Heroides*, *Medea*. E como por detrás desta «catalogação» dos poemas em edições reside sempre a suposição de uma data, também ela encontrada de forma bastante falível, basta questionar a validade de um dos elementos deste «edifício» para que ele ruia¹⁷.

Questões estruturais também não passam em branco. Em algumas propostas, o reconhecimento de pares de poemas nos *Amores* abre portas a reflexões sobre a estrutura da primeira edição¹⁸. É o caso de Cameron, que alega ter encontrado em *Am.* 1.2 o prefácio de um dos livros da primeira edição: ocupados os lugares prefaciais, o poeta colocou-o o mais perto possível do início; assim se explicaria que o livro I exiba dois poemas programáticos¹⁹. E logo se insurgem os defensores da coerência narrativa entre *Am.* 1.1 e 1.2²⁰.

3. A tentativa de associar os poemas a uma das edições leva-nos, de resto, ao problema nuclear da história dos *Amores*: em que consistiu, afinal, o processo de reedição? Tem-se revelado verdadeiramente tentador especular sobre as alterações por Ovídio empreendidas. E apesar de não possuímos, em rigor, uma única palavra sobre o assunto além das do

¹⁵ Para *Am.* 2.18 em particular, ver BRETZIGHEIMER (2001) 273ss. MARTINI (1970) 27-28 limita-se a afirmar que a elegia foi composta para a segunda edição; D'ELIA (1958) 216ss estuda ambas as hipóteses.

¹⁶ SYME (1978) 3-6. Está em causa uma datação baseada na referência à derrota dos Sigambros (vv. 45-49). Além de *Am.* 2.18 e *Am.* 1.14, os críticos apoiam também as suas teorias em *Am.* 3.9, o epicédio de Tibulo, falecido em 19 a.C.

¹⁷ Como afirma JACOBSON (1974) 301. Alerta para semelhante perigo BARCHIESI (2001) 160: «the issue of dating individual poems in relation to the question of the two editions can become a stumbing block for interpretation». HOLZBERG (2002) 33 é mais radical: «Ultimately, the discussion that scholars pursued for decades about the chronology of Ovid's early works was much ado about nothing». Para a cronologia ver HOLZBERG (2002) 31-39, RAMÍREZ DE VERGER (1991) XIV-XV, McKEOWN (1987) 74, n. 1 e 78ss, MURGIA (1986a) e (1986b), a excelente síntese de JACOBSON (1974), MARTINI (1970) 27-28, LUCK (1961) esp. 166-175, D'ELIA (1958), MUNARI (1951) X-XI.

¹⁸ Sobre a estrutura de *Amores*, ver BRETZIGHEIMER (2001) 91-152, WEINLICH (1999), LÖRSCHER (1975). Apresenta uma síntese com lista bibliográfica McKEOWN (1987) 90, n. 1. Especificamente sobre os pares de poemas ver DAMON (1990). Ver ainda BOYD (2002) 93ss, LUCK (1961) 169ss e CAMERON (*vide infra*, n. 19).

¹⁹ CAMERON (1968) 320-322, 328ss.

²⁰ É o caso de MOLES (1991).

epigrama²¹, debate-se mesmo o conteúdo e até o fio condutor, o cerne da poética dos *Amores* na sua primeira edição, procurando diferenciá-lo da segunda; investiga-se energicamente o «papel» de Corina na anterior²². Ora, o epigrama menciona a supressão de dois livros, não a adição de material. O que aconteceu ao material dos cinco livros – terá o poeta simplesmente eliminado as composições que não o satisfiziam, tendo organizado as restantes em três²³? Uns, agarrando-se à letra do texto, negam a possibilidade de Ovídio ter acrescentado material²⁴; outros, ao invés, alegam que Ovídio não tinha de explicitar, no prefácio, ter procedido a acrescentos²⁵.

4. Mas convidará o epigrama prefacial, de facto, a este tipo de leitura e investigação? Muitos filólogos consideram que tal debate não se tem revelado produtivo, tornando-se, pelo contrário, e não raras vezes, falacioso²⁶. Esquece-se que um poema é uma construção assente em tópicos e parte de um programa, mesmo quando pretensamente biográfico²⁷. Além disso, as supostas informações são extraídas de passagens vagas, de interpretação insegura porque dúbia. Mais, a vinda a público de um texto constitui, por si só, uma dificuldade: composição, recitação, circulação individual de poemas e edição são realidades diferentes e complexas²⁸. Estaremos, de facto, autorizados a ler no epigrama que existiu uma edição dos *Amores* em cinco livros?

Gostaria de salientar agora o problema mais grave que a interpretação factual e «informativa» do epigrama me suscita. Tomemos ou não o texto à letra, as palavras dos *libelli* autorizam-nos apenas a concluir que a chamada «segunda edição» apresenta menos dois livros e ganha a preferência de Ovídio.

²¹ Este aspecto não é consensual. Alguns entendem que Ovídio pode estar a referir-se à primeira edição dos *Amores* quando, na sua «autobiografia», menciona a queima de materiais na juventude: *multa quidem scripsi, sed, quae uitiosa putavi, / emendaturis ignibus ipse dedi* (*Tr.* 4.10.61-62).

²² JOHNSON (1985) esp. 24ss, CAMERON (1968) 322ss, LUCK (1961) esp. 173ss e OLIVER (1945) 191ss (a primeira edição centrar-se-ia em Corina).

²³ «Naiv» e «undenkbar», na opinião de LÖRSCHER (1975) 13.

²⁴ CAMERON (1968) 327, H. FRÄNKEL (*Ovid, a poet between two worlds*, Berkeley, 1945), citado por OLIVER (1945) 196.

²⁵ É o ponto de vista de MARTINI (1970) 13.

²⁶ «As extensive as it is inconclusive», segundo BOYD (1997) 143, n. 27; para BARCHIESI (2001) 160, «the whole question of reconstructing a first edition has had a misleading importance in contemporary scholarship». *Vide supra*, n. 17.

²⁷ O caso mais gritante é o da «autobiografia» do poeta, «a stylized self-representation, which is manifestly what matters most to Ovid in *Tristia* 4.10», segundo HOLZBERG (2002) 25, que acrescenta: «this text is too profoundly shaped by Ovid's playful treatment of the elegiac system for us to exploit it as a database for the historical reconstruction of a vita». Por exemplo, os vv. 57-58 (*carmina cum primum populo iuuenalia legi, / barba resecta mihi bisue semelue fuit*), dos quais muitos chegam a extrair uma data para o início da produção literária de Ovídio (ver MURGIA [1986a] 82, [1986b] 208, n. 18, MUNARI [1951] ix-x, LUCK [1961] 166-167), recuperarão provavelmente um tópico calimaquiano (ver McKEOWN [1987] 74).

²⁸ JACOBSON (1974) 306-307, McKEOWN (1987) 74-76.

Ora, a crítica mais recente reconhece nos *Amores* uma obra coesa, uma novela amorosa com princípio, meio e fim, ou mesmo um drama completo em três actos, de complexa elaboração estrutural e narrativa, com um programa poético consistentemente desenvolvido²⁹. Por isso, na minha opinião, o nível artístico dos *Amores* impede, à partida, uma leitura literal do epigrama³⁰. A obra que hoje possuímos é incompatível com a teoria das duas edições, nomeadamente com o estatuto de «edição» reconhecido aos cinco livrinhos iniciais. Parece-me que ou estes cinco livros constituíam já uma obra solidamente concebida, e então não se percebe que Ovídio a tenha mutilado; ou com os cinco livrinhos iniciais quer-se aludir simplesmente aos primeiros textos, os que terão estado na origem da empresa que viria a resultar nos *Amores*. Aliás, com o termo *libellus* designa-se muitas vezes um conjunto de poemas que circula entre amigos, ou que se oferece a um deles; por isso, a respeito de poetas que se movem no mesmo meio, torna-se mesmo impossível, por vezes, afirmar o sentido de algumas relações de dependência textuais. Ora, com ou sem adição de novo material, sem reescrita, sem um trabalho de fundo sobre os cinco livros anteriores, uma simples operação de corte e reordenação de material pré-existente não teria por resultado o projecto reflectido e de linhas precisas que os *Amores* são.

Apoio, então, uma outra abordagem do problema, valorizando mais o carácter literário e programático do epigrama. Encaremos o poema como tal e – particularmente aliciante – como produto da delicada poética ovidiana. Talvez a investigação frustrada de alguns aspectos da obra de Ovídio se explique, com efeito, por o poeta nos enredar num *ludus* – o próprio diz-se, repetidamente, um *lusor*³¹ – em que é difícil distinguir o literal da ficção literária. Atentemos no outro epigrama prefacial ovidiano que nos chegou, *Tr.* 1.7.35–40. Trata-se do novo proémio das *Metamorfoses*, mais uma vítima, na nossa opinião, de leituras pouco produtivas:

Quem quer sejam que agarras nestes livros, órfãos de seu pai,
permite que ao menos a eles seja dado lugar na vossa cidade.
Sê também mais indulgente: eles não foram editados pelo autor,
mas sim arrebatados como se das exéquias do seu senhor.
Por conseguinte, se neles algum erro o meu não limado poema tiver,
eu tê-lo-ia emendado, tivesse-me sido permitido.

²⁹ BOYD (2002) 93, 112 em sintonia com HOLZBERG (2002), esp. 16, 17, 46; BOYD (1997) 136.

³⁰ Foi GINSBERG (1983) o primeiro a contrariar a existência de uma primeira edição. BOYD (1997) 146–147 avança suspeitas («We may even wonder, however momentarily, if the so-called first edition ever existed in any form other than as fiction», «We overlook the possibility that no first edition ever existed»), que se tornam afirmação em BOYD (2002) 111: «a bit of metapoetic fun» (sobre a afirmação dos livrinhos). No mesmo sentido se pronunciam, entre outros, WEINLICH (1999) 22 («zwar ungewohnt, aber richtig») e BARCHIESI (2001) 160–161 («this would be the same kind of literary existence which belongs to the epic of *Amores* 1.1 and to the Gigantomachy of 2.1»).

³¹ Ocorrências de *lusor* e *ludere* relativamente ao poeta: *Tr.* 2.330, 2.537ss, 3.3.73, 4.10.1, 5.1.22, 43 (ver Luck [1967–1977] 182).

Neste, tal como no prefácio dos *Amores*, dá-se voz aos livros da épica. Ovídio estabelece com eles, além disso, uma relação parental, numa metáfora recorrente nas suas obras de exílio³². O texto assemelha-se, na verdade, a um epitáfio³³: os livros interpelam aquele que eventualmente os tome para os ler, como o falecido interpela o anónimo que, passando eventualmente pelo seu túmulo, leia a sua inscrição. Ao empregar esta estratégia, Ovídio é coerente com outro aspecto dos seus poemas de exílio: ele é o defunto, pois o exílio identifica-se com a morte³⁴. O poeta continua, explorando estes ingredientes: assim como o defunto se refere por vezes ao que a morte o impediu de fazer, os órfãos livros aplicam um forte «*si licuisset*» à sua própria revisão. Porque foi exilado, o poeta não pôde expurgar a sua obra maior dos *uitia* que ainda a pudessem diminuir, restando apenas condená-la ao fogo em *Tr.* 1.7 – ou, por outras palavras, o poeta «faleceu» antes de concluir a sua épica. Com vários filólogos, vejo neste quadro uma clara e orgulhosa operação de colagem à biografia de Vergílio; Ovídio não quer para as suas *Metamorfoses* menos que o estatuto de igualdade perante a *Eneida*³⁵. Mas este mesmo quadro, na opinião de outros, prova que as *Metamorfoses* são uma obra inacabada. E, com base nesta premissa, explodem questões que atingem mesmo o foro editorial: invoca-se a importantíssima expressão prefacial *perpetuum carmen* (v. 4) para provar que as *Metamorfoses* não podem estar acabadas, pois não constituem um poema contínuo³⁶; deduz-se que Ovídio alterou o poema depois de exilado, revendo, reescrevendo ou acrescentando partes³⁷; e as «novas» serão as alusões a Júpiter e à vingança – isto é, ao imperador e à *relegatio*.³⁸ Ora, não será esta

³² HINDS (2006) 422ss, 426-427, TISSOL (2005) 108 e, especificamente sobre o tema, DAVIDSON (1984).

³³ Um interesse antiquário pelos poetas antigos subjaz à tradição helenística de compor epitáfios para grandes poetas (sobre tais epitáfios, ver BING [1993] 620-622, BING [1988] 58ss.). Criando um epigrama ao estilo das inscrições tumulares, julgo que Ovídio pode estar a filiar-se nessa tradição. Acrescente-se que em muitos daqueles epitáfios é dada voz ao defunto, aqui suprido pelos livrinhos das *Metamorfoses*.

³⁴ TISSOL (2005) 108, DELLA CORTE (1972-1973) 224-226.

³⁵ HINDS (2006) 430, TISSOL (2005) 99, 109-111, FEDELI (1999-2000) 1295, WILLIAMS (1994) 82, DELLA CORTE (1972-1973) 224-229, GRISART (1959) 142-148. O tópico remonta já a Platão (ver HOLLIS [1970] x). Ao alimentar, desta maneira, a formação de um mito sobre a sua biografia, Ovídio filia-se na tradição alexandrina de aludir não só às obras dos grandes poetas, mas também às biografias (ver TISSOL [2005] 110).

³⁶ Segundo DELLA CORTE (1972-1973) 230, «... Ovidio voleva comporre un *perpetuum poema*, mentre di fatto il poema è un composto di epilli avvicinati uno all'altro; e spesso la transizione non è neppure ben escogitata». Segundo o autor, *Tr.* 1.7.14 (*infelix domini quod fuga rupit opus*) e *Tr.* 1.7.22 (*vel quod adhuc crescens et rude carmen erat*) atestam que as *Metamorfoses* foram interrompidas pelo exílio.

³⁷ LUCK (1977) 62-63 está certo de que Ovídio reviu as *Metamorfoses* nos primeiros tempos do exílio, mas talvez não tão profundamente como gostaria; também HOLZBERG (2002) 37 admite que o poeta possa ter concluído a obra no exílio. Já para HOLLIS (1970) x «that seems unlikely». Enquanto Luck lê na alegada incompletude uma maneira de dizer a insatisfação do poeta, Holzberg entende-a como uma maneira de fazer crescer a admiração pela obra.

³⁸ KOVACS (1987), «Ovid, *Metamorphoses* 1.2», CQ 37/2, 463ss. Também HOLZBERG (2002) 36-37 aceita a possibilidade de haver nas *Metamorfoses* referências ao exílio.

uma leitura abusiva e pouco útil de um texto que, destinado a cumprir a função de novo prefácio da sua épica, Ovídio certamente onerou de implicações programáticas³⁹? Afinal, resultando de uma necessidade de «reprogramação» da poesia ovidiana, o texto constitui uma peça fulcral para a compreensão da chamada «poética do exílio».

5. Retomemos, então, o caso do prefácio dos *Amores*, procurando as regras do *ludus* em que fomos envolvidos. E se verificámos já que a filologia moderna não tem assumido o texto como uma «brincadeira ovidiana», proponho que regressemos ao testemunho bem mais antigo com que iniciámos esta comunicação. Como reagiu a este *ludus* o glosador do manuscrito de Linz?

Entendeu ele que o *opus* preterido por Ovídio foi a composição de uma Gigantomaquia em cinco livros. O que interessa perceber, de facto, é o que terá levado este estudioso de Ovídio a ver no epigrama prefacial dos *Amores* referências a uma Gigantomaquia. Encontramos a resposta na elegia 2.1: Ovídio afirma ter iniciado o projecto de narrar a luta dos Gigantes. Logo depreende o nosso glosador que essa tentativa precedeu a escrita dos *Amores*, que acabaram por a suplantar, ganhando a preferência do poeta. Ora, esta interpretação não se afasta assim tanto da de muitos ovidianistas contemporâneos; no entanto, com Hollis, não podemos aceitar como factual o desígnio de escrever uma Gigantomaquia⁴⁰. Tal alusão exige-nos que entremos no jogo – e este é eminentemente calimaquiano. Trata-se, na verdade, de uma estratégia de filiação poética, uma maneira de participar no famosíssimo debate estético que condicionará a escrita de toda a poesia latina clássica. A Gigantomaquia designa, neste debate, a épica mitológica; ela exemplifica o «canto retumbante de grandes proporções»⁴¹ a que, no prólogo dos *Aetia*, Calímaco opõe a sua poesia⁴². E se é certo que o prefácio dos *Amores* não se refere, na realidade, à Gigantomaquia, o que Ovídio pretende afirmar com a supressão dos livros é, ainda assim, exactamente a sua adesão à *brevitas* alexandrina. É este o traço programático mais óbvio no epigrama, reconhecido e comentado em alguns estudos recentes, apoiado na influentíssima afirmação atribuída a Calímaco segundo a qual «um grande livro é um grande mal»⁴³.

Ora, a apropriação dos ideais calimaquianos no prefácio de um livro de poesia latino no século I a. C. não constitui qualquer tipo de novidade, nem poderia surpreender o leitor, então como agora. Ovídio também o sabia; o espaço para a inovação não seria procurado, à partida, nos princípios poéticos

³⁹ Sobre o programa de Ovídio, ver HINDS (2006), WILLIAMS (1994) 80-83.

⁴⁰ HOLLIS (1970) ix. Ver também PFISTER (1915). D'ELIA (1958) 216, pelo contrário, integra na sua cronologia relativa a tentativa de compor uma Gigantomaquia.

⁴¹ Fr. 1.19 HOPKINSON (1999^a). Cito a tradução de LOURENÇO, F. (2004), *Grécia Revisitada*, Lisboa, Cotovia, 125.

⁴² Esta alusão torna-se tópica nos elegíacos (ver Propércio 2.1.19-20, 39-40). Segundo HUNTER (2006) 37, o tópico nasce de uma leitura errada e criativa de Calímaco, fr. 1.35-36 Pf.

⁴³ Fr. 465 Pf. REITZENSTEIN (1935) 86, n. 1. notara já a relação. Ver, mais recentemente, HOLZBERG (2002) 33, BOYD (2002) 111, BRETZIGHEIMER (2001) 91, FEDELI (1999-2000) 989, BOYD (1997) 145, LENZ (1965) 164.

a adoptar, mas sim na arte de os evocar e pôr em prática. É claro que Ovídio não se contenta com o óbvio, como uma análise mais profunda da supracitada «máxima» desvelará. Na verdade, a acreditar num estudo de Cameron, o termo traduzido por «livro», *biblion*, não poderia denotar o «livro de poesia»⁴⁴. Quer dizer, as palavras atribuídas a Calímaco não ilustram propriamente o princípio da brevidade, apontando antes, de forma mais geral, a consequência da sua inobservância. Isto encaminha-nos numa direcção não explorada. O «mal» (*kakon*) é a obra tornar-se maçadora, torturante, uma realidade a que Calímaco, no contexto da poesia, chama *ponos*⁴⁵. Julgo ser este o termo programático a que Ovídio procura aludir, no v. 3, com *poena*⁴⁶, até em sonoridade evocativo do seu equivalente grego. Assim, não só o encurtar da obra alinha Ovídio com Calímaco no que toca ao princípio da *breuitas*: ao focar o alívio, para o leitor, desta maneira conseguido, o autor dos *Amores* recupera também um outro tópico calimaquiano, a maneira de denominar a obra que desgraçadamente escapa àquele princípio.

Há mais a dizer sobre *leuior poena* (v. 3). Ovídio não planeou um poema de dimensões compatíveis com as defendidas na poética calimaquiana; foi ao encurtar o seu trabalho que dela se aproximou. Ora, a filologia ovidiana de tal forma se ateu à ideia de que assim se designavam duas edições dos *Amores*, que tem desprezado as implicações programáticas subjacentes. Trata-se de um outro princípio alexandrino fundamental: o refinamento, o acto de polir e limar um poema. Uma obra mais trabalhada é uma obra melhor. É precisamente esta necessidade, a de aperfeiçoar e burilar, que justifica a sua curta extensão. No epigrama, a poética do aperfeiçoamento é pelo menos insinuada: é-nos dito que o poeta prefere o que resulta do seu aparentemente «novo» ou «renovado» esforço. Aliás, o verbo *praefero*, no v. 2, denuncia imediatamente o seguidor de Calímaco, que deseja afirmar um gosto, situar-se em termos artísticos⁴⁷, procurar aceitação e sucesso para a sua obra, numa autêntica apologia⁴⁸. Esta cumpre-se, para mais, nos moldes da «modéstia» calimaquiana⁴⁹, quando os livrinhos sugerem que, à partida, ninguém tem vontade de os ler e identificam leitura com

⁴⁴ HOPKINSON (1999) 88 («it seems likely that Callimachus was punning, qua librarian, on the physical clumsiness of a long papyrus roll and the artistic clumsiness of a long “cyclic” poem») e CAMERON (1995) 52, com apoio em Wilamowitz e Pfeiffer (n. 184).

⁴⁵ CAMERON (1995) 52, n. 185: «Callimachus himself, more offensively, called it [the multi-book Lyde of Antimachus] a *pachū grámma* (F 398). Other common terms were (in verse) *pónos* and (in prose) *pragmateia*.»

⁴⁶ Como nota LENZ (1965) 164, Catulo alude a semelhante realidade – os livros dos maus poetas – mediante o termo *supplicia* (*carm.* 14.20). Para outros pontos de contacto entre o epigrama prefacial dos *Amores* e a poética de Catulo, *vide infra*, n. 48.

⁴⁷ HOLZBERG (2002) 33-34, BOYD (1997) 143, LÖRSCHER (1975) 13-14, NEWIGER (1964) 119.

⁴⁸ FEDELI (1999-2000) 989. O poema prefacial de Ovídio alinha-se com o de Catulo, não só por exibirem ambos a apologia da obra que prefaciam, mas por o fazerem mediante a mesma estratégia. Em 1.1-2 (*cui dono lepidum nouum libellum, / arida modo pumice expolitum?*) Catulo procura que o leitor visualize o *libellus* e insiste na sua tangibilidade; Ovídio consegue semelhante efeito, ao personificar os livrinhos dos *Amores* (ver BRETZIGHEIMER [2001] 92, WEINLICH [1999] 21 com GINSBERG [1983] 19ss, BOYD [1997] 144).

⁴⁹ HUTCHINSON (1988) 283.

tortura. Boyd encara o epigrama como uma «operação de marketing»; o poeta está preocupado, efectivamente, com a «vendibilidade» do seu produto⁵⁰.

Existem laços ainda mais notáveis, e quase inexplorados, entre os *Aetia* e o epigrama prefacial dos *Amores*. Refiro-me aos dois livros postos de parte por Ovídio e aos dois livros acrescentados por Calímaco, tardiamente, aos seus *Aetia*. A coincidência é notável⁵¹: assim como se constituiu uma ampla discussão sobre uma pretensa segunda edição dos *Amores*, o mesmo problema atormenta os estudiosos dos *Aetia*. Prólogo e epílogo – um, insinuando a idade avançada do poeta; o outro, aludindo a uma obra por escrever – juntamente com referências a uma rainha, são os ingredientes de um imbróglgio cronológico e editorial que conta com a intervenção de alguns dos maiores nomes dos estudos clássicos contemporâneos⁵². Não julgo necessário entrar nessa polémica para defender que Ovídio se apropria da história dos *Aetia*, colando-se a ela como forma de aproximar a sua da obra do maior elegíaco helenístico; é sabido que os poetas posteriores se apoiam nos *Aetia* para legitimar o género elegíaco face aos superiores, nomeadamente a tragédia e a épica⁵³. Quatro livros perfazem os *Aetia*. O poeta estruturou os dois primeiros utilizando o artifício do diálogo com as Musas; os dois últimos são produto de uma outra fase de escrita, apresentando uma morfologia bastante diferente: Calímaco parece ter encaixado um conjunto de *aetia* numa moldura encabeçada pela peça conhecida por «Vitória de Berenice» e encerrada pelo poema falado pela madeixa de cabelo da mesma rainha. Os defensores de uma segunda edição – a primeira, de dois livros; a segunda, de quatro – opõem-se aos que se batem por mostrar que os livros 3 e 4 dos *Aetia* são simplesmente um acrescento posterior, sem intervenções nos dois primeiros livros. Certo é que os *Aetia* não constituem uma obra estruturalmente homogénea, exibindo claramente duas partes; as circunstâncias em que a segunda parte foi produzida não afectam esta realidade. Assim, parece-me que Ovídio quis estabelecer um paralelo entre os *Aetia* e os *Amores*: ao acrescento de dois livros na obra calimaquiiana corresponde a supressão de dois na sua. Aliás, o poeta criou até uma brincadeira linguística com a supressão e o aumento: Ovídio designa-se *auctor*, termo raramente utilizado para nomear um poeta na literatura augustana⁵⁴. A raridade com que ocorre leva a pensar numa intenção: *auctor*, do verbo *augeo*, significa etimologicamente «aquele que aumenta»; ora, nada mais adequado para o prólogo em que se anuncia o encurtar do seu poema.

⁵⁰ BOYD (1997) 146.

⁵¹ E notada por BOYD (1997) 145, cuja proposta desenvolvemos: «We know that Callimachus' *Aetia* was revised and that much new material (including, possibly, a new prologue) was added for a much latter second edition. A decade ago, Peter Knox suggested that Callimachus' substantial revision of the *Aetia* included the addition of the last two books; if we agree with the plausibility of this scenario, the editorial history of Callimachus' poem offers anything but a straightforward equivalent to Ovid's reduction of the size of the *Amores*.»

⁵² Vide *infra*, n. 55.

⁵³ HUTCHINSON (1988) 279.

⁵⁴ Os termos esperáveis para designar o poeta seriam *uates* ou *poeta*. Ver BOYD (1997) 145-146, McKEOWN (1989) 5.

Um outro paralelo entre aquelas obras torna esta proposta mais verosímil. Encontro-o na relação entre o epílogo dos *Aetia* (seja qual for a sua data de composição e localização original⁵⁵) e o poema final dos *Amores*, a elegia 3.15. Knox vê nos últimos versos desta elegia o melhor paralelo, na literatura latina, para o epílogo dos *Aetia*:⁵⁶ Calímaco afirma que vai passar a um género inferior, o que é geralmente interpretado como uma referência à poesia jâmbica⁵⁷; Ovídio conclui os *Amores* antecipando, igualmente, uma mudança de género. Ambos se referem a um progresso na hierarquia genérica; só que, tal como o acrescento calimaquiiano se transforma em supressão no epigrama prefacial de Ovídio, a musa mais humilde do final dos *Aetia* torna-se uma musa mais elevada no final dos *Amores*⁵⁸. Assim, Ovídio parece inverter a história da composição dos *Aetia* e o projecto anunciado pelo seu autor, o seguimento da sua «carreira» poética. Concluimos que, tal como procura identificar-se com Vergílio no que respeita às *Metamorfoses*, Ovídio veste a pele de Calímaco quando quer afirmar-se no campo da elegia; e ambas as atitudes são, para um estudioso da literatura clássica, esperáveis.

Então, se aceitarmos a validade destas propostas, que consequências trarão elas para o problema das duas edições? Serão os dois pontos de vista totalmente incompatíveis? É-me difícil aceitar a teoria das duas edições, embora seja sensível ao alerta deixado por Müller em meados do século XIX: como é que Ovídio se lembraria de inventar uma «história editorial» dos *Amores*? Inspirando-se na heterogeneidade da composição dos *Aetia*, sugeri-o atrás. Tal não impede, no entanto, que o projecto poético *Amores* tenha passado por diversas fases, como, de resto é normal; por isso, para se referir à suposta «segunda edição», Fedeli fala em «três livros efectivamente publicados»⁵⁹. E se essa é a génese normal de uma obra literária, porquê dar-lhe esta importância no caso dos *Amores*? A meu ver, porque neste caso a génese dava azo à clara identificação com o poema elegíaco de Calímaco.

Uma leitura calimaquiiana não é suficiente, todavia, para pôr em evidência toda a arte de Ovídio. Neste breve texto cruzam-se a tradição dos epigramas helenísticos falados por objectos⁶⁰ e o antiquíssimo costume de prefaciar antologias com epigramas, em grego e em latim. Além disso, o *ludus* estende-se ao falso início da *Eneida*.

É perigoso acreditar em Ovídio; como várias vozes lembram, não se trata apenas de um extraordinário poeta mas, possivelmente, do melhor leitor.

⁵⁵ FANTUZZI (2004) 44-49, PARSONS (2003) 277, HOPKINSON (1999^r) 85-86, CAMERON (1995) 156-162, HUTCHINSON (1988) 40-48, HOLLIS (1986), KNOX (1985).

⁵⁶ KNOX (1985) 61-62.

⁵⁷ HUTCHINSON (1988) 292.

⁵⁸ HUTCHINSON (1988) 292, KNOX (1985) 62-65.

⁵⁹ FEDELI (1999-2000) 989. No mesmo sentido se pronuncia HOLZBERG (2002) 34: «he did not deem all the elegies he had been reciting worthy of publication».

⁶⁰ Para outros epigramas prefaciais falados por obras literárias, ver FEDELI (1999-2000) 989, McKEOWN (1989) 2.

DA TERAPÊUTICA À SUBVERSÃO DO PROTOCOLO: UMA LEITURA DOS *REMEDIA AMORIS*

CARLOS ASCENSO ANDRÉ
Universidade de Coimbra

Grande foi o tombo. Tão grande, decerto, quanto inesperado. No ano 8 d. C., um golpe súbito lançou Ovídio para um exílio sem regresso, nos confins do Império. Confrontados com a severidade da sentença, continuamos, dois mil anos depois, em busca de uma causa, um fundamento, um libelo credível. Em vão. Por mais que porfiemos, esgueiram-se-nos, por entre os dedos, os porquês. Não no-los diz o silêncio obstinado do poeta que, sobre o assunto, guardou a mais enigmática reserva. Não dão disso testemunho os seus contemporâneos, aparentemente cúmplices dessa estratégia de ocultação. Inconformada, quis a tradição superar tão insistente ignorância e inventou causas, umas mais verosímeis do que outras, é certo, e quase todas filhas da imaginação e da fantasia. Nesse afã explicativo, tantas têm sido as cabeças quantas as sentenças; ou, como sugestivamente traduziu Dickinson, *tot editores quot errores*¹.

Do elenco das causas que os anos foram reunindo, uma se destaca: o poeta teria sido condenado por ter editado a *Arte de amar*, esse manual do amor que viria a alcançar sucesso ímpar séculos fora.

Não mereceria especial importância o assunto, valha a verdade, a não ser pelo facto de o poeta, ele mesmo, ter contribuído para tais suspeições:

*Perdiderint cum me duo crimina, carmen et error,
alterius facti culpa silenda mihi;
nam non sum tanti renouem ut tua uulnera, Caesar,
quem nimio plus est indoluisse semel. (Tr. 2.207-208)*

Posto que sejam dois os crimes que à perdição me levaram, os versos e um erro, a culpa do segundo desses factos, tenho de silenciá-la; não valho, em verdade, tanto que possa reabrir a tua ferida, ó César; por demais foi já teres sofrido uma vez.

Esta afirmação, que se repete em mais de um lugar da poesia ovidiana do exílio, por vezes a sugerir uma identificação praticamente inequívoca entre este *Carmen*, assim enigmáticamente referido, e a *Ars amatoria*, justifica que questionemos a causa de tal suspeita. Porquê a *Arte de amar*? Por ser licenciosa? Por apelar, como tantos pretendem, a uma certa degradação moral? Por se tratar de um incentivo à libertinagem? Por conter versos marcados pelo erotismo?

O conhecimento do ambiente social em Roma, onde, no dizer de Jean-Noël Robert, reinava uma espécie de “feira do sexo”, isto é, onde favores e

¹ DICKINSON (1973) 156.

serviços sexuais podiam comprar-se e vender-se², e a leitura de alguns dos poetas de amor latinos de então obrigam-nos a considerar discutíveis tais suposições. Se assim fosse, como se explicaria o sucesso de Catulo, de Propércio, de Tibulo, entre outros? Serão menos licenciosos que os de Ovídio os seus versos? Não apelam, também eles, ao erotismo? Não assentam no canto de amores furtivos?

Outra será, porventura, a razão da hostilidade à *Ars* ovidiana. É que o seu grave problema e, em certa medida, também o dos *Amores*, é que subvertem, com algum desassombro, o protocolo amoroso que vigorava na Roma de então³.

O manual do amor, visto ser disso que se trata, abre, é verdade, no mais puro respeito pelas regras desse protocolo: afirma a condição predadora do homem, anunciado como caçador face à sua presa, a mulher⁴, e legítima, mesmo, o uso da violência no processo de sedução, o qual apenas consente a iniciativa masculina⁵. Mas não é menos verdade que, em momentos estratégicos, reconhece à mulher o direito ao prazer e à fruição do seu corpo, industria-a nos caminhos do engano e da traição, atribui-lhe liberdade na escolha do seu parceiro e afiança entre ambos condições de igualdade na concretização física do amor⁶.

Esta aparente igualdade entre os parceiros masculino e feminino, no jogo do amor e do sexo, umas vezes subtilmente expressa, outras vezes assumida sem grandes ambiguidades, colidia, sem dúvida, com a mentalidade vigente e provocaria, provavelmente, algumas reacções de choque, para não dizer, mesmo, um certo escândalo, na sociedade do seu tempo.

É aqui que pode filiar-se uma interpretação, controversa, como sempre acontece em literatura, dos *Remedia amoris*.

À semelhança da *Ars*, também os *Remedia* são um poema didáctico que visam, de alguma forma, alargar a um outro âmbito os ensinamentos daquele primeiro manual. Se, ali, o objectivo era ensinar as artes da sedução e da conquista e também a manter a posse do objecto do desejo, o fito, agora, é ensinar a curar feridas, a industrializar na resistência, a superar as dores nascidas no exercício desse mesmo amor.

O poeta aponta, ele mesmo, os destinatários.

a) Os que têm dificuldade em suportar o domínio (*regna*) de mulher malvada (*indignae puellae*). Esses devem lê-lo, para não caírem na perdição, para não ficarem pendurados, de corda ao pescoço (*Rem.* 15-18).

b) Aqueles a quem o amor iludiu e decepcionou (41-42).

c) Os que correm o risco de tombar nas malhas de um amor infeliz (21-22).

² ROBERT (1997) 152-153.

³ A noção de protocolo amoroso e da sua subversão é insistentemente abordada por Maria Wyke, em termos bastante pertinentes. Vd., por exemplo, WYKE (2002) 168.

⁴ Vd. GREEN (1996) *passim*.

⁵ Sobre a violência na relação entre sexos, vd. FOULON (2000) 100 ou GRIMAL (1995) 26.

⁶ ANDRÉ (2006a) 70-74 e (2006b) *passim*.

Esses destinatários incluem, sem distinção, homens e mulheres, bem entendido, que uns e outros podem ser vítimas de tal infortúnio (49-50). Não deixa de ser sintomático, entretanto, que, ao longo de todo o poema, apenas no começo e nos versos finais o poeta, volvido, uma vez mais, em mestre, se dirija indistintamente a ambos os sexos, como se entre um e outro não houvesse qualquer diferença. Por via de regra, o que sucede é bem diferente: o poema circunscreve, quase sempre, ao homem o papel de vítima e somente imputa culpa e responsabilidades à mulher.

Este é, pois, o seu objectivo: ensinar as artes da cura àqueles a quem ensinou as artes do amor:

*Discite sanari per quem didicistis amare;
una manus uobis uulnus opemque feret. (Rem. 43-44)*

Aprendeí a curar-vos com quem aprendestes a amar;
uma única mão vos há-de trazer o golpe e ajuda.

Há, porém, uma segunda razão por detrás dos *Remedia*, talvez não menos importante do que a primeira: justificar-se e desculpabilizar-se por ter composto poemas desregrados e imorais; ou por outra, contrariar a censura que lhe era feita de que a sua Musa seria licenciosa (361-364). No fundo, fica a sensação, recorrentemente comprovada pelo próprio texto, de que o pequeno livrinho obedece, assim, a uma estratégia de defesa, que assenta no pressuposto de que cada obra e cada género possuem as suas próprias regras:

*At tu, quicumque es, quem nostra licentia laedit,
si sapiis, ad numeros exige quidque suos. (Rem. 371-372)*

Mas tu, sejas quem fores, a quem a minha libertinagem ofende,
se tens bom senso, confina cada coisa às regras que lhe são próprias.

O raciocínio parece linear: escreveu versos que levaram os homens ao sofrimento; importa dar-lhes meios para de tal dor se libertarem, para triunfarem sobre o malefício que assim lhes foi causado. Ou seja, o mesmo poeta que disseminou a doença assume a responsabilidade da terapêutica.

Pouco lhe importa se acaba por cair em contradição e desdiz, sem qualquer problema de consciência, tudo quanto antes afirmara (a coerência não é, como se sabe, uma das qualidades de Ovídio); o que lhe importa, parece, é redimir-se aos olhos dos seus concidadãos, pelo menos daqueles que pareciam apostados em censurá-lo e recriminá-lo.

Desdobra-se, por isso, em preceitos, numa elaboração de cariz didáctico não menos arquitectada do que aquela que subjaz à *Arte de amar*. Alguns exemplos, apenas, sem pretensões de exaustividade, dos diversos conselhos que vai dando aos seus destinatários (e, aqui e ali, às suas destinatárias):

- a) Parar logo no limiar do risco, para que não seja tarde demais e não se chegue, portanto, ao ponto em que não haja recuo possível (79-82).
- b) Buscar a ocupação e evitar o ócio, pois este é bem mais propício às ciladas do amor (135-136; 135-212).
- c) Evitar o convívio com a amada (218-248).
- d) Trazer à lembrança os defeitos da amada (315-322) ou subverter-lhe as qualidades, olhando-as como defeitos (325-340).
- e) Aparecer à amada, para uma noite de amor, algo desfalecido, por ter gasto as forças com outra, por forma a que ela não possa colher dele todo o prazer que pretende e espera (399-404).
- f) Usar, no acto de amor, a posição que a ela é mais incómoda ou desagradável e esgotar-se até fartar, para que aquilo que deveria ser prazer se lhe transforme, afinal, em tédio (407-418).
- g) Evitar a companhia de outros apaixonados (609-620).
- h) Manter-se afastado dos lugares propícios à sedução e de tudo quanto possa evocar o amor (621-640).
- i) Fugir da amada, com quem não pode, em circunstância alguma, encontrar-se (673-682).
- j) Enfim, esquivar-se a lembranças, tenham elas o aspecto que tiverem (lugares, cartas, retratos).

A leitura de todos estes preceitos parece revelar estarmos perante uma retractação, um quase acto de arrependimento. A larga maioria destas recomendações contraria, um por um, os conselhos dados na *Arte de amar*, onde se recomendava a presença assídua, as cartas de amor, a frequência de espectáculos públicos, o passeio por pórticos, as ausências de pouca dura, a procura do prazer mútuo, o esforço para agradar, numa palavra, a arte do galanteio. Por outras palavras, o poeta que celebrara o amor e o prazer parece apostado em abominá-los. O poeta que exaltara a mulher mostra-se empenhado em rebaixá-la.

Esta, não restam dúvidas, será a leitura mais imediata deste pequeno livrinho ovidiano. Em poesia, contudo, convém desconfiar de interpretações simplistas e de leituras lineares; a hermenêutica do texto poético, de facto, deve fazer a sua indagação por detrás de cortinas bem mais obscuras e não se quedar na aparência do que surge «à primeira vista».

Ora, uma leitura atenta dos oitocentos e catorze versos dos *Remedia amoris* pode conduzir-nos a algumas perplexidades ou, pelo menos, a umas quantas surpresas. Olhemos em pormenor.

Sobressai, desde logo, o lugar dado à mulher ao longo de todo o livro. Se a doutrinação se dirige, assumidamente, a ambos os sexos, cabe perguntar por que razão só a mulher se confunde com o amor e é apontada como a principal responsável pelos seus malefícios. Ela é a *indigna puella*, cuja dominação é difícil de tolerar (15-16); ela lança más raízes e incendeia fogos perversos (103-106); ela é uma malvada (*scelerata*), responsável por flagelos sem conta (*damna*).

Assim a mulher é elevada à condição de inimigo perigoso, contra o qual todas as cautelas são necessárias e todas as armas indispensáveis. Num dado momento, ao recomendar ao amante que dela se afaste, os verbos utilizados são os mesmos que servem, por via de regra, para qualificar uma fuga precipitada, ditada pelo pavor: *ire, currere, fugere* (213-224). E ensina-se o homem a enfrentá-la, como quem prepara o guerreiro para o combate (229-232). Os vários significados da *militia amoris*, de tão larga utilização na *Arte de amar* e nos *Amores*, reduzem-se, aqui, a uma só acepção – combater contra a amada⁷. É preciso, por isso, surpreendê-la, chegar de repente, por forma a encontrá-la desguarnecida (*inermis* – com todo o peso semântico que a palavra tem, isto é, «desprovida de armas» – 347-348 e, já antes, 330-336). Por assim ser, são regulares os incitamentos ao combate contra ela (673-676) ou as recomendações de que se mantenha, em relação a ela, uma atitude prudente e defensiva (697-698).

Analisemos, entretanto, a questão sob uma perspectiva inversa: se a mulher exige tamanha ousadia e prudência, se justifica tantos cuidados e tão detalhada estratégia da parte do homem, se tem de ser enfrentada com tão minuciosas armas, se reclama tão pormenorizada atenção e vigilância, se é configurada como inimigo de extrema perigosidade, a conclusão parece óbvia e não deixa margem para dúvidas – é ela quem tem as rédeas do processo amoroso e não ele. É ela quem comanda; ele não passará de um brinquete nas mãos dela. O protocolo amoroso que vigorava em Roma está, pois, subtilmente invertido.

Vejamos, uma vez mais, alguns exemplos.

No processo de amor, quem fica no cativeiro é o homem, que tem precisão de libertar-se dessa espécie de escravatura. O amor fixou morada no seu «coração cativo» (*in capto pectore* – 108); impõe-se-lhe, pois, que rompa as «cadeias» que o prendem (*uincula*) e recupere a liberdade:

*Optimus ille fuit uindex, laedentia pectus
uincula qui rupit dedoluitque semel. (Rem. 293-294)*

Excelente foi a vingança daquele que as cadeias que lhe acorrentam
o coração, ele as rompeu e pôs fim à dor, por uma vez.

É verdadeira escravatura, de facto, a situação que ele vive, prisioneiro dela e do seu amor; uma servidão que o leva às situações mais humilhantes, sujeito aos caprichos e devaneios da sua amada (301-306; 505-510).

Talvez por isso, numa sucessão de comparações, leva a olhar a mulher como *morbus*, como *incendia*, como *aduersae aquae* (doença, chamas, corrente contrária – 115, 117, 122). Mais: ela é, em si mesma, fogo e possui força invulgar. Expressão curiosa, tanto mais que o termo utilizado é *uires*, o mesmo que está na formação de *uir*, substantivo que, como é sabido, significa «homem», no sentido de indivíduo masculino. *Vires*, tal como *uirtus* («coragem»), constitui um atributo masculino, aqui usado para caracterizar a mulher.

⁷ MURGATROYD (1975); THOMAS (1964); LILIJA (1965) 65 e 70; CAHOON (1988).

Tudo isto vale por dizer que a fragilidade, um dos atributos da mulher, na *Arte de amar*, e uma das suas marcas distintivas, é, nos *Remedia amoris*, subtilmente deslocada para o homem, numa total subversão da ordem tradicional. É ele que deve fugir, é ele que terá de pôr-se em guarda, é ele que tem de precaver-se, é a ele que cabe usar de todas as cautelas.

Particular significado adquire, neste aspecto, um dos expedientes do código retórico de que o poeta deita mão com alguma frequência e que vale a pena analisar aqui detidamente e em pormenor: a metáfora. É aí que se manifesta, com impressionante subtilidade e com uma evidência incontestável, a subversão do protocolo, tal como o concebiam e sustentavam os Romanos e tal como o entendia (aparentemente, é certo) a *Ars amatoria*.

Deve o homem, por exemplo, subtrair o pescoço ao jugo que o oprime; imagem penosa, como é bom de ver, assim comparado o homem, tradicionalmente o lado forte da relação, com animal sujeito ao peso de uma canga (90). Metáfora que se repete, porventura com maior intensidade, mais adiante, quando o poeta reconhece que só o tempo e a habituação permitirão conviver sem dor com os conselhos que vai dando; e compara:

*Aspicis ut prensos urant iuga prima iuuenos
et noua uelocem cingula laedat equum? (Rem. 235-236)*

Vês como o jugo, no começo, queima os bezerros que o suportam
e como a cilha recente provoca feridas nos cavalos velozes?

Curiosa é, também, a comparação do amante enfurecido a uma mãe, desconsolada, nos funerais de seu filho. Não é apenas a fragilidade que no pranto se espelha, a imagem de um desespero sem limites, o retrato de prostração e abandono que merecem ser sublinhados; o que mais impressionará é, porventura, a comparação do amor masculino ao instinto maternal e, por essa mesma via, a subtil troca de lugares entre homem e mulher (127-128). Imagem que, para surpresa do leitor mais atento, se repetirá, um pouco adiante, a respeito da vantagem em possuir várias amantes; assim, mais facilmente se suportará a perda de uma delas, tal como a mãe que tem vários filhos resiste melhor ao desaparecimento de um do que aquela que mais não possui do que aquele que acaba de perder (463-464).

Esta mesma metáfora da mãe surge, ainda, a propósito do ciúme, que é, como tantas vezes sublinha na *Arte de amar* e nos *Amores*, um dos mais comuns ingredientes do processo amoroso e um dos seus estímulos mais eficazes. Para resistir ao amor e seus malefícios, há que não se deixar minar pela desconfiança, há que arrancar, cerce, o ciúme do coração; caso contrário, mais dificilmente conseguirá pôr-lhe fim e evitar os seus nefastos resultados. É que também a mãe parece ter mais afecto para com o filho cuja sorte incerta a traz alvoroçada:

*Plus amat e natis mater plerumque duobus,
pro cuius reditu, quod gerit arma, timet. (Rem. 547-548)*

Maior amor tem uma mãe, de entre dois filhos, àquele
por cuja sorte mais teme, por andar nas lides da guerra.

Em todos estes casos, como se vê, ainda que de modo desigual, os pontos de contacto do amante são com a mãe, ou seja, com um elemento feminino, o que, não fora o caso da subtileza da imagem, confundiria, por certo, a sociedade do seu tempo.

Na *Arte de amar*, a caça é uma das metáforas mais utilizadas, em consonância, de resto, com o espírito corrente. O amante em busca do objecto da sedução agia como o caçador em busca da presa, como o pescador na hora da faina⁸. A metáfora repete-se, aqui, mas o objectivo é diverso: a caça serve para fugir da mulher amada e para não pensar nela (199-212).

E, comparado o conflito entre o amante e a amada à disputa entre animais, o homem é a víbora, e a mulher um touro, o homem é um pequeno cachorro, e a mulher o javali (419-422).

Não deve surpreender, por isso, que, entregue ao afã de deitar caça à sua presa, isto é, à sua amada, o homem seja, não raro, vítima da armadilha que ele próprio preparou:

*Deceptum risi, qui se simulabat amare,
in laqueos auceps decideratque suos. (Rem. 501-502)*

Bem ri eu de ter sido apanhado aquele que se fingia perdido de amores;
o passarinho caíra, afinal, no seu próprio laço.

E, ao sugerir ao amante que não queira ter a veleidade de estabelecer um fim para o amor, pois que essa é matéria que escapa, as mais das vezes, ao seu poder e domínio, remata com uma comparação que pode tornar-se enigmática: é que o cavalo, lembra, não, decerto, por acaso, revolta-se muitas vezes contra o freio que lhe é imposto (514). Será o cavalo a amada? Será o próprio amor? Será o amante? A imagem é deliberadamente equívoca e ambígua; e nessa multiplicidade de sentidos possíveis reside o seu fascínio, mas por isso mesmo, também, uma vez mais, a subversão da ordem tradicional.

O homem mergulhado no turbilhão do amor, sempre em risco de naufrágio, é, enfim, uma barcaça indefesa, ao sabor de ondas e vendavais; ela, a mulher objecto dos seus desejos, é o mar que nada poupa e que ameaça destruí-lo. Se atendermos à força da imagem do mar na poesia clássica, dificilmente encontraremos melhor modelo de subversão e melhor expressão da fragilidade masculina.

Em suma, Ovídio, preocupado consigo próprio e com a sua segurança, por ser acusado de imoralidade, e preocupado, também, com a preservação da sua imagem, assume, perante os olhares mais incautos:

⁸ Ov., *Ars* 1, 43-48, 269-270 e *passim*. Vd. GREEN (1996) *passim*.

a) a sua defesa enquanto poeta do amor; nesta medida faz dos seus versos já publicados uma leitura oposta à daqueles que se esforçavam por denegri-lo;

b) a sua retractação enquanto poeta erótico, procurando demonstrar, subtilmente, que era um exagero tal leitura dos seus versos;

c) a terapêutica para os males causados pela prática dos ensinamentos contidos na *Arte de amar* e nos *Amores*.

Esta é, porém, uma atitude ilusória, que uma leitura mais atenta às entrelinhas dos *Remedia amoris* acaba por contrariar.

Porque, no fundo, a originalidade que marcava a *Ars* e os *Amores* é a mesma que subjaz a este tratado de terapêutica amorosa.

As posições, de facto, estão trocadas, invertidas; na hierarquia assim estabelecida, no fim de contas, é ela, a mulher, e não o seu parceiro, quem detém a primazia e o comando. Essa é a situação mais comum e que importa, por isso, contrariar; o poeta o reconhece, sem ambiguidades, quando recomenda tácticas que permitam desfeitear-lhe a sobrançeria:

*Nec sibi tam placeat nec te contemnere possit,
sume animos, animis cedat illa tuis. (Rem. 517-518).*

E, para não ficar tão satisfeita e não ser capaz de desprezar-te, ganha coragem, por forma a que ela ceda diante da tua firmeza.

Um pequeno episódio, já perto do final do poema, é inequívoco na afirmação do triunfo da mulher. As palavras são por demais sugestivas:

*Forte aderam iuueni; dominam lectica tenebat;
horrebant saeuis omnia uerba minis;
iamque uadaturus «lectica prodeat», inquit;
prodierat; uisa coniuge mutus erat;
et manus et manibus duplices cecidere tabellae;
uenit in amplexus atque ita «uincis» ait. (Rem. 663-668)*

Um dia, por acaso, defendia eu um jovem; estava a sua amada na liteira; soltava ele palavra terríveis, todas repletas de tremendas ameaças;

disposto a levá-la diante dos juízes, gritou: «que ela saia da liteira!»

Ela saiu; à vista da amante, ficou emudecido;

ele deixou cair as mãos, e das mãos lhe caiu a intimação;

entregou-se ele ao seu abraço e exclamou: «venceste!»

É, sem margem para dúvidas, a proclamação da vitória da mulher e, por isso mesmo, da sua superioridade.

Poderá não passar de um pequeno episódio, aparentemente sem especial importância, em meio do tratado de terapêutica anunciado desde o primeiro verso; é, todavia, pleno de significado no contexto da teorização sobre o amor

em que o poeta é fértil. Por outras palavras, estamos, afinal de contas, perante um produto da coerência ovidiana, desenhado com suma ironia.

É o mesmo espírito que tantas vezes levava, na *Arte de amar*, a sustentar o direito da mulher à fruição do seu corpo, o direito ao prazer, o direito a escolher o seu parceiro, o direito a ser fiel ou a trair, o direito a escolher ou a rejeitar o modo de se entregar ao jogo do amor. Um direito, muitas vezes, semelhante ao do homem, a quem a sociedade sua contemporânea reconhecia o primado na condução do protocolo amoroso. É o mesmo espírito que o levou a prescrever, tanto ao homem, quanto à mulher, preceitos vários com vista a atingirem, em simultâneo, o cume do prazer, para que a fruição fosse plena. É o mesmo espírito que o levava a negar que, no jogo do amor, pudesse haver outra paga que não fosse a busca do prazer mútuo, em igualdade de circunstâncias. É o mesmo espírito que o impulsionara a compor um manual da ciência amorosa dirigido à mulher, no terceiro livro da *Ars amatoria*, tal como, nos dois primeiros livros, fizera para o homem.

São, ainda, os mesmos princípios que à mulher conferem, em tantas elegias dos *Amores*, o direito a escolher e rejeitar, o direito ao prazer, o direito a ter um papel activo na concretização do amor, seja no processo de sedução, seja no da sua concretização física.

É, enfim, o mesmo espírito que levou o poeta a compor as *Heroides*, esse conjunto de cartas de amor a cuja originalidade a crítica não deu, ainda, a devida atenção. Não são os primeiros cantos de amor de sujeito feminino, como é sabido. Nem serão, porventura, os primeiros poemas de amor de sujeito feminino e de autoria masculina, se acaso se confirmar alguma vez a tese (com escassos defensores, valha a verdade) de que será Tibulo o autor dos cantos de Sulpícia, que a tradição sempre incorporou no *Corpus Tibullianum*. Mas, ainda que assim seja (o que é improvável), e se assim for, o autor ter-se-á escondido atrás de um outro nome, dessa forma ocultando a mão que por detrás dos versos se esconde.

Porque, no caso das *Heroides*, poemas de amor com sujeito da enunciação inequivocamente feminino, Ovídio assume, sem ambiguidades, a sua autoria. E não disfarça a força que empresta às pretensas signatárias dessas cartas de amor e, em muitos casos, de revolta.

As mulheres que assinam tais cartas questionam o seu próprio destino, reflectem sobre a sua condição, deixam assomar, em muitos casos, o desejo, mas também a capacidade de manterem algum domínio sobre os fios de que se tecem as teias do amor em que se vêem enredadas. Helena será um dos melhores exemplos, mas não o único; no processo de sedução que a levou de Esparta a Tróia, mais determinante, porventura, que o desejo de Páris, foi a acção dela, a sua estratégia feita de sugestões, de olhares, de meias palavras. Ou seja, tão determinante como o desejo dele foi, porventura a vontade dela⁹. E Helena não está sozinha entre as que proporcionam uma tal leitura: acompanham-na,

⁹ Vd., a respeito das relações entre a Helena das *Heroides* e os *Amores* ou a *Ars amatoria*: BELFIORE (1980-81); VIARRE (1999). Vd. ainda ANDRÉ (2007).

salvaguardadas as circunstâncias e as especificidades de cada situação, Fedra, Dido, Dejanira, Medeia, por exemplo.

O mesmo espírito que levou às *Heroides* conduz, nos *Remedia*, ao reconhecimento de um papel incontornável da mulher no processo amoroso.

É por isso que este pequeno tratado é dirigido a ambos os sexos, mas acaba por separar claramente as águas: o destinatário, na quase totalidade dos versos, é o homem. É ele que deve acautelar-se em relação à mulher, precaver-se no tocante ao seu poder, aos seus sortilégios, à sua força, ao seu domínio. Como se, no amor, fosse ela quem tudo pode, quem tudo dirige, quem tudo comanda, quem tudo determina. Como se fosse dela a dianteira, e ao homem apenas restasse uma atitude defensiva, nascida da sua fragilidade.

É elevada a estatura das mulheres que assinam as *Heroides*. E é coerente com essa dimensão, com essa grandeza, que se desenha, a traços esporádicos, mas regulares, o retrato da mulher na *Ars amatoria*, nos *Amores* e, também, nos *Remedia amoris*. A escassa coerência do poeta é, afinal, uma ilusão.

Delineados em nome da terapêutica contra os malefícios do amor e da mulher, os *Remedia amoris* («Remédios para o amor») consomem assim, com fina ironia e acentuado humor, uma verdadeira subversão do protocolo amoroso vigente em Roma, ao tempo do poeta, e vigente, afinal de contas, em toda a parte, séculos fora¹⁰.

Não terá sido a *Arte de amar*, por certo, a responsável pelo exílio de Ovídio. Mas, se fosse, dificilmente os *Remédios para o amor* lograriam ser peça de incontornável utilidade na sua defesa. A menos que aos seus contemporâneos faltassem engenho e tempo (e também arte e subtileza) para lhes lerem as entrelinhas.

Isso, porém, há-de pertencer, também, para sempre, à lista dos mistérios que levaram o poeta aos confins do Império, em Tomos, para um desterro sem remédio nem retorno.

¹⁰ Sobre este tema, continua a manter-se, como referência incontornável, FOUCAULT (1986 e 1984).

DIDO EM VIRGÍLIO E OVÍDIO: FIGURAÇÕES DO PODER NO FEMININO

CLÁUDIA AFONSO TEIXEIRA
Universidade de Évora

A abordagem crítica das *Heroides* de Ovídio tende a dividir-se em três perspectivas mais ou menos isoladas: a primeira procura explorar os intertextos do *corpus*, de forma a estabelecer paralelos com outras obras literárias; a segunda situa-se no âmbito dos *gender studies* e explora as matérias afins daquela que é por muitos considerada a grande originalidade ovidiana, ou seja, a criação de um autor textual feminino; e a terceira explora os textos em relação ao contexto mitológico em que se inserem¹.

A evidente relação entre a *Heroidum Epistula VII* de Ovídio e o seu intertexto virgiliano situa privilegiadamente o âmbito desta comunicação no quadro da primeira perspectiva, que assume como pressuposto a relação entre o texto ovidiano e a tradição que a precede², sendo, neste capítulo, a composição que, no conjunto da obra, mais unanimidade recolhe na consideração de que o seu entendimento global implica a leitura do livro IV da *Eneida*.³ Pomos

¹ FULKERSON (2005) 8-9: «The first seeks to explore the intertexts of the corpus, to find verbal or situational parallels in other poems outside the collection. The second approach consists of genre studies, explorations of the epistolary or elegiac aspects of the poems. The third approach, perhaps the single most promising way to read the *Heroides*, discusses individual poems within their mythological context and explores the ensuing results.»; TARRANT (2006) 25 observa que «Ovid's Dido may not have read the *Aeneid*, but she displays a clarity about herself that results from her curious position, at once pre-Virgilian (in the fictive moment of her writing) and post-Virgilian (in the experience of Ovid's readers). Recalling Aeneas' narrative of his past, she wryly observes that he had already shown his faithlessness by abandoning Creusa at Troy (83-5). When she reflects on her encounter with Aeneas in the cave, Ovid gives her an awareness of the event's meaning that in Virgil is reserved to the narrator (93-6, cf. *Aen.* 4, 169-72), and even allows her to "correct" the facts as related in the *Aeneid*, if only at the rhetorical level ("I thought it was the nymphs howling" – as Virgil says it was – "rather the Eumenides were giving the signal for my doom"). Virgil's Dido lamented that she had no 'little Aeneas' to console her for the loss of her lover (*Aen.* 4, 327-30); Ovid, ever the realist, knew that certainty on that score was not possible, and has his Dido warn Aeneas that her death could doom his unborn child (133-8). At least once, though, Ovid plays on his character's ignorance of Virgil to pathetic effect, when she predicts that Aeneas will yield «unless you are more unbending than the oak-trees» (52); a famous simile (*Aen.* 4, 441-9) comparing Aeneas to an oak that is battered but stays firm would have shown her the futility of that hope.»

² FULKERSON (2005) 14: «A focus on the mythological histories of the heroines brings with it the necessity of concentrating on intertextuality. Because these heroines exist prior to the *Heroides* in various textual incarnations, it is impossible to avoid comparing the characters in the poems to their predecessors, even when those predecessors exist only in fragments.»

³ ANDRÉ (2009) observa, a este respeito: «Poderá dizer-se que (...) Ovídio não é propriamente original, já que tais interpretações colhem inspiração em conhecidas versões dos respectivos mitos. Não é isso, porém, o que está aqui em causa ou, pelo menos, não é apenas isso. O que merece ser destacado é o facto de Ovídio ter decidido juntar num só livro, numa estrutura coerente e em obediência, por certo, a um desígnio premeditado, um conjunto de episódios míticos onde as mulheres que neles intervêm assumem inequívoco protagonismo; e, o que é mais importante, o poeta deixa-as a narrar, na primeira pessoa, a sua versão dos factos. Essa, sem

de parte quaisquer especulações relativas a uma eventual apropriação da história a partir de Névio, pois parece consensual que Virgílio, mesmo que tivesse conhecido Dido através de Névio,⁴ colhe a matéria relativa à rainha de Cartago numa antiga versão do historiador grego Timeu de Taormina (ca 356-260 a.C).⁵ Esta tradição pré-*virgiliana* continha já, em linhas gerais, os antecedentes eneiádicos do exílio, da fundação de Cartago e a subsequente morte da rainha. Virgílio limita-se, deste modo, a inserir estes elementos na *Eneida*, refigurando, no entanto, componentes da história, em ajustamento ao quadro poético da sua épica.

A Dido ovidiana, na *Heroidum Epistula VII*, não constitui, à semelhança da sua congénere eneiádica, uma criação a partir de elementos da tradição pré-*virgiliana* que muito provavelmente ainda fariam parte «of the poetic memory for Augustan poets.»⁶; constitui, pelo contrário, uma criação literária que se revela intencionalmente centrada na evocação da *Eneida*, em uma apropriação que, em última análise, a situa, de acordo com Genette, como prática artística de segundo grau ou prática hiperartística.⁷

No entanto, se o paralelismo das situações narradas em ambos os autores permite a constatação de que a Dido ovidiana se revela intencionalmente centrada na evocação do texto *virgiliano*, a leitura intertextual dessas versões desfaz o plano imediato da citação, entendida como «elogio», para trazer à colação uma leitura conflituante, que actualiza o preceito da simultânea relação de proximidade e de separação, subjacente ao plano intertextual.

Tal não significa, no entanto, que o plano desse conflito traduz duas versões de Dido tão distintas a ponto de se poderem sintetizar em modelo dualizado, semelhante ao das tradições biográficas de figuras como, por exemplo, Marie Antoinette, senhora de grande sentido político e entendimento cabal das situações em alguns textos, e vítima de circunstâncias que não entende, noutras versões, cuja leitura deu corpo, entre outros, ao conhecido filme de Sofia Coppola. Deste modo, não se trata evidentemente de saber qual das duas Dido, se a *virgiliana* ou a *ovidiana*, poderia ter dito qualquer coisa semelhante a *S'ils n'ont pas de pain, qu'ils mangent de la brioche*, pois o foco diferencial entre as heroínas não reside na configuração valorativa da personagem, mas na diferença do relevo dado ao elemento político na caracterização das rainhas.

dúvida, é a sua grande originalidade, numa subtil estratégia, porventura eivada de ironia, que, por isso mesmo, pode ter passado despercebida aos seus contemporâneos.»

⁴ CONTE (1986) 152: «Virgil probably found Dido in Naevius, but the *Bellum Poenicum* certainly did not contain the substance of the fourth book of the *Aeneid*. In Naevius Dido can hardly have been more than a device for taking the date of the historical conflict between the two peoples back to a mythical age.»

⁵ Além da fonte aduzida (Timeu, *FGrHist* 566 F 82), a história de Dido foi desenvolvida por Énio *fr.* 269; e Trogo, transmitida por Just., *Epit.* 16, 4–6.

⁶ DESMOND (1994) 33.

⁷ GENETTE (1997) 384: «(...) every object can be transformed, every manner imitated, and no art can by nature escape those two modes of derivation that define hypertextuality in literature and more generally define all second-degree artistic practices, or *hyperartistic* practices.»

Em Virgílio o retrato de Dido, no livro I, acomoda-se a um modelo político paradigmático (Dido orienta a construção da cidade, administra a justiça e dá as leis) e a sua queda resulta, em grande parte, da desmaterialização desse modelo. O progressivo desaparecimento da caracterização da rainha de duas das virtudes que, na Antiguidade, constituíam apanágio do bom monarca – o auto-controlo e a abstinência de prazeres – dá corpo a um movimento que a transforma de boa governante em figura dominada pelo *amor*: assim, no início do livro IV, o abandono da construção da cidade é visto como a primeira consequência negativa do enamoramento da rainha por Eneias;⁸ a partir deste momento, os restantes efeitos da sua deterioração política são-nos apresentados por Virgílio em ajuste à transformação da personagem, que rapidamente passa de um estágio dominado pelo *amor* a outro estágio dominado pelo *furor*. As comparações com personagens da tragédia como as Bacantes (4, 300-303), Orestes e Penteu acompanham o esvaziamento da sua dimensão política, sentido bem ilustrado pelo seu sonho, no livro IV, no qual reiteradamente se vê, sozinha, a procurar os Tírios em terra deserta, e pela constatação final da impossibilidade de retomar as suas funções políticas em 4, 545-546:

*quos Sidonia uix urbe reuelli,
rursus agam pelago et uentis dare uela iubebo?*

«conduzirei de novo ao mar e ordenarei que de novo dêem velas ao vento
aqueles que eu a custo trouxe da cidade de Sídon?»

A reacção à partida dos Troianos sintetiza o movimento de degradação política, em perspectiva causal relativamente ao decurso dos acontecimentos, ao reiterar a sua culpa por ter confiado a Eneias as suas funções (4, 596-597):

*Infelix Dido, nunc te facta impia tangunt?
Tum decuit, cum scepra dabas.*

«Desventurada Dido, é agora que a impiedade te abala?
Era nessa altura que convinha, quando entregavas o ceptro.»

Neste sentido, a figura de Dido representa, no plano intradieético da *Eneida*, o contraponto da evolução de Eneias, pois, como observa Cairns, se «Both Aeneas and Dido are represented in book 1 as good monarchs. In book 4, Dido deteriorates into a bad monarch, while Aeneas [precisamente porque demonstra um elevado grau de acomodação ao cumprimento da missão] emerges at its end as an improved good king»⁹. Além desta relação, o episódio revela uma forte componente de referencialidade histórica, não só porque Dido facilmente se acomoda à função de modelo evocativo e paradigmático

⁸ *En. 4, 86-89: Non coepta adsurgunt turrets, non arma iuuentus / exercet portusue aut propugnacula bello / tuta parant; pendent opera interrupta minaeque / murorum ingentes aequataque machina caelo.*

⁹ CAIRNS (1989) 38.

das relações políticas entre Roma e Cartago, explicitamente mencionadas em 4, 622-629,¹⁰ mas também porque Dido funciona como uma figura evocativa de Cleópatra. Como observa Desmond, «Roman perception of Cleopatra's role in the events culminating in the battle of Actium and the establishment of empire resonated powerfully with Dido's use of the phrase *litora litoribus contraria*. (...) Within the geopolitics of empire, Cleopatra's challenge was seen as a feminine, sexualized, oriental threat to centralized Roman power. As Ronald Syme has shown, Augustus worked to focus Italian attention not on his rival for supreme power – Anthony – but on fears that Anthony intended to “subjugate Italy and the west under the rule of an Oriental queen.»¹¹

Se Virgílio, na esteira da tradição pré-*virgílica*, constrói Dido como modelo político, Ovídio desenha-a em ajuste às exigências do amor elegíaco¹², inaugurando, no contexto da história da literatura, a longa tradição que retira a rainha de Cartago do contexto global da *Eneida* e desenvolve variantes da sua história a montante do sentido que auffer na épica de Virgílio.

Esta diferença vai permitir modificar o ponto de vista que cada uma das rainhas mantém em relação aos acontecimentos passados¹³ e que, em Ovídio, se vai desenvolver sob a forma de releitura crítica¹⁴ dos factos ocorridos na *Eneida*. Esta releitura, porquanto revivifica a correlação, amplamente inscrita na matriz eneiádica, entre o herói e Augusto, levanta, por extensão, a questão da natureza anti-augustana da carta da heroína e, em última análise, da visão do próprio poeta.

Assim, se, no tocante à estruturação dos factos da narrativa, Ovídio segue Virgílio, o mesmo não acontece no tocante à exploração do ponto de vista da rainha. Essa modificação é possibilitada por três factores: em primeiro lugar, pela própria estrutura retórica das *Heroides*, que, despojada do peso de representação dos acontecimentos, se centra apenas no comentário retórico sobre os eventos narrados; em segundo lugar, pelo facto de Ovídio ter conferido a Dido um *status* informativo mais alargado, que a autoriza a reescrever os factos ocorridos na *Eneida*; em terceiro lugar, pela possibilidade que a elegia lhe dá de se afastar do quadro normativo da épica, que, no livro IV, sobrepõe a decisão de Eneias e os ditames do *fatum* às razões discursivas defendidas pela rainha. Neste sentido, a amplificação retórica do lamento eneiádico, agilizada

¹⁰ Tum uos, o Tyrii, stirpem et genus omne futurum/ exercete odiis, cinerique haec mittite nostro/ munera. Nullus amor populis nec foedera sunt./ Exoriare aliquis nostris ex ossibus ultor/ qui face Dardanio ferroque sequere colonos,/ nunc, olim, quocumque dabunt se tempore uires./ Litora litoribus contraria, fluctibus undas / imprecor, arma armis; pugnent ipsique nepotesque.

¹¹ SYME (1939) 270.

¹² Sobre as características do género em Ovídio, vd. HARRISON (2006) 79-94.

¹³ Neste sentido, parece pertinente a observação de KNOX (1994) 133 de que «Ovid has reconfigured his heroines so as to invite the readers to respond to his models as literary critics.»

¹⁴ PINHEIRO (2001) 46 observa que: «O sentimento de rejeição que Dido experimenta faz com que Eneias seja caracterizado de forma negativa. O abandono produz, assim, as circunstâncias psicológicas que definem a disposição com que Dido escreve. É por esta razão que a rainha aponta como principal obstáculo para o seu discurso a insensibilidade de Eneias reconhecendo, assim, desde o início, a inutilidade das suas palavras»

por estes factores, permitiu-lhe centralizar o ponto de vista da heroína numa relação que se revela senão contraditória, pelo menos distorcida¹⁵, em relação ao ponto de vista construído por Virgílio¹⁶.

O desenvolvimento dessa distorção, que poderia, apesar de tudo, revelar-se inconsistente em relação aos factos narrados, beneficia, no entanto, em abono da sua coerência interna, do facto de Ovídio ter recuperado para protagonista da sua Heróide apenas a Dido que Virgílio desenha antes do fecho do livro IV da *Eneida* (a *Dido amans*), despojada dos elementos políticos que a caracterizavam, sobretudo no livro I. Exemplos dessa modificação constituem, entre outros, o sugestivo contraste entre o epítáfio da *Heroidum Epistula VII*, em que Dido menciona apenas as causas imediatas do seu suicídio (*Praebuit Aeneas et causam mortis et ense*) e a passagem análoga da *Eneida* (4, 653-56), na qual a rainha menciona também as suas conquistas na qualidade de líder (*Vrbem praeclaram statui, mea moenia uidi / ultra uirum poenas inimico a frate recepi, / (...) Moriemur inultae, / sed moriamur*). Outro contraste significativo constitui a amplificação do desejo de descendência, que, na *Eneida* (4, 328-29), parece firmar a «expression of her desire to compel Aeneas to honor his obligations to her»¹⁷ e que leva Monti à consideração de que «Dido speaks like a Roman dynast»¹⁸, ao passo que, em referência análoga no texto ovidiano, Dido «pointedly explores the possibility of this hypothetical pregnancy from a maternal, not a political, point of view»¹⁹.

E só a título de curiosidade, valerá a pena mencionar que a construção deste ponto de vista, que, em última análise, coincide com a construção de um ponto de vista feminino, levou à produção de teorias que defendem a consideração de que Ovídio assume, no seu texto, a perspectiva das leitoras femininas de Virgílio, que, muito provavelmente, se poderiam identificar com a mulher culta que Juvenal menciona de forma misógina na sexta sátira²⁰, quando diz que ao lerem Virgílio lêem apenas Dido.

No entanto, se a transformação em *amans* que Ovídio opera sobre a sua personagem, a que o enfatizar do *pathos* proporcionado pelo contexto elegíaco

¹⁵ KENNEDY (2002) 226 indica que «The Dido of *Heroides* 7 contradicts Virgil, and does so, in terms of her “authorial” chronology, “before” Virgil writes.»

¹⁶ PINHEIRO (2001) 45 observa que «Dido reinterpreta a *Eneida*. Sem a presença de *Eneias* ou de um narrador, é a perspectiva de Dido que se impõe. São a sua individualidade, os seus sentimentos e emoções que assumem na epístola o núcleo argumentativo que gera o discurso, discurso que se torna unívoco e parcial». GRAF (2006) 112 observa ainda que «But more important than the experiment of the *Heroides* is another function of mythical narrative. Its role as a discursive tool about emotion and experience made it as ideal for providing a template and standard in expressing new experience as for proving a point. This explains the frequent use of mythical *exempla* in a genre that had persuasion as one of its major rhetorical aims and dealt with experiences that were new in Roman literature: love elegy, from Catullus’ marvellous poem 68 to Propertius 27.»

¹⁷ DESMOND (1994) 42.

¹⁸ MONTI (1981) 42, cit. por DESMOND (1994) 42.

¹⁹ DESMOND (1994) 42.

²⁰ *En.* 6, 434-5: *illa tamen grauior, quae cum discumbere coepit / laudat Vergilium, periturae ignoscit Elissae.*

confere reforço, determina a mudança de tom no substrato discursivo da rainha, essa alteração revela-se perfunctória, em comparação com os resultados mais profundos do distanciamento de Dido do contexto político da *Eneida* e do apagamento da sua identidade como *dux*. Com efeito, se, na *Eneida* virgiliana, Dido sente o êxito de Eneias como um contrapeso ao seu próprio inêxito, em Ovídio o esvaziamento do plano político apaga a necessidade de uma auto-crítica formulada nesses termos e dá-lhe total liberdade para comentar as políticas de império expressas pela *Eneida* virgiliana, sem o perigo de que, sobre si, recaia o mesmo tipo de julgamento. E esta aquisição possibilita que a carta de Dido passe a ser lida não apenas como uma derivação poética da raiz eneíadica, mas como uma carta que se revela, na sua essência, hostil em relação à *Eneida*.²¹

Essa perspectiva materializa-se textual e ideologicamente no ataque que Dido faz aos planos mais profundos da épica virgiliana. O primeiro desses planos coincide precisamente com a definição de herói virgiliano, que Dido se esforça por desconstruir. Poder-se-á objectar que à natureza de um discurso, que é afinal um discurso motivado pela rejeição, subjaz sempre um alento transformador do amor em ódio e do ente amado em indivíduo corrupto e imoral. Mas, até neste particular – e a despeito de Ovídio retratar a sua rainha apenas como *amans*, o que poderia galvanizar a impetuosidade dessa transformação –, Dido não apresenta nem a fúria, nem o desespero, nem a irremediável sede de vingança que a caracterizam em Virgílio. Os sentimentos virgilianos são claramente apagados do lamento ovidiano, quando Dido afirma não odiar Eneias (v. 29) e se culpa a si própria pela sua queda (v. 28)²², em um movimento de dissídio entre forma e conteúdo: se a forma é emotiva, o conteúdo é, senão racional, pelo menos resultado de racionalização²³. A desconstrução de Eneias não radica, assim, em elementos emotivos, mas na releitura distanciada do próprio texto virgiliano, por uma Dido que, no momento em que se encontra, aufere de um novo entendimento das situações nele narradas. Testemunho desse novo entendimento, constitui, por exemplo, a recriminação que Dido, entre os versos 79 e 84, faz ao herói por ter abandonado Creúsa a uma morte cruel às mãos dos Gregos (84: *occidit a duro sola relictá uiro*). Para o leitor da *Eneida*, como nota Desmond, «Creusa's loss clearly results from Aeneas's decision that his father

²¹ Cf. DESMOND (1993) 56–68.

²² Vd. DESMOND (1994) 38: «The anger expressed in the extreme and sometimes desperate rhetoric of Virgil's Dido (4.600–602) is erased from the lament of Ovid's Dido, who says that she does not hate Aeneas (29). Ovid's Dido blames herself for her foolishness (*stulta* 28), which tempers her discourse.»

²³ PINHEIRO (2001) 58 observa, a este propósito, que «Na obra de Vergílio, a fatalidade da morte da rainha é provocada pela incapacidade de interpretar a narrativa de Eneias nos livros II e III e as implicações do destino deste. É necessário que Dido não compreenda a inevitabilidade da partida, que, com a ajuda de Ana, se iluda com a esperança de um casamento próspero. Na *Heroidum Epistula VII*, pelo contrário, Dido mostra-se mais esclarecida na forma como analisa as circunstâncias da partida de Eneias. Reconhece desde o início da epístola que os deuses ou um dos deuses não está do seu lado: *aduerso mouimus ista deo* (v. 4). Parece, assim, identificar ou sentir a conspiração de Vénus e Cupido narrada na *Eneida*.»

and son deserve protection before his wife.»²⁴ Mas, se esta preferência pelo Pai pode ser entendida à luz «da valorização dos antepassados enquanto um bem inestimável, coadunando-se com o que os romanos entendiam por *pietas* e *mos maiorum*»²⁵, em Ovídio, Dido «realizes that the story of the abandoned Creusa should have alerted her to beware of Aeneas.»²⁶

No que respeita aos fundamentos da épica virgiliana, a primeira das situações sujeitas ao entendimento desconstrutor de Dido consiste precisamente na situação que fez de Eneias herói paradigmático da *pietas*: fora mentira (81: *omnia mentiris*), afirma Dido, que Eneias carregara às costas Pai e Penates durante a *suprema nox* troiana. Mais do que a acusação de mentira e hipocrisia, o que ressalta nesta interpretação do texto virgiliano é o arrasar das fundações de um estatuto heróico firmado em ajuste aos valores da romanidade. E, neste sentido, «(...) Dido implicitly questions whether Aeneas's presentation of himself as *pius Aeneas* (1.378) provides a valid category for understanding his character and motivations in the text as a whole.»²⁷

A desconstrução do plano épico continua através do questionamento da natureza da missão eneiádica. Em Virgílio, Eneias consubstancia a necessidade de abandonar Cartago em argumentos que se ajustam ao quadro normativo da épica. A legitimidade da partida da cidade é agilizada por um conjunto de obrigações morais e pelos deuses. Plano divino e devoção ao dever conjugam-se, assim, na criação clara e absoluta de um imperativo a que o herói se vê impossibilitado de desobedecer.

No comentário ao passo em Ovídio, Dido racionaliza um conjunto de objecções a esse imperativo, que o estado de ira que a dominava na *Eneida* lhe não permitiu clarificar (4, 365-87). Essas objecções não põem apenas em causa a pertinência dos factores que Eneias menciona (a mensagem do Pai, a necessidade de procurar um reino para Ascânio e a vontade dos deuses), mas lançam também o descrédito sobre os ditames do plano divino que, em Virgílio, se assume como o elemento que, inquestionavelmente, define a obrigatoriedade e a irreversibilidade da missão eneiádica, bem como os seus limites *a quo* e *ad quem*, quer físicos quer ideológicos. Em Ovídio, Dido comenta, em 143-144, ironicamente a relação do herói com os deuses. A referência ao teor de uma protecção divina, que não isenta o herói de enfrentar uma viagem perigosa e longa, constitui um desafio à «adequacy of the divine plan as an explanation for human action»²⁸. Por outro lado, também o sentido do dever, que na épica se materializa como uma das facetas que definem quer o estatuto heróico de Eneias, quer os pressupostos da sua relação com os deuses, é igualmente posto em causa por Dido, na medida em que, na sua perspectiva, esse sentido de dever deveria revelar-se mais acomodado à sua condição de fugitivo. É, com efeito, nesta lógica representativa das necessidades de Eneias e não «in abstract

²⁴ DESMOND (1994) 39.

²⁵ RODRIGUES (2005) 77.

²⁶ FULKERSON (2005) 54.

²⁷ DESMOND (1994) 41.

²⁸ DESMOND (1994), 41.

terms of *amor and patria*»²⁹, que Dido, no verso 158, lhe oferece Cartago: *hic pacis leges, hic locus arma capit*.

Neste sentido, «In questioning the abstract values to which Aeneas appeals and in mocking his excuses that the gods have ordered his departure from Carthage, Ovid's Dido ultimately exposes the imperial values to which Aeneas refers in his justification for his departure.»³⁰

Assim, os elementos que ressaltam do lamento de Dido colocam a questão de se o quadro da elegia de amor latina pode providenciar um contexto a partir do qual é possível criticar a já de si problemática representação dos valores da épica. No tocante a Dido, a natureza psicológica e emotiva da sua carta poderia facilmente relegar a crítica a Eneias para o mero plano das sensibilidades. No entanto, talvez um dos aspectos mais importantes das *Heroides* seja «the authority they grant to their reader, (...) who must decide whose version of events to believe – the traditional story or the new “feminine” reading offered here. Ovidian characters are thus (...) concerned with the truth of the stories they tell and with issues of interpretation internal to the text.»³¹

E, neste sentido, a desconstrução cirúrgica que Ovídio permite a Dido, precisamente no tocante às facetas que materializam Eneias como *heros primus* do mundo romano – o sentido do dever e a relação com os deuses –, faz com que o herói virgiliano, sobre cujo retrato Virgílio lançara igualmente sombras, perca grande parte da sua grandeza mítica.

Mais problemática é, no entanto, a questão de saber se a crítica à representação dos valores da épica e ao seu herói pode traduzir uma crítica às políticas e à figura do imperador, cuja identificação com Eneias rapidamente ultrapassou as fronteiras da *Eneida* e se estabeleceu como mito emergente em Roma: «No tempo de Augusto, o mesmo período em que Virgílio dá vida à figura de Eneias como o primeiro grande herói de Roma, o príncipe troiano é glorificado como um modelo do novo estado, um verdadeiro *pater Aeneas*, prefiguração do próprio Augusto. Ao nível iconográfico, por exemplo, no foro augustano, [Eneias] é representado com trajes romanos coevos do *princeps* e não do período troiano, ao contrário da forma como se representa o pequeno Ascânio. (...) Há que não esquecer que estas imagens da mitologia tinham uma grande difusão, tanto ao nível público, como privado, desempenhando um papel de extrema importância ao penetrarem profundamente na consciência das camadas populares.»³² Essa identificação fazia parte da agenda ideológica de Augusto, que assentava tanto na ideia de que a nação romana chegara a uma nova idade de ouro, como na celebração de deuses e heróis relacionados com Augusto e com a sua família (como Eneias e Rómulo) e até com as suas

²⁹ DESMOND (1994) 42: «Ovid's Dido punctuates her commentary on Aeneas's sense of duty when she offers Carthage to Aeneas, not in abstract terms of *amor and patria*, but in terms slightly devalued and more representative of Aeneas's needs as a fugitive: “*hic pacis leges, hic locus arma capit*” (158).»

³⁰ DESMOND (1994) 42.

³¹ FULKERSON (2005) 54.

³² RODRIGUES (2005) 78.

políticas (de que são exemplo as *Ilithyae*, deusas que poderiam representar a sua legislação moral), como observa Davis³³, em estudo recente, no qual tenta demonstrar que os escritos de Ovídio, inclusive a sua poesia erótica, deixam transparecer um ponto de vista anti-augustano no que concerne à identidade Romana.

Neste sentido, a figura de Eneias, desenhada na *Heroidum Epistula VII*, dificilmente constituiria apenas um acesso ao mito estabelecido de Eneias como herói fundador, dissociado do acesso ao novo mito emergente da identificação entre o herói e Augusto.

Apesar desta nova relação propagandística entre Eneias e Augusto não ser certamente desconhecida de Ovídio, uma resposta cabal à questão de se o poeta, através da sua Dido, hostilizou Eneias consciente dessa relação ou se, pelo contrário, a sua Heróide consubstancia apenas a releitura intertextual de um texto literário, sob o prisma de um olhar feminino, não a poderemos obter. Apesar das muitas leituras produzidas acerca das relações entre Ovídio e Augusto, qualquer tentativa de resposta a estas questões colhe certamente outras tantas em contrário.

Partilhando, no entanto, da chamada visão pessimista da *Eneida*, que realça a ambivalência do poema em relação à natureza de Roma e as fragilidades inerentes ao processo histórico que nela se desenha, enquanto caminhada para a construção de uma ordem sediada nos fundamentos éticos, morais e políticos da sociedade romana, talvez possamos concluir, sem audácia excessiva, que Ovídio possa ter sido também um dos intérpretes dessa posição, na medida em que, por meio da sua Dido, não deixa de lançar um olhar amplificador sobre as contradições expressas na própria *Eneida*, bem como sobre a noção de poder que esta aparentemente representa.

³³ DAVIS (2006), esp. cap. 4, 49-70.

AS *METAMORFOSES* E A *RELEGATIO* DE OvíDIO

DOMINGOS DIAS LUCAS
Universidade Aberta

Será que se pode estabelecer algumnexo de causalidade entre as *Metamorfoses* e a *relegatio* que desterrou Ovídio, o autor, para uma região inóspita? Vejamos:

1. A figura de Augusto

Ovídio encerra as *Metamorfoses* com a subida ao céu e a transformação de César em estrela; com a resistência da Fama à vontade de Augusto e a equiparação deste, na terra, a Júpiter no céu; com o voto feito aos deuses pela vida do mesmo Augusto e sua subida ao céu, para velar pelos que o invocarem; concluindo pela imortalidade própria garantida por esta sua obra:

A alma voa mais alto que a lua e, arrastando no espaço infinito uma cabeleira de fogo, é uma estrela que brilha. (...) Ainda que o filho proíba que os seus feitos sejam antepostos aos de seu pai, a Fama, contudo, livre e não sujeita às ordens de ninguém, dá-lhe a preferência, contra a vontade dele, e é só neste ponto que ela lhe resiste.

Assim cede o grande Atreu à glória de Agamémnon, vence assim Teseu a Egeu e Aquiles vence Peleu. Por fim, para usar de exemplos que lhes equivalham, é assim que Saturno é inferior a Júpiter. Júpiter governa as alturas etéreas e os três reinos do mundo, a terra está submetida a Augusto. Ambos são pais e senhores. Rogo-vos, deuses, (...) tarde venha aquele dia, mesmo para lá do tempo da minha morte, em que, tendo deixado o mundo que governa, Augusto suba ao céu e, ausente, proteja aqueles que o invocam.¹

Júpiter, filho de Saturno, tem Augusto como seu paralelo na terra. O texto tem implícita a afirmação de que a Saturno corresponde César, o pai, ainda que adoptivo, de Augusto.

Pode ler-se ainda o reforço de uma outra ideia explicitamente afirmada em 1, 170-176, a de paralelismo entre a estrutura social do Olimpo e a do Palatino:

Por aí é o caminho dos deuses para o palácio do senhor dos trovões, morada real. À direita e à esquerda, de portas abertas, dispõem-se os átrios da nobreza celeste. A plebe habita afastada, em outros lugares. Os deuses poderosos e ilustres estabeleceram aí os seus penates. É este um lugar a que, se às palavras fosse dada audácia, não recearia designar por Palatino do céu.

¹ Ov. *Met.* 15, 850-870.

E a ideia de paralelismo entre Augusto e Júpiter sai reforçada, quando o poeta compara o sentimento de conforto experimentado por Augusto no apoio generalizado que sentiu aquando do assassinato de César com o apoio que os deuses dão a Júpiter, quando ele expõe a perversidade de Licão:

Assim, quando mãos ímpias pretendem extinguir o nome romano no sangue de César toda a humanidade ficou estarrecida com o terror de tão grande catástrofe e todo o universo se horrorizou; a piedade dos teus concidadãos, Augusto, não é para ti menos gratificante do que o foi a dos deuses para Júpiter.²

Se Augusto tem na terra papel paralelo ao de Júpiter no céu, parece justo que, numa leitura alegórica, se entenda como afirmado de Augusto, tendo em conta os contextos, quanto se afirme de Júpiter. E que imagem nos dão de Júpiter as *Metamorfoses*?

O quadro das quatro idades, pintado em 1, 89-150, é um díptico cuja primeira face, iluminada por Saturno, apresenta o idílico ambiente da Idade de Ouro: ausência de lei, ausência de repressão, ausência de medo; vigência da lealdade, do bem e da segurança; segurança e tranquilidade, ausência de guerras e de conquistas; natureza generosa, Primavera eterna. A segunda face abre com a vitória de Júpiter sobre Saturno. É o início da Idade da Prata. A Primavera é forçada a ceder espaço às outras estações do ano; o desaparecimento da sua suavidade atmosférica é acompanhado da necessidade de cultivar a terra. A degradação acentua-se com a ferocidade e a guerra, na Idade do Bronze; e com «fraude, perfídia, traição, violência e a celerada ambição da posse» na pior idade de todas, a do Ferro.

Subjacente a este quadro está a ideia de mudança, mas é igualmente clara a ideia de degradação, que acompanha a mudança de domínio. O domínio de Júpiter sai claramente a perder no confronto com o tempo de Saturno.

Perante a degradação da humanidade e a decisão manifestada por Júpiter de puni-la, o apoio dos deuses não é unânime:

Uns apoiam explicitamente o discurso de Júpiter e espicaçam-lhe o furor. Os outros desempenham-se do seu papel, assentindo.³

O deus que domina e governa os outros deuses (1, 197) nem sempre tem a aprovação de todos. Ele que, aliás, não hesita em usar arbitrariamente o seu poder, para se comportar, em relação aos humanos, como qualquer fanfarrão marginal:

Tinha-a visto Júpiter quando regressava do rio paterno e havia-lhe dito: “Ó donzela, bem digna de Júpiter, tu que em teu leito tornarás feliz seja ele quem for... Se tu receias entrar sozinha num esconderijo de feras, na companhia de um deus irás segura até ao fundo do bosque. E não é na companhia de um deus

² Ov. *Met.* 1, 200-205.

³ Ov. *Met.* 1, 244-245.

da plebe, mas na minha, que empunho o poderoso ceptro celeste, na minha, que lanço o raio errante. Não fujas de mim.” Mas ela fugia. (...) quando o deus cobriu a extensão da terra de uma nuvem escura, lhe susteve a fuga e lhe roubou a honra.⁴

Este sentimento de arbitrária violência, cujos exemplos se multiplicam, é acompanhado de outros:

- o de cobardia perante a esposa, Juno: «Júpiter, ao vê-la descontráida e sem protecção, pensou: «Destá aventura não tomará minha mulher conhecimento, ou, se o souber, vale bem, oh! se vale, a contendá»⁵;

- o do desprezo de Juno: «Ao dirigir para ele o olhar e o espírito em fúria, disse: “Não há dúvida de que faltava ainda isto, adúltera, que fosses fecunda, e no teu parto se tornasse evidente a minha humilhação e atestada a baixeza de meu Júpiter”»⁶;

- o de ingratidão, de que é acusado pelas suas vítimas: «Testemunha a sua dor num permanente gemido e ergue ao céu e aos astros as mãos, sejam o que forem, e, embora não consiga expressá-lo, sente que Júpiter é ingrato.»⁷

Há ainda um sentimento de troça e de ridículo na apreciação feita ao processo que leva Júpiter a assumir a figura de touro, para raptar Europa:

Non vão bem um com o outro, nem moram na mesma casa, majestade e amor. Deixando a gravidade do ceptro, o ilustre pai e senhor dos deuses, cuja dextra está armada com o raio de três pontas e abala o mundo com um sinal de cabeça, reveste a forma de um touro, muge misturado com as novilhas e passeia sua beleza pela erva viçosa.⁸

Pode afirmar-se que se está perante a construção alegórica de uma imagem nada lisonjeira de Augusto; compara-se o Olimpo, onde o comportamento de deuses e deusas é pouco recomendável, ao Palatino; os valores da República resultam valorizados.

2. Crítica Social

Paralelamente são apresentados quadros que não podem deixar de ser entendidos como um desafio à política de regeneração moral empreendida por Augusto. Basta lembrar dois quadros típicos de incesto, um não consumado, entre os gémeos Bíblis e Cauno (9, 418-665); o outro consumado, entre Mirra e seu pai Cíniras (10, 298-502). Em ambas as situações a iniciativa é feminina e, num e noutro caso, a reacção do homem perante o conhecimento da vontade

⁴ Ov. *Met.* 1, 588-600.

⁵ Ov. *Met.* 2, 422-424.

⁶ Ov. *Met.* 2, 470-473.

⁷ Ov. *Met.* 2, 486-488.

⁸ Ov. *Met.* 2, 846-851.

feminina é violenta, embora em momentos distintos da ação. Estes quadros, em si, poder-se-iam considerar inócuos. A sua importância estará nos juízos que emitem e nos raciocínios que desenvolvem.

Bíblis vai-se deixando dominar pelo amor que sente pelo irmão. No vai e vem das razões com que recusa e com que justifica a sua paixão, vai cedendo progressivamente ao desejo. E o processo dialético interno vai, como a água, escavando o caminho do auto-convencimento e da aceitação íntima daquilo que começou, ao dele ter consciência, por considerar como crime. O seu argumento mais forte, duas vezes invocado, é o comportamento dos deuses: «Os deuses, é verdade, possuíram as suas irmãs»⁹, apresentando a seguir os nomes dos maiores; «Mas os filhos de Éolo não rezearam partilhar o leito de suas irmãs»¹⁰. Na longa carta que escreve ao irmão, depois de expor as suas razões e a sua paixão, ergue um grito de revolta contra as normas e volta a invocar o exemplo dos deuses: «O direito, deixemo-lo aos velhos. Investiguem eles o que é lícito, o que o não é, e o que é crime. Guardem a balança da justiça. Próprio da nossa idade é um amor louco. Ainda não sabemos o que é lícito, acreditamos que tudo o seja e seguimos o exemplo dos grandes deuses»¹¹.

Há um grito de revolta contra o espartilho das leis dos homens e transparece um sentimento de injustiça na invocação das leis que o Olimpo segue.

A luta de Mirra é mais trágica e mais espectacular. O seu sentimento é ditado por uma das Parcas e não por Cupido. Tem consciência de que o desejo de se unir a seu pai é crime, mas ao mesmo tempo duvida de que o seja: «Deuses ... preveni este incesto, oponde-vos ao meu crime, se é que isto é crime!»¹² E, contrariamente às razões de Bíblis, que invocava as leis do Olimpo, Mirra, para obter o mesmo resultado, invoca as da natureza. Dá vários exemplos de relações intra-familiares nos animais e contrapõe o direito natural, fonte de felicidade, ao «odioso direito» dos homens: «Felizes aqueles a quem isso é permitido! Os exemplos humanos ditaram daninhas leis e, o que a natureza deu, proíbe-o o odioso direito.» Invoca um país onde a relação entre os pais e os filhos de sexo diferente serve para desenvolver a piedade filial e desabafa: «Pobre de mim que me não coube nascer entre eles! Sou vítima do acaso do lugar onde nasci!»¹³

As leis dos homens estão contra as leis dos deuses e são contrárias às leis da natureza.

Poder-se-ia ouvir maior grito de revolta contra as normas imposta por Augusto para moralizar a sociedade?

3. A figura de Cipo, contraponto da figura de Augusto

Ânsia de paz, apologia da República, condenação do imperador brotam com mais clareza quase a encerrar as *Metamorfoses*¹⁴. É de espanto que se

⁹ *Ov. Met.* 9, 497.

¹⁰ *Ov. Met.* 9, 507.

¹¹ *Ov. Met.* 9, 551-555.

¹² *Ov. Met.* 10, 321-323.

¹³ *Ov. Met.* 10, 334-335.

¹⁴ *Ov. Met.* 15, 547-621.

fala, o espanto do homem que ara a terra perante o surgimento daquele que irá ensinar as leis da adivinhação etrusca; o espanto de Rómulo, quando vê a lança que cravou na terra transformar-se em frondosa árvore que abriga os que a contemplam; o espanto de Cipo, general vitorioso, quando, nas águas do rio, vê na sua frente o símbolo do poder, se vê saudado como rei pelo arúspice e lhe é anunciado que as portas da cidade lhe estão abertas:

Salve, ó rei, pois a ti, a ti, Cipo, e a teus cornos não-de obedecer este país e as cidades do Lácio. Agora, não demores mais, apressa-te a entrar nas portas que te estão abertas. Assim o mandam os fados. Recebido na cidade, serás rei e manterás o ceptro em segurança para sempre.

Curiosa é a atitude de Cipo. Para si, reclama o que de mal possa esconder-se no presságio. Mas, se este for favorável, quer que o seja para «o povo de Quirino». Perante o anúncio do arúspice, suplica: «Que os deuses afastem de mim tais presságios! É mais justo que eu passe a vida como exilado, a ver-me o Capitólio como rei!» E não se fica pelas palavras. Desenvolve todo o processo que conduza ao seu afastamento da Cidade. Diante do Senado e do povo, por ele reunidos, expõe de modo anónimo todo o cenário e conclui: «Quirites, interditi vós a Cidade a esse homem ou, se o merecer, carregai-o de pesadas cadeias, ou acabai com o medo de tal tirano, dando-lhe a morte!» Ao revelar-se, vai provocar duas atitudes distintas, o povo volta a coroa-lo, mas os notáveis secundam a sua pretensão e concedem-lhe quanta terra possa ele rodear de um rego aberto por uma junta de bois entre o nascer e o pôr-do-sol.

Numa clara alusão à Lei das XII Tábuas, «em placas de bronze esculpiram uns cornos, que reproduzem a forma prodigiosa, destinados a perdurar pelo decurso dos séculos.»

Seria possível a Ovídio fazer uma mais explícita apologia da República e uma mais veemente condenação do Império e, conseqüentemente, de Augusto?

4. Ovídio superior a Augusto

E Ovídio conclui a sua obra maior centrado em si, desdobrando-se na obra feita e no seu nome:

Concluí uma obra que nem a cólera de Júpiter, nem o fogo, (...) poderão destruir. (...) Eu, na parte mais nobre de mim, subirei, imorredouro, acima das altas estrelas, e o meu nome jamais morrerá. E (...) andarei na boca do povo. E (...) graças a essa fama, hei-de viver pelos séculos.¹⁵

A obra desafia Júpiter (que Júpiter?), desafia o fogo, desafia o ferro, desafia a voragem do tempo. O dia fatal e incerto não o perturba, pois sabe que, quando chegar, ele mesmo se não limitará a ir juntar-se aos deuses de segundo plano,

¹⁵ Ov., *Met.* 15, 848-879.

onde César se encontra e para onde Augusto se encaminhará, «...mas na parte mais nobre de mim subirei, imorredouro, acima das altas estrelas, e o meu nome jamais morrerá.» O seu império é o mundo, eterna a sua memória: «E, por onde o poder de Roma se estende sobre a terra dominada, andarei na boca do povo. E ... hei-de viver pelos séculos.»

Será fácil imaginar desafio maior e mais explícito, ainda que em terreno distinto, à soberania de Augusto?

Será que as perguntas deixadas acima serão suficientes para se tentar estabelecer um nexo de causalidade entre a publicação das *Metamorfoses* e a *relegatio* de Ovídio?

Porque será que Ovídio, numa atitude mais espectacular do que destinada a obter resultados concretos, se dispôs a queimar as *Metamorfoses* e o não fez com nenhuma das outras obras suas já publicadas?

Acredito que, com base nestas razões, admitindo que a leitura esteja correcta, ninguém pode afirmar a existência de uma relação directa de causa-efeito. Mas estou convencido de que, se não há, podia haver uma ligação entre os dois factos. Augusto, além de ser um excelente político, tinha bons conselheiros e era um bom intelectual.

ESPAÇO URBANO E POESIA: *TRISTIA* 3, 1 NA ROMA DE AUGUSTO

PAULO F. ALBERTO
Universidade de Lisboa

O poema que nos vai ocupar serve de abertura prefacial e programática a novo livro de Ovídio, escrito em Tomos entre os anos 9 e 10, época em que o autor ainda não desesperara de ver a sua situação reverter-se¹. Estrutura-se em torno de motivo bem conhecido desde pelo menos Horácio (*Ep.* 1, 20), e que terá uma vida longa²: o rolo de papiro personificado que vai no lugar do poeta. Já no famosíssimo poema inicial do primeiro livro dos *Tristia*, Ovídio, a caminho do exílio, pedia ao rolo para ir a Roma no seu lugar (*Tr.* 1, 1, 57). Por outro lado, a composição estabelece um paralelo com a última do mesmo livro, porventura endereçada a Higino, o responsável pela biblioteca do Palatino. Nesta, Ovídio solicita, tal como aqui, acolhimento em Roma para as suas obras.

Os versos têm suscitado incontáveis análises, desde questões relacionadas com o lugar que ocupa no seio da tradição poética e da forma como Ovídio recria o património literário, até ao posicionamento do autor perante a sua produção anterior, e a ansiedade quanto à recepção da sua poesia em Roma. Naturalmente, a adopção desta estratégia narrativa permite a Ovídio falar atrás de uma máscara pretensamente independente e inocente, ou seja, de forma mais livre.

Um dos aspectos que mais chama a atenção é a utilização que é feita do espaço urbano. Com efeito, o livro chega a Roma, humilde e temeroso, sujo e mal apresentado, espelhando a difícil situação do autor, num contraste flagrante com a sociedade romana culta³, e percorre as ruas em busca de acolhimento. Ao mesmo tempo, tudo vai observando numa espécie de visita guiada e explicada, sem nunca deixar de implorar perdão para o seu senhor. Esta ênfase no espaço é claramente perceptível no facto de a palavra final do primeiro verso ser justamente *urbem*. O paralelo que, de imediato, surgiria aos olhos dos leitores era o incontornável passeio etiológico de Eneias guiado por Evandro (*Eneida* 8), por lugares onde um dia, no contemporâneo do poeta, existirão edifícios e espaços dotados de significados sociais e políticos⁴. No poema de Ovídio, o livro passeia na Roma contemporânea, e as ruas e edifícios trariam forçosamente aos olhos de todos complexas evocações políticas e ideológicas.

É justamente este o aspecto que interessará observar na presente comunicação: a forma como os leitores de Ovídio, bem cientes da melindrosa situação do autor, entenderiam o trajecto que o livro traça no espaço urbano. Dito de outra forma, quais as leituras subliminares suscitadas pelos edifícios,

¹ A edição seguida é a da LUCK (1967), 11-25. Importante análise em NEWLANDS (1997) 59-79; DIX (1988) 27-35.

² MART. 1, 70; 3, 4; SID. APOLL., *carm.* 3; LUX., *carm.* 3; sobretudo OPT. PORF., *carm.* 1; EUG. TOL., *Drac. praef.*; WILLIAMS (1992) 178-189.

³ NEWLANDS (1997) 60-63.

⁴ Já em FOWLER (1918); síntese básica em GRANDSEN (1976) 123-133.

necessárias para o cabal entendimento do texto. É que, tal como na *Eneida*, os leitores contemporâneos leriam obviamente o poema a dois níveis: o de superfície e o implícito dentro do ideário social e político da época.

*

Vejamos primeiro o trajecto percorrido⁵. De início, o livro confessa estar perdido em Roma e não sabe para onde há-de ir. Um desconhecido amável sugere local bem apropriado: uma biblioteca, mais precisamente, a biblioteca confinante com o templo de Apolo no Palatino, obra emblemática de Augusto (*Tr.* 3, 1, 19-32).

«Dizei, leitores, se não vos for molesto, para onde deverei ir
e que morada eu, um livro estrangeiro, hei-de buscar na cidade». 20
Depois de ter dito a medo tais palavras, a língua titubeante,
a muito custo encontrei alguém que me mostrou o caminho.
«Que os deuses te concedam o que ao meu poeta não deram:
poder viver tranquilamente na sua própria pátria.
Vamos, pois! Seguir-te-ei, embora por terra e por mar, 25
vindo de um mundo longínquo, eu chegue aqui cansado.»
Ele acedeu. E ao levar-me, «Este é o fórum de César»,
disse, «esta é a rua que dos sagrados ritos toma o nome.
Ali é o sítio de Vesta, que guarda Palas e a chama, 30
este foi outrora o humilde palácio do velho Numa.»
Depois, virando à direita, «esta é a porta do Palatino,
aqui está Estator, neste local foi Roma no início fundada».

A parte inicial do trajecto vai sendo descrita pelo transeunte. O ponto inicial é junto do fórum iniciado por César e terminado pelo filho adoptivo em 29 a. C., e do fórum que o próprio Augusto mandara construir, inaugurado no ano 2 a. C. e celebrado por Ovídio nos *Fastos* (5, 545-598)⁶. O duplo espaço, que se pretendia lido como um só, o primeiro com o templo de Vénus *Genetrix*, figura tutelar da família do *princeps*, o segundo dedicado a Marte *Vltor*, segundo voto na campanha de punição dos assassinos de César em 42 a. C., remeteria os leitores, com os seus programas iconográficos complementares e indissociáveis, para os mitos fundacionais de Roma e, simultaneamente, para a ideia de legitimação política de Octaviano *pius*.

A Via Sacra evocava as memórias gloriosas dos incontáveis triunfos que por lá tinham passado a caminho do Capitólio, os cortejos religiosos, e, por cruzar o fórum, o coração pulsante da buliçosa vida financeira e política de Roma. Por seu lado, o templo de Vesta vincava no inconsciente dos leitores o lado sacrossanto das origens de Roma, sentido que é explicitamente assinalado: o transeunte menciona o Paládio, trazido de Tróia pelo fundacional Eneias

⁵ A descrição do trajecto encontra-se em LUGLI (1959) 397-403; DELLA CORTE (1973) 255-261; NEWLANDS (1997) 63-73. MART. 1, 70.

⁶ AUG., *Anc.* 21; SÜET., *Aug.* 29. ZANKER (1968); LUCE (1990) 123-138; para a sua relação com Ovídio, ver DAVIS (2006) 39-48; sobre o significado imagético, ZANKER (1988) 194-210.

na noite do incêndio, e a chama, o fogo da cidade, símbolo da eternidade de Roma⁷. A Régia, que ficava mesmo ao lado, comportava a conotação de poder real, e, simultaneamente religioso, de tempos remotos⁸. Isto é sublinhado pela evocação de Numa, rei de querida memória para a sociedade romana, que organizara as instituições religiosas. Além disso, a Régia estava ligada a Marte, outro dos símbolos caros a Roma (era o pai dos gêmeos) e a Augusto (o seu fórum era justamente dedicado ao deus). Era também a sede oficial do *Pontifex Maximus*, cargo que César deteve durante muitos anos, e que, ao tempo do poema, era exercido por Augusto. Ou seja, o edifício evocava a dupla acepção de rei-sacerdote, como fora Numa, motivo favorito do *princeps* para se ver representado: recorde-se a figuração do Altar da Paz ou as estátuas do tipo Via Labicana. E a expressão *parua regia* lembra o *angustum tectum* de Evandro, o rei bom, no livro VIII da *Eneida*.

Ora, esta alusão à antiguidade e à natureza sacrossanta da Régia e do templo de Vesta, que, em tempos recuados, faziam parte da residência do rei⁹, só na superfície corresponde a um sentimento lisonjeiro da ideologia augustana. É que Augusto quebrara a tradição de habitar na *Domus Publica*, como o fizera Júlio César¹⁰, de usar a Régia em termos oficiais, e de, na prática, presidir ao culto de Vesta no templo da deusa. No ano 12 a. C., ao tornar-se *Pontifex Maximus* na sequência da morte de Lépido¹¹, Augusto mandara erigir uma estátua e um altar a Vesta na sua residência, dedicado a 28 de Abril¹². Apropriara-se, assim, como Ovídio referiu várias vezes (*Fast.* 3, 421-428; 4, 949-954), de um dos cultos públicos mais significativos da identidade de Roma. No final das *Metamorfoses*, o autor interpela mesmo Vesta como deusa doméstica de Augusto (15, 864-865). Para parte da sociedade romana, esta apropriação suscitava um certo desconforto.

Em breve chega à entrada do Palatino para quem sobe pelo Clivo Palatino, a porta Mugónia. Junto a ela, indica-se o templo de Júpiter Estator¹³. A remissão é, de novo, para as origens de Roma sancionadas pela divindade. O templo fora construído em 294 a. C., por voto que M. Atílio Régulo fizera na batalha de Lucéria contra os Samnitas¹⁴. Em 207, durante a Segunda Guerra Púnica, é dele que saem em cortejo pelas ruas de Roma as vinte e sete jovens a cantar o hino que Lívio Andronico compôs para a ocasião¹⁵. A 8 de Novembro de 63, celebrizara-se por nele ter ocorrido a reunião do senado na

⁷ OV., *Fast.* 6, 255-283; BOYLE (2003), 183-186.

⁸ BOYLE (2003) p. 195; RICHARDSON (1992) 328-329.

⁹ COARELLI (1983) 56-79.

¹⁰ CASS. DIO 54, 27, 3; SUET., *Jul.* 46; PLIN., *Nat.* 19, 23. Sobre César e a *Domus publica*, ver WEINSTOCK (1971) 276-281.

¹¹ Sobre o significado para Augusto do exercício do cargo, BOWERSOCK (1990) 380-394.

¹² BOYLE (2003) 184-185 (sobre *Fast.* 3, 415-428, a ascensão de Augusto a *Pontifex Maximus*); 228; RICHARDSON (1992) 413.

¹³ RICHARDSON (1992) 304 (Porta Mugónia); 225 (templo de Júpiter Estator); BOYLE (2003) 230-232 (sobre *Fast.* 6, 793-794: templo de Júpiter Estator).

¹⁴ LIV. 10, 36, 11; 10, 37, 15-16.

¹⁵ LIV. 27, 37, 7.

qual Cícero denunciou Catilina, dando assim início público ao combate contra o conspirador¹⁶. Porém, no imaginário romano, o templo estava indelevelmente associado a Rómulo, como o próprio Ovídio ilustra (*Fast.* 6, 793-794). Com efeito, Lívio diz-nos que o templo era resultado do voto que Rómulo fizera em momento crítico na guerra contra os Sabinos¹⁷. E Rómulo, no ideário augustano, era representado como prefiguração de Augusto – não será inócua a anedota registada em Suetónio de que, em Janeiro de 27 a. C., ao regressar da campanha da Hispânia e Gália, Octaviano pretendeu adoptar o nome de Rómulo, e que perante a reacção dos seus ideólogos (estava fresca a memória da morte do cunhado Marco António, tema incómodo que viria à baila se se passasse a chamar pelo nome de alguém que matou o irmão), decidiu adoptar o termo «augusto», de um verso de Ênio que todos conheceriam de cor desde a escola (*Augusto augurio postquam incluta condita Roma est*)¹⁸. Deste modo, o templo de Júpiter Estator antecipa a residência-templo do *princeps*, bem como a expulsão do livro – tal como fora a de Catilina. Além disso, como assinala Newlands, chama a atenção para o afastamento do estado romano dos seus princípios fundadores¹⁹.

Com a aproximação à residência de Augusto, termina o discurso directo do transeunte (*Tr.* 3, 1, 33-50).

Enquanto tudo admiro com espanto, vejo umbrais deslumbrantes
de refulgentes armas, e uma mansão digna de um deus.
«É esta a casa de Júpiter?», perguntei. Pois para ter esta ideia 35
uma coroa de carvalho dava-me ao espírito um tal augúrio.
Quando ouvi quem era o dono, «Não me enganei», disse,
«esta é realmente a residência do magno Júpiter».
Mas por que razão o portal está encoberto por loureiro à sua frente,
E as suas frondosas folhagens cingem as augustas portas? 40
É porventura porque a casa mereceu triunfos perpétuos
ou porque sempre foi amada pelo deus de Lêucade?
É porque está sempre em alegria, ou a todos alegria confere?
É isto o sinal da paz que outorgou à terra inteira? 45
E tal como o loureiro está sempre verde, sem folhas caducas
para se arrancarem, assim possui ela uma glória eterna?
A razão para a coroa por cima? Está registada numa inscrição:
indica que os cidadãos foram salvos pelo esforço deste.
Junta, ó melhor dos pais, aos que salvaste um cidadão
que está esquecido lá longe, relegado nos confins do mundo! 50

No ano 10 d. C., este complexo residencial no coração do Palatino teria o aspecto simultaneamente de palácio, de templo e de sede política para

¹⁶ CIC., *Catil.* 1, 11; 33; PLUT., *Cic.* 16, 3.

¹⁷ LIV., 1, 12, 3-7; DION. HAL. 2, 50, 3; FLOR. 1, 1, 13; PLUT., *Rom.* 18, 7; *De vir. ill.* 2, 8.

¹⁸ VAR., *R.* 3, 1, 2; SUET., *Aug.* 7, 2.

¹⁹ NEWLANDS (1997) 65.

reuniões do senado²⁰. Naturalmente, nada tinha a ver com o gigantesco templo de Júpiter Ótimo Máximo ali perto no Capitólio. Era antes um conjunto de edifícios, junto ao templo da Vitória de origens míticas²¹, no cimo das *Scalae Caci*. O núcleo inicial fora uma casa que pertencera a Hortênsio, o conhecido orador, e que Octaviano comprara em 41 ou 40, passando a habitá-la em 36; ao expandi-la, incorporara uma casa que tinha pertencido a Q. Lutácio Cátulo²², e construía outros edifícios, como o templo de Apolo a que nos referiremos. Na reconstrução subsequente ao incêndio de 3 d. C.²³, a entrada principal tinha perdido a orientação virada para o rio (o que daria a quem chegava a Roma, como assinala Wiseman, o aspecto de entrada de uma acrópole como a de Atenas, com o templo da Vitória ao cimo da escadaria)²⁴, para se voltar para o fórum. Após a Porta Mugónia, subia-se por uma rua ladeada de casas aristocráticas, da qual a descrição do Olimpo nas *Metamorfoses* (1, 168-176), como refere Wiseman, poderá dar imagem bem sugestiva²⁵. A entrada exibia os símbolos que o senado conferira a Octaviano em 27 a. C. juntamente com o título de Augusto: o loureiro e a coroa cívica²⁶. Além disso, acrescenta-se a inscrição com o título que Augusto recebera a 5 de Fevereiro de 2 a. C., que se encontrava também na Cúria e na sua estátua monumental no fórum de Marte²⁷. Eram motivos tão relevantes para o ideário augusto que foram explicitamente referidos nas suas *Res Gestae* e eram comuns na emissão de moeda. E, apesar de Suetónio nos querer fazer passar uma imagem pública de austeridade, afirmando que Augusto detestava grandes e sumptuosas residências e que a casa do Palatino, onde habitou mais de cinquenta anos, era modesta, sem grandes luxos nem mobiliário faustoso²⁸, o aspecto geral deveria ser impressionante para um pobre livro que chega pela primeira vez a Roma.

A descrição feita por Ovídio é muito habilidosa e terrivelmente eficaz, com implicações bem distintas das que encontramos nos *Fastos*²⁹. Suscitaria uma teia de sentidos. A referência ao loureiro e implicitamente a Apolo (já em *Met.* 1, 562-565), à coroa de folhas de carvalho, associada a Júpiter³⁰, e à inscrição de *Pater patriae*, permite ao poeta, numa estratégia em moldes etiológicos, passar pelos principais adquiridos propalados pela propaganda augustana: o definitivo triunfo em Áccio, a paz universal que Octaviano tinha trazido ao mundo, a glória eterna do povo romano. Isto é expresso por meio de

²⁰ WISEMAN (1987) 393-413; BOYLE (2003) 226-229; RICHARDSON (1992) 117-118.

²¹ O templo da Vitória, dedicado em 294 a. C. por L. Postúmio Megilo (*LIV.*, 10, 33, 9), era atribuído a Evandro e aos Arcádios (*DION. HAL.* 1, 32, 5); os muros em *opus quadratum* eram identificados com a *Roma quadrata* de Rómulo (*FEST.*, p. 310-2M).

²² S UET., *Gram.* 17, 2.

²³ CASS. DIO, 55, 12, 4-5; S UET., *Aug.* 57, 2.

²⁴ WISEMAN (1987) 398-406.

²⁵ WISEMAN (1987) 404-405.

²⁶ AUG., *Anc.* 34 ; CASS. DIO, 53, 16, 4; VAL. MAX. 2, 8, 7;

²⁷ AUG., *Anc.* 35; PLIN., *Nat.* 16, 7-8; S UET., *Aug.* 58.

²⁸ S UET., *Aug.* 72-73.

²⁹ OV., *Fast.* 4, 943-54.

³⁰ OV., *Fast.* 1, 614; 4, 953-954.

uma sequência de perguntas, cujas respostas implícitas são sempre afirmativas: efectivamente, a casa mereceu a coroa de louros, conquistada em Áccio (41); o loureiro é a planta de Apolo, que sempre esteve do lado de Augusto (42); é folhagem própria de ambiente festivo (43), e é sinal da paz universal alcançada em Áccio (44); finalmente, está sempre verdejante tal como a *domus Iulia* (45-46).

Se a referência a Apolo vai ser seguidamente desenvolvida, evidenciando-se o desfasamento entre o significado de Áccio e a atitude de Augusto relativamente ao poeta, a repetida alusão a Júpiter (35 «é esta a casa de Júpiter?»; 38 «esta é realmente a residência do magno Júpiter»; 36 «a coroa de carvalho dava ao espírito tal augúrio») irá conferir, aos olhos dos leitores, uma nota amarga e inquietante, sublinhando as contradições insanáveis do regime³¹.

Por um lado, comparar a residência de Augusto com o templo de Júpiter Ótimo Máximo no Capitólio, de dimensões descomunais e telhado de ouro, por exagerado que fosse, sublinhava as incongruências da imagem que Augusto queria fazer passar. Se ele via Numa Pompílio como figura modelar, como conciliar os «umbrais deslumbrantes», e a «mansão digna de um deus», e as «augustas portas» (com o inevitável trocadilho...) com o palácio do velho Numa que o rolo de papiro acabara de descrever como *parua regia*? Mas, acima de tudo, viria à memória a *Eneida*. Como T. P. Wiseman assinalou, uma descrição da sensação que daria a residência de Augusto encontra-se no retrato do palácio de Latino (*Aen.* 7, 170-186). Os próprios termos *augusta ad moenia regis* (7, 153) e *tectum augustum* (7, 170), únicas duas ocorrências do adjectivo em toda a *Eneida*, dão esta indicação, que é corroborada por Sérvio, ao referir que a intenção de Vergílio ao descrever o palácio de Latino fora elogiar a residência de Augusto (*Aen.* 7, 170): *domum quam in Palatio diximus ab Augusto factam per transitum laudat*. Além disso, vinha de novo à mente o passeio etiológico de Eneias³² e a descrição que Vergílio faz do palácio do rei Evandro, prefiguração da casa de Augusto, situada rigorosamente no mesmo local: um *angustum tectum*, onde os deuses e heróis dormem no chão, cobertos com a pele de um animal (*Aen.* 8, 366-368). E as palavras de Evandro ecoariam aos ouvidos dos leitores ao ler a descrição de Ovídio: «ousa desprezar as riquezas e torna-te também tu digno de um deus». Ou seja, o contraste não podia ser mais gritante entre o quotidiano de Augusto e a imagem dos modelos Numa, Evandro, e até Rómulo (pois não habitara este uma humilde *casa*, que, ao tempo de Augusto, como refere Propércio, se conservava no interior do seu complexo residencial e que conferia justamente enorme valor simbólico ao local?)³³.

Mas mais importante nestes versos é o significado da figura do deus na poética ovidiana, a que o autor já habituara o leitor. A identificação de Augusto com Júpiter era motivo recorrente³⁴. Trata-se de Júpiter no seu esplendor de

³¹ Esta associação surge em moedas e camafeus: ZANKER (1988) fig. 76, 77, 182.

³² EDWARDS (1996) 120-121.

³³ PROP., 4, 1, 9; DION. HAL. 1, 79, 11; PLUT., *Rom.* 20, 4; CASS. DIO, 53, 16, 4-5; SOLIN., 1, 17-18.

³⁴ FOWLER (1915) 46-47.

justiça cega e cruel. O início do passo, com os «umbrais deslumbrantes de refulgentes armas» lembraria a descrição do palácio do Sol no início do livro 2 das *Metamorfoses* e do fim trágico do pobre Faetonte, castigado pelo cruel Júpiter pelo seu desvario infantil e inocente. No poema inicial do primeiro dos livros que compôs ao ser exilado, em que, tal como aqui, o rolo vai a Roma no lugar do seu autor, esta identificação é evidente ao aludir à residência de Augusto (*Tr.* 1, 1, 69-72):

Porventura estarás tu à espera que ao cimo do Palatino
eu te envie, e ordene que subas até à morada de César. 70
Que os venerandos locais e os deuses de lá me perdoem!
Foi dessa cidadela que caiu o raio sobre a minha cabeça.

O final do nosso poema retomará a imagética de Júpiter na figura de Augusto (78 *maxime diue*). Ora, «magno Júpiter» remeteria o leitor mais culto para Propércio 2, 31, 2, em que, comemorando igualmente o templo de Apolo Palatino, o poeta refere o «magno César».

E o passo termina com apelo ao perdão do *óptimo Pai* (49), confundindo Júpiter Ótimo e o Pai da Pátria (ou seja, Augusto) numa mesma pessoa. A contradição não podia ser mais evidente: quem salvou todos os cidadãos, recusa-se a salvar um só deles.

Finalmente, o livro chega ao destino sugerido pelo guia: a biblioteca junto ao templo de Apolo (*Tr.* 3, 1, 59-68)³⁵.

Depois, a passo certo, subo por altos degraus até ao cimo,
até junto de um rebrilhante templo do deus intonso, 60
onde se erguem colunas de mármore estrangeiro alternadas de estátuas,
as Bélides e seu pai, um bárbaro, de espada em punho;
tudo o que os homens antigos e os de agora conceberam
nos seus corações doutos, está à disposição para ser lido.
Eu bem procurei os meus irmãos, excepto, é claro, aqueles 65
que o pai desejaria nunca terem nascido.
Procurava eu em vão quando o guarda que preside
ao santo lugar me ordenou que tal morada abandonasse.

O templo correspondia a um voto que Octaviano fizera em 36 a. C., em momento de aperto na guerra contra Sexto Pompeio³⁶, e fora construído na parte da casa de Augusto que fora golpeada por um relâmpago³⁷. Dedicado a 9 de Outubro de 28³⁸, era uma obra magnífica, cantada por Horácio (*Odes* 1, 31) e Propércio (2, 31; 4, 6), e estava associado não só à batalha de Náuloco,

³⁵ BOYLE, p. 222-2225; RICHARDSON (1992) 14; BISHOP (1956) 187-192.

³⁶ VELL., 2, 81, 3.

³⁷ SUEt., *Aug.* 29, 3, CASS. DIO 49, 15, 5.

³⁸ AUG., *Anc.* 19; CASS. DIO 53, 1, 3.

mas também à vitória de Áccio. Ao referir o triplo triunfo de 29 a. C., Vergílio coloca Augusto anacronicamente sentado na entrada do templo (*Aen.* 8, 720); Propércio, por seu turno, dá a batalha de Áccio como a etiologia do templo (4, 6, 67-68)³⁹.

Propércio descreve o espaço em pormenor por ocasião da abertura ao público (2, 31)⁴⁰. Tinha uma *aurea porticus*, uma colunata em mármore da Numídia, o chamado *giallo antico*. Entre as colunas, viam-se «as muitas filhas do velho Dánao» (e, segundo escólio a Pérsio 2, 56, também os seus primos). Neste pórtico figurava uma estátua em mármore de Apolo citaredo, «mais bela que o próprio Apolo», que parecia cantar com a silenciosa lira. Em redor do altar fronteiro ao templo via-se um grupo escultório da autoria do famoso Míron de meados do século V, constituído por quatro bois «que pareciam estar vivos». Ao centro erguia-se o templo, em mármore de Luna, a moderna Carrara, «mais caro a Febo que a sua Delos, a sua pátria Ortígia». No cimo, sobre o pedimento com esculturas de Búpalo e Aténis de Quios, um carro do Sol⁴¹.

As portas eram trabalhadas em marfim. Uma «chorava» os Gauleses precipitados do cimo do Parnasso, quando em 278 a. C. Delfos foi miraculosamente salva dos homens de Breno, o que remeteria o leitor romano para o episódio da expulsão dos Gauleses do Capitólio em 390 a. C., um dos mais simbólicos da história romana, transformado em luta entre o civilizado e o primitivo; a outra, a morte de Níobe e dos seus filhos, tema que já figurava num grupo escultório do templo de Apolo Sosiano⁴². Ambos os motivos evocavam a justiça vingadora de Apolo, no plano histórico e no plano mítico. De novo, pensamos no palácio do Sol nas *Metamorfoses*, com as portas cobertas de baixos-relevos, descrevendo um mundo com seres feéricos marinhos, e cidades, homens, ninfas, bosques, animais e um céu estrelado.

Na cela, podia admirar-se Apolo na imagem do deus de Píton, de longas vestes cantando e tocando, entre a mãe Latona e a irmã Diana. Eram obras de famosos escultores do século IV: o Apolo era de Escopas, eventualmente trazido do santuário de Ramnunte, a Latona de Cefisódoto, a Diana de Timóteo, com a cabeça restaurada por C. Aviano Evandro⁴³.

A biblioteca, organizada pelo gramático Pompeio Macro⁴⁴, e que, ao tempo do nosso poema, era dirigida pelo erudito Gaio Júlio Higinho, era um dos espaços de cultura e erudição mais conceituados de Roma. Tinha, como era habitual, uma secção de autores gregos, outra com textos latinos. Nela, Augusto reunia por vezes o senado, como nos conta Suetónio.⁴⁵ Oferecia uma

³⁹ ZANKER (1983) 21-40; GURVAL (1995) 113-119; para o significado ideológico, GALINSKY (1996) 213-224.

⁴⁰ WELCH (2005) 79-96.

⁴¹ PLIN., *Nat.* 36, 4, 13.

⁴² PLIN., *Nat.* 36, 4, 28.

⁴³ PLIN., *Nat.* 36, 4, 25; 4, 24; 4, 32, respectivamente.

⁴⁴ SUET. *Jul.* 56, 7.

⁴⁵ SUET., *Aug.* 29, 3.

estátua de Augusto com atributos de Apolo⁴⁶, no seu afã de se identificar com o deus, tal como vemos na simbologia do loureiro no portal da sua casa, na couraça da estátua da Porta Prima, no lugar do deus nos jogos seculares de 17 a. C., cantados por Horácio.

Ora, ao descrever o templo, Ovídio ignora todas estas obras de arte e foca a atenção do leitor nas Bélides, ou Danaides como são vulgarmente conhecidas, que figuravam no pórtico que rodeava o templo⁴⁷. Era motivo decorativo familiar⁴⁸. A famosa Villa dei Papiri, junto a Herculano, que pertenceu possivelmente a L. Calpúrnio Pisão Cesonino (*cos.* 58) também apresentava umas estátuas que têm sido identificadas como Danaides. Mas, por mais decorativo que fosse, o motivo ilustrava episódio sangrento e tinha conotações negativas. Simbolizava o mau uso dado à *patria potestas*. As cinquenta filhas de Dánao, com a excepção de Hipermnestra, matam os seus maridos, e primos, na noite de núpcias, instigadas pelo criminoso pai. Cometem, assim, sacrilégio por quebrarem os vínculos sagrados do casamento. Ovídio coloca-as duas vezes na galeria de criminosos monstruosos que sofrem as penas no inferno, a par dos convencionais Tício, Tântalo, Sísifo e Ixíon⁴⁹. Não será por acaso que «bárbaro de espada em punho» evoca a imagem do rei Tereu, o «bárbaro» que puxa da espada para cortar a língua de Filomela numa das histórias da mais abjecta crueldade das *Metamorfoses* (6, 412-674; ver 515; 533). E a intencionalidade do termo é evidente se pensarmos que o verso é uma réplica da *Arte de Amar* (1, 74), substituindo-se apenas as palavras *stat ferus* por *barbarus*.

O pórtico tinha assim, no seu programa decorativo, um guarda medonho, de espada em punho pronto a matar, causador de cruel castigo afligido a jovens inocentes, tanto às filhas, como aos primos destas. O realce dado ao pai e ao seu poder sobre as filhas, como evidencia Ellen O’Gorman, sugeriria reflexões sobre a *patria potestas*. Por um lado, temos o poeta que se descreve como pai dos seus livros (66), e que, devido ao uso errado do seu talento, tanto mal fez aos filhos⁵⁰: não só os fere e mutila com as suas lágrimas (15-16), como lhes provoca o exílio, o abandono e o sofrimento (73-74): «a sorte do infeliz autor transborda para nós, os seus filhos, e, ao nascer, sofremos o exílio que ele tem suportado». No último poema deste livro, a sua produção é sempre referida como «filhos» (*Tr.* 3, 14, 13-14; 17), a quem o poeta causou a perdição. Por outro lado, o leitor pensaria no actual *pater patriae*, Augusto (49 *pater optime*; 57 *parens*; 58 *dominus*). O paralelo é evidente, e sugere uma crítica velada ao

⁴⁶ SERV., *ecl.* 4, 10. Sobre a identificação de Augusto com Apolo no plano da imagética pública, ver ZANKER (1988) 49-53.

⁴⁷ Sobre o pórtico, ver QUENEMOEN (2006) 229-250. Três estátuas encontradas na zona do templo de Apolo, hoje no Museo Palatino, poderão corresponder às estátuas referidas por Ovídio. Bem distinta é a leitura que Ovídio fazia do espaço em anos passados: referira-se ao pórtico em *Amores* 2, 2, 3-4 e *Ars amatoria* 1, 73-74 (com um eco perfeito), mas como bom sítio para seduzir jovens.

⁴⁸ Ver *Lexicon Mythographicum Iconographicum Classicum*, s.v. ‘Danaides’.

⁴⁹ OV., *Met.* 4, 462-463; 10, 43-44. Ver também HOR., *Carm.*, 3, 11, 22-24; TIB., 1, 3, 79-80.

⁵⁰ DAVINSON (1984) 111-114.

uso errado, tal como fizera Dánao, da sua *patria potestas*⁵¹. Para mais, Dánao mandara matar os filhos de Egipto, triunfando deste modo. Isto não podia deixar de evocar a vitória de Octaviano sobre António e Cleópatra em 31, celebrada anualmente a 1 de Agosto, símbolo do que sucederia a quem se lhe opusesse, como assinala Galinsky; motivos decorativos nos painéis de terracota que nos chegaram reforçam esta leitura⁵².

A imagética suscitada pelo programa do pórtico e das portas do templo antecipará a resposta ao pedido de acolhimento: o livro é expulso do interior da biblioteca. Isto já se pressentia nos sinais de perigo do espaço, um espaço de violência, em flagrante contraste com os símbolos na frontaria de Augusto, de paz eterna. Assim indiciavam os episódios de Apolo a expulsar os celtas de Delfos, assim indiciava o sucedido a Níobe, que desafiara a autoridade do deus, assim ilustrava o episódio das Danaides, lideradas pelo bárbaro castigador.

O livro é, pois, escorraçado do «santo local» pelo guarda deixado propositadamente anónimo, numa recriação irónica de um *paraclausithyron*, como lembra Newlands⁵³. A quem imaginariam os leitores que Ovídio se referia? A Higino, o erudito bibliotecário, liberto de Augusto, a quem Ovídio solicita acolhimento para a sua poesia no poema final deste livro, como propõe Luck (*Tr.* 3, 14)?⁵⁴ A Augusto? Seja como for, o que ressalta é a incoerência das circunstâncias: se até as sacrílegas filhas e o criminoso pai puderam entrar e habitar na biblioteca, por que razão não sucede o mesmo ao pai culpado e aos filhos deste? Por outro lado, a própria biblioteca era símbolo da liberdade intelectual (a primeira em Roma, e por iniciativa de Augusto, não fora situada justamente no *Atrium Libertatis*?), aberta a tudo o que a mente humana, antiga ou moderna, romana ou estrangeira, produzira. Como afirma (*Tr.* 3, 1, 63-64):

tudo o que os homens antigos e os de agora conceberam
nos seus corações doutos está à disposição para ser lido.

Mas não só o livro não encontra a *Arte de Amar*, algo de que estaria à espera, como nem sequer vê qualquer um dos seus «irmãos» (65-67). A contradição é flagrante entre os propósitos propagandeados e a prática do regime.

Uma vez proibida a entrada na biblioteca do Palatino, o rolo de papiro procura abrigo em duas outras bibliotecas (*Tr.* 3, 1, 69-74):

Dirijo-me a um outro templo, junto a um teatro vizinho:
tão-pouco neste local os meus pés puderam entrar.

70

⁵¹ NEWLANDS (1997) 68-69; O'GORMAN (1997), 103-123 (p. 109; 117).

⁵² GALINSKY (1996) 220-221; BOYLE (2003) 223-224; SIMON (1986) 19-24; GURVAL (1996) 123-127.

⁵³ NEWLANDS (1997) 70.

⁵⁴ SUET., *gramm.* 20; LUCK (1967) 277.

Nem a Liberdade, a primeira a abrir-se aos doutos livros,
consentiu que eu tocasse os seus salões.

– A sorte do infeliz autor transborda para a sua criação,
e, ao nascer, sofremos o exílio que ele tem suportado. –

A primeira não era longe. Ficava no Pórtico de Octávia, atrás do Teatro de Marcelo que o poema menciona⁵⁵. A sua construção por Augusto teve início em 33 a. C., quando reestruturou o velho pórtico que Metelo Macedónico construía em 146 a. C. e que recheara de obras de arte, entre as quais os famosos cavaleiros da Batalha de Granico de Lisipo. Fora inaugurado por volta de 23 a. C.⁵⁶. Ao centro havia dois templos, um a Juno Regina, o outro a Júpiter Estator. Em redor, uma dupla colunata, com uma biblioteca com duas secções, uma de autores gregos, a outra de latinos. Fora organizada por Gaio Melisso, um liberto de Mecenas⁵⁷. Era um complexo magnífico, sinal do esplendor e riqueza de uma sociedade requintada, de que Ovídio em tempos fizera parte. Mas agora já não é esse o caso, e ao livro é proibida a entrada.

A outra também não ficava distante. Tratava-se da biblioteca do *Atrium Libertatis*, junto à Porta Fontinal, no ângulo norte do fórum de César, que Ovídio celebra nos *Fastos* (4, 621-624)⁵⁸. Fora fundada em 39 a. C. por Asínio Polião, apoiante de Augusto, que se desgostou da política e se dedicou a coleccionar arte, ao estudo e à escrita (mormente história)⁵⁹. Augusto incumbira-o de concretizar o plano de César, que, em 47 a. C., chegara a encarregar Varrão (que inclusivamente escreveu um *De bibliothecis*) de fundar tal biblioteca, projecto que ficara interrompido devido à morte do ditador⁶⁰. Tinha uma famosa colecção de arte, de que ainda hoje se pode observar em Nápoles o deslumbrante Toro Farnese, obra de Apolónio e Taurisco de Rodes⁶¹. De novo, ao livro é vedado o acesso. E o leitor contemporâneo não podia deixar de se interrogar sobre o que significaria na Roma de Augusto «liberdade», *populo dignissima nostro* como classificara em tempos Ovídio (*fast.* 4, 623). Alessandro Barchiesi lembra que o dia seguinte ao que assinala a inauguração da biblioteca do *Atrium Libertatis* no calendário dos *Fastos* é justamente o dia comemorativo da batalha de Múтина (4, 625-628), um dos pontos mais negros e problemáticos da biografia de Augusto: «sarà poi vero, in un mondo che celebra la battaglia di Modena, che *Libertas* corrisponde perfettamente alla situazione del popolo romano?»⁶²

⁵⁵ VELL., 1, 11, 3-5; CASS. DIO 49, 43, 8.

⁵⁶ SUET., *Aug.* 29, 4; PLUT., *Vita Marcelli* 30. Sobre as obras de artes, ver ISAGER (1991) 160-162. Sobre o complexo, RICHARDSON (1992) 317-318 (pórtico); BOYLE (2003) 271.

⁵⁷ SUET., *gramm.* 21, 3.

⁵⁸ BOYLE (2003) 204-205; RICHARDSON (1992) 41 (*Atrium Libertatis*); 59 (biblioteca).

⁵⁹ PLIN., *Nat.* 7, 115; 35, 2, 10; 36, 4, 23-24 e 33-34; SUET., *Aug.* 29, 5; SERV., *Aen.* 1, 726; ISID., *orig.* 6, 5, 2). A abertura fora a 13 de Abril, como o próprio Ovídio assinala nos *Fastos* (4, 623-624).

⁶⁰ SUET., *Jul.* 44, 2.

⁶¹ PLIN., *Nat.* 36, 4, 33-34. Sobre as obras de arte, ver descrição em ISAGER (1991) 163-167; RICHARDSON (1992) 41.

⁶² BARCHIESI (1994) 76-79 (citação na p. 78).

Com a rejeição da terceira biblioteca pública, chegamos ao fim do poema e do percurso. Fechando o círculo, voltámos ao ponto onde o livro iniciara o trajecto. Resta-lhe ficar ali perto, na Via do Argileto, movimentada rua de livreiros romanos, como Marcial nos informa.

*

Vemos assim como o espaço urbano, cirurgicamente seleccionado, introduz um novo nível de leitura. À superfície, temos um livro humilde e andrajoso (em sintonia com o seu autor), inocente e inofensivo (o que permite àquele falar de modo mais livre) que busca em Roma acolhimento para si (que é como quem diz para o poeta exilado), implorando no final de cada uma das três partes perdão para o seu senhor. Sendo-lhe rejeitado esse acolhimento (tal como ao seu criador), resta ao livro confiar-se ao público que o comprará num livreiro, tal como resta ao poeta entregar-se à imortalidade da fama junto do leitor anónimo.

Mas os elementos escolhidos do espaço acrescentam um nível de leitura mais profundo, este bem menos inocente. Com efeito, o humilde rolo de papiro vai pôr a nu as contradições do regime e da imagem pública do *princeps*. A primeira parte do percurso é, toda ela, relacionada com as origens de Roma, motivo ideológico tão caro a Augusto: os fóruns de César e de Augusto, símbolos da *pietas*, a Via Sacra, o templo de Vesta remetendo para Eneias, com o sacrossanto Paládio e o fogo da Cidade, a Régia com as conotações de poder real e religioso, como Augusto prezava ser representado, a Porta Mugónia e o Templo de Júpiter Estator, remissão para os tempos de Rómulo, o fundador, que prepara o outro Júpiter, que é Octaviano, o refundador. Mas para os contemporâneos, esta selecção de temas do ideário augustano forçava a pensar no contraste entre a prática quotidiana e a dos modelos tutelares Eneias, Rómulo, Numa: a apropriação, que muitos veriam como indevida, de um culto dos mais sagrados da cidade, penhor da própria imortalidade de Roma; o afastamento do que fora a prática de César de utilizar a *Domus publica* e a Régia; a insólita guerra de 42 a. C. contra um adversário longínquo e inofensivo, cujo objectivo não fora outro que legitimar Octaviano como sucessor *pius* do *dictator perpetuus*.

A dupla leitura é ainda mais evidente quando chegamos à residência de Augusto. Os símbolos no portal (o loureiro, a coroa de folhas de carvalho, a inscrição *Pater Patriae*) sublinham a identificação do *princeps* com Apolo e Júpiter. Ora, para os leitores de Ovídio, isto nada trazia de lisonjeiro. Todo o programa iconográfico do templo de Apolo e do seu pórtico sublinhava o carácter de agressividade e crueldade, de justiça cega e desmesurada: o castigo justo mas excessivo de Níobe, o castigo poderoso e merecido dos Celtas e a sua expulsão, o castigo desproporcionado e injusto que Dánao inflige aos sobrinhos e, conseqüentemente, às próprias filhas, no uso desmesurado da sua *patria potestas*. A manipulação das *causae* não faz mais que expor as contradições entre propaganda imperial e a prática. Por outro lado, a identificação com Júpiter, para quem conhecia a poesia ovidiana, só reforçava este carácter de justiça cega

e desumana, como em *Tr.* 2, 33-40 assinalara. A nota final desta segunda parte, que já se pressentia no programa iconográfico do espaço, é a brutalidade do poder discricionário do «guarda que preside» e a rejeição liminar.

A descrição do espaço urbano da terceira parte prossegue no mesmo tom. As bibliotecas públicas, centros de cultura que a todos acolhem, inundadas do carácter liberal das artes e da erudição, afinal são espaços de exclusão por capricho e arbitrariedade. Era isto que significava na Roma de Augusto a palavra *libertas*.

O livro regressa ao ponto de partida. Mas, ao mesmo tempo, há um outro círculo que se encerra. Quando todas as portas se fecham, resta ao livro regressar ao leitor, ou transeunte, anónimo, de mão benévola – *manus* está em posição proeminente no início e no final do poema (2 e 82). Por isso, o trajecto termina na rua das livrarias (*Tr.* 3, 1, 75-82).

Talvez um dia, tanto para mim como para o meu senhor, 75
 César, conquistado pelos anos, venha a ser menos severo.
 Ó deuses, imploro – aliás, ó César (não é à multidão que devo implorar)
 tu, mais poderoso dos deuses, escuta a minha prece!

Entretanto, visto que um albergue público me está fechado, 80
 que eu possa ficar despercebido em algum lugar privado.
 E também vós, mãos do povo, se for permitido, recebei
 os nossos poemas, enxovalhados pela vergonha da rejeição.

*

Voltemos agora ao início destas páginas, e atentemos no jogo que Ovídio estabelece com o paradigma mais básico da cultura dos seus leitores: o passeio de Eneias e Evandro. Sem este nível, perde-se muito da intenção do poeta.

Ambos são forasteiros, que tudo admiram enquanto lhes explicam o que vêem. Mas o que temos no passo vergiliano é algo bem distinto do que observamos aqui. Desde logo, o percurso de Eneias e Evandro, em espiral ascensional aberta, é justamente o oposto ao do rolo ovidiano: Eneias sai do Circo Máximo ao nível do rio, percorrendo todos os espaços referentes às prefigurações de Augusto (Saturno, Hércules, Evandro, Rómulo), e sobe ao cimo do Palatino. Aqui é recebido pelo rei na humilde morada, tal como o fora Hércules quando por lá passara com os bois de Gérion, e aqui termina o seu percurso. No poema de Ovídio não sucede assim. Ao livro é rejeitada a entrada na residência do *princeps*, sumptuosa e deslumbrante, e o trajecto não acaba aqui; o rolo de papiro afasta-se do Palatino até regressar ao ponto de partida, fechando um círculo, para se perder numa buliçosa rua popular. Onde terminou um dia a sua demanda, qual a casa particular onde alguém o guardou, ninguém nunca soube.

Por outro lado, a subida de Eneias ao Palatino corresponde a um crescendo que atinge o clímax nos conselhos de Evandro à entrada do palácio.

Em Ovídio é bem diferente. Ao clímax no Palatino, segue-se um esvaziar de intensidade até se diluir no desencanto da rua e num pedido de perdão sem grande convicção.

Em ambos os passos se propõem ao leitor dúvidas: a que ponto Augusto é fiel aos ideais fundadores, que a propaganda do regime divulgava? Como se traduziam na prática os propósitos ideológicos? Mas também aqui as situações são diferentes. Vergílio exprime algo de universal, diria mesmo imperial, endereçado a toda a humanidade e para todo o sempre enquanto houver ser humano: no espaço mítico, ele traça uma crítica ao presente e incita o protagonista (Eneias, Augusto, cada um de nós) a entrar na parcimónia e humildade dos verdadeiros heróis. Por seu lado, Ovídio propõe uma leitura contextualizada: ilustra sobretudo a clivagem entre a imagem pública de paz universal e acolhimento de todos, mensagem chave do ideário augustano, e a sua situação pessoal.

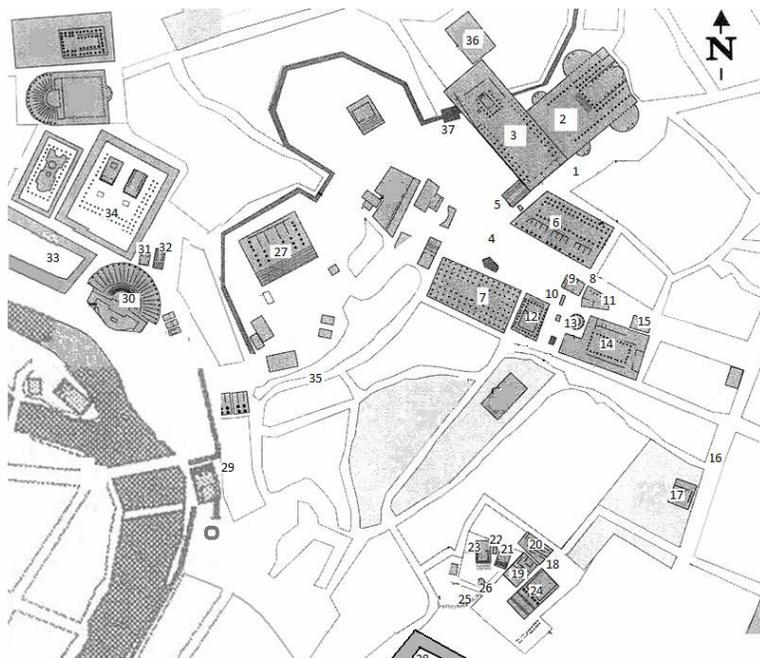
*

Em suma, detrás da personificação do rolo de papiro, Ovídio expõe, num segundo nível de leitura, as contradições de um regime que propagandeava proteger os cidadãos e a liberdade destes, mas que exercia o poder com crueldade arbitrária. Resta-lhe entregar-se às mãos do povo. Como diz num outro poema do mesmo livro (*Tr.* 3, 7, 43-52)⁶³:

Em suma, nada do que possuímos é imortal,
excepto os bens do espírito e da alma.
Até para mim, ainda que privado da pátria, de vós, do meu lar, 45
e que me tenham levado tudo o que puderam levar,
o meu espírito, porém, é minha companhia e deleite.
Sobre isto, César não conseguiu ter direito algum.
E, quem quiser, ponha um fim à minha vida com cruel espada,
mas a minha fama sobreviverá após a minha morte. 50
E enquanto a belicosa Roma vigiar dos seus cimos, vitoriosa,
o mundo inteiro subjogado, eu serei lido.

⁶³ BOYD (1997) 165-202 (Chapter 5 ‘Ovid’s Narrative of Poetic Immortality’).

FIG. 1 – MAPA DE ROMA, 10 D. C.
MONUMENTOS REFERIDOS EM OV., TR. 3, I



- | | |
|---|--|
| 1 Argileto | 20 Casa de Lívia |
| 2 Forum de Augusto e Templo de Marte Vltor | 21 Templo da Vitória |
| 3 Forum de César com Templo de Vénus Genetrix | 22 Santuário Vitória Virgo |
| 4 Forum Romano | 23 Templo de Magna Mater |
| 5 Cúria Júlia | 24 Templo de Apolo |
| 6 Basílica Emília (Pórtico de Gaio e Lúcio) | 25 Scalae Caci |
| 7 Basílica Júlia (Basílica de Gaio e Lúcio) | 26 Casa Romuli |
| 8 Via Sacra | 27 Templo de Júpiter Ótimo Máximo |
| 9 Templo do divino Júlio | 28 Circo Máximo |
| 10 Arco triunfal de Augusto | 29 Forum Boário |
| 11 Régia | 30 Teatro de Marcelo |
| 12 Templo de Castor e Pólux | 31 Templo de Apolo Sosiano |
| 13 Templo de Vesta | 32 Templo de Belona |
| 14 Atrium de Vesta | 33 Circo Flamínio |
| 15 Domus Publica | 34 Pórtico de Octávia (templos de Júpiter Estator e Juno Regina) |
| 16 Clivus Palatino | 35 Vicus Iugarius |
| 17 Templo de Júpiter Estator | 36 Atrium Libertatis |
| 18 Complexo residencial de Augusto | 37 Porta Fontinal |
| 19 Casa de Augusto | |

O POETA INDEFESO: SÍMBOLOS DE IMPOTÊNCIA NA POESIA OVIDIANA DO EXÍLIO

CARLOS DE MIGUEL MORA
Universidade de Aveiro

Quando Ovídio recebe a inesperada notícia da sua expulsão de Roma, no ano 8 da nossa era, contava cinquenta anos e era, pode dizer-se com toda a justiça, o principal poeta de Roma. A sua vasta e densa obra abrangia diversos géneros e tinha avançado, progressivamente, desde o «género menor» da elegia até à etiologia praticada nos *Fasti*. No entanto, podemos dividir a sua produção basicamente em dois grupos: uma poesia relacionada de alguma maneira com a elegia e uma poesia de grande fôlego (deixando de lado a tragédia *Medea*, da qual praticamente nada sabemos). Na primeira, além dos *Amores*, incluiremos as *Heroides*, espécie de variação sobre o tema, com a troca de sujeito poético, e a poesia erotodidáctica, desenvolvimento de um dos tópicos da elegia, o *magisterium amoris*. A segunda abrangeria a obra claramente épica das *Metamorphoses* e o calendário romano dos *Fasti*, ambas sob a inspiração da etiologia calimaqueia.

No momento imediatamente anterior à sua *relegatio*, é este último tipo de poesia que está a escrever. No entanto, o Sulmonense volta à poesia elegíaca quando decide escrever essa literatura qualificada por muitos como «de queixa» (e, de facto, o tópico da *querimonia* está sempre presente). Ovídio escreve a poesia do exílio de uma maneira semelhante à amorosa; na verdade, os poemas do exílio são epístolas elegíacas, do mesmo modo que o foram as *Heroides*, pelo que se tratava da continuidade de um género com um tópico diferente. Continuidade com esse tipo de poesia e quebra com a poesia elevada, que é interrompida de forma brusca¹. O poeta não permite que o leitor esqueça que se trata de poesia elegíaca e que existe uma continuidade com a poesia amorosa escrita nos inícios da sua carreira poética². Para lembrar esta identidade utiliza uma estratégia mais ou menos óbvia e outra menos evidente.

A estratégia a que chamamos óbvia consiste em, por um lado, mencionar de forma clara que a obra mais importante do poeta é a obra elegíaca e que a outra, ao contrário, ficou cortada; e por outro lado em lembrar, de quando em quando, que a métrica usada é o dístico elegíaco.

Podemos ver alguns exemplos para compreender bem esta estratégia. O primeiro ponto do que acabamos de dizer está mais ou menos claro no poema

¹ Cf. NAGLE (1980) 19-20. Como explica a autora, continuar com a poesia elevada teria prejudicado as intenções do poeta, que queria chamar a atenção para a sua precária situação. As tentativas de despertar a comiseração do imperador não se coadunavam com uma poesia grandiosa.

² Este facto, de certa maneira, constitui um paradoxo, se se tem em consideração que o *carmen* que provocou a desgraça de Ovídio deve ter sido a *Ars amatoria*, como parece claro em várias passagens. Porque quer o poeta reforçar a sensação de que está a escrever o mesmo tipo de poesia que o condenou?

10 do quarto livro dos *Tristia*, o famoso poema autobiográfico. Já no primeiro verso chama a si próprio de *tenerorum lusor amorum*; no conhecido dístico 53-54 estabelece a sua filiação poética na linha dos autores elegíacos³; menciona a seguir que leu poemas ainda novo (cf. vv. 57-58), que cantou na sua obra uma mulher sob o pseudónimo de Corina (cf. v. 60), e que o seu coração era mole e sensível às setas de Cupido (cf. vv. 65-66). Nada nos diz da sua obra mais elevada neste poema. E, pelo contrário, noutras composições chama a atenção para a quebra que o exílio supôs para a escrita das *Metamorphoses*⁴ e dos *Fasti*⁵.

Quanto à constante lembrança de estar a escrever dísticos, podemos ver dois dos muitos exemplos que se poderiam encontrar na poesia do exílio:

*Clauda quod alterno subsidunt carmina uersu,
uel pedis hoc ratio, uel uia longa facit*,⁶

Se os meus poemas assentam, / coxos, em verso alternado,
o culpado será o pé, / ou o caminho prolongado⁷

*et tamen ad Musas, quamuis nocuere, reuertí,
aptaque in alternos cogere uerba pedes*.⁸

que às Musas que me lesaram / voltei mesmo assim outra vez
e faço encaixar palavras / moldadas a alternos pés.

A estratégia menos evidente consiste na adequação da elegia do exílio às formas previamente existentes para a elegia erótica. Nagle demonstrou que existem muitos pontos de contacto entre os dois tipos de elegia, quer temática quer formalmente⁹.

Pretendemos apoiar aqui a tese defendida por esta autora, centrando-nos numa outra coincidência entre a poesia amorosa de Ovídio e a da sua *relegatio*:

³ *successor fuit hic (sc. Tibullus) tibi, Galle, Propertius illi;
quartus ab his serie temporis ipse fui.*

⁴ Cf. *Tr.* 1.7.13-14:

*carmina mutatas hominum dicentia formas,
infelix domini quod fuga rupit opus.*

⁵ Cf. *Tr.* 2.551-552:

*idque tuo nuper scriptum sub nomine, Caesar,
et tibi sacratum sors mea rupit opus.*

Como se pode verificar, os dois pentâmetros apresentam uma extraordinária semelhança.

⁶ *Tr.* 3.1.11-12.

⁷ Para os textos dos *Amores* segui a tradução publicada por ANDRÉ (2006). Para os textos dos *Tristia* e das *Epistulae ex Ponto*, não tendo encontrado traduções portuguesas, apresento uma proposta minha.

⁸ *Tr.* 3.7.9-10.

⁹ Cf. NAGLE (1980) 43-68. Entre os temas que salienta a autora estão, por exemplo, a adaptação das características da amada elegíaca à sua mulher, do *Amor pharetratus* pelo *Getes pharetratus*, tópicos como o da *militia amoris*. Quanto ao léxico, insiste no especializado para o estado de ânimo do amante, agora transferido para o do poeta exilado.

a situação de impotência, de incapacidade de defesa, em que se encontra o poeta, e a sua expressão literária. Que o poeta se mostre indefeso, incapaz de se confrontar com a sua situação, é um facto muito conhecido da poesia ovidiana do desterro. Interessa-nos aqui mostrar que a forma como esta impotência ou incapacidade de defrontar a sua condição se expressa não é muito diferente daquela que podemos encontrar na poesia amorosa, especificamente nos *Amores*. É isto acontece numa dupla vertente: na impotência anímica e na impotência física do amante.

Começemos pelos paralelos entre a impotência do poeta exilado e a impotência anímica do amante. O primeiro indício da incapacidade defensiva aparece logo no início dos *Tristia*. No poema que abre a coleção (*Tr*: 1.1), o autor dirige-se ao próprio livro, numa espécie de *propemptikon*, desejando-lhe uma boa viagem à Urbe e encomendando-lhe o que deve fazer e aonde se deve dirigir, visto que lhe está vedado fazê-lo ele próprio. O livro transforma-se num mensageiro necessário, ao qual o seu dono dirige estas palavras iniciais (*Tr*: 1.1.1-2):

*Parue—nec inuideo—sine me, liber, ibis in urbem:
ei mihi, quod domino non licet ire tuo!*

Sem mim, e eu não te invejo, / irás à Urbe, livrinho:
ai de mim!, porque ao teu dono / está vedado o caminho.

A impotência do poeta, que vê proibido um caminho ao qual apenas os seus livros têm acesso, lembra o mesmo desespero mostrado em *Amores* 3. 8. Se no poema do exílio Ovídio tem vedada a entrada em Roma e precisa de uma delegação no seu livro, o único a quem esta está permitida, já no poema da elegia amorosa o poeta mostra a sua frustração porque a sua amada lhe impede a entrada em casa, enquanto para os livros a passagem está livre. No primeiro caso, o que proíbe o caminho é a pena imposta pelo Imperador pelo *crimen* ovidiano; no segundo, a amada veta a entrada pela condição de pobreza do poeta (*Am*. 3.8.3-6):

*ingenium quondam fuerat pretiosius auro;
at nunc barbaria est grandis, habere nihil.
cum pulchre dominae nostri placuere libelli,
quo licuit libris, non licet ire mihi;¹⁰*

O engenho, em tempos idos, era mais precioso que o ouro,
mas, agora, imensa barbárie é nada possuir.
Apesar de os meus livros agradarem lindamente à minha amada,
onde aos livros foi consentido entrar, a mim não foi consentido.

¹⁰ Sem pretender dizer que todas as coincidências lexicais são propositadas, gostaria de chamar a atenção para o léxico que se repete nos textos que propomos para análise comparativa, salientado pela utilização de negrito.

O poeta vive numa constante situação de desespero. Para reflectir o seu naufrágio interior, narra, em duas das quatro primeiras composições (*Tr.* 1.2 e 1.4), dois relatos de tempestade durante a viagem. Na última destas (1.4) encontramos um léxico muito significativo, já que aparece de forma abundante nos poemas programáticos iniciais de *Amores*. Vejamos alguns fragmentos desta composição (*Tr.* 1.4.5-6; 11-12; 25-28):

*me miserum! quantis increscunt aequora uentis,
erutaque ex imis feruet harena fretis! (...)
nauita confessus gelidum pallore timorem,
iam sequitur uictus, non regit arte ratem (...)
parcite caerulei uos parcite numina ponti,
infestumque mihi sit satis esse louem.*

Com que ventos poderosos, / ai de mim!, aumenta o mar
e das grandes profundezas / sai a areia a ferver!

A lividez do marujo / denuncia um temor frio,
deixa-se levar, vencido, / sem poder sobre o navio

Poupei-me, numes do Ponto, / poupei-me vós, divindades,
já me chega o ter de Jove / funestas hostilidades.

O que há de mais significativo neste fragmento? Precisamente que o léxico é usado por Ovídio nas suas insinuações metapoéticas de *Amores*. Como dissemos noutro lugar¹¹, Ovídio constrói na sua obra amorosa duas personagens diferentes, um *amator* e um *poeta*¹², mas o primeiro interfere, por assim dizer, nas tarefas do segundo. Ao ser atingido pelas setas de Cupido, exclama Ovídio em *Am.* 1.1.25-26:

*me miserum! certas habuit puer ille sagittas.
uror, et in uacuo pectore regnat Amor.*

Desgraçado de mim! Certeiras foram as setas daquele menino!
Todo eu me inflamo, e no coração vazio passa a reinar o Amor.

Se Cupido obriga Ovídio a apaixonar-se, fá-lo para lhe dar um motivo de inspiração, ocupando o lugar das Piérides ou de Febo, como já tinha dito o narrador ingénuo. Logo depois de ser atingido pela seta transforma-se propriamente em *amator*, em amante elegíaco, pois a primeira coisa que faz é exclamar *me miserum!*, que evoca ao leitor atento o primeiro verso do *Monobiblos* properciano, *Cynthia prima suis miserum me cepit ocellis*, verso de grande acumulação de ideias programáticas. A seguir, constata que se queima

¹¹ MIGUEL MORA (2006) 59-78.

¹² A relação entre Ovídio *poeta* e Ovídio *amator* nos *Amores* é bem estudada por HOLZBERG (2002) 46-70.

de amor (*uror*), seguindo um léxico absolutamente normal na literatura amorosa latina. No poema seguinte, *Am.* 1.2, encontramos uma grande insistência na dualidade vencedores/vencidos (vv.19-22):

*En ego confiteor! tua sum nova praeda, Cupido;
porrigimus victas ad tua iura manus.
nil opus est bello – veniam pacemque rogamus;
nec tibi laus armis victus inermis ero.*

Eis que reconheço: sou a tua nova presa, ó Cupido;
estendo às tuas leis as minhas mãos vencidas.
Não há precisão de combate; perdão e paz é o que suplico,
e não hás-de ter glória em vencer pelas armas um homem desarmado.

Nesta peça encontramos o poeta insone, duvidando se deve resistir ao amor, mas rendendo-se por fim; deste modo, dirige a Cupido uma alocução de rendição e descreve a pompa triunfal do deus que, à maneira dos generais vitoriosos, percorrerá as ruas de Roma. No fim do poema, Ovídio suplica ao deus (vv. 49-52):

*Ergo cum possim sacri pars esse triumphi,
parce tuas in me perdere, victor, opes!
adspecte cognati felicia Caesaris arma –
qua vicit, victos protegit ille manu.*

Já que eu posso, portanto, ser parte do teu sagrado triunfo,
poupa-te e não gastes em mim as tuas forças de vencedor;
contempla os exércitos venturosos do César, teu parente;
por onde alcançou vitórias, os vencidos ele os protege com sua mão.

Dizíamos antes que o narrador *amator* interfere nas tarefas do *poeta*. Esta interferência é produzida porque o poeta joga ao transmitir conceitos metapoéticos dentro da própria história amorosa. Ovídio exprime a maneira como o amante elegíaco deve ser: deve padecer (*miser*), deve ser um derrotado na guerra amorosa (*militia amoris*), porque quem ganha, quem domina na relação amorosa é a amada ou, em todo o caso, Cupido, e o amante é o escravo de amor (*seruitium amoris*), e por isso um vencido, um derrotado nessa guerra (*uictus*), que apenas tem como último recurso para a sua impotência suplicar por misericórdia (*parce*). Não pode dever-se à casualidade que este léxico tão significativo e cheio de relevância metapoética se reproduza no caso paralelo de impotência do exilado, sobretudo num poema tão simbólico (e isto é aceite pela generalidade dos investigadores) como o poema 1.4. dos *Tristia*, onde a tormenta física reproduz metaforicamente a tormenta interior: o poeta exilado evoca, quando se encontra perdido, a condição de miserável própria do amante elegíaco (*me miserum!*). Afirma que o piloto foi vencido, razão pela qual governa sem arte a nave. Governar sem arte tem

uma significação muito especial. Quando volta a lembrar a mesma situação, no poema 1.11 dos *Tristia*, Ovídio insistirá no facto de que o piloto estava *inmemor artis*, sem se lembrar da sua arte. Na guerra amorosa, o vencedor é quem domina a arte da sedução (*Ars amatoria*), e o perdedor, o vencido, é quem a desconhece. Finalmente, não existe outro remédio senão suplicar misericórdia (*parcite*) aos deuses do Ponto, como tivera de fazer com Cupido quando se encontrava apaixonado. A uma situação de impotência anímica amorosa corresponde assim, em termos semelhantes, uma de impotência anímica perante a injustiça da *relegatio*. Comprovamos que, mais uma vez, o poeta recorre a tópicos e léxico da poesia que mais bem conhece, aquela da qual é mestre, a amorosa, para reflectir uma situação nova mas que manifesta muitos pontos de contacto com a anterior.

Mas o que pode chamar mais a atenção é que, para exprimir a impotência do exilado, se recorra a uma recuperação de tópicos não da impotência anímica do amante mas da própria impotência física, a sexual. Retomemos uma das expressões que mencionámos anteriormente, *inmemor artis*, que se encontra no dístico 21-22 de *Tr.* 1.11:

*ipse gubernator tollens ad sidera palmas
exposcit uotis, inmemor artis, opem.*

O piloto mesmo alçava, / esquecendo a profissão,
os braços para as estrelas / e rogava protecção.

Como dissemos, Ovídio lembra nele a cena anterior da tormenta, salientando o mais importante da situação. É claro que, como aponta Nagle¹³, uma intenção clara do Sulmonense nesta passagem é apontar ao leitor que o poeta está a escrever (*memor artis suae*), enquanto o piloto esqueceu a *ars* dele, pelo qual salienta a sua firmeza de ânimo. Mas *ars* tem, na poesia ovidiana amorosa, dois sentidos que muitas vezes se justapõem, como fazem o narrador-poeta e o narrador-amante: arte de escrever e arte de seduzir. O piloto da nave encarna nos dois poemas a transposição para o exílio do desespero e da impotência do amante, vencido e ignorante das artes que lhe são próprias. Existe um poema nos *Amores* onde o termo *inmemor* é também referido num contexto de impotência sexual (*Am.* 3.7.73-78):

*Hanc etiam non est mea dedignata puella
molliter admota sollicitare manu;
sed postquam nullas consurgere posse per artes
inmemoremque sui procubuisse videt,
«quid me ludis?» ait, «quis te, male sane, iubebat
invitum nostro ponere membra toro?»*

¹³ NAGLE (1980) 47.

A esta coisa aqui, a minha amada não se furtou, mesmo,
 a despertá-la, com doces movimentos da sua mão;
 mas, depois de não ser capaz de a levantar, fosse por que artes fosse,
 ao vê-la, ali, caída, deslembada de si, disse:
 «Porque troças de mim? Alguém te mandou, ó estupor,
 trazer, contrariado, o teu corpo para cima da minha cama?»

Neste fragmento, o membro viril do poeta não consegue lembrar-se de si próprio, isto é, daquilo que era antes, nem sequer com o auxílio das artes amorosas da *puella*. Este poema, *Am.* 3.7, constitui uma raridade no conjunto da elegia latina, por estar dedicado a esta situação de impotência sexual¹⁴. Acompanhando o seu texto poderemos comprovar como os casos de impotência vital do exilado Ovídio são descritos em ocasiões com recurso a tópicos e vocabulário que recuperam em certo sentido os usados na impotência sexual do amante Ovídio. Podemos verificá-lo em vários exemplos.

No poema programático que abre os *Amores*, Cupido apresenta-se ao poeta com todo o seu fulgor, altaneiro, ambicioso, cruel, poderoso. Vejamos como exemplo *Am.* 1.1.13-14, onde o poeta lhe critica as suas novas atribuições de inspirar os poetas:

*sunt tibi magna, puer, nimiumque potentia regna;
 cur opus adfectas, ambitiose, novum?*

Imensos são, ó menino, e bem poderosos os teus reinos;
 porque deitas a mão, cheio de avidez, a nova empresa?

Mas o mesmo deus apresenta-se de maneira muito diferente ao poeta exilado, como narra numa carta a Fábio Máximo (*Pont.* 3.3.13-16):

*Stabat Amor, uultu non quo prius esse solebat,
 fulcra tenens laeua tristis acerna manu,
 nec torquem collo neque habens crinale capillo
 nec bene dispositas comptus ut ante comas.*

Amor lá estava, o seu rosto / não como antes costumava:
 triste, e a sua mão esquerda / na velha cama apoiava,
 sem gargantilha o pescoço / o cabelo sem mais nada
 e sem compor como dantes / a juba bem penteada.

O poeta recebe o deus entre sonhos, mas a sua penosa situação tem reflexo nas preocupações que tenta disfarçar com esse descanso e no lamentável estado do seu corpo estendido lânguido sobre o leito (vv.7-8):

¹⁴ Esta é mencionada noutros lugares da poesia elegíaca, como por exemplo Tib. 1.5.39-40:
*saepe aliam tenui, sed iam cum gaudia adirem,
 admonuit dominae deseruitque Venus,*
 mas são sobretudo alusões breves, nunca um poema completo como o ovidiano.

*Publica me requies curarum somnus habebat
fusaque erant toto languida membra toro,*

Estava preso do sono, / vulgar alívio da dor,
por todo o leito estendia / membros cheios de torpor.

A expressão *languida membra*, com uma poderosa evocação sexual, lembra uma situação de impotência. De facto, *Am.* 3.7, começa deste modo:

*At non formosa est, at non bene culta puella,
at, puto, non votis saepe petita meis!
hanc tamen in nullos tenui male languidus usus,
sed iacui pigro crimen onusque toro;*

É certo que não é formosa, é certo que não é muito elegante esta mulher,
é certo, julgo eu, que não foi muitas vezes objecto de meus desejos;
mesmo assim, para desgraça minha, tive-a em meus braços relaxados, sem qualquer proveito,
mas fiquei estendido, feito um traste e um peso na preguiça da cama.

Para dizer mais à frente, depois de um fragmento que acabámos de citar (*Am.* 3.7.77-78):

*«quid me ludis?» ait, «quis te, male sane, iubebat
invitum nostro ponere membra toro?»*

«Porque troças tu de mim? Alguém te mandou, ó estupor,
trazer, contrariado, o teu corpo para cima da minha cama?»

Mas podemos aprofundar ainda mais a maneira como o poeta expressa a sua impotência sexual e a sua impotência social no exílio para descobrir semelhanças reveladoras. Nesse mesmo fragmento inicial de *Am.* 3.7., após uma explicação de como ficava decaído, sem fazer adequado uso da rapariga que se lhe oferecia, descreve metaforicamente a maneira como se sentiu, como se fosse uma afronta ou um crime e até uma espécie de peso morto ou carga para o próprio leito. No primeiro dos termos não precisamos de insistir para compreender imediatamente a sua relação com a poesia do exílio. É bem sabido que dois *crimina*, um *carmen* e um *error*, foram as causas da desgraça ovidiana, e que a palavra se repete constantemente na poesia do exílio (57 vezes aparece a palavra *crimen* nos *Tristia* e *Epistulae ex Ponto*, sem contar por tanto *In Ibin*, mas só 25 vezes nos *Amores*; *error*, por exemplo, surge por 22 vezes nestas obras do exílio e apenas 2 vezes nos *Amores*). Mas chama ainda mais a atenção a sua denominação de *onus*, carga, peso morto, quando se apresenta como impotente. Da mesma maneira que se transformou numa carga para o leito e para a moça no momento da sua impotência sexual, assim se vê a si próprio em relação a um dos seus amigos em duas cartas, uma dos *Tristia* (5.6.1-6) e outra das *Epistulae ex Ponto* (2.3.73-74):

*Tu quoque, nostrarum quondam fiducia rerum,
qui mihi confugium, qui mihi portus eras,
tu quoque suscepti curam dimittis amici,
officiique pium tam cito ponis onus?
sarcina sum, fateor, quam si non tempore nostro
depositurus eras, non subeunda fuit.*

Também tu, que eras outrora / guardião dos meus assuntos,
que foste para mim porto /seguro e refúgio juntos,
também tu deixas agora / o cuidado da amizade,
e tão cedo o santo peso / da responsabilidade?
Confesso ser uma carga / mas se, o momento chegado,
segurá-la não querias, / não devias tê-la aceitado.

*quod cum uestra domus teneris mihi semper ab annis
cultu sit, esse uetus me tibi cogit onus.*

E, tendo eu desde o berço / sempre a tua casa honrado,
a ser para ti agora / velha carga sou forçado.

Dá-se a circunstância de que, quer numa quer noutra carta, se tem querido ver como destinatário Cota Máximo, isto apesar de os *Tristia* não terem interlocutor expresso e de, na epístola *ex Ponto* mencionada, apenas se dizer que vai dirigida a Máximo, sem especificar se se trata de Cota ou Fábio.

Outra metáfora que o poeta utiliza na mesma composição (*Am.* 3.7) é a da sombra, associada de novo ao peso morto. Com efeito, o poeta pergunta-se se nessa ocasião continuava a ser um corpo (activo) ou se se tinha transfigurado em apenas uma sombra (passiva) (*Am.* 3.7. 15-16):

*truncus iners iacui, species et inutile pondus,
et non exactum, corpus an umbra forem.*

Ali fiquei estendido, inerte, um fantasma e um peso inútil;
e nem se percebia se era um corpo ou uma sombra.

No terceiro livro dos *Tristia*, livro supostamente escrito durante o primeiro ano em Tomos, quando o Sulmonense começa a aceitar a ideia de que o exílio era mesmo a sério, a elegia 11 é a única dirigida a um inimigo, entre as muitas dedicadas a amigos. Aqui o poeta sente-se impotente perante uma personagem que o hostiliza à distância. Ovídio descreve a sua cruel situação, as suas penalidades, para mostrar a mesquinhez que significa atacar alguém caído, alguém que não consegue defender-se a si próprio, um poeta indefeso. Ao seguir este raciocínio, chega a dizer (*Tr.* 3.11.25-26):

*Non sum ego quod fueram. Quid inanem proteris umbram?
quid cinerem saxi bustaque nostra petis?*

Porque pisa sombra estéril, / se não sou quem era dantes?
Porque é que atacas com pedras / as minhas cinzas restantes?

A sombra de um corpo, de um ser, é aquilo que fica depois da morte na maior parte das ideias religiosas romanas. Por isso, não deve estranhar-se que, continuando com essa ideia, o poeta impotente de *Am.* 3.7 se pergunte se está vivo, pois a falta de vigor sexual significa a falta de masculinidade e de vida (*Am.* 3.7.57-60):

*illa graves potuit quercus adamantaque durum
surdaque blanditiis saxa movere suis.
digna movere fuit certe viuosque viosque;
sed neque tum vixi nec vir, ut ante, fui.*

Ela, até pesados carvalhos e o diamante mais rijo
e surdos penedos era capaz de despertar com suas meiguices;
e era também merecedora, por certo, de despertar tudo quanto é vivo e homem;
mas eu não estava vivo nem era homem, como antes fora.

O poeta exilado também pergunta ao seu amigo Messalino se deve ser considerada vida essa espécie de morte que ele sofre, entre o frio e as setas dos Citas. A impotência do desterro tem reflexo nuns tópicos e num léxico que lembram as dúvidas que a impotência sexual semeou (*Pont.* 1.7.9-10):

*Non satis est inter glaciem Scythicasque sagittas
uiuere, si uita est mortis habenda genus.*

Não chega entre setas citas / e este frio glacial do Norte,
ter de viver (se por vida / tenho este tipo de morte).

Como vimos, Ovídio serve-se de muitos recursos habituais na sua elegia erótica para a composição da poesia do exílio. Não é nada de surpreendente num autor cuja complexidade conceitual atinge níveis tão elevados. O poeta será sempre o *tenerorum lusor amorum*, como se denomina a si próprio no terceiro livro dos *Tristia* (*Tr.* 3.3.73); escrevendo elegia (e o poeta empenha-se em lembrar constantemente ao leitor que é elegia que escreve), tinha de recorrer à sua obra anterior. Nos *Amores* já tinha justaposto constantemente um significado erótico e outro metapoético, utilizando o léxico amoroso para a reflexão sobre a própria poesia. Não se esperava outra coisa senão que o poeta utilizasse na sua produção do exílio um material já provado com sucesso na poesia amorosa. A genialidade desta auto-imitação residia na economia literária, multiplicando os conceitos numa extensão reduzida, ao aproveitar símbolos, léxico, tópicos, da sua poesia anterior. Um dos âmbitos onde se produz esta economia de composição é o da frustração, a situação de indefeso, a impotência do exilado, motivo que, como se há-de supor, inunda toda a obra

ovidiana do desterro e que, como pudemos comprovar, aproveita os materiais da impotência amorosa em geral (anímica) e sexual em particular (física) da forma como surgem nos *Amores*.

CÍCERO E OVÍDIO: O PODER DA *VXOR* EM CONTEXTO DE EXÍLIO

EMÍLIA M. ROCHA DE OLIVEIRA
Universidade de Aveiro

JOÃO M. NUNES TORRÃO
Universidade de Aveiro

O poder, como todos sabemos, pode ser exercido de variadas maneiras e, nos seus limites, pode passar por uma evidência clara do seu exercício, como é o caso de quem exerce cargos políticos, até a um quase completo e, às vezes, propositado apagamento dos traços visíveis da sua acção, como fazem os que, na sombra, por motivos nobres ou nem por isso, influenciam as decisões mais importantes que têm vindo a ser tomadas no governo dos diversos povos. Além disso, pode assumir envolvências diversas que passam pelo poder psicológico, pelo poder moral, pelo poder de intervenção, pelo poder político, entre outras.

Na antiga Roma, o desempenho de funções reconhecidamente públicas encontrava-se vedado às mulheres. Embora estas tivessem conquistado paulatinamente alguma liberdade social e significativa independência ao nível da lei privada, no âmbito da lei pública, o seu estatuto permaneceu bastante limitado¹. Indirectamente, porém, — ou melhor, sem assumirem um evidente protagonismo — as mulheres desempenhavam um papel importante e, por vezes, decisivo no curso da história política de Roma², mas aquelas que foram além das funções tradicionalmente definidas para o sexo feminino causaram alguma tensão na sociedade romana³, de tal modo que se pode dizer que a sociedade patriarcal romana condenava qualquer incursão feminina no mundo da política⁴.

¹ A única forma de intervenção pública da qual as mulheres não se encontravam absolutamente excluídas era a esfera religiosa. Veja-se o exemplo do colégio das Vestais. As seis sacerdotisas eram, de certa forma, tratadas como homens; participavam em banquetes públicos, tinham acesso a lugares de honra nos jogos e o direito de fazer os seus próprios testamentos. Cf. FANTHAM (1994) 225, 235-237.

² Cf. BAUMAN (1992) XII, XIII, 2. Veja-se também o fortíssimo papel desempenhado por Augusta em toda a acção do primeiro *princeps* de Roma.

³ Cf. BAUMAN (1992) 10-12; FANTHAM (1994) 326.

⁴ Veja-se o exemplo de Semprónia, que, juntamente com outras mulheres de elevada estirpe, apoiou a conspiração de Catilina para derrubar o governo do ano 63 a. C. Salústio descreve-a como uma mulher perversa, e imoral, que usa os atributos de mulher ideal para fins subversivos: *Sed in eis erat Sempronia, quae multa saepe uirilis audaciae facinora commiserat. Haec mulier genere atque forma, praeterea uiro atque liberis satis fortunata fuit; litteris Graecis et Latinis docta, psallere et saltare elegantius, quam necesse est probae, multa alia, quae instrumenta luxuriae sunt. Sed ei cariora semper omnia quam decus atque pudicitia fuit; pecuniae an famae minus paceret, haud facile discerneres; libido sic accensa, ut saepius peteret uiros quam peteretur. Sed ea saepe antehac fidem prodiderat, creditum abiurauerat, caedis conscia fuerat, luxuria atque inopia praeceps abierat. Verum ingenium eius haud absurdum; posse uersus facere, iocum mouere, sermone uti uel modesto uel molli uel procaci; prosus multae facetiae multusque lepos inerat.* (Sal., *Cat.* 25). Independentemente de esta descrição corresponder ou não à realidade, o ataque de Salústio à moralidade desta mulher revela

No final da República, as mulheres de condição social elevada tinham uma margem de liberdade considerável, eram detentoras de bens consideráveis que geriam conforme a sua vontade, eram cultas e tinham a sua própria vida social. Por vezes, podiam até intervir na vida pública, lidando com questões estritamente relacionadas com os interesses da família⁵, mormente em situações em que marido e mulher eram obrigados a separar-se um do outro. Circunstâncias específicas como o exílio do marido, a assunção por parte deste do governo de uma província, ou, ainda, o cumprimento do serviço militar davam à esposa a oportunidade de sair da esfera doméstica a que tradicionalmente estava confinada para entrar na esfera pública, em regra reservada ao homem; a mulher tinha de cuidar da família e olhar pelos interesses do marido⁶. Em situações como estas, a assunção de uma posição de liderança e poder por parte da mulher no seio da família, perspectivada pelo casal como natural e necessária, não provocava qualquer tipo de tensão ou desarmonia conjugal. Afinal, o objectivo era velar pelo bem de todos os indivíduos que compunham a célula familiar.

O exílio, em particular, dava origem a uma situação muito especial no relacionamento entre marido e mulher. Ao contrário do que hoje acontece nas sociedades ocidentais, não existiam na sociedade romana partidos políticos, organizações não governamentais ou instituições de caridade que pudessem prestar apoio emocional, político e financeiro a indivíduos que viviam exilados. Era à família e aos amigos mais chegados que cabia prestar apoio ao exilado, defendendo os seus interesses em Roma. Em situação de exílio

o desconforto da sociedade romana em relação a mulheres que ousavam ultrapassar os limites impostos à sua condição. Semprónia não é exemplo único de uma mulher do final da República familiarizada com o sistema político romano, que ousou libertar-se do papel que tradicionalmente a confinaria ao lar, para agir na esfera pública. Clódia, irmã do tribuno da plebe P. Clódio Pulcro e suposta amante de Catulo (geralmente identificada com Lésbia), desempenhou um papel importante no julgamento do seu anterior amante, M. Célio Rufo. Após Célio ter posto fim a esta relação amorosa, Clódia procurou vingança, aliando-se a L. Semprónio Atratino, filho de L. Calpúrnio Béstia, que tinha sido acusado por Célio de corrupção eleitoral em 56 a. C., mas que acabou por ser considerado inocente. Quando Béstia se candidatou a pretor no final desse mesmo ano, quis silenciar Célio como forma de prevenir outro ataque do seu inimigo. Clódia e Béstia uniram-se então, como aliados políticos, contra Célio, usando o tribunal criminal público para alcançarem os seus intentos. Cf. GREBE (2003) 134 sq.

⁵ Cf. CARY (1970) 456 sq.

⁶ Cf. GREBE (2003) 134. O mesmo autor apresenta Fúlvia como um dos exemplos mais conhecidos de mulheres politicamente activas neste período. Enquanto o seu terceiro marido, Marco António, esteve no Oriente, ela velou pelos interesses dele em Roma (Plu., *Ant.* 28.1). Após a derrota em Múтина no ano 43 a. C., Fúlvia impediu que ele fosse declarado inimigo público (App., *BC* 3.51). Posteriormente, no início do conflito entre Octaviano e Marco António, exortou publicamente os soldados do marido a manterem-lhe a fidelidade. (App., *BC* 5.14). Além dos exemplos de Semprónia, Clódia e Fúlvia, o mesmo autor (cf. 135, n. 28) refere o nome de outras mulheres que se movimentaram na esfera pública e que tiveram manifesta influência política no séc. I a. C. A saber: Précia, seguidora de Mário e depois de Sula; Servília, amante de César e mãe do tiranicida Marco Bruto; Hortênsia, filha do famoso orador, que se opôs à imposição de uma taxa especial sobre as mulheres. Sobre estas mulheres, vide também BAUMAN (1992) 65-89.

do *paterfamilias*, os papéis tradicionais de cada um dos membros do casal alteravam-se consideravelmente, em especial o da esposa. Perante a situação vulnerável do marido, ela era obrigada a emergir da esfera doméstica e a assumir uma posição de liderança no domínio público, protegendo os bens da família, patrocinando o regresso do marido à pátria e resolvendo todo o tipo de problemas financeiros. Esta inversão dos papéis tradicionais fica perfeitamente clara na correspondência que Cícero trocou com a sua amantíssima esposa Terência, como ele lhe chama, durante o seu exílio⁷.

O casamento de Cícero com Terência durou aproximadamente trinta anos e terá ocorrido por volta do ano 78 a. C.⁸. Em termos afectivos, terá sido este o período em que marido e esposa terão estado mais próximos⁹; as primeiras quatro cartas do Livro XIV, escritas precisamente durante os meses de exílio, denotam o carinho e a cumplicidade que os unia¹⁰. A elevada pressão psicológica a que então Cícero esteve sujeito induziu-o a expressar na correspondência que com ela trocou o amor, a confiança, o respeito e a admiração que nutria pela mulher¹¹ e, em simultâneo, a dar a conhecer alguns dos seus procedimentos em Roma.

Essas quatro missivas não terão sido as únicas enviadas pelo estadista à esposa durante os dezoito longos meses de exílio; ter-se-ão perdido muitas outras, suprimidas, talvez, por serem irrelevantes na perspectiva de quem as divulgou, ou, quiçá, por serem demasiado pessoais¹². De Terência, não nos chegou nenhuma. Sabemos, no entanto, que escrevia regularmente ao marido, já que muitas das cartas escritas por este mais não são do que respostas ou

⁷ Cf. GREBE (2003) 127.

⁸ Plutarco não situa cronologicamente a união, referindo-a apenas indirectamente, quando inclui o dote de Terência na lista dos bens de Cícero (cf. *Cic.* 8.2). Pensa-se, no entanto, que o casamento terá ocorrido no ano 79, ou seja, imediatamente antes da visita de Cícero a Atenas e ao Oriente (cf. RAWSON (1975) 25; SHACKLETON BAILEY (1971) 22) ou, então, no ano 77 (cf. MITCHELL (1979) 99; TREGGIARI (1991) 92 sq., nota 44). Vide também SCHMIDT (1893) 1.175, onde se discute a data em que terá ocorrido o casamento; DRUMANN-GROEBE (1899-1929) v. 6, 610, onde se afirma que a união terá ocorrido por volta do ano 79 e se diz que Cícero teria então vinte e sete anos e a mulher cerca de menos dez que o marido. Terência levou consigo um bom dote, pelo que Cícero terá beneficiado socialmente com a união. Leia-se e.g. o que afirma TREGGIARI (1991) 92 sq.: «Cicero married the well-born and well-dowered Terentia after his brilliant defence of Roscius in 80 and in good time for his candidacy for the quaestorship in 76. The first marriage of a *homo nouus*, particularly if he won a woman whose family had an assured position in politics, provides the best evidence of how a woman's family might back a potential front-runner.» Cf. SHACKLETON BAILEY (1971) 22. Segundo GARDNER (1986) 101, Terência levou consigo «at least 400,00 sesterces cash and some urban real estate which brought in a large income (...); segundo CARCOPINO (1947) 233, «Plutarque, qui arrête à 900.000 sesterces le patrimoine de Cicéron, estime à 1.200.000 sesterces le douaire de Terentia (...).» Cf. *Plu., Cic.* 8, 3.

⁹ Cf. CLAASSEN (1996) 214.

¹⁰ As cartas *Fam.* 14.1-4 foram escritas entre Abril e Novembro do ano 58 a. C.

¹¹ Cf. GREBE (2003) 143. Note-se que, nestas circunstâncias, Cícero só tinha vantagens em expressar este tipo de sentimentos e não se podia dar ao luxo de hostilizar, por pouco que fosse, a pessoa que estava a defender os seus interesses.

¹² Cf. CLAASSEN (1996) 214.

agradecimentos às missivas remetidas pela esposa.

Cícero deixou Roma em Março de 58, antecipando-se, dessa forma, à sua expulsão¹³. Terência poderia ter acompanhado o marido no exílio, mas não o fez. O estadista preferiu que a esposa permanecesse em Roma, acreditando que ela lhe poderia ser muito mais útil aí do que no local onde iria permanecer exilado¹⁴. Por intermédio de Terência, Cícero poderia «estar presente» na *Vrbs*¹⁵.

No dia do embarque, a 29 de Abril, escreveu a Ático e a Terência cartas reveladoras da dor que então o consumia. As primeiras linhas dirigidas à esposa e aos filhos revelam-nos um homem destroçado e pessimista, que estava a sofrer de forma atroz com a separação imposta da família. Escrevia menos vezes do que aquelas que poderia, porque, de cada vez que o fazia, ou de cada vez que lia as cartas enviadas pela família, rompia em pranto:

*Ego minus saepe do ad uos litteras quam possum propterea quod cum omnia mihi tempora sunt misera, tum uero, cum aut scribo ad uos aut uestras lego, conficior lacrimis sic ut ferre non possim.*¹⁶

Escrevo-vos menos vezes do que aquelas que me é possível, porque, como os tempos são para mim de infortúnio, quando vos escrevo ou leio as vossas cartas, sou dominado pelas lágrimas de uma tal maneira que não consigo suportá-lo.

Assumindo-se como responsável pela situação precária e difícil em que então se encontrava, pouco confiante num futuro melhor, esperava que a vida lhe desse, ao menos, a oportunidade de reencontrar a esposa amantíssima (*mea uita*) para, então, morrer nos seus braços:

Quod utinam minus uitae cupidi fuisset! Certe nihil aut non multum in uita mali uidisset. Quod si nos ad aliquam alicuius commodi aliquando recipiendi spem Fortuna reseruauit, minus est erratum a nobis; si<n> haec mala fixa sunt, ego uero te quam primum, mea uita, cupio uidere et in tuo complexu emori, quoniam neque di,

¹³ No início de 58, o tribuno da plebe P. Clódio Pulcro, movido por razões de ordem pessoal (Cícero havia testemunhado contra ele no julgamento que o implicava no célebre escândalo da *Bona Dea*), foi autorizado a condená-lo ao exílio, com a conivência e atitude passiva de Pompeio, apesar de anteriores promessas de amizade e apoio mútuo. Clódio fez afixar um projecto-lei — *lex Clodia de capite ciuis Romani* — que previa o exílio e a confiscação de bens (*aquae et ignis interdictio*) para quem tivesse feito executar um cidadão romano sem julgamento prévio. O visado por esta lei era Cícero, responsável pela morte dos cúmplices de Catilina. Perturbado e numa atitude de desespero, Cícero antecipou o seu exílio, refugiando-se na Grécia. Em resposta a esta sua saída de Roma, Clódio propôs uma segunda lei — *lex Clodia de exsilio Ciceronis* — que estipulava de forma clara contra o estadista a pena de morte civil, a *aquae et ignis interdictio*. Conforme se afirma em OLIVEIRA (2005a) 234, «sentindo-se visado pela sua acção contra os adeptos de Catilina, Cícero pretendeu antecipar-se, retirando-se para a Grécia. Mas Clódio, mesmo assim, fez legalizar esse auto-exílio, com consequente destruição da casa do seu inimigo em Roma.»

¹⁴ Cf. *Fam.* 14.3.5; *Q. fr.* 1.3.3.

¹⁵ GREBE (2003) 136.

¹⁶ *Fam.* 14.4.1.

*quos tu castissime coluisti, neque homines, quibus ego semper seruiui, nobis gratiam rettulerunt.*¹⁷

Oxalá me tivesse preocupado menos com a vida! Certamente não teria conhecido as suas agruras, não tantas, pelo menos! Se a Fortuna me preservou para alguma esperança de um dia recuperar alguma felicidade, então é porque o meu erro não foi tão grave. Mas se estas desgraças vieram para ficar, então eu quero ver-te quanto antes, vida minha, e morrer nos teus braços, já que nem os deuses que tu tão piamente honraste, nem os homens a quem eu sempre servi nos recompensaram.

Não concebendo a ideia de viver longe da mulher e, ao mesmo tempo, alimentando a esperança de poder vir a reentrar em Roma, suplicou a Terência que empenhasse todas as suas forças no regresso do marido a casa. Se o seu exílio se prolongasse no tempo, e porque as saudades que sentia já da família eram imensas, esperava que a esposa fosse viver com ele, para ver mitigado o seu sofrimento:

*O me perditum, o me adflictum! Quid nunc? Rogem te ut uenias, mulierem aegram, et corpore et animo confectam? Non rogem? Sine te igitur sim? Opinor, sic agam: si est spes nostri reditus, eam confirmes et rem adiues; sin, ut ego metuo, transactum est, quoquo modo potes, ad me fac uenias. Vnum hoc scito: si te habeo, non mihi uidebor plane perisse.*¹⁸

Oh, que desespero o meu! Oh, que aflição a minha! Que hei-de fazer agora? Pedir-te que venhas, sendo tu uma mulher doente, física e psicologicamente exausta? Não pedir? Terei eu de viver sem ti? Eis o que farei: se existe esperança no meu regresso, peço-te que a reforces e que apoies a minha causa; se, pelo contrário, como temo, tudo estiver decidido, faz o que te for possível para vires ter comigo. Quero que saibas apenas isto: se te tiver junto de mim, não me sentirei totalmente perdido.

Forçado à separação dos filhos, confiou a Terência o futuro de Túlia e de Marco. Emocionou-se ao desejar que o casamento da filha fosse feliz e preservado de desonra¹⁹ e ao ansiar poder ter ao seu colo e estreitar nos seus braços o pequeno Marco Cícero, que então contava seis anos:

*Sed quid Tulliola mea fiet? Iam id uos uidete; mihi deest consilium. Sed certe, quoquo modo se res habebit, illius misellae et matrimonio et famae seruiendum est. Quid? Cicero meus quid aget? Iste uero sit in sinu semper et complexu tuo. Non quoque plura iam scribere; impedit maeror.*²⁰

¹⁷ *Ibid.*

¹⁸ *Fam.* 14.4.3.

¹⁹ Túlia havia casado com Pisão Frúgi depois de 63 e, ao que parece, o dote dela ainda não tinha sido pago por inteiro. Cf. SHACKLETON BAILEY (1977) 285 sq., nota 10 ad *Fam.* 14.4.3.

²⁰ *Fam.* 14.4.3. Cf. *Fam.* 14.1.3.

Mas o que será da minha Tuliazinha? Decide tu, eu nada tenho a sugerir. Uma coisa é certa, independentemente do que vier a acontecer, é imperativo que se preservem o casamento e o bom-nome da pobre pequena. E quanto ao meu filho Cícero? Que fará? Espero que continue sempre abrigado no teu peito e no teu abraço. Não consigo escrever mais; a dor impede-me de continuar.

Preocupava-se igualmente com o futuro de Terência, temendo a confiscação dos seus bens:

*Tu quid egeris nescio, utrum aliquid teneas an, quod metuo, plane sis spoliata.*²¹

Não sei como te tens arranjado; continuas a ter alguns bens na tua posse, ou, tal como receio, foste espoliada de tudo?

Durante o exílio, como em muitas outras ocasiões, Terência actuou como agente do marido, cuidando dos interesses dele em Roma. Pouco tempo depois da partida do estadista, a esposa manifestou alguma preocupação com a possibilidade de ele vir a conceder a *manumissio* aos escravos que eram pertença da família. O marido, no intuito de a tranquilizar, assegurou-lhe que ela poderia decidir o destino dos seus próprios escravos²². Aos dele, em caso de confiscação dos seus bens, deveria conceder-se a manumissão. Na eventualidade de este cenário não se confirmar, esses escravos, à excepção de um pequeno número, permaneceriam sua propriedade:

*De familia liberata, nihil est quod te moueat. Primum tuis ita promissum est, te facturam esse ut quisque esset meritus; (...) Ceterorum seruorum ea causa est ut, si res a nobis abisset, liberti nostri essent, si obtinere potuissent; sin ad nos pertinerent, seruirent praeterquam oppido pauci.*²³

Quanto à manumissão dos escravos, não há motivo para te preocupares. Em primeiro lugar, foi prometido aos teus que irias ter em conta o mérito de cada um. (...) A situação dos outros escravos é a seguinte: se os meus bens deixassem de me pertencer, eles seriam os meus libertos, caso eles conseguissem fazer valer esse estatuto; se, pelo contrário, continuassem a ser minha propriedade, permaneceriam meus escravos, à excepção de um pequeno número.

A *manumissio* permitir-lhe-ia, assim, furtar-se, pelo menos parcialmente, às consequências de uma confiscação, não o obrigando a uma perda total dos seus bens; se a manumissão precedesse a confiscação, os escravos libertos não

²¹ *Fam.* 14.4.4.

²² TREGGIARI (1991) 326 comenta desta forma a atitude de Cícero: "In the crisis of 58, when Cicero was at least thinking of manumitting slaves in case his property was confiscated, he assures Terentia that he had only told her slaves that she would act in accordance with the deserts of each of them. Since he could not manumit slaves who were her private property, it sounds very much as if he must mean dotal slaves. Although the formal manumission would need to come from him, he implies the decision would be hers."

²³ *Fam.* 14.4.4.

poderiam ser incluídos no inventário dos bens a leiloar em hasta pública²⁴.

Mas não era apenas na resolução de questões de natureza prática que Terência apoiava Cícero. Apesar de distante fisicamente, ela não deixava de o exortar a ser corajoso e a manter a esperança na chegada de dias melhores. A força do seu carácter contrastava com a vulnerabilidade emocional em que o marido havia caído:

²⁴ Segundo SHACKLETON BAILY (1977) 286, nota 7 ad *Fam.* 14.4.4, os bens pessoais de Cícero seriam vendidos *sub hasta*, mas poderiam ser adquiridos por alguém da sua confiança (como Ático, por exemplo) que, desse modo, evitaria que ele os perdesse irrevogavelmente. Cícero parece ter decidido conceder a manumissão aos seus escravos *inter amicos*, isto é, informalmente, ciente de que a manumissão (que, sendo informal, podia ser revogada por ele), em última instância, não se confirmaria, a não ser para alguns. Se, por outro lado, os seus bens fossem mesmo alienados, os escravos poderiam reclamar o estatuto de libertos, embora Cícero duvidasse da legitimidade dessa reclamação. Como afirma DIXON (1984) 80 sq., a discussão de questões como esta na correspondência de Cícero lança alguma luz sobre a distribuição e administração dos bens dentro do casamento. Segundo a autora, Cícero deveria ser o dono dos escravos. Todavia, neste passo, fez distinção entre os de Terência (*tui*) e os seus (*nos, nostri*). Terência poderia decidir o destino dos escravos dela, optando ou não por adotar a medida de precaução que constituía a *manumissio*. Aos de Cícero, porém, poderia vir a ser necessário conceder o estatuto de *liberti*. Os escravos que Cícero designou *tui* eram, pensa-se, parte do *dos* de Terência. De acordo com a lei, um marido romano (ou o *paterfamilias*), ao receber a esposa, tornava-se imediatamente dono do *dos* que ela levava consigo para o casamento. Era este o *status quo*, mesmo depois da instituição, no tempo de Augusto, das limitações ao direito do marido de alienar ou hipotecar terreno dotal (Cf. Gaius, *Inst.* 2.63: *Nam dotale praedium maritus inuita muliere per legem Iuliam prohibetur alienare, quamvis ipsius sit uel mancipatum ei dotis causa uel in iure cessum uel usucaptum. quod quidem ius utrum ad Italica tantum praedia an etiam ad prouincialia pertineat, dubitatur.*). Neste sentido, o dote poderia ser incluído numa lista oficial dos seus pertences, mas, já que, na sua essência, era passível de ser devolvido, era habitual o marido referir-se-lhe, de forma vaga, como sendo pertença da mulher (cf. Plb. 31.27.4). Não é claro se Cícero se estava a referir à *manumissio* como um facto cumprido ou como uma possibilidade que ele encarava: a expressão *de familia liberata* poderia ser condicional ou significar apenas «quanto à questão de emancipar os escravos» (cf. DIXON (1984) 81; vide ainda SHACKLETON BAILEY (1977) 286, nota 3 *ad loc.*: «Cícero (...) is speaking from his wife's standpoint; she thought there had been a general manumission.»). De qualquer forma, Cícero poderia emancipar escravos de Terência, na qualidade de dono, somente se os bens em questão fizessem parte do dote dela. Ele não poderia dar ou ter em consideração esse passo se eles pertencessem à esposa no sentido legal, e o texto, tal como se apresenta, estaria assim a induzir em erro. Significa isto que a esposa poderia perder o dote 'dela' se os bens do marido fossem confiscados? Esta questão tem sido muito debatida. Diversos estudiosos têm proposto diferentes soluções ao longo dos séculos – uns defendendo que o dote era normalmente excluído da confiscação, outros que era incluído. Não existem certezas quanto a esta questão. Para Cícero, o que importava verdadeiramente é que a confiscação do dote de Terência era uma possibilidade. Jurista experimentado e conhecedor do poder e da sede de vingança de Clódio, desejava tranquilizar a esposa quanto aos escravos que faziam parte do seu dote, assegurando-lhe que os bens não estavam irremediavelmente perdidos. Achava, como administrador do dote, que lhe devia uma explicação. Mesmo que o *dos* de Terência pudesse ser confiscado com os seus bens, Cícero considerava-se responsável perante a esposa pela administração que dele fizesse. Acreditava, porém, que, se tudo corresse bem, poderia preservar o *dos* da esposa, mesmo que os seus próprios bens viessem a ser alvo de confiscação. Apesar de, em alguns momentos, poder ter receado que os bens dela estivessem em risco, no fundo, tinha esperanças de que o pior não viesse a acontecer, já que os bens dela eram legalmente distintos dos seus. Cf. DIXON (1984) 80-82.

*Tu quod me hortaris ut animo sim magno et spem habeam recuperandae salutis, id uelim sit eius modi ut recte sperare possimus.*²⁵

Tu exortas-me a que me mantenha bastante animado e confiante na recuperação da minha integridade; gostaria que houvesse maneira de poder aspirar verdadeiramente a isso.

Depois de retribuir o apoio moral dado por Terência²⁶, Cícero despediu-se emocionado da esposa e dos filhos, dirigindo-lhes, individualmente, palavras carinhosas e encomiásticas, comprovativas do afecto que a todos unia:

*Cura, quod potes, ut ualeas et sic existimes, me uehementius tua miseria quam mea commoueri. Mea Terentia, fidissima atque optima uxor, et mea carissima filiola et spes reliqua nostra, Cícero, ualete.*²⁷

Cuida, na medida do que te é possível, da tua saúde, e acredita que o teu infortúnio me comove mais do que o meu. Minha Terência, a mais fiel e a melhor das esposas, minha muito querida filhinha, e (Marco) Cícero, nossa última esperança, adeus.

Cerca de cinco meses depois²⁸, as saudades da família eram tais que, quando tentava escrever-lhe algumas palavras, rompia em lágrimas abundantes, culpando-se pela situação difícil em que tinha deixado a esposa e a filha:

*Ad te uero et ad nostram Tulliolam non queo sine plurimis lacrimis scribere. Vos enim uideo esse miserrimas, quas ego beatissimas semper esse uolui idque praestare debui, et, nisi tam timidi fuissetus, praestitisset.*²⁹

Não consigo escrever-te a ti e à nossa Tuliazinha sem chorar copiosas lágrimas. De facto, vejo que se encontram muito infelizes, vocês que eu sempre quis que fossem muito felizes e a quem eu deveria ter garantido a felicidade — e teria, se não tivesse sido tão cobarde.

Para ilustrar o seu sentimento de culpa, Cícero referiu, depois, um incidente que envolveu a esposa e que lhe causou grande tristeza e frustração. De acordo com o que o amigo P. Valério lhe narrara, Terência teria sido arrastada à força

²⁵ *Fam.* 14.4.5.

²⁶ *Fam.* 14.4.6: *Quod reliquum est, sustenta te, mea Terentia, ut potes honestissime.*

²⁷ *Fam.* 14.4.6. O recurso a adjectivos no grau superlativo para referir os membros da família denota o amor e a admiração que Cícero nutria pelos seus, nesta situação de carência afectiva. Cf. *Fam.* 14.3.2.

²⁸ Mais precisamente, a 5 de Outubro de 58.

²⁹ *Fam.* 14.2.1. Note-se a utilização dos superlativos de sentido antitético (*miserrimas/beatissimas*), reveladora de quão dilacerada se encontrava a alma do remetente da carta. Cf. *Fam.* 14.1.1; 14.3.1.

desde o Templo de Vesta³⁰ até à *Tabula Valeria*³¹ e sujeita a alguma forma de humilhação pública, possivelmente devido às suas diligências em favor do marido ausente³². Cícero recriminou-se amargamente por este incidente; em vez de ser motivo de honra para Terência e para os filhos, apenas lhes trouxera desonra³³. O incidente da *Tabula Valeria* fê-lo culpar-se:

*A te quidem omnia fieri fortissime et amantissime uideo, nec miror, sed maereo casum eius modi ut tantis tuis miseriis meae miseriae subleuentur. Nam ad me P. Valerius, homo officiosus, scripsit, id quod ego maximo cum fletu legi, quem ad modum a Vestae ad Tabulam Valeriam ducta esses. Hem, mea lux, meum desiderium, unde omnes opem petere solebant, te nunc, mea Terentia, sic uexari, sic iacere in lacrimis et sordibus, idque fieri mea culpa, qui ceteros seruauit ut nos periremus!*³⁴

Vejo que fazes tudo com muita coragem e muito amor, e isso não me surpreende, mas dói-me muito que os meus infortúnios sejam atenuados à custa do teu infortúnio. P. Valério, homem dedicado, contou-me — o que me fez chorar muito quando li — como foste conduzida do Templo de Vesta até à *Tabula Valeria*. Ah, luz da minha vida, meu amor, a quem todos costumavam pedir ajuda, e agora, querida Terência, vexada desta maneira, mergulhada em lágrimas e na desonra, e é por minha culpa que isso acontece, que preservei outros para nos levar à ruína!

Na sequência do seu exílio, Cícero acabou por perder a casa. A integridade do dote de Terência, cuja administração era da responsabilidade do marido, poderá ter estado também em risco — ainda que ele tenha tentado protegê-lo da confiscação —, mas os bens pessoais da esposa, ao que parece, terão permanecido intactos, e Cícero considerava que assim deveriam permanecer. Quando soube que ela andava a gastar os seus rendimentos pessoais em prol da causa do marido, não conseguiu deixar de admoestá-la por isso:

Quod de domo scribis, hoc est de aera, ego uero tum denique mihi uidebor restitutus, si illa nobis erit restituta. Verum haec non sunt in nostra manu; illud doleo, quae

³⁰ A sua meia-irmã, Fábica, era sacerdotisa neste templo: Asc., *Tog.* 91. Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) 287, nota 9 ad loc., Terência poderá ter ido ao templo em busca de refúgio.

³¹ Cf. Cic. *Sest.* 69: *euersa domus est. Fortunae uexatae, dissipati liberi, raptata coniux.*

³² O incidente tem sido interpretado de formas diversas. SHACKLETON BAILEY (1977) 287 sq., nota 9 ad loc., advoga que Terência foi levada à presença dos tribunos, que se costumavam reunir junto a um fresco conhecido por *Tabula Valeria*; por sua vez, CONSTANS (1935) 17 e nota 1, sustenta que a *Tabula Valeria* seria um banco. Segundo SHACKLETON BAILEY (1977) 288, nota 9 ad *Fam.* 14.2.2, este infeliz incidente prendeu-se com questões financeiras e terá sido perpetrado por Clódio ou qualquer outro inimigo de Cícero. Na sua edição mais recente (cf. (2001) nota 1 ad loc.), reafirma que o incidente teve lugar «in the Comitium, called after a painting set up by M. Valerius Messala (nothing to do with P. Valerius) to commemorate a victory in the first Punic War.» Acrescentou ainda que «the Tribunes met there officially and it seems that Terentia had been summoned before them in connection with financial matter. Her half-sister Fabia was a Vestal Virgin.»

³³ Cf. e.g. *Fam.* 14.4.3; 14.3.2.

³⁴ *Fam.* 14.2.2.

*impensa facienda est, in eius partem te miseram et despoliatam uenire.*³⁵

Quanto ao que escreves sobre a nossa casa, ou melhor, sobre o sítio dela, de facto, não me sentirei verdadeiramente ressarcido enquanto aquela não me for devolvida. Mas estas coisas não estão na nossa mão. O que me dói é que tu, infeliz e espoliada, estejas a contribuir para as despesas que é necessário fazer.

Pedi-lhe, então, que deixasse os amigos suportarem quaisquer despesas desse tipo, porque, no caso de se dar o pior, iriam precisar dos bens dela para assegurar o futuro:

*Quod si conficitur negotium, omnia consequemur; sin eadem nos fortuna premet, etiamne reliquias tuas miseram proicies? Obsecro te, mea uita, quod ad sumptum attinet, sine alios, qui possunt si modo uolunt, sustinere; et ualetudinem istam infirmam, si me amas, noli uexare.*³⁶

Se a coisa se concretizar, conseguiremos tudo; mas, se pelo contrário, continuar a perseguir-me a mesma Fortuna, vais deitar fora as poucas coisas que te restam? Suplico-te, vida minha, no que concerne a despesas, deixa que outros que podem, se quiserem, as suportem; e não queiras, se me amas, prejudicar a tua débil saúde.

Estava, portanto, preocupado com as finanças familiares, mas também com a saúde *infirmam* da esposa. Aliás, segundo as suas palavras, e com evidente exagero interesseiro, Terência dominava dia e noite os seus pensamentos; a frágil condição física da esposa era fonte de preocupação, já que via recaírem sobre os ombros dela inúmeras responsabilidades:

*Nam mihi ante oculos dies noctesque uersaris. Omnis labores te excipere uideo; timeo ut sustineas, sed uideo in te esse omnia. Quare, ut id quod speras et quod agis consequamur, serui ualetudini.*³⁷

Na verdade, resides dia e noite diante dos meus olhos. Vejo que carregas todos os fardos. Temo que não resistas, mas vejo que tudo recai sobre ti. Por isso, para que possamos alcançar aquilo por que anseias e lutas, cuida bem da tua saúde.

Atendendo ao desejo por ela expresso de que se não afastasse ainda mais de Roma, decidi não ir além de Tessalonica. Antes de se despedir com carinho, pediu-lhe que lhe escrevesse com mais frequência, sobretudo se houvesse motivo de esperança no seu regresso a casa:

³⁵ *Fam.* 14.2.3. Cf. *Att.* 3.15.6, de 17 de Agosto: *Quid de bonis? Quid de domo? Poteritne restitui? Aut si non poterit egomet quo modo potero?*

³⁶ *Fam.* 14.2.3.

³⁷ *Fam.* 14.2.3. Cf. *Fam.* 14.3.2.

*Longius, quoniam ita uobis placet, non discedam; sed uelim quam saepissime litteras mittatis, praesertim si quid est firmitus quod speremus. Valete, mea desideria, ualete.*³⁸

Já que é esse o vosso desejo, não irei para mais longe. Gostaria, no entanto, que vocês me escrevessem o mais frequentemente possível, sobretudo se houver algo que confirme as nossas esperanças. Adeus, meu amor, adeus.

Era fundamental, por conseguinte, que Terência o mantivesse devidamente informado sobre tudo o que se passava em Roma; isso ajudá-lo-ia a manter-se vivo³⁹.

A 25 de Novembro, voltou a escrever aos seus. A carta abria com rasgados elogios à força de carácter e à coragem demonstradas por Terência nos últimos tempos⁴⁰. Todos reconheciam que a esposa conduzia de forma admiravelmente incansável os destinos da família:

*Et litteris multorum et sermone omnium perfertur ad me incredibilem tuam uirtutem et fortitudinem esse teque nec animi neque corporis laboribus defatigari.*⁴¹

Sei, tanto pelas cartas de muitos que me escrevem, como pelo que me dizem os que comigo conversam, que a tua virtude e a tua coragem são incríveis, e que não te deixas abater pelas provações físicas e morais a que tens sido sujeita.

Elogiando as admiráveis *uirtus, fortitudo, fides, probitas e humanitas* de Terência, sentia-se culpado pela desgraça em que lançara a esposa virtuosa e a que submetera os filhos, Túlia e Marco, quando decidiu dar ouvidos a quem lhe queria mal e desprezar os conselhos dos amigos verdadeiros:

*Me miserum! Te ista uirtute, fide, probitate, humanitate in tantas aerumnas propter me incidisse, Tulliolamque nostram, ex quo patre tantas uoluptates capiebat, ex eo tantos percipere luctus! Nam quid ego de Cicerone dicam? Qui cum primum sapere coepit, acerbissimos dolores miseriasque percepit. Quae si, tu ut scribis, fato facta putarem, ferrem paulo facilius; sed omnia sunt mea culpa commissa, qui ab iis me amari putabam qui inuidebant, eos non sequebar qui petebant. Quod si nostris consiliis usi essemus neque apud nos tantum ualuisset sermo aut stultorum amicorum aut improborum, beatissimi uiueremus.*⁴²

Como sou infeliz! Pensar que a minha virtuosa, leal, honesta e gentil esposa caiu em tão grandes desgraças por minha causa! E pensar que a nossa pequena Túlia está a sofrer tão grande dor por causa do pai que lhe dava tão grandes alegrias! E do (Marco) Cícero, que hei-de eu dizer, que logo que começou a

³⁸ *Fam.* 14.2.4.

³⁹ Terência escrevia regularmente ao marido a informá-lo de tudo o que se passava: *Fam.* 14.1.3; 14.1.5; 14.2.3; 14.3.3.; 14.4.4. Cf. *Fam.* 14.3.4; 14.3.5; 14.4.5.

⁴⁰ Em cartas dirigidas a outras pessoas, Cícero referiu-se à esposa com grande respeito e carinho. Terência era, nas suas palavras, uma esposa fiel e desafortunada, que tinha de suportar mais do que qualquer mulher alguma vez suportara. Cf. *Q. fr.* 1.3.3; *Att.* 3.19.2; 3.23.5.

⁴¹ *Fam.* 14.1.1.

⁴² *Fam.* 14.1.1-2. Cf. *Fam.* 14.2.1; 14.3.1.

perceber as coisas experimentou amarga dor e desgraça? Se eu pensasse, como escreves, que isto é obra do destino, suportá-lo-ia um pouco mais facilmente. Mas a culpa de tudo é minha, que pensava ser amado por pessoas que me invejavam e recusava seguir os que me queriam. Se tivesse confiado no meu pensamento em vez de dar tanta importância à conversa dos amigos estúpidos e pérfidos, viveria muito feliz!

Mas já que os amigos o levavam a ter esperança no regresso a casa, prometeu a Terência que não se iria entregar ao pessimismo; não queria deitar por terra todos os esforços por ela empreendidos até então:

*Nunc, quoniam sperare nos amici iubent, dabo operam ne mea ualetudo tuo labori desit.*⁴³

Agora, já que os nossos amigos nos dizem para termos esperança, farei por que o meu estado de saúde não torne inúteis os teus esforços.

Saudoso, ansiava pelo dia em que lhe seria permitido voltar a abraçar a família, como recompensa do amor que a todos unia:

*Quem ego diem si uidero et si in uestrum complexum uenero ac si et uos et me ipsum recipiaro, satis magnum mihi fructum uidebor percepisse et uestrae pietatis et meae.*⁴⁴

Se eu chegar a ver esse dia e voltar a encontrar-me nos vossos braços, se vos receber de volta e a mim próprio, tal será para mim uma recompensa suficientemente grande da tua dedicação e da minha.

Discutiu novamente com Terência assuntos relacionados com a gestão financeira familiar, como a *manumissio* estratégica dos seus escravos⁴⁵, ou a venda que a esposa decidira fazer, contra a vontade do marido, de alguns dos seus bens pessoais (um bloco de casas: *uicum*), para fazer face a despesas:

*Quod ad me, mea Terentia, scribis te uicum uendituram, quid, obsecro te (me miserum!), quid futurum est? Et si nos premet eadem fortuna, quid puero misero fiet?*⁴⁶

Escreves-me, minha querida Terência, que vais vender um grupo de casas. Diz-me — que infortúnio o meu! — o que vai acontecer? E se o mesmo azar continuar a perseguir-nos, que será do nosso pobre menino?

Cícero estava preocupado com o destino do filho. Insistiu, por isso, que Terência, em vez de se desfazer dos seus próprios bens, recorresse à ajuda dos amigos, porque, se acontecesse o pior, iriam precisar dos bens dela para

⁴³ *Fam.* 14.1.2.

⁴⁴ *Fam.* 14.1.3. Cf. *Fam.* 14.4.3.

⁴⁵ *Fam.* 14.1.3: *De familia quomodo placuisse scribis amicis faciemus.* Cf. 14.4.4.

⁴⁶ *Fam.* 14.1.4.

garantir o bem-estar do pequeno Marco. Advertiu a esposa de que poderia estar a empenhar o futuro do jovem, se continuasse a gastar, sem cuidado, a sua fortuna pessoal⁴⁷:

⁴⁷ Como afirmam GARNSEY-SALLER (1987) 130, em termos legais, «the conjugal couple was not one financial entity, but two, with the wife enjoying complete legal independence in the ownership of property after her father's death.» Segundo DIXON (1984) 83, porém, a separação de bens dos cônjuges não implicava uma separação de interesses: «Terentia shared Cicero's assumption of her devotion to his cause and the availability of her fortune to their children in case of need.» Nesta altura, o pai de Terência já não se encontraria vivo, pelo que ela seria uma mulher *sui iuris* — portanto, tecnicamente sujeita às limitações da *tutela mulierum*. Originalmente, a função do *tutor* (ou *tutores*) consistia em guardar os bens da pessoa que estava sob a sua *tutela*, que havia sido instituída para protecção dos interesses da família. Paulatinamente, porém, a aparentemente restritiva *tutela mulierum* do período da Lei das XII Tábuas degenerou, no século II, numa mera sombra do que fora na sua origem. Assim, em pleno século I, mesmo que as transacções de Terência fossem feitas com base no pressuposto de que a sanção do seu *tutor* poderia ser tomada como certa, a venda de bens, tal como a decisão relativa à forma como deveria usar os seus rendimentos eram essencialmente da sua competência. O argumento apresentado por Cícero de que a fortuna dela poderia, no futuro, ser necessária para o sustento dos filhos sugere a persistência da noção de que os bens funcionavam de alguma forma como um seguro familiar a ser utilizado através das gerações, mas a «família» que ele invoca não corresponde à rede agnática em que assentara a instituição da *tutela* na sua fundação (Gaius, *Inst.* 1.155 sqq. e 165). Quer o *tutor* de Terência fosse um parente próximo — *tutor agnatus* —, quer fosse um amigo da família ou um dependente (*tutor extraneus*), «her fortune was seen as hers to disburse and as destined for her children rather than her agnates.» Uma mulher *sui iuris*, como Terência, podia, neste período da vida, caso assim o entendesse, dispor livremente dos seus próprios bens. Estes não eram propriedade masculina — como eram quando a mulher se encontrava *in manu mariti* (Cic., *Top.* 23: *Cum mulier uiro in manum conuenit, omnia quae mulieris fuerunt uiri fiunt dotis nomine*; Gaius, *Inst.* 2.96: *In summa sciendum est his, qui in potestate manu mancipioque sunt, nihil in iure cedi posse; cum enim istarum personarum nihil suum esse possit, conueniens est scilicet, ut nihil suum esse in iure uindicare possint*; 139: *Idem iuris est, si cui post factum testamentum uxor in manum conueniat, uel quae in manu fuit, nubat: nam eo modo filiae loco esse incipit et quasi sua*) — nem estavam sob efectiva supervisão masculina. Ela detinha e administrava de pleno direito o património pessoal. No caso de uma mulher madura *sui iuris*, como Terência, a contribuição para o lar matrimonial e para o sustento dos filhos terminaria, legalmente, com o pagamento final do dote. Não obstante, os dois cônjuges encaravam como natural a possibilidade de ela assumir, em circunstâncias especiais, a responsabilidade pelo futuro do jovem Marco. Cf. DIXON (1984) 84 sq. Durante o exílio, Cícero recomendou a família a Quinto, confiando que os filhos nunca poderiam ser verdadeiramente órfãos enquanto o tio paterno estivesse são e salvo (cf. *Q. fr.* 1.3.10). Esta *commendatio* tinha um alcance generalizante: os homens recomendavam as esposas e os filhos ao cuidado de amigos sempre que a sua vida corria perigo ou deixavam Roma numa viagem de rotina. A recomendação não implicava, todavia, que esses amigos assumissem o total apoio financeiro das pessoas recomendadas (compare-se, todavia, a *commendatio* de Tília, feita por Cícero, a Ático, em Janeiro de 47, quando o pai pediu ao amigo que prestasse apoio financeiro à filha, prevendo que a mãe, como ele, iria ser espoliada dos seus bens, cf. *Att.* 11.9.3: *Alium enim cui illam commendem habeo neminem, Quoniam matri quoque eadem intellexi esse parata quae mihi. Sed si me non offendas, satis tamen habeto commendatam patruumque in eam quantum poteris mitigato*). Das cartas do exílio transparece, no entanto, a ideia de que Cícero esperava ser mantido pelo irmão, caso viesse a ser despojado dos seus bens, enquanto os filhos recorreriam à mãe. Esta cadeia variegada de obrigações familiares não coincide exactamente com a moldura legal segundo a qual somente por morte intestada da mãe os filhos teriam o direito remoto de *cognati* sobre os bens dela. Cícero esperava que Terência prestasse apoio financeiro aos filhos, como se ela, mais do que o tio paterno, Quinto (que era parente próximo por agnação), fosse o recurso óbvio de Tília e de Marco em momentos de aflição: «Thus, even in an emergency, when

*Nonqueo reliqua scribere, tanta uis lacrimarum est; neque te in eundem fletum adducam. Tantum scribo: si erunt in officio amici, pecunia non deerit; si non erunt, tu efficere tua pecunia non poteris. Per fortunas miseris nostras, uide ne puerum perditum perdamus. Cui si aliquid erit ne egeat, mediocri uirtute opus est et mediocri fortuna ut cetera consequatur.*⁴⁸

Não consigo escrever o resto, tamanha é a força das lágrimas, e eu não vou levar-te ao mesmo pranto. Escrevo tão-somente: se os nossos amigos cumprirem o seu dever, não faltará dinheiro; se não cumprirem, não poderás obter resultados com o teu dinheiro. Em nome da nossa triste sorte, não deixes que levemos o nosso pobre pequeno à ruína. Se ele tiver algo que o impeça de passar necessidades, bastar-lhe-á apenas um pouco de coragem e um pouco de sorte para alcançar tudo o resto.

A obrigação, assumida por Cícero, de que Terência deveria velar pelo futuro do filho ultrapassava aquilo a que o direito familiar obrigava. Segundo a lei, em caso de necessidade, os filhos de Cícero deveriam ser sustentados pelo tio paterno, que era seu parente agnato (isto é, com eles mantinha laços de sangue por via paterna). O pai, porém, atribuía essa obrigação à esposa, esperando que ela assumisse, no campo financeiro, o papel do irmão dele. Ao assumir como sua essa obrigação, Terência insinuava-se, uma vez mais, no campo da autoridade masculina⁴⁹.

A condição social de Terência estava intimamente ligada à do marido e a ruína de Cícero poderia prejudicar o seu *status*. O casal, porém, estava longe de ser perspectivado como uma unidade económica. Os bens do casal encontravam-se tão claramente divididos que Cícero não tinha poder de controlo sobre as transacções financeiras da esposa. A insistência para que ela deixasse outros assumirem as despesas não fora atendida; Terência assumia-se, afinal, uma mulher com alguma autonomia financeira⁵⁰.

O sentimento de culpa em relação à situação em que deixara a família era um tormento constante. Na carta que escreveu a 29 de Novembro, reconhecendo embora a intensidade do sofrimento da esposa e dos filhos, afirmou ser maior a sua desgraça, já que sua era a culpa de toda a situação:

all family elements rallied around, the financial separate-ness of the spouses was maintained much as the law required, but the maternal-child links apparently exceeded any legal definition of obligation.» DIXON (1984) 86 sq.

⁴⁸ *Fam.* 14.1.5.

⁴⁹ Cf. GREBE (2003) 138.

⁵⁰ Cf. DIXON (1984) 83. Terência não se considerava obrigada a dar contas a Cícero do uso que fazia dos seus próprios bens, ainda que com ele partilhasse a ideia de que, em situações de emergência, deveria garantir o sustento dos filhos; como esposa e como mãe, ela estava sensibilizada e preparada para ajudar a sua família matrimonial e — se necessário — para usar a fortuna pessoal em benefício dela, mas não para abdicar do seu direito de decidir sobre a melhor forma de demonstrar a sua lealdade para com a família: «She was apparently unhampered by the restrictions of *tutela mulierum* in her commercial transactions and proceeded on the assumption that her activities would be routinely authorized.» DIXON (1984) 87.

*Conficior enim maerore, mea Terentia, nec meae me miseriae magis excruciant quam tuae uestraeque. Ego autem hoc miserior sum quam tu, quae es miserrima, quod ipsa calamitas communis est utriusque nostrum, sed culpa mea propria est.*⁵¹

Estou dominado pela dor, querida Terência, e o meu infortúnio não me tortura mais do que o teu, do que o vosso. Eu, porém sou mais infeliz do que tu, que és infelicíssima, porque a desgraça é comum a ambos, mas a culpa é somente minha.

Além de culpado, sentia-se envergonhado⁵². Não conseguia deixar de pensar na aflição por que estavam a passar os filhos e a esposa⁵³. Não desistiria, porém, de lutar, pelo menos enquanto sentisse que a família mantinha acesa a chama da esperança:

*Spes autem salutis pertenuis ostenditur. Inimici sunt multi, inuidi paene omnes. Eicere nos magnum fuit, excludere facile est. Sed tamen, quam diu uos eritis in spe, non deficiam, ne omnia mea culpa cecidisse uideantur.*⁵⁴

A esperança de salvação afigura-se muito ténue. São muitos os meus inimigos, quase todos me invejam. Foi tarefa difícil desterrar-me, mas manter-me longe é fácil. Enquanto, porém, vocês mantiverem a esperança, não me deixarei vencer, para não ser considerado culpado de todos os fracassos.

A esposa do orador empenhou-se no regresso e na segurança dele enquanto exilado⁵⁵, e exerceu — como o fez, aliás, durante todo o tempo em que estiveram casados — um forte ascendente sobre o marido, influenciando a sua tomada de decisões na esfera política e privada:

*Ego tamen faciam quae praecipis. Amicis quibus uoluisti egi gratias et eas litteras Dexippo dedi meque de eorum officio scripsi a te certiore esse factum.*⁵⁶

Farei, todavia, o que me aconselhas. Agradei aos amigos a quem querias que agradecesse e entreguei as cartas a Dexipo; escrevi que foste tu quem me informou dos bons serviços por eles prestados.

⁵¹ *Fam.* 14.3.1. Cf. 14.2.1 e 14.1.1.

⁵² *Fam.* 14.3.2: *Qua re cum dolore conficiat, tum etiam pudore. Pudet enim me uxori [mea] optima, suauissimis liberis uirtutem et diligentiam non praestitisse.* Note-se, mais uma vez, o recurso a termos superlativos para referir os membros da família. Como refere TREGGIARI (1998) 12, «he [Cícero] makes it clear that his duty included a duty to look after his family. He is ashamed that he has not shown courage and proper care (*diligentia*) to his excellent wife and adorable children. It is his fault they are suffering.» Cf. *Fam.* 14.4.6.

⁵³ *Fam.* 14.3.2: *Nam mi ante oculos dies noctesque uersatur squalor uester et maeror et infirmitas ualetudinis tuae.* Cf. *Fam.* 14.2.3.

⁵⁴ *Fam.* 14.3.2.

⁵⁵ *Fam.* 14.3.3: *Vt tuto sim quod laboras...*

⁵⁶ *Fam.* 14.3.3. Cf. § 5: *Ex primis aut summum secundis litteris tuis constituere poterimus quid nobis faciendum sit.*

Cícero aceitava, portanto, as sugestões e conselhos da esposa. Ela mantinha-o informado de todos os desenvolvimentos relativos à sua situação política. Era este o desejo do marido:

*Ea re ad te statim Aristocritum misi ut ad me continuo initia rerum et rationem totius negoti posses scribere.*⁵⁷

Foi por isso que te enviei imediatamente Aristócrito, para que possas relatar-me sem demora o início das coisas e o desenvolvimento de toda esta questão.

Terência tinha sobre os seus ombros a difícil tarefa de conseguir que o marido fosse resgatado do exílio. Ele próprio reconhecia a importância do papel desempenhado pela esposa, pedindo-lhe que ficasse em Roma a tomar as diligências necessárias à sua reentrada na Urbe, ao invés de se lhe juntar, como chegara a sugerir. Se tudo corresse bem, acabaria ele por se juntar à família:

*Quod scribis te, si uelim, ad me uenturam, ego uero, cum sciam magnam partem istius oneris abs te sustineri, te istic esse uolo. Si perficitis quod agitis, me ad uos uenire oportet.*⁵⁸

Quanto à possibilidade de vires, se eu quiser, ao meu encontro, na verdade, como sei que grande parte deste fardo recai sobre os teus ombros, quero que te mantenhas aí. Se vocês forem bem sucedidos nos vossos esforços, sou eu quem deve ir ao vosso encontro.

Ao que tudo indica, a esposa fiel, com a ajuda de amigos próximos da família e eventualmente do cunhado Quinto Cícero, tudo estaria a fazer no sentido de conseguir o perdão para o marido. Não admira, pois, que, a fechar esta última carta, em jeito de agradecimento à esposa dedicada, que considerava o seu maior tesouro, Cícero tenha pronunciado esta emocionada jura de amor, claramente influenciada pelo tempo de separação:

*Cura ut ualeas et ita tibi persuadeas, mihi te carius nihil esse nec umquam fuisse. Vale, mea Terentia; quam ego uidere uideor itaque debilitor lacrimis. Vale.*⁵⁹

Cuida da tua saúde, e acredita que para mim não existe, nem nunca existiu, nada mais importante do que tu. Adeus, minha querida Terência. Parece que te estou a ver, e assim desfaço-me em lágrimas. Adeus.

São significativos, e curiosos, os dados que aproximam os percursos trilhados por Cícero e Ovídio. O poeta de Sulmona nasceu precisamente no mesmo ano em que o orador foi assassinado (43 a. C.). No ano 8 d. C., também ele foi obrigado

⁵⁷ *Fam.* 14.3.4. Cf. § 5: *Tu modo ad me uelim omnia diligentissime perscribas...*

⁵⁸ *Fam.* 14.3.5.

⁵⁹ *Ibid.*

a deixar a pátria e a sofrer as agruras de uma separação imposta da família⁶⁰ - à semelhança do que aconteceu a Cícero, em pleno auge da sua carreira⁶¹ e quando contava meio século de existência⁶². Para manter o contacto com a Urbe, os amigos e a esposa, também ele elegeu a escrita como meio de comunicação. Um pouco à semelhança de algumas cartas de Cícero, mas de uma maneira mais formal, os *Tristia* e, mais tarde, as *Epistulae ex Ponto* funcionaram como cartas abertas por meio das quais o poeta, à distância, esperava ver reconsiderada a sua sentença. Tal como o Arpinate, também Ovídio dedicou aos amigos e à esposa parte dos seus escritos do tempo em que esteve fora de Roma. Existirão, porém, semelhanças entre o papel assumido pela esposa do Sulmonense durante a ausência do marido em Tomos e aquele que havia sido assumido meio século antes por Terência? Analisemos a importância e o âmbito de influência da *uxor* de Ovídio aquando da *relegatio* do marido, tendo como base os textos por ele escritos.

O momento da partida de um condenado ao 'exílio' é sempre dramático. A despedida de Ovídio dos amigos e da sua terceira esposa⁶³ não foi excepção:

*Vt tamen hanc animi nubem dolor ipse remouit
Et tandem sensus conlualuere mei,
Adloquor extremum maestos abituros amicos,
Qui modo de multis unus et alter erat.
Vxor amans flentem flens acrius ipsa tenebat
Imbre per indignas usque cadente genas.*⁶⁴

Logo, porém, que a dor, em si própria, dissipou a bruma do meu espírito e que, finalmente, recuperei os meus sentidos, prestes a partir, dirigi uma última vez a palavra aos meus aflitos amigos, que, se há pouco numerosos, não eram mais do que um ou dois. A minha amada esposa, ela própria chorando amargamente, tinha-me, choroso, entre os seus braços, e uma torrente de lágrimas corria sobre as suas faces inocentes.

Antes de partir, houve tempo para o poeta dirigir uma prece aos deuses. Depois, foi a vez de a esposa orar pelo condenado:

*Hac prece adoravi superos ego, pluribus uxor
Singultu medios impediante sonos.*

⁶⁰ Embora haja quem considere que a *relegatio* de Ovídio não passa de ficção. Sobre esta problemática, veja-se MIGUEL MORA (2002) e bibliografia aí aduzida.

⁶¹ Ovídio «encontrava-se no momento mais "augustano" de todo o seu percurso como poeta, já concluídas as *Metamorphoses* (embora sem lhes dar a demão final), que termina com a apoteose de César e a celebração de Augusto, e com a elaboração dos *Fasti* a meio, obra em que se tornava o propagandista da política augustana.» (MIGUEL MORA (2002) 99). Cícero também se encontrava no auge de uma brilhante carreira política quando foi condenado ao exílio; em 63 a. C. havia alcançado o consulado e denunciado a conspiração de Catilina, proferindo contra este as célebres *Catilinárias*.

⁶² Cícero nasceu no ano 106 a. C. Assim, quando partiu para o exílio em 58, contava já quarenta e oito anos.

⁶³ Cf. *Tr.* 4.10.69-74.

⁶⁴ *Tr.* 1.3.13-18. Cf. *Tr.* 1.3.61-65; 4.6.45-46.

*Illa etiam ante Lares passis adstrata capillis
Contigit extinctos ore tremente focos
Multaque in aduersos effudit uerba Penates
Pro deplorato non ualitura uiro.⁶⁵*

Com tal prece apelei aos deuses, a minha esposa com muitas mais, pois as suas palavras eram entrecortadas com soluços. Prostrada diante dos Lares, com os cabelos em desalinho, ela ainda beijou com a boca tremente os fogos extintos e dirigiu aos Penates adversos inúmeras palavras que iriam ser vãs em favor do desafortunado marido.

Nos momentos derradeiros, tomada pelo desespero, a esposa ainda propôs partir com o marido. A custo, porém, acabou por perceber que lhe seria mais útil se permanecesse em Roma:

*Tum uero coniux umeris abeuntis inhaerens
Miscuit haec lacrimis tristia uerba meis:
«Non potes auelli; simul hinc, simul ibimus, inquit,
Te sequar et coniux exulis exul erro.
Et mihi facta uia est et me capit ultima tellus:
Accedam profugae sarcina parua rati.
Te iubet e patria discedere Caesaris ira,
Me pietas: pietas haec mihi Caesar erit.»
Talia temptabat, sicut temptauerat ante,
Vixque dedit uictas utilitate manus.⁶⁶*

Então, na verdade, agarrando-se aos meus ombros enquanto eu partia, misturou a minha esposa estas tristes palavras com as minhas lágrimas: «Não, tu não me podes ser arrebatado! Partiremos juntos, sim, juntos — disse. Seguir-te-ei e serei a esposa exilada de um exilado. O caminho foi destinado também para mim, também para mim existe um lugar nos confins da terra: ao teu navio de exilado não acrescentarei mais que um pequeno fardo. A cólera de César ordena-te que deixes a pátria, a mim ordena-mo o dever: esse dever será para mim um César.» Tais eram os seus esforços, despendidos já anteriormente, e com relutância se rendeu à consideração dos meus interesses.

Chegou mesmo a desejar a morte, para se libertar da dor que sentia. Por respeito, porém, para com o marido, decide permanecer firme. Para ele, era importante que ela vivesse. A sua sobrevivência iria depender do auxílio que ela lhe pudesse prestar:

*Et uoluisse mori, moriendo ponere sensus,
Respectuque tamen non periisse mei.
Viuat et absentem, quoniam sic fata tulerunt,
Viuat et auxilio subleuet usque suo.⁶⁷*

⁶⁵ Tr. 1.3.41-46.

⁶⁶ Tr. 1.3.79-88.

⁶⁷ Tr. 1.3.99-102.

Ela quis morrer e, morrendo, deixar de parte os sentimentos, e, no entanto, por respeito a mim, ela não morreu. Quem dera que viva e, na minha ausência, pois assim o quiseram os destinos, que viva e me preste auxílio sem cessar!

Para o poeta afastado da pátria, a esposa era o seu porto de abrigo, o seu amparo nos momentos mais difíceis. Era a ela, graças às acções desencadeadas em Roma, que devia o facto de continuar a ser alguém e de não ter sido espoliado por quem queria aproveitar-se de tão crítica situação:

*Te mea subposita ueluti trabe fulta ruina est;
Si quid adhuc ego sum, muneris omne tui est.
Tu facis ut spoliolum non sim nec nuder ab illis
Naufragii tabulas qui petiere mei.*⁶⁸

Tu és a trave que sustenta a minha ruína; se eu ainda sou alguma coisa, tudo se deve ao teu favor. É a ti que devo não ter sido espoliado nem roubado por aqueles que cobizaram os destroços do meu naufrágio.

Somente a coragem (*uirtus*) da companheira e de alguns dos seus amigos impedira que tal tivesse acontecido. Segundo o poeta, a dedicação (*probitas*) da esposa era superior à demonstrada por Andrómaca e Laodamia, que acompanharam os maridos na morte. Devido à natureza do seu próprio carácter ou fruto da educação esmerada que recebera⁶⁹, ela granjeara maior fama que a própria Penélope, tendo-se tornado modelo de esposa virtuosa (*exemplum coniugis bonae*):

*Hunc tua per fortes uirtus submouit amicos,
Nulla quibus reddi gratia digna potest.
(...)
Nec probitate tua prior est aut Hectoris uxor
Aut comes extincto Laodamia uiro.
Tu si Maeonium uatem sortita fuisses,
Penelopes esset fama secunda tuae,
Siue tibi hoc debes, nullo pia facta magistro,
Cumque noua mores sunt tibi luce dati,
Femina seu princeps omnes tibi culta per annos
Te docet exemplum coniugis esse bonae,*

⁶⁸ Tr. 1.6.5-8.

⁶⁹ A princesa que, segundo Ovídio, terá ensinado a sua esposa a ser uma mulher virtuosa era Mária, que havia casado com Paulo Fábio Máximo, tio daquela. A mãe de Mária, Átia *minor*, era a irmã mais nova da mãe de Augusto, Átia *maior* (cf. ANDRÉ (1968) 22, nota 4). A terceira mulher do poeta é geralmente considerada como pertencendo à *gens Fabia* (cf. Pon. 1.2.136). A sua ligação com Mária testemunha pelo menos que a sua origem era nobre (cf. ANDRÉ (1977) 12, nota 1). Sabe-se que tinha por tio materno Fábio, o destinatário da carta Pon. 2.11, que se preocupou com o 'exílio' de Ovídio, aconselhou a sobrinha e foi encarregado de diversas comissões (cf. ANDRÉ (1977) XXIV).

*Adsimilemque sui longa aduetudine fecit,
Grandia si paruis adsimulare licet.*⁷⁰

A tua coragem impediu-o, graças a amigos destemidos a quem eu jamais conseguirei agradecer dignamente. (...) Em dedicação, nem a esposa de Heitor, nem Laodamia, companheira do marido na morte, te ultrapassaram. Se tivesses encontrado um poeta meónio, a fama de Penélope seria inferior à tua, seja porque deves essas virtudes a ti mesma, o teu sentido do dever não teve nenhum mestre e o teu nobre carácter te foi dado com a aurora, seja porque uma princesa que tu durante anos veneraste te ensina a ser modelo de esposa virtuosa e o longo convívio te tornou semelhante a ela, se é lícito comparar as pequenas coisas com as grandes.

Mesmo *in absentia*, a esposa dominava os seus pensamentos noite e dia e mantinha um lugar especial no seu coração:

*Lassus in extremis iaceo populisque locisque,
Et subit adfecto nunc mihi quicquid abest.
Omnia cum subeant, uincis tamen omnia, coniux,
Et plus in nostro pectore parte tenes.
Te loquor absentem, te uox mea nominat unam;
Nulla uenit sine te nox mihi, nulla dies.
Quin etiam sic me dicunt aliena locutum
Vt foret amenti nomen in ore tuum.*⁷¹

Permaneço cansado entre povos e lugares derradeiros, e agora, doente, assaltam-me as lembranças de tudo o que me faz falta. Tudo me vem ao pensamento, mas tu, esposa minha, estás acima de todas as lembranças e deténs a maior parte do meu coração. Apesar de estares ausente, é contigo que falo, é somente a ti que a minha voz chama; não há para mim uma só noite, um só dia que passe sem ti. Dizem até que pronuncio palavras sem sentido, a ponto de o teu nome estar nos meus lábios delirantes.

E a simples perspectiva de vir a reencontrar a mulher dava-lhe alento para continuar a viver:

*Si iam deficiam subpressaue lingua palato
Vix instillato restituenda mero,
Nuntiet huc aliquis dominam uenisse, resurgam,
Spesque tui nobis causa uigoris erit.*⁷²

⁷⁰ Tr. 1.6.15-28. Cf. *Pon.* 3.1.93-94, 105-110. Independentemente dos elogios do marido, a sua *uirtus* iria ficar para sempre gravada nos versos do poeta: *Prima locum sanctas heroidas inter haberes, / Prima bonis animi conspicerere tui. / Quantumcumque tamen praeconia nostra ualebunt, / Carminibus uiues tempus in omne meis.* (Tr. 1.6.33-36; cf. Tr. 5.14.1-14).

⁷¹ Tr. 3.3.13-20.

⁷² Tr. 3.3.21-24.

Se eu estivesse a desfalecer e a língua, colada ao palato, somente a custo pudesse ser reanimada por algumas gotas de vinho, se alguém me viesse dizer que a minha senhora tinha vindo para cá, eu reerguer-me-ia, e a esperança de te ver seria a razão da minha força.

A convicção na fidelidade da companheira levava-o a acreditar que eram também de tristeza os dias por ela vividos:

*Ergo ego sum dubius uitae, tu forsitan istic
Iucundum nostri nescia tempus agis.
Non agis, adfirmo; liquet hoc, carissima, nobis
Tempus agi sine me non nisi triste tibi.*⁷³

Não estou, pois, certo de viver, mas tu, talvez, aí, na ignorância da minha sorte, vives dias de felicidade. Não, não vives, tenho a certeza; sei bem, minha querida, que para ti, sem mim, não existem dias que não sejam de tristeza.

Às vezes, porém, as dúvidas assaltavam-no. A distância criava no frágil espírito do poeta sentimentos de insegurança em relação ao amor da mulher:

*Quid tamen ipse precer dubito, nec dicere possum
Affectum quem te mentis habere uelim.
Tristis es? Indignor quod sim tibi causa doloris.
Non es? Vt amisso coniuge digna fores.*⁷⁴

Não sei, porém, que prece hei-de eu mesmo dirigir, nem sou capaz de dizer que sentimentos gostaria que tu experimentasses. Estás triste? Sinto-me indignado por ser a causa da tua dor. Não estás? Tu devias ser digna do esposo que perdeste!

Esta insegurança levava-o a temer que ela tivesse deixado de o amar como outrora e sentisse vergonha de estar casada com um ‘exilado’:

*Me miserum, si tu, cum diceris exulis uxor,
Auertis uultus et subit ora rubor!
Me miserum, si turpe putas mihi nupta uideri!
Me miserum, si te iam pudet esse meam!
Tempus ubi est illud quo te iactare solebas
Coniuge nec nomen dissimulari uiri?
Tempus ubi est quo te — nisi non uis illa referri —
Et dici, meminì, iuuuit et esse meam?*⁷⁵

Ai de mim, se tu, quando te chamam mulher de exilado, voltas a cara e um rubor invade as tuas faces! Ai de mim, se julgas torpe ser vista como minha

⁷³ Tr. 3.3.25-28.

⁷⁴ Tr. 4.3.31-34.

⁷⁵ Tr. 4.3.49-56. Cf. Tr. 5.11.1-6.

mulher! Ai de mim, se te envergonha seres minha! Que é daquele tempo em que costumavas orgulhar-te do teu marido e não dissimular o nome dele? Que é do tempo — a não ser que não queiras que isso seja referido — em que te aprazia seres chamada, eu recorro-me, e seres minha?

Exortava-a, por isso, a defender com empenho o marido, cumprindo, desse modo, o seu papel de esposa virtuosa:

*Nec tibi, quod saevis ego sum Iouis ignibus ictus,
Purpureus molli fiat in ore pudor.
Sed magis in curam nostri consurge tuendi
Exemplumque mihi coniugis esto bonae
Materiamque tuis tristem uirtutibus imple!*⁷⁶

Não permitas, porque fui atingido pelo sevo raio de Júpiter, que a vergonha core o teu delicado rosto. Mas ergue-te, antes, para me defender, sê para mim o exemplo de uma boa esposa e cumpre o teu difícil papel com as tuas virtudes!

Tomos, o local para onde o edicto imperial o havia atirado, era um lugar remoto, inóspito e ocupado por bárbaros⁷⁷. A esposa de Ovídio deveria, por isso, segundo o poeta, interceder junto de Augusto, para que lhe fosse ao menos permitido cumprir a *relegatio* num outro lugar:

*Vtque uiae casus, ut amara pericula ponti,
Vt taceam strictas in mea fata manus,
Barbara me tellus orbisque nouissima magni
Sustinet et saeuo cinctus ab hoste locus.
Hinc ego traicerer — neque enim mea culpa cruenta est —
Esset, quae debet, si tibi cura mei.
Ille deus, bene quo Romana potentia nixa est,
Saepe suo uictor lenis in hoste fuit.
Quid dubitas et tuta times? Accede rogaque!
Caesare nil ingens mitius orbis habet.*⁷⁸

Ainda que eu cale as desventuras da viagem, os terríveis perigos do mar, ou as mãos armadas contra a minha sorte, retém-me uma terra bárbara, a mais remota do imenso universo, um lugar cercado de sevos inimigos. Eu poderia ser transferido daqui — na verdade, a minha falta não se encontra manchada de sangue —, se o teu amor por mim fosse como devia ser. Esse deus, sobre o qual se funda firmemente o poder de Roma, foi muitas vezes um vencedor misericordioso para com o seu inimigo. Porque hesitas e temes o que não oferece perigo? Vai e suplica-lhe! Não existe ninguém mais amável do que César no imenso universo.

⁷⁶ Tr. 4.3.69-73. Cf. Tr. 5.11.7-8; 5.14.41-46; Pon. 3.1.61-78.

⁷⁷ Cf. Tr. 3.10; Pon. 3.1.1-28.

⁷⁸ Tr. 5.2.29-38. Cf. Pon. 3.1.29-30.

Se a esposa lhe negasse auxílio, sentir-se-ia perdido e desamparado. Dependia inteiramente do seu apoio:

*Me miserum! Quid agam, si proxima quaeque relinquunt?
Subtrahis effracto tu quoque colla iugo?
Quo ferar? Vnde petam lassis solacia rebus?
Ancora iam nostram non tenet ulla ratem.*⁷⁹

Que desafortunado que eu sou! Que hei-de eu fazer, se todos os que me são próximos me abandonam? Subtrais tu também o teu pescoço ao jugo quebrado? Para onde hei-de eu ir? Aonde hei-de eu ir procurar consolo para as minhas desgraças? Nenhuma âncora segura já o meu navio.

A intervenção da companheira deveria corresponder aos elogios do marido. Ela não deveria defraudar as expectativas dele e, em troca, graças aos seus versos, ficaria célebre para toda a eternidade como modelo de fidelidade conjugal:

*Adde quod, ut rerum sola es tutela mearum,
Ad te non parui uenit honoris onus,
Quod nunquam uox est de te mea muta tuique
Indiciis debes esse superba uiri.
Quae ne quis possit temeraria dicere, persta
Et pariter serua meque piamque fidem.
Nam tua, dum stetimus, turpi sine crimine mansit
Et tantum probitas inreprehensa fuit.
Area de nostra nunc est tibi facta ruina:
Conspicuum uirtus hic tua ponat opus!
Esse bonam facile est, ubi quod uetet esse remotum est
Et nihil officio nupta quod obstet habet.
Cum deus intonuit, non se subducere nimbo,
Id demum est pietas, id socialis amor.*⁸⁰

Não é tudo: ao assumires sozinha a defesa dos meus interesses, foste incumbida de uma tarefa de grande honra, pois a minha voz jamais se cala sobre ti e tu deves ficar orgulhosa do testemunho do teu marido. Para que ninguém possa dizer que é mentira, mantém-te firme e, de igual maneira, preserva-me a mim e ao teu amor fiel. Na verdade, enquanto me mantive de pé, a tua lealdade permaneceu livre de injúrias torpes e foi simplesmente irrepreensível. Agora, com a minha ruína, criou-se para ti um espaço; que a tua virtude construa aqui uma obra notável! É fácil ser virtuosa quando todo o obstáculo é afastado e nada se opõe ao dever de uma esposa. Mas quando a divindade tropeja, não há que fugir da tempestade, é isso precisamente a lealdade, é isso o amor conjugal.

A esposa deveria empenhar todas as suas forças em prol da causa do marido, mais do que qualquer outra pessoa, mais do que qualquer outro amigo:

⁷⁹ Tr. 5.2.39-42.

⁸⁰ Tr. 5.14.15-28. Cf. Tr. 4.3.79-84; 5.5.49-52; Pon. 3.1.43-48, 57-60.

*Pectore te toto cunctisque incumbere neruis
Et niti pro me nocte dieque decet.
Vtque iuuent alii, tu debes uincere amicos,
Vxor, et ad partis prima uenire tuas.*⁸¹

É conveniente que te apliques com todo o coração e com todas as tuas forças e que te empenhes, noite e dia, em prol da minha causa. Para que outros me ajudem, tu, minha esposa, deves fazer mais do que os meus amigos e ser a primeira a cumprir o teu dever.

Bastaria que acrescentasse aos esforços até então empreendidos em favor dele diligências no sentido de conseguir que ele pudesse cumprir a sua pena em paragens menos hostis:

*Sed tamen hoc factis adiunge prioribus unum,
Pro nostris ut sis ambitiosa malis,
Vt minus infesta iaceam regione labora,
Clauda nec officii pars erit ulla tui.*⁸²

Mas acrescenta somente isto àquilo que já fizeste: sê empenhada na resolução dos meus infortúnios, luta para que me seja permitido ficar numa região menos inóspita, e nenhuma parte do teu dever ficará por cumprir.

Para isso, ela teria de interceder junto de Lívía, para assim conseguir chegar a Augusto:

*Caesaris est coniunx ore precanda tuo
Quae praestat uirtute sua, ne prisca uetustas
Laude pudicitiae saecula nostra premat,
Quae Veneris formam, mores Iunonis habendo
Sola esta caelesti digna reperta toro.*⁸³

É necessário que a tua boca implore à esposa de César, a qual, com a sua virtude, assegura que os tempos antigos não ultrapassem no louvor da castidade o nosso século e que, detentora da beleza de Vénus e do carácter de Juno, foi a única considerada digna do leito de um deus.

Empenhado no êxito desta missão, o poeta deu à esposa algumas instruções orientadoras da sua actuação. Primeiramente, para que não fossem em vão os seus esforços, ela teria de começar por escolher o momento oportuno para fazer a abordagem:

*Eligito tempus captatum saepe rogandi,
Exeat aduersa ne tua nauis aqua.*

⁸¹ *Pon.* 3.1.39-42.

⁸² *Pon.* 3.1.83-86.

⁸³ *Pon.* 3.1.114-118.

*Non semper sacras reddunt oracula sortis
Ipsaque non omni tempore fana patent.*⁸⁴

Escolhe bem o momento tantas vezes ensaiado de fazer o pedido, para que o teu navio não saia para correntes adversas. Os oráculos nem sempre entregam as suas sacras profecias e os próprios templos não estão abertos a todo o tempo.

Depois, logo que lhe fosse permitido chegar à fala com a mulher do Imperador, numa atitude de total humildade, deveria prostrar-se a seus pés e, sem nunca defender os actos por ele cometidos, suplicar-lhe a transferência do marido para outro local:

*Cum tibi contigerit uultum Iunonis adire,
Fac sis personae quam tueare memor.
Nec factum defende meum: mala causa silenda est.
Nil nisi sollicitae sint tua uerba preces.
Tum lacrimis demenda mora est submissaque terra
Ad non mortalis brachia tende pedes.
Tum pete nil aliud saeuo nisi ab hoste recedam:
Hostem Fortunam sit satis esse mihi.*⁸⁵

Quando te couber a sorte de te aproximares do rosto de Juno, lembra-te do papel que tens a desempenhar. Não defendas os meus actos: deve-se silenciar uma má causa. Que as tuas palavras mais não sejam que preces ansiosas. Deverás, então, soltar as lágrimas e, prostrada sobre o chão, estender os braços para os pés dessa imortal. Depois, não peças nada excepto que me seja permitido afastar-me de um inimigo cruel; deixa que a Fortuna seja para mim suficientemente inimiga.

O poeta confiava que a esposa seria bem-sucedida; acreditava na magnanimidade de Lívía, mas, sobretudo, no poder de persuasão da esposa:

*Plura quidem subeunt, sed sunt turbata timore;
Haec quoque uix poteris uoce tremente loqui.
Suspitor hoc damno fore non tibi: sentiet illa
Te maiestatem pertimuisse suam.
Nec tua si fletu scindentur uerba, nocebit:
Interdum lacrimae pondera uocis habent.*⁸⁶

Na verdade, vêm-me à mente mais ideias, mas o medo perturba-as; com a voz tremente, tu também dificilmente conseguirás exprimi-las. Penso que não irás sofrer qualquer dano: ela compreenderá que é a sua majestade que te enche de medo. E se as tuas palavras são entrecortadas pelo choro, tal não será prejudicial: por vezes as lágrimas têm o mesmo peso que as palavras.

⁸⁴ *Pon.* 3.1.129-132.

⁸⁵ *Pon.* 3.1.145-152.

⁸⁶ *Pon.* 3.1.153-158.

Ovídio confiava, por conseguinte, que a esposa se empenharia na defesa da sua causa.

O casamento ideal e a amizade verdadeira têm muito em comum (o amor ou afecto mútuo, a preocupação com o outro, o altruísmo, a fidelidade, a confiança, a reciprocidade, a partilha de experiências, a sinceridade, a intimidade e o desejo por parte de cada companheiro do melhor para o outro)⁸⁷, pelo que o poeta esperava que ela, no apoio prestado ao companheiro, revelasse um grande sentido de lealdade, agindo como uma amiga em quem ele podia confiar inteiramente. Cícero esperara o mesmo da sua esposa. Um contexto especial como era o do exílio levava a que as fronteiras entre *amor* e *amicitia, coniux* e *amicus* se diluíssem, não sendo, por isso, de estranhar que quer Cícero, quer Ovídio tivessem descrito as respectivas companheiras como as suas melhores amigas⁸⁸. Na verdade, ambos esperavam que elas desempenhassem um papel semelhante ao normalmente desempenhado por indivíduos do sexo masculino seus amigos.

Conforme tivemos oportunidade de referir anteriormente, os antigos Romanos, defensores da ideia de que as mulheres deveriam permanecer confinadas à esfera doméstica, viam como problemático o envolvimento directo de uma mulher em questões de natureza pública. Esse envolvimento era perspectivado como inapropriado e perigoso, já que essas mulheres, ao transporem as fronteiras de actuação tradicionalmente definidas para o seu sexo, ameaçavam subverter a ordem social⁸⁹. No entanto, em contextos verdadeiramente excepcionais, algumas mulheres independentes e corajosas podiam permitir-se tomar decisões por conta própria e intervir politicamente.

Da análise dos excertos seleccionados de ambos os autores, torna-se evidente que quer a esposa do Sulmonense, quer a mulher do Arpinate desempenharam um papel activo e determinante no auxílio dispensado aos respectivos maridos durante o seu afastamento da pátria. Ambas lhes prestaram apoio emocional, ambas desenvolveram esforços no sentido do regresso ou da aproximação dos companheiros, ambas se mostraram corajosas em todas as diligências tomadas em benefício deles, ambas assumiram posições que, indo além do que, normalmente, lhes caberia, as poderiam prejudicar.

Por sua vez, Cícero e Ovídio perspectivavam-nas como mulheres fortes e politicamente empenhadas. Ambos apreciavam e incentivavam a coragem, o poder de decisão e a perseverança das respectivas companheiras, sendo que a inversão dos papéis normalmente reservados a marido e mulher era vista por eles não apenas como natural, mas, sobretudo, como necessária. Em tão peculiares circunstâncias, a superioridade tradicional do homem em relação à

⁸⁷ GREBE (2003) 139.

⁸⁸ Cf. GREBE (2003) loc. cit., em relação a Cícero; HELZLE (1989) 188, relativamente a Ovídio.

⁸⁹ Recordem-se os exemplos de Semprónia, Clódia e Fúlvia, referidos anteriormente. O comportamento da primeira foi fortemente criticado por Salústio (cf. *Cat.* 25); Cícero e Plutarco censuraram Clódia pela sua conduta (cf. *Cic., Cael.* 30-38, 47-50; *Plu., Cic.* 29); o carácter e as atitudes de Fúlvia foram severamente criticados por Cícero (cf. *Phil.* 5. 11, 5.22, 2.113), Plutarco (*Ant.* 10.3, 30.2), D. Cássio (D.C. 47.8.3-4; 48.4.1-6) e Apiano (*BC* 5.19, 54, 59). Cf. GREBE (2003) 140 sq.

mulher convertia-se, afinal, num estado de dependência do marido em relação à esposa. Noutras circunstâncias, competiria ao marido olhar pela esposa e pelos interesses familiares. No entanto, a partir do momento em que ele fosse obrigado a viver no exílio, era a ela que competia olhar pelo marido e pela família e ocupar o lugar por ele deixado⁹⁰. Este, remetido a uma posição mais frágil e menos interventiva, não tinha outra opção senão confiar à esposa a gestão das finanças familiares, o desempenho de actividades públicas em prol da sua causa e o seu apoio emocional.

Nesse contexto, e por consequência, ela passava a ser perspectivada por ele, e pela sociedade em geral, como seu par, e a assimetria de poderes, em que tradicionalmente assentava o casamento, adquiria, então, um novo equilíbrio.

⁹⁰ Cf. GREBE (2003) 144.

SVOS VTERO QVAE NECAT (AM. 2. 14. 38):
ABORTO, SEXUALIDADE E MEDICINA NO TEMPO DE OvíDIO

CRISTINA SANTOS PINHEIRO
Universidade da Madeira

Os poemas 13 e 14 do segundo livro dos *Amores* de Ovídio, sobre o aborto de Corina, têm suscitado interpretações díspares¹. Lidos como um panfleto contra a prática do aborto e pela defesa da vida humana, são todavia mais numerosas as vozes que se levantam contra a falta de bom gosto que neles se verifica, por apresentarem um tema pouco próprio para a poesia². Houve até quem os considerasse a causa, ou pelo menos uma das causas, do exílio de Ovídio, já que Corina, amante de Augusto, teria abortado de um filho deste com a cumplicidade do poeta³. A crítica mais recente, porém, enfatizando primordialmente as circunstâncias culturais e sociais do tempo, opta por uma interpretação mais comedida na atribuição de considerações morais e de leituras políticas aos textos e tenta reconstituir a experiência de Corina que se esconde por detrás da voz masculina do sujeito poético⁴.

Os poemas permitem, de facto, muitas leituras. O tom moralista de alguns dos seus versos, a par da súplica, primeiro a Ísis (2. 13. 7-18⁵), depois a Ílitia

¹ Utilizamos para o texto latino dos *Amores* a edição de KENNEY (1995¹) 59-61, que fazemos acompanhar da tradução de ANDRÉ (2006) 85-87. Todas as outras traduções, salvo indicação em contrário, são da nossa autoria.

² MACK (1988) 63, por exemplo, afirma sobre os poemas: «The first asks to be taken straight; it is a prayer for Corinna's safety, and it sounds sincere, full of topical references to the deities worshipped by Augustan women. The second is a facetious and amusing 'prolife' statement of the evils of her act.» Apreciações negativas em WILLIAMS (1968) 510, WATTS (1973) 100, BARSBY (1978) 18 e WHITAKER (1983) 152.

³ VERDIÈRE (1992) 149-160 apoia-se em Sidónio Apolinar (23. 158-161), que afirma que Ovídio foi exilado devido a uma *Caesarea puella*, que o autor entende não como referência a uma mulher da casa imperial, mas a uma amante de Augusto: *et te carmina per libidinosa / notum Naso tener. Tomosque missum: / quondam Caesareae nimis puellae / ficto nomine subditum Corinnae.* («e tu pelos teus carmes libidinosos / conhecido, doce Nasão. Foste enviado para Tomos: / outrora sujeitaste-te demasiado a uma rapariga de César / com o pseudónimo de Corina.»).

⁴ CAHOON (1988), GAMEL (1989).

⁵ *Isi, Paraetonium genialiaque arua Canopi / quae colis et Memphin palmiferamque Pharon, / quaque celer Nilus lato delapsus in alueo / per septem portus in maris exit aquas, / per tua sinistra precor, per Anubidis ora uerendi – / sic tua sacra pius semper Osiris amet, / pigraque labatur circa donaria serpens, / et comes in pompa corniger Apis eat! / huc adhibe uultus, et in una parce duobus! / nam uitam dominae tu dabis, illa mihi. / saepe tibi sedit certis operata diebus, / qua cingit laurus Gallica turma tuas.* («Ó Ísis, tu que habitas Paretónio e os campos fecundos de Canopo / e Mênfis e Faros, o país das palmeiras, / e as terras por onde a corrente do Nilo, ao descer na vastidão do seu leito, / se lança, através de sete portas, nas águas do mar: / pelo teu sinistro eu suplico, pelo rosto assustador de Anúbis / (assim o piedoso Osíris tenha sempre em apreço os teus rituais, / e a serpente, preguiçosa, deslize em volta das oferendas, / e siga em tua companhia, no cortejo solene, Ápis, com seus chifres), / volta para aqui o teu olhar e, na pessoa de um, tem compaixão de dois; / é que tu darás a vida à minha amada, ela dar-ma-á a mim.»)

(2. 19–28⁶), pela vida de Corina, que constitui a *pièce de résistance* do primeiro poema, parece demonstrar a preocupação do poeta com as consequências do aborto, não apenas para a vida da amada, mas para toda a humanidade⁷. Algumas afirmações, todavia, levam-nos a pôr em dúvida se essa preocupação é genuína ou se não passa de um artifício. Ambos os poemas oscilam – como, aliás, é típico da elegia latina – entre sinceridade e ironia, entre pesar e ambiguidade, entre experiência pessoal e crítica social. É necessário não tomar como garantido e autobiográfico o sentido dos poemas, uma vez que só inadvertidamente a elegia erótica pode ser interpretada desta maneira. O tom aparentemente confessional de alguns textos e a pretensa representação de sentimentos e emoções não devem ser tomados como certos, porque não o são. Pelo contrário, fingimento e artifício são duas das características que definem o género⁸.

O lamento do poeta pelo estado de saúde da mulher amada é um lugar-comum da elegia. Já Tibulo (1. 5) e Propércio (2. 28) a ele recorrem quando deploram, respectivamente, a condição de Délia e de Cíntia, ainda que, ao contrário de Ovídio, não indiquem as causas do estado de ambas. O facto de a influência dos dois autores ser notória e facilmente identificável nos poemas de Ovídio, cria uma ligação que insinua que também Délia e Cíntia podem estar a recuperar de um aborto⁹. Assim, temos em *Am.* 2. 13 e 2. 14, como eventualmente nos poemas de Tibulo e Propércio citados, uma das sequelas da paixão elegíaca e não deve ser casual o facto de o poema que os antecede ser uma afirmação, em linguagem militar, da vitória do sujeito poético sobre a *puella*:

⁶ *Tuque laborantes utero miserata puellas, / quarum tarda latens corpora tendit onus, / lenis ades precibusque meis faue, Ilithyia! / digna est, quam iubeas muneris esse tui. / ipse ego tura dabo fumosis candidus aris, / ipse feram ante tuos munera uota pedes. / adiciam titulum: 'seruata Naso Corinna!' / tu modo fac titulo muneribusque locum. / Si tamen in tanto fas est monuisse timore, / hac tibi sit pugna dimicuisse satis!* («e tu, compadecida das mulheres que padecem no seu ventre / e a quem o peso que abrigam torna o corpo lento e largo, / mostra a tua doçura e acolhe as minhas preces, ó Ílithia! Ela é merecedora de que seja tua vontade ela obter as tuas graças. Eu mesmo, de branco trajado, hei-de oferecer-te, em teus altares, o fumo do incenso, / eu mesmo hei-de depor a teus pés oferendas votivas / e acrescentar-lhes uma legenda: “de Nasão, pela salvação de Corina”. / Tu, cria, ao menos, a ocasião para esta legenda e estas oferendas. / Se em meio de tamanho temor, porém, é consentido dar um conselho, / que te chegue, já, ter travado esta batalha.»)

⁷ HEYOD (1975) 71 considera que Ílithia é aqui um epíteto de Ísis e não uma deusa diferente. GAMEL (1989) 188 realça a estranheza da invocação a uma deusa que preside aos partos para velar pela segurança de uma mulher que acabou de abortar.

⁸ Cf. a afirmação de JAMES (2003) 5: «(...) in the context of elegy, spontaneous expression would be unsophisticated, crude, even boring – the worst possible sin for the educated, urbane, witty composers and consumers of Roman poetry.» Da vasta bibliografia sobre o assunto, indicamos apenas como referência as obras de HALLET (1984) e WYKE (2002).

⁹ É esta a opinião de JAMES (2003) 176. Sobre a influência do poema de Propércio em Ovídio, cf. MORGAN (1977) 80ss. A autora considera que o resultado desta influência é que o leitor não consegue esquecer que, se Corina está doente, a responsabilidade é dela, e compreende que, no fim de 2. 14, o sujeito poético desenvolva um pouco mais a ira que até então suprimira. Sobre a relação entre estes poemas, cf. também YARDLEY (1977).

*Ite triumphales circum mea tempora laurus!
uicimus: in nostro est, ecce, Corinna sinu.*

Colocai-vos em volta da minha frente, ó louros da vitória
Venci; eis que Corina está nos meus braços.¹⁰

A vitória tem, obviamente, um vencido e a batalha as suas consequências. Logo no início de 2. 13, se dá a conhecer sem ambiguidades qual a causa do mal-estar de Corina:

*Dum labefactat onus grauidi temeraria uentris,
in dubio uitae lassa Corinna iacet.*

Desde que, na sua insensatez, vai destruindo o peso que carrega no ventre inchado, Jaz, em risco de vida, Corina, prostrada por padecimentos.¹¹

A responsabilidade de Corina é clara, pois foi ela quem, *temeraria*, destruiu o fruto do seu ventre, colocando-se, assim, em perigo de vida. Revelador é o facto de o sujeito poético assumir que devia sentir ira, ira que, no entanto, cedeu perante o medo de perder Corina. Em Am. 2. 14. 43-44, esta ideia repete-se e encerra o poema. Escapar imune é uma concessão para Corina que não se repetirá¹². Esta afirmação remete-nos, pelo menos numa primeira leitura, para a ideia, repetida na literatura e na jurisprudência romana, de que é ao pai que cabe tomar a decisão de aceitar ou não o filho. Ou seja, aparentemente, este pai sente-se privado dos seus direitos. Cria-se, assim, pelo menos por momentos, a ficção de que a relação com a *puella* é legítima e de que, como marido e *paterfamilias*, o sujeito tem o direito de se insurgir contra ela e de a castigar.

Esta ideia, porém, é rapidamente afastada pela suspeita da paternidade da criança que se insinua nos versos:

*sed tamen aut ex me conceperat – aut ego credo;
est mihi pro facto saepe, quod esse potest.*

Mas a verdade é que era de mim que estava grávida, ou, pelo menos, assim creio; Tenho, bastas vezes, na conta de certo o que é, apenas, possível.¹³

Não que esta dúvida tenha muita importância. De facto, não é a criança a que se negou a vida que importa, nem são os queixumes de um *pater orbis* que se ouvem na prece «na pessoa de um, tem compaixão de dois» (2. 13. 15¹⁴) que

¹⁰ Am. 2. 12. 1-2.

¹¹ Am. 2. 13. 1-2.

¹² *di faciles, peccasse semel concedite tuto, / et satis est; poenam culpa secunda ferat!* (Am. 2. 14. 43-44). («Deuses propícios! Concedei-lhe que possa errar, uma primeira vez, sem risco! / Tanto me basta; seja, apenas, uma segunda falta a sofrer o castigo.»).

¹³ Am. 2. 13. 5-6.

¹⁴ *in una parce duobus.*

dirige a Ísis¹⁵. Apesar da expectativa criada, o verso seguinte anula qualquer tipo de equívoco: o sujeito poético ocupa o lugar do feto de Corina. A relação concreta, física, da maternidade é suprimida pela relação erótica. Os dois a que o *amator* se refere não são a mãe e o filho, mas Corina e ele próprio. Em última instância, a prece que dirige também a Ilitia reverte em seu favor, já que, se Corina viver, ele viverá também¹⁶. É certo que o aborto é irreversível e que o filho está irremediavelmente perdido, mas não deixa de ter significado que, em momento algum, nem num poema nem no outro, o poeta se refira em concreto à criança, que, como é óbvio, não tem lugar neste tipo de relação.

Do mesmo modo, Corina não vai além de um papel secundário, sendo substituída com frequência por generalizações. A sua experiência pessoal é quase sempre omitida e, no segundo poema, dá lugar a uma diatribe de tom moralista¹⁷ que, tomando como referência um colectivo *puellae* (*Am.* 2. 14. 1; 2. 14. 37), vai enumerando os males que adviriam para a humanidade se o aborto fosse uma prática geral. Só a meio do poema se introduz um *tu quoque* («até tu») que, sem mais indicações, identificamos com Corina (*Am.* 2. 14. 19), mas que, dois versos abaixo, é substituído por *ipse ego* («mesmo eu») (*Am.* 2. 14. 21) e, pouco depois, dá lugar a uma série de formas na segunda pessoa do plural que insere novamente Corina no grupo das mulheres que atentam contra a sua própria vida¹⁸, quer recorrendo a técnicas cirúrgicas, quer utilizando substâncias químicas para matar o filho no ventre:

*uestra quid effoditis subiectis uiscera telis,
et nondum natis dira uenena datis?*

As vossas entranhas, porque as escavais, nelas mergulhando esses ferros
E àqueles que ainda não nasceram lhes servis venenos?¹⁹

O segundo poema, na sua estratégia moralizante, silencia, assim, a voz e a experiência de Corina, mas reproduz a crítica social de que era objecto uma mulher morta na sequência de um aborto: “bem feito”, dizem todos os que a vêem ser conduzida para a pira. O desfecho fatídico, acentuado pela repetição em anadiplose de *ipsa perit*, baseia-se na oposição, que é quase irónica, entre as formas verbais *necat* e *perit*:

¹⁵ Compare-se, por exemplo, com a acusação que, na *Heróide* 7, Dido dirige a Eneias: *poenaque conexos auferet una duos*. («um mesmo castigo levar-nos-á a ambos, unidos um ao outro.»). Trata-se aqui de Dido e do filho que diz esperar. A expressão, porém, é também utilizada noutros textos para designar um casal de amantes: *Prop.* 2.26c.33; *Ov. Her.* 4.143; 18.126; *Met.* 4.108.

¹⁶ No *carmen* que promete a Ilitia pela recuperação de Corina (*Am.* 2.13.25), esta substituição é bem visível: *SERVATA NASO CORINNA*. («de Nasão, pela salvação de Corina.») Não são nem a *puella* nem o filho perdido que ocupam a posição central, mas o sujeito poético. GAMEL (1989) 188-189 entende que a sintaxe do verso, pela inclusão do nominativo *Naso* entre as duas formas de ablativo que se referem a Corina, mantém a comparação do *amator* à criança, iniciada em *Am.* 2.13.15.

¹⁷ Afirma GAMEL (1989) 193: “in 2.14, his position, tone, and rhetoric are those of an old-fashioned Roman.”

¹⁸ *uestra (...) effoditis; datis; (Am.* 2.14.27-28); *dicite (...) uos; uestra (Am.* 2.14.33-34).

¹⁹ *Am.* 2.14.27-28.

*saepe, suos utero quae necat, ipsa perit.
ipsa perit, ferturque rogo resoluta capillos,
et clamant 'merito!' qui modo cumque uident.*

muitas vezes, aquela que os seus mata no seu ventre, ela mesma acaba por morrer. Ela mesma acaba por morrer e é levada à pira, de cabelos desgrenhados, E clamam: «bem feito!» todos quantos a vêem.²⁰

A exposição pública e a divulgação de um assunto que devia ser privado são com certeza argumentos dissuasores, mas o pormenor dos cabelos em desalinho é importante como contraponto à motivação de ordem estética que é atribuída a Corina e que, como veremos, é um dos lugares-comuns dos textos sobre o aborto. A beleza de Corina é, porém, uma das bases da paixão e não é por acaso que o primeiro poema em que se refere o seu nome nos *Amores* é uma descrição do seu corpo nu, no qual se nota a inexistência de defeitos²¹.

Fazer da amante sensual uma mãe ao nível das *matronae* do passado não é tarefa fácil, mas também não é o que o poeta deseja. Sem profundidade de sentimentos, sem luto pela criança a que se causou a morte, sem considerações de ordem social, económica ou cultural, os poemas fazem de Corina um símbolo. A frivolidade e a superficialidade que se lhe atribuem, todavia, parecem corresponder a um estratagema literário que fabrica uma fantasia masculina da relação entre os sexos. A fantasia da maternidade projecta-se na amante clandestina, as expectativas sociais da matrona na *puella* elegíaca que, perdida nesta fusão improvável, deixa de ser perceptível.

Apenas o silêncio se permite a Corina, o silêncio e a omissão. E, por este motivo, ao leitor só se consente o acesso a parte da história: Corina abortou, não se sabe por que meios nem por que motivo, e, perante esta situação, o eu poético, suprimindo a sua cólera com o receio pela vida da mulher amada, assume-se como um defensor da maternidade e dos seus benefícios, não para uma mulher específica mas para a humanidade. Impedir que personagens ilustres do passado tivessem nascido teria negado ao mundo a sua própria história: Deucalião, Aquiles, Rómulo e Remo, Eneias. E, tivesse este último sido vítima de aborto, a terra teria ficado órfã dos Césares²². Mas a lista de

²⁰ *Am. 2. 14. 8-40.*

²¹ *in toto nusquam corpore menda fuit.* («no corpo inteiro nem uma só macula se me mostrou») (*Am. 1. 5. 18*)

²² *si mos antiquis placuisset matribus idem, / gens hominum uitio deperitura fuit, / quique iterum iaceret generis primordia nostri / in uacuo lapides orbe, parandus erat. / quis Priami fregisset opes, si numen aquarum / iusta recusasset pondera ferre Thetis? / Ilia si tumido geminos in uentre necasset, / casurus dominae conditor Urbis erat; / si Venus Aenean grauida temerasset in aluo, / Caesaribus tellus orba futura fuit.* («Se às mães de outrora aprovesse a mesma usança / teria a raça dos homens desaparecido, por força desse vício, / e àquele que uma segunda vez lançou pedras no mundo vazio [i. e. Deucalião], / origem da nossa raça, bem podíamos procurá-lo. / Quem houvera de esmagar o poder de Príamo, se a deusa das águas, / Tétis, tivesse recusado suportar o peso que trazia? / Se Ilia se negasse a acolher os gémeos em seu ventre prenhe, / teria ficado pelo caminho o fundador da cidade senhora do mundo; / se Vénus, quando grávida, tivesse posto em risco Eneias no seu ventre, / órfã de Césares teria ficado a terra.») (*Am. 2. 14. 9-18*).

indivíduos que podiam não ter vindo ao mundo continua numa progressão rápida do geral para o particular e do público para o privado que caracteriza, aliás, como vimos, o segundo poema. Também a Corina, de quem não se refere o nome, a mãe podia ter recusado a vida, e o mesmo podia ter acontecido ao próprio sujeito poético. Extraordinário poder das mães que matam com a mesma facilidade com que geram²³. Não é por acaso que se comparam as mulheres que interrompem a gravidez às mães filicidas da mitologia. Medeia e Procne, «ambas mães tenebrosas»²⁴, tiveram, no entanto, razões para assassinar os filhos²⁵. Fizeram-no por vingança, derramando o sangue comum a ambos os progenitores. E Corina, de que Jasão ou de que Tereu se terá vingado? Esta interrogação retórica remete, obviamente, para a responsabilidade do suposto pai da criança na decisão tomada pela mãe, mas toda a argumentação, centrada como está em considerações de ordem geral, tem como consequência desviar a atenção da situação específica de Corina e focar apenas o papel das mulheres que recusam a maternidade.

A evocação preponderante de situações e personagens relacionadas com a poesia épica e com a tragédia, em conjunto com a associação da prática do aborto a assuntos de ordem militar²⁶ ou de natureza violenta, como os jogos de gladiadores²⁷, parece ter como resultado uma tensão subjacente e perturbadora que põe em evidência a construção desigual dos sexos na elegia. As relações de poder não são sempre pacíficas e o *seruitium amoris* nem sempre é aceite com magnanimidade. Se a *puella* fez um aborto, foi porque o pôde fazer, e o facto de ter tomado essa decisão sem consultar o suposto interessado prova uma independência e um controle de si própria que o sujeito poético tem – ou finge ter – dificuldade em aceitar.

Se considerarmos como provável que parte do público a que a elegia se destinava era feminino, ambos os poemas ganham uma nova dimensão²⁸.

²³ Outro argumento contra o aborto é que nem os animais selvagens o praticam: *hoc neque in Armeniis tigres fecere latebris, / perdere nec fetus ausa leaena suos.* («Isso, nem as fêmeas dos tigres o fizeram nas grutas da Arménia; / nem a leoa ousou destruir as suas crias.») (*Am.* 2. 14. 35-36).

²⁴ *utraque saeva parens* (*Am.* 2. 14. 32).

²⁵ *Colchida respersam puerorum sanguine culpant / aque sua caesum matre queruntur Ityn; / utraque saeva parens, sed tristibus utraque causis / iactura socii sanguinis ulta uirum. / dicite, quis Tereus, quis uos inritet Iason / figere sollicita corpora uestra manu?* («A filha do rei da Cólquida [i.e. Medeia], salpicada do sangue dos filhos, acusam-na / e choram Ítis, morto às mãos de sua mãe [i.e. Procne]; / foram ambas mães tenebrosas; mas ambas tinham razões bem penosas / para se vingarem dos maridos com o sacrifício do sangue que aos dois era comum.») (*Am.* 2. 14. 30-35).

²⁶ *Quid iuuat immunes belli cessare puellas, / nec fera peltatas agmina uelle sequi, / si sine Marte suis patiuntur uulnera telis, / et caecas armant in sua fata manus?* («De que serve viverem as mulheres no descanso, à margem da guerra, / e não seguirem, revestidas de escudos, atrás de tropas ameaçadoras, / se, mesmo sem obedecerem a Marte, padecem os golpes de suas próprias setas / e contra o seu próprio destino empunham cegas armas?») (*Am.* 2. 14. 1-4)

²⁷ *scilicet, ut careat rugarum crimine uenter, / sternetur pugnae tristis harena tuae?* («Pois, para teu ventre não conhecer o defeito das rugas, / há-de ficar ali espalhado o areal do teu malfadado combate?») (*Am.* 2. 14. 7-8).

²⁸ É o que defende JAMES (2003) *passim*. Cf. também GOLD (1993) 95 n. 17: «Certainly, we can say that a female audience is strongly implied in these works and must have been expected to read, digest, and engage with the poetry.»

Ao abrirem uma janela para uma prática da vida real, põem em evidência as circunstâncias efectivas não da vida de Corina, que devemos entender sempre como uma construção literária e não como uma mulher real, mas da vida de uma classe de mulheres para quem, por um motivo ou por outro, o aborto poderia ser uma necessidade. A *puella* elegíaca é a representação literária de uma classe de mulheres que detêm uma liberdade privilegiada e que dependem dos seus favores sexuais como forma de subsistência. Baseando-se na cortesã da Comédia Nova, a elegia cria uma personagem convencional que utiliza os encantos físicos da sua juventude para garantir o seu sustento presente e futuro²⁹. É esta dimensão social que a elegia, na sua construção ficcionada da *puella* como mãe, omite. Lucrécio, por exemplo, mantém esta distinção de forma muito clara quando aconselha às *uxores*, isto é às esposas legítimas, a posição que, na relação sexual, permitirá reter com mais segurança o fruto da concepção. Os movimentos lascivos são impróprios para as matronas e adequados apenas às *meretrices*, pois evitam a gravidez³⁰.

A prática do aborto, porém, deve ter sido frequente e, se na literatura grega são numerosas as referências a técnicas para limitar o número de filhos, em Roma a perspectiva é diferente. Ao contrário do que acontece com o *Corpus Hippocraticum*, que inclui vários tratados que aprofundam temáticas relacionadas com a saúde das mulheres, não existe em Roma, antes de Sorano, que praticou medicina em Roma nos principados de Trajano e Adriano, uma obra que se dedique em exclusivo, ou maioritariamente, à ginecologia. Celso, o autor do *De Medicina*, que teria vivido no tempo de Tibério, omite qualquer referência à prática do aborto voluntário e, no que diz respeito à natureza do corpo da mulher, não vai além de algumas patologias associadas ao sistema reprodutivo. Celso reconhece o perigo do aborto espontâneo, mas a sua perspectiva é sempre a da protecção da gravidez. Demonstra, porém, um conhecimento anatómico mais exacto do que os hipocráticos, o que supõe a sua familiaridade com fontes helenísticas próximas de Herófilo, que identificou os ovários e as trompas de Falópio, apesar de não entender o papel destes na concepção³¹.

Refira-se, aliás, que a intervenção da mulher na génese de um novo ser foi, durante muito tempo, um tema controverso. Enquanto o autor do *De semine*, um pequeno tratado que integra o *Corpus Hippocraticum*, defende a existência de uma semente feminina que, na concepção, se une à masculina, já Aristóteles nega à mulher qualquer intervenção significativa, uma vez que, porque é um ser mais frio do que o homem, não tem capacidade para transformar o sangue menstrual em sémen. Em Roma, Lucrécio mostra-se também adepto da

²⁹ Sobre o estatuto social da mulher na elegia, cf., por exemplo, KENNEDY (1993) 83-100 e JAMES (2003) 36-41.

³⁰ 4. 1264-1271. Agradeço a referência do Professor Doutor Francisco de Oliveira, que chamou a minha atenção para o facto de poder estar inerente aos poemas uma crítica ao desempenho profissional de Corina.

³¹ Note-se que Celso não refere nenhuma das descobertas de Herófilo. Apesar disso, a exactidão da descrição que faz da posição e da forma do útero prova, de acordo com VON STADEN (1991) 276-277, a familiaridade do autor com o desenvolvimento da anatomia helenística.

participação dos dois sexos na concepção, mas Sorano considera que, embora a mulher produza líquido seminal, este é expelido para a bexiga e evacuado pelo sistema urinário. Entende, no entanto, que só pode haver concepção se ambos os parceiros de uma relação sexual sentirem prazer.

Apesar da célebre afirmação do Juramento Hipocrático «não darei a uma mulher um pessário abortivo», o *Corpus Hippocraticum* refere em várias ocasiões e em diversos contextos a prática da interrupção da gravidez, indicando técnicas como o salto lacedemónio (*Nat. Puer.* 13), aconselhado a uma bailarina que não queria perder o seu valor estético³², ou divulgando uma profusão de receitas de aplicações variadas «para expulsar o *embryon*» (*Mul.* 1. 78; *Nat.* 32³³). Note-se que nem sempre se considerava aborto a expulsão do embrião nos primeiros dias depois da concepção. De facto, tanto os autores hipocráticos como Aristóteles, e até mesmo Sorano (3. 47), designam como *ekruseis*, *ektrosmoi* ou *ekroia* a expulsão de um embrião informe e inanimado, com dias ou semanas³⁴. Parece ter havido, de facto, uma aceitação mais ou menos abrangente da perda do feto nos primeiros tempos da gravidez, porque ainda não se considerava um ser humano. Vital na distinção entre expulsão e aborto seria ou a existência de movimento – que se verifica, segundo Aristóteles (*HA.* 7. 3. 2-4), depois dos quarenta dias de gestação nos rapazes e dos noventa para as raparigas – ou o nível de semelhança do feto com um ser humano. As observações de fetos abortados descritas nos tratados hipocráticos teriam permitido a verificação de que, em momentos diferentes da gravidez, o feto tem níveis variáveis de semelhança com um ser humano. Antes de o embrião se mover ou de parecer uma pessoa, o aborto seria, assim, lícito ou pelo menos aceitável³⁵. Kapparis defende que a maioria dos autores da Antiguidade considerariam que o feto era um ser humano não na concepção nem no parto, mas num momento do desenvolvimento fetal, determinado de forma divergente, quer pela existência de movimento, quer pelo estágio da sua formação³⁶. Outro momento fundamental na atribuição de características humanas ao feto seria o momento em que se consideraria que este tem alma e, nesta perspectiva, conceitos empíricos como movimento e formação associam-se a noções morais e filosóficas mais complexas como a animação e a percepção sensorial³⁷.

³² O salto lacedemónio consistia em saltar unindo os calcanhares às nádegas e é conhecido por esta designação porque é referido por Lâmpito, uma personagem com esta origem que aparece na *Lisístrata* de Aristófanes (v. 82).

³³ Estas receitas são normalmente prescritas como emenagogos ou como abortivos ou para expulsar o feto. Cf., por exemplo, *Mul.* 1. 78. 50; 1. 78. 104; *Nat.* 32. 1; 32. 25; 32. 35; 32. 49; 95. 1, etc.

³⁴ *Ekrusis* e *ekroia* têm o significado de «fluxo» (LIDELL & SCOTT (1996) s.v.) e, portanto, um sentido mais geral do que *ektrosmos*, que significa «aborto» ou «parto de um feto antes do termo». Aristóteles diz que o que chamam *ekrusis* acontece nos primeiros sete dias após a concepção e que a expulsão do feto antes dos quarenta dias de gravidez se designa *ektrosmoi* (*HA.* 583a25; 583b11). SOUSA E SILVA (2008) 210-211 traduz, nestes passos, *ekrusis* por «desmancho» e *ektrosmoi* por «parto falso» Cf. também *GA.* 758b6 e *Sor. Gyn.* 3. 47. 2.

³⁵ *Pol.* 1335b19-26: «deverá praticar-se o aborto antes que a vida e a sensibilidade se desenvolvam no embrião.» (trad. de AMARAL & GOMES (1998) 551).

³⁶ KAPPARIS (2004) 44ss.

³⁷ Para os Estóicos, por exemplo, o feto só recebia uma alma no momento do parto, logo,

Sorano é sensível à polémica inerente à prática do aborto e reproduz os argumentos aduzidos pelas partes discordantes, nomeadamente no que diz respeito à aparente incongruência entre o juramento de Hipócrates e as técnicas abortivas que se prescrevem no *Corpus*. Assim, alguns médicos, afirma Sorano, são contra o aborto e invocam como argumento que a função da medicina é salvar o que foi gerado pela natureza (1. 60. 2). Outros, que o autor afirma apoiar, são mais comedidos: prescrevem abortivos, mas não para esconder uma relação adúltera ou por razões estéticas (1. 60. 3). Apenas o aborto terapêutico recebe a aprovação destes e do próprio Sorano. Só quando a gravidez é inviável o aborto se justifica. Sorano defende que o uso de abortivos é perigoso e que, por esta razão, é melhor recorrer a métodos anticoncepcionais. Ainda que deixe bem clara a sua posição pró-natalidade, recomenda formas diversas de impedir a concepção, sejam técnicas a adoptar durante a relação, a escolha de dias menos propícios ou receitas com ingredientes e de aplicações diversos. Surpreendentemente, porém, logo a seguir, afirma: «se, porém, a concepção ocorreu, deve-se fazer o oposto do que disse antes», isto é, o contrário do que prescreveu para proteger a gravidez (movimentos violentos, emenagogos, purgativos, pessários, sangrias abundantes, 1. 63-65).

Entre os autores que escreveram em língua latina é Plínio quem nos dá mais informações sobre práticas contraceptivas e abortivas. Ainda que se afirme contra o aborto, que assegura ter sido uma invenção das mulheres (*Nat.* 10. 172), o seu espírito curioso não resiste ao comentário de práticas que, mesmo consideradas inúteis ou incorrectas, acaba por registar e que oscilam entre a superstição e o recurso a amuletos, e a ingestão ou a aplicação tópica de determinadas substâncias. A sua perspectiva, porém, como acontece com Celso, é sempre a da protecção do feto que foi gerado e, numa das poucas vezes em que cita uma substância com propriedades contraceptivas, logo depois de o ter feito pede perdão por a ter divulgado e justifica-se pela necessidade de algumas mulheres, de fecundidade excessiva, limitarem o número de filhos. Trata-se, porém, de um método de eficácia duvidosa, uma vez que consistia na utilização de dois vermes, que se encontravam na cabeça de uma aranha que os Gregos designavam por fálange, e que as mulheres utilizavam presos ao corpo com um pedaço de pele de cervo para evitar a gravidez durante um ano (*Nat.* 29. 85). Mas é significativo o facto de referir que algumas mulheres podiam ter uma razão válida para abortar:

quam solam ex omni atocio dixisse fas sit, quoniam aliquarum fecunditas plena liberis tali uenia indiget.

seja lícito que eu refira apenas este, de entre todos os contraceptivos³⁸, porque a fecundidade excessiva de algumas mulheres carece desta indulgência.

antes de nascer não podia ser considerado um ser humano.

³⁸ Plínio utiliza aqui a transcrição da palavra grega *atokion* que significa «contraceptivo» e se opõe, por exemplo, a *phthorion*, que tem o significado de abortivo. Plínio designa como *phthorium* um vinho obtido de videiras junto das quais se semearam plantas com propriedades abortivas (*Nat.* 14. 110).

O reconhecimento da legitimidade do aborto provocado por razões económicas na pena de um autor que se afirma contra o aborto e que, mesmo quando refere substâncias ou situações que podem levar à perda do feto, o faz como admonição, mostra, porém, como a interrupção de uma gravidez não desejada podia ser entendida como legítima ou, pelo menos, compreensível. Quando Plínio descreve as propriedades abortivas de uma planta ou de uma substância, ainda que o faça para permitir a uma grávida evitar o contacto com elas, a informação pode naturalmente ser utilizada com a finalidade oposta³⁹.

As referências frequentes de Plínio ao risco de aborto, associadas à sua ideia quase obsessiva da fragilidade da vida humana – até o odor de uma lucerna apagada pode causar um aborto! (*Nat.* 7. 43) –, são, de acordo com Flemming, consentâneas com a desconfiança dos autores romanos em relação ao aborto porque e quando praticado pelas mulheres sem o consentimento do pai da criança⁴⁰. A frequência com que se atribui à mulher a iniciativa de abortar para manter a sua beleza ou para esconder uma relação adúltera⁴¹ é compensada pelo silêncio quase absoluto sobre outro tipo de razões, nomeadamente de origem económica ou social. Se, porém, fosse o pai da criança a rejeitá-la e a decidir que a mãe deveria abortar, devemos supor que agiria no âmbito da sua *patria potestas*, tomando, assim, uma decisão não apenas de acordo com a lei, mas socialmente admissível⁴². Em ambas as situações, todavia, o escrutínio social seria certamente evitado e o aborto mantido na intimidade da família ou só da mulher, quando esta decidia terminar a gravidez sem o consentimento do pai da criança. A apresentação do aborto voluntário como algo negativo tem origem, provavelmente, no carácter clandestino da prática.

As razões que levaram Corina a provocar um aborto foram, segundo Ovídio, triviais, uma vez que foi motivada principalmente por uma preocupação de ordem estética. Esta referência é, porém, um tema comum da literatura que aborda o assunto e que, com frequência, aponta, para a prática da interrupção da gravidez, motivações moralmente questionáveis, relacionadas seja com a vaidade feminina, seja com a conduta moral das mulheres. Dois exemplos bastar-nos-ão para aferir desta realidade. Por um lado, o elogio de Séneca a sua mãe, Hélvia (*Dial.* 12. 16. 3): ao contrário das outras mulheres do seu tempo, não se envergonhou da sua fecundidade, como se esta denunciasse a sua idade, não escondeu o peso da sua gravidez nem destruiu a esperança dos filhos concebidos dentro do seu ventre⁴³. Por outro lado, a célebre *Sátira* 6 de Juvenal

³⁹ *Nat.* 14. 110; 20. 226; 20. 248; 21. 116; 21. 147; 24. 29; 24. 143; 25. 115; 27. 110, etc.

⁴⁰ FLEMMING (1998) 169.

⁴¹ O mesmo tema em *Ov. Am.* 2. 14. 7-8, *Nux.* 23-24, *Gel.* 12. 1. 8 e em *Juv.* 6. 592ss. Nos *Fastos* 1. 619-626, Ovídio afirma que, em protesto contra o facto de ter sido retirado às mulheres o privilégio de serem transportadas em liteira, estas abortavam para punir os maridos.

⁴² DIXON (1988) 62.

⁴³ *numquam te fecunditatis tuae, quasi exprobraret aetatem, puduit, numquam more aliarum, quibus omnis commendatio ex forma petitur, tumescentem uterum abscondisti quasi indecens onus, nec intra viscera tua conceptas spes liberorum elisisti.* («nunca sentiste pudor pela tua fecundidade, como se esta denunciasse a tua idade; nunca, como é costume das outras para quem o valor

atribui às mulheres da elite o uso sistemático de abortivos para esconder o resultado de relações adúlteras. E ainda bem que o fazem, garante ao leitor, porque se assim não fosse, este ver-se-ia na situação de ser pai de um etíope⁴⁴.

Desde os primeiros textos gregos sobre a ginecologia, a prática do aborto voluntário aparece associada a mulheres de profissões infames, sejam a dançarina a que se aconselha o salto lacedemónio ou as prostitutas referidas no *De carnibus* do *Corpus Hippocraticum*, hábeis em reconhecer quando conceberam e em matar o fruto da concepção. Ao avaliar os métodos disponíveis na Antiguidade para limitar o número de nascimentos, Riddle defende que tanto os Gregos como os Romanos tinham um conhecimento antigo e fundamentado sobre as propriedades contraceptivas e abortivas de algumas substâncias⁴⁵. De acordo com este autor, o recurso a métodos contraceptivos e abortivos seria frequente e feito de forma consciente e voluntária, e muitos desses métodos seriam, como demonstram estudos científicos actuais em que o autor se apoia, eficazes⁴⁶. Frier, porém, considera que, embora alguns grupos sociais pudessem ter interesse em limitar o número de filhos, este não era certamente um objectivo da população em geral⁴⁷. De facto, parece ter-se limitado às classes mais elevadas da população⁴⁸.

Em Roma, o discurso sobre a prática do aborto assume protagonismo em contextos moralmente questionáveis: em casos de incesto, de adultério ou simplesmente de recusa da gravidez. Na epístola ovidiana de Cànace a Macareu, a jovem, grávida do irmão, refere as ervas e os remédios que a ama lhe trouxe para

reside completamente na beleza, ocultaste o teu ventre entumescido, como se este fosse uma carga vergonhosa, nem destruístes nas tuas entranhas a esperança dos filhos concebidos.»). Até Celso, pouco inclinado para a psicologia feminina, reconhece a importância que o aspecto físico tem para as mulheres. Quando discorre sobre o tratamento de patologias que podem afectar o rosto, afirma que, apesar de o tratamento de afeições como pústulas, sardas ou manchas vermelhas ser uma acção desnecessária, ninguém pode impedir as mulheres de se preocuparem com o seu aspecto (6. 5.1).

⁴⁴ *hae tamen et partus subeunt discrimen et omnis / nutricis tolerant fortuna urgente labores, / sed iacet aurato uix ulla puerpera lecto. / tantum artes huius, tantum medicamina possunt, / quae steriles facit atque homines in uentre necandos / conducit. gaude, infelix, atque ipse bibendum / porrige quidquid erit; nam si distendere uellet / et uexare uterum pueris salientibus, esses / Aethiopsis fortasse pater (...).* («estas, porém, suportam até o perigo do parto e sofrem / todos os esforços da amamentação que o seu destino lhes impõe, / mas dificilmente jazerá num leito dourado alguma puérpera. / É tão grande o poder das suas habilidades, é tão grande o poder dos medicamentos que tornam as mulheres estéreis e, por dinheiro, matam seres humanos / no ventre. Alegra-te, infeliz, e sê tu próprio a estender-lhe a poção para beber, / o que quer que seja; pois se ela quisesse encher o ventre / e perturbá-lo com crianças saltitantes, serias / provavelmente pai de um Etíope (...); 6.592-600).

⁴⁵ RIDDLE (1991), (1992) e (1997).

⁴⁶ Contra os argumentos de Riddle, cf. FRIER (1994) 330ss., que considera que só algumas classes sociais teriam interesse em limitar o número de filhos, e conclui: «(...) ordinary Roman couples did not successfully limit their families through contraception and abortion. If in fact these couples had access to reliable means of effecting family limitation, then either they altogether failed to consider limitation, or they considered and rejected it because they did not want smaller families.»

⁴⁷ FRIER (1994) 333.

⁴⁸ PARKIN (1992) 133, CALDWELL (2004) 12.

provocar o aborto de uma «criança demasiado viva»⁴⁹. Para contrariar o favor popular de que Octávia era alvo, mesmo repudiada alegadamente devido à sua esterilidade e exilada, Nero acusou-a de ter abortado para esconder o adultério com Aniceto, o *praefectus* da armada estacionada em Miseno, subornado para admitir o crime (Tac. *Ann.* 14. 62). Também Júlia, filha de Tito e sobrinha de Domiciano, é um exemplo desta associação. Suetónio e Juvenal afirmam que o tio a obrigou a abortar para ocultar a relação incestuosa de ambos e que faleceu em consequência disso⁵⁰.

A argumentação contra a prática do aborto é, assim, marcadamente moralizante, o que se entende se a contextualizarmos no apego pelas tradições que é típico dos Romanos. Ainda que alguns autores antigos atribuam aos legisladores do passado leis contra o aborto, não há evidências de que estas tenham efectivamente existido⁵¹. Nas colectâneas do Direito Romano, o aborto só é penalizado quando lesa os interesses do pai. Apesar de se considerar *in rebus humanis* («entre as coisas humanas»; *Dig.* 1. 5. 7) para alguns efeitos legais, o feto não é protegido pela lei porque se lhe atribua um qualquer direito à vida. As poucas referências ao aborto e ao estatuto da criança *in utero* aparecem quase sempre em contextos relacionados com a gravidez de mulheres divorciadas⁵². O que se protege nestas circunstâncias não é, de modo algum, a vida do filho, mas tão-só o direito do pai de decidir sobre a vida deste. O nascimento de uma criança depois da morte do pai ou depois de um divórcio condiciona as deliberações sobre a herança paterna e é por este motivo que a vida do feto é salvaguardada. Esta protecção remonta, segundo Ulpiano, à lei das XII Tábuas, que garantia ao filho póstumo o acesso ao património que lhe era devido⁵³. Não se trata, note-se, de uma garantia ou de um direito à vida que se concede à criança ainda não nascida. No edicto *De inspiciendo ventre custodiendoque partu* («sobre o exame do ventre e a protecção do filho»), que, de acordo com Evans Grubbs, deve remontar, pelo menos, aos finais da República⁵⁴, afirma-se:

⁴⁹ *nimum uiuax infans* (*Ep.* 11. 41-46).

⁵⁰ Plínio, *Nat.* 4. 10. 6; Suet., *Dom.* 22; Juv. *Sat.* 2. 32-33.

⁵¹ No opúsculo *An animal sit id quod in utero est*, atribuído a Galeno, mas provavelmente não da sua autoria, afirma-se que Sólon e Licurgo proibiam o aborto. Plutarco (*Rom.* 22. 3) atribui a Rómulo uma lei que permitia ao marido repudiar a esposa em caso de adultério, se esta se apoderasse das chaves, e se envenenasse os filhos. Esta referência, entendida por alguns como uma alusão à prática do aborto, insere-se, porém, numa tradição que aparece também em Dionísio de Halicarnasso que atribui igualmente ao primeiro rei de Roma a permissão do repúdio da esposa no caso de esta ser *phthora somatos*, expressão que se tem entendido como uma referência à prática do aborto (2. 35). Também Musónio Rufo refere a penalização do aborto por parte dos legisladores do passado, mas sem identificar pessoas ou medidas específicas.

⁵² Cf. a título de exemplo *Dig.* 47. 11. 4; 48. 19. 39. Ambas as referências dizem respeito ao aborto provocado por uma mulher divorciada do pai da criança e a punição advém não da prática do aborto mas do atentado contra os direitos do pai. Cf. GARDNER (1986) 158-159 e EVANS GRUBBS (2002) 202.

⁵³ *Vtique et ex lege duodecim tabularum ad legitimam hereditatem is qui in utero fuit admittitur, si fuerit editus.* («até na lei das XII Tábuas se admite numa herança legítima aquele que está no útero, se nascer.»; *Dig.* 38. 16. 3. 9).

⁵⁴ EVANS GRUBBS (2002) 310, n. 5

partus enim antequam edatur, mulieris portio est uel uiscerum.

o filho, antes de nascer, é uma parte da mulher, mesmo das suas vísceras.⁵⁵

Mesmo quando o aborto tem uma penalização, esta tem sempre a noção subentendida de um crime que a mulher praticou contra o marido e não contra o filho⁵⁶.

Se tivermos em consideração a política pró-natalidade de Augusto, as acusações de índole moral tornam-se mais compreensíveis. O incentivo à procriação é uma das pedras basilares da legislação augustana. Ainda assim, não há indícios de que o aborto tenha nela merecido uma atenção especial. Se o *princeps* tivesse considerado a prática do aborto uma ameaça aos seus intentos, tê-la-ia facilmente proibido, como fez com o adultério⁵⁷. O facto de as leis terem como objectivo primordial que as classes mais favorecidas da população gerassem mais filhos parece implicar uma divisão na sociedade. De facto, as regalias previstas na lei, nomeadamente as consequências do *ius trium liberorum*, não aliciariam todas as classes, mas apenas as que tinham ambições políticas e económicas⁵⁸.

⁵⁵ Dig. 25. 4. 1.

⁵⁶ Cf., por exemplo: *Si mulierem uisceribus suis uim intulisse, quo partum abigeret, constiterit, eam in exilium praeses prouinciae exiget.* («se se determinar que uma mulher infligiu violência sobre as suas entranhas, de modo a expulsar o feto, o governador da província expulsá-la-á para o exílio.»; Dig. 48. 8. 8pr.); *si qua uisceribus suis post diuortium, quod praegnas fuit, uim intulerit, ne iam inimico marito filium procrearet, ut temporali exilio coerceatur, ab optimis imperatoribus nostris rescriptum est.* («se, depois do divórcio, uma mulher, por estar grávida, infligir violência sobre as suas entranhas, com a intenção de não gerar um filho a um marido que se tornou hostil, foi estabelecido num rescrito dos nossos melhores imperadores que devia ser punida com o exílio temporário.»; Dig. 48. 19. 39). De acordo com NÉRAUDAU (1994) 188, estas medidas, a par da punição daquele que fornecer a uma mulher uma poção abortiva (Dig. 47. 11. 4), datam do séc. II d. C. Apesar de referir a punição de uma mulher de Mileto por ter abortado, Cícero deixa bem claras as implicações do acto da mulher: *Memoria teneo Milesiam quandam mulierem, cum essem in Asia, quod ab heredibus secundis accepta pecunia partum sibi ipsa medicamentis abegisset, rei capitalis esse damnata; nec iniuria quae spem parentis, memoriam nominis, subsidium generis, heredem familiae, designatum rei publicae ciuem sustulisset.* («Retenho na memória o caso de uma mulher de Mileto, que, na altura em que eu estava na Ásia, foi condenada com a pena capital por ter recebido dinheiro dos herdeiros e por ter provocado a perda da criança depois de ter tomado remédios por sua própria iniciativa; e isto não foi uma injustiça porque fez desaparecer a esperança do pai, a memória do seu nome, o sustentáculo da sua raça, o herdeiro da sua família, o cidadão designado para servir a *Respublica*.»; Cluent. 32). Foi o pai da criança e o Estado que a mulher prejudicou e não o filho.

⁵⁷ DIXON (2001) 62.

⁵⁸ O *ius trium liberorum* concedia alguns benefícios aos pais que tivessem pelo menos três filhos. Aos homens permitia aceder a algumas magistraturas antes de atingirem a idade mínima que era exigida e, em alguns casos, tinham prioridade os indivíduos casados e com filhos. As mulheres ficavam isentas da tutela de um parente do sexo masculino, o que lhes permitia gerir com mais liberdade os seus bens e propriedades. Para indivíduos de nascimento livre, o *ius trium liberorum* garantia os direitos sobre as heranças do cônjuge e sobre as dos libertos. Note-se, porém, que desde cedo, o *ius trium liberorum* foi concedido a indivíduos que não tinham três filhos, tornando-se, assim, num instrumento de distinção social.

A legislação de Augusto define categorias de pessoas isentas da sua aplicação. De facto, a criação de dois grupos diferentes de mulheres é uma das suas consequências mais importantes. Prostitutas, *lenae* (alcoviteiras), atrizes e mulheres condenadas por adultério não estavam sujeitas à aplicação da lei⁵⁹. As outras, penalizadas em caso de prevaricação, eram definidas de modo pouco claro em contraste com as anteriores. Com estas mulheres era crime manter-se uma relação ilícita e esperava-se delas um comportamento sexual exemplar. Não era certamente entre estas últimas que Corina se encontrava e o facto de a beleza física ser crucial na relação amorosa descrita na elegia demonstra a inconsistência do tom moralista dos poemas. Como as leis de Augusto, oscilam entre utopia e realidade, entre a mulher que, em nome dos bons costumes, se reverencia e a mulher que se constrói na poesia elegíaca. As leis, todavia, não confundem as duas categorias.

⁵⁹ Sobre as categorias de *feminae probrosae*, cf. ASTOLFI (1986) 54ss.

O OFÍCIO SAGRADO DO POETA: A MÚSICA DE HORÁCIO NOS JOGOS DE AUGUSTO

PEDRO BRAGA FALCÃO
Universidade Católica Portuguesa

1. A eternidade do homem depende da qualidade do seu músico. É deste pressuposto que nasce a poesia, deste amor entre verbo declamado e desejo de imortalidade. Tal é espontaneamente consumado num poeta como Píndaro, e num contexto arcaico grego em que a própria *paideia* convidava o homem a ouvir a memória dos heróis no canto do bardo, desta forma actualizando a sua presença na vontade de excelência do jovem. No contexto romano em que Ovídio nasceu, no entanto, a sociedade já não acreditava de forma tão pura neste ofício sagrado do poeta, neste papel divinamente inspirado – a época helenística, o rumo tomado pela poesia já dentro da própria Hélade, a variedade e profusão de formas, géneros e estilos poéticos, outorgaram ao poeta vários papéis, nem todos compatíveis com aquela que foi, julgamos, a primeva função da poesia: cantar o homem, na sua relação entre o *καίρως* passado, presente e futuro. É de facto aparentemente difícil acreditar que um poeta como Horácio, tão irónico, por vezes mesmo tão cínico, confiasse tanto assim nas suas palavras, quando nos fala no «sagrado vate» (*Carm.* 4. 9. 28). Não nos esqueçamos de que estamos perante o poeta a quem não importa, como até agrada, escrever que o fim de nós todos é a morte, ao mesmo tempo que canta a sua própria imortalidade de poeta. Exclusivamente a partir das suas palavras, torna-se tarefa árdua estudar a forma como Horácio interpretava o papel do poeta na sociedade. Um passo na *Arte Poética* (vv. 333-4) aborda sucintamente o tema: *aut prodesse uolunt aut delectare poetae / aut simul et iucunda et idonea dicere uitae*. Será esta, no entanto, a única ambição do poeta? Deleitar e ser útil? E como fazê-lo? Na resposta a estas questões, o *Carmen Saeculare* desempenha um papel fundamental para compreendermos a forma como Horácio interpretou o seu papel como poeta perante a sociedade. Isto porque possuímos testemunhos indirectos acerca desta composição, e não dependemos exclusivamente deste texto para nos apropriarmos da época em que o poema foi cantado.

A 20 de Setembro de 1890, ao escavar-se na margem esquerda do Tibre, descobriu-se uma longa inscrição em mármore, contendo aquilo que foi identificado como sendo as Actas dos *Ludi Saeculares*, celebrados de 31 de Maio a 3 de Junho de 17 a.C. Este inestimável relato pormenorizado culmina, pelo menos ao olhar atento de um estudioso de literatura latina, na seguinte frase: *carmen composuit Quintus Horatius Flaccus*. Este *carmen* é precisamente o *Carmen Saeculare* de Horácio, obra que ocupa um lugar autónomo na lírica do poeta latino: foi, pois, um cântico que conheceu um lugar próprio, uma música própria, que fez parte de um ritual, que o encerrou, que foi cantado por raparigas e rapazes num preciso momento, num preciso tempo¹. A voz

¹ BARCHIESI (2002) 108 afirma mesmo: «this is the only surviving poem in Latin of which

poética de Horácio torna-se coincidente com a sua voz histórica – não uma voz adulatora ao serviço de Augusto², nem servil em relação à História, mas a voz da *sua* história, de um *καίρός* inquestionavelmente optimista que Roma vivia. De facto, é impossível ler neste texto de Horácio uma visão imparcial e desapaixonada da idade augustana. É precisamente a sua *parcialidade*, no sentido em que o poeta *toma a si uma parte* de tão importante período de Roma, é precisamente o seu carácter *engagé* que torna este texto tão valioso. Horácio teve um papel *cívica e religiosamente* activo numa das mais significativas celebrações que a *Vrbs* tinha vivido até então. Este texto tenta pois analisar a forma como Horácio interpretou o seu papel de vate, de divino e inspirado autor da realidade, e igualmente os expedientes a que recorreu para tornar o seu cântico uma parte integrante da magia das três noites e três dias mais importantes, do ponto de vista do rito, do I século a.C..

2. Temos pouca informação sobre a origem dos *Ludi Saeculares*, ou *Ludi Tarentini*³. A principal fonte é, sem dúvida, Zósimo (séc. V d.C.) e Varrão (*apud* Censorino, *De die natali*, 17. 8). Embora decerto a explicação que Zósimo⁴ dá para o início dos *Ludi Saeculares* seja lendária e pouco crível do ponto de vista histórico, avulta contudo o carácter predominantemente expiatório⁵ do rito que esteve supostamente na origem dos *Ludi Saeculares*; aliás, é assim que o próprio Zósimo, num primeiro parágrafo, define τὴν προσηγορίαν Σεκουλαρίων: uma festa que contribuía para «curar as epidemias, as desgraças e as doenças» (2. 1. 1) – ritos feitos para aplacar as divindades, afastando deste modo as doenças, a peste, a enfermidade ou a guerra.

Os *Ludi Saeculares* do tempo de Augusto são os herdeiros de uma tradição de sacrifícios e rituais expiatórios, primeiramente celebrados *ad hoc*, e posteriormente associados, não sabemos como nem em que medida, à noção de *saeculum* – um conjunto de cem anos ou de cento e dez anos, segundo as diversas leituras⁶ – o tempo que dura uma geração humana, de forma a

we know time and place of a choral performance, and independent evidence confirms that this definitely happened».

² Opinião presente nos primeiros artigos publicados sobre o poema após a descoberta das Actas, nomeadamente pelo grande filólogo MOMMSEN (1905).

³ Estes Jogos foram inteiramente celebrados em Tarento até 17 a.C., altura em que foram executados também neste local, mas igualmente no Capitólio e no Palatino. Por uma questão prática, sempre que o contexto o exigir, referir-nos-emos aos Jogos anteriores a 17 a.C. como *Ludi Tarentini*, e aos de 17 a.C. como *Ludi Saeculares*.

⁴ Cf. Zósimo, II, 1-2. A lenda encontra-se também em Valério Máximo (2. 4. 5), sem alterações significativas. Zósimo aduz no entanto mais informação que não está presente no autor latino.

⁵ Provavelmente de origem etrusca (cf. GRENIER (1948) 175).

⁶ O próprio Censorino diz: *Romanorum autem saecula quidam ludis saecularibus putant distinguí. cui rei fides si certa est, modus Romani saeculi est incertus. temporum enim intervalla, quibus ludi isti debeant referri, non modo quanta fuerint retro ignoratur, sed ne quanta quidem esse debeant scitur (ibidem, 7. 7)*. Ou ainda Valério Máximo afirma: *et quia ceteri ludi ipsis appellationibus unde trahantur apparet, non absurdum videtur Saecularibus initium suum cuius generis minus trita notitia est reddere (2. 4. 5)*.

que quem presenciasse tais jogos, nunca mais o pudesse fazer. É-nos difícil perceber que tipo de rituais esteve na base dos *Ludi Saeculares*, dado que toda a informação que temos acerca destes vem-nos quase exclusivamente dos *Ludi Saeculares* de Augusto, e não sabemos até que ponto o imperador alterou os *Ludi* primitivos. De qualquer modo, podemos dizer com alguma certeza que eram rituais ctónicos, celebrados durante três noites, em que predominava a cor negra, e onde abundavam os sacrifícios de sangue de carácter expiatório; sabemos igualmente que todos estes rituais tinham lugar em Tarento, no Campo de Marte.

Os Jogos Seculares celebrados em 17 a.C. estão, pelo contrário, profusamente documentados quer nas Actas, quer no oráculo conservado por Zósimo (2. 6). Este oráculo é especialmente interessante se tivermos em conta que foi este que legitimou, de um ponto de vista teológico, os *Ludi Saeculares* de Augusto⁷. E se o compararmos ao tipo de celebrações que analisámos há pouco, sobre os primeiros *Ludi Tarentini*, desde logo observamos que existem elementos radicalmente diferentes: Dis Pater e Prosérpina nem são referidos, a cor branca surge pela primeira vez (πάνλευκοι ταῦροι, v. 12), há rituais celebrados durante a noite, mas também durante o dia, pois é de dia que se devem fazer sacrifícios aos deuses celestes (v. 13-15). Só por aqui nos podemos aperceber do quanto foram alterados os primordiais *Ludi Saeculares*.

Essenciais, no entanto, para compreendermos o que se passou nos *Ludi Saeculares* são, sem dúvida, as Actas⁸. Estas revelam-se fundamentais

⁷ Um oráculo «which the Sibyl was kind enough to produce precisely at the moment when such a manifestation was required by Augustus and his learned advisers», como ironicamente afirma FRÄNKEL (1957) 365. O oráculo encontra-se conservado igualmente por Flégon Traliano (*Macrobii*, 4 Westermann).

⁸ Façamos aqui um esquema das celebrações (a divisão por linhas e dias é retirada do *CIL* VI, p. 3237, n. 32323, no esquema que apresenta no final da transcrição do texto, assim como a nomenclatura aqui seguida):

1) *Sacrorum nox prima* (linhas 90-102, noite de 31 de Maio de 17 a.C.); Augusto imola vítimas às Moiras no Campo de Marte, seguindo o ritual grego: nove cordeiras e nove cabras. A inscrição conserva as palavras de Augusto dirigidas às Moiras, pedindo-lhes protecção para os Quirites, vitória e *maiestas* eternas para a Urbe. Depois dos sacrifícios, celebram-se *Ludi scaenici*. Seguem-se *sellisternia* (banquetes sagrados) oferecidos por 110 matronas, em honra de Juno e Diana.

2) *Sacrorum dies primus* (103-110, 1 de Junho); Augusto e Agripa imolam no Capitólio, cada um, um boi a Júpiter *Optimus Maximus*. Seguem-se as palavras proferidas na celebração, que contém os mesmos desejos da anterior. Depois dos sacrifícios, celebram-se *Ludi Latini*. Seguem-se de novo *sellisternia*.

3) *Sacrorum nox secunda* (115-118, noite de 1 de Junho); Augusto consagra no Campo de Marte nove *popani*, nove *pthois* e nove *libeis* (espécies de bolos sagrados) às Íliatias. A fórmula ritual é repetida, mudando apenas o nome da divindade.

4) *Sacrorum dies secundus* (119-133, 2 de Junho); Augusto e Agripa sacrificam no Capitólio, cada um, uma vaca a Juno *Regina*. Repete-se a fórmula ritual. De seguida, Agripa pronuncia uma prece repetida por 110 matronas, pedindo a protecção de Juno para elas próprias e para a Urbe. Celebram-se *Ludi Latini* no Campo de Marte.

5) *Sacrorum nox tertia* (134-137, noite de 2 de Junho); Augusto imola uma porca prenhe à *Terra Mater* no Campo de Marte. Repete-se a fórmula ritual pronunciada de dia. Seguem-se *sellisternia*.

para compreendermos o *Carmen Saeculare* de Horácio. Mas antes de nos abalancharmos ao texto do poeta latino, queríamos aqui salientar alguns pormenores desta celebração. Os jogos dividem-se em celebrações diurnas e nocturnas. São três dias e três noites. Durante estes três dias, são feitos três sacrifícios respectivamente em honra de Júpiter, de Juno, e de Apolo e Diana, os deuses luminosos. Durante estas três noites, são feitos três sacrifícios respectivamente em honra das Moiras, das Ilitias e de *Terra Mater*, divindades mais sombrias, ctónicas. Daqui salientamos o número três, acentuado pelo facto de as Moiras serem geralmente três. Por outro lado, atentemos no número de sacrifícios efectuados. Na primeira noite são sacrificados nove cordeiras e nove cabras. O número 3 está de novo presente, quer porque $3 \times 3 = 9$, quer porque 18 (o total de sacrifícios) a dividir por três é seis, o número de momentos da celebração, que por sua vez se divide em três (três dias e três noites). Na segunda noite e no terceiro dia, são consagrados 27 ($9 + 9 + 9$) bolos sagrados, múltiplo de 3, não nos esquecendo que são 3 tipos diferentes de bolos. Os rituais sem derramamento de sangue ocorrem em posições idênticas baseadas em ciclos de três: respectivamente no último dia de cada três cerimónias. Quanto ao número de rapazes e raparigas, $27 + 27$, repare-se que coincide com o número total de bolos sagrados, 54, que é igualmente um múltiplo de três. Daqui se conclui a importância do número três, número ímpar⁹, o que reflecte uma preocupação numerológica na organização dos jogos.

Como já referimos, o nosso conhecimento dos *Ludi Tarentini* é bastante limitado, mas mesmo assim encontramos diversos pontos em comum entre o cerimonial descrito nas actas dos *Ludi* de 17 a.C. e estes primordiais *Ludi Tarentini*: o facto de, por exemplo, ambos terem a duração de três noites, e de ser de noite que as divindades ctónicas são invocadas. Também quanto ao local das celebrações nocturnas há coincidência: Tarento. Mas as coincidências acabam aqui; há celebrações *durante o dia*. E, como consequência, a cor negra, que domina os *Ludi Tarentini* ao ponto de até as vítimas serem dessa cor, é substituída pela luz, pela luz do Sol, pela luz de Apolo, Diana, Júpiter e Juno. Repare-se também que as Actas omitem algo que até está prescrito pelo oráculo – a cor das vítimas nocturnas. O facto de haver celebrações diurnas marca um corte inegavelmente radical com o passado dos *Ludi Saeculares*. Por outro lado, Tarento, o local por excelência dos anteriores Jogos, é substituído durante o dia pelo Capitólio e pelo Palatino. Mas há outro aspecto que nos capta desde logo a atenção na leitura das Actas: quando, na linha 139, se adivinham dois nomes – Apolo e Diana. Que faz o deus Apolo num ritual que fora profundamente romano, sombrio, nocturno e sangrento? Como explicar

6) *Sacrorum dies tertius* (139-155, 3 de Junho); Augusto e Agripa no Palatino consagram nove *popani*, nove *pthois* e nove *libeis* a Apolo e a Diana. Segue-se um cântico entoado por 27 rapazes e 27 raparigas *patrimi et matrimi* (de mãe e pai vivos) no Palatino, e da mesma forma no Capitólio. *Carmen composuit Q. Horatius Flaccus*.

Igualmente útil para a compreensão daquilo que se passou nos *Ludi Saeculares* é o excelente esquema apresentado por CANCIK (1996) 102.

⁹ *Numero deus impare gaudet* (Verg., *Ecl.* 8, 75).

que *Dis Pater* e Prosérpina tenham de todo desaparecido dos *Ludi Saeculares*, quando eram eles, nos seus primórdios, as únicas divindades cultuadas? Ou o que dizer quanto ao facto de, pela primeira vez, os jogos não surgirem numa conjuntura de guerra (como foi o caso dos jogos de 249), mas num ambiente de paz?

A resposta tem precisamente a ver com o principado de Augusto, ou melhor, o momento que este vive aquando dos Jogos Seculares. É, de facto, o *saeculum* de Augusto que se celebra. Não podemos aqui alongarmo-nos muito mais sobre aquilo que foi a política augustana, a forma como o *princeps* operou uma verdadeira mudança de rumo em Roma sempre apoiado na tradição das instituições, no *mos maiorum*. Mas é importante que tenhamos bem presente que os *Ludi Saeculares* são, ou o *princeps* quis que fossem, um rito de passagem do fim de um *saeculum* terrível para um novo e feliz *saeculum*, dominado pela figura de Augusto¹⁰. Aliás, a forma como o *princeps* aproveita a tradição dos *Ludi Tarentini* e a utiliza nos seus *Ludi Saeculares* revela o constante esforço do *princeps* de harmonizar o *mos maiorum* com os seus novos e próprios desígnios: as celebrações ocorrem também em três noites, há sacrifícios nocturnos, são cultuadas divindades ctónicas, enfim, mantêm-se muitos dos elementos do antigo ritual, tal como ele vinha do passado. Mas, por outro lado, há omissões surpreendentes em relação às celebrações passadas: *Dis Pater* e Prosérpina nem sequer são referidos no decorrer das cerimónias¹¹, eles que desenrolavam um papel cimeiro até então¹². Surgem elementos totalmente novos no rito, houve um esforço de os legitimar por meio de um oráculo sibilino, à semelhança do que acontecera nos *Ludi Tarentini*. Há cerimónias durante o dia, algo que contrasta enormemente com o carácter primordialmente expiatório dos *Ludi Saeculares*. Surgem no interior das celebrações, no seu âmago, deuses como

¹⁰ Como diz ZANKER (1998) 167: «After ten years of religious and moral renewal, the festivals and sacrifices, buildings and images, now visible everywhere in Rome, began to take effect. Confidence in the ability of the restored Republic to stand firm and faith in its ruler grew apace. (...) For years people had fantasized about the imminent dawning of a new “Saturnian” age of happiness. Another comet was expected in the year 17 B.C., so what better time simply to proclaim that the long awaited new *saeculum* had arrived? From May 30 to June 3 the great Secular Games took place, heralding the beginning of the new age». Este mesmo parágrafo serve de mote para o artigo de BARKER (1996). Neste texto, Barker defende que não há relações óbvias que se possam estabelecer entre o *Carmen Saeculare* e o mito da Idade de Ouro. Realmente, não há qualquer referência ao mito da Idade de Ouro neste texto de Horácio, mas o sentimento que está na origem do mito – a crença num ciclo contínuo de desgraças e de alegrias, num crescendo de infelicidade que culmina num clímax de esperança e de felicidade – está embrenhado no texto de Horácio, não só no *Carmen Saeculare*, mas em muitas das suas Odes (veja-se o bom exemplo de 1, 2). Aliás, é curioso que neste parágrafo de Zanker citado por Barker, o autor nem se refira à expressão *Golden Age*.

¹¹ «L'imperatore voleva che questa non, come le precedenti, sePELLISSE ma che inaugurasse un secolo; (...) identificava con il sole e la luna, Apollo e Diana, e i Superi massimi, Giove e Giunone, vi avessero parte maggiore che non, come era usato sin allora, Dite Padre e Proserpina», PASQUALI (1966) 735.

¹² «Instead of a focus on the gloomy gods of the Underworld, marking the passing of an era, the Augustan games marked the birth of a new age» in *Bowman et alii* (1996) 835.

Júpiter, Juno, Apolo e Diana. E destes quatro deuses, um nome avulta: Apolo¹³. Não nos esqueçamos de que a própria Sibila de Cumas, cujos livros estiveram na origem do oráculo que legitimou as celebrações dos *Ludi* de 17 a.C., era uma sacerdotisa de Apolo, e de que o próprio Augusto tomou a si a tarefa de presidir ao colégio sacerdotal que guardava os Livros Sibilinos. Fora o próprio *princeps* quem depositara estes mesmos livros no templo de Apolo¹⁴ no Palatino: depois de um drástico expurgo¹⁵, os livros foram solenemente transferidos do Capitólio para aí, reconhecendo-se assim Apolo como o único deus com poder oracular. Por aqui nos apercebemos da importância que o deus Apolo¹⁶ assume para o homem que tem em suas mãos o poder de Roma, e daqui concluímos que a sua inclusão nos Jogos está longe de ser inocente. Em última análise, Augusto, ao introduzir Apolo nos *Ludi Saeculares*, estava de certa forma a colocar-se a ele próprio no centro das cerimónias: não esqueçamos que é ele, juntamente com Agripa, quem conduz as cerimónias em honra de Apolo e de Diana, no último dia, no mesmo dia em que Horácio fazia cantar o seu *Carmen Saeculare*; o último nome de deus ouvido em todos os Jogos, que duraram três dias e três noites, está nos últimos dois versos do *Carmen Saeculare* de Horácio (*doctus et Phoebi chorus et Dianae / dicere laudes*).

O facto de *Dis Pater* e Prosérpina serem destronados nos *Ludi Saeculares*, e de o seu trono ser agora ocupado por divindades como Júpiter, Juno, Apolo e Diana, pode ser lido como uma metáfora: a passagem das trevas para a luz, a passagem de uma época conturbada, difícil e sanguinolenta para um

¹³ «Dès 36, immédiatement après la victoire sur Sextus Pompée, Octave promet solennellement à Apollon de lui élever un temple magnifique sur le Palatin. Jusque-là, ce dieu, qui conservait son caractère hellénique, n'avait pas été admis à l'intérieur du *promérium* (...). Octave, en l'introduisant au cœur même de la ville, sur la colline où, disait-on, Romulus avait pris les premiers auspices au moment de la fondation, se permettait une innovation qui confinait au scandale. Mais Apollon était *son* [itálico na ed.] dieu», GRIMAL (1974) 37.

¹⁴ Templo inaugurado a 9 de Outubro de 28 (cf. Prop. 2, 31), mas já na agenda do *princeps* desde 36.

¹⁵ Augusto ordenou a recolha de todos os *libri fatidici* cujos autores não ofereciam suficientes garantias, tendo-os mandado queimar. Mesmo os Livros Sibilinos sofreram uma vigorosa depuração, e os que «sobreviveram» foram cuidadosamente guardados a salvo de utilizações abusivas.

¹⁶ Para as razões desta identificação, motivada por antagonismo com António, que se identificava com Dioniso, cf. Plutarco, *Ant.*, 24, 26, 60; ALTHEIM (1938) 253-57; SYME (1960) 263-273. Para uma abordagem recente e completa do assunto, cf. a obra de LOUPIAC (1999), onde se desenvolvem igualmente outras razões que levaram Augusto a ter particular “devoção” por Apolo e, por isso, a usá-lo na sua propaganda. Refiramos aqui sumariamente algumas destas razões; primeiro que tudo, em Áccio – perto de onde Apolo tinha um templo – foi Apolo quem protegeu a armada de Octaviano: o deus quis a derrota de Marco António. Há igualmente aqui um esforço por parte do futuro *princeps* em explorar os «dois lados» do deus: o arco, que emblema a guerra, e a lira, que representa a poesia e a paz – Apolo simboliza a passagem da violência à paz, tal como Octaviano a protagonizou, os valores da harmonia e da reconciliação. Por outro lado, há uma tentação típica do fenómeno religioso oriental de assimilar o chefe supremo ao deus solar; aliás, há notícia em Suetónio (cf. *Aug.* 70, 38-37) de que num determinado banquete Octaviano se «mascarou» de Apolo (embora tal não tenha sido do agrado dos convivas), assim como existem circunstâncias associadas ao seu nascimento (cf. Suetónio, *Aug.* 94) que aproximam o deus do Sol do filho adoptivo de César.

novo período que se quer feliz e calmo, caracterizado pela Paz augustana. E esta metáfora é, com muita probabilidade, consciente por parte de Augusto, e representa um marco fundamental no consolidar do seu poder: como diz Zanker: «the state needed a myth»¹⁷. E esse mito será cantado no último momento de uma longa cerimónia, precisamente pela lira de Horácio.

3. A nossa análise do *Carmen* procura fundamentalmente estudar a forma orgânica como esta composição participa deste rito de passagem. Há inegavelmente, no estruturar das cerimónias e do próprio poema, um propósito bem definido: um movimento de passagem da noite para o dia, em termos políticos, do *scelus* da guerra civil para a prosperidade do tempo presente. Conhecendo bem aquilo que se passou nestes três dias e três noites de cerimónias, é estudando aquilo que Horácio sublinhou ou negligenciou que podemos encontrar respostas sobre a forma como o vate interpretou o papel do seu *Carmen* nas cerimónias. Para tal apresentamos o seguinte esquema:

Aspectos aproveitados ou enfatizados	Aspectos omitidos ou alterados
<ul style="list-style-type: none"> • O número 110, associado à ideia de um novo ciclo em Roma (Or., Act.) • Dia / luz associados aos deuses luminosos (Or., Act.) • Desejo de protecção dos deuses sobre Roma e sobre os Latinos <i>belli domique</i> (Or., Act.) • Continuidade do “tom de súplica” (Act.) • Os deuses ou divindades celebradas são tratados de forma semelhante (Act., Ludi) • Regeneração física de Roma – <i>noua proles</i> (Act.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Local dos <i>Ludi</i> esquecido, Tibre completamente posto de parte (Or., Act.) • Divisão dia / noite esquecida, assim como a distinção nítida entre deuses ctónicos e olímpicos (Or., Act.) • Figura de Agripa desaparece. Augusto soberano (Act.) • Estruturação dos tópicos do poema radicalmente diferente (Or.) • Ênfase dada a Apolo e Diana (Act., Or.) • Cor das vítimas sacrificadas, e a quase ausência de sacrifícios de sangue (Act., Or.)¹⁸

A partir deste esquema podemos encontrar algumas linhas de orientação para continuar as nossas indagações. A primeira é a de que Horácio teve bem presente na composição do seu *Carmen Saeculare* os *Sibyllini uersus* e conhecia com certeza com pormenor o que iria acontecer nos *Ludi Saeculares* de 17 a.C., em especial as preces efectuadas por Augusto, Agripa e as cento e dez mães de família casadas. Porque exclui Horácio do seu poema o rio Tibre, já para não falar em Tarento ou no Campo de Marte, sítios fundamentais para o início dos *Ludi Tarentini* e para os próprios *Ludi Saeculares* de 17 a.C.? E porque são as vítimas de sangue tão pouco referidas no *Carmen*, e, quando são referidas (v. 49), a sua cor é branca?

¹⁷ ZANKER (1998) 167.

¹⁸ Cf. CANKIK (1996) 104.

Os novos *Ludi Saeculares*, se bem que aproveitando a tradição passada, alteram-na radicalmente. Os últimos *Ludi Tarentini* ficariam irremediavelmente associados ao passado, aos 110 anos que *vieram antes*, e não *depois* – e o tempo emotivo das súplicas de Augusto e de Agripa e das cento e dez mães nos *Ludi Saeculares* é o futuro, o futuro sorridente e próspero. Isto ajuda-nos a compreender por que razão Horácio quis no seu *Carmen* levar ainda mais longe a revolução operada nos *Ludi Saeculares* pelo seu *princeps*: ao excluir Tarento do seu poema, ao «esquecer Tarento», precisamente no último dia, na última hora do núcleo fundamental das cerimónias, Horácio corta definitivamente com o passado dos *Ludi*, criando espaço para os primeiros *Ludi Saeculares* de uma nova era. Não referir Tarento é apenas um de vários «lapsos» propositados da parte do poeta. Sobre as vítimas nocturnas, nem uma palavra no *Carmen* de Horácio, que é o mesmo do que dizer que não há, no poema, uma única referência aos sacrifícios nocturnos que ocorreram *junto ao Tibre*; aliás, a palavra *nox* surge uma única vez num contexto bem específico (v. 23-24), e a única referência a sacrifícios, por parte de Horácio, está nos versos 49-50 (*quaeque uos bubus ueneratur albis / clarus Anchisae Venerisque sanguis*). Será inocente que *sanguis* seja adjectivado de *clarus*, e logo filiado em Anquises e Vénus, quando no verso anterior se fala de sacrifícios de sangue¹⁹? Não será esta uma tentativa de desviar desde logo a atenção do público do lado sangrento da cerimónia para o «claro» e «preclaro» sangue de Augusto? E com que propósito? Julgamos que Horácio quer no seu *Carmen Saeculare*, como já dissemos, levar ainda mais longe as transformações impostas pelo *princeps* aos antigos *Ludi Tarentini*; para tal, o seu texto, que finaliza os *Ludi Saeculares*, vai pôr completamente de parte as noites das cerimónias, associadas aos ritos expiatórios que estiveram na origem dos *Ludi*, e toda a atenção vai ser centrada no dia, e nos deuses olímpicos, em especial Apolo e Diana. Parece-nos inegável que Horácio quis no seu *Carmen* abandonar completamente os aspectos sombrios e nocturnos dos ritos²⁰. Isto porque a ênfase dada à luz, ao dia, aos deuses luminosos como Apolo, o deus Sol, por oposição aos aspectos nocturnos dos *Ludi*, completamente postos de parte no *Carmen*, cumpre um programa bem definido por parte de Horácio, e ajuda-nos a compreender o modo como o poeta interpretou o seu papel nos *Ludi Saeculares* e de que forma concebeu o seu cântico, a sua música, no seio de uma cerimónia que se quis tão importante para a vida da *Vrbs*.

Analisemos, a este propósito, o seguinte esquema, que explora a forma como Horácio traduz poeticamente esta ideia de luz, tão importante para as cerimónias dos *Ludi*.

¹⁹ «The colour of the sacrificed animals, *albis*, not only recalls the importance of ritual prescriptions and joins a rich isotopy of shine and gleam in the entire poem, but also polarises itself, across *clarus*, with the implied redness of *sanguis*. It takes a moment for the reader to realize that this is not the blood of slaughtered bulls, nor that of the conquered enemy of the following line: one might say that the suppression of visual details of sacrifice leads to the substitution of Augustus' divine lineage for the expected colour contrast», BARCHIESI, 2002, 110.

²⁰ «Horace, conformément au vœu d'Auguste, se détourne des divinités de la mort et des Ténèbres pour honorer les dieux de la vie, qui vont donner l'impulsion de départ à l'ère nouvelle», R. SEGUIN (1990) 97.

Nrº.	Vocábulo	V.	Estrofe	Observações
1	<i>Phoebe</i>	1	1	Formado a partir da raiz grega <i>phos-</i> , significando luz.
2	<i>Diana</i>	1	1	Formado a partir da raiz latina <i>di-</i> , significando luz ²¹ .
3	<i>Lucidum</i>	2	1	Do verbo <i>luceo</i> , por sua vez do substantivo <i>lux</i> .
4	<i>caeli</i>	2	1	O céu está naturalmente associado à luz, pois quer o Sol (Apolo) quer a Lua (Diana) o iluminam com o seu decus.
5	<i>Sol</i>	9	3	O astro da luz, por excelência.
6	<i>nitido</i>	9	3	adjectivo formado a partir de niteo, «luzir, brilhar».
7	<i>diem</i>	9	3	
8	<i>idem</i>	10	3	Putman (2000) 60 destaca a relação anagramática que se estabelece entre <i>diem</i> e <i>idem</i> .
9	<i>Lucina</i>	15	4	O epíteto de Diana está associado a <i>lux</i> ²² .
10	<i>die</i>	23	6	
11	<i>claro</i>	23	6	
12	<i>aquae</i>	13	8	A água associada à transparência (matiz máximo de luminosidade), especialmente quando adjectivada de <i>salubres</i> .
13	<i>Apollo</i>	34	9	Associado pelo próprio <i>Carmen</i> à ideia de luz, devido aos seus dois outros nomes, <i>Sol</i> e <i>Phoebus</i> .
14	<i>siderum</i>	35	9	As estrelas são um exemplo máximo de luminosidade ²³ .
15	<i>Luna</i>	36	9	O <i>Carmen</i> realça a luz da Lua, e não o facto de surgir de noite.
16	<i>ardentem</i>	41	11	A expressão <i>Ardentem Troiam</i> sugere a imagem de uma cidade iluminada pelo fogo.
17	<i>albis</i>	49	13	Já vimos como a expressão <i>bubus albis</i> está intimamente ligada com a problemática da luz.
18	<i>clarus</i>	50	13	O significado primordial de <i>clarus</i> é «brilhante, luminoso» (cf. voc. 11)
19	<i>fulgente</i>	61	16	Participípio de <i>fulgeo</i> , «brilhar, refulgir».
20	<i>Phoebus</i>	62	16	Cf. voc. 1.
21	<i>Lustrum</i>	67	17	Segundo alguns etimologistas o vocábulo está ligado a <i>lauo</i> (banhar, purificar), o que o associa com o voc. 12; sugere-se mesmo que o substantivo tenha sido formado a partir de <i>luceo</i> .
22	<i>Diana</i>	70	18	Cf. voc. 2.
23	<i>Phoebi</i>	75	19	Cf. voc. 1.
24	<i>Dianae</i>	75	19	Cf. voc. 2

²¹ Segundo a interpretação de PUTNAM (2000) 52, que associa no contexto do *Carmen* a ideia de *diēs* à deusa *Diana*.

²² Cf. Cícero, *De nat. deorum*, II. 68.

²³ Consideremos os seguintes passos das *Odes* de Horácio: *lucida sidera* (I. 3. 2); *micat inter omnis Iulium sidus* (I. 12. 46-47); *certa fulgent / sidera nautis* (II. 16. 4); *torrentia ... sidera* (III. 1. 31-32).

Temos então, no *Carmen Saeculare*, vinte e quatro vocábulos que sugerem luz, e, num total de dezanove estrofes, apenas sete não têm uma palavra desta natureza. Aliás, o próprio poema começa com termos como *Phoebus*, *Diana*, *lucidus*, *caeli*, iluminando desde o princípio todo o poema; e repare-se, como convenientemente aponta Putnam, que a aliteração do som -d- logo nas primeiras estrofes (*decus*, *colendi*, *date*, *dis*, *dicere*, *diem*) associa desde logo esta letra à luz e à divindade de Diana²⁴.

Vemos pois como Horácio quis deixar bem *claro* (literal e metaforicamente) que o seu poema foi cantado durante o dia, e que a luz desse dia 3 de Junho de 17 a.C. emanou para o próprio *Carmen*, com o propósito, julgamos nós, de fazer esquecer a face nocturna das cerimónias, associando os *Ludi Tarentini* ao passado, e focando toda a atenção no lado diurno dos *Ludi Saeculares*, expressão máxima de uma esperança recente. Mas não é verdade que o *Carmen* conserva no seu texto as divindades cultuadas durante a noite? Embora elas sejam já suaves e pálidas imagens dos infernais deuses *Dis Pater* e Prosérpina, soberanos nos *Ludi Tarentini*, a verdade é que a sua inclusão no carme de Horácio contraria a nossa tese de que o autor quis no seu texto eliminar conscientemente todos os aspectos que tivessem a ver com o passado expiatório dos *Ludi*. Este contra-argumento parece-nos bastante pertinente e leva-nos a outras das questões deixadas atrás em suspenso. Dissemos (no primeiro esquema apresentado) que um dos aspectos omitidos ou alterados por parte do poeta venusino, em relação aos textos do Oráculo e das Actas, foi o facto de o *Carmen* não explorar a divisão entre θεοί / δαίμονες bem explícita em particular no Oráculo, que distingue claramente as divindades que acolhem sacrifícios expiatórios²⁵ – as Ilítias, as Moiras e *Terra Mater* – dos deuses descendentes de Úrano.

A primeira referida²⁶ é Ilítia (v. 14), a quem é dedicada a quarta estrofe (v. 1316). O primeiro elemento que nos chama a atenção quando lemos esta estrofe tendo presente o texto das Actas²⁷, é o facto de se falar numa deusa individual, a Ilítia, quando nas celebrações foram invocadas divindades plurais, as Ilítias. E porquê o singular? Porque só o singular permitiria identificar²⁸ a Ilítia com Diana ou Juno. E qual das deusas é afinal Ilítia? Na *Iliada* (XI. 271; XIX. 119) as Ilítias (sempre no plural) são génios, filhas de Hera, responsáveis pelos partos. No contexto é difícil saber com que deusa Horácio as identifica.

²⁴ PUTNAM (2000) 56.

²⁵ Δαίμοσι μελιχίοισιν (v. 29). Não nos esqueçamos de que a expressão μελιχία ἱερά (cf., e.g., Plut. *M.* 417c ou *Thest.* 12) quer dizer «sacrifícios expiatórios».

²⁶ Já é de certo modo significativo que a ordem com que Horácio apresenta as divindades cultuadas de noite (Ilítia, Parcas, Telure) seja diferente da ordem com que foram celebradas nos *Ludi* (Moiras, Ilítias, *Terra Mater*).

²⁷ Embora, como aponta GAGÉ (1931) 299, nas Actas também haja essa confusão: *Noctu autem ad Tiberim sacrificium fecit deis Ilithyis* (l. 115), mas na linha 117 a prece começa desta forma *Ilithia, ut tibi*. Esta ressalva é importante, embora seja necessário ter em linha de conta que no Oráculo estas divindades são sempre invocadas no plural.

²⁸ A hipótese de não identificar Ilítia com Juno ou Diana levou a que alguns estudiosos (cf. especialmente ADRIAENSEN (1937) 31-36) considerassem uma transposição de estrofes no texto. Tornase muito mais viável tomar a invocação *diua* como um vocativo que engloba não só Ilítia, como Juno ou Diana.

Temos argumentos de peso para as duas hipóteses²⁹. Para o presente caso, contudo, de pouco nos interessa saber se é Diana ou Juno a deusa invocada nesta quarta estrofe; o que nos interessa sublinhar aqui é que a *única* vez em que as Ilítias são referidas, génios colectivos celebrados na segunda noite dos *Ludi*, as suas propriedades de δαίμονες μελιχίοι desaparecem³⁰, ao serem associadas a Lucina, epíteto de Juno ou Diana, deusas olímpicas. O lado ctónico, «daimoníaco», destas deusas é substituído pelo lado olímpico de Juno ou Diana; tornam-se cúmplices no processo de regeneração física de Roma, uma vez que lhes é pedido que auxiliem os partos das mães romanas. Um processo semelhante a este ocorre em relação às Parcas. Não é despidendo o facto de Horácio ter aproveitado o nome latino («Parcas»³¹) para as divindades responsáveis pelo tecer e pelo cortar da vida humana, pondo de parte aquela que tinha sido a designação oficial dos *Ludi Saeculares*, as Moiras, as primeiras δαίμονες a serem invocadas nas cerimónias com um sacrifício de nove cordeiras e nove cabras. Mas qual a intenção do poeta em desrespeitar a designação oficial, ainda mais quando Augusto fez o sacrifício, segundo as Actas, *Achiuro ritu*? Tem sido apontado por alguns autores³² que na origem desta escolha está o facto de Varrão (*apud*. Aulo Gélio, *N.A.* 3. 16. 10) ter associado o nome *Parcae* ao substantivo *partus*. Com certeza este pormenor etimológico não seria desconhecido por parte de Horácio, ainda mais se considerarmos que apenas três estrofes antes esse mesmo substantivo já tinha aparecido (*rite maturos aperire partus*, v. 13). Desta forma, o autor conseguia desviar a atenção do

²⁹ Na hipótese de identificação Ilítia-Diana, defendida por PUTNAM (2000) 61-62 e pressuposta por muitos dos comentadores da obra de Horácio, temos a nosso favor a proximidade do nome Diana (a apenas 2 estrofes de distância), enquanto o nome de Juno nem sequer é referido no *Carmen*. Além de um passo de Ovídio (*Am.* 2. 13. 21) em que se associa o epíteto Ilítia a Diana, na literatura grega posterior a Homero, «Ilítia» é um epíteto normalmente atribuído a Ártemis (cf. BURKERT (1985) 170-173). Por outro lado, temos igualmente argumentos que sustentam a segunda hipótese de identificação: Ilítia-Juno. Primeiro, seria estranho que a deusa Juno, celebrada no segundo dia dos *Ludi*, desaparecesse completamente do *Carmen* de Horácio. Segundo, o epíteto Lucina está, na literatura latina, conotado com Juno (Cf. Cic., *De nat. deorum* II. 68; Pl., *Truc.* II. 5. 27, *Aul.* IV. 7. 11; Ter., *And.* III. 1. 15, *Ad.* III. 4. 42; Sérvio, *ad Verg. Aen.* II. 610; Catul. 34, 9-13), seguindo a tradição homérica de identificação entre as Ilítias e Hera. Consideramos de facto estranho que Juno seja a única deusa com lugar nos *Ludi Saeculares* a não ser referida no *Carmen*. Aliás, se pensarmos que é a Juno que as 110 matronas romanas se dirigem no segundo dia das celebrações, com todas as inerentes implicações que analisámos atrás, é-nos difícil não pensar que a quarta estrofe é dedicada a Juno, embora os comentadores antigos sejam peremptórios em identificar o epíteto *Lucina* e *Genitalis* com Diana (cf. a este propósito Ps.-Ácron, *ad. Hor. Car. Saec.* 14 e 16).

³⁰ «Hatte die Sibylle und der Festritys die griechischen Εἰλεΐθυσιαί, die der römische Kult nicht kennt, unter die δαίμονες μελιχίοι, die chthonischen Gottheiten, eingereiht, so sieht Horaz von dieser für ihn unwesentlichen Charakterisierung ganz ab», KIESSLING e HEINZE (1960) 474.

³¹ Aliás, a identificação entre as Parcas e as Moiras é bastante tardia (cf. Macróbio, *Sat.*, 3. 16. 60). Segundo KIESSLING e HEINZE (1960) 476, as Moiras eram para o povo romano tão estranhas como as Ilítias.

³² Cf. especialmente PUTNAM (2000) 66, SEGUIN (1990) 97). GALINSKY (1967) 631 diz mesmo: «further, perhaps the original function of Parca as a goddess of procreation is implied in the appeal to the Parcae in line 25».

público do lado tenebroso das Parcas ou Moiras, divindades desde a *Iliada* ou Hesíodo responsáveis pelo destino do homem, senhoras do implacável *fatum* que nem os deuses podem mudar, para o seu lado gerador, auxiliando o parto das mulheres, e aproximando-as das Ilítias. Mas chegamos a esta conclusão não só tendo em conta a etimologia de Varrão, mas pelo próprio contexto em que as Parcas surgem no *Carmen Saeculare*. Repare-se no primeiro verbo associado às Parcas, *cecínisse* – o seu canto confunde-se com o *carmen* do oitavo verso (v. 8 *dicere carmen*), e a sua verdade imutável e estável³³ está associada não ao cego *fatum* da *Iliada*, mas aos *bona fata* (vv. 27-28) de Roma. O facto de as Parcas «cantarem», ainda para mais no contexto de um *carmen*, assim como a expressão *bona fata* cumprem o propósito, julgamos, de desviar a atenção do público das «daimoníacas» Moiras, celebradas na primeira noite dos *Ludi*, em direcção às romanas Parcas, numa tentativa de associá-las ao período de prosperidade que se adivinha, fazê-las cúmplices, tal como se fizera em relação às Ilítias, do projecto de regeneração de Roma: como diz Seguin, «les Parques ne sont pas non plus, pour Horace, les fileuses impitoyables de la vie et de la mort»³⁴: as Parcas no *Carmen Saeculare*³⁵, quer pela posição em que surgem no poema³⁶, quer pela latinização do seu nome, quer ainda pela forma como são introduzidas no cântico, são divindades não sombrias e ctónicas, mas divindades coadjuvantes neste novo ciclo de Roma que o *Carmen* põe em verso.

Vimos então como as divindades referidas nas cerimónias nocturnas dos *Ludi* perdem totalmente as características infernais ou ctónicas que herdaram do *Dis Pater* e da Prosérpina dos *Ludi Tarentini*³⁷. Concentremo-nos agora

³³ Para o conceito, cf. Catulo, 64. 323.

³⁴ SEGUIN (1990) 97.

³⁵ Tão diferentes são estas Parcas das três negras irmãs da ode horaciana II. 3 (vv. 15-16, *dum res et aetas et sororum / fila trium patiuntur atra*).

³⁶ A parte do poema que se dedica com mais intensidade à ideia de procriação e da criação de uma nova prole (vv. 13-32).

³⁷ Quanto a *Terra Mater*, esta surge na oitava estrofe (vv. 29-32) do *Carmen*, imediatamente a seguir à anteriormente por nós comentada. Mais uma vez verificamos que a divindade ctónica por excelência, a própria *Terra Mater* (ou *Tellus*, como lhe quis chamar Horácio), surge no contexto do *Carmen* associada a ideias como fertilidade e prosperidade, tornando-a, como já dissemos mais de uma vez a propósito das Parcas e de Ilítia, cúmplice do projecto cíclico de regeneração de Roma. E como logra Horácio essa «cumplicidade»? Repare-se no primeiro adjectivo que qualifica *Tellus: fertilis*. Como se sabe, *fertilis* conhece a sua etimologia no verbo *fero*, tal como *ferax*, palavra afim, usada na quarta estrofe para adjectivar *lege (nouae feraci / lege marita*, vv. 19-20). Mas nem seria preciso recorrer a este expediente etimológico para demonstrarmos a íntima forma como esta oitava estrofe está ligada às quatro anteriores; num contexto onde se fala de uma nova prole, de maternidade, de partos, de Ilítia, de Lucina e das Parcas, tal como as descrevemos, a escolha de um adjectivo como *fertilis* (cf. SEGUIN (1990) 97) ou um substantivo como *fetus* só pode ter como objectivo criar uma ponte entre a figura de *Tellure* e a de *Ilítia* e das Parcas. Repare-se pois como a *Terra Mater*, a quem foi sacrificada uma porca prenhe na noite de 2 de Junho, é substituída por esta *Tellure*, fértil e úbere, caracterizada pela sua riqueza e abundância, dando ensejo a Horácio para criar um pequeno *locus amoenus* no seio do seu carme, das *aquae salubres* e das *aurae Iouis*. E aliás, tal como as Ilítias vão ser associadas a deuses olímpicos, como Juno ou Diana, também *Tellure* é imediatamente posta em harmonia com os deuses do Olimpo, de quem é afinal mitologicamente mãe (cf. Hes., *Tb.* 116 e s): ela estende uma coroa de espigas a Ceres, e os seus campos são nutridos pelas brisas de Júpiter.

nos deuses invocados no início e no fim do *Carmen*: Apolo e Diana. Aliás, na lista que elaborámos há pouco sobre as referências à luz no texto horaciano, foi precisamente com o nome de Febo e de Diana que começámos e finalizámos a lista. É deles a luz com que começa o carne, *lucidum caeli decus*, luz essa que se espalha, como vimos, ao longo dos versos.

Começemos com Apolo. Num texto que, como já vimos, privilegia tanto a luz e o dia em detrimento do negro e da noite, não é de admirar que um dos principais deuses invocados seja precisamente Apolo. O nome que Horácio escolhe para o deus é «Febo»; o nome «Apolo» surge aliás apenas uma vez (v. 34). Com esta escolha, o poeta chama logo a atenção de quem escuta para o antigo epíteto de Apolo, que se vulgarizou como o nome do próprio deus: φοῖβος Ἀπόλλων: «O Brilhante Apolo». Este nome é repetido por três vezes no *Carmen* (v. 1, v. 62 e v. 75): é o próprio nome do deus que empresta o brilho (textual e foneticamente falando, dada a raiz grega *phos*-, «luz») ao princípio e ao fim do poema. Mas não é só neste particular que «emana» luz do deus; ele é assinalado como o *lucidum caeli decus*. A própria palavra *decus* se associa de novo a Apolo no v. 61 e à sua luz: *Augur et fulgente decorus* [palavra formada a partir de *decus*] *arcu*, onde o adjectivo *fulgente* «traz» uma vez mais em si os raios do deus Sol.

Na terceira estrofe (*alme sol...*) dá-se, julgamos, uma identificação completa entre Apolo e luz, partindo do pressuposto de que Apolo é o Sol³⁸. O deus está associado à destruição e renovação cíclicas de Roma, metaforicamente dita em *aliusque et idem nasceris*, e é a ele que se suplica pela eterna *maiestas* de Roma. Aliás, o *Carmen* esforça-se por representar o deus Apolo em todas as suas funções. Como deus da guerra, ele surge *condito mitis placidusque telo* (v. 33), deixando de parte a lança, brando e calmo: Roma – e Augusto, particularmente – já não necessitam de Apolo como o seu protector na guerra³⁹, dado o momento de paz que se vive (cf. v. 51-52, *bellante prior, iacentem / lenis in hostem*); já não

³⁸ Não nos delongaremos muito sobre a questão da identificação entre Apolo e Sol; julgamos que ela é relativamente óbvia se atentarmos nos vv. 16-17 do Oráculo: «καὶ Φοῖβος Ἀπόλλων, / ὅστε καὶ Ἡέλιος κικλήσκειται», e na forma como o deus Apolo está, como temos vindo a estudar, conotado no *Carmen* com a ideia de luz, da qual o próprio Sol é o melhor representante. GALINSKY (1967) foi bastante fértil em expedientes, na tentativa de separar o deus Sol de Apolo, ao recorrer à antiga tradição do *Sol Indiges* dos Latinos, objecto de culto em Lavínio. Mas a verdade é que o deus Sol não foi celebrado na cerimónia dos *Ludi*, e o Oráculo, como já dissemos, fala de Hélio como um outro nome para Apolo; por outro lado, se não considerássemos o Sol como um outro nome para Apolo, isso não colocaria em risco o equilíbrio de forças entre Diana e Apolo no poema, quando Diana é igualmente apelidada de «Lua» no v. 36? Numa tentativa de conciliação entre as teses que sugerem uma cisão total entre Apolo e Sol no *Carmen* e as que defendem uma identificação total (como PASQUALI (1966) 736 e s., ou mais recentemente SANTINI (2002) 716: «a cominciare da quello celeste dell'*almus Sol di cui Apollo è un'identificazione*»), ALTHEIM (1938) 397 sugere uma relação de dependência entre Apolo e o Sol, tal como existe entre Diana e a Lua. De qualquer forma, até pela análise estrutural que aqui fazemos, parece-nos que devemos interpretar a invocação do Sol tendo bem presente os versos do Oráculo.

³⁹ Foi atribuída a Apolo a responsabilidade da vitória de Octaviano em Áccio, tema amplamente explorado na literatura da época, a julgarmos pelos epítetos *Actius* (cf. Verg., *Aen.*, 8, 704, Prop., 6, 67), *Navalis* (cf. Prop. IV. 1. 3) e *Actiacus* (Ov., *M.* 13, 715).

há necessidade para o deus de mostrar o seu arco brilhante (*fulgente ... arcu*, v. 61). E se Apolo já não precisa de mostrar a sua face *Actia*, todas as suas outras funções vão ser enaltecidas pelo *Carmen*, como, por exemplo, o facto de ser o deus da medicina (vv. 63-64), o deus da poesia (v. 62), ou ainda o deus do Oráculo, ideia presente no verso v. 61, quando o deus é chamado *Augur*, epíteto já atribuído por Horácio ao deus (cf. *Carm.* I. 2. 32), salientando-se assim o seu papel enquanto mediador entre os homens e os mortais, capaz de transmitir e de fazer cumprir as súplicas do canto secular⁴⁰. Mas não nos afastemos demasiado do tema destes últimos parágrafos, nos quais estudávamos a forma como Horácio aproveita a ideia de dia ou de luz no seu poema. Quisemos, no entanto, nesta pequena digressão pela figura de Apolo, sublinhar o modo superlativo como o deus é dito, de forma a engrandecer a «luz» que dele emana, capaz de iluminar todo o futuro de Roma – porque o deus é favorável à *Vrbs*: ele é *almus* (v. 9), *mitis* e *placidus* (v. 33), e, finalmente, *aequus* (v. 65), assim como Diana escuta as preces dos Quindécênviros com benignidade (v. 6972). Também Diana é *lucidum caeli decus*, e rainha das estrelas (v. 35, *siderum regina bicornis*), e se Apolo é Sol, Diana é a Lua (v. 36). E se o deus Apolo é responsável pela protecção sobre os Romanos na guerra, além de levar ao Olimpo as preces deste povo, Diana vai ser responsável pela regeneração de Roma⁴¹, pela *noua proles*⁴², capaz de renovar o sangue da eterna urbe, *undenos deciens per annos*⁴³. Diana vai auxiliar as matronas romanas a «dar à luz», expressão que não deixa de ser feliz no contexto deste estudo.

Até agora estudámos a forma como Horácio transporta para o seu poema apenas a face luminosa dos *Ludi Saeculares*, quer introduzindo no seu texto expressões que sugerem dia, referindo-se à noite apenas uma vez e adjectivando-a de *grata*, quer alumiando as divindades nocturnas dos *Ludi* com «a luz de Olimpo», quer exaltando a divindade de Apolo e de Diana, associando-os desde logo ao dia e à luz. Falta-nos agora estudar o mais importante: porque o faz? Qual o sentido dessa «luz»? Qual é o seu sentido metafórico? Porque se preocupa o poeta em esconder as noites dos jogos, em tornar os δαίμονες cúmplices das cerimónias diurnas? Porque é o passado expiatório, nocturno, dos *Ludi Tarentini* completamente posto de parte? Com que intenção?

4. A resposta a todas estas perguntas é só uma, e prende-se com o principal objectivo do *Carmen*: criar uma atmosfera de prosperidade, de tranquilidade, paz e firme confiança nos seus ouvintes. Em última análise, se Horácio tivesse mantido no seu cântico os elementos mais sangrentos das cerimónias,

⁴⁰ Recorde-se a esse propósito a última estrofe do poema, na qual se sugere que Apolo e Diana vão ser responsáveis pela *bona spes* de que Júpiter e todos os deuses ouçam os desejos do carne.

⁴¹ Cf. SEGUIN (1990) 104-106.

⁴² Se há pouco duvidávamos que Ilitia fosse um epíteto de Diana, a verdade é que a *Diua* do v. 17 parece indiscutivelmente Diana.

⁴³ A súplica feita na sexta estrofe é exclusivamente dirigida a Diana (*Diua*): a deusa é solidária com essa nova prole, ao fazer prosperar os *decreta patrum super iugandis feminis*, e como consequência, Roma pode assistir a um ciclo *certus* de cento e dez anos, confirmado na décima sétima estrofe, desta feita dedicada a Apolo (*si Palatinas uidet aequus aras*, v. 65).

as referências aos sacrifícios nocturnos, se tivesse mantido as propriedades «daimoníacas» das Ilitias, das Moiras e de *Terra Mater*, se, no final do seu poema, a ideia de luz e escuridão tivessem desempenhado no poema um papel idêntico, textual e metaforicamente falando, com que legitimidade proclamaria o poeta um novo *saeculum* feliz, como poderia deixar no público a impressão de uma *bona spes* num futuro próximo melhor, luminoso, por oposição a um passado recente sombrio, sangrento e escuro, tal como as cerimónias nocturnas dos *Ludi*? É o dia, é a luz que surge no *Carmen*: foram os dias dos Jogos, e não as noites⁴⁴, os utilizados pelo poeta para criar a ambiência do seu cântico. Quando acabamos de ouvir o *Carmen Saeculare*, mesmo que lamentavelmente não tenhamos acesso à sua música original, a sensação que nos fica é a de que acabámos de escutar muito mais uma afirmação do que propriamente uma súplica, isto é, ficamos com a impressão de que Roma já tem tudo aquilo que o coro de jovens e virgens pede aos deuses – o *Carmen* resulta numa firme confirmação de que a *Vrbs* já recebeu as dádivas retoricamente pedidas pelas vozes do coro. Porquê? Enquanto os *Ludi Tarentini* sempre surgiram em situações de crise na História de Roma, como foram as guerras púnicas, por exemplo, e nesses Jogos se suplicava aos deuses infernais, mercê dos sacrifícios expiatórios, que conservassem o poderio de Roma, os *Ludi Saeculares* surgem num contexto completamente diferente, como já vimos, e o *Carmen Saeculare* vai sublinhar este aspecto continuamente. De que forma? Consideramos que, para criar essa «ambiência» de que falávamos, em muito contribui a forma como o poeta utiliza os adjectivos no seu carme. Horácio usa quase exclusivamente adjectivos que comportam em si uma carga positiva, isto é, os adjectivos raramente, no *Carmen Saeculare*, qualificam *negativamente* o substantivo: pelo contrário, abundam no texto adjectivos que comportam em si, quer semântica, quer etimológica quer ainda metaforicamente, as ideias de prosperidade, de riqueza, de abundância, de confiança.

Vejam os certos adjectivos exprimem ideias como felicidade e benevolência – é o caso de *lenis* (2x), *gratus*, *bonus* (3x⁴⁵), *mitis*, *placidus* (2x), *docilis*, *beatus*, *salutaris*, *aequus*, *felix*, *amicus*. Por outro lado, existem adjectivos directamente ligados à ideia de fertilidade e prosperidade – como *magnus*⁴⁶, *almus*, *maturus*, *nouus*, *maritus*, *ferax*, *frequens*, *fertilis*, *spiceus*, *saluber*, *bicornis*⁴⁷, *plenus*. Outros adjectivos dizem respeito à probidade moral que caracteriza o *mos maiorum* – como os adjectivos *lectus*, *castus* (2x), *probus*; alguns adjectivos transmitem mesmo a ideia de confiança, de poder, de segurança – como é o caso de *potens* (2x), *certus* (2x), *stabilis*, *sospes*, *superstes*, *liber*, já para não falar nos adjectivos que exprimem luminosidade – *lucidus*, *nitidus*, *clarus*

⁴⁴ Conotadas irremediavelmente, como já vimos, com os *Ludi Tarentini* e com um passado sombrio de Roma.

⁴⁵ Contando com o comparativo *melius* (v. 61)

⁴⁶ No comparativo *maius* (v. 9).

⁴⁷ Considerando que a imagem do chifre está associada à fertilidade na cultura mediterrânea (cf. a própria Cornucópia: «Cornucopia is a standart symbol of the Golden Age and therefore appropriate to join with Tellus and Ceres as harbingers of nature's return to a time of generosity», PUTNAM (2000) 84).

(2x), *albus, fulgens* – algo a que já nos dedicámos suficientemente. No final, uma percentagem surpreendente dos 65 adjectivos considerados no texto comportam semanticamente aquilo que definimos como «carga positiva»: para sermos precisos, cerca de 71% (46 em 65) dos adjectivos do *Carmen Saeculare* têm a ver com ideias tais como prosperidade e fertilidade, ou temas que lhes são afins⁴⁸. Se tivermos em linha de conta o facto de o cântico ter sido repetido por duas vezes, primeiro no Palatino e depois no Capitólio⁴⁹, é de considerar que, no final, alguém que tivesse assistido às duas récitas, teria ouvido mais de cem vezes os promissores adjectivos a que nos dedicámos – o suficiente para convencer qualquer um. Mas convencer do quê? De que Roma vive – no presente, e não num futuro próximo ou imediato – um novo momento da sua História, um grandioso momento único, de felicidade e de prosperidade. São os deuses luminosos que conduzem o movimento do *Carmen*, da súplica à confirmação: é a luz que vai brilhando no texto que permite ao seu autor conduzir o subtil andamento da sua peça.

Mas que movimento é esse?

Uma análise estatística do tempo dos verbos ajuda-nos a compreender a forma como Horácio estruturou a sua obra. É no conjuntivo presente que, estatisticamente, se encontra a maior parte dos verbos da primeira parte⁵⁰. E que matiz tem este conjuntivo? É fundamentalmente optativo, se exceptuarmos *referat* no v. 22, ou seja, exprime o desejo de que algo aconteça. *Possis nihil urbe Roma / uisere maius* (vv. 11-12): 87% do total de verbos conjugados no presente do conjuntivo estão nesta parte A, assim como 83% do total dos verbos no modo imperativo, bem como 85% do total dos vocativos. Esta análise, que à primeira vista pouco tem de literária, é no entanto uma ferramenta extremamente valiosa para qualquer análise do *Carmen* que tenha em conta a sua relação com o ritual

⁴⁸ Mesmo se considerarmos os adjectivos que à partida teriam uma certa «carga negativa» (como *neglectus* ou *superbus*), vemos como Horácio a neutraliza no contexto em que surge o adjectivo – *neglectus* (em *neglecta Virtus*, v. 58) é imediatamente anulado pelo advérbio *iam* (v. 57), e pelo verbo *redire* (v. 58) – ou seja, a *Virtus* é desprezada no passado, e não no presente (*iam*), pois ela ousa agora voltar (*redire audet*) acompanhada pela *Fides, Pax, Honos e Pudor*; por outro lado, *superbus* (em *iam Scythae responsa petunt, superbi / nuper et Indi*, vv. 55-56) é igualmente anulado pelo advérbio *nuper*. Resta-nos então que nem um adjectivo no *Carmen* tem um sentido pejorativo (exceptuando talvez *superbi*; de qualquer forma, o adjectivo qualifica *Scythae e Indi*, e não o povo romano).

⁴⁹ *Eodemque modo in Capitolio*, como dizem as *Actas* (l. 147).

⁵⁰ Esta é a divisão adoptada por FRÄNKEL (1957) 370 e por KIESSLING e HEINZE (1960) 471. O esquema bipartido e sub-tripartido encontra-se já em MENOZZI (1905). Foi igualmente recuperado por NAGORE DE ZAND (1995) 136:

A (Súplica)

I (1-12) – Invocação inicial a Apolo e Diana

II (13-24) – Desejos de fertilidade e renovação

III (25-36) – Invocação às Parcas, a *Tellus* e a Apolo e Diana

B (Confirmação)

I (37-48) – Pequena *Eneida*. Invocação de todos os deuses

II (49-60) – Augusto surge. Confirmação da súplica

III (61-72) – Invocação final a Apolo e Diana

CODA (73-76) – Confirmação final.

dos *Ludi Saeculares*, e é, só por si, justificação suficiente para a divisão bipartida que aqui propusemos. Nesta primeira parte estamos indubitavelmente mais perto, em relação à segunda, do cerimonial dos Jogos; não nos esqueçamos de que também nesta primeira parte estão referidas todas as divindades ctónicas invocadas pelo *princeps* nas noites dos *Ludi* - figuras completamente ausentes da parte B do *Carmen*, além de «o tom de prece», marcado pelo uso do conjuntivo optativo, continuar de alguma forma o tom das cerimónias onde abunda este modo, como podemos ler nas preces conservadas nas *Actas*.

Quando, no entanto, nos debruçamos sobre aquilo que considerámos ser a parte B do *Carmen*, do v. 37 em diante, nada do que dissemos até agora se aplica. O indicativo predomina sobre o conjuntivo e sobre o imperativo. Retomando a questão do «movimento» do poema, salientamos o facto de o carme se iniciar com uma franca insistência no imperativo, no conjuntivo e no vocativo, algo que é abandonado progressivamente (daí dizermos que há «movimento»). Mas, apesar de as estrofes 12 e 13 apresentarem ainda características próprias da parte A, o que é facto é que algo se prepara na própria orgânica do poema, e estas duas estrofes funcionam como «ponte» para o que se vai passar a seguir: a omnipresença do indicativo, que traduz gramaticalmente o tom assertivo, convicto e resolutivo de um coro que, ao contrário dos versos iniciais, nada suplica, antes afirma.

O que acontece nestas duas estrofes (vv. 45-52) que possibilita esta transformação, ou melhor, este movimento, esta «mudança de andamento» no poema? Depois de apresentar todos os deuses cultuados nos *Ludi*, o poeta invoca conjuntamente todos os deuses, algo que é sublinhado pela anáfora de *di* no v. 46-47, e não só Apolo e Diana. E o que se lhes pede? Em parte algo que já fora pedido directa ou indirectamente: a regeneração, a prosperidade física da prole romana (*date remque prolemque*, v. 47). Por outra parte, pela primeira vez se fala de um dos desejos mais presentes nas preces de Augusto e Agripa: da glória de Roma, da sua supremacia sobre o mundo, ideias que se encontram latentes na expressão *decus omne*, v. 48. Outro termo importantíssimo nesta décima segunda estrofe aparece algo disfarçado na expressão *Romulae genti*. A referência a Rómulo, quando na estrofe anterior se falou do *castus Aeneas* (v. 42), cumpre um propósito bem definido: depois de apresentar as duas personagens tidas como fundamentais para a fundação mítica de Roma, surge-nos, no v. 50, o ilustre filho de Anquises e de Vénus. E este é, bem o sabemos, o *princeps* Augusto. Colocado na descendência directa de Anquises, Vénus, Eneias e de Rómulo, Augusto surge pela primeira vez, precisamente numa parte central, tal como na *Ara Pacis*⁵¹. Em última análise, a sua inclusão seria impossível sem a invocação universal (*di*) da estrofe anterior, sem a referência ao *decus omne*, e à *gens Romula*, no contexto da pequena *Eneida* dos vv. 37-44. De facto, Augusto surge quando pela primeira vez os deuses são invocados conjuntamente, o que confere uma solenidade e uma divindade ao próprio *princeps*, que surge no poema como um *deus ex machina*. Na agógica do cântico, ele assoma na posição

⁵¹ Diz Verg., *Georg.* 3. 16: *in medio mihi Caesar erit templumque tenebit*. Na *Ara Pacis Augustae*, o *princeps* surge de facto no meio.

de clímax. Quando a figura do descendente de Eneias avulta, tudo o que atrás fora súplica, torna-se certeza. Por outro lado, os votos expressos nas Actas – especialmente no desejo de que Roma conserve a sua *maiestas*, e que continue poderosa sobre os inimigos – tornam-se realidades no *Carmen*.

O predicado principal da última estrofe é *reporto*, a única primeira pessoa singular do poema; num último laivo de virtuosismo, Horácio consegue pôr na boca dos cinquenta e quatro jovens a sua própria convicção, individualizando-a não só em cada elemento do coro, mas também em cada ouvinte, em cada romano que assistia ao péan no Capitólio ou no Palatino. *Spem bonam certamque* trazida não pelos *di*, não pelos sacrifícios às Moiras, às Ílitias, à *Terra Mater*, divindades que o próprio *Carmen* tornou luminosas, mas pelo movimento sugerido no poema pelo próprio Augusto. O *princeps* funciona na orgânica do poema não só como o elemento catalisador da transformação completa da súplica na certeza, que aqui já estudámos gramática e literariamente, mas também como o elemento unificador: mesmo quando surge, a ideia de luz mantém-se, os adjectivos que comportam em si uma atmosfera de benevolência e prosperidade são comuns às duas partes do poema. A mudança operada literalmente pelo *princeps* ao rumo dos antigos *Ludi Tarentini* é consumada literariamente pelo cântico do poeta – *carmen composuit Q. Horatius Flaccus*.

5. O *Carmen Saeculare*, mais do que um resumo em verso de um cerimonial de três noites e três dias, mais do que um cântico escrito para uma determinada situação, é uma parte integrante de um rito. O que mais surpreende neste texto, na perspectiva com que o estudámos, é a forma complexa como por vezes se aproxima, outras vezes se afasta do Oráculo e daquilo que foi descrito pelas Actas. O nosso estudo parece-nos demonstrar que o melhor método possível para entendermos a orgânica e o propósito do carne está em não nos deixarmos perder em perspectivas de certa forma subsidiárias para um texto desta natureza, tais como a análise de modelos, de *loci communes*, da estrutura do hino horaciano, mas, pelo contrário, procurarmos dentro do próprio texto as relações que este estabelece com os *Ludi Saeculares*, e estudando igualmente a forma como o poeta interpretou o seu papel nas cerimónias. Com base no *Carmen Saeculare* podemos com segurança afirmar o papel que Horácio outorgou à sua música. Quis que a poesia formasse um todo orgânico com o momento em que foi criada. Não é um simples *fait divers* que o número três esteja omnipresente neste carne⁵²: este facto

⁵² Não tivemos aqui oportunidade de aprofundarmos esta questão; no entanto repare-se como no esquema proposto de divisão do *Carmen*, cada parte é composta por três conjuntos de três estrofes (tríades); na escolha do metro, a estrofe sáfica, cada estrofe tem três hendecassílabos, ao final de cada tríade temos três adónios declamados. Temos ainda relações mais complexas: 3 hendecassílabos ´ 19 estrofes é igual a 57, e 57 a dividir 3 é igual a 19, precisamente o número de versos adónios; temos 54 versos hendecassílabos, o número exacto de rapazes (27 = 3 x 9) e de raparigas (27 = 3 x 9) do coro. Literalmente, o número 3 surge no verso 23, e o 9 igualmente no verso 62. Cada estrofe invoca igualmente três divindades (ou epítetos de divindade) ou conjuntos de três (A I - *Phoebus, Diana, Sol*; A II - *Ilithyia, Lucina, Genitalis*; A III - *Parcae, Tellus, Ceres; Iuppiter, Apollo, Luna*; B II - *Venus, Fides, Pax; Honos, Pudor, Copia*; B III - *Phoebus, Camenae, Diana*; CODA - *Iuppiter, Phoebus, Diana*).

exprime uma necessidade poiética – de fazer com que num nível imperceptível o número que associado fora à hegemonia romana, ao *saeculum* de prosperidade, se tornasse parte subliminar do seu texto. Imperceptível e subliminar porque na audição incauta deste texto, talvez o único de Horácio a ser cantado, o romano comum não pôde com certeza aperceber-se *in loco* de todos os elementos que incluem em si a noção de três. Da mesma forma, não seria capaz de, em tempo real, fazer a análise verbal que aqui fizemos do texto, e aperceber-se deste movimento de súplica a confirmação, do conjuntivo a indicativo. Aliás, este estudo resulta numa traição a um texto desta natureza, cuja natureza ritual foi, a um certo nível, tacitamente escondida pelo seu autor. Quis o autor que se esquecesse de vez o passado sombrio de Tarento, as noites escuras que foram parte dos *Ludi*. Como o poeta do último *verbum* destes jogos, a luz, Apolo e Diana, esse próprio dia 3 de Junho de 17 a.C., foi traduzido para poesia por arte e técnica. O poeta Horácio fez do seu *Carmen* um monumento único na literatura clássica: um texto tão significativo do ponto de vista político, religioso e ritual. Do ponto de vista literário, talvez outras obras do autor sejam mais bem conseguidas, mas nenhuma outra oferece ao seu leitor a magia de reviver um momento tão preciso, tão documentado e ilustrado por factores exógenos ao texto.

O poeta, neste texto, tem o verdadeiro papel de vate – um adivinho do passado e do futuro, um pontífice entre ritual e palavra. E se esta é apenas uma das funções do poeta, este é o mais sagrado dos seus ofícios – o de divino intérprete da realidade. Divino porque Horácio se consagra como o vate do momento religioso de Roma; ele próprio o confessa numa das suas odes: «Já casada dirás: “eu, no século / que de novo trouxe os luminosos dias de festa, / um cântico reproduzi querido aos deuses, / ensinada pelos ritmos do vate Horácio”.» (*Odes*, 4. 6. 41-44).

A LUSITÂNIA NO TEMPO DE OVÍDIO: METAMORFOSES DE UMA PROVÍNCIA

AMÍLCAR GUERRA
Universidade de Lisboa

1. A vida de Ovídio (43 a. C. - 17/18 d. C.) decorre ao longo de um período decisivo na história da Hispânia, correspondente à mais profunda transformação que ocorreu neste território durante o domínio romano. O principal responsável pelas substanciais alterações que aqui se registam é precisamente o mesmo que o conduz a um penoso desterro, no lado oposto do império: Augusto, o «pai da pátria». Um pai rigoroso com o poeta como o era com a reorganização das terras que lhe foram confiadas e cuja gestão assumiu com vaidade e empenho, acreditando ser essa a solução única para a salvação da *res publica*.

Ovídio, como a maioria dos itálicos, tinha da Lusitânia uma ideia bastante vaga. Essa província romana, criada poucos anos depois de ter chegado a Roma, situada no *finis terrarum*, não deveria representar muito mais do que um mundo distante e ignoto, do qual se conheciam apenas algumas particularidades exóticas, muitas vezes de contornos míticos. Todavia, a um homem culto e empenhado na vida pública, não deveriam ser estranhas as narrativas dos aguerridos companheiros de Viriato e as construções idealizadas da personalidade do caudilho lusitano, que Posidónio erguera à condição de rei, herói e modelo de sabedoria¹.

Conhecedor da literatura do seu tempo e de muitas *auctoritates*, não deveriam ter passado despercebidos ao Sulmonense alguns dos abundantes reflexos que os episódios passados há cerca de um século no Ocidente hispânico tiveram em Roma. Ainda deviam persistir as marcas desses tempos conturbados e ser recordadas algumas peripécias históricas, em especial dos conflitos internos em que a *res publica* se viu envolvida ao longo do meio século que o precedeu. A questão sertoriana em particular e as Guerras Civis entre César e Pompeio ainda estariam certamente bem vivas na memória dos seus coetâneos.

Se estivesse atento às novas obras que progressivamente iam transformando a paisagem urbana da capital do império, também não lhe teria escapado o facto de Marco Vipsânio Agripa providenciar o início da construção de um monumental pórtico, no qual se expunha publicamente um «mapa» do todo o orbe e onde se assinalariam as regiões e povos sob o domínio romano². Nele figuraria a *provincia Lusitania* que o genro de Augusto tão bem conhecia, ele

¹ LENS TUERO (1986).

² A própria existência deste mapa e a sua natureza têm sido objecto de ampla controvérsia, ainda não resolvida. No entanto, uma boa parte dos investigadores considera que as referências literárias, nomeadamente as diferentes alusões de Plínio-o-Velho, são claras a respeito da exibição pública no espaço do Pórtico Vipsânio de um «mapa» NICOLET (1988) 108-127; SALWAY (2001) 28-29; *contra* BRODERSEN (1995) 269-270.

que viu o seu nome intimamente associado aos primeiros tempos da sua capital, *Augusta Emerita*, em especial à construção do seu teatro.

Aquele espaço público de Roma, conhecido justamente como *Porticus Vipsania*, conteria essa importante peça geográfica a que aludiria por diversas vezes Plínio-o-Velho (*nat.* 3, 16-17; 6, 139; 35, 25), manifestação do progresso dos conhecimentos, mas ao mesmo tempo um dos mais originais instrumentos da propaganda augustana. Ovídio teve certamente a oportunidade de constatar os avanços da sua construção num espaço situado junto ao Campo de Marte, graças à intervenção de Vipsânia Póla, sua irmã. O terreno tinha sido deixado em testamento por Marco Vipsânio, precocemente falecido no ano 12 antes da nossa era, e a obra viria a ser concluída por empenho do *princeps*.

Naturalmente, não lhe passariam despercebidos os novos desígnios que Augusto traçara para a Hispânia, em especial o projecto de promover a sua integral «pacificação», termo com que designou eufemisticamente as campanhas destinadas a submeter os irreductíveis Cântabros e Ástures, no extremo norte da Península.

2. No entanto, para o poeta Ovídio, afastadas já as suas pretensões a uma carreira política e com a sua vida pautada por outros interesses, os ecos dessa terra na orla do Oceano assumem aspectos muito distintos, mais ligados com a cultura letrada. Nos círculos literários de Roma, a imagem da Lusitânia assentava em peculiaridades que nada tinham que ver com os projectos augustanos ou as alterações políticas, administrativas e sociais que afectaram a nova província.

Na base do seu conhecimento concreto encontra-se, afinal, uma particularidade de natureza económica: as fabulosas riquezas do Tejo e as suas águas auríferas, promovidas no seu meio cultural a tópico bem conhecido e amplamente difundido, pelo menos desde que Catulo (29,19) o transformou num paradigma poético³. Essa característica espantosa convertida em *topos* literário explica amplamente a razão pela qual Ovídio inclui na sua obra referências concretas à longínqua Lusitânia. A primeira ocorre nos seus *Amores* (1,15,34), onde retoma o lugar-comum catuliano.

Mas o fabuloso rio entra igualmente no extenso elenco dos cursos de água atingidos pelo calor abrasador do carro do sol descontrolado, conduzido pelo inábil e imprudente Faetonte, episódio que ocupa uma parte das suas *Metamorfoses* (2, 241-259). Numa longa lista onde se alinham, entre outros, o Tánaís, o Ismeno, o Erimanto, o Xanto, o Eufrates, o Ganges e o Histro e depois dele o Nilo, o Ebro, o Reno, o Ródano e o próprio Tibre, recebe uma referência especial o Tejo e o ouro que as suas águas arrastam. No caso do rio hispânico, a aproximação excessiva do carro do Sol desgobernado provoca, na visão poética de Ovídio, o maravilhoso fenómeno da fusão das pepitas transportadas nas suas águas («/.../ e o ouro que o Tejo arrasta no seu leito flui, derretido pelas chamas /.../»⁴).

³ FERNÁNDEZ NIETO (1970-71).

⁴ *Quodque suo Tagus amne vehit, fluit ignibus aurum* (Ov., *met.* 2, 251).

Ainda que se trate de uma alusão literária, enquadrada, como compete a uma obra deste tipo, num contexto de narrativas míticas, remete-se aqui para uma realidade confirmada historicamente, como o tem posto cada vez mais em evidência a investigação arqueológica mais recente. Tendo em conta a dimensão dos vestígios, pode considerar-se diminuta a informação da primeira metade do séc. XX, onde sobreleva uma alusão de Francisco Tavares Proença Júnior⁵ ao sítio de Lisga. Só nos finais da centúria, a pesquisa sistemática de Domergue sobre a mineração hispânica põe em evidência a amplitude da exploração, sublinhando a sua dispersão por quatro áreas: Mouriscas, Abrantes, foz do Zêzere e Milreu⁶. Esta última corresponde ao núcleo mais importante e desenvolve-se nas margens da Ribeira de Codes, hidrónimo a este título bem sugestivo, uma vez que deriva seguramente do lat. *cos, cotis*, «seixo»⁷. Este apelativo, que se repete numa atestação toponímica próxima, situada na sua margem direita, deriva da acumulação de seixos lavados, o mais evidente resultado da exploração mineira romana nessa região.

As observações de Domergue foram completadas pelas investigações de Sánchez-Palencia, que sublinhou a elevada capacidade produtiva desta região, em especial a das explorações das margens do Tejo, responsáveis por uma movimentação de aproximadamente 27 000 000 m³ de sedimentos⁸. O teor de ouro neles contido poderia variar de forma substancial, pelo que não é fácil fazer cálculos a respeito dos proventos que advinham desta exploração. A partir de um pressuposto de que nos primeiros 50 cm sobre a rocha se poderiam recolher 200 mg e nos níveis superiores 2 a 80 mg⁹, imaginou-se uma produção média de 140 mg de ouro por m³, pelo que a totalidade da exploração, só nesta área, poderia ter dado origem a mais de 3,5 toneladas de metal precioso¹⁰.

Os trabalhos de prospecção arqueológica levados a cabo posteriormente aumentaram de forma significativa as áreas em que se reconhece este tipo de actividade mineira. Carlos Batata foi o principal responsável pela identificação e divulgação dos mais recentes achados, dando conta de identificações que resultaram do empenhado trabalho de prospecção de várias pessoas. Numa publicação dedicada ao estudo da área correspondente às bacias do Baixo Zêzere e do Ocreza, bem como do território adjacente ao Tejo durante a Idade do Ferro e o período romano, o Autor dedicou uma atenção especial a este tema, dando conta da sua importância histórica e da enorme riqueza patrimonial

⁵ PROENÇA JÚNIOR (1910) 9.

⁶ DOMERGUE (1987-88) 527-528.

⁷ Também se tem procurado ver no termo «conho» e no seu derivado «conheira» (nalguns casos «cunheira»), com o qual se designam estas acumulações de seixos, uma relação com este mesmo termo latino (BATATA (2006) 104). Esta interpretação carece, contudo, de uma explicação adequada no âmbito da fonética histórica.

⁸ SÁNCHEZ PALENCIA (1989) 45-47.

⁹ SÁNCHEZ PALENCIA (1989) 45-46.

¹⁰ BATATA (2006) 107.

que representam estes vestígios¹¹. Ao mesmo tempo pôs em evidência o desconhecimento que ainda marca o momento actual da investigação e a necessidade de desenvolver acções tendentes a minorar esta falha¹².

Na margem esquerda os vestígios do Tejo parecem ser menos numerosos. No entanto, é amplamente conhecida uma outra área de exploração, bastante extensa, situada a jusante das Portas do Ródão, designada sintomaticamente como Conhal do Arneiro¹³.

Embora sejam estas as áreas em que mais indícios da actividade se identificaram, o âmbito da exploração aurífera na bacia do Médio e Baixo Tejo é consideravelmente mais extenso. Apresentaram-se recentemente, de forma circunstanciada, os resultados dos trabalhos de prospecção realizados numa área distinta, a de Penamacor-Meimoa¹⁴, na qual se tinham referenciado, há algumas décadas, os vestígios dessa mesma actividade extractiva¹⁵. As diferentes zonas de exploração poderiam ter correspondido, só neste caso, a cerca de 3 500 000 m³ de sedimentos movimentados. Para além disso, inventariam-se os sítios da bacia do rio Erges em que a pesquisa aurífera se desenvolveu, contribuindo para que progressivamente se possa ter uma ideia da real dimensão de uma actividade que tantos reflexos teve na literatura latina.

Para Ovídio, como para todos os poetas, o paradigma literário corresponde, todavia, ao do pesquisador que vai lavando pacientemente as areias que o rio arrasta, actividade paralela a esta, mas mais dificilmente de comprovar no plano arqueológico. A ela se tem atribuído, todavia, o topónimo «Oeiras», que, segundo a interpretação mais corrente, remontaria ao latim *Aurarias*¹⁶, o que pressupunha a prática do garimpo nessa área da foz do Tejo pelo menos desde período romano. A riqueza proverbial resultaria, naturalmente, da progressiva erosão, ao longo de milénios, dos depósitos auríferos que se situavam no Tejo e nos seus afluentes, em especial aqueles a que já aludimos.

Totalmente distinta desta era a pesquisa sistemática e intensiva que a arqueologia atesta, resultado de um paradigma de exploração em grande escala dos recursos do território que caracteriza o período romano e se afirma com um dos traços mais marcantes da nova política augustana para as províncias. Esta encontra-se mais próxima da avidez e da *auri sacra fames* e corresponde a uma faceta distinta, menos apta a projectar-se como imagem poética.

Na generalidade, a exploração mineira constitui uma das actividades mais desenvolvidas na Hispânia, consequência da amplitude deste recurso que tornou a região famosa, pelo menos desde os seus primeiros colonizadores. Este autêntico Eldorado da antiguidade respondeu à sua verdadeira fama, especialmente a partir do início do principado, quando as intensivas explorações dos depósitos auríferos, em especial os da zona ásture, afluíram a Roma. Por isso

¹¹ BATATA (2006) em especial 81-87, 104-107.

¹² BATATA (2006) 82, 107.

¹³ CALADO, CALADO (2002).

¹⁴ SÁNCHEZ PALENCIA; PÉREZ GARCÍA (2005).

¹⁵ ALBERTOS; BENTO (1977) 1200-1201; DOMERGUE (1987-88) 512-513.

¹⁶ MACHADO (1994) 1087.

Plínio (*nat.* 33,78), conhecendo bem esta realidade, não hesita em afirmar, cerca de um século mais tarde, que «nenhuma outra região da terra manteve ao longo de tanto tempo uma tão alta produtividade»¹⁷. Naturalmente o enciclopedista, também ele leitor de Catulo e Ovídio, eleva o Tejo à condição de fenómeno digno de referência especial, colocando-o entre os mais famosos rios auríferos, a par dos notáveis e distantes Pactolo e Ganges (Plin., *nat.* 33,66), símbolos romanos dessa riqueza mítica, sintomaticamente projectada para territórios mais distantes.

3. Mas o interesse romano pelas províncias hispânicas e pela Lusitânia em particular ultrapassa amplamente a abundância metalífera. O completo programa de Augusto para a reorganização das províncias, progressivamente concretizado ao longo da existência do poeta que se homenageia, assume múltiplas vertentes, produz um impacte social e político de muito maior dimensão. No âmbito das iniciativas imperiais, tão inovadoras quanto de amplo alcance, a exploração dos recursos mineiros, transversal a toda a presença romana, tem essencialmente um impacte económico, especialmente em Roma. Mas o alcance das transformações devidas à sua política não encontra paralelo ao longo da história do domínio romano nesta circunscrição.

A vertente mais visível é, naturalmente, a própria criação da província, em resultado da separação da Hispânia Ulterior em duas entidades com características bem marcadas: a Lusitânia, que ganhara finalmente a condição de *provincia pacata*, depois de mais de um século de instabilidade; e a Bética, numa fase mais avançada, onde o desenvolvimento urbano tinha atingido dimensões excepcionais para o Ocidente.

Augusto interpretou uma política decididamente reformadora que César tinha renunciado. Uma das facetas dessa continuidade de acção diz respeito à promoção jurídica das cidades, aspecto com substancial impacte nas comunidades locais mais desenvolvidas. Se César tinha empreendido uma iniciativa clara de alargamento dos benefícios da cidadania romana a um conjunto já significativo de lugares hispânicos¹⁸, o seu filho adoptivo confere-lhe uma outra dimensão. No caso concreto do que vem a ser a província da Lusitânia, a acção de Octaviano/Augusto confere estatutos privilegiados pelo menos a *Pax Iulia*¹⁹, *Felicitas Iulia Olisipo* e *Augusta Emerita*, para além do direito latino às localidades de *Myrtilis*, *Salacia* e *Ebora*.

A reorganização provincial implica, no entanto, a criação de um total de 45 entidades autónomas – as *ciuitates*, cujo nome é possível determinar na sua quase totalidade. Uma grande parte situa-se na área entre Tejo e Douro, uma

¹⁷ GUERRA (1995) 133-134.

¹⁸ Considera-se habitualmente que devem ao ditador o seu estatuto colonial *Norba Caesarina*, *Scallabis (Praesidium Iulium)* e *Mettelinum*, embora nem todas estas atribuições reúnam o consenso.

¹⁹ Esta posição é sustentada por VITTINGHOFF (1952) 109, n. 4, GALSTERER-KRÖLL (1975) 122 e n. 11 e FARIA (1986); (1989); (1997); (2001) 352-353. Para um elenco dos autores que atribuem a César esta promoção v. FARIA (2001) 353.

região onde as transformações culturais se encontravam num estágio menos avançado que no resto da província. Estas realidades correspondiam, pois, a comunidades livres (na expressão latina, *suas leges habent*, «regem-se pelas suas próprias leis»), mas geralmente *stipendiariae*, isto é, sujeitas a tributo.

Sem qualquer tradição de uma estrutura similar, esta área da Hispânia assistiu a um processo de constituição destas realidades para as quais se estabeleceu, de forma muito concreta, um território e uma sede administrativa, a que se atribuiu nome oficial. Uma das facetas bem conhecidas deste esforço organizativo consistiu na delimitação das fronteiras dessas novas entidades, com a implantação de monumentos que na terminologia latina se designavam, sugestivamente, como *terminus augustales*. Estes vestígios epigráficos, pelas suas características e pelo seu texto, muito para além de uma função prática de delimitação, destinam-se igualmente a afirmar a autoridade do imperador, transformando-se em demonstrações do domínio de Roma.

Estas novas realidades aparecem habitualmente designadas na epigrafia como *ciuitates*, precisamente porque a sua essência reside, acima de tudo, no facto de serem comunidades de cidadãos, dotadas de autonomia, embora se organizem de acordo com algumas linhas gerais comuns. Os seus magistrados e as assembleias obedecem, como o patenteia a documentação epigráfica, a um modelo muito próximo, de acordo com o estatuto jurídico de cada uma.

Progressivamente, o centro dessas entidades assume um aspecto urbano, mais ou menos monumental, apresenta estruturas que obedecem a um paradigma arquitectónico que, em última análise, é fornecido pela própria cidade de Roma. Neste modelo urbanístico entram necessariamente algumas componentes essenciais que paulatinamente se vão constituindo, sem que haja necessariamente uma sincronia entre as diferentes comunidades. Em primeiro lugar impõe-se, pela sua importância como centro cívico, o *forum*, núcleo e símbolo da própria vida pública, com as características e os elementos adequados a cada caso. Na sua diversidade, este edifício obedece, todavia, a um conjunto de parâmetros bem conhecidos, reflexo dos modelos instituídos na cultura romana e executados de acordo com um rigoroso plano arquitectónico, resguardado de qualquer improvisação. Nele se integra, por norma, o templo, estrutura que encerra a duplicidade da vida cívica, na qual confluem interesses de ordem social ou «política» e de natureza religiosa. Dois campos que nas estruturas mentais romanas deste período andam intimamente ligadas.

Naturalmente, os elementos que integram estas comunidades são socialmente muito diferenciados. Na esfera dos homens livres, ressalta a dicotomia *peregrinus/civis romanus*, que opõe o membro destas realidades hispânicas ao que acedeu já aos privilégios da cidadania romana. A possibilidade de os primeiros acederem à outra condição, com mais privilégios, torna-se cada vez mais viável, à medida que se vão estendendo as promoções jurídicas das próprias cidades. A concessão de estatutos privilegiados e essas comunidades afirma-se precisamente como um dos meios mais frequentes de promover as elites locais, abrindo precisamente o caminho a esta mudança de condição.

Deste modo, a decisão de Augusto de promover juridicamente os principais centros da Lusitânia revela-se uma medida com enorme impacto na integração das populações locais, em especial dos seus elementos preponderantes. Estas elites, que progressivamente se dispõem à participação cívica, são também as responsáveis pelas sucessivas manifestações públicas de conformidade com a cultura romana. Nesta fase e devido à política augustana de alargamento da *ciuitas*, amplia-se o processo de promoção de hispânicos que, sem perderem essa sua condição, ganham um novo estatuto jurídico.

Estas transformações acompanham a crescente prosperidade e bem-estar das comunidades, e essa situação associa-se, na mente de muitos, às alterações que a ordem romana trouxe consigo. Por essa razão os sentimentos de revolta contra Roma não são entendidos por muitas das populações lusitanas que, nesta fase, já não alimentam qualquer vontade de ruptura com o modelo social e político que se vai impondo.

4. O processo de integração das populações hispânicas no âmbito das comunidades romanas encontra-se igualmente documentado, para a fase augustana, em alguns textos epigráficos. Um dos mais sugestivos exemplos é proporcionado por um monumento originário de Alcácer do Sal²⁰, um grande bloco de granito que chama a atenção desde logo por este facto, uma vez que se insere num âmbito em que o suporte das inscrições irá ser, por via da regra, o mármore. O indivíduo revela uma antroponímia muito característica, constituída por um nome único seguido do patronímico, obedecendo ao modelo habitual no ocidente da Hispânia. O apelativo *Boutius* não deixa lugar a dúvidas sobre a sua pertença à tradição onomástica dessa mesma região, constituindo, para além disso, um dos nomes pessoais mais amplamente atestados no território da Lusitânia, onde ele é particularmente abundante, registando ainda uma presença, mas mais escassa, nos âmbitos ásture e celtibérico²¹. A sua ocorrência na epigrafia romana da antiga *Salacia* constitui uma excepção, uma vez que se trata precisamente do único caso seguro desta localidade que representa uma tradição pré-romana de origem indo-europeia²².

Ao contrário, o termo *Vicanus* pertence ao âmbito latino, fazendo parte do amplo conjunto onomástico que as populações lusitanas adoptam. Este é apenas um dos muitos exemplos que ilustram uma tendência para a progressiva

²⁰ Trata-se de *CIL* II, 5182 = *IRCP*184 *Imp(eratori) Caesari divi f(ilio) Augusto / pontifici maximo co(n)s(uli) XII / trib(unicia) potestate XVIII / Vicanus Bouti f(ilius) / sacrum* - «Vicano, filho de Bôncio, consagrou ao imperador César Augusto, filho do Divino, pontífice máximo, cônsul pela décima segunda vez, com o décimo nono poder tribunício».

²¹ VALLEJO (2005) 216-222.

²² É significativo, para compreender a diversidade cultural deste importante pólo comercial, que o outro vestígio onomástico não pertencente às línguas clássicas corresponda ao nome *Bocchus*, nome de origem norte-africana (ALBERTOS (1966) 56) ou mesmo púnico (MANTAS (1996) 350) que ostentam algumas personagens ilustres de *Salacia* nesta fase precoce do império. Um deles seria o célebre autor de uma obra sobre a Lusitânia, citado por Plínio-o-Velho na sua obra enciclopédica (ETIENNE (1958) 122-124; GUERRA (1995) esp. 138-139; GUERRA (2002) 182; FERNANDES (2002); GONZALEZ HERRERO (2002) esp. 52-53).

vulgarização de antropónimos de origem itálica, reflectindo as transformações culturais que marcaram já a geração anterior, a dos seus pais. Deste modo, o fenómeno de alteração cultural pode remeter-se, no caso vertente, para um momento que deveria corresponder ao início do principado, fase em que o processo de romanização ganha uma nova dinâmica, em especial em cidades que receberam alguns privilégios, como é o caso de *Salacia*.

Apesar da sua proveniência exógena, o termo *Vicanus* regista-se, na Lusitânia, apenas entre as populações locais, uma vez que as três ocorrências²³ até ao momento atestadas respeitam todas elas a *peregrini*. Tendo em consideração exemplos dos quais subsiste uma documentação mais abundante, pode afirmar-se que este se poderia integrar no conjunto dos elementos antropónimos latinos que se implantaram neste meio provincial do Ocidente. Note-se que certos nomes romanos adquiriram na Lusitânia uma particular difusão, nunca atingida em nenhuma outra parte do império, nem mesmo na própria *Vrbs*²⁴. Por esta razão, um nome como *Vicanus* ilustra de forma adequada a simbiose que se opera no domínio onomástico e, de uma forma mais ampla, em todo o âmbito cultural.

Juridicamente, a nossa personagem, *Vicanus Bouti f(i)lius*, integra-se na categoria dos *peregrini*, uma vez que se trata de um indivíduo de nascimento livre, mas que ainda não acedeu ao privilégio da *ciuitas romana*, embora detenha a cidadania local²⁵. Desconhecemos, todavia, por que motivos e em que qualidade promove uma homenagem pública a Augusto, no período em que o imperador exerceu o décimo nono poder tribunício (entre 1 de Julho de 5 a. C. e 30 de Junho do ano seguinte).

Não restam dúvidas sobre a natureza desta dedicatória, definida na própria epígrafe como um objecto sagrado (*sacrum*), mas não se indica qualquer cargo público que esperaríamos ver citado num monumento em que se promove aparentemente um acto oficial. Faz parte, naturalmente, do conjunto de vestígios que atestam o culto imperial, uma das formas pelas quais as populações do mundo provincial exprimem a sua adesão aos modelos políticos, religiosos e culturais romanos.

A vida urbana e a actividade cívica desenvolvem-se progressivamente nestas comunidades gerando-se no seu âmbito estes vestígios materiais que exprimem

²³ As restantes são provenientes da *ciuitas Igaeditanorum* e de Herguijuela, Cáceres, respectivamente: ALMEIDA (1954) 233, n. 147 = *ILER* 4053, 6257- *Virio Tangini et / Sunuae Viganí Flac/cus et Longinus parenti/bus suis faciendum curarunt / s(it) v(obis) t(erra) l(eu)is*; e GIMENO; STYLOW (1993) 161, n. 57 = *AE* 1993, 973 = *HEp*-05,211 - *Vicanus / Talaba/ri f(i)lius an(norum) LX / h(ic) s(itus) s(it) t(ibi) t(erra) / [l(evis)] fili(i) f(aciendum) c(uraverunt)*.

²⁴ É o caso, por exemplo de *Avitus / Avita*, que se regista 152 vezes na Lusitânia (*Atlas*, 410) ou o de *Amoenus / Amoena* que surge 73 vezes (*Atlas*, 85-87, 410), um número bastante superior ao que ocorre em Roma. Este último corresponderia ao que se designa como um *Deckname*, isto é, um elemento que corresponderia à tradução latina de um local (*Atlas*, 410).

²⁵ ETIENNE (1958) 391 considera *Vicanus* «un romain de fraîche date», expressão que não implica certamente a obtenção da cidadania. Tendo em consideração a sua estrutura onomástica e a ausência de qualquer outro elemento que sustente essa possibilidade, deve tomar-se como um *peregrinus*: v. LE ROUX (1996) 246.

de forma clara a integração nelas dos elementos locais de maior preponderância. As transformações não se traduzem apenas numa maior pacificação do território, numa vantagem para os Romanos que decidiram trocar o solo itálico pelas longínquas terras do ocidente. Provoca igualmente a promoção das elites locais que exploram as novas oportunidades que o vasto império romano agora oferece. E, naturalmente, quando se fala das potencialidades do comércio, não pode esquecer-se que a antiga *Salacia* reúne condições excepcionais, como o atestam os vestígios materiais de amplos contactos com o mundo mediterrâneo mesmo em fase anterior à romanização²⁶.

Nestas cidades desenvolvidas e abertas às novas ideias, as tradições exógenas implantam-se como alguma facilidade. Uma das marcas dos novos tempos reflecte-se na difusão dos hábitos epigráficos, em que o monumento promovido por *Boutius* se insere. O período correspondente ao principado de Augusto e, portanto, o da vida do poeta que recordamos, marca, também neste domínio, o surgimento de uma nova era. Não é apenas na Hispânia que se assiste nesta fase a uma explosão das manifestações epigráficas, fenómeno que atinge diversas esferas, seja do âmbito público ou privado. Escrever em língua latina e usando o alfabeto que o conquistador desenvolveu representa uma das faces da adesão cultural das comunidades locais²⁷.

5. Um outro notável documento epigráfico coetâneo do anterior e também do Sulmonense registou-se em Idanha-a-Velha, a antiga *ciuitas Igaeditanorum*. Referir-se-ia, segundo a interpretação mais aceitável, a um relógio que viria a ser colocado em lugar público²⁸ – o texto reporta-se a um *orarium*, termo que os diferentes autores têm considerado a alteração de uma grafia *horarium*²⁹. A inscrição (HEp 2, 770 = AE 1961, 349 = AE 1967, 144 = AE 1992, 951) deve interpretar-se da seguinte forma:

*Q(uintus) Tallius Sex(ti) f(ilius) Papi(ria) Augu(stanus) / (h)orarium donavit / Igaeditanis l(oco) a(dsignato) f(ecit) per mag(istratum) / Toutoni(i) Arci(i) f(ili) / Malgeini Manli(i) f(ili) / Celti(i) Arantoni(i) f(ili) / Ammini Ati(i) f(ili) / L(ucio) Domitio Aenobarbo / P(ublio) Cornelio Scipione co(n)[s(ulibus)]*³⁰

²⁶ ARRUDA (2000) 5-7 a 5-59; 5-86 a 5-88.

²⁷ ENCARNÇÃO (1995) 257.

²⁸ Para o estudo deste monumento e do seu alcance histórico continua a ser fundamental MANTAS (1988).

²⁹ Na realidade, não seria fácil explicar a razão deste acto público se se admitisse que o objecto em causa seria uma pequena peça de tecido, ou um *sudarium*, o sinónimo que os dicionários e enciclopédias registam para este termo latino *orarium* (v., por exemplo, DAREMBERG; SAGLIO, IV (1877-1919) 223-225).

³⁰ A interpretação desta extraordinária epígrafe tem suscitado opiniões divergentes, especialmente em quatro aspectos distintos: 1. o *nomen* da pessoa que ofereceu o relógio corresponde certamente *Tallius*, de acordo com autópsia e a lição seguida por alguns autores – PALOMAR (1956) 100; SÁ (2007) 61, n. 54 –, preterindo a lição *Iallius* cfr. VALLEJO, (2005) 491 e que algumas fotos põem em evidência; o gentílico é raro na Hispânia, mas atestado igualmente em Villanueva de la Serena (Badajoz), onde se regista um *Ta(ilius) Q. f. Pap.* (HEp 4, 186), soldado da legião X, também ele emeritense; 2. A investigação tem vindo a consolidar

Quinto Tádio, filho de Sexto, da tribo Papíria, natural de *Augusta (Emerita)*, ofereceu o relógio aos Igeditanos; no lugar concedido o fez por intermédio da magistratura de Toutónio, filho de Árcio, Malgeino, filho de Mânlio, Célcio, filho de Arantónio, Amino, filho de Ácio, sendo cônsules Lúcio Domício Aenobarbo e Públio Cornélio Cipião.

O monumento, datado pelas referências aos magistrados epónimos de Roma do ano 16 a. C., constitui também ele a primeira manifestação epigráfica documentada na *ciuitas Igaeditanorum* e uma das mais antigas inscrições latinas da Lusitânia. Representa, por todas estas razões, um dos mais sugestivos elementos das transformações culturais que se registam na Lusitânia nos alvares do principado³¹. Um cidadão de *Augusta Emerita*, mas igualmente *ciuis romanus*, demonstra publicamente o seu empenho em contribuir para uma renovação urbana neste núcleo, escolhido para sede de uma comunidade cívica recentemente criada. Como já se sublinhou anteriormente³², este documento epigráfico marcaria o progressivo funcionamento das instituições políticas locais. Entre elas se encontra a magistratura local, formada por um colégio de quatro indivíduos, que nestas circunstâncias se associa igualmente a dedicatória particular, mas com interesse público, proporcionando o local para monumento³³.

A personagem em causa, pela sua onomástica e tendo em consideração a cronologia do monumento, não se integra na componente demográfica de origem hispânica, mas integra as populações exógenas que se fixam nesta região ao longo da fase inicial do processo de romanização. À mesma *gens* deverá, de resto, pertencer um soldado da *legio X* uma vez que também ele é portador deste gentílico raro, de origem latina escassamente representado no mundo romano³⁴. As atestações conhecidas apresentam grande dispersão, encontrando-se na Gália Narbonense (CIL XII, 511, de Aix-en-Provence), na *Gallia Belgica* (XIII, 3416, de Reims), na Germânia (AE 1979, 433, de

a ideia de que à tribo se seguiria a indicação de *origo*, pelo que as propostas de *Augu(rinus)* ou *Augu(stinus)* foram justamente preteridas em favor de *Augu(sta)* ou *Augu(sta Emerita)* (MANTAS (1988) 421-422; SÁ (2007) 61, n. 54); no entanto, tendo em conta a cronologia da epígrafe e como reconhecem EDMONDSON, HIDALGO (2007) 496-498 em situações similares, parece preferível desenvolver como *Augu(ustanus)*; 3. A abreviatura L. A. F. foi já interpretada como *l(ibens a(nimo) f(ecit)*, como *l(ocus) a(d) signatus) f(fuit)* e ainda como *l(oco) a(ccepto) f(ecit)*; 4. Por fim, não se apresentou, que eu saiba, uma solução que permita resolver a incongruência flexional que resultaria da interpretação como *per mag(istros)* da sequência imediata; penso que uma opção por *per mag(isterium)* ou *mag(istratum)* poderia contornar esta dificuldade.

³¹ A cronologia do monumento e a sua manifesta importância no contexto regional levaram ETIENNE (1989) 261-262 a considerar provável o seu vínculo com a criação da província da Lusitânia.

³² MANTAS (1988) 422.

³³ Infelizmente ainda não é possível garantir com segurança qual o nome que assumia essa magistratura tipicamente local, uma vez que a interpretação da abreviatura MAG. que a epigrafia sistematicamente atesta, continua a oscilar entre *mag(istri)* e *mag(istrati)*.

³⁴ SCHULTZE (1904) 94, 425; SOLIN; SALOMIES (1994) 180; *contra* PALOMAR (1954) 100.

Mainz), em Roma (CIL VI, 10130 e talvez 22155, esta sob a forma *Thallius*) e em Corinto (CIL III, 13692), para além de um registo de proveniência desconhecida (AE 1985, 994) e um outro colhido numa referência literária (Tac. *ann.* 14,50).

Ainda que não seja possível identificar a origem concreta da *gens* a que pertence o benemérito da *ciuitas Igaeditanorum*, esta figura representa bem os estratos sociais com fortes ligações à cultura romana que em determinado momento se instalam em importantes centros políticos e administrativos. *Augusta Emerita*, com o seu estatuto colonial e na sua qualidade de capital da província, converte-se, naturalmente, no pólo de atracção dos elementos de origem itálica e, ao mesmo tempo, no paradigma do desenvolvimento urbano, nas suas diversas vertentes. A cidade e os seus habitantes, nos quais se integram desde fase precoce veteranos que tinham participado nas Guerras contra Cântabros e Ástures, assumem-se como modelo para as elites locais.

Não surpreende, por isso, estas populações com vivência urbana manifestem algum empenho em contribuir para a promoção de outros núcleos, com os quais naturalmente se começam a estabelecer, nesta fase, importantes ligações. Quinto Tádio distingue-se, neste processo, como um dos exemplos mais precoces deste encaminhamento progressivo das transformações culturais dos centros principais para os aglomerados periféricos, de forma a que estes, por sua vez, se constituam como os elementos dinâmicos do processo de alteração das mentalidades.

6. Uma outra faceta desta acção de elementos exógenos manifesta-se num tipo de vestígios epigráficos conhecido como as *tesserae hospitales*. Tipicamente, correspondem a documentos inscritos em *tabellae* de bronze nos quais se estabelece formalmente o *hospitium*, um tipo de vínculo bem conhecido em todo o mundo mediterrâneo, com alguma tradição em território hispânico, em especial na área celtibérica³⁵.

No território da Lusitânia identificaram-se, há algumas décadas, dois destes bronzes inscritos, ambos provenientes da mesmo sítio e nos quais os outorgantes hispânicos se identificam como *Turduli Veteres*. Estes importantes achados provêm de Pedroso, Vila Nova de Gaia, em concreto do Castro do Montemurado, tendo sido competentemente estudados na década de 80³⁶. Os textos correspondem genericamente a um modelo bem conhecido neste tipo de manifestações. O primeiro deles, datável através da referência aos cônsules do ano 7 da nossa era, isto é, do último ano que Ovídio passou em Roma antes do seu exílio, diz o seguinte:

Q(uinto) Caecilio Metello A(ulo) Licinio co(n)s(ulibus) / D(ecimus) Iulius D(ecimi) f(ilius) Gal(eria) Cilo hospitium fecit / sibi liberis posterisque suis cum Nigro / et Rufo et Prisco Turdulis Veteribus / liberis posterisque eorum;

³⁵ Repertórios e sínteses das principais questões relativas às tésseas celtibéricas podem encontrar-se em UNTERMANN (1997) 375-378; 538-722, e JORDÁN (2004) 237-293.

³⁶ SILVA (1983); (1984).

Sendo cônsules Quinto Cecílio Metelo e Aulo Licínio, Décimo Júlio Cilão, filho de Décimo, da tribo Galéria, fez um pacto de hospitalidade, para si, seus filhos e descendentes com Nigro, Rufo e Prisco, *Turduli Veteres*, com seus filhos e descendentes.

O outro, dois anos mais tardio e, portanto, coetâneo do início do desterro do poeta na longínqua Tomos, apresenta um texto similar:

Q(uinto) Sulpicio Camerino C(aio) Poppaeo / Sabino co(n)s(ulibus) / D(ecimus) Iulius M(arci) f(ilius) Gal(eria) Cilo hospitium fecit / cum Lugario Septanii f(ilio) ex Turdulis / Veteribus eumque et leiberos(!) posteros/que eius in fidem clientelamque / suam recepit leiberorum(!) posterorum/que suorum egit / Lugarius Septanii;

Sendo cônsules Quinto Sulpício Camerino e Gaio Popeu Sabino, Décimo Júlio Cilão, filho de Marco, da tribo Galéria, fez um pacto de hospitalidade com Lugário, filho de Septânio, dos *Turduli Veteres*, e recebeu-o a ele, aos seus filhos e descendentes na *fides* e clientela dele, dos seus filhos e descendentes. Lugário, filho de Septânio, o fez.

Encontramo-nos, pois, perante documentos bastante precoces no contexto da epigrafia hispânica, nos quais ainda se manifesta uma particularidade que ainda revela bem um carácter «arcaico», manifesto nas grafias *leiberis*, *leiberorum* e *Turdulis*.

Estas manifestações epigráficas ilustram de forma exemplar uma das facetas que assumiu a integração das populações hispânicas na nova realidade social e política. Neste caso patenteia-se a criação de vínculos jurídicos com um cidadão romano privado, como impõem as normas legais. Os termos em que se estabelece o contrato não são, textualmente, o mesmo. No primeiro caso fala-se apenas de *hospitium*, o que poderia ser interpretado como uma relação entre partes que detêm igual peso. No entanto, na outra epígrafe torna-se claro que uma personalidade relevante da administração romana oferece a sua protecção a autóctones, integrando-os na sua clientela ao mesmo tempo que aceita pautar as suas relações pelo valor da *fides*, circunstância inerente a estas situações.

A obrigação apenas vincula, de acordo com o formulário habitual, os contratantes, os seus filhos e descendentes. De qualquer modo, ainda que este actue nessa condição, tal como acontece com o conhecido caso de *tabula patronatus* da Juromenha (AE 1967, 125), em que uma das partes é constituída precisamente pelo legado de Augusto na província, também aqui este contrato assume sem dúvida um significado mais amplo do que o simples acordo entre pessoas.

Não será difícil imaginar que tanto os três elementos indígenas referidos no primeiro texto como o segundo outorgante do outro fazem parte da elite local. Embora actuem em seu nome pessoal ou da sua família, há evidentemente alguma repercussão destes acordos nos interesses da comunidade que

representam. Não será um mero acaso que em ambas circunstâncias se indique explicitamente a sua integração nos *Turduli Veteres*, já então organizados em comunidade cívica. Também não pode ser irrelevante o facto de os dois bronzes se encontrarem juntos numa mesma habitação, ainda que o nome dos intervenientes locais seja distinto.

Todavia, do ponto de vista formal, este documento jurídico não se estabelece com uma entidade colectiva, tal como acontece, por exemplo, na *tabula Lougeiorum* (Dopico, 1988, 11) na qual se ligam pelo *hospitium* Gaio Asínio Galo e a *ciuitas* que deu o nome ao documento, representada por dois *legati*; ou na *tessera* de Castromao, que consagra um pacto de hospitalidade entre Gaio António Áquilo, prefeito da I coorte de Celtiberos, e a *ciuitas* do *Coelerni* (AE 1972, 282 = AE 1973, 295). Mesmo nestas circunstâncias, não se altera a carácter privado dos vínculos jurídicos estabelecidos e com alguma frequência associados às transformações ditadas pelo processo de urbanismo e de transformação política das realidades locais³⁷.

No caso dos *Turduli*, a subscrição do acordo em fase relativamente precoce e a sua renovação pouco depois com um novo contratante hispânico revelam bem a dimensão das transformações sociais e culturais neste território da Lusitânia «profunda». Afastados ainda da *ciuitas romana*, estes indivíduos adquirem, por esta via, um protecção jurídica que lhes advém de uma forma de patronato associada às relações de hospitalidade, circunstância especialmente clara no segundo documento. Os pactos consagram, em primeiro lugar, a integração das elites numa esfera marcadamente romana, contribuindo desta forma para uma progressiva inclusão de toda a população num ambiente mais caracteristicamente urbano, onde se vai impondo cada vez mais a participação na vida cívica.

7. As quatro décadas que compreendem o principado de Augusto, período no qual Ovídio vive em Roma e, por fim, no exílio, encontram-se repletas de indícios de uma profunda transformação da Lusitânia. Não se trata, naturalmente, de um processo brusco, mas o panorama social e político da província apresenta exemplos que ilustram alterações muito significativas.

Essas transformações envolvem ritmos muito diferentes, algumas delas rápidas e, por isso, nem sempre acompanhadas por todos. Na organização do território e no desenvolvimento urbano registam-se amplas novidades e percebe-se com clareza o forte impacto da mudança. Ao contrário, nos ambientes rurais persistirão ainda durante muito tempo velhas tradições locais. Na perduração da língua, dos cultos e da onomástica pessoal se representa uma tendência conservadora destes espaços, atestada em particular num número muito amplo de monumentos epigráficos.

Mas estes mesmos vestígios constituem, ao mesmo tempo, a mais eloquente demonstração de que esses ambientes mais conservadores acompanham o processo e não ficam indiferentes à nova vaga cultural de quem preside à

³⁷ LE ROUX (1995) 90-91.

reorganização do território. Naturalmente, a diversidade do mundo hispânico no plano geográfico, étnico, linguístico, cultural, económico e social implica igualmente que sejam muito diferenciadas as formas e os resultados que esse percurso assume.

Ilustraram-se algumas situações exemplares, quase sempre concludentes indícios da mudança marcada pela cultura de matriz itálica. De qualquer modo, os exemplos referidos traçam apenas um perfil bastante incompleto dessa nova época e das suas inúmeras novidades. Ainda que se exponha aqui uma visão muito parcelar, creio, todavia, ilustrar-se bem a dimensão e alcance das transformações que afectaram a ainda recente província. No quadro necessariamente fragmentário que a historiografia vai tentando reconstruir, estes tópicos representam algumas das facetas mais significativas desse paulatino processo de mudança. Acentua-se, em particular, o impacte perceptível nos espaços urbanos, aqueles em que os seus efeitos adquirem maior visibilidade e mais ampla dimensão. Na realidade, se existe alguma grande novidade que a romanização traz à maioria das regiões em análise, é sem dúvida o processo de urbanização, com todas as implicações no plano económico, social, político e cultural.

Por isso, uma das palavras-chave neste contexto é mesmo o termo *ciuitas*, na sua polissemia: a comunidade cívica autónoma a que se pertence e na qual se exercem as responsabilidades que incumbem a cada um; o território e o seu centro urbano, no qual se elevam as estruturas monumentais, espaço em que se exercem os deveres da cidadania. Os Lusitanos integraram portanto uma palavra nova no seu vocabulário, aquela que para o Ovídio exilado perdera já todo seu sentido, a mesma que se recorda a cada um de nós a cada momento: a que nos remete para a nossa inalienável condição de cidadãos, de *ciues*, agora de uma cidadania universal.

LEGIÕES EM MARCHA NO TEMPO DE OVÍDIO

JOSÉ VARANDAS
Universidade de Lisboa

Lembra-te, Romano, é a ti que cabe conquistar os povos.

VIRGÍLIO, *Eneida* 6, 851

Ano 9 da nossa Era. Protegida pelas frondosas florestas de Teutoburgo, a infantaria germana aguarda pacientemente as ordens do seu chefe, Armínio, para se lançar sobre as três legiões romanas, formadas em coluna com os seus destacamentos auxiliares e comandadas Por Públio Quintílio Varo. Apanhadas de surpresa, mal dispostas no terreno, e sem capacidade de se reagruparem, as forças romanas, um corpo de exército de perto de 14 000 homens (sem contarmos os *auxilia*) desaparece bruscamente da face da terra. Conta-se que, ao ser informado de tal desastre militar, o imperador Augusto pôs o luto mais rigoroso e, de acordo com Suetónio, durante vários meses foi vítima de acessos de cólera, no meio dos quais gritava: «Varo, devolve-me as minhas legiões!»¹ E porquê esta raiva? Claro que ninguém, nenhum general, gosta de ver chacinadas as suas tropas, sobretudo em tão grande número, muito menos um imperador romano. Mas seria apenas a derrota e a perda das águias romanas o que tanto apoquentava Augusto? Sem dúvida que sim, a perda dos estandartes de uma legião era algo de impensável para qualquer romano. Implicava um rude golpe na sua *dignitas*, era um terrível ultraje à suprema divindade – Roma. À sua essência, ao seu estilo de vida. Mas, era mais ainda. A derrota humilhante de Varo e as «reacções» exageradas de Augusto levam-nos a questionar a verdadeira dimensão das forças armadas romanas no contexto do império romano. Seria o exército romano assim tão vital para a estrutura imperial, que a perda de três legiões nos confins da Germânia a pusesse em causa?

As missões do exército romano

Mas, antes de abordarmos, de um modo mais descritivo, as legiões que se formavam, marchavam e combatiam nos tempos em que Ovídio viveu, e até observarmos o seu contexto evolutivo, convém precisar melhor quais as razões da sua existência. Quais as missões para as quais tinham sido pensadas e criadas.

As legiões de Roma tinham como missão principal e definidora a de fazerem a guerra no exterior. Seguindo um imenso rol de historiadores que, desde o mundo clássico, nos têm apresentado e falado da história militar, o «combate» é o objectivo final dos exércitos. Os soldados têm por dever e por ofício fazer a guerra contra os inimigos externos, sendo a sua missão fundamental

¹ Suet., *Aug.* 23, 4.

o matar esse inimigo, mas sem se deixar matar. É seu dever proteger Roma e os seus cidadãos e habitantes, os seus abastecimentos e tesouros e, não menos importante, os seus templos. Convém, então, que se preparem, formando exércitos e treinando-se, com exercícios e manobras. Devem, também, guarnecer e manter as muralhas e as fortificações e que mantenham, em forma de patrulhas constantes, o inimigo sob observação. O exército guarda Roma, onde quer que ela esteja representada.

Se a guerra externa – a sua prevenção, preparação e execução – se apresenta como a tarefa principal das legiões imperiais, está-lhe, também, entregue uma outra função secundária: a do policiamento interno. Pelo facto de representar a maior (única) estrutura armada no contexto do Estado, as legiões desempenham outras missões: cabe-lhes a manutenção da ordem no interior das fronteiras e do policiamento das estruturas urbanas. Funcionavam como elemento dissuasor e preventivo de rebeliões e levantamentos, prevenindo muitos factores de conflito. As unidades de *stationarii* e de *burgarii* velavam pela segurança das vias e dos mercados. E à marinha cabia o esforço de combater os sempre presentes navios piratas. Na Judeia romanizada², por exemplo, estabeleceram-se decuriões nas aldeias e centuriões nas cidades e, outros sub-oficiais asseguravam, por todo o Império, a boa ordem e a legitimidade do Estado. Recorria-se ao exército, a este nível disposto em pequenas unidades, para realizar as mais variadas funções repressivas sobre a sociedade. Recorria-se aos *stationarii* para perseguir, capturar e punir os escravos fugidos e, mais tarde, durante as perseguições aos cristãos, no século III, eram geralmente legionários que as executavam. De resto, e em tempo de paz, cabia ao exército perseguir e eliminar todo o tipo de banditismo, processo difícil, contudo, em tempos de conflito civil, pois aí ambos os lados chamavam ao outro *latrones*. Finalmente, cabia ao exército a guarda de todo o tipo de prisioneiros, bem como assegurar a escolta de altos dignitários e a segurança de entidades oficiais.

As legiões tinham ainda outro tipo de missões e de tarefas anexas, muitas vezes afastadas da sua actividade principal (a militar) e que não implicavam o uso da força. Para muitos cônsules republicanos e alguns imperadores foram uma tremenda e importantíssima força de trabalho. Representavam mão-de-obra qualificada que pouco custava ao Estado. Desta forma o exército romano cumpria, com grande sentido profissional, importantes tarefas administrativas, tomavam conta do *cursus publicus*, ou seja, transportavam o correio oficial, protegiam as cobranças de impostos e o seu transporte e, em muitos casos, encarregavam-se da execução de importantes obras públicas. Além destas missões objectivas e práticas realçamos ainda o importante estímulo que uma legião representava para a economia e para a cultura, em especial na consolidação do processo de romanização.

Augusto e o nascimento do exército imperial

É reconhecido que, sob o Principado, Roma conseguiu manter, defender e até expandir o seu império com uma força militar consideravelmente pequena.

² *Mt* 8, 5-13; *Lc* 7, 1-10; *J.*, *BJ* 4, 8 I (442).

O período que decorre entre o estabelecimento no mundo romano de um único poder, o do imperador, que se inicia com Augusto e que se prolonga até Diocleciano, a que se convencionou designar como o «Principado» (27 a.C. a 284 d.C.), é geralmente apontado como o do apogeu do exército romano. O poderio militar apresentado, a sua organização, a sua eficiência e capacidade, só conhecerão paralelo no século XVII da nossa Era. Apesar de sofrerem, ocasionalmente, pesadas derrotas nos campos de batalha, as armas romanas, inexoravelmente, acabavam por vencer as guerras que tinham começado. Certamente que este facto muito deve ao pormenor de este sistema militar se sustentar em soldados profissionais. Os legionários romanos do período imperial possuem uma cultura militar impressionante, estão disponíveis para manterem os mesmos níveis de treino durante os períodos de paz, e encontram-se imbuídos de um espírito de serviço a toda a prova. A sua lealdade ao Império é inquestionável. Mantêm-se firmes e disciplinados quer na formatura, quer na marcha, quer, sobretudo, no momento do combate. São leais à sua formação e dependem de um sofisticado sistema logístico e de comunicações. Tudo isto torna-os na mais impressionante «máquina» militar que o mundo conheceu até aos tempos modernos, definindo um modelo que marcaria para sempre a estrutura marcial e organizativa de quaisquer forças armadas dos nossos tempos.

Os exércitos romanos, entre a subida ao poder de Augusto e as profundas reformas de Diocleciano, podem ser seguidos, vislumbrados e reconstituídos em muitos dos seus aspectos mais relevantes a partir de uma enorme quantidade de provas. Textos literários, inscrições, fortes, fortins, acampamentos, campos de batalha escavados na Europa, em África e no continente asiático, artefactos da mais variada ordem associados à presença de legiões, manípulos, coortes e outras unidades, uma imensa iconografia militar que nos chega dos quatro cantos do Império, aparecem como uma torrente sem paralelo. Nenhuma civilização do Mundo Antigo deixou para trás um tal manancial de informação sobre a sua capacidade militar.

Mas como eram? Como se constituíam? Como se equipavam e armavam? Como treinavam e se preparavam? Como marchavam? Como se dispunham no terreno aberto? Como se acantonavam e protegiam? Como se enquadravam em novos contextos geográficos e culturais? Como se estabeleciam nesses novos espaços? Afinal, como lutavam as legiões de Roma no tempo em que Ovídio viveu?

Tudo começa com Octaviano e com o fim da guerra civil que eliminou a república como sistema de governação do mundo dos poderosos Romanos. Chamando-se a si próprio Augusto desde 27 a.C., o filho adoptivo de Gaio Júlio César acaba com o «velho modelo» quando a sua frota de guerra triunfa na batalha de Áccio. Corria o ano 31 a.C. e as legiões romanas irão conhecer uma profunda transformação.

A longa guerra civil tinha tido como consequência, no que diz respeito ao dispositivo militar, um enorme processo de levantamento e recrutamento militar. O ténue equilíbrio político do triunvirato, as antigas querelas de

César, as ambições políticas de cônsules e procônsules e os velhos inimigos a Ocidente, a Norte e a Oriente, tinham levado a um enorme arrolamento de militares destinados a formar novas legiões que pudessem ser utilizadas nesse destrutivo xadrez político. Por todo o mundo romano as cidades esvaziaram-se de homens em idade e situação recrutável, a economia de guerra cresceu exponencialmente. Roma e as províncias transformaram-se em imensos arsenais e campos de treino, as fronteiras desguarneciam-se e ficavam expostas à cobiça dos «velhos» inimigos. A economia civil debilitava-se com as taxações adicionais e com a quebra das rotinas produtivas e comerciais. As legiões multiplicavam-se, exaurindo gerações, debilitando o tesouro e, de certa forma, limitando a progressão da própria estrutura militar.

Áccio introduz um primeiro novo paradigma. O da redução do número de legiões. Através de desmobilizações, recomposições de unidades e criação de novas unidades, Augusto conseguiu reduzir significativamente o número de legiões em actividade. Das sessenta legiões com capacidade operacional conhecidas no final do triunvirato, a administração imperial cria vinte e sete, que se vêm reduzidas a vinte e quatro (120 000 homens) quando três delas são destruídas por tribos germânicas em 9 a.C. E este número de legiões manter-se-á assim até às vinte e nove dos tempos de Vespasiano, às trinta de Trajano e às trinta e três do principado de Severo.

A guerra civil provocou um estado de grande depauperação no que diz respeito a uma demografia masculina recrutável para o serviço militar. A duração dos conflitos (quase um século de actividade militar intensa) impunha um cada vez maior processo de recrutamento sobre regiões cada vez mais fragilizadas, ao qual se acrescentavam factores de pressão não apenas sobre o tradicional sector social de onde saíam os legionários, mas praticamente sobre todos os patamares sociais. O impacte deste recrutamento maciço sobre as actividades económicas «tradicionais» também deixou as suas marcas. A falta de mão-de-obra em formação em muitos sectores relacionava-se quase em exclusivo com a necessidade de braços para empunhar escudos e gládios.

Ao problema demográfico acrescentava-se um outro, com contornos gravosos. A proliferação da máquina militar romano-republicana produzia uma pressão muito especial sobre as regiões expostas ao conflito directo, com todas as suas consequências, e, também, sobre os espaços onde as legiões se acantonavam. O estado marcial implicava um controlo directo e total por parte daqueles organismos militares sobre o território e as populações civis nele existentes. O imenso número de legiões, em vários estados de prontidão, não ajudava à normal aplicação do sistema legislativo (tão importante para o processo económico e social), antes pelo contrário, pulverizava-o, acrescentando um nível de poder, o da legião, sobre o território em questão.

O excessivo número de legiões e a sua afectação não ao Senado, como seria natural, mas sim a facções, quebrava a tradicional ligação entre o militar das fileiras e a sua República. Acentuava-se a quebra no sistema de comando, pois surgiam vários. Cada facção comportava-se sobre o território ocupado por outra como uma força de ocupação. De facto o triunvirato produz três

exércitos romanos diferenciados cuja sustentação, contudo, não é assegurada por novas conquistas territoriais, mas antes pela devastadora utilização dos recursos internos. Além do mais, legiões em excesso impediam um eficaz controlo político por parte das instituições tradicionais do sistema repulicano-romano. Cada facção, e por último o dividido Senado, estavam reféns de uma máquina militar que não parava de crescer, e que para crescer se alimentava do próprio sistema.

A economia de guerra tornava-se insustentável. Todos os recursos se destinavam ao processo militar e, como este não era de cariz expansionista, a despesa nunca poderia ser alocada e compensada por despojos e tributações de guerra impostas a novas regiões. O esforço centrava-se no «velho» sistema produtivo e retributivo.

Augusto entende o problema. Percebe que a manutenção de um grande número de legiões põe em causa a essência do próprio poder de Roma. As legiões, o verdadeiro garante da ordem estabelecida, só o são de facto perante os inimigos do Império, não quando viradas contra si. Politicamente o poder do novo «príncipe» romano continuará a assentar, também, na máquina militar e, por isso, é necessário diminuí-la, reduzi-la a uma expressão que permita ao novo «César» garantir o seu total controlo. A redução das legiões a um número bem mais reduzido torna-se um processo necessário.

Outro aspecto importante na mudança do paradigma militar romano no contexto da solução imperial relaciona-se com o abandono do modelo em que o exército se formava. Em vez de manter (e voltar) ao tradicional sistema militar radicado no modelo do soldado-cidadão (sistema de milícias), que também favorecia, pela sua índole, a proliferação exagerada, Augusto opta por transformar o exército romano numa estrutura profissional³. Assim, e porque também passará a funcionar a expensas do Estado, a quantidade de unidades mobilizadas deve ser finita. O número de legiões é drasticamente reduzido. Esta mudança para um sistema profissional tem muitas vantagens. Um número limitado de legiões permite um melhor planeamento a muitos níveis: concepção estratégica da sua utilização, evolução do seu desempenho táctico, melhor planificação de modelos de treino, melhor preparação dos orçamentos e melhor adequação a um plano político, onde um mais eficaz controlo das províncias surge como objectivo nuclear. Menos homens, mais controlo, menos despesa. Menos legiões permitem reduzir e planear melhor os gastos com o sistema militar. Permitem adequar e institucionalizar um mais eficaz sistema de pagamento ao legionário. A redução permite gerir com mais eficácia o equipamento, permitindo inclusive mais investimento no aperfeiçoamento do armamento/equipamento pesado e ligeiro, ofensivo e defensivo. Possibilita a melhoria dos processos de recrutamento. Os centuriões podem agora escolher melhor os novos recrutas, acrescentando ao processo parâmetros específicos de qualidade. Aumenta exponencialmente a qualidade da formação e do treino individual e das unidades. Soldados, oficiais não comissionados e tribunos

³ MATTERN (1999) 81-86.

militares são seleccionados com mais exigência. A isto acresce o facto de a profissionalização se estender por um período de serviço de perto de vinte anos, facto que aumenta muito a estabilidade do sistema militar. O serviço nas legiões torna-se um «modo de vida» para um número determinado de cidadãos romanos, com regras próprias e um *ethos* bem definido. O legionário em serviço vê alguns dos seus direitos serem limitados. Já não é civil e assim a sua cidadania é suspensa durante o «contrato» que tem com a Legião. Também não se pode casar legalmente durante o tempo de cumprimento do serviço militar⁴.

Um número finito de legiões permite sustentar com mais eficácia um estado de prontidão militar. Esta capacidade aumenta os níveis de planeamento sobre operações militares no estrangeiro, ao mesmo tempo que nas províncias se assiste a uma distribuição racional dos efectivos em função dos níveis de insegurança potencial que cada uma apresenta, bem como na tributação que cada uma pode (e deve) assegurar ao dispositivo militar. Outro aspecto de extrema importância, tradicionalmente disruptor da disciplina militar e da ordem, relaciona-se com a passagem à disponibilidade dos veteranos. Um menor número de efectivos permite planear, com mais tempo, através da criação de um fundo para a aquisição de terras, ostensivamente apresentado como saído dos bolsos imperiais, os espaços onde irão ser instalados com as terras que lhes são devidas, bem como preparar os pagamentos de prémios, em numerário, que lhes são devidos por anos e anos de campanhas bem-sucedidas. Formam-se novas colónias por toda a «Itália» e por todo o mundo provincial, permitindo que os veteranos se estabeleçam próximo dos locais onde cumpriram os últimos anos do seu serviço e, com isso, garantindo que as mulheres com quem viveram em concubinato e os filhos que delas tiveram adquiram a cidadania romana.

Augusto, porém, aperta mais a «corrente» que o liga aos militares. Os legionários são pagos por «ele», com moedas que ostentam o retrato do imperador. Os soldados habituam-se a ver o seu imperador, transportam-no na sua bolsa, vêem-no e tocam-lhe sempre que pagam e recebem as apostas quando jogam aos dados. A imagem do imperador torna-se um ícone presencial muito forte. Augusto multiplica-se perante os seus soldados em bustos imperiais, em estátuas de corpo inteiro, em altares nos acampamentos, onde a «nova» divindade imperial se prefigura. As legiões têm presente no espírito e na bolsa a imagem presente do seu patrono – o Imperador.

A lealdade para com o Imperador e com a sua descendência é ampliada com o desenvolvimento (informalmente, no início) de um novo culto imperial e com a deificação de todos os membros falecidos daquela linhagem.

Os soldados juntam-se ao exército fazendo um juramento de fidelidade (pessoal) ao Imperador e a Roma. Cada legião ou coorte de *auxilia* transporta consigo imagens do Imperador nos seus estandartes, acrescentando uma nova simbólica de guerra às «Águias» republicanas. Assumem, ou adquirem, na sua nova postura de profissionais, uma forma específica de demonstrar o seu

⁴ VARANDAS (2009) 535-536.

«sentimento» em relação à profissão que desempenham. Por todo o Império epígrafes preservam a memória desses legionários, inscrevendo o nome, a unidade, o posto, as condecorações, os anos de serviço e o ano da morte.

Mas, as mudanças são ainda mais profundas. Veremos, até Diocleciano, os imperadores governarem ostensivamente através das velhas instituições republicanas, envolvendo activamente o grupo senatorial em tarefas relacionadas com o comando militar. Tradicionalmente cabia aos senadores o comando de legiões em campanha (corpos de exército ou legiões isoladas), em parte porque podiam sustentar individualmente as despesas, em parte porque possuíam uma grande experiência administrativa, vital para a organização dos territórios conquistados. Mas esta tradicional ligação, pessoal, à estrutura militar, apresenta-se perigosa para os desígnios imperiais. Afinal de contas é da ordem senatorial que emergem os imperadores. O caminho da guerra é, também, o caminho para a glória, para a quase deificação. A influência que se adquire pelo facto de se sobressair em combate ou por ter, à frente de legiões, adquirido vastos territórios e imensos tesouros, pode permitir a este «senador-general» ver abertos os «portões» do poder supremo. Não está em causa impedir o bom comando e a distinção no cumprimento do dever militar, desde que essas acções heróicas, sobretudo a vitória alcançada sobre os inimigos seja declarada em nome do Imperador.

Progressivamente o Império irá promover a segunda classe da elite romana, a ordem equestre, para as tarefas da administração militar. Passarão a ocupar cargos de grande responsabilidade, como o futuro comando da guarda pretoriana, unidade de elite destinada a assegurar a protecção exclusiva da família imperial. Gradativamente a classe senatorial vê-se afastada dos cargos proeminentes na estrutura militar. Augusto inicia um processo irreversível de substituição na administração romana, onde grupos menos proeminentes são chamados a ocupar cargos políticos e militares, sensíveis, por todo o Império. A partir da segunda metade do século II, por exemplo, os governadores das novas províncias e os comandantes das novas legiões são já todos *praefecti*, oriundos do grupo equestre, substituindo os *legati*, tradicionalmente escolhidos na classe senatorial. A «segunda classe» assume rapidamente o controlo da nova estrutura profissional, quer nas legiões, quer na marinha de guerra. O caminho será o de excluir definitivamente a estrutura senatorial do controlo do aparelho militar. Por volta do século III, os comandos militares e toda a estrutura das legiões estará separada, definitivamente, da administração civil, tanto do ponto de vista legal como, sobretudo, do financeiro.

Estas alterações profundas no sistema de comando das unidades militares permitem a ascensão de uma nova classe de oficiais intermédios provenientes, muitas vezes, das fileiras. Cria-se uma estrutura diferente, agora com oficiais intermédios e superiores profissionais. A legião profissionaliza-se no seu todo, separando-se, em definitivo, do anterior modelo de recrutamento e de organização.

Na «nova» legião o soldado identifica-se em pleno com a sua unidade e, por extensão, muitas vezes com o contexto regional onde esta está acantonada.

As legiões recrutam, cada vez com mais intensidade, nas regiões onde se encontram (muitas vezes de forma permanente). O levantamento é levado para lá do espaço itálico e este processo introduz mudanças muito importantes na estrutura da legião e na morfologia do exército romano. Este (o exército romano) é, assim, composto por uma série de «exércitos regionais», que apresentam diferenças interessantes entre si, como por exemplo no sotaque, no jargão empregado, nas diferenças decorativas do seu equipamento e nos diferentes cultos que cada legião pratica.

O exército da antiga república assentava num sistema onde todos os cidadãos de Roma eram obrigados a servir nas legiões durante um certo número de campanhas, que de acordo com o que diz Políbio deviam ser dezasseis. De facto este sistema tinha-se mostrado impraticável com o enorme crescimento territorial. Os soldados não podiam voltar para Itália quando a campanha terminasse para trabalhar nos campos que tinham deixado. No século II, na *Hispania*, à altura a maior província, e que necessitava de um exército permanente, só eram rendidos ao fim de seis anos, ou mais. A maior parte dos cidadãos servia dez anos nas legiões, situação que para muitas das pequenas e médias explorações rurais romanas se revelou ruínosa. Com o crescimento das guerras civis o modelo de conscrição⁵ tornou-se o mais operativo.

O serviço militar trazia, ainda, um outro problema. As reformas de Gaio Mário, nos finais do século II, introduziram o processo de atribuição de terras aos veteranos que se formavam. Esta recompensa revelou-se a prazo de extrema importância no que dizia respeito à lealdade das legiões. Sendo um direito exigido por todos os veteranos, rapidamente se transformou numa arma política por parte de cônsules e outros legados, que com essa promessa recrutavam e controlavam diversas legiões.

Quando Augusto instalou os seus veteranos, em duas grandes vagas, a primeira em 30 e a segunda em 14 a.C., evitou o que tradicionalmente se fazia: confiscar terras, medida extremamente impopular. Mas esta medida revelou-se muito cara para os cofres do futuro imperador. Díon Cássio escreveu que os veteranos que se reformaram após a batalha contra António e Cleópatra em Áccio foram pagos com os despojos do Egipto⁶.

Provavelmente o elemento financeiro foi decisivo, mas não o único, no processo de redução do exército romano e na mudança da sua estrutura. Os soldados passam a servir dezasseis, depois vinte e no final do século I o tempo de serviço era de vinte e cinco anos. Eram colocados em regime de longa permanência nas províncias, muitas nas periferias do Império, e em retorno

⁵ Os Imperadores de Roma empregaram sistematicamente a conscrição sempre que necessitaram de forças militares adicionais para a realização de campanhas mais vastas e ambiciosas. BRUNT (1990) 188-214 e MANN (1983) 49-50 desenvolveram perspectivas diferentes sob a utilização do modelo de conscrição. Ambos concordavam que a Roma imperial assentava no recrutamento em voluntários, embora utilizasse a conscrição, em particular no mundo provincial romano e menos no contexto itálico. Brunt argumentava o facto de isso ser normal, ao invés de Mann que considerava o processo muito irregular.

⁶ Acerca da concessão de terras aos veteranos por Octaviano/Augusto veja-se KEPPIE (1983) 58-86.

recebiam um modesto pagamento e *praemia*, e quando se retiravam ganhavam terras ou uma soma em dinheiro.

Estas condições, sobretudo o serviço militar de longa duração fora do território itálico, desagradaram a muitos recrutas itálicos, o que levou a que bastantes legiões ocidentais fossem compostas por recrutas das províncias, em especial dos territórios ibéricos, de África e da região do Danúbio. A razão era a de que na maior parte das vezes cumpriam serviço nas regiões de origem. Apenas o serviço na guarda pretoriana, com menos tempo de comissão, melhor soldo e a colocação permanente em Itália, continuava a atrair as atenções dos recrutas itálicos.

Combatendo com as legiões de Augusto

Os legionários em combate deviam cumprir uma premissa fundamental: matar, mas sem se deixarem matar. Parece evidente este conceito, mas de facto a concepção do acto militar e da acção do dispositivo táctico visa em absoluto a aniquilação do inimigo, mas sofrendo um número mínimo de baixas. O exército romano está concebido (mentalidade que dura até ao século XX) para ir a combate e vencer. Dominar e destruir o inimigo. O exército existe para ser utilizado e não apenas como uma força dissuasora. Roma não procura a manutenção de um equilíbrio estável e pacífico com as outras potências, ou culturas. As suas legiões são concebidas para combater, para atacar, para adquirir novos espaços e dominar outros sistemas. É um exército concebido, na sua essência, para ser agressivo. Recruta-se, treina-se, equipa-se, desloca-se uma legião (ou um corpo de exército) com um simples objectivo: o de combater.

Possuímos muita informação teórica sobre o combate para o período do Império. Numerosos autores coevos deixaram-nos a sua impressão sobre as conquistas e a manobra das legiões de Roma. Contudo a maioria dessa informação é construída em língua grega e, talvez por isso mesmo, a maioria das descrições das batalhas (matéria sempre muito sensível e muitas vezes proscrita para os historiadores) assume os modelos dos sistemas militares ateniense ou espartano. A «historiografia» coeva segue uma moda ao considerar o facto de o sistema de combate romano não ser diferente, apenas uma adaptação, do que o mundo grego antigo teria inventado. Moda ou erro de perspectiva?

Se observarmos o contexto evolutivo consular/imperial no que diz respeito às condições do combate e do combatente percebemos que o exército romano, nas suas várias formulações, está perante um muito maior número de variáveis, que vão desde a geografia do vastíssimo espaço onde combate, numa longa diacronia, até à tipologia variável do armamento que apresenta.

A arqueologia e outras fontes, como a Coluna de Trajano ou a Coluna de Aurélio, têm trazido à luz uma cada vez maior panóplia de armamento individual característico dos legionários romanos. Consolidando estas informações temos à disposição inúmeras fontes literárias que corroboram muitos dos achados. A informação existente é, no mínimo surpreendente. Parecia que esta infantaria simétrica, especializada, normalizada, devia possuir um equipamento individual

único. Não é assim. O que surge é uma extraordinária diversidade de armas. O mesmo soldado pode apresentar-se (em momentos diferentes) equipado com quatro maneiras bem distintas. Possui um equipamento de gala, luxuoso, com o qual desfila nos momentos solenes; outro menos ostentatório, mas bem mais eficaz, do qual depende invariavelmente a sua vida, o de combate. Forte, afiado, protegido e bem cuidado; possui, ainda um equipamento (armas e «vestuário») de treino, menos sofisticado e robusto, mas que se usa mais vezes. O treino ocupa uma parte maioritária na vida do legionário romano. Aqui as armas não são tão afiadas (muitas vezes são em madeira), portanto menos perigosas, pois há que impedir acidentes. E, por último um equipamento imaginado, que dificilmente poderá possuir ou envergar, aquele que manda gravar na pedra da sua sepultura e que, muitas vezes, reproduz armas e armaduras exógenas, onde o paradigma do herói grego surge como motivo principal. Pretendia, o legionário, deixar para a posteridade a imagem do que tinha sido a sua vida, de preferência em «glória».

Acrescenta-se ainda o facto de o armamento individual lhe pertencer. É responsável por ele e deve conservar nas melhores condições toda essa panóplia. Mas o equipamento está de facto com ele? Em combate, sim. No acampamento sabemos que existem depósitos onde as mais variadas armas, munições e restante equipamento se encontram guardadas. Mas serão as armas efectivas do legionário? Ou estes *principia*, situados sempre na zona central do acampamento, funcionam apenas como local onde o legionário substitui a arma e o equipamento danificado por material novo?⁷

Certo é que, ao seguirmos os autores antigos, como Flávio Josefo, percebemos que grande parte da vantagem táctica do exército romano tinha a ver com a superioridade do seu armamento, muitas vezes, até, em detrimento da sua capacidade táctica de manobra ou da concepção estratégica de toda a operação.

De uma forma geral o exército romano apresenta um modelo padrão de armamento individual ofensivo e defensivo. No período que nos interessa, o infante protege-se com um capacete (geralmente de tipo gálico), com protecção lateral e de nuca. Peito, costas e flancos são protegidos por uma lorica, de tipologia variada (*hamata, squamata, segmentata* e uma couraça «musculada» de tipo grego, reservada aos oficiais e que reproduz o peito musculado masculino, por vezes bastante decorada com motivos excisos). Cobrindo-lhe um dos lados do corpo, o esquerdo, o legionário imperial apresenta um *scutum* de forma rectangular, de origem gaulesa (plano) ou samnita (abaulado) e tendo um forte *umbo* no centro. O seu fabrico era idêntico aos modelos anteriores, sendo as arestas reforçadas com couro costurado na madeira. Estes escudos eram altamente decorados, provavelmente com motivos identificadores das suas unidades. Nos pés e com vários formatos, de acordo com o terreno e o clima, o legionário calçava umas fortes sandálias (*caligae*) revestidas na sola por tachas antiderrapantes.

⁷ Vejam-se a este respeito as dúvidas levantadas por ROBINSON (1975) 9.

Os soldados combatiam em linha, separados por cerca 1,20m. Tinham consigo uma lança (*hasta*) forte e grossa, usada para combater a pequena distância. Tinham também um ou mais dardos de arremesso curtos (*pilum*) com um formato particular que impedia que o inimigo os pudesse reutilizar. No corpo-a-corpo usavam um gládio relativamente curto, preferencialmente o modelo hispânico e, da sua cintura, pendia ainda um punhal robusto.

Mas o que mais caracteriza o legionário romano em combate é a associação *pilum-gladius*. Estas duas armas corporizavam a dinâmica inicial e final do engajamento com o inimigo. Assim, inicialmente, arremessavam os *pila* (dardos), procurando desfazer as primeiras linhas inimigas. De seguida puxavam das espadas (*gladius hispaniensis*) e, protegendo-se atrás dos escudos, carregavam sobre o inimigo usando aquela arma pequena e afiada de uma forma terrível, geralmente sobre o baixo-ventre do inimigo, rasgando-o, neutralizando-o por completo. Quando os soldados da primeira fila caíam, os da segunda preenchiam o seu lugar.

Um aspecto interessante no conjunto das reformas e das adaptações que após Áccio, progressivamente, vão sendo introduzidas no exército romano, é a forma como a cavalaria vai ganhando presença e importância no dispositivo militar. Irá, ainda, durante muito tempo estar confinada fundamentalmente às forças auxiliares, mas a sua presença, a Oriente e a Ocidente é cada vez mais indispensável. O exército romano, as suas legiões, são de infantaria. Infantaria pesada, organizada em função das suas capacidades de combate, de treino, de armamento e de veteranaria. Soldados que andam a pé, percorrem o Império formados em colunas, dormindo em acampamentos de marcha fortificados, que constroem e desmontam com as próprias mãos. Apesar de muito se ir dizendo sobre a crescente importância da cavalaria, certo é que a infantaria será (e para mim sempre o foi) a «rainha» do campo de batalha. A campanha, o orçamento, a deslocação, a manobra, o engajamento, até o comando – todos estes aspectos são pensados, formados e desenvolvidos para a legião que combate sobre os seus próprios pés. Contudo, nos tempos em que o imperador Caracala governava, pelos inícios do século III, observamos os estatutos jurídicos dos dois tipos de força militar a aproximarem-se. Infantaria e Cavalaria, modos diferentes de pensar e de fazer a guerra, aproximam-se e complementam-se. As armas individuais, capacetes e couraças seguem esta aproximação, já que tendem a uniformizar-se nos dois ramos. Mas, nesse mesmo tempo, autores romanos continuam a caracterizar o Ocidente e o Oriente como espaços diferentes e opostos até nas armas que empregam. Herodiano é um dos que define os ocidentais como guerreiros de infantaria, armados de espada e de lança, opondo-os aos orientais, os Partos, soldados de cavalaria e arqueiros⁸.

Os exércitos romanos sempre foram considerados como o paradigma da excelência militar. Mas o que levou a que gerações de militares, nos séculos que se seguiram à desagregação do sistema imperial romano, se mantivessem consensuais sobre as capacidades das legiões romanas? A sua capacidade de

⁸ HEROD. 4, 10, 3 e 14, 3.

combate? O dispositivo tático? O seu pensamento estratégico? A formidável disciplina? A efficientíssima administração militar? O espírito de corpo?

Estes aspectos são todos eles relevantes. E a sua combinação torna de facto as legiões romanas numa formidável máquina de combate capaz de influenciar a mente de extraordinários generais mais próximos de nós, como Napoleão ou Rommel. Mas o que está na base desta excelência, já que nem mesmo os Romanos nascem ensinados?

Políbio costumava afirmar que «os generais romanos queriam homens que ficassem firmes no terreno quando em inferioridade numérica e sobre grande pressão, e que morressem nos seus postos», se tal fosse necessário. Garantida esta firmeza, prevenia: «...é inevitável que todas as guerras que os Romanos empreendem terminem com brilhante êxito».

Mas como se consegue esta impassibilidade perante a morte iminente? Através do treino. Do intenso, prolongado, cansativo e condicionador treino, da sequência metódica, repetitiva de exercícios e de procedimentos, cada vez mais complexos. A excelência das legiões adquiria-se nos poeirentos campos de exercícios, nas longas e fatigantes marchas, nas repetições infundáveis dos desdobramentos de manípulos e de coortes em manobras ofensivas e defensivas. A máquina militar romana sustenta-se na filosofia de um intenso sistema de treino. É o que faz o historiador Flávio Josefo afirmar que «... os exercícios militares romanos eram batalhas sem sangue e as suas batalhas exercícios sangrentos».

O processo de treino e a filosofia em que este assenta revelam-se nucleares na constituição de uma força militar de grande eficácia. Embora não seja um aspecto específico das reformas que Augusto introduz no sistema militar, pois já estava bem implantado na formação dos exércitos consulares, continua a ser vital para o novo modelo imperial. Em particular a forma como os Romanos encaram a sua necessidade. O sistema de treino romano não contempla apenas o adestramento dos recrutas ao armamento ou a mera formação básica. A filosofia militar romana pressupõe um processo de treino contínuo, em tempo de guerra, mas, sobretudo, em tempo de paz. Isto permite que as forças romanas, onde quer que se encontrem, e em qualquer estação do ano, estejam num estado de prontidão total. Esta capacidade torna-se muito necessária no contexto das reformas imperiais, sobretudo no que diz respeito ao número de legiões dispostas no terreno. Essa menor quantidade de efectivos «obriga» a que o dispositivo seja mais eficaz e capaz de uma maior (e mais rápida) reacção.

Além do treino básico, os oficiais romanos executam inspecções constantes e rigorosas ao estado de prontidão das suas unidades. Obrigam as legiões a executar manobras defensivas e ofensivas, a manterem-se preparadas para deslocações a qualquer momento, e este processo é aumentado com a prática constante de exercícios envolvendo vários grupos de combate, compostos por várias legiões. A intensidade de um treino rigoroso, estabelecido sob um verdadeiro «manual» operacional, permite manter o legionário afastado dos «perigos» nascidos na inactividade: a letargia, a indisciplina, o amolecimento

físico, que levam à perda do espírito de combatividade e à diminuição da moral dos soldados. Esta letargia, fatal para os exércitos, é impedida pela maneira como centuriões, decuriões e outros oficiais submetem os seus subordinados a programas intensivos de treino. Desde a simples remoção de terras de um lado para outro, às manobras mais exigentes e sofisticadas, a legião não pára.

O segredo do sucesso do exército romano é o seu treino, que deve ser tão feroz quanto a guerra real. Deve apontar para uma preparação que garanta a primeira missão de uma unidade de combate: matar, sem se deixar matar. A insistência deve privilegiar não apenas o desenvolvimento das capacidades físicas, com e sem armas, mas, sobretudo, alcançar um patamar de obediência absoluta dos homens e dos oficiais. A obediência radica num processo disciplinar violento: Roma introduz e desenvolve como mais nenhuma sociedade humana o fez um processo profissional, homogêneo e consequente onde a uma extrema dureza dos treinos é associado um condicionamento psicológico inabalável, expresso em múltiplos aspectos. A legião não recua. Não se rende, não foge. Um soldado romano não vacila, não contesta, não deserta, não abandona os companheiros. A «alma» do legionário reside na unidade a que pertence, está visível nas «águias» que o precedem na marcha e que nunca, nunca, poderão cair nas mãos do inimigo. Condiciona-se com ordem, firmeza, castigos corporais e a pena de morte. A máquina militar romana institui um modelo de treino e de disciplina que, *grosso modo*, se manteve inalterável até à Primeira Guerra Mundial, no século XX.

Desde o modelo consular que o exército romano assenta sobre a excelência do treino e a firmeza da disciplina, condições fundamentais que os arrastam para as vitórias sobre inimigos menos treinados e disciplinados. Roma solidifica-se, também, nas suas tradições militares, num processo que transforma os seus cidadãos numa eficaz, oleada e feroz máquina de guerra. Estas virtudes não se atenuam com a chegada do modelo imperial, antes se acentuam. A profissionalização do exército romano era o passo seguinte. Augusto e os seus sucessores exploraram ao limite a capacidade combativa das suas legiões, a flexibilidade e a capacidade adaptativa aos terrenos, aos momentos e aos inimigos concretos. Treino e disciplina, aliados a tecnologias e táticas em constante evolução e adaptação, tornaram as legiões romanas, e pelo tempo que duraram, na máquina militar mais eficiente que o planeta alguma vez viu.

Ordem de batalha

Dispostos sobre o terreno. Firmes, de olhar em frente, impassíveis por fora, determinados em não ceder. Os legionários aguardam as ordens dos seus centuriões a qualquer momento. Disposta está a legião para combater. Vamos vê-la a agir em campo aberto. Em campo aberto os aspectos de ordem técnica podem não ser (não são mesmo) tão determinantes como num contexto de assédio a uma cidade ou a uma fortaleza (matéria que aqui não trataremos). Aqui a simples coragem e o exigente treino suplantam qualquer tipo de material.

Os autores antigos e a arqueologia dos campos de batalha têm-nos dado relatos e informações interessantes, bem detalhadas, sobre as várias batalhas que as forças do Império travaram ao longo dos séculos. E se, por um lado, a arqueologia de campo ratifica, confirma e desfaz mitos, continuamos a ler com surpresa e interesse alguns dos clássicos literários sobre a arte de atacar ou de suster o assalto do inimigo em campo aberto. Estratégia e tática nas palavras de Frontino⁹ vão definindo a maneira como os Romanos devem actuar no campo de batalha. São inúmeros os conselhos práticos que ali são dados aos futuros chefes militares romanos. Quando em batalha é fundamental provocar o inimigo de forma a que este se esgote, que perca as estribeiras, que faça o que Tibério fez quando «viu as hordas de Panónios marcharem toda a manhã para o combate reteve as suas forças no acampamento, deixando o inimigo exposto às chuvas torrenciais durante todo o dia. E, quando viu que aqueles bárbaros, esgotados pela chuva e pela fadiga, perdiam o ânimo e fraquejavam, ordenou o ataque derrotando-os»¹⁰.

Definida previamente numa reunião do estado-maior que acompanha o «general» está a maneira como a batalha será preparada. Toda a teoria aprendida e toda a experiência acumulada são aqui empregues no sentido de reduzir ao mínimo os imprevistos de que uma acção daquelas se reveste. O treino da legião e a disponibilidade dos soldados permite criar sobre o terreno armadilhas e obstáculos que transformem o processo de aproximação do inimigo num verdadeiro inferno. São escavados fossos, espetadas estacas de madeira, bem afiadas, no solo. Depois a legião dispõe-se da maneira tradicional. Agrupa-se em manípulos deixando espaços entre cada quadrado (ou rectângulo), pronta a executar as manobras há muito treinadas. A manobra, o trunfo na manga do pensamento militar romano. A multiplicidade de «figuras» ofensivas e defensivas que a infantaria pode formar num terreno bem escolhido e preparado. Centro e alas completam o dispositivo, mantendo presente, sempre, a possibilidade de se poder flanquear e cercar o inimigo. Esta divisão em três blocos deixa de fora a infantaria ligeira, particularmente fundibulários e arqueiros, deixados à «solta», flagelando de longe o inimigo, desfazendo-lhe as primeiras filas e dispondo-se à frente, aos lados ou por trás dos manípulos parados ou em manobra. A legião deve estar sempre pronta a atacar o inimigo ou a reagir rapidamente se for atacada.

Desdobrada tacticamente, a estrutura da legião em combate evolui entre o tempo de Júlio César e as reformas de Diocleciano. Nos finais da República e nos primeiros tempos do Império a tática de César é a que mais se segue. A legião é disposta sobre três linhas que se sucedem

⁹ Sexto Júlio Frontino (35-104 d.C.). Nasceu, provavelmente, na província romana da Gália Narbonense. Patrício, da gens Júlia, foi pretor urbano (70 d.C.), cônsul (73 d.C.), governador da *Britannia* (74 d.C.), onde comandou quatro legiões em várias campanhas. Subjugou os Sílures (País de Gales). Regressado a Roma (78 d.C.), escreve o tratado *De re militari*, que não chegou até nós. É nomeado *proconsul Asiae* (85-86 d.C.) e escreveu os *Strategemata* (84-96 a.C.), que aqui nos interessam em particular.

¹⁰ FRONT., *Strat.* 1, 5, 1-8.

(*triplex acies*), modelo que mais tarde evolui (mas não desaparece) para uma estrutura de falange, extraordinariamente compacta, onde os legionários se encostam ombro a ombro e se protegem com os pesados e grandes escudos, transformando-se num forte ouriço carregado de espinhos. Mas, o mais importante não é tanto a existência destes modelos, mas sim a ideia de flexibilidade que estrutura o exército romano. Este, sempre adaptável, dispunha de vários modelos tácticos que podia empregar consoante o terreno, o inimigo e a situação.

Na base de tudo está, contudo, a legião. Esta é o elemento essencial e matricial de qualquer sistema táctico ou pensamento estratégico. A valência e a excelência em combate das forças de Roma estão na sua estrutura, na sua divisão em coortes, manípulos e centúrias, sempre flexível. Tendo no manípulo a unidade base, onde os soldados agrupados seguem e manobram olhando para o seu *signum*, a legião pode agrupar-se ou desdobrar-se e, assim disposta, enfrentar qualquer tipo de inimigo, quer ele venha do Oriente, quer esteja no Ocidente. Mas, só entra em combate depois de definir o modelo táctico – Flexibilidade, Disciplina e Paciência: eis o «segredo» da legião em combate, nos tempos em que Ovídio viveu.

Os *auxilia*

Desde o início do processo expansionista romano, nos tempos da República, que as legiões romanas (afinal de contas apenas compostas por diferentes níveis de infantaria pesada) assimilaram outras unidades, com diferentes armas e desenho táctico, à sua manobra militar, oriundas fundamentalmente das forças militares dos povos derrotados no campo de batalha.

No contexto imperial, o elemento provincial e regional assume uma importância maior e incorpora uma infinidade de tradições culturais militares que a estrutura das legiões irá aproveitar. É sintomático que em todos os exércitos da Antiguidade formados por infantaria pesada se assista à necessidade de lhe incorporar corpos auxiliares com objectivos e processos tácticos bem definidos. O mundo romano incorpora bem estas «especializações». É comum as alas das legiões serem protegidas por unidades de cavalaria armadas com escudo e lança, quer sejam hispânicas, gaulesas ou oriundas da Trácia, ou por esquadrões de cavalaria ligeira vindos do Norte de África ou das terras dos Dálmatas, destinados a servirem como «olhos» da legião, como escaramuçadores ou forrageiros.

Ao peso da legião disposta em combate acrescenta-se a velocidade e agressividade da infantaria ligeira, arqueiros e fundibulários nómadas, trácios e sírios e a agilidade das tropas de montanha existentes na Hispânia.

Estas forças auxiliares integravam o modelo militar romano na República, mas a nova mentalidade do Império exigia-lhes «novas competências». A primeira, a da regularidade. As unidades de *auxilia* assumiam um carácter mais permanente e modelar. A sua presença deixava de ser esporádica. Assumiam-se cada vez mais como membros do exército romano e,

ao fazerem-no, adaptavam à sua cultura aspectos nucleares da legião. Aumentavam os níveis de disciplina, de espírito de corpo. Os equipamentos e vestuário militar interpenetravam-se e as alas de cavaleiros ou os corpos de arqueiros assimilavam o «design» romano. Existiam, acompanhando a legião, integrando-se no dispositivo estratégico-tático, de tal forma que a manobra da legião estava muitas vezes dependente de acções concretas levadas a cabo por aquelas unidades.

Os auxiliares passaram a alistar-se, nas unidades com carácter permanente, por um período superior ao do legionário comum. São comuns as referências a vinte e cinco anos de serviço nas fileiras com um salário substancialmente mais baixo e menos regalias. Esta situação durou até ao ano de 212, quando a população livre teve acesso directo à cidadania. Para estas forças o alistamento de longa duração tinha agora a mesma atracção que para o legionário comum. No fim do período, os homens dos *auxilia* adquiriam o estatuto de cidadãos de Roma, com todas as suas benesses. O salário é que continuava ainda inferior.

Augusto e os imperadores que lhe sucederam criaram, com carácter permanente, corpos auxiliares de infantaria, cavalaria e unidades mistas. Passou a ser normal que as coortes de *auxilia*, constituídas por 480 a 800 infantas, se agregassem entre 120 a 200 cavaleiros. Dividiam-se, depois, em centúrias comandadas por um centurião. As forças auxiliares mimetizavam o padrão militar romano, acrescentando-lhe a sua especialização.

O Império distinguia a necessidade de formar «regimentos» compostos apenas por cavalaria, a que chamou *alae* e organizados em «turmas», comandadas por um decurião. Estas turmas aumentavam a capacidade de manobra e o alcance da legião no terreno.

A presença das forças auxiliares está bem patente no manancial de fontes que nos chegam do período entre Augusto e Diocleciano, partilhando fortes e acampamentos, sendo descritas em marchas e batalhas, representadas nas evidências arqueológicas e nas fontes epigráficas.

Cada regimento ou corpo de infantaria possuía o seu quadro de oficiais, embora muitas vezes enquadrados por oficiais romanos e oficiais não-comissionados (centuriões) romanos. À semelhança do modelo original, estes corpos de *auxilia* podiam existir com carácter permanente, embora, na maior parte dos casos, fossem recrutados para participar em campanhas específicas e depois desmobilizados. Também, como nas legiões, o nome que tomavam reflectia o do seu criador, ou da região cidade (a Oriente) ou tribo de onde provinham. Outras intitulações relacionavam-se com a sua especialidade militar: lanceiros, arqueiros ou os mais tardios catrafactos. O seu desempenho em batalha (bom ou mau) era proporcionalmente recompensado, reproduzindo quase em todos os aspectos o modelo da legião nuclear através de condecorações individuais e regimentais. Bastantes forças auxiliares foram condecoradas como *pia fidelis* (leais e fiéis), entre outras distinções que podiam receber, como serem distinguidas com torques.

Outra forma de recompensar o excelente desempenho militar era através da concessão da cidadania aos militares, ou mesmo a unidades inteiras¹¹. Sendo geralmente formadas por não-cidadãos esta era uma distinção muito relevante e ambicionada.

Os auxiliares compunham geralmente as *alae* de cavalaria, as patrulhas de reconhecimento, as tropas de primeira linha, cuja função era entrar em contacto com o inimigo e flagelá-lo (infantaria ligeira, arqueiros e fundibulários) e, além destas funções no campo de batalha, tiveram, muitas destas unidades, funções relacionadas com o policiamento das várias fronteiras do Império. Por outro lado não se lhe reconhecem grandes capacidades no plano da engenharia militar, embora muitas fossem capazes de construir acampamentos de marcha e até de manusear o trem de artilharia.

No que diz respeito ao equipamento de combate, seja o da cavalaria, seja o da infantaria, era composto pelo modelo tipo do exército romano. Sob o principado encontramos algumas diferenças. O legionário caracterizava-se por transportar consigo o *gladius* (espada curta) e o *pilum* (dardo de arremesso), enquanto os combatentes na infantaria auxiliar surgiam equipados com a *spatha* (espada) e a *hasta* (lança). Esta diferença, que nos primeiros tempos parece relevante, vai-se esbatendo e, no principado de Trajano, já quase não é detectável. Os homens protegiam-se com protecções metálicas em malha ou em escamas e, com algumas particularidades regionais/culturais, a panóplia do armamento defensivo e ofensivo não se afastava muito do padrão romano. O exército romano e as suas forças auxiliares são dos mais bem equipados do Mundo Antigo, quer no que diz respeito à qualidade e peso das armaduras, quer nas armas que utilizam. Essa qualidade deve-se ao facto de esse tipo de equipamento estar normalizado, ter um excelente controlo de qualidade e ser maciçamente produzido no Império. O equipamento estava disponível em grandes quantidades e a um preço subsidiado pelo próprio Estado. Também na produção e reparação do mais variado equipamento militar encontramos envolvidas forças auxiliares.

No conjunto do equipamento defensivo, o padrão seguido era o mesmo dos legionários. Os capacetes da infantaria, por exemplo, eram semelhantes aos usados pelas forças de Augusto. Já na cavalaria os modelos são mais variados, mas privilegiando todos a existência de protecção da nuca. Todas as unidades de *auxilia* estão equipadas com escudos ovais ou rectangulares de grandes dimensões e com reforço central, embora se desconheçam os elementos decorativos. É provável que a latitude decorativa fosse maior para estas formações e que se relacionasse muito particularmente com a sua cultura de origem.

Desde o século I d.C. que os cavalos das *alae* se apresentam cada vez mais protegidos, levam já ferraduras em ferro e placas do mesmo metal cobrem-lhes o peito, e os cavaleiros recebem escudos maiores e mais ovalados.

¹¹ É o caso de um regimento de cavalaria, recrutado pelo tribuno Petro entre as tribos gaulesas, e que foi condecorado três vezes. Ficou referido para a história como *ala Gallorum Petriana millitaria civium Romanorum bis torquata*. Petro foi um dos muitos romanos que pessoalmente recrutou e organizou uma ala de cavalaria auxiliar.

O armamento e restante equipamento (e não apenas o de natureza militar) dos *auxilia* tem sido observado cada vez mais ao pormenor. Diversos trabalhos, sintetizando dados cruciais revelados por uma arqueologia clássica muito activa, demonstram que regulares e auxiliares apresentam modelos e qualidade de equipamento muito aproximada (sandálias, vestuário, cerâmica e, claro, as armas, escudos e elmos), apresentando, contudo, alguma diversidade¹². É o caso da vasta tipologia de escudos, divididos em várias formas, tamanhos, peso e materiais de construção.

Marchando com as legiões de Augusto

Formadas, treinadas, prontas para o combate. Assim são e assim devem estar as legiões. Mas como chegam ao local de combate? Como o «escolhem»? Como o preparam? Será o «lugar» onde se mata (ou onde se pode morrer) assim tão importante?

Os teóricos do exército romano, desde sempre, atribuem grande parte do êxito das campanhas que nós conhecemos a dois momentos preparatórios muito importantes: o marchar para o combate e o local onde se defronta, finalmente, o inimigo.

O general, o legado, os tribunos que comandam as forças, são preparados para dar uma importância maior ao local onde as forças devem ser colocadas. O terreno, a orografia, a proximidade de colinas, de rios, de outros obstáculos, deve ser observado com toda a atenção (até modificado, se for necessário), tendo em conta múltiplos factores, entre os quais vias de abastecimento e de retirada, espaço de mobilidade para as *alae* de cavalaria, disposição, força e características (fortes e fracas) das suas forças e um conhecimento o mais pormenorizado possível das forças inimigas.

Se o conhecimento sobre as suas próprias forças (regulares e *auxilia*) é da competência do comando operacional, o acesso às condições do terreno e à dimensão, equipamento e moral do inimigo pode não o ser. Apesar de estarmos muito longe do reconhecimento do terreno com meios aéreos ou com imagens em tempo real dadas por satélite, não pensemos que os manípulos romanos, por não terem esse tipo de tecnologia de apoio, descuidavam a necessidade de ter informação apriorística e sólida sobre o espaço que pretendiam tomar. Procuravam não marchar ingenuamente sobre o espaço desconhecido. O exército romano possuía um eficaz sistema de informações, que as recolhia e procurava centralizar em função do teatro de operações pretendido. Para isso usavam-se guarnições, que enviavam patrulhas, compostas por pequenas unidades (cavalaria auxiliar ligeira) e «nativos» romanizados, com bastante regularidade. Dava-se atenção aos viajantes, que com regularidade, iam e vinham dos territórios inimigos, ou mesmo deitando a mão ao menos prosaico processo de espionagem activa sobre o inimigo. Existiam, ainda, unidades militares romanas especializadas na recolha «agressiva» de informações, como os *exploratores* e os *speculatores*. Toda a informação recolhida (pelos

¹² Entre outros veja-se, BISHOP (2006) ou LE BOHEC (1989).

diferentes meios) se concentrava ou no *consilium* do imperador ou nos *officia* dos governadores provinciais e, a partir destes, nos comandantes de corpos de exército.

Reunida, filtrada e colocada a informação onde ela deve estar, com o corpo militar que deve executar a missão, pode agora o «general» elaborar a estratégia de aproximação. É o momento de despachar as forças para a zona de conflito. Organizada em colunas a legião, ou as legiões, dispõem-se na vanguarda as suas forças auxiliares, em particular a cavalaria. Estas unidades, sobretudo as montadas, têm por missão reconhecer o terreno e o caminho que o grosso da tropa vai percorrer. São unidades bem dimensionadas e equipadas, pois podem ter que combater. Mas não são as mais valiosas, à semelhança da retaguarda, são na «cabeça» do legado mais dispensáveis que as colunas de regulares que marcham no centro do dispositivo enquadrando o trem de bagagens. Este trem, o elemento mais vulnerável e lento da legião, é contudo de grande importância. A sua perda pode representar a desagregação de toda a unidade. Ali vão abastecimentos, sobressalentes e munições (mísseis de arremesso), mas também o cofre de guerra e os bens individuais de cada legionário. Ver o inimigo cair sobre o trem das bagagens poderia desequilibrar a disciplina das colunas. Os legionários largariam os comandos e acorreriam precipitadamente em socorro dos seus pertences. A protecção deste sector é por isso vital e, portanto, extraordinariamente reforçado. O momento da deslocação é o momento mais frágil no dispositivo de ataque romano, como ficou bem patente na humilhante derrota de Públio Varo em Teutoburgo. Para quem comanda o dispositivo as preocupações centram-se em dois vectores fundamentais: a segurança das bagagens e a velocidade de deslocação. Os estrategos romanos sempre se debruçaram com especial atenção sobre este pormenor da acção militar. Durante a marcha qual a melhor maneira para dispor a infantaria, os *auxilia*, a cavalaria e, acima de tudo, as bagagens?

Exército romano. Nunca foi um bando desorganizado de indivíduos armados. Quando o observamos, seja nos textos literários, seja nos restos que deixaram nos campos de batalha, percebe-se que era um agrupamento preciso e disciplinado. Cada unidade ocupava com precisão o seu espaço. Para cada corpo de exército, legião, coorte, manípulo, centúria, contubérnia, havia um espaço e uma missão efectiva, a cumprir. Nada nesta máquina militar é deixado ao acaso. Treino, equipamento, marcha, combate, tudo é preparado, visto, analisado, programado com precisão. É um corpo vivo e saudável e, se o vemos muitas vezes inspirar-se em modelos dos inimigos (os gregos em particular) não podemos deixar de pôr em evidência o facto de os Romanos possuírem uma ciência militar.

As legiões no tempo de Augusto continuam e imprimem mais fundo a essência do exército profissional paradigmático, uma tremenda colaboração entre «tecidos sociais» baseada na disciplina. O exército divide-se em duas massas, uma mais pequena, a dos oficiais e dos oficiais não-comissionados, a outra, imensa, composta por soldados em vários estádios de preparação. Mas é uma divisão simbiótica. Aos primeiros cabe comandar (e, portanto, saber),

aos segundos importa obedecer. Não é este sistema tão parecido com o dos exércitos actuais?

As legiões são um elemento vital na estratégia de alargamento do Império. O poder de Roma reside na sua imagem. No impacte que consegue provocar e manter sobre o Outro. O controlo dessa imagem é vital. Afinal, com Augusto, o exército romano é demasiado pequeno para suster invasões em larga escala e o mesmo se passa com as estruturas defensivas de fronteira. Certo é que a possibilidade de invasões em larga escala a Ocidente e a Oriente não se verificou. Incapacidade das forças não romanas? Deficiência dos seus modelos militares? Ou o receio da máquina militar romana? O medo que as forças romanas causavam, a vasta lista de vitórias, desde a República, quase sempre com muito menos forças, levavam a que o primeiro elemento inibidor sobre os bárbaros fosse a imagem da legião e o medo que ela causava.

E, assim, do Setentrião ao Meridião, depois do choque das armas, quase sempre se ouvia: *Roma Victrix!*

BIBLIOGRAFIA GERAL DO VOLUME

- ADRIAENSEN, A. (1937), «Une transposition de la strophe des Parques dans le Chant Séculaire», *Latomus* 1, 31-36.
- ALBERTOS, M. L. (1964), «Nuevos antropónimos hispánicos», *Emerita* 32, 209-252.
- ALBERTOS, M. L., BENTO, M. (1977), «Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira Baixa)» in *XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria, 1975): Actas*, Zaragoza, Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, 1198-1208.
- ALTHEIM, F. (1938), *A History of Roman Religion*, London, Methuen.
- AMARAL, A. C., GOMES, C. de C., trad. (1998), *Aristóteles. Política*, Lisboa, Vega.
- ANDRÉ, C. A. (2006), «Entre o despeito e o respeito : a mulher em Ovídio», *Humanitas* 58, 99-117.
- ANDRÉ, C. A. (2006), *Caminhos do amor em Roma: sexo, amor e paixão na poesia latina do séc. I a. C.*, Lisboa, Cotovia.
- ANDRÉ, C. A. (2007), «Ausência, sedução e engano: Helena e Páris, ao serviço da pedagogia ovidiana do amor» in J. V. Bañuls *et al.*, eds., *O mito de Helena: de Tróia à actualidade*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Università di Foggia, Universidad de Granada, Universitat de Valencia, 283-298.
- ANDRÉ, C. A. (2009), «A Ironia Ovidiana na Subversão do Protocolo Amoroso em Roma», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [no prelo].
- ANDRÉ, C. A., trad. (2006), *Ovídio. Amores*, Lisboa, Cotovia.
- ANDRÉ, J. (1968), *Ovide. Tristes*, Paris, Les Belles Lettres.
- ANDRÉ, J. (1977), *Ovide. Pontiques*, Paris, Les Belles Lettres.
- ARCELLASCHI, A. (1990), *Médée dans le théâtre latin d'Ennius à Sénèque*, Rome, École Française de Rome.
- ARCELLASCHI, A. (1998), «Ovide-Le-Tragique», *Pallas* 49, 91-100.
- ARRUDA, A. M. (2000), *Fenícios e mundo indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a. C.): em torno às histórias possíveis*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- ASTOLFI, R. (1986²), *La lex Iulia et Papia*, Padova, CEDAM.
- Atlas* = AA.VV. (2003), GRUPO MÉRIDA, *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida/Bordeaux, Fundación de Estudios Romanos/Ausonius.

- BALSDON, J.P.V.D. (1962), *Roman Women. Their History and Habits*, Westport, Greenwood Press.
- BARCHIESI, A. (1993), «Future reflexive: two modes of allusion and Ovid's *Heroides*», *HSPb* 95, 333-65.
- BARCHIESI, A. (1994), *Il principe e il poeta. Ovidio e il discorso augusteo*, Roma/Bari, Laterza.
- BARCHIESI, A. (2001), *Speaking Volumes*, London, Duckworth.
- BARCHIESI, A. (2002), «The Uniqueness of the *Carmen Saeculare* and Its Tradition» in T. Woodman, D. Feeney, *Traditions & Contexts in the Poetry of Horace*, Cambridge, University Press.
- BARKER, D. (1996), «“The golden age is proclaimed?” The *Carmen Saeculare* and the renaissance of the golden race», *CQ* 46/2, 434-446.
- BARNES, T. D. (1981), «Julia's child», *Phoenix* 35, 362-363.
- BARRETT, A. A. (2002), *Livia. First Lady of Imperial Rome*, New Haven, Yale University Press.
- BARSBY, J. (1978), *Ovid*, Oxford, University Press.
- BATATA, C. A. M. (2006), *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- BAUMAN, R. (1996), *Crime and Punishment in Ancient Rome*, London, Routledge.
- BAUMAN, R. A. (1967), *The Crimen Maiestatis in the Roman Republic and Augustan Principate*, Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- BAUMAN, R. A. (1992), *Women and Politics in Ancient Rome*, London, Routledge.
- BELFIORE, E. (1980-1981), «Ovid's *encomium* of Helen», *CJ* 76, 136-148.
- BESSONE, F. (1997), *P. Ovidii Nasonis Heoidum Epistula XII. Medea Iasoni*, Firenze, Felice le Monnier.
- BEWS, J. (1972-1973), «Virgil, Tacitus, Tiberius and Germanicus», *Proceedings of the Virgil Society* 12, 35-48.
- BING, P. (1988), *The well-read muse: present and past in Callimachus and the Hellenistic poets*, Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht.
- BING, P. (1993), «The Bios-Tradition and Poets' Lives in Hellenistic Poetry» in R. M. Rose, J. Farrell, eds., *Nomodeiktēs: Greek studies in honor of Martin Ostwald*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 619-631.
- BISHOP, J. H. (1956), «Palatine Apolo», *CQ* 6, 187-192.
- BISHOP, M. C., COULSTON, J. C. M. (2006), *Roman Military Equipment: from the Punic Wars to the Fall of Rome*, Oxford, Oxbow.

- BLOCH, D. J. (2000), «Ovid's *Heroides* 6: preliminary scenes from the life of an intertextual heroine», *CQ* 50/1, 197-209.
- BORNECQUE, H., PRÉVOST, M. (2005⁵), *Ovide. Héroides*, éd., rev., corrig. et augm. par D. Porte, Paris, Les Belles Lettres.
- BOWERSOCK, G.W. (1990), «The Pontificate of Augustus» in K. A. Raafaub, M. Toher, *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 380-394.
- BOWMAN, A. K., CHAMPLIN, E., LINTOTT, A., eds. (1996), *The Cambridge Ancient History X – The Augustan Empire, 43 B.C.-A.D. 69*, Cambridge, University Press.
- BOYD, B. W. (1997), *Ovid's Literary Loves. Influence and Innovation in the Amores*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- BOYD, B. W. (2002), «The *Amores*: the invention of Ovid» in B. W. Boyd, ed., *Brill's Companion to Ovid*, Leiden, Brill, 91-116.
- BOYD, B. W. ed. (2002), *Brill's companion to Ovid*, Leiden, Brill.
- BOYLE, A. J. (2003), *Ovid and the Monuments: a Poet's Rome*, Bendigo, Aural Publ.
- BRADLEY, P. (1997), *Ancient Rome. Using Evidence*. Rydalmere, Edward Arnold.
- BRANDT, P. (1963), *P. Ovidi Nasonis amorum libri tres*. 1. Abt.: *Text und Kommentar*, Hildesheim, Georg Olms.
- BRETZIGHEIMER, G. (2001), *Ovids Amores: Poetik in der Erotik*, Tübingen, Narr.
- BRODERSEN, K. (1995), *Terra Cognita. Studien zur römische Raumerfassung*, Hildesheim/Zürich/New York, G. Olms.
- BROWN, R. P. (1987), *Lucretius on Love and Sex*, Leiden, Brill.
- BRUNT, P. A. (1961), «The Lex Valeria Cornelia», *JRS* 51, 71-83.
- BRUNT, P.A. (1990), «Conscription and volunteering in the Roman imperial army» in *Roman Imperial themes*, Oxford, Clarendon Press, 188-214.
- BURKERT, W. (1985), *Greek Religion*, Cambridge, Harvard University Press.
- CAHOON, L. (1985), «A program for betrayal: Ovidian *nequitia* in *Amores* 1.1, 2.1 and 3.1», *Helios* 12/1, 29-39.
- CAHOON, L. (1988), «The bed as battlefield: erotic conquest and military metaphor in Ovid's *Amores*», *TAPhA* 118, 293-307.

- CAIRNS, F. (1984), «Propertius and the battle of Actium (4.6)» in T. Woodman, D. West eds., *Poetry and Politics in the Age of Augustus*, Cambridge, University Press, 129-168.
- CAIRNS, F. (1989), *Virgil's Augustan Epic*, Cambridge, University Press.
- CALADO, C., CALADO, C. (2002), «Notícia sobre vestígios de exploração romana aluvionar no concelho de Nisa: o Conhal do Arneiro» in J. M. Brandão ed., *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*, Lisboa, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 265-272.
- CALDWELL, J. C. (2004), «Fertility control in the classical world: was there an ancient fertility transition? », *Journal of Population Research* 21/1, 1-17.
- CALHOON, C. (1994), *Livia the Poisoner: Genesis of an Historical Myth*, Ann Arbor, The University of Michigan.
- CAMERON, A. (1968), «The first edition of Ovid's *Amores*», *CQ* 18/2, 320-333.
- CAMERON, A. (1995), *Callimachus and his critics*, Princeton, University Press.
- CANCIK, H. (1996), «Carmen und sacrificium: das Saecularlied des Horaz in den Saecularakten des Jahres 17 v. Chr.» in R. Faber, B. Seidensticker, eds., *Worte, Bilder, Töne: Studien zur Antike und Antikerezeption: Bernhard Kytzler zu ehren*, Hildesheim, Gg. Olms, 99-113.
- CARCOPINO, J. (1947), *Les Secrets de la Correspondance de Cicéron I*, Paris, L'Artisan du Livre.
- CARLSEN, J. (2006), *The rise and fall of a Roman noble family: the Domitii Ahenobarbi. 196 BC-AD 68*, Odense, University Press of Southern Denmark.
- CARY, M. (1970), *A History of Rome*, London, Macmillan & Co. Ltd.
- CECCHIN, S. A. (1997), «Medea in Ovidio fra elegia ed epos» in R. Uglione cur., *Atti delle giornate di studio su Medea (Torino 23-24 Ottobre 1995)*, Torino, Celid, 69-89.
- CITRONI, M., CONSOLINI, E. E., LABATE, M., NARDUCCI, E. (2006), *Literatura de Roma Antiga*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CIZEC, E. (2008), «Une polémique. Tacite par rapport à Velleius Paterculus et à Valère-Maxime. Le contexte», *Studia Clasice* 52-54, 139-151.
- CLAASSEN, J.-M. (1996), «Documents of a crumbling marriage: the case of Cicero and Terentia», *Phoenix* 50, 208-232.
- COARELLI, F. (1983), *Il foro romano: periodo arcaico*, Roma, Quasar.

- COLIN, J. (1954), «Les consuls du César-pharaon Caligula et l'héritage de Germanicus», *Latomus* 13, 394-416.
- CONSTANS, L.-A. (2002), *Cicéron. Correspondance II*, Paris, Les Belles Lettres.
- CONTE, G. B. (1986), *The Rhetoric of Imitation: Genre and Poetic Memory in Virgil and Other Latin Poets*, Ithaca, Cornell University Press.
- CORBIER, M. (1995), «Male power and legitimacy through women: the *domus Augusta* under the Julio-Claudians» in R. Hawley, B. Levick eds., *Women in Antiquity. New Assessments*, London, Routledge, 178-193.
- CURA, A. A. V. (2005), «Crimes, delitos e penas no Direito Romano Clássico» in C. de Miguel Mora, coord., *Vt par delicto sit poena. Crime e Justiça na Antiguidade*, Aveiro, Universidade de Aveiro, 179-217.
- D'ELIA, S. (1958), «Il problema cronologico degli *Amores*» in N. I. Herescu, ed., *Ovidiana: recherches sur Ovide, publiées à l'occasion du bimillénaire de la naissance du poète*, Paris, Les Belles Lettres, 210-223.
- DAMON, C. (1990), «Poem division, paired poems, and *Amores* 2.9 and 3.11», *TAPhA* 120, 269-290.
- DAREMBERG, C., SAGLIO, E. (1877-1919), *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, Paris, Hachette.
- DAVISSON, M. H. T. (1984), «Parents and Children in Ovid's Poems from Exile», *CW* 78, 111-114.
- DAVIS, P. J. (2006), *Ovid and Augustus: a Political Reading of Ovid's Erotic Poems*, London, Duckworth.
- DEAN-JONES, L. (1994), *Women's Bodies in Classical Greek Science*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- DEGRASSI, A. (1947), *Fasti consulares et triumphales*, Torino, La Libreria dello Stato.
- DELLA CORTE, F. (1972-1973), *P. Ovidius Naso I, Tristia*, Genova, Tilgher.
- DELLA CORTE, F. (1986), «Gli "Amores" di Ovidio ripudiati» in U. J. Stache, W. Maaz, F. Wagner, eds., *Kontinuität und Wandel: lateinische Poesie von Naevius bis Baudelaire: Franco Munari zum 65. Geburtstag*, Hildesheim, Weidmann, 70-78.
- DESMOND, M. (1993) «When Dido Reads Vergil: Gender and Intertextuality in Ovid's *Heroides* 7» *Helios* 20, 56-68.
- DICKINSON, R. J. (1973), «The *Tristia*: poetry in exile» in J. W. Binns, ed., *Ovid*, London/Boston, Routledge & Kegan Paul, 154-190.

- DIX, T. K. (1988), «Ovid Strikes Out: *Tristia* 3. 1 and the First Public Libraries at Rome», *Augustan Age* 8, 27-35.
- DIXON, S. (1984), «Family Finances: Tullia and Terentia», *Antichthon* 18, 78-101.
- DIXON, S. (1988), *The Roman Mother*, Norman, University of Oklahoma Press.
- DIXON, S. (2001), *Reading Roman Women: Sources, Genres, and Real Life*, London, Duckworth.
- DOMERGUE, C. (1987), *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, Madrid, Casa Velázquez.
- DOMERGUE, C. (1990), *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité romaine*, Rome, École Française de Rome.
- DOPICO CAINZOS, M. D. (1988), *La tabula Lougeiorum: Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria-Gasteiz, Universidade de Santiago de Compostela/Universidade del País Vasco.
- DRUMANN, W. K. A., GROEBE, P. (1899-1929), *Geschichte Roms in seinem Übergange von der republikanischen zur monarchischen Verfassung; oder, Pompeius, Caesar, Cicero und ihre Zeitgenossen nach Geschlechtern und mit genealogischen Tabellen VI*, Berlin.
- DUQUESNAY, I. M. Le M. (1984), «Horace and Maecenas: The propaganda value of *Sermones* I» in T. Woodman, D. West, eds, *Poetry and Politics in the Age of Augustus*. Cambridge, University Press, 19-58.
- EDMONDSON, J., HIDALGO MARTÍN, L. A. (2007), «Hallazgo de dos epitafios de *veterani* en Mérida. Vidas paralelas de dos soldados *Augustani* (emeritenses) a finales del siglo I d. C.» in T. Barrentos Viera et al. eds., *Mérida, excavaciones arqueológicas 2004, Memoria 10*, Mérida, Consorcio ciudad monumental histórico-artística y arqueológica de Mérida, 479-507.
- EDWARDS, C. (1996), *Writing Rome. Textual approaches to the City*, Cambridge, University Press.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1995), «Roma e as primeiras culturas epigráficas da Lusitânia Ocidental» in *Roma y el Nacimiento de la Cultura Epigráfica en Occidente*, Zaragoza, Institución «Fernando el Católico», 255-269.
- ETIENNE, R. (1958), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, Paris, Ed. de Boccard.
- ETIENNE, R. (1992), «L'horologe de la *Civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie», *REA* 94, 355-362.
- EVANS GRUBBS, J. (2002), *Women and the Law in the Roman Empire*, London/New York, Routledge.

- FANTHAM, E. (2006), *Julia Augusti, the Emperor Daughter*, London, Routledge.
- FANTHAM, E. (2007), «Ovid, Germanicus, and the Composition of the *Fasti*» in P. E. Knox ed., *Oxford Readings in Ovid*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- FANTHAM, E.; FOLEY, H. P.; KAMPEN, N. B.; POMEROY, S. B.; SHAPIRO, H. A. (1994), *Women in the Classical World. Image and Text*, Oxford, Oxford University Press, 373-413.
- FANTUZZI, M., HUNTER, R. (2004), «The structure of the *Aitia*» in *Tradition and innovation in Hellenistic poetry*, Cambridge, University Press, 44-49.
- FARIA, A. M. de (1986), «Moedas hispano-romanas do Museu da Guarda», *Numismática* 40/41, 13-14.
- FARIA, A. M. de (1989), «Sobre a data da fundação de *Pax Iulia*», *Conimbriga* 28, 101-109.
- FARIA, A. M. de (1997), «De novo em torno da fundação de *Pax Iulia*: um exercício de “controversismo”», *Vipasca* 6, 171-185.
- FARIA, A. M. de (2001), «*Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia*», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4/2, 2001, 351-362.
- FEDELI, P. (1999-2000), *Ovidius. Opere I – Dalla poesia d’amore alla poesia dell’esilio*, Torino, Einaudi.
- FEDELI, P. (2008), «L’ultima notte romana di Ovidio, fra epos ed elegia: una rilettura di *Trist.* 1,3» in A. A. Nascimento, M. C. C.-M. S. Pimentel coords., *Ovídio: exílio e poesia. Actas do colóquio no bimilenário da «relegatio»*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 83-112.
- FEDELI, P., NASCIMENTO, A. A. (2002), *Propércio, Elegias*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, L. da S. (2002), «*Cornelius Bocchus, auctor Lusitanus* e notável de Salacia?» in *De Augusto a Adriano. Actas de Literatura Latina – Lisboa, 29 e 30 de Novembro de 2000*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 155-171.
- FERNANDES, R. M. R. (1984), *Horácio. Arte Poética*, Lisboa, Inquérito.
- FERNANDES, R. M. R. (2007), «Ovídio, o poder imperial e suas consequências» in A. A. Nascimento, M. C. C.-M. S. Pimentel coords., *Ovídio: exílio e poesia. Actas do colóquio no bimilenário da «relegatio»*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 175-176.
- FERNÁNDEZ NIETO, F.J. (1970-1971), «Aurifer Tagus», *Zephyrus* 21-22, 245-255.

- FERRILL, A. (1970-1971), «Prosopography of the last years of Augustus», *Historia* 65, 718-731.
- FERRILL, A. (1986), «Augustus and his Daughter: a modern Myth» in C. Deroux ed., *Studies in Latin Literature and Roman History*, Bruxelles, Latomus, 332-346.
- FLEMMING, R. (2000), *Medicine and the Making of Roman Women: Gender, Nature, and Authority from Celsus to Galen*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- FLURY, M. (1968), *Liebe und Liebessprache bei Menander, Plautus und Terenz*, Heidelberg, Carl Winter Universitäts-Verlag.
- FOUCAULT, M. (1996), *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1984), *Histoire de la sexualité III. Le souci de soi*, Paris, Gallimard.
- FOULON, A. (2000), «L'expression du sentiment de l'amour dans le *Corpus Tibullianum*», *REL* 78, 93-117.
- FOWLER, W. W. (1915), «Note on Ovid, *Tristia* III, 6, 8 (Augustus and Jupiter)», *CR* 29, 46-47.
- FOWLER, W. W. (1918), *Aeneas and the site of Rome: observations on the eighth book of the Aeneid*, Oxford, B. H. Blackwell.
- FRÄNKEL, E. (1957), *Horace*, Oxford, University Press.
- FRÉCAUT, J.-M. (1972), *L'esprit et l'humour chez Ovide*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- FRIER, B. W. (1994), «Natural Fertility and Family Limitation in Roman Marriage», *CPh* 89/4, 318-333.
- FULKERSON, L. (2005), *The Ovidian Heroine as Author. Reading, Writing, and Community in the Heroides*, Cambridge, University Press.
- GAGÉ, J. (1931), «Observations sur le *Carmen Saeculare* d'Horace», *REL* 9, 290-308.
- GALINSKY, G. K. (1967), «Sol and the *Carmen Saeculare*», *Latomus* 26, 619-633.
- GALINSKY, K. (1996), *Augustan Culture: An Interpretative Introduction*, Princeton, University Press.
- GALLOTTA, B. (1987), *Germanico*, Roma, L'Erma di Bretschneider.
- GALSTERER-KRÖLL, B. (1975), «Zu den spanischen Städtelisten des Plinius», *Archivo Español de Arqueología* 48, 120-128.
- GAMEL, M. K. (1989), «*Non sine caede*: abortion politics and poetics in Ovid's *Amores*», *Helios* 16/2, 183-206.

- GARCÍA-BELLIDO, A. (1958), «Las colonias romanas de la provincia Lusitania». *Arqueologia & História* 8, 13-23.
- GARDNER, J. F. (1986), *Women in Roman Law and Society*, Bloomington, Indiana University Press.
- GARNSEY, P. (1968), «Legal Privilege in the Roman Empire», *P&P* 41, 3-24.
- GARNSEY, P., SALLER, R. P. (1987), *The Roman Empire: Economy, Society and Culture*, London, Duckworth.
- GENETTE, G. (1997), *Palimpsests. Literature in the Second Degree*, Lincoln, University of Nebraska Press.
- GIGANTE, M. (1987), *La bibliothèque de Philodème et l'épicurisme romain*, Paris, Les Belles Lettres.
- GIL, L. (1985), *Censura en el mundo antiguo*, Madrid, Alianza Editorial (1ª ed. 1966).
- GIMENO, H., STYLOW, A. (1993), «Juan Pérez Holguín y la epigrafía trujillana», *Veleia* 10, 117-178.
- GINSBERG, W. (1983), «The *Amores*» in *The cast of character: the representation of personality in Ancient and Medieval Literature*, Toronto/Buffalo/London, University of Toronto Press, 7-47.
- GIOMINI, R. (1959), «Ricerche sulle due edizioni degli “Amores”» in *Atti del primo Convegno internazionale ovidiano I* (Sulmona, Maggio 1958), Roma, Istituto di Studi Romani, 125-142.
- GOLD, B. K. (1982), *Literary and Artistic Patronage in Ancient Rome*, Austin, University of Texas Press.
- GOLD, B. K. (1993), «“But Ariadne was never there in the first place”: finding the female in Roman poetry» in N. S. Rabinowitz, A. Richlin, eds., *Feminist Theory and the Classics*, New York, Routledge, 75-101.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2004), «Prosopografía de *praefecti fabrum* originarios de Lusitania», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7/1, 365-384.
- GONZÁLEZ HERRERO, M. (2002), «Contribución al estudio prosopográfico de los *equites* lusitanorromanos: el *cursus honorum* del tribuno *Lucius Cornelius Lucii filius Galeria Bocchus*», *Aquila Legionis* 2, 33-57.
- GOODYEAR, F. R. D. ed. (1972), *The Annals of Tacitus. Books 1-6*, Cambridge, University Press.
- GOOLD, G. P. (1970), «Servius and the Helen episode», *HSCP* 74, 101-168.

- GOURÉVITCH, D. (1984), *Le Mal d'Être Femme*, Paris, Les Belles Lettres.
- GOURÉVITCH, D. (1996), «La gynécologie et l'obstétrique», *ANRW* 37/3, 2083-2146.
- GOURÉVITCH, D., RAEPSAET-CHARLIER, M. T. (2001), *La Femme dans la Rome Antique*, Paris, Hachette Littératures.
- GRAF, F. (2006), «Myth in Ovid» in P. Hardie, ed. *The Cambridge Companion to Ovid*, Cambridge, University Press, 108-121.
- GRANDSEN, K. W. (1976), *Virgil. Aeneid Book VIII*, Cambridge, University Press.
- GREBE, S. (2003), «Marriage and Exile: Cicero's letters to Terentia», *Helios* 30/2, 127-146.
- GREEN, C. M. C. (1996), «Terms of venery: *Ars amatoria* I», *TAPhA* 126, 221-263.
- GREEN, P. (1982), «*Carmen et error: prophasis and aitia* in the Matter of Ovid's Exile», *CA* 1/2, 202-220.
- GREENE, E. (1998), *The Erotics of Domination: Male Desire and the Mistress in Latin Love Poetry*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- GREGORIS, R. L. (2002), *El amor en la comedia latina. Análisis lexico y semántico*, Madrid, Ediciones Clásicas.
- GRENIER, A. (1948), *Les religions étrusque et romaine*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin.
- GRETHER, G. (1946), «Livia and the Roman Imperial Cult», *AJPh* 67, 222-253.
- GRIFFIN, J. (1985), *Latin Poets and Roman Life*, London, Duckworth.
- GRIMAL, P. (1974), *Le siècle d'Auguste*, Paris, Presses Universitaires de France.
- GRIMAL, P. (1991), *O amor em Roma*, São Paulo, Martins Fontes.
- GRIMAL, P. (1995), *L'amour à Rome*, Paris, Éditions Payot & Rivages.
- GRISART, A. (1959), «La publication des "Metamorphoses": une source du récit d'Ovide (*Tristes* I, 7, 11-40)» in *Atti del primo Convegno internazionale ovidiano* I (Sulmona, Maggio 1958), Roma, Istituto di Studi Romani, 125-156.
- GUERRA, A. (1995), *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Colibri.
- GUERRA, A. (2002) «A epigrafia de *Scallabis*» in *De Scallabis a Santarém*, Lisboa/Santarém, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Santarém, 179-184.

- GURVAL, R. A. (1995), *Actium and Augustus*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- HABICHT, C. (1973), «Die augusteische Zeit und das erste Jahrhundert n. Chr.» in *Le culte des souverains dans l'empire Romain*, Vandouves/Genève, Fondation Hardt, 41-99.
- HABINEK, T. N. (1998), *The Politics of Latin Literature. Writing, Identity, and Empire in Ancient Rome*, Princeton University Press.
- HAFFTER, H. (1971), «Pasquill, Pamphlet und Invektive bei Tacitus» in G. Radke ed., *Politik und literarische Kunst im Werk des Tacitus*, Stuttgart, Klett, 100-110.
- HALLETT, J. P. (1984), «The role of women in Roman elegy: counter-cultural Feminism» in J. Peradotto, J. P. Sullivan eds., *Women in the Ancient World: the Arethusa Papers*, Albany, State University of New York Press, 241-262.
- HALLETT, J. P. (1984), *Fathers and Daughters in Roman Society. Women and the Elite Family*, Princeton, University Press.
- HANSON, A. E. (1990), «The Medical Writers' Woman» in D. M. Halperin, J. J. Winkler, F. I. Zeitlin eds., *Before Sexuality: the Construction of Erotic Experience in the Ancient Greek World*, Princeton, University Press.
- HARDIE, P. ed. (2006), *The Cambridge Companion to Ovid*, Cambridge, University Press.
- HARDY, L. E. (1976), *The Imperial Women in Tacitus' Annales*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- HARRISON, S. (2006), «Ovid and Genre: Evolutions of an Elegist» in P. Hardie ed., *The Cambridge Companion to Ovid*, Cambridge, University Press, 79-94.
- HEAD, B. V. (1901), *A Catalogue of Greek coins in the British Museum* 15, *Catalogue of the Greek coins of Lydia*, London, The Trustees.
- HELZLE, M. (1989), «Mr. and Mrs. Ovid», *G&R* 36/2, 183-193.
- HEMELRIJK, E. A. (1999), *Matrona Docta. Educated women in the Roman elite from Cornelia to Julia Domna*, London, Routledge.
- HENDERSON, M. H. (1942), «Julius Caesar and Latium in Spain», *JRS* 32, 1-13.
- HERBERT-BROWN, G. (1994), *Ovid and the Fasti. An Historical Study*, Oxford, Clarendon Press.
- HEYOB, S. K. (1975), *The Cult of Isis among Women in the Graeco-Roman World*, Leiden, Brill.

- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. (1998), «Mujeres, familia y sucesión dinástica: Julia, Livia y Agripina» in *Actas del IX Congreso Español de Estudios Clásicos*, Madrid, Ediciones Clásicas, 130-140.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. (2003), «Esposas, hijas y madres imperiales: el poder de la legitimidad dinástica», *Latomus* 62, 47-58.
- HINDS, S. (1988), «Generalising about Ovid» in A. J. Boyle, ed., *The Imperial Muse: Ramus essays on Roman Literature of the Empire I – To Juvenal through Ovid*, Berwick, Aureal, 4-31.
- HINDS, S. (2006), «Booking the return trip: Ovid and *Tristia* I» in P. Knox, ed., *Oxford Readings in Ovid*, Oxford, University Press, 415-440 (= *PCPhS* 31, 1985, 13-32).
- HINE, H. M. (2000), *Seneca. Medea*, Warminster, Aris & Phillips.
- HOLLIS, A. S. (1970), «Introduction» in *Ovidius: Metamorphoses, book VIII*, Oxford, Clarendon Press, ix-xiv.
- HOLLIS, A. S. (1986), «The composition of Callimachus' *Aetia* in the light of P. Oxy. 2258», *CQ* 36/2, 467-471.
- HOLZBERG, N. (2002), *Ovid: the Poet and his Work*, Ithaca/London, Cornell University Press.
- HOPKINSON, N. (1999^r), *A Hellenistic Anthology*, Cambridge, University Press.
- HUNTER, R. (2006), *The Shadow of Callimachus: Studies in the Reception of Hellenistic Poetry at Rome*, Cambridge, University Press.
- HUSKEY, S. J. (2004), «Strategies of omission and revelation in Ovid's *Heroides* 6, 12, and *Tristia* 3.9», *Philologus* 148/2, 274-89.
- HUTCHINSON, G. O. (1988), *Hellenistic poetry*, Oxford, Clarendon Press.
- ILER = VIVES, J. (1971-1972), *Inscripciones latinas de la España Romana*, Barcelona.
- INWOOD, B. (1993), «Seneca and Psychological Dualism» in J. Brunschwig, M. C. Nussbaum eds., *Passions & Perceptions. Studies in Hellenistic Philosophy of Mind*. Proceedings of the Fifth Symposium Hellenisticum, Cambridge, University Press, 150-183.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, J. d' (1984), *Inscrições romanas do conuentus Pacensis*, Coimbra, Instituto de Arqueologia.
- ISAGER, J. (1991), *Pliny on Art and Society*, London, Routledge.
- JACOBSON, H. (1974), «The date of the *Heroides*» in *Ovid's Heroides*, Princeton, University Press, 300-318.
- JAMES, S. L. (2003), *Learned Girls and Male Persuasion: Gender and Reading in Roman Love Elegy*, Berkeley, University of California Press.

- JOCELYN, H. D. (1967), *The tragedies of Ennius*, Cambridge, University Press.
- JOHNSON, W. R. (1985), «Ringing down the curtain on love», *Helios* 12, 21-28.
- JONES, A. H. M. (1955), «The elections under Augustus», *JRS* 45, 9-21.
- JORDÁN CÓLERA, C. (2004), *Celtibérico*, Zaragoza, Departamento de Ciencias de la Antigüedad.
- KAPPARIS, K. A. (2002), *Abortion in the Ancient World*, London, Duckworth.
- KASER, M. (1999), *Direito Privado Romano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- KEITH, A. M. (1992), «Amores 1.1: Propertius and the Ovidian programme» in *Studies in Latin Literature and Roman History* 6, 327-344.
- KELLY, H. A. (1979), «Tragedy and the Performance of Tragedy in Late Roman Antiquity», *Traditio* 35, 21-44.
- KENNEDY, D. F. (1993), *The Arts of Love: Five Studies in the Discourse of Roman Love Elegy*, Cambridge/New York, Cambridge University Press.
- KENNEDY, D. F. (2006), «Epistolarity: the *Heroides*» in P. Hardie, ed. *The Cambridge Companion to Ovid*, Cambridge, University Press, 217-232.
- KENNEY, E. J. (1995^r), *P. Ovidi Nasonis. Amores; Medicamina faciei femineae; Ars amatoria; Remedia amoris*, New York, Oxford University Press.
- KENNEY, E. J., ed. (1961), *P. Ovidi Nasonis Amores, Medicamina Faciei Femineae, Ars Amatoria, Remedia Amoris*, Oxford, Clarendon Press.
- KEPPIE, L. J. F. (1983), *Colonisation and Veteran Settlement in Italy, 47-14 B.C.*, London, British School at Rome.
- KIENAST, D. (1999), *Augustus. Prinzeps und Monarch*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- KIESSLING, A., HEINZE, R., rev. (1960), *Horaz: Oden und Epoden*, Berlin, Weidmannsche Verlagsbuchhandlung.
- KING, H. (1998), *Hippocrates' Woman: Reading the Female Body in Ancient Greece*, London/New York, Routledge.
- KNOX, P. E. (1985), «The epilogue to the *Aetia*», *GRBS* 26/1, 59-65.
- KNOX, P. E. (1986), «Ovid's *Medea* and *Heroides* 12» *HSPH* 90, 207-223.
- KNOX, P. E. (2002), «The *Heroides*: Elegiac Voices» in B. W. Boyd ed., *Brill's Companion to Ovid*, Leiden, Brill.

- LABATE, M. (1984) *L'arte di farsi amare. Modelli culturali e progetto didascalico nell'elegia ovidiana*, Pisa, Giardini.
- LAET, S. J. de (1941), *De Samenstelling van den Romeinschen Senaat gedurende de eerste eeuw van het Principaat: (28 vóór Chr.-68 na Chr.)*, Antwerpen, De Sikkel.
- LE BOHEC, Y. (1989), *L'Armée Romaine*, Paris, Éditions A. et J. Picard.
- LE ROUX, P. (1995), *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces, II^e siècle av. J.-C.-III^e siècle av. J. C.*, Paris, Armand Colin.
- LE ROUX, P. (1996), «Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l'empire» in E. Ortiz de Urbina, J. Santos, eds., *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania*, Vitoria, Universidad del País Vasco, 239-253.
- LENS TUERO, J. (1986), «Viriato, héroe y rey cínico», *Estudios de Filología Griega* 2, 253-272. (= Lens Tuero, J., ed., *Estudios sobre Diodoro de Sicilia*, Granada, 1994, 127-143).
- LENZ, F. W. (1965), *Die Liebeselegien*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- LEO, F. (1963), *L. Annaei Senecae Tragoediae* I, editio secunda ex editione anni MDCCCLXXVIII lucis ope expressa, Berolini, apud Weidmannos.
- LEVICK, B. (1972), «Tiberius retirement to Rhodes in 6 B.C.», *Latomus* 31, 779-813.
- LEVICK, B. (1975), «Julians and Claudians», *G&R* 22/1, 29-38.
- LEVICK, B. (1976), «The Fall of Julia the Younger», *Latomus* 35, 301-339.
- LEVICK, B. (1999), *Tiberius, the Politician*, London, Routledge.
- LILJA, S. (1965), *The Roman Elegists' Attitude to Women*, Helsinki, Suomalainen Tiedeakatemia.
- LOBEL, E., TURNER, E. G. (1959), *The Oxyrhynchus papyri. Pt. 25*, London, Egypt Exploration Society.
- LÖRSCHER, G. (1975), *Der Aufbau der drei Bücher von Ovids Amores*, Amsterdam, Grüner.
- LOUPIAC, A. (1999), *Virgile, Auguste et Apollon: Mythes et Politique à Rome*, Paris, L'Harmattan.
- LUCE, J. (1990), «Livy, Augustus and the *Forum Augustum*» in K. A. Raafaub, M. Toher, *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 123-138.
- LUCK, G. (1961), «Die Welt der *Amores*» in *Die Römische Liebeselegie*, Heidelberg, Winter, 166-200.

- LUCK, G. (1967-1977), *Ovid: Tristia. Text mit Übersetzung und Kommentar*, Heidelberg, Winter.
- LUGLI, G. (1959), «Commento topografico all'eglogia I del III libro dei "Tristia"» in *Convegno Internazionale Ovidiano, Sulmona 1958 II*, Roma, Istituto di Studi Romani, 397-403.
- LUIZI, A. (2008), «La culpa silenda di Ovidio nell bimillenario dell'esilio» in A. A. Nascimento, M. C. C.-M. S. Pimentel coords., *Ovidio: exilio e poesia. Actas do colóquio no bimilenário da «relegatio»*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 19-45.
- LYNE, R. O. A. M. (1980), *The Latin Love Poets: from Catullus to Horace*, Oxford, University Press.
- MACK, S. (1988), *Ovid*, New Haven, Yale University Press.
- MAGIE, D. (1950), *Roman Rule in Asia Minor: to the end of the third century after Christ*, Princeton, University Press.
- MANN, J. C. (1983), *Legionary Recruitment and Veteran Settlement during the Principate*, London, Institute of Archaeology/University of London.
- MANTAS, V. G. (1988), «Orarium donavit Igaiditanis: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana» in *Actas de 1er. Congresso Peninsular de Historia Antigua (Santiago de Compostela, 1-5 julio 1986)*, vol. 2, Santiago de Compostela, Universidad, 415-439.
- MANTAS, V. G. (1996), «Comércio marítimo e sociedade nos portos romanos do Tejo e Sado» in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado. Actas das Primeiras Jornadas sobre a Romanização dos Estuários do Tejo e Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal/Edições D. Quixote, 343-369.
- MARRONE, C. (1978), «Germanico tra mito d'Alessandro ed exemplum d'Augusto», *Sileno* 4, 209-226.
- MARSH, F. B. (1926), «Roman parties in the reign of Tiberius», *AHR* 30, 233-250.
- MARSH, F. B. (1931), *The Reign of Tiberius*, London, Oxford University Press.
- MARSHALL, A. J. (1989), «Ladies at Law: the Role of Women in the Roman Civil Courts» in C. Deroux ed., *Studies in Latin Literature and Roman History*, Bruxelles, Latomus, 35-54.
- MARSHALL, A. J. (1990), «Women on Trial before the Roman Senate», *Classical Views* 34, 333-366.
- MARTIN, J.-P. (2006-2008), «Les Fastes d'Ovide: une oeuvre "augustéenne"», *Studii Clasice* 42-44, 77-88.
- MARTINI, E. (1970r), *Einleitung zu Ovid*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

- MATTERN, S. P. (1999), *Rome and the Enemy. Imperial Strategy in the Principate*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press.
- MCKEOWN, J. C. (1984), «*Fabula proposito nulla tegenda meo: Ovid's Fasti and Augustan politics*» in T. Woodman, D. West eds, *Poetry and politics in the age of Augustus*, Cambridge, University Press, 169-187.
- MCKEOWN, J. C. (1987), «Chronology» in *Ovid: Amores I – Text and Prolegomena*, Liverpool, Francis Cairns, 74-89.
- MCKEOWN, J. C. (1987), «The arrangement of the poems» in *Ovid: Amores I – Text and Prolegomena*, Liverpool, Francis Cairns, 90-107.
- MCKEOWN, J. C. (1989), *Ovid: Amores. A Commentary on Book one*, Liverpool, Francis Cairns.
- MEISE, E. (1969), *Untersuchungen zur Geschichte der Julisch-Claudischen Dynastie*, München, Verlag C. H. Beck.
- MENOZZI, E. (1905), «La composizione strofica del *Carmen Saeculare*», *SIFC* 13, 67-73.
- MICHEL, D. (1967), *Alexander als Vorbild für Pompeius, Caesar und Marcus Antonius: archäologische Untersuchungen*, Bruxelles, Latomus.
- MIGUEL MORA, C. de (2002), «O mistério do exílio ovidiano», *Ágora* 4, 99-117.
- MIGUEL MORA, C. de (2006), «Ovidio, el poeta sincero (*Am.* 1.1-5)», *Ágora* 8, 59-78.
- MITCHELL, T. N. (1979), *Cicero: The Ascending Years*, New Haven, Yale University Press.
- MOLES, J. (1991), «The dramatic coherence of Ovid, *Amores* 1.1 and 1.2», *CQ* 41/2, 551-554.
- MOMMSEN, T. (1905), «Die Akten zu dem Säkulargedicht des Horaz» in *Reden und Aufsätze*, Berlin, Weidmannsche Buchhandlung (reed. Hildesheim, Gg. Olms, 1976), 351-359.
- MONTI, R. C. (1981), *The Dido Episode and the Aeneid: Roman Social and Political Values in The Epic*, Leiden, Brill.
- MOREAU, A. (1994), *Le mythe de Jason et Médée. Le va-nu-pied et la sorcière*, Paris, Les Belles Lettres.
- MORGAN, K. (1977), *Ovid's Art of Imitation: Propertius in the Amores*, Leiden, Brill.
- MUDD, M. (2005), *I, Livia. The Counterfeit Criminal. The Story of a much Maligned Woman*, Victoria, Trafford Publishing.

- MUNARI, F. (1951), *P. Ovidi Nasonis Amores*, Firenze, La Nuova Italia.
- MUNK OLSEN, B. (1985), *L'étude des auteurs classiques latins aux XIe et XIIe siècles II*, Paris, C.N.R.S.
- MURGATROYD, P. (1975), «*Militia amoris* and the Roman Elegists», *Latomus* 34, 59-79.
- MURGIA, C. (1986a), «The date of Ovid's *Ars Amatoria* 3», *AJPh* 107, 74-94.
- MURGIA, C. (1986b), «Influence of Ovid's *Remedia Amoris* on *Ars Amatoria* 3 and *Amores* 3», *CPh* 81, 203-220.
- NAGLE, B. R. (1980), *The Poetics of Exile – Program and Polemic in the Tristia and Epistulae ex Ponto of Ovid*, Bruxelles, Latomus.
- NAGORE DE ZAND, J. (1995), «Una aproximación intertextual al “*Carmen Saeculare*”», *AFC* 13, 124-146.
- NASCIMENTO, A. A. (2008), «Ovídio: exílio, soledade e criação poética» in A. A. Nascimento, M. C. C.-M. S. Pimentel coords., *Ovídio: exílio e poesia. Actas do colóquio no bimilenário da «relegatio»*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 7-14.
- NÉRAUDAU, J.-P. (1996^r), *Être Enfant à Rome*, Paris, Éditions Payot.
- NEWIGER, H.-J. (1964), «Zum Epigramm der *Amores* Ovids», *Hermes* 92, 119-121.
- NEWLANDS, C. (1997), «The Role of the Book in *Tristia* 3.1», *Ramus* 26, 59-79.
- NICOLET, C. (1988), *Inventaire du monde: Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*. Paris, Fayard.
- NIKOLAIDIS, A. G. (1985), «Some Observations on Ovid's Lost *Medea*», *Latomus* 44, 383-387.
- NORWOOD, F. (1963), «The Riddle of Ovid's relegation», *CPh* 58, 150-163.
- NUSSBAUM, M. C. (1993), «Poetry and the Passions: Two Stoic Views» in J. Brunschwig, M. C. Nussbaum eds., *Passions & Perceptions. Studies in Hellenistic Philosophy of Mind. Proceedings of the Fifth Symposium Hellenisticum*, Cambridge, University Press, 97-149.
- O'GORMAN, E. (1997), «Love and the Family: Augustus and Ovidian Elegy», *Arethusa* 30, 103-123.
- OLIVEIRA, F. de (1992), *Les idées politiques et morales de Pline l'Ancien*, Coimbra, INIC.
- OLIVEIRA, F. de (1993), «Teatro e poder em Roma» in J. Torrão ed., *As*

Línguas Clássicas. Investigação e Ensino, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 121-142.

- OLIVEIRA, F. de (2005a) «Geoantropologia e imperialismo em Plínio-o-Antigo» in *Actas del XI Congreso de la Sociedad Española de Estudios Clásicos*, Madrid, Ediciones Clásicas, 535-546.
- OLIVEIRA, F. de (2005b), «Autobiografia nos tratados políticos de Cícero» in C. de Miguel Mora, coord., «Vt par delicto sit poena»: *Crime e justiça na Antiguidade*, Aveiro, Centro de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 229-243.
- OLIVEIRA, F. de (2006), «Amor em Terêncio» in A. Pociña, B. Rabaza, M. F. Silva eds, *Estudios sobre Terencio*, Granada/Coimbra, Universidad de Granada, Universidade de Coimbra, 333-356.
- OLIVEIRA, F. de (2008a), *Cícero. Tratado da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, Temas e Debates.
- OLIVEIRA, F. de (2008b), «Misoginia clássica. Perspectivas de análise» in C. Soares, I. C. Secall, M. C. Fialho eds, *Norma e Transgressão*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 65-91.
- OLIVEIRA, F. de (2008c), «Misoginia na comédia *togata*», in M. L. Santa Bárbara et alii coords, *Identidade e cidadania da Antiguidade aos nossos dias. Actas de Congresso*, Lisboa, Papiro Editora, 349-368..
- OLIVEIRA, F. de (2008d), «Temática feminina em Lucílio», *Revista Letras*, Campinas, 26.1 9-32..
- OLIVEIRA, F. de (2009), «Amor na sátira de Horácio e seus predecessores» in M. H. da Rocha Pereira, J. Ribeiro Ferreira, F. de Oliveira coords., *Horácio e a sua perenidade*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 21-53.
- OLIVER, R. (1945), «The first edition of the *Amores*», *TAPhA* 76, 191-215.
- OLTRAMARE, A. (1926), *Les origines de la diatribe romaine*, Genève, Imprimeries Populaires.
- OWEN, S.G., ed. (1915), *P. Ovidi Nasonis Tristium libri quinque, Ex Ponto libri quattuor, Halieutica, Fragmenta*, Oxford, Clarendon Press.
- PALOMAR LAPESA, M. (1957), *La onomástica personal pre-latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca, Universidad.
- PANI, M. (1968), «Il circolo di Germanico», *Annali della Facoltà di Magistero dell'Università di Bari* 7, 109-127.
- PANI, M. (1975), «Troia resurgens: mito troiano e ideologia del principato», *Annali della Facoltà di Lettere di Bari* 18, 65-85.

- PANI, M. (1979), *Tendenze politiche della successione al principato di Augusto*, Bari, Adriatica Editrice.
- PANI, M. (1993²), *Potere e valori a Roma fra Augusto e Traiano*, Bari, Edipuglia.
- PARATORE, E. (1959), «L'evoluzione della "sphragis" dalle prime alle ultime opere di Ovidio» in *Atti del Convegno Internazionale Ovidiano* (Sulmona, 1958), Roma, Istituto di Studi Romani, 173-203.
- PARSONS, P. (2003³), «Callimachus» in S. Hornblower, A. Spawforth, eds., *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, University Press, 276-277.
- PASQUALI, G. (1966), *Orazio Lirico: Studi*, reed. ad. A. La Penna, Firenze, Felice Le Monnier.
- PETRINI, F. M. (2008), «Considerazioni su Clutorio Prisco e il suo processo (Tac. III 49-51, Cass. Dio LVII 20, 3-4)», *Klio* 90, 76-104.
- PFISTER, F. (1915), «Hat Ovid eine Gigantomachie geschrieben?», *RbM* 70, 472-474.
- PINHEIRO, C. M. N. G. S. (2001), *Percorso de Dido, Rainha de Cartago, na Literatura Latina*, Funchal, Universidade da Madeira.
- PINTO, E. V.-C. (2007), «A *relegatio* de Ovídio: sua importância no ensino actual do Direito Romano» in A. A. Nascimento, M. C. C.-M. S. Pimentel coords., *Ovídio: exílio e poesia. Actas do colóquio no bimilenário da «relegatio»*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, 69-82.
- PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910), *Archeologia do distrito de Castello Branco*, Leiria, Typographia Leiriense.
- PUTNAM, M. J. (2000), *Horace's Carmen Saeculare: Ritual Magic and the Poet's Art*, New Haven, Yale University Press.
- QUENEMOEN, C. K. (2006), «The Portico of the Danaids: A New Reconstruction», *AJA* 110, 229-250.
- QUESTA, C. (1957), «Il Viaggio di Germanico in Oriente e Tacito», *Maia* 9, 291-321.
- RAAFLAUB, K. A., SAMMONS II, L. J. (1990), «Opposition to Augustus» in K.A. Raflaub, M. Toher eds., *Between Republic and Empire: Interpretations of Augustus and His Principate*, Berkeley, University of California Press, 430-431.
- RADITSA, L. F. (1980), «Augustus' Legislation concerning Marriage, Procreation, Love Affairs and Adultery», *ANRW* 2/13, 278-339.
- RAEPSAET-CHARLIER, M.-T. (1987), *Prosopographie des femmes de l'ordre sénatorial: Ier-IIe siècles*, Lovanii, Aedibus Peeters (= FOS).

- RAMAGE, E. S. (1987), *The Nature and Purpose of Augustus' Res Gestae*, Stuttgart, Steiner.
- RAMÍREZ DE VERGER, A. (1991), «Introducción: 2. fecha y ediciones de *Amores*» in *Publio Ovidio Nasón: Amores*, texto latino A. Ramírez de Verger, trad. F. Socas, Madrid, C.S.I.C., xiii-xvi.
- RAMÍREZ DE VERGER, A. (2005), *Publio Ovidio Nasón, Obras completas*, Madrid, Espasa Calpe.
- RAMSBY, T. (2005), «Striving for permanence: Ovid's funerary inscriptions», *CJ* 100, 365-391.
- RAWSON, E. (1975), *Cicero — a portrait*, London, Allen Lane.
- REITZENSTEIN, R. (1935), «Das neue Kunstwollen in den *Amores* Ovids», *RhM* 84, 62-86 (= M. von Albrecht, E. Zinn, eds., *Ovid*, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968, 206-232).
- RICHARDSON, L. (1992), *A New Topographical Dictionary of Ancient Rome*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- RIDDLE, J. M. (1991), «Oral contraceptives and early-term abortifacients during Classical Antiquity and the Middle Ages», *P&P* 132, 3-32.
- RIDDLE, J. M. (1992), *Contraception and Abortion from the Ancient World to the Renaissance*, Cambridge, Harvard University Press.
- RIDDLE, J. M. (1997), *Eve's Herbs: a History of Contraception and Abortion in the West*, Cambridge, Harvard University Press.
- ROBERT, J.-N. (1997), *Eros Romain: sexe et morale dans l'ancienne Rome*, Paris, Les Belles Lettres.
- ROBINSON, H. R. (1975), *The Armour of Imperial Rome*, London, Arms and Armour Press.
- ROCHA PEREIRA, M. H. da (2002³), *Estudos de História da Cultura Clássica – Cultura Romana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROCHA PEREIRA, M. H. (2005³), *Eurípides. Medeia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, N. S. (2003), «Messalina ou *Aphrodita tragica in Vrbe*» in A. Ventura org., *Presença de Victor Jabouille*, Lisboa, 513-534.
- RODRIGUES, N. S. (2005), *Mitos e Lendas. Roma Antiga*, Lisboa, Livros e Livros.
- RODRIGUES, N. S. (2007), *Iudaei in Vrbe. Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROHR VIO, F. (1998), *Le voci del dissenso. Ottaviano Augusto e i suoi oppositori*, Padova, Il Poligrafo.

- ROTONDI, G. (1966), *Leges publicae populi romani*, Hildesheim, G. Olms.
- RUDD, N. (1966), *The Satires of Horace*, Cambridge, University Press.
- RUDD, N. (1989), *Horace. Epistles, Book II, and Epistle to the Pisones («Ars Poetica»)*, Cambridge, University Press.
- SÁ, A. M. de (2007), *Ciuitas Igaeditanorum: Os deuses e o os homens*, Idanha-a-Nova, Município de Idanha-a-Nova.
- SABOT, A. F. (1976), «Les deux éditions des *Amores*» in *Ovide, poète d'amour, dans ses oeuvres de jeunesse: Amores, Héroïdes, Ars Amatoria, Remedia Amoris, de Medicamine Faciei Femineae*, Paris, Ophrys, 54-83.
- SALLER, R. P. (1982), *Personal Patronage under the Early Empire*, Cambridge, University Press.
- SALWAY, B. (2001), «Travel, *itineraria*, and *tabellaria*» in C. Adams, R. Laurence, ed., *Travel and Geography in the Roman Empire*, London, Routledge, 22-66.
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; PÉREZ GARCÍA, L. C. (2005), «Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges/Erjas y Bazágueda (*Lusitania*): la zona minera de Penamacor-Meimoa» in *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.ª Jornadas de Património da Beira Interior*, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, 267-307.
- SANTINI, C. (2002), «*Stabilis Rerum Terminus*: Sui vv. 26-27 del *Carmen Saeculare*», in D. Poli, ed., *La battaglia del Sentino: Scontro fra nazioni e incontro in una nazione*, Roma, Editrice "Il Calamo", 707-721.
- SANTORO L'HOIR, F. (1984), «Tacitus and Women Usurpation of Power», *CW* 88, 5-25.
- SATTLER, P. (1969), «Julia und Tiberius; Beiträge zur römischen Innenpolitik zwischen den J. 12 v. Chr. und 2 n. Chr.» in W. Schmitthenner, Hrsg., *Augustus*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 486-530.
- SAVAGE, J. J. (1938), «Germanicus and Aeneas», *CJ* 34, 237-238.
- SCHEID, J. (1975), «Scribonia Caesaris et les Julio-Claudiens. Problèmes de vocabulaire de parenté», *MEFR* 87, 349-375.
- SCHIESARO, A. (1997), «Passion, Reason and Knowledge in Seneca» in S. Morton Braund, C. Gill eds., *The Passions in Roman Thought and Literature*, Cambridge, University Press, 89-111.
- SCHIFFMANN, K. (1935), *Die Handschriften der Öffentliche Studienbibliothek in Linz*, Linz.
- SCHMIDT, O. E. (1893), *Der Briefwechsel des M. Tullius Cicero von seinem Prokonsulat in Cilicien bis zu Caesars Ermordung*, Leipzig, Teubner.

- SCHULZE, W. (1991), *Sur Geschichte lateinischer Eigennamen (1904), mit einer Berichtungsliste zur Neuauflage von Olli Salomies*, Hildesheim, Olms-Weidmann.
- SEALEY, R. (1961), «The political attachments of L. Aelius Sejanus», *Phoenix* 15, 97-114.
- SEGUIN, R. (1990), «Les Dieux d'Horace: Remarques sur le Chant séculaire», *Orpheus Voce* 3, 91-108.
- SHACKLETON BAILEY, D. R. (1971), *Cicero*, London, Duckworth.
- SHOTTER, D. C. A. (1967), «The trial of Gaius Silius (AD 24)», *Latomus* 26, 712-716.
- SHOTTER, D. C. A. (1971), «Julians, Claudians and the accession of Tiberius», *Latomus* 30, 1117-1123.
- SHOTTER, D. C. A. (1974), «Cnaeus Calpurnius Piso, legate of Syria», *Historia* 23, 229-245.
- SILVA, A. C. F. (1983), «As *tesserae hospitales* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia): Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga», *Gaya* 1, 9-26.
- SILVA, A. C. F. da (1984), «Aspectos da Proto-História e romanização no concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento», *Gaya* 2, 39-58.
- SIMON, E. (1986), *Augustus. Kunst und Leben in Rom um die Zeitenwende*, München, Hirmer.
- SOLIN, H., SALOMIES, O. (1994), *Repertorium nominum gentilium et cognomina latinorum, editio nova*, Hildesheim, Olms-Weidmann.
- SORDI, M. (1979), «La morte di Agrippa Postumo e la rivolta di Germania del 14 d. C.» in *Studi su Varrone, sulla retorica, storiografia e poesia latina. Scritti in onore di Benedetto Riposati*, Milano/Rieti, Centro di studi varroniani, Università cattolica S. Cuore, 481-495.
- SOUSA E SILVA, M. F., trad. (2008), *Aristóteles, História dos Animais*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- STADEN, H. von (1991), «*Apud nos foediora uerba: Celsus' reluctant construction of the female body*» in G. Sabbah ed., *Le Latin Médical: la Constitution d'un Langage Scientifique: Réalités et Langage de la Médecine dans le Monde Romain: Actes du IIIe Colloque International «Textes Médicaux Latins Antiques», Saint-Etienne, 11-13 septembre 1989*, Saint-Etienne, Université de Saint-Etienne, 271-296.
- SUÁREZ DE LA TORRE, E. (2006), «Medeia em Ovídio: a magia como metamorfose» in E. Suárez de la Torre, M. C. Fialho coords., *Bajo el*

signo de Medea. Sob o signo de Medeia, Valladolid/Coimbra, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Imprensa da Universidade de Coimbra, 117-133.

- SUERBAUM, W. (1971), «Der Historiker und die Freiheit des Wortes. Die Rede des Cremutius Cordus bei Tacitus, Ann. 4, 34-35» in G. Radke ed., *Politik und literarische Kunst im Werk des Tacitus*, Stuttgart, Klett, 61-99.
- SUMNER, G. V. (1965), «The family connections of L. Aelius Seianus», *Phoenix* 19, 134-145.
- SYME, R. (1939), *The Roman Revolution*, Oxford, Clarendon Press.
- SYME, R. (1955), «Marcus Lepidus, capax imperii», *JRS* 45, 22-33.
- SYME, R. (1957), «The Origin of the *Veranii*», *CJ* 7, 123-125.
- SYME, R. (1960), *The Roman Revolution*, Oxford, University Press.
- SYME, R. (1966), «The consuls of A.D. 13», *JRS* 56, 55-60.
- SYME, R. (1978a), «Chronology» in *History in Ovid*, Oxford, Clarendon Press, 1-20.
- SYME, R. (1978), *History in Ovid*, Oxford, Clarendon Press.
- SYME, R. (1981), «The Early Tiberian Consuls», *Historia* 30, 189-202.
- SYME, R. (1981a), «Princesses and Others in Tacitus», *G&R* 28, 40-52.
- SYME, R. (1986), *The Augustan Aristocracy*, Oxford, Clarendon Press.
- TARRANT, R. (2006), «Ovid and Ancient Literary History» in P. Hardie, ed., *The Cambridge Companion to Ovid*, Cambridge, University Press, 13-33.
- TEIXEIRA, C. A. (2009), «Casamento, adultério e sexualidade no Direito Romano: o caso particular da *lex iulia de maritandis ordinibus* e da *lex iulia de adulteriis coercendis*» in J. A. Ramos, M. C. Fialho, N. S. Rodrigues org., *A Sexualidade no Mundo Antigo*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 361-366.
- THIBAUT, J. C. (1964), *The Mystery of Ovid's Exile*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- THOMAS, E. (1964), «Variations on a military theme in Ovid's *Amores*», *G&R* 11/2, 151-165.
- TISSOL, G. (2005), «Maimed Books and Maimed Authors: *Tristia* 17 and the Fate of the *Metamorphoses*», in W. W. Batstone, G. Tissol, eds., *Defining Gender and Genre in Latin Literature*, New York, Peer Lang.
- TREGGIARI, S. (1991), *Roman Marriage: Iusti Coniuges From the Time of Cicero to the Time of Ulpian*, Oxford, Clarendon Press.

- UNTERMANN, J. (1997), *Monumenta linguarum Hispanicarum, IV. Die tartesischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag.
- VALLEJO RUIZ, J. M. (2005), *Antroponimia indígena da la Lusitania romana*, Vitoria-Gasteiz, Servicio Editorial Universidad del País Vasco.
- VARANDAS, J. (2009), «Sexo e Império: problemas e perspectivas na dinâmica do exército romano» in J. A. Ramos, M. C. Fialho, N. S. Rodrigues, coords., *A Sexualidade no Mundo Antigo*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 535-536.
- VARNER, E. R. (2001), «Portraits, Plots, and Politics: *Damnatio memoriae* and the Images of Imperial Women», *MAAR* 46, 41-93.
- VERDIÈRE, R. (1992), *Le Secret du Voltigeur d'Amour ou le Mystère de la Relégation d'Ovide*, Bruxelles, Latomus.
- VEYNE, P. (1976), *Le pain et le cirque*, Paris, Éditions du Seuil.
- VEYNE, P. (1983), *L'Élégie Érotique Romaine: l'Amour, la Poésie et l'Occident*, Paris, Éditions du Seuil.
- VIARRE, S. (1999), «La poétique des genres dans les *Héroïdes* XVI et XVII d'Ovide», *Helmantica* 151-153, 753-768.
- VITTINGHOFF, F. (1952), *Römische Kolonisation und Bürgerrechtspolitik unter Caesar und Augustus*. Mainz, Akademie der Wissenschaften und der Literatur/Wiesbaden, Steiner.
- WATTS, W. J. (1973), «Ovid, the law and Roman society on abortion», *Acta Classica* 16, 89-101.
- WEIGEL, R. D. (1985), «Augustus' Relations with the *Aemilii Lepidi* – Persecution and Patronage», *RhM* 128, 180-191.
- WEINLICH, B. (1999), «Ovids Amores und das *epigramma ipsius*» in *Ovids Amores: Gedichtfolge und Handlungsablauf*, Stuttgart, Teubner, 21-22.
- WEINSTOCK, S. (1971), *Divus Julius*, Oxford, Clarendon Press.
- WELCH, T. S. (2005), *The Elegiac Cityscape. Propertius and the meaning of Roman Monuments*, Columbus, The Ohio State University Press.
- WHITAKER, R. (1983), *Myth and Personal Experience in Roman Love-Elegy*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- WIEGELS, R. (1976), «Zum territorium der Augusteischen Kolonie Emerita», *Madriider Mitteilungen* 17, 258-284.

- WILAMOWITZ-MOELLENDORF, U. von, ZUCHER, F. (1911), «Zwei Edikte des Germanicus auf einem Papyrus des Berliner Museums», *Sitzungsberichte der Preussischen Akademie der Wissenschaften*, 794-821.
- WILLIAMS, G. (1978), *Change and Decline. Roman Literature in the Early Empire*, Berkeley, The University of California Press.
- WILLIAMS, G. (1994), *Banished Voices: Readings in Ovid's Exile Poetry*, Cambridge, University Press.
- WILLIAMS, G. (1996), «Representations of Women in Roman Literature» in D. E. E. Kleiner, S. B. Matheson eds., *I Claudia. Women in Ancient Rome*, New Haven, Yale University Press, 126-138.
- WILLIAMS, G. D. (1992), «Representations of the Book-Roll in Latin Poetry: Ovid's "Tr." 1, 1, 3-14 and Related Texts», *Mnemosyne* 45, 178-189.
- WILLIAMS, G. W. (1968), *Tradition and Originality in Roman Poetry*, Oxford, Clarendon Press.
- WINKES, R. ed. (1985), *The Age of Augustus. The Rise of Imperial Ideology*, Louvain-la-Neuve, L'Université Catholique.
- WISEMAN, T. P. (1970), «Pulcher Claudius», *HSCP* 74, 1970, 208-221.
- WISEMAN, T. P. (1987), «*Conspicui postes tectaque digna deo*: the Public Image of Aristocratic and Imperial Houses in the Late Republic and Early Empire» in *L'Urbs: Espace Urbain et Histoire*, Rome, École Française de Rome, 393-413.
- WOOD, S. (1999), *Imperial Women. A Study in Public Images, 40 B.C.-A.D. 68*, Leiden, Brill.
- WOODMAN, T. (1984), «Horace's First Roman Ode» in T. Woodman, D. West eds., *Poetry and Politics in the Age of Augustus*, Cambridge, University Press, 83-94.
- WYKE, M. (1989), «Mistress and metaphor in Augustan Elegy» in L. McClure ed. (2002), *Sexuality and Gender in the Classical World: Readings and Sources*, Oxford, Blackwell Publishers, 193-223. [reimpr. de «Mistress and Metaphor in Augustan Elegy», *Helios* 16, 25-47.]
- WYKE, M. (2002), *The Roman Mistress: Ancient and Modern Representations*, Oxford, University Press.
- YARDLEY, J. C. (1977), «The Roman elegists, sick girls, and the *Soteria*», *CQ* 27/2, 394-401.
- ZANKER, P. (1968), *Forum Augustum: das Bildprogramm*, Tübingen, E. Wasmuth.
- ZANKER, P. (1983), «Der Apollontempel auf dem Palatin. Ausstattung und politische Sinnbezüge nach der Schlacht von Actium» in *Città e*

architettura nella Roma imperiale (Analecta Romana Inst Danici, Suppl. 10), Odense, University Press, 21-40.

ZANKER, P. (1987), *Augustus und die Macht der Bilder*, München, C. H. Beck Verlag.

ZANKER, P. (1988), *The Power of Images in the Age of Augustus*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

ZANKER, P. (1992), *Augusto y el poder de las imágenes*, Madrid, Alianza Editorial.

INDEX NOMINVM

- Abrantes: 209
Acaia: 42
Áccio: 16, 17, 24, 52-53, 63, 104, 121-122, 124, 192, 199, 223-224, 228, 230
Ácio: 26
Acúcia: 41
Adriano: 179
Aemilii Lepidi: 60
África: 40, 42, 223, 229
Agamémnon: 111
Agripa Póstumo: 18, 44, 48, 50-51, 54-55, 57-58, 60-66
Agripa, M.: 43, 61, 189, 193-194, 203
Agripina Maior: 48, 58, 60, 66
Agripina Menor: 18, 29, 38, 40, 42, 45, 48, 50, 52-55, 58
Albinovano Pedão: 39-40
Alcácer do Sal: 212-213
Alexandre-o-Grande: 52-54
Alexandria: 52-53
Alexandrinos: 52-53
Amino: 216
Anceio: 40, 45
Âncio Rescião: 40
Âncio, C.: 40, 45
Andrómaca: 163
Aneu Séneca, L. *ver* Séneca, L. Aneu
Aniceto: 184
Anquises: 194, 203
Antímaco: 88
Antíoco IV de Comagene: 44
Antioquia: 41
Antónia Maior: 44, 49
Antónia Menor: 44, 52, 60
António Áquilo, G.: 219
António, M.: 38, 44, 52-53, 60, 63, 121, 126, 146, 228
Anúbis: 173
Apiano: 170
Ápio Cláudio: 48, 52
Ápis: 173
Apolo Cláudio: 52-53
Apolo Palatino, 123
Apolo Sosiano: 124
Apolo: 17, 22, 118, 120-122, 124-126, 128, 190-195, 199-200, 202-203, 205
Apolónio de Rodes: 70, 72-73, 127
Aprónio, L.: 40, 45-47
Apuleia Varila: 31, 66
Apuleio, S.: 47
Apúlia: 57
Aquiles: 111, 177
Arantónio: 216
Arato: 37
Arcádios: 121
Árcio: 216
Arélio Fusco: 5, 70
Aretusa: 18, 21, 35
Argo: 74
Ariadne: 6, 72
Aristócrito: 160
Aristófanes: 14, 180
Aristóteles: 69, 178, 180
Arménia: 44, 51, 178

- Armínio: 221
 Arpinate, *ver* Cícero
 Arquíloco: 35
 Ártemis: 197
 Ascânio: 107-108
 Ásia Menor: 5, 52
 Ásia: 41-44, 51, 185
 Asínio Epicado: 54, 62
 Asínio Galo, G.: 66, 219
 Asínio Polião: 16-17, 22, 79, 127
 Ástures: 208, 210, 213, 217
 Ateio Capitão, C.: 29, 47
 Atenas: 30, 32, 52, 78, 120, 147
 Aténis de Quios: 124
 Átia Maior: 163
 Átia Menor: 163
 Ático: 17, 22, 148, 151, 157
 Atílio Régulo, M.: 119
 Atreu: 111
 Audásio, L.: 54, 62
Augusta Emerita: 211, 216
 Augusta: 145
 Augusto: 6-7, 11, 13-20, 22, 24-31, 33-35, 37-38, 42-44, 48-54, 57-67, 100, 108-109, 111-130, 161-162, 166-169, 173, 185-189, 191-194, 199, 202-204, 207-208, 211-212, 215, 219, 220, 223, 225, 226, 228, 232-233, 236, 238-240
 Aulo Gélio: 24, 197
 Aurélio Cota: 45, 141
 Aurélio Victor: 58
 Aurélio: 229
 Aviano Evandro, C.: 124

 Bacantes: 103
Balbi: 27
 Balbo (teatro): 79
 Balbo: 15,
 Baleares: 41
 Báucis: 18
 Bélides: 125
 Berenice: 62, 89
 Bética: 211
 Bíblia: 113-114
 Bitínia: 41, 53
Bocchi: 27
Bona Dea: 148
 Bóreas: 74

 Bôucio: 212
 Breno: 124
 Briseide: 6,
 Britânia: 20, 42, 234
 Bruto, M., *ver* Júnio Bruto, M.
 Búpalo: 124

 Caieta: 82
 Calígula, G.: 15, 41, 45, 48, 50-53, 58-61, 66-67
 Calímaco: 7-8, 87-90
 Calpúrnio Béstia, L.: 146
 Calpúrnio Pisão Cesonino, L.: 125
 Campânia: 23, 58
 Cànace: 6, 183
 Canopo: 173
 Cântabros: 208, 217
 Capadócia: 42, 51
 Capitólio: 115, 118, 120, 122, 124, 189-190, 192, 202, 204
 Caracala: 231
 Carnéades: 34
 Caro: 37, 39
 Cartago: 102, 104, 107-108
Casa Romuli: 35
 Cássio Longino, L.: 47
 Cássio Salano: 37, 39
 Cássio Severo: 17, 31, 33, 44
 Cássio: 12, 30
 Castor: 74
 Castro do Montemurado (Pedroso, Vila Nova de Gaia): 217
Castromao: 219
 Catão de Útica: 27
 Catão Censor: 30
 Catilina: 120, 145, 148, 161
 Catulo: 12, 24-25, 31, 35, 72, 82, 88, 92, 105, 146, 196, 208, 211
 Cauno: 113
 Cecílio Epirota: 35
 Cecílio Metelo Crético Silano, Q.: 42, 45, 47
 Cecílio Metelo Macedónico, Q.: 24, 127
 Cecílio Metelo, Q.: 43, 218
 Cecílios Metelos: 47
 Cecina Severo, A.: 40, 45, 47
 Cecinas: 40
 Cefisódoto: 124

- Célcio: 216
 Célio Rufo, G.: 47
 Célio Rufo, M.: 146
 Célio, C.: 47
 Celso: 179, 181, 183
 Celtas: 128
 Celtiberos: 213, 219
 Censorino: 188
 Ceres: 198, 201
 César, G.: 13, 44-45, 51, 57
 César, L.: 40, 49, 57, 60-61
 Césares: 177
 Cesónia: 41
 Cetrónio, C.: 40, 45
 Cícero, M.: 8, 12-15, 19, 21-22, 24, 30,
 33-35, 37, 72, 120, 145-161,
 170, 185, 195
 Cícero, Q.: 157, 160
 Cídipe: 6
 Cíniras: 113
 Cíntia: 21, 174
 Cipiões: 16, 30, 48
 Cipo: 114-115
 Citas: 142
 Cláudia Livila: 66
 Cláudia Octávia: 66, 184
Claudii Nerones: 49-50
 Cláudio Druso, N.: 60
 Cláudio Pulcro, A.: 48
 Cláudio: 41-43, 48, 58, 66
 Cláudios: 26, 48, 50, 55, 58-60
 Clemente (escravo de Póstumo): 54-55,
 62
 Cleópatra: 104, 126, 228
 Clivo Palatino: 119
 Clódia, 25, 28, 170
 Clódio Lícino, C.: 47
 Clódio Pulcro, P.: 15, 146, 148, 151,
 153
 Clutório Prisco: 32, 43
Coelerni: 219
 Cólquida: 178
 Comagene: 41, 44
Corduba: 27
 Corina: 65, 84, 134, 173-179, 182, 186
 Corinto: 217
 Cornélia (filha de Escribónia e mãe de
 L. Emílio Paulo): 48, 58
 Cornélia (mãe dos Gracos): 20, 21
 Cornélio Cina Magno, Cn.: 49
 Cornélio Cipião: 48, 216
 Cornélio Dolabela, P.: 47
 Cornélio Galo: 12, 17
 Cornélio Lêntulo Getúlico, Cn.: 40, 66
 Cornélio Lêntulo Maluginense, S.: 47
 Cornificio: 21
 Cornucópia: 201
 Cota Máximo: 141
 Crasso: 19
 Cremúcio Cordo: 30-33
 Creonte: 71-75
 Crético Silano: 43, 45-46, 49
 Creúsa: 71-74, 78, 106-107
 Crisipo: 76
 Crispina (mulher de M. Júnio Silano):
 48
 Cupido: 106, 114, 134, 136-138

 Dalmácia: 38, 40, 51
 Dálmatas: 234
 Dánae: 20
 Danaides: 125, 126
 Dánao: 124-126, 128
 Danúbio: 55, 229
 Dardânios: 104
 Dario da Pártia: 44
 Décimo: 218
 Dejanira: 6, 100
 Delfos: 124, 126
 Délia: 174
 Delos: 124
 Demétrio Poliorceta: 52
 Deucalião: 177
 Dexipo: 159
 Diana: 124, 189-200, 202-203, 205
 Dido: 6, 8, 24, 28-29, 72, 100-109, 176
 Diocleciano: 223, 227, 234, 236
 Díon Cássio: 38, 51, 61, 170, 228
 Dionísio de Halicarnasso: 184
 Dirráquio: 24
Dis Pater: 191-192, 196, 198
 Domiciano: 184
 Domício Aenobarbo, Cn.: 44-46
 Domício Aenobarbo, L.: 44, 49, 216
Domitii: 60
Domus Fabia: 44
 Douro: 211
 Drusila: 58

Druso (segundo filho de Germânico):
45
Druso: 13, 15, 18, 29, 32, 37-38, 43-44,
46, 47, 50-53, 58-60

Ebora: 211
Ebro: 208
Eetes: 73, 78
Egeu: 75, 111
Egipto: 44, 52-54, 126, 228
Élia Gala: 21
Élio Lâmia, L.: 47
Emília Lépidia: 48-49, 58
Emília: 49
Emílio (centurião): 40
Emílio Lépidio, M.: 39-40, 42, 45-47,
49, 66
Emílio Paulo, L.: 48-49, 57-58, 61-63
Emílios: 47
Eneias: 28, 52, 101, 103-109, 117-118,
122, 128-130, 176-177, 203-204
Énio: 16, 21, 35, 71, 74, 102, 120
Enone: 6
Éolo: 114
Epicteto: 76
Epicuro: 12-14
Erges: 210
Erimanto: 208
Escopas: 124
Escribónia (mulher de Augusto): 42,
48-50, 58, 60-61, 63-64
Escribónia (mulher de Crético Silano):
43
Escribónio Libão Druso, M.: 30, 43,
49, 55
Escribónio Libão, L.: 42, 47, 49
Escribónios Libões: 49
Éson: 78
Esparta: 99
Ésquilo: 69
Estatílio Tauro, T.: 47
Estator: 118
Estertínio, L.: 40
Etíope: 183
Eufrates: 20, 208
Eurípides: 69-71, 73, 76
Europa: 6-7, 113, 223
Evandro: 35, 117, 119, 121-122, 129

Fabia, gens: 163
Fábia: 18, 25, 153
Fábio Máximo, P.: 44, 139, 141, 163
Fábio Máximo, Q.: 18
Fabrício, Q.: 47
Factonte: 82, 123, 208
Falópio: 179
Faros: 173
Farsalo: 16, 24
Fásis: 73
Febo: 17-18, 124, 136, 199
Fedra: 6, 100
Felicitas Iulia Olisipo: 211
Filémon: 18
Filipos: 17, 24
Fílis: 6
Filodemo de Gádaros: 12
Filomela: 125
Flávio Josefo: 39, 230, 232
Flégon Traliano: 189
Fonteio Capitão, G.: 47
Fortuna: 57, 149, 154, 168
Foz do Zêzere: 209
Fúfio Gémino, C.: 47
Fulcínio Trião: 45-46
Fúlvia 146, 170
Fúrio Bibáculo: 31
Fúrio Camilo, M.: 47, 49

Gades: 27
Galácia: 43
Galeno: 184
Galéria: 218
Gália Bélgica: 216
Gália Narbonense: 216, 234
Gália: 24, 120
Ganges: 208, 211
Gauleses: 124
Gemelo: 60
Gérion: 129
Germânia Inferior: 40
Germânia: 38, 40, 42, 55, 216, 221
Germânico: 7; 15, 18, 21, 26, 28-29, 37-
55, 58, 60-61, 66
Gigantes: 81, 87
Gigantomaquia: 81, 87
Glauce: 71
Gracos: 20, 24-25
Granico: 127

- Grécia: 5, 74, 148
 Gregos: 106, 181, 182
- Hatério Agripa, D.: 43, 45
 Hatério, Q.: 47
 Heitor: 164
 Hélade: 187
 Helena: 6, 99
 Hélio: 199
 Hélvia: 182
 Hera: 196
 Herculano: 125
 Hércules: 129
 Herguijuela (Cáceres): 214
 Hermíone: 6
 Hero: 6
 Herodes-o-Grande: 44
 Herodiano: 231
 Herófilo: 179
 Hesíodo: 198
 Higino: 21, 117, 126
 Hipermnestra: 6, 125
 Hipócrates: 181
Hippolytus: 75
 Hipsípile: 6, 70, 72-74
 Hispânia Ulterior: 211
 Hispânia: 27, 120, 207-208, 210, 211, 213, 215, 228, 235
 Histro: 208
 Horácio: 5, 8, 12, 16-17, 20-21, 23-24, 26, 28-29, 31, 33, 35, 69, 79, 117, 123, 125, 187, 188, 190-198, 200-202, 204-205
 Hortênsia: 146
 Hortênsio: 21, 121
- Idanha-a-Velha: 215
 Ífis: 82
 Igeditanos: 216
 Ília: 177
 Ilitia(s) (*Ilithyae*): 109, 173-174, 176, 190, 196-198, 201, 204
 Ísis: 82, 173-174, 176
 Ismeno: 208
 Itália: 24, 104, 228
 Itálica: 27
 Itálicos: 207
Iulia, gens: 17, 50
Iunii Silani: 60
- Ixíon: 125
- Jano: 18, 33-34
 Jasão: 70-75, 77-78, 178
 Jónia: 52
 Judeia: 44, 62, 222
 Júlia (filha de Tito): 184
 Júlia Agripina Menor: 66
 Júlia Augusta: 29, 57
 Júlia Drusila: 58
 Júlia Livila: 66, *ver* Livila
 Júlia Maior: 29, 45, 48, 50, 52, 54-55, 57, 60-64
 Júlia Menor: 8; 38, 45, 48-50, 54-55, 57-59, 61-66
 Júlio «Herodes» Agripa, M.: 44, 62
 Júlio César: 6, 12, 14-16, 18, 22-25, 27, 29, 53-54, 59-60, 111-112, 116, 118-119, 123, 127-128, 161, 192, 207, 211-212, 224, 234
 Júlio Cilão, D.: 218
 Júlio Frontino, S.: 234
 Júlio Higino, G.: 124
 Júlios: 26, 50, 55, 58-60
 Julo António: 52
 Júnia Silana: 30, 49
 Júnio Bleso, Q.: 47
 Júnio Bruto, M.: 30, 146
 Júnio Silano Torquato, M.: 47-48, 58, 61
 Júnio Silano, C.: 47
 Júnio Silano, D.: 48-49, 58
 Júnios Silanos: 48
 Juno Regina: 127, 189
 Juno: 113, 168-169, 189-190, 192, 196-198
 Júpiter Estator: 119- 121, 127-128
 Júpiter Óptimo Máximo: 121-122, 189, 191
 Júpiter: 14, 18-20, 86, 111-113, 115, 121-123, 128, 166, 190, 192, 198, 200
 Juromenha: 218
 Juvenal: 28, 62, 65, 105, 182
- Labério: 17
 Labieno, T.: 17
 Lacedemónio: 180
 Lácio: 115
 Lâmpito: 180

- Laodamia: 6, 18, 163-164
 Latino: 122
 Latinos: 193, 199
 Latona: 124
 Lavínio: 199
 Lemnos: 74
 Lépido: 32
 Lésbia: 25, 28, 146
 Lesbos: 52
 Lêucade: 120
 Licáon: 112
 Lícia: 42
 Licínio Nerva Siliano, A.: 47
 Licínio, A.: 218
 Licotas: 21
 Licurgo: 184
 Lídia: 53
 Lígdamo: 21, 25
 Linceu: 74
 Lisipo: 16, 127
 Lisístrata: 180
Livia, gens: 60
 Lívia Escriboniana: 49
 Lívia Medulina: 49
 Lívia: 38, 43-44, 49-50, 52-53, 58-61, 64, 67, 168-169
 Livila: 29, 38, 48, *ver* Júlia Livila
 Livineio Régulo: 47
 Lívio Andronico: 16, 119
 Livros Sibílinos: 192
 Lólio, M.: 51
 Lucano: 16, 23
 Lucéria: 41, 119
 Lucílio Longo: 47
 Lucílio: 20-21, 24
 Lucinda: 197-198
 Lucrécio: 11, 12, 14, 20, 25-26, 34-35, 179
 Luculo: 22
 Lugário: 218
 Luna (moderna Carrara): 124
 Lusitânia: 8, 27, 207-208, 211-214, 216-217, 219
 Lusitanos: 220
 Lutácio Cátulo, Q.: 16, 120

 Macareu: 183
 Macedónia: 42
 Malgeino: 216

 Manílio: 34
 Mânio Lépido: 32
 Mânlio: 216
 Mar do Norte: 39
 Mar Negro: 5
 Marcela Maior: 43
 Marcelo: 15, 127
 Márcia: 163
 Marcial: 128
 Mário, G.: 146, 228
 Marte Vingador: 19, *ver* Marte *Vltor*
 Marte *Vltor*: 118, *ver* Marte Vingador
 Marte: 119, 121, 178, 189, 193, 208
 Mauritânia: 44
 Mecenas: 15-17, 29, 36, 127
 Medeia: 6, 69, 70-80, 100, 178
 Mediterrâneo: 44
 Meimoa: 210
 Melibeu: 13
 Melisso, G.: 127
 Mémio: 34
 Menandro: 20
 Mênfis: 173
 Mésia: 40
 Metelos: 31
Mettelinum: 211
 Mileto: 185
 Milreu: 209
 Míron: 124
 Mirra: 113-114
 Miseno: 184
 Mítridates: 34
 Moiras: 189-190, 196, 198, 201, 204
 Mouricas: 209
 Munácio Planco, L.: 47
 Musa(s): 79, 92, 134
 Musónio Rufo: 13, 184
 Mútina: 127, 146
Myrtilis: 211

 Nabateus: 52
 Nápoles: 127
 Náuloco: 123
 Nero (filho de Germânico): 39, 42, 47
 Nero: 15, 41, 45, 66, 184
 Névio: 31, 102
 Nicópolis: 53
 Nigro: 218
 Nilo: 173, 208

- Níobe: 69, 124, 126, 128
 Nónio Quintiliano, S.: 47
Norba Caesarina: 211
 Norbano Balbo, L.: 47
 Norbano Flaco, C.: 47
 Norte de África: 235
 Numa: 118-119, 122, 128
 Númidas: 235
 Numídia: 124
- Ocidente: 207, 211-212, 231, 235, 240
 Ocreza: 209
 Octávia: 22, 38, 50, 60, 66
 Octaviano: 14, 31, 118, 121, 123, 126, 128, 146, 192, 199, 211, *ver* Octávio (futuro Augusto)
 Octávio: 17, *ver* Octaviano (futuro Augusto)
 Oeiras: 210
 Olimpo: 111, 113-114, 121, 198, 200
 Oráculo: 196, 199-200, 204
 Orestes: 103
 Orfeu: 74
 Oriente: 40-42, 44, 46, 51-53, 146-147, 231, 235-236, 240
 Ortígia: 124
 Osíris: 173
 Ovídio: 5-7, 11-15, 17-22, 25-27, 29-30, 32-35, 37-39, 41, 44-46, 55, 58-60, 62, 64, 65, 69-72, 74-93, 97, 99-101, 104-109, 111, 115-120, 122, 125-130, 133-139, 141-142, 145, 160-161, 163-170, 173-174, 182, 187, 207-208, 210-211, 217, 219-220-221, 223, 234
 Pactolo: 211
 País de Gales: 234
 Paládio: 118
 Palas: 118
 Palatino: 22, 35, 111, 113, 117-121, 123, 126, 129-130, 188, 190, 192, 202, 204
 Palmira: 51
 Pandatária (ilha): 57-58, 66
 Panónia: 49
 Panónios: 234
 Pápio Mutilo, M.: 47
 Papíria: 216
 Parcas: 114, 196-198, 202
- Paretónio: 173
 Páris: 26, 99
 Parnasso: 124
 Parténio: 22
 Pártia: 44
 Partos: 19, 51, 231
 Passieno Rufo, L.: 47
Pax Iulia: 211
 Peleu: 20, 111
 Pélias: 74, 77-78
 Pélops: 76
 Penamacor: 210
 Penates: 107, 162
 Penélope: 6, 163-164
 Penteu: 103
 Perila: 21
 Pérsio: 124
 Petro: 237
 Petrónio, P.: 43, 46-47
 Piérides: 136
 Pigmalião: 20
 Pisão: 39, 41-42, 45, 51, 149
 Pisões: 23
 Pitódoris II: 44
 Píton: 124
 Planásia (ilha): 58
 Pláucio Silvano, M.: 40, 43, 47
 Pláucio, A.: 43, 47,
 Pláucios Silvanos: 43
 Plínio-o-Antigo: 21-22, 34-35, 39, 58, 62-63, 181-182, 184, 207-208, 210, 213
 Plutarco: 147, 170, 184
 Políbio: 228, 231
 Pólux: 74, 131
 Pompeio Magno, Cn.: 42, 49, 124, 148, 207, *ver* Pompeu
 Pompeio Trogo: 102
 Pompeio, S.: 37, 42, 45-47, 123, 192
 Pompeios: 47
 Pompeu: 11, 14-16, 24, 30, 31, *ver* Pompeio
 Pompónio Flaco, L.: 47
 Pompónio Grecino, C.: 47
 Pôncia: 66
 Ponto: 53, 136, 138
 Popeia Sabina: 66
 Popeu Sabino, C.: 47
 Popeu Sabino, G.: 218

- Popeu Segundo, Q.: 47
 Pórcio Latrão: 5, 70
 Porta Fontinal: 127
 Porta Mugónia.: 119, 121, 128
 Portas do Ródão: 210
 Pórtico de Octávia: 127
Porticus Vipsania: 207-208
 Posidónio: 207
 Postúmio Megilo, L.: 121
 Précia: 146
 Príamo: 177
 Prisco: 218
 Procne: 178
 Propércio: 5, 12, 16, 18, 25-26, 29, 33,
 35, 58, 82, 92, 105, 122-124,
 174
 Prosérpina: 191-192, 196, 198
 Protesilau: 18
 Ptolemeu da Mauritània: 44
- Quíncio Crispino, T.: 48
Quinctii: 60
 Quintiliano: 75
 Quintílio Varo, P.: 221, 239
 Quirino: 115
 Quirites: 115
- Ramnunte: 124
 Régia: 119, 128
 Remo: 177
 Reno: 38-42, 46, 51, 54-55, 208
 Ribeira de Codes: 209
 Ródano: 208
 Rodes: 53
 Roma: 5-10, 22, 31, 33-35, 37, 38, 40-42,
 46, 51, 53, 58, 61, 65-67, 82, 95,
 100, 104, 108, 115-118, 120,
 123, 126-130, 133, 137, 145-150,
 154-155, 160-163, 166, 178-179,
 183, 188, 191-193, 197-205,
 208, 210-213, 216-217, 221-224,
 226, 229, 232, 234, 236, 240
Roma Victrix: 240
 Romanos: 6, 11, 13, 23, 24, 27, 34, 63,
 96, 107-108, 128, 170, 182-184,
 200, 211, 214-215, 223, 225-226,
 229, 231-232, 234, 236-237,
 239
 Rómulo: 108, 115, 120-122, 128-129,
 177, 184, 192, 202
- Róscio: 147
 Rubélio Blando, C.: 47
 Rufo: 218
- Sabinas: 35
 Sabinos: 120
 Safo: 6
 Salácia: 27, 211-215
 Salústio: 12, 17, 22, 27, 34, 145, 170
 Samnitas: 119
 Samotrácia: 53
 Saturno: 111, 129
Scallabis (Praesidium Iulium): 211
Scribonia, gens: 60
Scribonii: 60
 Seio Estrabão, L.: 41
 Seio Tuberão, L.: 41, 45-46, 47
 Sejano: 13, 29, 30, 40-42, 45-46, 66
 Semprónia: 21, 48, 145-146, 170
Sempronii: 60
 Semprónio Atratino, L.: 146
 Semprónio Graco, T.: 48
 Semprónios Gracos: 48
 Sência (irmã de C. Sêncio Saturnino
 Vetulo): 42
 Sêncio Saturnino Vetulo, C.: 42
 Sêncio Saturnino, C.: 42
 Sêncio Saturnino, Cn.: 42, 45, 49
 Sêneca, L. Aneu: 22, 34, 66, 71, 73-74,
 76-77, 79-80, 182
 Sêneca-o-Velho: 5, 70
 Septânio: 218
 Serveu, Q.: 41, 45-46
 Servília: 146
 Sérvio: 122
 Severo: 224
 Sibila de Cumas: 192
 Sídon: 103
 Sidónio Apolinar: 173
 Sigambros: 83
 Sila: 14, 16, 23-24, *ver* Sula
 Silanos: 49
 Sílio Cecina Largo, C.: 40, 41, 45-49,
 51
 Sílio Nerva, P.: 40-41
 Sílures: 234
 Síria: 41-43, 49, 51
 Sírios: 235

- Sisena Estatílio Tauro: 47
 Sísifo: 11, 125
 Sol: 115, 123-124, 190-192, 194-195, 199-200, 204, 208
 Sólon: 184
 Sorano: 179-181
 Sósia Gala: 41, 46, 49
 Suetónio Paulino: 27
 Suetónio: 38, 44, 51, 54, 57-58, 62, 64-65, 67, 121, 124, 192, 221
 Suílio Rufo, P.: 37, 41, 45
 Sula: 146, *ver* Sila
 Sulmona: 5
 Sulpícia: 21, 28, 99
 Sulpício Camerino, Q.: 47, 218
 Sulpício Quirino: 13
 Surrento: 58

 Tácito: 13, 22, 28, 30-32, 39-40, 43, 50-52, 54, 57-58, 61, 64-66
 Tállo, Q.: 216-217
 Tánais: 208
 Tântalo: 125
 Tarento: 188-190, 193-194, 205
 Tarraconense: 49
 Taso: 64
 Taurisco de Rodes: 127
 Tejo: 208-211
Tellus: 198, 201, *ver* Telure
 Telure: 196, 198, *ver* *Tellus*
 Terência: 147-161
 Terêncio: 20
 Tereu: 125
Terra Mater: 189-190, 196, 198, 201, 204
 Teseu: 78, 111
 Tétis: 20, 177
 Teutoburgo: 221, 239
 Tibério: 11, 13, 15, 16, 22, 26-27, 29-32, 37, 41-42, 45-55, 58-64, 66, 179
 Tibre: 193-194, 208, 234
 Tibulo: 5, 12, 13, 23-24, 29, 34-35, 82-83, 92, 99, 174
 Tíbur: 33
 Tício Sabino: 30, 42, 46
 Tício: 125
 Tigranes V da Arménia: 44
 Timeu de Taormina: 102

 Timóteo: 124
 Tírios: 103
 Tito Lívio: 12, 17, 21, 34-35, 121
 Tito: 184
 Tomos (moderna Constança, Roménia): 5-6, 33, 100, 117, 141, 161, 173, 218
 Touro Farnésio: 127
 Toutónio: 216
 Trácia: 41, 235
Trabii: 27
 Trajano: 179, 224, 229, 237
 Trezena: 76
 Trímero (ilha): 57, 61
 Tróia: 52-53, 69, 99, 118
 Troianos: 103
 Túlia: 149-150, 152, 155
Turduli Veteres: 217-218

 Úlpiano: 184
 Úrano: 196
 Urgulânia: 43
 Urgulanila (mulher de Cláudio): 43
 Útica: 24

 Valéria Messalina: 49, 66
 Valério Máximo: 22, 188
 Valério Messala: 5, 16, 17, 19, 45, 153
 Valério Messalino: 18, 142
 Valério Sorano: 31
 Valério, P.: 152
 Vário: 79
 Varrão: 14, 17, 21-22, 24, 34-35, 37, 127, 188, 197
 Veleio Patérculo: 38
 Vénus *Genetrix*: 11, 118
 Vénus *Verticordia*: 20
 Vénus *Victrix*: 11
 Vénus: 18, 106, 168, 177, 194, 203
 Verânio, Q.: 42, 45
 Vergílio: 6, 8, 86, 90, 106, 122, 124, 130, *ver* Virgílio
 Vespasiano: 13, 35, 223
 Vesta: 18, 118-119, 153
 Vestais: 145, 153
 Via do Argileto: 128
 Via Labicana: 119
 Víbio Hábito, A.: 42, 47
 Víbio Marso, C.: 42, 45-46, 47

- Víbio Póstumo, C.: 42, 47
Víbio Rufo, C.: 47
Vicano: 212
Vicanus: 211-214
Villa dei Papiri: 125
Villanueva de la Serena (Badajoz): 215
Vipasca: 20
Vipsânia Agripina: 57-58, 66
Vipsânia Júlia: 57
Vipsânia Póla: 208
Vipsânio Agripa, M.: 57, 207-208
Vipsânios: 50
Virgílio, 13, 16-17, 24, 29, 33-35, 82,
101-108, 221, *ver* Vergílio
Viriato: 207
Visélio Varrão, C.: 47
Vispstano Galo, M.: 47
Vistília: 41
Vitélia (irmã ou prima de P. Vitélio): 43
Vitélio, P.: 41-42, 44-46
Vitória: 120
Volterra: 40
Voluseio Próculo, L.: 47
- Xanto: 208
- Zenão: 76
Zenodoro: 39
Zózimo: 188-189

INDEX LOCORVM

A. R.

3, 241-248: 72.

APP.

BC 3, 51: 146; 5, 14: 146; 5, 19: 170; 5, 54: 170; 5, 59: 170.

AR.

Ach. 181, 697-698: 34; *Eq.* 146-149: 14; *Nu.* 986: 34.

ARIST.

G.A. 758b 6: 180; *H.A.* 7, 3, 2-4: 180; 583a 25: 180; 583b 11: 180; *Po.* 1456a: 69.

ASC.

Tog. 91: 153.

AUG.

Anc. 19: 123; 21: 118; 34: 121; 35: 121.

CAL.

fr. 1, 19: 87; *fr.* 1, 35-36 *Pf.*: 87; *fr.* 465 *Pf.*: 87.

CATUL.

1, 1-2: 88; 14, 20: 88; 29, 19: 208; 34, 9-13: 197; 35: 21; 44, 1-9: 24; 61: 18; 64: 20; 64, 171-174: 72; 64, 323: 198; 68, 73-76: 18.

CELS.

6, 5, 1: 183.

CENS.

De die nat. 7, 7: 188; 17, 8: 188.

CIC.

Att. 1, 18, 1: 18; 2, 19, 3: 15; 3, 15, 6: 154; 3, 19, 2: 155; 3, 23, 5: 155; 11, 9, 3: 157; *Brut.* 1-6: 35; *Cael.* 28, 42, 43: 20; 30, 38: 170; 47-50: 170; 48 *ss.*: 20; 67: 25; *Catil.* 1, 11: 120; 33: 120; *Clu.* 32: 185; *Fam.* 14, 1: 18/148/149; 14, 1, 1-2: 155; 14, 1, 1: 152/155/159; 14, 1, 2: 156; 14, 1, 3: 149/155/156; 14, 1, 4: 147/156; 14, 1, 5: 155/158; 14, 2, 1: 152/155/159; 14, 2, 2: 153; 14, 2, 3: 154/155; 14, 2, 4: 155; 14, 3, 1: 152/155/159; 14, 3, 2: 152/153/154/159; 14, 3, 3: 155/159; 14, 3, 4: 155/159/160; 14, 3, 5: 148/155/159/160; 14, 4, 3: 149/153/156; 14, 4, 4: 150/151/155/156; 14, 4, 5: 152/155; 14, 4, 6: 152/159; *Fin.* 1, 10, 22: 72; 1, 10: 22; *Leg.* 1, 43 *ss.*: 34; 2, 11 *ss.*: 34; 2, 23: 34; *N. D.* 2, 68: 195/197; 3, 75: 71; *Phil.* 2, 113: 170; 5, 11: 170; 5, 22: 170; *Q. fr.* 1, 3, 3: 148/155; 1, 3, 10: 157; *Rep.* 1, 1: 12; 1, 2: 34; 1, 5-6: 13; 1, 50: 19; 1, 56: 19; 1, 64: 19; 2, 64: 34; 3: 12; 3, 17: 28; 3, 20-28: 34; 3, 41: 34; 4, 12: 30; 5, 1-2: 34; *Sest.* 69: 153; 115-132: 15; *Top.* 23: 157; *Tusc.* 3, 45: 35.

CIL

II, 5182: 213; III 13692: 217; VI 10130: 217; VI, p. 3237, n. 32323: 189; I, 90-

102: 189; 103-110: 189; 115-118: 189;
115: 196; 117: 196; 119-113: 189; 134-137:
189; 139-155: 190; 147: 202; XII, 511:
216; XIII, 3416: 216.

D. C.

47, 8, 3-4: 170; 48, 4, 1-6: 170; 49, 15,
5: 123; 49, 43, 8: 127; 53, 1, 3: 123; 53,
16, 4-5: 122; 53, 16, 4: 121; 54, 19, 6:
51; 54, 24, 4-6: 51; 54, 27, 3: 119; 55, 9,
4-5: 51; 55, 10: 52; 55, 10, 18 ss: 51; 55,
12, 4-5: 121; 55, 14-15: 57; 55, 25-27:
61/64; 55, 27, 1: 38/61; 55, 31-32, 2: 38;
55, 32, 1: 51; 56, 12, 2: 45; 56, 17, 2: 38;
56, 25, 2: 51; 56, 26, 1-2: 38; 56, 30: 18;
56, 33, 3: 34; 57, 5: 51/55; 57, 5, 1-2: 55;
57, 8, 1: 53; 57, 8, 2: 53; 57, 15, 4: 55; 57,
18, 2: 53; 57, 18, 7: 51; 57, 20, 3-4: 43;
58, 1-3: 42; 58, 20, 1: 45; 58, 25, 2-4: 45;
58, 25, 2: 45; 61, 2, 3: 45.

D. H.

1, 79, 11: 122; 1, 32, 5: 121; 2, 35: 184;
2, 50, 3: 120.

DIG.

1, 5, 7: 184; 25, 4, 1: 185; 38, 16, 3, 9:
184; 47, 11, 4: 184; 48, 8, 8: 185; 48, 18,
8: 63; 48, 19, 39: 184/185.

DRAC.

Praef.: 117.

E.

Hipp. 373-387: 75; *Med.* 32-33: 71; 285:
73; 395-397: 73; 1021-1080: 75.

ENN.

fr. 1, 246-254: 72; *fr.* 269: 102; *frs.* 274-275:
74.

EUG. TOL.

Drac. praef.: 117.

FLOR.

1, 1, 13: 120.

FRON.

Str. 1, 5, 1-8: 234.

GAIUS

Inst. 1, 155 ss: 157; 1, 165: 157; 2, 63:
151; 2, 96: 157; 2, 139: 157.

GEL.

3, 16, 10: 197; 12, 1, 8: 182.

HEROD.

4, 10, 3: 231; 14, 3: 231.

HES.

Th. 116 ss: 198.

HOM.

Il. 11, 271: 196; 19, 119: 196.

HOR.

Ars 128-130: 69; 185: 79; 333-334: 187;
Carm. 1, 6: 16; 1, 2: 191; 1, 2, 32: 200; 1,
3, 2: 195; 1, 12: 16/19; 1, 12, 46-47: 195;
1, 31: 123; 2, 3, 15-16: 198; 2, 7: 17; 2,
16, 4: 195; 3, 1-6: 17; 3, 1, 31-32: 195;
3, 5: 19/28; 3, 11, 22-24: 125; 3, 24: 27;
4, 1: 44; 4, 5: 17; 4, 6, 41-44: 205; 4, 9,
28: 187; 4, 15: 16/17; *Ep.* 1, 7: 33; 1, 19:
35; 1, 20: 117; 1, 17, 33, 35: 19; 2, 1:
23/35; 2, 1, 15-16: 53; 2, 2, 1-140: 23;
2, 3 (*Carta aos Pisões*): 23; 14: 16; 16:
14; *Epod.* 9: 17; *S.* 1, 6, 89 ss: 29; 1, 6,
100 ss: 33; 1, 8: 33; 2, 6: 33; 2, 1, 10-
20: 16; 2, 2, 70 ss: 24; 2, 6: 13; 2, 6, 55:
24; *Saec.* 1-12: 202; 1: 195/199; 2: 195;
8: 198; 9: 195/200/201; 10: 195; 11-12:
202; 13-24: 202; 25-36: 202; 37-48: 202;
49-60: 202; 61, 72: 202; 73-76: 202;
13-32: 198; 13-16: 196; 13: 195/197;
14: 196; 15: 195; 17: 200; 19-20: 198;
22: 202; 23-24: 194; 23: 195/204;
27-28: 198; 29-32: 198; 33: 199/200;
34: 195/199; 35: 195/200; 36: 195/200;
37-44: 203; 37: 203; 41: 195; 42: 203;
45-52: 203; 46-47: 203; 47: 203; 48: 203;
49-50: 194; 50: 195/203; 49: 193; 51-52:
199; 55-56: 202; 57: 202; 58: 202; 61:
195/199/200/201; 62: 195/199/200;
63-64: 200; 65: 200; 67: 195; 69-72:
200; 70: 195; 75: 195/199.

HP.

Mul. 1, 78: 180; 1, 78, 50: 180; *Nat. Puer.* 13: 180.

ISID.

Orig. 6, 5, 2: 127.

J.

ant. 18, 52: 43; 19, 3, 4: 42; 19, 6, 4: 42; 19, 7, 2: 42; 19, 8, 1: 42; 19, 9, 2: 42; 20, 1, 1: 42; 20, 148: 45; *bj.* 4, 442: 222.

Jer.

in *Tit.* 1, 12: 37.

JUST.

Epit. 16, 4-6: 102.

JUV.

1, 55-57: 28; 2, 32-33: 184; 6, 592 ss: 182; 6, 592-600: 183; 7, 95: 44; *esc.* 6, 158: 62.

LACT.

2, 5, 24: 37.

Lc 7, 1-10: 222.

LIV.

1, 12, 3-7: 120; 10, 33, 9: 121; 10, 36: 119; 10, 37, 15-16: 119; 11: 119; 27, 37, 7: 119.

LUC.

1, 1: 24; 7, 9-12: 16.

LUCR.

1, 29-30: 11; 2, 13: 11; 2, 38: 11; 3, 1, 30: 35; 3, 995-1002: 11; 3, 1024: 35; 4, 12641271: 179; 5, 1-54: 14; 5, 1-21: 13; 5, 330-332: 34; 5, 780: 34; 5, 783 ss: 34; 5, 925 ss: 34; 5, 1433: 34; 5, 1453: 35; 6, 1, 43: 35.

LUX.

Carm. 3: 117; 3, 16, 60: 197.

MACR.

Sat. 1, 11, 17: 63.

MART.

Praef.: 39; 1, 70: 117; 2, 77, 6: 39; 3, 4: 117; 5, 5, 6: 39; 10, 19: 39.

MT 8, 5-13: 222.

NUX.

23-24: 182.

OPT. PORF.

Carm. 1: 117.

OV.

Am. 1, 1: 82/83/85; 1, 1, 13-14: 139; 1, 1, 25-26: 126; 1, 2: 83; 1, 2, 19-22: 137; 1, 2, 49-52: 137; 1, 5, 18: 177; 1, 14: 83; 1, 15, 34: 208; 2, 1: 85; 2, 2, 3-4: 125; 2, 5, 13-28: 65; 2, 12, 1-2: 175; 2, 13: 25/173/174/175; 2, 13, 1-2: 175; 2, 13, 5-6: 175; 2, 13, 7-18: 173; 2, 13, 19-28: 174; 2, 13, 25: 176; 2, 13, 21: 197; 2, 14: 25/173/174; 2, 14, 1: 176; 2, 14, 1-4: 178; 2, 14, 7-8: 178/182; 2, 14, 8-40: 177; 2, 14, 9-18: 177; 2, 14, 19: 176; 2, 14, 21: 176; 2, 14, 27-28: 176; 2, 14, 30-35: 178; 2, 14, 32: 178; 2, 14, 33-34: 176; 2, 14, 35-36: 178; 2, 14, 37: 176; 2, 14, 38: 173; 2, 14, 43-44: 175; 2, 18: 83; 2, 18, 11 ss: 69; 2, 18, 18-26: 74; 2, 18, 19: 83; 2, 18, 23: 74; 2, 18, 33: 74; 3, 1: 69; 3, 7: 139/140/141/142; 3, 7, 15-16: 141; 3, 7, 57-60: 142; 3, 7, 73-78: 138; 3, 7, 77-78: 140; 3, 8: 135; 3, 8, 3-6: 135; 3, 9: 83; 3, 13: 18; 3, 15: 69/90; *Ars* 1, 1-34: 26; 1, 33: 19; 1, 43-48: 97; 1, 73-74: 125; 1, 74: 125; 1, 89-100: 15; 269-270: 97; 2, 467-492: 35; 2, 621-624: 35; 3, 1, 15 ss: 18; 3, 341-346: 35; *Epl.* 4, 143: 176; 6: 70/72; 6, 9-14: 72; 6, 53-55: 74; 6, 81-84: 73; 6, 93b-98: 73; 6, 99-104: 74; 7, 143-144: 107; 7, 158: 108; 11, 41-46: 184; 12: 70/71/72/80; 12, 5-20: 72; 12, 9-12: 72; 12, 15-20: 72; 12, 15: 72; 12, 21-22: 74; 12, 31: 74; 12, 33: 74; 12, 75-76: 75; 12, 109-112: 72; 12, 107-108: 74; 12, 113 (ss): 72/74; 12, 129-130: 72; 12, 132: 78; 12, 137 ss: 71/78; 12, 161-172: 73; 12, 180-182: 72/78; 12, 183-198: 78; 12, 209: 79; 12, 212: 79;

13: 18; 18, 126: 176; *Fast.* 1, 3-26: 37; 1, 20: 53; 1, 277-282: 34; 1, 282: 18; 1, 617-636: 18; 1, 614: 121; 1, 619-626: 182; 1, 701-704: 34; 1, 709-724: 18/34; 2, 119-142: 19; 2, 131-132: 19; 2, 249: 19; 3, 421-428: 119; 3, 415-428: 18/119; 3, 881-882: 34; 4, 120-124: 18; 4, 133-164: 20; 4, 449-954: 119; 4, 625-628: 127; 4, 621-624: 127; 4, 632-624: 127; 4, 623: 127; 4, 943-954: 121; 4, 953-954: 121; 4, 954: 18; 5, 545-598: 118; 5, 545 ss: 19; 6, 255-283: 119; 6, 793-794: 119/120; *Med.* 11-25: 35; 45, 49-50: 28; *Met.* 1, 4: 86; 1, 89-150: 112; 1, 146-148: 65; 1, 168-176: 121; 1, 562-565: 121; 1, 588-600: 113; 1, 170-176: 111; 1, 197: 112; 1, 200-205: 112; 1, 244-245: 112; 2, 241-259: 208; 2, 251: 208; 2, 327-328: 82; 2, 422424: 113; 2, 470-473: 113; 2, 486-488: 113; 2, 846-851: 113; 4, 108: 176; 4, 462463: 125; 6, 412-674: 125; 6, 515: 125; 6, 533: 125; 7: 77/78; 7, 19-21: 75; 7, 394397: 78; 8, 631 ss: 18; 9, 418-665: 113; 9, 497: 114; 9, 507: 114; 9, 551-555: 114; 9, 794: 82; 10, 43-44: 125; 10, 242-297: 20; 10, 298-502: 113; 10, 321-323: 114; 10, 334-335: 114; 13, 715: 199; 14, 443-444: 82; 15, 547-621: 114; 15, 745-870: 18; 15, 850-870: 111; 15, 858-860: 13; 15, 848-879: 115; 15, 864-865: 119; *Pont.* 1, 2: 44; 1, 2, 136: 163; 1, 2, 138: 44; 1, 5, 9: 45; 1, 7, 9-10: 142; 1, 7, 33: 45; 1, 7, 60: 45; 2, 1: 37/87; 2, 1, 49-68: 37; 2, 1, 67-74: 59; 2, 2, 101: 45; 2, 3: 45; 2, 3, 73-74: 140; 2, 5: 37/39; 2, 5, 7: 39; 2, 5, 42: 39; 2, 5, 43-44: 39; 2, 11: 163; 3, 1, 1-28: 166; 3, 1, 29-30: 166; 3, 1, 39-42: 168; 3, 1, 43-48: 167; 3, 1, 57-60: 167; 3, 1, 61-78: 166; 3, 1, 73: 18; 3, 1, 83-86: 168; 3, 1, 9394: 164; 3, 1, 105-110: 164; 3, 1, 114-118: 168; 3, 1, 129-132: 169; 3, 1, 145-152: 169; 3, 1, 153-158: 169; 3, 2: 45; 3, 3, 7-8: 139; 3, 3, 13-16: 139; 3, 3, 49-69: 21; 3, 3, 69: 19; 3, 5: 45; 3, 8: 45; 4, 1: 42; 4, 4: 42; 4, 5: 37/42; 4, 6, 13-16; 4, 7, 27: 41; 4, 8: 37/41; 4, 8, 11: 41; 4, 8, 65-66: 37; 4, 10: 39; 4, 13: 37/39; 4, 13, 48: 39; 4, 15: 42; 4, 15, 2: 29; 4, 16, 6: 39; 4, 16,

10: 43; *Rem.* 15-18: 92; 15-16: 94; 21-22: 92; 41-42: 92; 43-44: 93; 49-50: 93; 79-82: 94; 90: 95; 103-106: 94; 115: 95; 117: 95; 122: 95; 127128: 96; 135-212: 94; 135-136: 94; 199-212: 97; 218-248: 94; 213-224: 95; 229-232: 95; 235-236: 96; 293-294: 95; 301-306: 95; 315-322: 94; 325-340: 94; 330-336: 95; 347-348: 95; 361-398: 19; 371-372: 93; 361-364: 93; 375: 75; 399-404: 94; 407-418: 94; 419-422: 97; 463-464: 96; 501-502: 97; 505-510: 95; 514: 97; 517-518: 98; 547-548: 96; 609-620: 94; 621-640: 94; 663-668: 98; 673-682: 94; 697-698: 95; 751-756: 15; 757-766: 19; *Tr.* 1, 1: 135; 1, 1, 1-2: 8/135; 1, 1, 57: 117; 1, 1, 69-72: 123; 1, 2: 136; 1, 3: 18/19/25; 1, 3, 13-18: 161; 1, 3, 41-46: 162; 1, 3, 61-65: 161; 1, 3, 79-88: 162; 1, 3, 99-102: 162; 1, 4: 136/137; 1, 4, 5-6: 136; 1, 4, 11-12: 136; 1, 4, 25-28: 136; 1, 5, 84: 26; 1, 6, 5-8: 163; 1, 6, 15-28: 164; 1, 6, 33-36: 164; 1, 7: 86; 1, 7, 13-14: 134; 1, 7, 14: 86; 1, 7, 22: 86; 1, 7, 35-40: 82/85; 1, 11: 138; 1, 11, 21-22: 138; 2, 2-4: 32; 2, 7-8: 29/32; 2, 26: 21; 2, 33-40: 19/129; 2, 37-40: 13; 2, 39: 19; 2, 5455: 19; 2, 61-64: 18; 2, 85: 29; 2, 97-99: 29; 2, 100: 29; 2, 107: 29; 2, 108: 26/ 29; 2, 109: 26/ 29; 2, 118: 33; 2, 121-122: 29; 2, 137: 29; 2, 167: 37; 2, 181: 19; 2, 207-208: 91; 2, 207: 6/32/64; 2, 210-215: 64; 2, 210: 29; 2, 211-212: 29; 2, 213 ss: 19; 2, 230-231: 18; 2, 239 ss: 19/32; 2, 253-264: 21; 2, 277: 15; 2, 280: 15; 2, 313 ss: 15; 2, 330: 85; 2, 345-346: 32; 2, 355: 27; 2, 369: 20; 2, 370: 20; 2, 419-420: 22; 2, 420: 20; 2, 463-466: 29; 2, 497 ss: 28; 2, 509 ss: 15; 2, 514: 15; 2, 521-528: 20; 2, 523-524: 20; 2, 533-538: 29; 2, 537 ss: 85; 2, 549-553: 18; 2, 543-544: 26; 2, 547-552: 18; 2, 551-552: 134; 2, 555-562: 18; 3, 1, 2: 129; 3, 1, 11-12: 134; 3, 1, 19-32: 118; 3, 1, 33-50: 120; 3, 1, 49: 123/125; 3, 1, 59-68: 123; 3, 1, 65-68: 29; 3, 1, 57: 125; 3, 1, 58: 125; 3, 1, 63-64: 126; 3, 1, 65-67: 126; 3, 1, 66: 125; 3, 1, 69-74: 126; 3, 1, 73-74: 125; 3, 1, 75-82: 129; 3, 1, 78: 123; 3, 1, 82: 129; 3, 1, 87-88: 19; 3, 3:

18; 3, 3, 13-20: 164; 3, 3, 21-24: 164; 3, 3, 25-28: 165; 3, 3, 73-76: 82; 3, 3, 73-75: 19; 3, 3, 73: 85/142; 3, 5, 17: 39; 3, 6, 23: 26; 3, 7, 9-10: 134; 3, 7, 43-52: 130; 3, 10: 166; 3, 11: 141; 3, 11, 25-26: 141; 3, 14: 126; 3, 14, 13-14: 125 3, 14, 17: 125; 4, 2, 9: 37; 4, 2, 40: 37; 4, 3: 18; 4, 3, 31-34: 165; 4, 3, 49-56: 165; 4, 3, 69-73: 166; 4, 3, 79-84: 167; 4, 4, 46: 59; 4, 6, 45-46: 161; 4, 9, 11-12: 59; 4, 10: 134; 4, 10, 1: 19/85/134; 4, 10, 51: 5/8; 4, 10, 53-54: 134; 4, 10, 57-58: 84/134; 4, 10, 61-62: 84; 4, 10, 65-66: 134; 4, 10, 69-74: 161; 4, 10, 90: 26; 4, 10, 98: 26; 4, 10, 113-114: 13; 5, 1, 22: 85; 5, 1, 43: 85; 5, 2, 11-19: 59; 5, 2, 29-38: 166; 5, 2, 39-42: 167; 5, 4, 21-22: 59; 5, 5, 15: 59; 5, 5, 49-52: 167; 5, 6, 1-6: 140; 5, 7, 25-28: 79; 5, 11: 59; 5, 11, 1-6: 165; 5, 11, 7-8: 166; 5, 12: 13; 5, 12, 67-68: 29; 5, 14, 1-14: 164; 5, 14, 15-28: 167; 5, 14, 28: 18; 5, 14, 36: 18; 5, 14, 41-46: 166.

PI.

O. 13, 74: 71.

PL.

As. 174-175: 20; *Aul.* 4, 7, 11: 197; *Cas.* 69: 26; *Truc.* 2, 5, 27: 197.

PLB.

31, 27, 4: 151.

PLIN.

Nat. praef. 6: 22/33; *praef.* 7: 21; 2, 18: 13/35; 2, 93-94: 14; 3, 16-17: 208; 4, 10, 6: 184; 4, 24: 124; 4, 32: 124; 6, 139: 208; 7, 43: 182; 7, 45: 149: 63; 7, 75: 58; 7, 95-98: 24; 7, 108: 22/33; 7, 115: 127; 7, 150: 18/44; 8, 145: 42; 9: 51; 9, 104: 24; 10, 172: 181; 11, 87: 41; 14, 110: 181/182; 14, 137 ss: 24; 14, 140: 20; 16, 7: 121; 19, 23: 119; 20, 226: 182; 20, 248: 182; 21, 9: 52/65; 21, 116: 182; 21, 147: 182; 24, 29: 182; 24, 143: 182; 25, 115: 182; 26, 43: 24; 27, 3: 19; 27, 110: 182; 29, 85: 181; 32: 180; 32, 1: 180; 32, 2, 10: 127; 32, 25: 180; 32, 35: 180; 32, 49: 180; 33, 04: 20; 33, 32-36: 30; 33,

66: 211; 33, 78: 211; 33, 134-135: 30; 34, 47: 39; 34, 62: 15/16; 35, 17-18: 20; 35, 25: 208; 35, 28: 15; 35, 70: 20; 35, 72: 20; 35, 201: 30; 36, 4: 35; 36, 4, 13: 124; 36, 4, 25: 124; 36, 4, 28: 124; 36, 4, 33-34: 127; 36, 22: 20; 95, 1: 180.

PLIN.

Ep. 10, 94: 27.

PLU.

Ant. 10, 3: 170; 24, 26, 60: 192; 28, 1: 146; 30, 2: 170; 87: 45; *Cic.* 8, 2: 147; 8, 3: 147; 16, 3: 120; 22, 3: 184; 29: 170; *Rom.* 18, 7: 120; 20, 4: 122; *Thes.* 12 : 196; *Marc.* 30: 127; *De uir. ill.* 2, 8: 120; *Moralia* 417c: 196.

PROP.

1, 4: 26; 1, 15: 18; 2, 1, 4: 20; 2, 1, 10: 16; 2, 1, 19-20: 87; 2, 1, 36: 16; 2, 1, 39-40: 87; 2, 6, 27: 20; 2, 6, 42: 26; 2, 7: 27; 2, 9: 18; 2, 13, 11-12: 21; 2, 19: 33; 2, 20, 27: 25; 2, 20, 34: 26; 2, 26, 33: 176; 2, 28: 174; 2, 31: 123/124/192; 2, 31, 2: 123; 2, 32, 59-60: 20; 3, 1, 3: 16; 3, 9, 47: 16; 3, 12: 18; 4, 1: 16; 4, 1, 3: 199; 4, 1, 9: 122; 4, 3: 35; 4, 3, 49: 18; 4, 6: 123; 4, 6, 67-68: 124; 4, 11: 21/35; 4, 11, 36: 58; 4, 11, 61-72: 58; 6, 67: 199.

Quint.

Inst. 6, 3, 61: 39; 8, 5, 6: 75/79; 10, 1, 90: 39.

RES GESTAE

3: 24; 13: 34; 15, 3: 24; 16: 24; 17: 24; 19: 14; 20, 1: 15; 21: 14; 21, 1: 15; 22-23: 15; 24: 14; 27, 2: 34; 31-33: 34.

SAL.

Cat. 11, 5-6: 23; 25: 21; 145/170; *Hist.* 6: 34; *Jug.* 31: 34; 96: 23.

SEN.

Con. 3 *praef.* 5, 10: 33; 2, 2, 8-12: 5/70; 2, 2, 12: 39; 2, 4, 11-12: 44; *Suas.* 1, 15: 39; 2, 3, 23: 40; 3, 7: 79.

SEN.

Apoc. 14: 43; *Ben.* 6, 32, 1: 52; *Dial.* 4, 2, 1, 3-5: 77; 4, 2, 4, 1: 77; 12, 16, 3: 182; *Ep.* 70, 10: 49; *Med.* 102-106: 73; 116 ss: 71; 123 s: 79; 225-228: 74; 228: 74; 230: 74; 237-238: 42; 276-280: 74; 280: 74; 382 ss: 79; 458: 74; 675: 79; 738: 79; 806 s: 79; 849 ss: 79; 862 ss: 79; [Oct.] 107: 66; *Tro.* 814-861: 22.

SERV.

A. 1, 726: 127; 2, 610: 197; *Ecl.* 4, 10: 125.

SID. APOLL.

Carm. 3: 117; 23, 158-161: 38/173.

SOLIN.

1, 17-18: 122.

SOR.

Gyn. 1, 60, 2: 181; 1, 60, 3: 181; 1, 63-65: 181; 3, 47: 180; 3, 47, 2: 180.

SUET.

Aug. 7, 2: 120; 19: 58/62; 19, 2: 54; 19, 64-65: 64; 22: 34; 23, 4: 221; 29, 5: 127; 29: 117; 29, 3: 123/124; 29, 4: 127; 34, 1-4: 27; 34, 3; 40: 27; 49: 23; 55-56: 31; 56, 6: 33; 57, 2: 121; 58: 121; 60: 34; 63, 3: 29; 64: 57; 65: 57/58/59/62/66; 66, 6: 17; 70, 38-37: 192; 72-73: 121; 72: 65; 94: 192; 101: 61/66; *Cal.* 1: 51; 23, 2: 67; 32, 5: 15; 54: 15; *Cl.* 24, 3: 43; 26, 1: 49/58; 29: 66; *Dom.* 22: 184; *Gal.* 5: 45; *Jul.* 24, 2: 24; 25, 5: 23; 38: 24; 44, 2: 127; 46: 119; 56, 7: 124; 76: 14; 76, 5: 27; 80, 3-4: 27; 80, 4: 16/27; 88: 14; *Nero* 5, 1: 44; 5, 2: 45; 10, 5: 15; 11: 15; 20-25: 15; 32, 1: 23; 35: 66; 49: 15; *Tib.* 1113: 53; 12, 2: 51; 15, 2: 38/51; 25, 1: 55; 25, 2-3: 51; 25, 2: 55; 34: 15; 52, 5: 53; 61, 10: 33; 62: 66; *Vit.* 2: 41/44; 2, 11: 44; *Gram.* 17, 2: 121; 20: 126; 21, 3: 127.

STR.

6, 4, 2: 34; 7, 1, 4: 34.

TAC.

Ag. 6: 27; 13: 34; 14: 42; 19: 34; 30: 34; 42: 25; *Ann.* 1, 3: 51; 1, 3, 5: 38; 1, 3, 7: 11; 1, 5: 18/44; 1, 8: 61; 1, 9, 7: 13; 1, 10: 52; 1, 11: 34; 1, 14: 51/53; 1, 17, 6-9: 23; 1, 24: 13; 1, 31: 41; 1, 31 ss: 55; 1, 31, 2: 40; 1, 33: 18/38/51; 1, 34-37: 51; 1, 35: 55; 1, 37: 40; 1, 40: 40; 1, 41, 3: 18; 1, 42: 54; 1, 44: 40; 1, 48: 40; 1, 50: 40; 1, 52: 51; 1, 54: 15; 1, 56: 40; 1, 58: 51; 1, 60-61: 40; 1, 60: 39; 1, 63-66: 40; 1, 70: 41; 1, 72: 17/31/33/40/51; 1, 76: 15/51; 1, 77: 43; 1, 81, 3: 11; 2, 4: 43/51; 2, 6: 40/41; 2, 7, 2: 41; 2, 11: 40; 2, 12: 40; 2, 13: 51; 2, 20: 41; 2, 24: 40; 2, 25: 41; 2, 27-32: 55; 2, 27: 30; 2, 28: 45; 2, 30, 5: 30; 2, 37: 27; 2, 39: 58/62; 2, 41: 51; 2, 42: 51; 2, 43: 42/43/51/53; 2, 43, 6-7: 29; 2, 48: 27/45; 2, 50: 31/66; 2, 51: 43; 2, 53: 51/52/53; 2, 54: 52/53; 2, 55: 52; 2, 56: 41; 2, 57: 52; 2, 59-61: 52/53; 2, 72: 29; 2, 73: 54; 2, 73, 3: 28; 2, 74: 41/42; 2, 79: 42; 2, 85: 28; 3, 10: 41/42/45; 3, 11: 42; 3, 12: 51; 3, 13: 41; 3, 13, 3: 42; 3, 17: 41; 3, 18: 40; 3, 19: 41/42; 3, 21: 40; 3, 23: 40; 3, 24: 29/57; 3, 28: 27; 3, 30: 17/ 36; 3, 32: 42; 3, 33-34: 28/40; 3, 36: 29; 3, 40, 5: 23; 3, 41-46: 41; 3, 42-46: 51; 3, 49-51: 43; 3, 48: 13/51; 3, 49: 43; 3, 50, 2: 32; 3, 51, 2: 32; 3, 53, 4: 13; 3, 55: 35; 3, 56, 1-2: 14; 3, 59, 6: 13; 3, 64: 29; 3, 66, 1: 25; 3, 72: 15; 3, 75: 29; 3, 76: 30; 4, 2, 4: 15; 4, 13: 40; 4, 16: 28; 4, 1819: 41; 4, 18: 41/42; 4, 19, 4: 11; 4, 22: 40; 4, 29: 41; 4, 31: 41; 4, 34, 1: 30/31; 4, 35, 1: 30/ 32; 4, 35, 3-7: 33; 4, 35, 3-4: 32; 4, 35, 5: 33; 4, 39, 40: 29; 4, 42: 40; 4, 6870: 42; 4, 68: 42; 4, 69, 1: 30; 4, 71: 57/59/61/64; 4, 73, 6: 40; 4, 75: 45; 5, 3: 45; 5, 11: 45; 6, 5: 45; 6, 7: 41; 6, 25: 66; 6, 30: 40; 6, 38: 45; 6, 40: 45; 6, 47-48: 42; 6, 47: 41/42; 11, 10: 42; 11, 19: 40; 13, 42: 41; 13, 43: 41; 14, 29: 42; 14, 50: 217; 14, 60-61: 66; 14, 62: 184; 16, 7: 30; *Dial.* 19,1: 33; 26, 4: 33.

TER.

Ad. 487: 197; 149-152: 27; *An.* 473: 197; *Eu.* 583-589: 20; 930-940: 27.

TIB.

1, 1: 34; 1, 3, 35-50: 35; 1, 3, 79-80: 125;
 1, 5, 39-40: 139; 1, 10: 34; 1, 10, 11-12:
 35; 1, 4: 25; 1, 5: 174; 1, 6, 15: 26; 1, 6,
 67-72: 25; 1, 7: 19; 2, 1: 34; 2, 1, 37-78:
 35; 2, 1, 7578: 25; 2, 2: 18; 2, 3: 13/34; 2,
 3, 35-49: 35; 2, 3, 68-80: 35; 2, 3, 79: 25;
 2, 4: 25; 2, 5: 34; 2, 24, 22: 21; 3, 1, 7-8:
 21; 3, 3, 31-32: 25; 3, 8-18: 21; 3, 11-13:
 28; 3, 12: 21.

V. MAX.

2, 4, 5: 188; 2, 8, 7: 121.

VAR.

R. 3, 1, 2: 120.

VELL.

1, 11, 3-5: 127; 2, 81, 3: 123; 2, 100: 52;
 2, 100, 4-5: 60; 2, 100, 5: 63; 2, 101, 1:
 51; 2, 102, 1: 51; 2, 114, 5: 45; 2, 115,
 2: 45; 2, 124, 3: 34; 2, 125: 55; 2, 130,
 3: 41.

VERG.

A. 1, 378: 107; 3, 278-288: 52; 4, 86-89:
 103; 4, 169-172: 101; 4, 300-303: 103;
 4, 327-330: 101; 4, 328-329: 105; 4,
 365-387: 107; 4, 441-449: 101; 4, 545-
 546: 103; 4, 596-597: 103; 4, 600-602:
 106; 4, 622-629: 104; 4, 653-656: 105;
 4, 657-658: 72; 6, 434-435: 105; 6, 851:
 211; 7, 153: 122; 7, 170-186: 122; 7,
 170: 122; 8: 35/117/118; 8, 366-368:
 122; 8, 704: 199; 8, 720: 124; *Ecl.* 1: 24;
 1, 6-8: 19; 1, 42: 19; 2: 24; 4: 14/ 32; 5:
 14; 8: 24; 8, 75: 190; 9: 24; 9, 47-49: 14;
 10: 19/24; G. 3, 16: 203.

ZOS.

2, 1-2: 188; 2, 1, 1: 188; 2, 6: 188/189.

COORDENADORES E AUTORES

Amílcar Guerra: Professor da Universidade de Lisboa. Doutor em Letras (1999) pela mesma Universidade, na especialidade de História Clássica, com a tese *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Investigador do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Especialista em epigrafia latina, em arqueologia clássica e em línguas peninsulares pré-romanas, publicou *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* (Lisboa, 1995) e, juntamente com Carlos Fábão, o estudo «Viriato: Genealogia de um Mito» (Lisboa, 1992).

Ana Maria Lóio: Docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mestre em Estudos Clássicos (2006), na especialidade de Literatura Latina, com a tese *O poema épico de Evangelio: estudo introdutório, edição e comentário*. Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, tem dedicado a sua investigação à literatura latina. Publicou estudos como «De rio lamacento a corrente cristalina: a transformação do espaço e da paisagem em Estácio, *Silvas* 4.3» (Évora, 2009). De momento prepara a sua tese de Doutoramento, subordinada ao tema *Livros que falam na Literatura Latina*.

Carlos Ascenso André: Professor da Universidade de Coimbra. Doutor em Letras (1990) pela mesma Universidade, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *Mal de ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Tem dedicado a sua investigação à literatura latina, designadamente a Ovídio, de quem traduziu a *Ars Amatoria* e os *Amores*, e à literatura neolatina. Publicou *Caminhos do amor em Roma: sexo, amor e paixão, na poesia latina do séc. I a.C.* (Lisboa, 2006) e, em co-autoria com Walter de Medeiros e Virgínia Soares Pereira, *A Eneida em contraluz* (Coimbra, 1992).

Carlos de Miguel Mora: Professor da Universidade de Aveiro. Doutor em Filologia Clássica (1997) pela Universidade de Granada, com a tese *Las visitas ad limina de los arzobispos de Granada (1595-1700)*. Investigador do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem dedicado a sua investigação à literatura latina. Publicou estudos como «A paródia literária no *Corpus Priapeorum*» (Aveiro, 2003), «Os limites de uma comparação: *ut pictura poesis*» (Aveiro, 2004), «Considerações sobre a justiça criminal no mundo greco-romano» (Aveiro, 2005) e coordenou a edição de *Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias* (Aveiro, 2003).

Cláudia Afonso Teixeira: Professora da Universidade de Évora. Doutora em Literatura Latina (2003) pela Universidade de Évora, com a tese *Estrutura da viagem na épica de Virgílio e no romance latino*. Investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, tem dedicado à sua investigação à literatura latina e cultura romana, designadamente à épica vergiliana, ao romance de Petrónio e de Apuleio e à recepção da cultura clássica no cinema. Traduziu Plauto (*As duas Béquides*, Lisboa, 2006) e integra

o projecto de tradução da *Historia Augusta*. Publicou *A conquista da Alegria. Estratégia apologética no romance de Apuleio* (Lisboa, 2000) e estudos como «Two closed universes in the Satyricon of Petronius: the *Cena Trimalchionis* and the city of Croton» (Coimbra, 2008) e «Helena na *Eneida* de Virgílio: as contradições de um mito (*En.* 2.601-602 e *En.* 6. 511-530)» (Coimbra/Foggia/Granada/Valencia, 2007).

Cristina Santos Pinheiro: Professora da Universidade da Madeira. Doutora em Literatura Latina (2009) pela Universidade da Madeira, com a tese «Orbae Matres»: *a dor da mãe pela perda de um filho na Literatura Latina*. Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. Tem dedicado a sua investigação à literatura latina do século I e à história social de Roma. Publicou *Percurso de Dido, rainha de Cartago, na Literatura Latina* (Coimbra 2010), Pinheiro, C. M. N. G. S. (2010), *Percurso de Dido, Rainha de Cartago, na Literatura Latina*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e estudos como «As vítimas da guerra na *Eneida* de Vergílio» (Lisboa, 2006) e «Medeia e a elegia: uma leitura da Heroidum Epistula XII de Ovídio» (Lisboa, 2002).

Domingos Lucas Dias: Professor da Universidade Aberta. Doutor em Literatura Latina (2004) pela mesma Universidade, com um estudo sobre a *Apocalypsis Noua* do Beato Amadeu da Silva. Especialista em literatura latina, estudou *O pacto diabólico em fontes hagiográficas: o reverso do pacto de salvação* (Lisboa, 1996). Traduziu Ovídio (*Metamorfoses*, Lisboa, 2006, 2008) e, em colaboração, Santo Agostinho (*De Trinitate*, Prior Velho/Fátima, 2007).

Emília Maria Rocha de Oliveira: Professora Efectiva do Ensino Secundário com Equiparação a Bolseira, a desenvolver pós-doutoramento em Literatura (especialidade de Literatura Latina), no âmbito do qual prepara a edição da tradução, anotada, das *Epistulae ad Familiares* de Cícero. Doutora em Literatura Latina (2006) pela Universidade de Aveiro, com a tese *As Epistulae de Cícero: um olhar sobre a família*. Investigadora do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Tem-se dedicado ao estudo da vida quotidiana na Roma Antiga, da literatura latina, em particular à epistolografia ciceroniana, e à recepção da cultura clássica. Publicou artigos científicos como «A Arte Poética de Horácio por Pedro José da Fonseca» (Aveiro, 2000) e «O desgosto da cidade e o *otium litteratum* nas Cartas de Plínio» (Lisboa, 2002).

Francisco de Oliveira: Professor da Universidade de Coimbra. Doutor em Letras (1986) pela mesma Universidade, na especialidade de História da Cultura Clássica, com a tese *Ideias morais e políticas em Plínio-o-Antigo*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra. Traduziu Platão (*Cármides*, Coimbra, 1981; *Laques*, Coimbra, 1987) e Cícero (*Tratado da República*, Lisboa, 2008). Especialista em literatura latina, designadamente em Plínio-o-Antigo, e em história de Roma, coordenou a publicação de *Génesis e Consolidação da Ideia de Europa – vol. III, O Mundo Romano* (Coimbra, 2005) e

de *Horácio e a sua Perenidade* (juntamente com Maria Helena da Rocha Pereira e José Ribeiro Ferreira, Coimbra, 2009). Publicou ainda *Idées politiques et morales de Pline l'Ancien* (Coimbra, 1992).

João Nunes Torrão: Professor da Universidade de Aveiro. Doutor em Letras (1991) pela Universidade de Coimbra, com a tese *D. Jerónimo Osório e o tratado De Gloria*. Investigador do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Tem-se dedicado à Literatura e Cultura Latinas e Neo-Latinas e ao estudo da vida quotidiana na Roma Antiga. Publicou vários estudos, entre os quais «Os Estudos Clássicos na Actualidade» (Coimbra, 2008), «As potencialidades didácticas da obra de Marcial» (Braga, 2006) e «Camila, a virgem guerreira» (Coimbra, 1993).

José Varandas: Professor da Universidade de Lisboa. Doutor em Letras (2004) pela Universidade de Lisboa, na especialidade de História Medieval, com a tese «Bonus Rex» ou «Rex Inutilis». *As periferias e o centro. Redes de poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248)*. Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, tem dedicado a sua investigação à história militar e da marinha do Mundo Antigo e Medieval, à história rural da Idade Média e à história do municipalismo. Coordenou juntamente com António Ramos dos Santos *A Guerra na Antiguidade* (Lisboa, 2006), *A Guerra na Antiguidade II* (Lisboa, 2008) e *A Guerra na Antiguidade III* (Lisboa, 2010). Publicou ainda estudos como «Sexo e Império: problemas e perspectivas na dinâmica do exército romano» (Lisboa, 2009).

Maria Cristina de Sousa Pimentel: Professora da Universidade de Lisboa. Doutora em Letras (1993) pela mesma Universidade, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *A adulatio em Marcial*. Investigadora do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, onde coordena a Área de Antiguidade Clássica: Textos em Contextos. Traduziu Propércio (*Elegias, Livro II*, Lisboa, 2002), coordenou a tradução integral de Marcial (*Epigramas*, Lisboa, 2000-2004) e integrou as equipas de tradução de Santo Agostinho (*Confissões*, Lisboa, 2001 e *De Trinitate*, Prior Velho/Fátima, 2007); faz actualmente parte da equipa que vem dando à estampa a edição crítica dos *Sermões* de Vieira, através da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Especialista em literatura latina, com especial incidência em Séneca, Marcial e Tácito, e em história e cultura romanas, publicou *Catão Censor* (Mem Martins, 1997), *Sêneca* (Mem Martins, 2000), «Quo uerget furor? *Aspectos estóicos na Phaedra de Séneca* (Lisboa, 1993) e ainda estudos como «Historiografia e tragédia: o processo de Barea Sorano e Servília, nos *Annales* de Tácito» (Lisboa, 2003).

Nuno Simões Rodrigues: Professor da Universidade de Lisboa. Doutor em Letras (2004) pela mesma Universidade, na especialidade de História da Antiguidade Clássica, com a tese «Judaei in Vrbe». *Os Judeus em Roma de Pompeio aos Flávios*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra e do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde coordena a Linha

de «Mundo Antigo e Memória Global». Tem-se dedicado ao estudo da história de Roma e da cultura grega. Traduziu Eurípides (*Alceste*, Lisboa, 2009; *Ifigénia entre os Tauros*, Lisboa, [no prelo]), Plutarco (*Coriolano*, Coimbra, 2010) e integra o projecto de tradução da *Historia Augusta*. Publicou ainda *O Rei Saul segundo Flávio Josefo* (Lisboa, 2000) e *Mitos e Lendas da Roma Antiga* (Lisboa, 2005).

Paulo Farmhouse Alberto: Professor da Universidade de Lisboa. Doutor em Letras (1996) pela mesma Universidade, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *A poética de Eugénio de Toledo*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. Tem-se dedicado à literatura latina clássica e tardo-antiga. Traduziu Ovídio (*Metamorfoses*, Lisboa, 2007), Tito Lívio (*História de Roma I*, Mem Martins, 1993) e Aristóteles (*Retórica*, juntamente com Manuel Alexandre Júnior e Abel N. Pena, Lisboa, 2005). Publicou na casa Brepols os *Eugenii Toletani opera omnia* (Turnhout, 2005).

Paulo Sérgio Ferreira: Professor da Universidade de Coimbra. Doutor em Estudos Clássicos (2007) pela mesma Universidade, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *Séneca em Cena. Enquadramento na tradição dramática greco-latina*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, tem dedicado a sua investigação à obra dramática de Séneca, a Petrónio e a Marcial, bem como à paródia e à sátira menipeia. Traduziu Marcial (*Epigramas*, livros 3, 5, 8, 10 e 14, Lisboa, 2000–2004) e publicou *Os elementos paródicos no Satyricon de Petrónio e o seu significado* (Lisboa, 2000) e ainda vários estudos da sua área de especialização, entre eles: «Contribution to the Definition of the Relationships between the Satyricon of Petronius and Menippean Satire» (Coimbra, 2008), «Os precedentes greco-latinos da *nichtaristotelianische Dramatik* senequiana» (Rio de Janeiro, 2008).

Pedro Braga Falcão: Docente da Universidade Católica Portuguesa. Mestre em Estudos Clássicos (2006), na especialidade de Literatura Latina, com a tese *Da noite de Tarento à luz de um cântico: o Carmen saeculare de Horácio, música de um ritual*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, tem dedicado a sua investigação à literatura latina, em particular a Horácio, e sua relação com a música. Traduziu Cícero (*Da natureza dos deuses*, Lisboa, 2004) e Horácio (*Odes*, Lisboa, 2008). De momento prepara a sua tese de Doutoramento subordinada ao tema *O clímax nas Odes de Horácio: uma leitura pluridisciplinar, da retórica à música*.

Rodrigo Furtado: Professor da Universidade de Lisboa. Doutor em Estudos Literários (2006) pela mesma Universidade, na especialidade de Literatura Latina, com a tese *Léxico do poder nas Historiae de Isidoro de Sevilha: um estudo de ideologia nas épocas de Sisebuto e de Suíntila*. Investigador do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. Tem-se dedicado ao estudo da Antiguidade Tardia e da Época Visigótica. Publicou *História apologética: o livro 7 das Histórias contra os pagãos e outros excertos* (juntamente com P. F. Alberto, Lisboa, 2000) e *From Gens to Imperium: a Study on Isidore's Political Lexicon* (Hildesheim/Zürich/New York, 2008).

Públio Ovídio Nasão nasceu em Sulmona, em 43 a.C. e em Roma fez os seus estudos de retórica. Mas foi como poeta arguto, atento e de talento inegável que Ovídio se afirmou na sociedade romana dos séculos I a.C. e I d.C. Ao seu génio literário pertencem, entre outros poemas, as *Metamorfoses*, que viriam a tornar-se um dos textos mais importantes na constituição da matriz cultural europeia. Foi essa mesma condição de poeta, todavia, que fez com que o percurso de Ovídio acabasse por ser irremediavelmente traçado pelas decisões políticas do *Princeps*. No final do ano 8 d.C., Ovídio foi exilado em Tomos, por ordem do imperador Augusto. As razões para tal acontecimento são ainda hoje um mistério não esclarecido para filólogos e historiadores, como aliás se pode ler neste volume. Mas aqui é possível encontrar ainda análises inéditas da conjuntura política e das ambiências sociais em que o poeta viveu, incluindo aspectos provinciais e militares, assim como as tendências culturais, em particular as literárias, que marcaram a obra ovidiana. Com efeito, Ovídio foi testemunha activa de um período rico em acontecimentos políticos e decisivo na formação e na história da Europa: o «Século de Augusto». Passados dois milénios sobre o exílio de Ovídio, um grupo de classicistas volta à obra do Sulmonense para reflectir sobre o seu mundo e o seu tempo.